HISTÓRIA DO MARXISMO NO BRASIL

Partidos e movimentos após os anos 1960

Marcelo Ridenti
Daniel Aarão Reis
[...]ÇÃO

EDITORA UNICAMP

Dos anos 1960 aos dias atuais, os marxistas têm passado por crises e reestruturações que muitos considerariam improváveis. Mas elas aconteceram, impostas pelas circunstâncias criadas pelas lutas sociais, pelos embates e pelas controvérsias no campo das idéias.

Nas organizações e partidos comunistas (PCB, PCdoB, organizações trotskistas), nos movimentos sociais e sindicais, na luta armada e no exílio, entre feministas e cristãos, nos partidos de esquerda formados já depois de 1980, os marxistas debateram e se bateram em incessantes lutas para compreender e transformar a sociedade em que lhes foi dado viver.

Concepções formuladas, esperanças e expectativas, contradições e impasses, os contornos complexos dessa saga que ainda se desenvolve sob nossas vistas estão retratados nesta importante contribuição para compreender a história do marxismo no Brasil.



ORGANIZAÇÃO
Marcelo Ridenti
Daniel Aarão Reis

HISTÓRIA DO MARXISMO NO BRASIL

VOLUME 6

PARTIDOS E MOVIMENTOS APÓS OS ANOS 1960

EDITORA UNICAMP

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

H629 História do marxismo no Brasil / organizadores: Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

Conteúdo: v. 6. Partidos e movimentos após os anos 1960.

1. Comunismo – Brasil. 2. Partidos políticos – Brasil. I. Ridenti, Marcelo. II. Reis, Daniel Aarão. III. Título.

ISBN 978-85-268-0749-5

CDD 320.5320981
329.981

Índices para catálogo sistemático:

1	Comunismo – Brasil	320.5320981
2.	Partidos políticos – Brasil	329.981

Sumário

Apresentação

Já vai longe o ano de 1988, quando, em 9 e 10 de junho, em Teresópolis, sob os auspícios do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), se reuniu um seminário especial do grupo de trabalho Partidos e Movimentos de Esquerda, então em funcionamento no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), para debater a idéia de uma história das esquerdas no Brasil, segundo sugestão original do professor Osvaldo Coggiola.

No referido seminário, conforme se diria na Apresentação do volume 1 desta coleção, publicado em 1991 pela editora Paz e Terra (organização dos professores Daniel Aarão Reis e João Quartim de Moraes), "A idéia mudou de forma [...] ganhou um corpo definido, temas precisos, sugestões de autores e uma comissão editorial: surgia, basicamente formulada, a História do Marxismo no Brasil".

As grandes linhas do projeto, concebidas coletivamente, a partir de uma proposta do professor Carlos Nelson Coutinho, estruturaram-se em torno de três eixos: 1) o influxo das teorias, doutrinas e revoluções internacionais; 2) a formulação do marxismo no Brasil: autores e correntes; 3) a história das organizações marxistas no Brasil: experiências e momentos relevantes.

Entretanto, as circunstâncias não pareciam propícias ao projeto. Sob o influxo da derrocada das experiências do *socialismo realmente existente* e das repercussões negativas que o processo teve para o estudo e a divulgação do marxismo, a editora Paz e Terra perdeu o interesse em manter a coleção. Ao mesmo tempo, talvez pelo mesmo motivo, o grupo de trabalho Partidos e Movimentos de Esquerda deixou de merecer o apoio institucional da ANPOCS, migrando, algum tempo depois, para outra estrutura institucional, a Associação Nacional de História (ANPUH), onde subsiste até hoje como simpósio temático.

Era como se a História do Marxismo no Brasil estivesse fadada a entrar no rol daquelas boas idéias que não se realizam. Salvaram-na desse destino a insistência e a perseverança *bolchevista* do professor João Quartim de Moraes, que persuadiu a Editora da UNICAMP a encampar e relançar o conjunto do projeto.

Assim, em 1995 e 1998, apareceram, respectivamente, o volume 2, que dá seqüência à primeira parte destinada aos chamados influxos teóricos, e o volume 3, que enfatiza as teorias e interpretações marxistas formuladas por autores brasileiros — ambos organizados pelo referido professor. O volume 4, ainda sobre as "Visões marxistas de Brasil", foi editado em 2000, organizado pelos professores João Quartim de Moraes e Marcos Del Roio. Algum tempo depois, em 2003, conferindo unidade à coleção, houve a reedição, revista e aumentada, do volume 1, novamente sob organização de Daniel Aarão Reis e João Quartim de Moraes.

Tratava-se, então, de completar o projeto, formulando, segundo o plano original, a história das organizações marxistas no Brasil, incumbência assumida pelos professores Daniel Aarão Reis e Marcelo Ridenti, que organizaram o volume 5 — editado em 2002, sempre pela Editora da UNICAMP —, o qual estuda os partidos e organizações dos anos 20 aos anos 60.

Agora, em 2006, chegamos, finalmente, a este volume 6, que toma por objeto o mesmo tema, porém dos anos 60 aos dias atuais. O presente volume está organizado em duas partes.

A primeira, referida a *partidos e organizações*, reúne capítulos sobre o Partido Comunista Brasileiro ("A valorização da política na trajetória pecebista: dos anos 1950 a 1991", de José Antonio Segatto e Raimundo Santos); o Partido Comunista do Brasil ("Partido Comunista do Brasil: definições ideológicas e trajetória política", de Jean Rodrigues Sales); as esquerdas armadas dos anos 60 e 70 ("Esquerdas armadas urbanas, 1964-1974", de Marcelo Ridenti); as organizações e partidos trotskistas ("Os trotskismos no Brasil, 1966-2000", de Dainis Karepovs e Murilo Leal) e o Partido dos Trabalhadores ("O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado, 1980-2005", de Paulo Henrique Martinez).

A segunda parte, referida a *movimentos*, agrupa capítulos sobre as elaborações marxistas construídas no exílio dos anos 70 ("Debate no exílio: em busca da renovação", de Denise Rollemberg); os movimentos feministas e o marxismo ("O encontro marxismo–feminismo no Brasil", de Maria Lygia Quartim de Moraes); o Partido Comunista Brasileiro (PCB), marxismo e sindicalismo ("O PCB, os trabalhadores e o sindicalismo na história recente do Brasil", de Marco Aurélio Santana e Ricardo Antunes); marxismo e teologia da libertação ("Cristianismo da libertação e marxismo, de 1960 a nossos dias", de Michael Löwy). A parte se encerra com um balanço da presença atual das referências marxistas nos partidos políticos que pretendem representar os interesses dos trabalhadores brasileiros ("Marxismo, sociedade e partidos políticos hoje", de Daniel Aarão Reis).

Os autores dos capítulos deste volume em particular — e da coleção em geral — são responsáveis por suas respectivas abordagens. Elas são as mais diversificadas e, evidentemente, não têm a pretensão de ser consensuais, antes abrem possíveis debates com outros pesquisadores.

Assim concluímos o projeto formulado e planejado em 1988, conscientes de que não esgotamos o objeto sob nossa consideração — o campo continua em aberto, nada impedindo a publicação de novos volumes que venham enriquecer ainda mais a coleção agora à disposição dos leitores.

Marcelo Ridenti
Daniel Aarão Reis
Outubro de 2006

PARTE I

PARTIDOS E ORGANIZAÇÕES

1

A Valorização da Política na Trajetória Pecebista dos Anos 1950 a 1991

*José Antonio Segatto**
*Raimundo Santos***

Introdução

O propósito deste texto é apresentar o Partido Comunista Brasileiro (PCB) como exemplo, para as esquerdas brasileiras, de um agrupamento que, embora não tenha concluído todo o percurso, transitou da condição de partido revolucionário a partido com vocação para a política. Revisitar hoje a trajetória dos comunistas brasileiros traz à tona o tema do longo movimento — que chamamos de pecebismo — de valorização da política no PCB, até seu esgotamento como partido comunista no IX Congresso do PCB, de 1991. Aos olhos das últimas duas gerações da classe política brasileira, não escaparia esse traço exibido pela esquerda histórica nos momentos de sua maior gravitação na vida nacional contemporânea. Em consideráveis ambientes políticos, o pecebismo já foi reconhecido como sinal de lucidez e moderação na esquerda. Isso resultou do fato de o PCB representar uma tradição de frente única centrada na democracia política, orientação para a qual evoluíra, desde o suicídio de Getúlio Vargas — em 24 de agosto de 1954 —, a partir da intuição de alguns de seus quadros mais influentes, que, em um

* Professor do Departamento de Sociologia da FCL–UNESP, campus de Araraquara.
** Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

processo complicado, politizariam sua própria práxis de esquerda revolucionária.

Ao contrário do que afirmam os críticos que ignoram essa marca e já o chamaram de "marxismo pobre", o marxismo pecebista tem muito valor. Visto como marxismo de ator político, nota-se — aqui entre nós — que ele se decuplicava: com todo o apriorismo conceitual denunciado por Caio Prado Jr., era um marxismo que também encerrava proposições, ainda que fragmentadas e contraditórias, as quais já não continham tão-somente os ingredientes do marxismo-leninismo por muitos anos reivindicado no Brasil por numerosas áreas das esquerdas, incluídos ambientes intelectuais. O PCB se envolveu, com muito proveito, com o marxismo político (de Lênin, de autores do Partido Comunista Italiano [PCI] já nos anos 50 e, bem tardiamente, de Gramsci), manteve contato com nosso ensaísmo clássico (tendo a interpretação de Brasil do próprio Caio Prado Jr. como parte dele) e também fez fronteira com a "sociologia da modernização" da década de 1950. Embora o PCB não reivindique o historiador como seu autor clássico, haja sido muito severo com o nacional-desenvolvimentismo e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e não tenha compreendido seus intelectuais mais contemporâneos, tanto a interpelação direta de seu militante paulista e o contato com as teorizações cepalinas e isebianas quanto as relações desencontradas com seus publicistas de meados da década de 1970 produziram interações muito benéficas, ao contrário do que já se disse no interior do partido e fora dele.

Sempre constituiu uma atração a idéia de avaliar a "obsessão" do PCB por "fazer política", expressão, como ficou conhecida especialmente no pós-64, que reflete as experiências dos comunistas com os outros atores — os mais diversificados da resistência democrática. Ao mesmo tempo que, sob uma chave de esquerda, o PCB traduziu tal interação como *gosto pela política*, esta também se difundiu, a partir do contexto do Movimento Democrático Brasi-

leiro (MDB), manifestada em valores e atitudes que se espalharam entre camadas da opinião pública muito além do mundo pecebista e das esquerdas.[1] Também agora, esse tema da "obsessão" pecebista pela política adquire novo interesse pelo fato, histórico, de que foi uma outra esquerda, o PT — bem diferente da que aqui será descrita —, que conquistou, afinal, o governo da República.

Em 2006, temos na presidência uma nova esquerda, que, em apenas 23 anos, se afirmou hegemônica como esquerda social, concluindo um ciclo vitorioso diverso daquele da esquerda histórica, não obstante o êxito na eleição de Lula lembrar a tradição de amplas alianças da esquerda antiga. Embora se tenha perfilado à margem da postura de frente democrática pluripartidária, em 2002, o PT angariou apoios ao centro e saiu-se vencedor da disputa presidencial. À frente do governo da República, vive um dramático processo de redefinição, tendo o desafio de operar em curso rápido a superação do oposicionismo social de origem e assumir o mundo da política sem ambigüidades.

O PCB processou o abandono de sua mentalidade revolucionarista por um caminho de pedras. Sob impacto do suicídio de Getúlio Vargas em 1954 e, depois, dos debates sobre o stalinismo de 1956-1957, os comunistas passaram a ter posturas mais lúcidas, orientadas por uma espécie de "praticismo ilustrado" que se afirmará em longo prazo. Os estrategistas que operaram essa evolução desenvolveram um modo realista de apreender as coisas que, por certo, não provinha de uma dissertação sobre a singularidade brasileira, mas incorporava — pelas reticências e oposições que encontravam no partido, apenas parcialmente — elaborações oriundas de sua intelectualidade. Eles também recorreram a *constructos*, por assim dizer, mais dispersos que não interpelavam o PCB diretamente, mas circulavam como elementos que formariam referências para os comunistas movimentarem-se à frente. São exemplos as discursividades veiculadas pelas revistas por meio das quais o PCB e seus publicistas gravitavam no mundo intelectual de centro-es-

querda em momentos cruciais: a *Revista Brasiliense*, de Caio Prado Jr., que poderia ter sido o melhor apoio ao PCB no que diz respeito ao tema das reformas de estrutura dos tempos cepalinos, no decênio pós-54; *Estudos Sociais*, revista menos ampla que aquela e que circulou no PCB após o encerramento da controvérsia de 1956-1957 até 1964; e sobremaneira a prestigiosa *Revista Civilização Brasileira*, de Ênio Silveira, com suas duas fases no longo pós-64.

Exemplos de elaborações propriamente interpelativas são, em primeiro lugar, as dissertações de Caio Prado Jr. e, bem depois, as dos intelectuais que pretenderam interpretar nossa modernização como uma via prussiana à brasileira, hipótese que equacionará no campo pecebista o tema da democracia política, ecoando aqui entre nós o eurocomunismo e de certo modo recobrindo, na última fase, a postura dos comunistas na resistência ao regime de 1964. Mencionem-se ainda duas outras publicações nos tempos finais do PCB: a revista *Presença*, editada na seqüência do VII Congresso do PCB, de 1981-1982 até 1993, por alguns daqueles intelectuais pecebistas, numa tentativa de *aggiornamento* da cultura de esquerda no Brasil, e a revista *Novos Rumos*, nos anos de 1987-1994, quando seus editores buscaram fazer uma ponte entre a renovação do socialismo real no contexto da perestróica e uma atualização do PCB que seria tentada por seu próprio núcleo dirigente, tardiamente, como se verá, em seu IX e último Congresso, de 1991.

Como se descreverá nas páginas seguintes, se nessas mudanças o PCB não abandona completamente a antiga mentalidade de partido movido por uma visão terceiro-mundista das coisas brasileiras, em todo caso, desde a reorientação pragmática posterior ao 24 de agosto de 1954, especialmente após os debates de 1956-1957, ele já dava sinais de que caminharia em direção a uma estratégia de reformas parciais concretizáveis à medida que o país se fosse democratizando. O discurso bastante cosmopolita e a linguagem marxista-leninista, que ainda perdurariam, não impediram os comunistas de ir deixando de lado o espírito demiúrgico-revolucionário

próprio de um partido comunista e de assumir progressivamente nova missão como ente processador de interesses e com responsabilidade no aperfeiçoamento e na mudança da ordem social e política. Evoluindo pelo caminho da "frente única permanente", o PCB vai cada vez mais descentrar sua práxis da idéia de revolução *stricto sensu* e apostar na democratização política da vida nacional. Vivendo momentos de "revolução democrático-burguesa" da nossa contemporaneidade que suscitariam novos referenciais para a recriação da práxis de esquerda no Brasil, o PCB fará travessias difíceis e começará a adquirir feições de partido propriamente político.

O pecebismo contemporâneo

Após o suicídio de Vargas e o fracasso da tentativa golpista de novembro de 1955, os comunistas flexibilizaram sua postura ante a nova conjuntura que então se abriu no país, especialmente com a eleição de Juscelino Kubitschek. Ao provocar a desconstrução do revolucionarismo, o impacto do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) estimularia no PCB um modo de ver as coisas brasileiras que também evidenciava quanto a vida interna do partido — de forte centralismo burocrático — se tornara um obstáculo às posturas mais lúcidas que vinham surgindo da própria ação cotidiana e forçavam passagem desde que o Comitê Central, com a resolução sindical de 1952, abandonara a prática do paralelismo sindical dos anos da dogmatização, durante a Guerra Fria. A propósito, lembrem-se os registros memorialísticos que falam das resistências da militância à palavra de ordem que exigia a renúncia de Dutra num momento em que as esquerdas estavam sendo duramente reprimidas. O partido tinha então a orientação radical de oposição a todos os "governos de traição nacional" (era como eles chamavam o governo de Dutra e também o segundo governo Vargas).

Aprovada por um novo núcleo dirigente que emergira e, em 1958, encerrara os debates sobre o stalinismo no PCB, a chamada "Declaração de março" desse ano anunciou, como "nova política", mudanças que não seriam radicais, pois ainda estavam fortemente permeadas pelo marxismo-leninismo, então compartilhado por todas as tendências pecebistas e que pesava, contendo os avanços, sempre que o partido tentava mover-se para frente. Essas mudanças, aliás, seriam conduzidas por integrantes do partido que não eram propriamente os autores das teses renovadoras oriundas da controvérsia de 1956-1957. No contexto de uma tradição ortodoxa que se flexibilizava sem renovação teórica, as mudanças estarão condicionadas pelo compromisso com o fim último revolucionário que cimentava o conjunto do partido e se sobrepunha ao senso pragmático e de responsabilidade dos comunistas, notável desde agosto de 1954 e especialmente quando eles se viam ante as questões da vida real.[2] Essa abertura dos comunistas ao mundo político terá efeito benéfico, e será com ela que conseguirão melhor se colocar na liderança das lutas populares. À medida que se integravam ao processo político efetivamente em curso, movimentando-se com desenvoltura, eles afirmariam sua presença no movimento sindical urbano e rural e na mobilização estudantil e exerceriam influência na intelectualidade e nas campanhas por reformas de caráter nacionalista e democrático então emergentes no país.

Em ocasiões anteriores aos anos 50, o PCB havia ensaiado passos buscando tornar-se influente, como em 1934-1935, quando esteve na organização da frentista Aliança Nacional Libertadora (ANL) visando interferir nos rumos do pós-30. Em 1945, com o processo de democratização, os comunistas participaram de iniciativas unitárias em volta da União Democrática Nacional (UDN) na batalha pela redemocratização política do país.[3] Retomada quase dez anos depois, a aproximação do PCB com a política aguçou sua percepção das coisas brasileiras e ampliou a perspectiva do núcleo dirigente. Primeiramente, ao passarem a ter outra visão do capitalismo brasileiro — a qual os levaria a uma nova percepção do dinamismo dos

grupos sociais —, os comunistas valorizariam cada vez mais a democratização política do país. A partir daí teria curso no PCB outra idéia de mudança social mediante "soluções positivas", um reformismo concebido para ser levado adiante por configurações pluriclassistas. Em terceiro lugar, os comunistas passaram a acreditar que esse caminho reformista-revolucionário pudesse transcorrer mediante a via pacífica que concretizasse a perspectiva de democratização do Estado e de reorganização da economia nacional sem prévia ruptura das instituições.

Se não há uma explícita operação de idéias novas que alcance o conjunto do partido, observa-se o aproveitamento parcial das proposições inovadoras de 1956-1957 por parte da parcela do núcleo dirigente que com elas justificava o nascimento de uma "nova mentalidade" nos termos da "Declaração de março". É plausível localizar como ponto argumentativo da virada desses anos a visão positiva que aquele grupo dirigente passou a ter a respeito do nosso industrialismo, apreciação já proposta nos debates sobre o Relatório Kruchev.[4] Mesmo sem mobilizar propriamente uma teorização sobre o país urbanizado e moderno daqueles anos 50, eis a proposição que abre o texto de 1958:

> Modificações importantes têm ocorrido, durante as últimas décadas, na estrutura econômica que o Brasil herdou do passado, definido pelas seguintes características: agricultura baseada no latifúndio e nas relações pré-capitalistas de trabalho, predomínio maciço da produção agropecuária no conjunto da produção, exportação de produtos agrícolas como eixo de toda a vida econômica, dependência da economia nacional em relação ao estrangeiro, através do comércio exterior e da penetração do capital monopolista nos postos-chave e da circulação. Nos quadros dessa estrutura atrasada, foi-se processando um desenvolvimento capitalista nacional que constitui o elemento progressista por excelência da economia brasileira. Esse desenvolvimento inelutável do capitalismo consiste no incremento das forças produtivas e na expansão, na base material da sociedade, de novas relações de produção, mais avançadas (PCB, 1960; 1980, pp. 3-4).

Rompendo com o velho dependentismo que via o país como uma formação estagnada, essa proposição constituirá o estímulo decisivo para os comunistas repensarem, naquele tempo, a revolução no Brasil no contexto de um conjunto de "reformas de estrutura" parciais e progressivas.[5] Mesmo marcada pela forte mentalidade marxista-leninista, aquela proposição afastava o PCB do "pessimismo econômico" que alimentava tanto a idéia de revolução *stricto sensu* quanto o agrarismo camponês revolucionário, dois parâmetros que levavam à descrença nas possibilidades de mudar e aperfeiçoar o regime político existente no país. Observe-se que aquele início da evolução do PCB para a esfera do institucional e da política passa muito pelo equacionamento que o partido fará do tema agrário em chave diversa da tradição marxista-leninista inspirada na Revolução Russa e também na Revolução Chinesa. O abandono do estagnacionismo desenvolve o pragmatismo do núcleo dirigente, que se transformará em condição vital para a reprodução de um partido ao mesmo tempo com apelo marxista-leninista e arguto. Será sob essa tensão que, ao longo do tempo, o PCB tenderá a valorizar a política como tal — como se sabe, o paradoxo existencial do próprio comunismo, com o qual os comunistas brasileiros se debaterão até o fim da existência do partido.

Vejamos, agora a partir das teses do V Congresso do PCB, de 1960, mais detalhes sobre as "razões pragmáticas" que levaram o PCB àquele rumo. Registre-se, em primeiro lugar, que o texto congressual retoma a tese da "Declaração de março", fazendo uma pequena *dissertação* sobre a vida nacional, de certo modo um tanto estranha aos padrões marxista-leninistas. Dizia-se ali que a tendência democratizante, associada ao industrialismo pós-30, adviera de uma articulação de classes que se havia estabelecido no cenário urbano. Por aí o texto antecipava a colocação do problema camponês com sentido diverso da função diruptiva prescrita no modelo marxista-leninista. As teses de 1960 realçavam o protagonismo agrário no processo brasileiro, mas nosso campesinato era de constituição con-

temporânea e só viera a ter presença na cena pública a partir da década de 1950. Por complicado caminho, os comunistas aqui terminarão vendo o mundo rural brasileiro com realismo. Os redatores das teses não se deixaram confinar nos modelos das revoluções clássicas de 1848 e de 1917 (e também da Revolução Chinesa), de acordo com os quais teriam de pensar a revolução no mundo rural reivindicando para o campesinato brasileiro missão desestabilizadora do sistema político. Abandonando os manifestos radicais e o *campesinismo* de 1948 e 1950 que adotara nos piores anos da Guerra Fria, no começo da década de 1950 o partido abandonou a tática das resistências camponesas localizadas e procurou adaptar seu trabalho agrário à situação de abertura que lhe renderia melhores resultados, já notáveis em 1954, ano em que, com um número apreciável de sindicatos e outras entidades que havia organizado legalmente, estruturou a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). Com a nova política de 1958, os comunistas passaram a encaminhar a questão agrária e camponesa com base na aposta que faziam na democratização política do país e na retomada do industrialismo, processos que seriam garantidos por uma frente única nacionalista e democrática em conformação desde o suicídio de Vargas. Mesmo sem suscitar uma teorização agrária, o sentido "cepalino" e "isebiano" — com o qual os estrategistas do PCB também viam a formação social brasileira (como um corpo "em crescimento") — impôs-se e levou os comunistas a se empenharem, com êxito, na institucionalização das massas camponesas nos sindicatos — perspectiva mais bem formulada na dissertação caio-pradiana, como se sabe, assumida pelo PCB apenas em termos parciais.[6]

Citando a "Declaração de março", o texto do V Congresso assim anunciava a tendência contemporânea à democratização do país:

> As forças novas que crescem no seio da sociedade brasileira, principalmente o proletariado, a burguesia e a intelectualidade pequeno-burguesa, vêm im-

pondo um novo caminho ao desenvolvimento político do país, com o declínio da tradicional influência conservadora dos latifundiários. *A tendência que predomina nesse novo curso é a da democratização, da extensão dos direitos políticos a camadas cada vez mais amplas.* É claro que essa marcha sofre muitas vezes recuos, e isto se deve principalmente ao fato de ser justamente a força mais vacilante — a burguesia — a que dirige o processo. O proletariado e a pequena burguesia têm, ainda, uma ação intermitente [atente-se para esta repetição],[7] fazem o movimento antiimperialista e democrático avançar com maior vigor quando, em determinados momentos, compartilham da sua direção com a burguesia; outras vezes, impotentes, deixam a liderança inteiramente com a burguesia e, nesse momento, o movimento claudica, sofre as limitações e inconseqüências da força que o dirige. [...] *Mas a tendência dominante é o processo de democratização. Vem-se afirmando desse modo, no país, a legalidade democrática, que é defendida por amplas e poderosas forças sociais* (idem, op. cit., pp. 44-45, grifo nosso).

Por sua reiteração em outras passagens, pode-se dizer que a segunda proposição-chave das teses, acima citada, não valorizava a democratização do país por ela apenas preparar a irrupção das grandes massas e levar à quebra da ordem, mas a considerava uma tendência que poderia ter *curso duradouro*. Aquela tese-guia assentava no PCB outro modo de ver a vida nacional, não obstante esse tipo de valorização da abertura do sistema político ter de conviver, e por muito tempo, com resíduos ideológicos marxista-leninistas que dificultavam a superação da idéia de democracia política reduzida a instrumento das classes dominantes, definição que o marxismo-leninismo havia generalizado a partir do opúsculo *O Estado e a revolução*, que Lênin escrevera às vésperas de 1917.

Cabe realçar uma terceira tese sobre a democratização do país. Em tom "desenvolvimentista", as teses repetiam o seguinte trecho que abre o tópico da "Declaração de março" chamado "A democratização da vida política nacional": "O desenvolvimento capitalista do país não podia deixar de refletir-se no caráter do Estado brasileiro, em seu regime político e na composição do governo" (PCB, (1958) 1980, p. 8). Esse democratismo tampouco era

apresentado como resultado de uma dirupção revolucionária. Ele vinha descrito num capítulo das teses sugestivamente chamado "As classes sociais, o Estado e as instituições do Brasil".[8] Em todo caso, nesse tópico, os redatores das teses de 1960 trabalhavam com a idéia de que o Brasil era um país de capitalismo recente, "não possuindo a nitidez das sociedades capitalistas maduras" (PCB, 1960, p. 37); segundo eles, um país que vivia, naquela época, uma transição em que as classes se movimentavam intensamente no curso da revolução nacional, animando processos que ultimavam a evolução político-institucional do país ("no sentido de um Estado burguês moderno", iniciado com a Abolição e a República) (idem, op. cit., p. 44). Vivia-se um processo de ampliação da vida política sob pressão das "novas forças que crescem no seio da sociedade brasileira", democratização que se refletia no Parlamento, no Judiciário e no próprio Executivo e perpassava até mesmo as Forças Armadas; "o processo de desenvolvimento capitalista e a participação da burguesia na organização dos diferentes governos do país, a partir de 1930", influíam em todas essas esferas públicas (idem, op. cit., p. 48). O texto se referia à movimentação dos grupos sociais nas cidades e mencionava o alargamento do associativismo, especialmente sindical, a militância estudantil, a ativação da área cultural, a tendência à democratização chegando até mesmo às zonas rurais, onde crescia o processo de contenção do arbítrio dos "grandes senhores da terra" (idem, op. cit., p. 47). Como na sociologia política nacional-desenvolvimentista, as teses realçavam o impacto do "desenvolvimento econômico" nos partidos políticos e registravam que eles haviam crescido como seres urbanos, se estabilizado e, de modo geral, passado a expressar "mais nitidamente as classes sociais ou frações dessas classes", já tendo adquirido estruturação nacional (idem, op. cit., p. 49). Chama a atenção o realce conferido à presença de organismos que tradicionalmente exerciam e que — dizia-se — passavam a exercer grande influência na vida nacional.[9] As teses aludiam a instituições que estruturavam

a ordem liberal-democrática como um dado que naquele tempo deveria ser levado em conta pelo ator político que quisesse operar com os pés fincados no terreno nacional, atento às tramas sociais e aos componentes do sistema político.

Os redatores das teses também associavam ao industrialismo a diferenciação societária que animava a vida nacional. Eles compreendiam esse tipo de correlação entre economia e sociedade na vida política nacional por meio da categoria maoísta da contradição, já usada em textos antigos e que permanecera na "Declaração de março". Aqui, porém, ela exerceria função desconstrutiva do estagnacionismo que caracterizara os velhos documentos da época da Guerra Fria, estagnacionismo consagrado, aliás, no IV Congresso, de 1954, mesmo tendo este se realizado logo após o suicídio de Getúlio Vargas. Descrevendo a *ratio* dos tempos ativados após o 24 de agosto, as teses também traziam da declaração de 1958, em primeiro lugar, a idéia de uma contradição que impactava a maioria da nação contra o imperialismo e o atraso, pondo em marcha o "movimento nacionalista", desde meados da década de 1950 em crescendo pelo país, como sua expressão. E mais: seguindo a diferenciação que Mao Tsé-Tung fazia em busca do ponto mais eficaz para potencializar o trabalho revolucionário, as teses descreviam aquela nossa "contradição principal", então chamada de *nacional* pela ênfase aqui posta, como na China, na oposição ao elemento invasivo externo. Segundo as teses, essa contradição principal subordinava à sua lógica todos os demais antagonismos da formação social e interditava os impulsos moderno-renovadores da nação. Ela constrangia o desenvolvimento de uma segunda contradição, fundamental mas dependente daquela principalidade antiimperialista: o conflito estrutural que opunha o velho ao moderno na agropecuária, limitando o mercado interno rural e o desenvolvimento das forças produtivas nacionais.[10] No entanto, as teses anotavam que a não-solução desse último antagonismo recriava o poder dos grupos proprietários atrasados com a exclusão das demais classes agrárias, amesquinhava a

vida social e política no mundo rural e até reproduzia suas "posições de grande influência na vida do país [que] ainda dispõem de importante força política" (idem, op. cit., p. 37). Segundo esse imaginário, a "contradição principal" sobredeterminava o pulsar de um terceiro conflito, que as teses definiam como aquele que opunha o proletariado à burguesia, tensão, igualmente fundamental, que dinamizava o país, "sem que se coloque, porém, a questão da sua solução final na etapa em curso" (idem, op. cit., p. 56).

Esses textos-chave de 1958 e 1960 se distanciavam do teorema terceiro-mundista "estagnação–revolução" e reconheciam a modernização capitalista como um dado estratégico para a compreensão da revolução nacional — a qual, todavia, era pensada como um processo inconcluso naqueles anos 50, justamente pela ausência de um protagonismo pluriclassista conseqüente que levasse o curso mudancista a bom termo, "progressista", "nacional" (soberano) e "democrático". Observe-se nessa última conotação — usada na chamada definição pecebista do "caráter da revolução" — uma noção de democracia ora intercambiável com a idéia de democracia "substantiva", ao aludir à incorporação social, no exemplo dos grupos rurais, ora referida à democracia no sentido propriamente político. Como o ISEB, os comunistas viam a animação sociopolítica e cultural daqueles anos como decorrência das grandes tensões anteriormente descritas. O país experimentava processos de diferenciação e institucionalização notáveis, vividos pelas classes sociais, no começo da década de 1960, com grupos seus já mobilizados ou em vias de se moverem contra o travamento maior que a contradição contida na dependência do país impunha a seus próprios interesses. Aliás, uma mobilização concebida, nesse imaginário, sobredeterminada pelo processo aglutinador de um corpo majoritariamente identificado com os "interesses nacionais" que o avanço do industrialismo ensejava.[11]

Dessa "sociologia da modernização" decorria o grande parâmetro do pecebismo: o conjunto desses antagonismos ensejaria

a formação de um tipo de frente única moderno-antiimperialista, que poderia reunir um espectro econômico-social muito variado, desde a classe operária e os camponeses até setores latifundiários (conservadores, mas atingidos em seus interesses corporativos pela invasão estrangeira). Por mais imprecisa que fosse a imagem de Brasil e mais aceito o modelo da revolução democrático-burguesa de Lênin, a linha argumentativa da "revolução nacional-democrática" dos textos de 1958 e 1960 já não se baseava tão-só na construção leninista. A nova modalidade de revolução burguesa conduzida por forças não-burguesas, sugerida por Lênin a partir do caso russo para o contexto pós-1789 (de classe econômica débil e temerosa), mantinha-se internalizada no PCB, mas aqui a tese da mobilização agrarista não teria por fim a derrubada da ordem política ou seu devassamento revolucionário (participação direta, sovietes ou governos revolucionários locais), não obstante as ambivalências do PCB no pré-64 em relação ao papel dos camponeses na revolução (cf. Prado Jr., 1966). Ao contrário, na visão exposta naqueles textos, a tendência democratizante era entendida como um processo ainda por se firmar em um sistema político que precisava melhorar. Como no cálculo leninista, falava-se de democracia política como requisito indispensável à livre movimentação dos grupos sociais — em especial o proletariado, a classe conseqüente, como se dizia, se dirigida pelo PCB — para que pudessem aumentar sua influência e disputar, em contexto de frente única, os rumos da democratização, elevando o processo a patamar "superior". Vale realçar esse último complemento — que vinha do argumento leninista —, lembrando que aqui ele projetava a "situação concreta" de progressão de um governo existente à época (Juscelino Kubitschek) em direção a um outro tempo de governos "nacionalistas e democráticos" mais nítidos, sucessividade vista — essa era outra conotação que acompanhava aquele complemento — para afirmar, em fase subseqüente, uma configuração avançada da frente única que abrisse a porta para o socialismo.

Apesar de suas ambigüidades, pode-se dizer que há na "nova política" de 1958 um cânone central que norteia os comunistas e os leva a redefinir a revolução brasileira, a saber:

> Nenhuma classe ou camada social, isoladamente, pode vencer as resistências das forças interessadas na conservação da dependência do país aos monopólios ianques e na manutenção do monopólio da terra. A experiência da vida política brasileira tem demonstrado que as vitórias antiimperialistas e democráticas parciais só puderam ser obtidas pela atuação em frente única de várias forças interessadas na emancipação e no progresso do país. A aliança destas forças resulta, portanto, de uma exigência da própria situação objetiva (PCB, 1960, p. 61).

Não obstante o finalismo revolucionário presente na mente dos militantes e dirigentes, não só já parece haver outra referência por trás do agir pecebista, como também as teses parecem trabalhar com um estilo diferenciado de enunciar os temas da conjuntura, especialmente no modo de projetar os possíveis cenários de concretização da revolução democrática daquele tempo.

Os comunistas viam a conjuntura que se formara a partir da posse de Juscelino Kubitschek como uma cena política plena de desdobramentos. Daí para frente, acelerar-se-á a evolução da conduta do PCB, a começar pela defesa, sem reservas, da importância das eleições. Os estrategistas do PCB defenderão uma atitude positiva ante uma situação — como se chamava então — de governo heterogêneo com componentes reformistas e desenharão, a partir da idéia de reformas parciais e "soluções positivas", um programa para balizar as "forças progressistas e populares" nesse cenário. Já tendo o partido vivido a experiência de Juscelino Kubitschek por mais tempo (de 1956 a 1960), os redatores daquele texto congressual trabalhavam com a perspectiva de que a estruturação de uma frente única, como arregimentação hábil para interferir no processo em curso, criaria condições para mudar a orientação, até mesmo a composição, do governo da época. Concebida a partir de uma situação

concreta, a formação da frente única era pensada tanto para melhorar as coisas em andamento quanto como uma operação que poderia desdobrar-se aproximando a conjuntura aos outros tempos das formações governativas conseqüentes. Note-se que, por um lado, as teses do V Congresso vinculavam esse tema do desdobramento dos governos nacional-democráticos em processo propriamente revolucionário — mediante caminho pacífico (sic) — à hipótese de um contexto internacional favorável, como era o caso — dizia-se — daquela época de auge do sistema socialista mundial e do chamado movimento de libertação nacional anticolonialista espalhado pelo Terceiro Mundo. Mas, por outro, as teses radicavam a via pacífica na "democratização crescente da vida política, [n]o ascenso do movimento operário, [n]o desenvolvimento da frente única nacionalista e democrática" (idem, op. cit., p. 80).[12]

Embora seja próprio da autodefinição revolucionária associar o agir de curto prazo ao objetivo de formar outros governos mais conseqüentes, a insistência das teses para que não se perdesse a oportunidade de fazer política corrente sugeria que seus formuladores operavam com um cálculo cada vez mais orientado para interferir no andamento das coisas postas na conjuntura. Nessa linha argumentativa, eles projetavam os eventuais desdobramentos daquela sua circunstância, segundo eles, favorável à obtenção de certos ganhos, desde que se operasse em contexto de centro-esquerda. Com o estilo do agir com perspectiva ensaiado na "Declaração de março", os formuladores do V Congresso repetiam a passagem na qual o texto de 1958 previa três possíveis cenários para a concretização do caminho gradualista de reformas, a saber: a) pela pressão pacífica, popular e política, dentro e fora do Parlamento, "no sentido de fortalecer e ampliar o setor nacionalista do atual governo, com o afastamento do poder de todos os entreguistas e sua substituição por elementos nacionalistas"; b) através da vitória da frente única nas eleições (de 1960); c) "Pela ação das massas populares [no texto de 1958, dizia-se 'pela resistência'], unidas aos setores nacionalistas do Parlamento, das Forças Armadas e do governo para impor ou restabelecer a legalidade democrática, no caso de tentativa de golpe por parte dos entreguistas e reacionários, que se propunham implantar no país uma ditadura a serviço dos monopólios norte-americanos" (idem, op. cit., p. 79). Certamente os autores das teses desenhavam essa terceira cena relembrando a instabilidade do imediato pós-agosto de 1954, prevendo, aliás, o quadro de crise que se formará logo depois, em conseqüência da renúncia de Jânio Quadros.

Por outro lado, a leitura do texto de 1960 mostra que, ao passarem às formulações mais gerais, os redatores tinham dificuldade para compor uma estratégia de reformas mediante "soluções positivas" em termos de uma progressão democrática ao socialismo, diferentemente do PCI.[13] No pré-64 inexistia no campo pecebista um lastro de marxismo político, a não ser o de Caio Prado Jr., cuja obra não foi apreendida pelos comunistas como teorização do tema das relações entre economia e sociedade.[14] De qualquer modo, era avaliando o "desenvolvimento complexo da vida política nacional" que os redatores das teses pensavam a revolução em contexto de democratização e diziam que aqui o processo revolucionário poderia ter seus objetivos — a "orientação de emancipação nacional e de transformações estruturais" — realizados "por um ou por sucessivos governos, que se apóiem na frente única nacionalista e democrática e sejam sua expressão" (idem, op. cit., p. 79).

Já se observou que, se por um lado essa proposição apreendia tanto a experiência pós-54 quanto o sentido do tempo juscelinista e os projetava na "grande política" da eleição presidencial próxima (1960), por outro ela encerrava conotação doutrinária que também balizava o PCB. Ou seja, mesmo na melhor formulação dessa proposição, ao associar o gradualismo à busca do fim revolucionário último — a transição ao socialismo por meio de um governo sob hegemonia proletária (sic) —, o discurso pecebista descontinuava o próprio olhar sobre a evolução da vida nacional

tão acurado nos cenários descritos nas páginas anteriores. Aqueles estrategistas pragmáticos também nutriam a idéia de que era possível acelerar o processo em curso naqueles anos rumo à meta histórica, quer mediante o ascenso do movimento de massas ("exigindo a radicalização da composição e da política do atual governo"), quer a partir do advento de um outro governo — repita-se outra passagem das teses — que levasse a situação a um nível mais avançado da "correlação de forças" ("que permitiria, com um poder das forças antiimperialistas e antifeudais, *sob a direção do proletariado*, e *por um caminho pacífico*, as transformações revolucionárias exigidas pelo desenvolvimento econômico e social de nossa pátria", idem, op. cit., pp. 79-80, grifo nosso). Em suma, os redatores das teses conciliavam-se com a mentalidade marxista-leninista antiga, deixando-a reproduzir-se como uma ideologia do tipo "patriotismo de partido" (cf. Mathias, 1978) — que tanto garantia aos comunistas reconhecida eficiência, especialmente organizacional, quanto introduzia duplicidade em sua conduta política —, a que já se aludiu anteriormente.[15]

O arejamento do marxismo político no pós-64

O pesquisador de cultura política de esquerda ainda tem diante de si a tarefa de reconstituir o debate sobre os rumos da oposição ao regime de 1964 que teve lugar antes de o país submergir nos anos de chumbo após o AI-5, em 13 de dezembro de 1968. Assim como no pré-64 o PCB centralizara os debates dos grupos mais à esquerda por seu reformismo gradualista, nessa nova época o partido referenciará grande parte das discussões sobre os rumos da oposição, recebendo críticas por sua moderação pelo valor que atribuía às liberdades democráticas na estratégia da resistência à ditadura, centralidade anunciada na "Resolução política do Comitê Central do PCB" de maio de 1965. O pesquisador poderá reconhecer uma

dimensão propriamente discursiva dessas controvérsias sobre os rumos das esquerdas se apurar as vistas em relação aos debates sobre a crise do socialismo e da própria natureza do marxismo daquele tempo, conforme aparece ao PCB — como já sugerido — como um contexto de arejamento fomentado pela editora Civilização Brasileira e pela revista de mesmo nome entre os anos 1965-1968.

Nesses primeiros anos do pós-64, o PCB vira-se obrigado a redefinir sua tática de frente única sob um duplo influxo. Enquanto, por um lado, defendia a centralidade das liberdades democráticas, antes de tudo intramuros, por outro ele também se faria presente numa espécie de segunda frente, recebendo influência de uma esfera propriamente intelectual. Num tempo em que a crise do socialismo real se propagava para dentro do próprio marxismo e evidenciava que este, como diria Bobbio, carecia de teoria política, observava-se, nas esquerdas brasileiras, o que se poderia chamar de batalha pela reabilitação da política. Necessária para resistir à ditadura, essa batalha tinha muito a ver com a discussão marxista a respeito das teses estruturalistas sobre o papel do indivíduo na história, sobre o determinismo e as certezas gerais, por esses temas passando o debate a respeito das possibilidades e limites dos tipos de ação imediata de resistência à ditadura.

As publicações de Ênio Silveira traziam os "sinais dos tempos" como um movimento que impedia a esterilização do campo da esquerda tanto comunista como marxista em geral. Em modos diferentes, ora eles vinham anunciados pelas discussões que alguns PCs ocidentais faziam sobre as conseqüências (à época, falava-se do domínio da energia nuclear, das explorações cósmicas e da cibernética) da nova era da revolução técnico-científica, principalmente no mundo do trabalho, ora chegavam estimulados pelo sopro renovador da Primavera de Praga, ou ainda eram trazidos pelas discussões a propósito da concepção de socialismo que evocavam os *Manuscritos econômico-filosóficos* do jovem Marx. Essas controvérsias dividiam parte da intelectualidade européia entre o que se chamava de

"humanismo marxista" (ensejando o "socialismo com rosto humano") e o estruturalismo marxista que resistia a essa última releitura do legado de Marx, sendo Althusser um dos maiores nomes da reivindicação do marxismo como ciência. Mas, se por um lado tanto a crise do stalinismo quanto a efêmera tentativa de renovação do socialismo real favoreciam um pluralismo criativo, por outro esse era um tempo que encerrava obstáculos à renovação do marxismo (guevarismo, foquismo, maoísmo, movimentos de libertação nacional) que empolgavam grupos de esquerda com origem nas camadas médias (estudantes, intelectuais, profissionais liberais, religiosos) e privilegiavam o vanguardismo político e também a luta armada. A própria ascensão do brejnevismo na URSS, com a derrota do "degelo" de Kruchev, e o sufocamento militar da Primavera de Praga pelo governo soviético (1968) traziam de volta muitos elementos do período stalinista no Leste Europeu. Havia ainda a influência adversa de determinados modismos intelectuais e de grupos de esquerda em voga na Europa e nos Estados Unidos que combatiam a herança racionalista e a dialética e eram amplamente difundidos, até mesmo pela mídia. No Brasil sobreveio o endurecimento da ditadura militar, com a decretação do AI-5 em dezembro de 1968, abolindo os resquícios de liberdade e aumentando a repressão, a censura e outras medidas de caráter autoritário (Coutinho, 1988, pp. 59-60).

No entanto, aqueles "novos rumos" que chegavam antes do completo fechamento do regime eram apenas uma ponta de todo um mundo de idéias e busca cultural. A própria Igreja percebia os "sinais dos tempos": encíclicas eram refundidas no espírito do II Concílio do Vaticano e conferências vinham testemunhar o "diálogo da Igreja com o mundo moderno", usando a expressão que, aqui entre nós, Alceu de Amoroso Lima empregara no artigo que abria o primeiro número da revista *Paz e Terra*, empreendimento levado adiante na mesma época da *Civilização Brasileira* por alguns "homens de boa vontade", católicos e comunistas que, como dizia o

articulista, se aproximavam seguindo o programa inscrito no próprio subtítulo daquela revista: "Ecumenismo e humanismo. Encontro e diálogo".

Notam-se, nesses anos, de um lado, as *démarches* do "grupo pragmático" do núcleo dirigente do PCB, mais particularmente de alguns membros que agora se empenhavam — na luta interna que já em 1966 esgarçava o PCB — em defender a tese de frente única pelas liberdades democráticas. De outro, estava a movimentação de abertura do marxismo brasileiro que chegava à área pecebista por meio dos títulos da editora Civilização Brasileira e dos materiais publicados na *Revista Civilização Brasileira*. Ao levar seus leitores, por assim dizer, até aqueles "sinais dos tempos", as iniciativas de Ênio Silveira poderiam produzir significados múltiplos. Desde o primeiro número, de março de 1965, a *Revista Civilização Brasileira* acolheria tanto artigos (traduzidos e brasileiros) sobre marxismo teórico quanto textos que traziam enfoques e temas novos; artigos com reflexões sobre as questões internacionais e textos que discutiam o país e sua cultura, incluídos os editoriais, as notas e manifestos publicados pela revista sobre os impasses da conjuntura naquele imediato pós-64. Ainda não se reconstituiu, em detalhes, a trajetória da proposição da frente democrática daquele grupo de dirigentes comunistas e como a discussão desenvolvida no "espaço público" daquelas publicações repercutiu nos grupos de esquerda e de centro-esquerda que se defrontavam com os desafios das oposições naqueles momentos imediatamente anteriores aos anos de chumbo.[16]

O contato de um número considerável de leitores de esquerda com um marxismo *diversificado* era permanente naquele lócus intelectual, incluindo as traduções que tanto a editora quanto a própria *Revista Civilização Brasileira* punham em circulação. Aliás, a revista dedicou dois volumes ao tema da crise e renovação do comunismo (preparados por uma equipe coordenada por Cid Silveira e Luiz Mário Gazzaneo). O caderno especial nº 1, *A Revolução*

Russa — Cinqüenta Anos de História, de novembro de 1967, trazia textos de Trotsky e Lênin, Garaudy (com tradução de Leandro Konder), Deutscher, Henri Chambre, Kolakowski, Louis Aragon e a famosa carta que Lukács escrevera para o debate sobre o stalinismo promovido pela revista *Nuovi Argumenti* (também com tradução de Leandro Konder).[17] O terceiro caderno especial, sobre o processo de renovação do socialismo da Tchecoslováquia (*Revista Civilização Brasileira — RCB*, nº 3, de setembro de 1968), dedica cerca de dois terços de suas páginas a informação documental (cronologia da crise, posição dos PCs, conversações soviético-tchecoslovacas para impedir a invasão do país, discurso de Dubcek) e traz um dossiê com os textos do próprio PC tchecoslovaco. As seções de economia e cultura desse último volume reproduzem vários artigos, entre outros, de Ota Sik e de Kosic, e entrevistas com o secretário-geral do PCI, Luigi Longo, e com Garaudy.[18]

O empreendimento da editora Civilização Brasileira de trazer Gramsci ao Brasil entre 1966-1968 espelha o clima de busca de ampliação do marxismo.[19] Se não se aproveitavam politicamente os livros de Gramsci, como por certo pretendiam seus tradutores, era mais provável que os títulos gramscianos menores tivessem alguma repercussão mais imediata na abertura do marxismo brasileiro — por exemplo, a tradução do capítulo de "Gli intellettuali e l'organizzazione della cultura", versão chamada pelo tradutor, Leandro Konder, de "A formação dos intelectuais" (publicada na *RCB*, nºs 5-6, de março de 1966). Pelas mãos de Ênio Silveira, Leandro Konder teria assim proporcionado, ao grande público contemporâneo, o primeiro texto de Gramsci, que antecedeu o artigo "A vida de Gramsci", o qual Oto Maria Carpeaux escreveria para recordar "the right to dissent" na trajetória de um dos maiores intelectuais do século XX (sic), do qual — relembrava o próprio Carpeaux — até Croce falava "com respeito e com afeto" (publicado na *RCB*, nº 7, de maio de 1966; republicado em *Gramsci e o Brasil*, disponível em gramsci.org, 1999). É muito interessante a percepção do

crítico literário ao dizer nesse texto que a "personalidade poética" (usando uma noção crociana) de Gramsci, pensador e homem de ação, continuava bem atual, até mesmo para os brasileiros, naqueles tempos difíceis.[20]

Se então o PCB não vivia apenas de pura intuição, ler e acompanhar (e publicar, por meio de seus intelectuais) todo aquele movimento de idéias nos espaços das revistas *Civilização Brasileira* e *Paz e Terra* certamente significava influir no interior do partido. Ao confirmarem a estratégia frentista de oposição à ditadura em termos de uma política gradualista de "resistência, isolamento e derrota", algumas áreas pecebistas pareciam ter em mente textos desse tempo. É possível fazer essa conjectura a partir dos seguintes documentos, nos quais se vêem contornos mais definitivos do movimento, já referido em páginas anteriores, que vinha constituindo o pecebismo: o "Informe de balanço do Comitê Central dos debates do VI Congresso" (1967), a "Resolução política do Comitê Estadual do PCB da Guanabara" (1970) e a resolução "O trabalho de entendimentos políticos" (aprovada pelo Comitê Central em setembro de 1971). Como que inspirada em Gramsci, a resolução de 1970 examinava o quadro político combinando a análise do curto termo (naquele pós-68, o endurecimento do regime militar) com a consideração dos "fatores permanentes" de médio e longo prazos (conflitos do regime com a classe política, a crise econômica etc.), realizando um exercício de previsão para definir o espaço dos movimentos da oposição. Por sua vez, trabalhando o tema da perspectiva como baliza da prática corrente, o texto dos comunistas da Guanabara mobilizava a habilidade pecebista na *estratégia das miudezas* (compulsão por ações, mesmo pequenas, para acumular as forças das *causas gerais*) e estimulava iniciativas que iam desde contatos, diálogos e acordos até ações que visavam a movimentos de opinião de maior envergadura — como começar a concretizar, naqueles anos de descenso e terror oficial, possibilidades de atuação junto à Igreja (com setores e com a instituição) e ao MDB e "com

todos aqueles que discordavam, total ou parcialmente, de um ou vários aspectos, do regime de 1964". Essa valorização das "miudezas" era a tradução prática da idéia de "partido organizador" que perpassava a resolução de 1970. Por outro lado, esse exercício de previsão, que não obedecia cegamente a um modelo de filosofia histórica ou demiurgia de "classes universais", se evidencia quando o referido texto simula os cenários do fim do regime militar. Estas eram as hipóteses que deveriam orientar "estrategicamente" o PCB e as oposições: 1) a ditadura poderia ser derrotada no contexto de um movimento irresistível de opinião pública que galvanizasse parte das Forças Armadas para a causa da redemocratização e organizasse um levantamento nacional (com maior ou menor emprego da violência); 2) o regime também poderia ser derrotado após um longo processo de desagregação interna do poder, sob pressão das massas e após sucessivas crises, forçando uma parte do governo a facilitar uma abertura democrática; 3) ou, ainda, pela predominância e vitória nas Forças Armadas da corrente nacionalista daquela época — hipótese qualificada com a anotação de que tal corrente, se hegemônica, poderia cancelar o entreguismo do regime, mas tentaria manter o poder militar autoritário, o que exigiria novos esforços para então desmontar os restos do regime e democratizar a vida política nacional (PCB, (1970) 1980).

Esse modo de pensar a política — diferente daquele do pré-64, agora desde fora dos aparatos governamentais e como invenção ante adversidades — se consolidará mais ainda no PCB à medida que ele participar da construção da frente única democrática. A experiência no MDB será emblemática para a própria reabilitação da política, que deveria ser a primeira obrigação da esquerda em um momento em que a política parecia, aos olhos de muitos, impotente para resistir e derrotar o regime de 1964. Desde finais dos anos 60, passando por toda a década de 70 e início dos anos 80, o PCB exerceu papel-chave na articulação do MDB/PMDB em diversos estados (sobretudo em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do

Sul e Pernambuco) e nacionalmente. Desempenhou papel ativo na montagem de candidaturas, até de majoritárias, nas eleições de 1974, 1976, 1978 e 1982. Os comunistas intervieram decisivamente na manutenção da legenda no início dos anos 70, quando um grupo de oposicionistas, diante das dificuldades eleitorais e parlamentares impostas pelas medidas arbitrárias do regime, propunha seu desmantelamento. Novamente, nos anos 1978-1979, os comunistas tiveram postura similar quando outros grupos oposicionistas e personalidades (Fernando Henrique Cardoso, Almino Afonso, Miguel Arraes, Leonel Brizola, entre outros) tentaram substituir a frente democrática representada pelo MDB por uma formação de esquerda, nessa ocasião falando na criação de um Partido Popular ou Partido Socialista, movimentação que depois da anistia ensejou o surgimento do PT.

Esse pecebismo vai reaparecer mais perfilado como pensamento oficial na chamada elaboração do exílio (1976-1979). Esse era um momento em que o PCB recebia novas influências, até mesmo do temário eurocomunista daqueles PCs com os quais se relacionara a parte da direção pecebista que migrara para a Europa após as prisões e desaparecimentos de 1975 — influxos que se fazem presentes nas resoluções que o Comitê Central então adota, procurando consubstanciar a estratégia democrática contra o regime de 1964.[21] São textos desse tempo do exílio: as resoluções políticas do Comitê Central, de dezembro de 1977 e novembro de 1978, o artigo de Josimar Teixeira "A questão democrática" (que espelha a discussão italiana da época) e um texto sobre o patrimônio da política de frente democrática, assinado por Jaime dos Santos, os três últimos publicados no jornal *Voz Operária*, à época editado no exterior. Tentando sintetizar essa elaboração, a resolução de 1978 dizia:

> Para os comunistas, a luta pela democracia, pela manutenção e ampliação e aprofundamento das conquistas alcançadas, é parte integrante da luta pelo socialismo... Em nossa concepção democrática, lutamos não só pelo direito

> de organização e representação no Parlamento dos diferentes partidos, como também pelo fortalecimento do conjunto da sociedade civil, ou seja, para que os cidadãos possam expressar suas idéias e aspirações por uma rede de organizações de base (comissões de empresa, associações de bairro, comunidades de inspiração religiosa, etc.), capazes de intervir na solução dos problemas específicos que lhes dizem respeito e, partindo destes, na decisão das grandes questões nacionais. Só esta democracia de massas, organizada de baixo para cima, poderá assegurar a formação e a participação cada vez maior de um amplo bloco democrático, antiimperialista e antimonopolista na política nacional (PCB, (1978) 1980, p. 292).

Identificado com essa movimentação, Leandro Konder chamaria, à época, a orientação daqueles textos aprovados pela maioria da direção de "retomada da reflexão sobre a questão democrática" (Konder, 1980).

Mas esse era um movimento de configuração segmentada. Talvez possamos considerar como primeiras manifestações formais de uma discussão "eurocomunista" no Brasil o artigo "A democracia como valor universal", que Carlos Nelson Coutinho publicou na nova revista *Encontros com a Civilização Brasileira* nº 9, de março 1979, e a entrevista que alguns membros do Comitê Central do PCB, ainda vivendo os últimos meses do exílio, concederam ao *Jornal do Brasil* (caderno especial "O PCB encara a democracia", domingo, 20 de abril de 1979). São pequenos "textos-eventos", que podem ser tomados — pela reação que o eurocomunismo que aí estaria sendo exposto provocou não só no PCB, mas também em outros grupos de esquerda — como pontos de referência de um novo arejamento que o marxismo pecebista experimentaria no ocaso do regime militar. Na contracorrente da cultura política da esquerda brasileira, Carlos Nelson Coutinho apresentava em seu artigo os fundamentos do que seria uma estratégia de sociedade socialista "fundada na democracia política". Ele trazia a discussão internacional e convergia com a chamada "questão comunista" — formulada em 1973 por Berlinguer a propósito da polarização que levara

à derrota do governo Allende no Chile —, que aqui chegava naquele imediato pós-anistia por meio de alguns membros do Comitê Central do PCB (ver, entre outros, a entrevista ao *JB* anteriormente citada). Esse tipo de discussão alcançara os comunistas quando eles recomeçavam a ter vida de superfície, sendo condicionada por dois eventos consecutivos que lhe interromperiam o ímpeto: a) o diferendo entre Prestes, que resistia ao rumo das resoluções do exílio, e a maioria do Comitê Central. Essa controvérsia se resolveria com a substituição do secretário-geral logo depois do retorno da direção ao país, em 1979, e com a própria realização do VII Congresso, em 1981-1982; b) a realização desse congresso, que não só não radicalizou o sentido daquela elaboração — a que Prestes se opunha —, como também recusou o pensamento da nova corrente chamada renovadora ou "italiana", que emergira nessa época e depois se marginalizaria do PCB.

Em suma, era esse movimento, com correntes nuançadas e curso contraditório, que chegava à hora em que a "questão comunista" tomara impulso, quando o eurocomunismo se estendera além do PCI como referência de renovação da esquerda contemporânea, justamente a partir do tema da democracia política. No Brasil, o PCB havia vivido mais o mundo empírico e da política, tendo a questão das liberdades lhe mostrado um caminho à frente e consolidado seu compromisso com o reformismo pluriclassista — caminho que não fora construído orientado por uma dissertação sobre a formação social brasileira, como a de Caio Prado Jr., nem se consolidara sob claro influxo da nova investigação sobre a contemporaneidade brasileira desenvolvida pelo grupo de intelectuais pecebistas já referido, em meados dos anos 70 em diante.

Ou seja, aqui a "questão comunista" do PCB — tendo passagens discursivas, particularmente daqueles intelectuais — *espelhava mais* e teve como *pontos mais fortes* as virtudes da moderação e da responsabilidade política, evocando aqui duas balizas da atuação dos comunistas brasileiros. A primeira marca, como mencionado

anteriormente, expressara-se em posturas do pré e do pós-64, vale repetir, quando o PCB procurou exercer, mesmo sem êxito, e até com problemas em suas fileiras, a função de "esquerda positiva", no dizer de Santiago Dantas, aquele homem do governo Goulart que reclamava clarividência ao campo da centro-esquerda às vésperas do golpe de 1964. Vê-se o segundo exemplo de lucidez quando, liderado pela maioria do Comitê Central, o PCB se recusou, após a decretação do AI-5, a abandonar a estratégia de resistência ao regime militar por meio da política. A outra baliza que orientou os comunistas no pós-64 é a obsessão pela montagem da frente única em torno das liberdades democráticas, exemplar no episódio anteriormente citado de defesa da continuidade do MDB nos piores momentos da legenda. Nessas posturas, notabilizando-se pela habilidade de "costura política", o PCB exerceu, com êxito, a função de "partido organizador" sempre em busca de uma referência de superfície essencial para a oposição respirar e resistir naqueles anos difíceis.

De qualquer modo, o caminho de pedras por onde o PCB se aproximara da "questão comunista" berlingueriana também mostra um conjunto de elementos não muito congruentes entre si. Mas apareciam como pontos constituintes desse pecebismo o empenho incansável pelo objetivo imposto pela circunstância pós-64 — o restabelecimento da democracia, meta à qual os comunistas tudo subordinavam, inclusive sua própria identidade[22] — e, depois, no início dos anos 90, a tese sobre a convocatória de uma constituinte que conformasse uma "nova formação política", quando as esquerdas já se mostravam dispersas e bastante descentradas da política de centro-esquerda. Como se verá no tópico seguinte, esta será uma das principais propostas do IX Congresso do PCB, de 1991. A outra dimensão da longa travessia pecebista — a tentativa de conciliar o par emblemático da esquerda marxista reforma e revolução — igualmente permaneceria com formulação incompleta por se carecer, na tradição comunista, de fundamentos extraídos de uma

teoria de Brasil — não obstante o fato de o PCB dispor, volte-se a dizer, de um lastro intelectual valioso e bem mais antigo, que poderia ter sido interpelado com muito proveito: Caio Prado Jr. e seus excursos desenvolvidos em vários textos para anunciar os "fundamentos econômicos da revolução brasileira", como dizia o historiador em um deles (Prado Jr., 1947).

Quanto ao tema da especificidade da política — para o qual o PCB caminhava com o passar do tempo —, ele só viria a ser admitido com mais vigor em áreas pecebistas quando foi posto sob a chave da associação entre democracia e socialismo, no decorrer da segunda metade dos anos 70 — como vimos, por ocasião da referida elaboração do exílio e quando a "questão eurocomunista" — denominação que não era aceita — foi aqui equacionada pela tentativa de releitura da contemporaneidade brasileira dos últimos intelectuais afinados com o pecebismo de frente democrática do pós-64. Do mesmo modo que se pode estimar que o "clima intelectual" do "espaço público" de Ênio Silveira, à época, teria inspirado membros do núcleo dirigente na defesa da estratégia democrática contra o regime de 1964, a largueza de vistas do "praticismo ilustrado" do grupo diretivo do tempo do exílio e durante o IX Congresso, de 1991, *malgré tout*, também estaria amparada em passagens dos textos de alguns dos intelectuais eurocomunistas.

Formados nos últimos anos do pré-64, alguns à volta do movimento estudantil e da frente cultural do PCB, vários dos referidos intelectuais, como se viu anteriormente, haviam estado no ambiente de arejamento do marxismo do tempo da editora e da revista *Civilização Brasileira*. No início da década de 1970, alguns deles movimentaram o pensamento de Lukács, por assim dizer, em busca do caminho à frente, trazendo-o da filosofia e da literatura.[23] A perfilação mais definitiva desses publicistas viria logo após a anistia, quando vários deles aparecem articulados com diversos núcleos militantes (PCB, 1983) e alguns dirigentes pecebistas conformam um grupo dotado de certa visibilidade, naquela hora em que o PCB saía

à superfície e até mesmo punha na rua um jornal próprio (*Voz da Unidade*). Esses intelectuais não só teriam influência na primeira fase do novo jornal, como publicariam textos na tribuna de debates preparatória do VII Congresso, de 1981-1982, e ainda se mostrariam, nesses anos pós-anistia, bem ativos na grande imprensa.[24] Encerrado o VII Congresso, já à margem do partido, uma parte deles passaria a editar a mencionada revista *Presença*, definida como uma revista de "política e cultura", que existiria pelos dez anos seguintes.

Alguns desses jovens intelectuais também se tornariam conhecidos por haverem tomado a já aludida hipótese de um "prussianismo brasileiro" (em associação com o conceito de "revolução passiva") como *critério de interpretação* da contemporaneidade brasileira.[25] Entre eles havia os que liam a práxis pecebista à luz do leninismo político, acurando as vistas em *As duas táticas da social-democracia russa* e no opúsculo *O programa agrário da social-democracia russa*, no qual Lênin trazia o tema da evolução agrária "pelo alto". Os autores que tinham esse ponto de partida recorriam ao conceito de "via prussiana" extraído da caracterização leninista das vias de modernização do mundo rural (a americana, baseada no *farmer*, e a experiência alemã), retendo essa distinção para colocar o tema agrário na conformação do político. Seu interesse era o caso da modernização burguesa por vias autoritárias e sem democracia. É até possível supor que esse tipo de retomada da tese da "Declaração de março" sobre a democratização da vida política nacional expressasse a idéia do "método democrático" ao socialismo, que Engels expusera a partir de sua reflexão a propósito da modernização da Alemanha no último quartel do século XIX e de sua tese sobre a democratização da República como *forma específica* que a ditadura do proletariado assumiria em países desenvolvidos (Engels, 1975, 1976).

Observa-se naquela ensaística brasileira sobre nossa "revolução pelo alto", no entanto, mais uma diferenciação expressiva dos rumos do pecebismo tardio. Notam-se, em alguns daqueles autores que

evoluíram para Gramsci, ênfases nuançadas na valorização da política pecebista como ponto de partida de seus textos. Assim, vê-se que: a) enquanto alguns deles se notabilizaram, nos primeiros anos do regime civil pós-anistia, pelo uso dos conceitos gramscianos de Estado ampliado e de *ocidentalização* na discussão sobre a contemporaneidade brasileira daquela época (Coutinho, 1986) e, mais adiante, por enfatizarem o tema dos movimentos sociais na construção de uma democracia de massas no Brasil modernizado que emergira do pós-64; b) outros, entre os mais sensíveis ao leninismo político, anteriormente mencionados, iniciaram uma abertura analítica que, se também trazia as noções de prussianismo e de "revolução passiva", na associação já referida, mobilizava tais conceitos na problematização brasileira, realçando a tematização da assimetria entre economia e política no contexto do trânsito do tradicional para o moderno.

Esses últimos autores divisariam, na natureza política da resistência à ditadura, alcance mais amplo. Diziam que, em uma formação social como a brasileira, que se modernizara sem processos político-institucionais que permitissem à classe econômica exercer sua hegemonia no ordenamento sociopolítico, as liberdades democráticas viriam desempenhar um papel estratégico (Vianna, 1976, 1981; Konder, 1984). Esse viés problematizava a relação entre a intensificação do crescimento das forças produtivas nacionais, levada a cabo pela "contra-revolução" não-recessiva dos militares no pós-64, e a natureza da transição que, na passagem dos anos 70 para a década de 80, avançara sob impacto do descompasso entre economia e política e poderia intensificar-se mais ainda, se os atores políticos, conhecendo bem sua circunstância, tivessem desempenho eficaz. Essa ensaística discutia a questão do esgotamento do regime de 1964 como um tema político *novo* na cultura da esquerda marxista brasileira — tema, aliás, descrito pela bibliografia da história comparada dedicada às transições democráticas mais contemporâneas e que era trazida para a discussão brasileira. O caso

dos países europeus, que se haviam modernizado por vias autoritárias sem contar com uma adequada institucionalidade política, mostrava que ali, à hora do colapso de suas ditaduras tardias, se conformara uma situação na qual a perspectiva da revolução subsumia a da transição (Vianna, 1983). Em suma, como anunciava, em 1984, Leandro Konder, a democratização política brasileira, em andamento rápido após a anistia de 1979, não só viria concluir o período autoritário, como também poderia trazer "conseqüências progressistas de efeito quase revolucionário" (Konder, 1984).

Os últimos tempos na democracia

Com avanços e recuos ao longo da trajetória, o PCB terminou por chegar — aonde o induzia seu "praticismo ilustrado" — cada vez mais sem ambigüidade ao reconhecimento do papel específico da política — e não dos meios revolucionários *stricto sensu* — na renovação da sociedade. Uma sociedade que, como lhe diziam seus intelectuais, se modernizara com uma limitada capacidade de incorporação social e sem construir uma institucionalidade democrática adequada a sua pluralidade. Diante da própria tradição marxista de desconfiança em relação às instituições, desde 1954 os comunistas viram-se levados a abandonar a visão que tinham da democracia política apenas como recurso tático mobilizável para fins revolucionários. A partir de meados da década de 1970, pelo menos a maioria do núcleo dirigente a reconheceria como valor "estratégico", como se dizia no começo, passando a tomá-la depois como lastro capaz de estimular novos tipos de protagonismos sociais e políticos pluralistas. Quanto mais o PCB negava sua matriz terceiro-internacionalista, repensava sua feição de máquina organizacional e deixava de lado as práticas de "patriotismo de partido", mais ele se tornava um agente portador de uma orientação geral influente. Sua trajetória de traumas e incongruências o levaria ao limite dessa

duplicidade que seguirá seus passos até o fim: à hora em que a política de frente democrática obtém êxito contra o autoritarismo e elege Tancredo/Sarney, logo em seguida se acelerará sua última fase de vida, após a legalização eleitoral.

Diversamente do PT, o PCB fez seu trânsito — mesmo inconcluso — de partido revolucionário a partido da política seguido por lastros intelectuais que condicionaram, direta ou indiretamente, seu agir. Pode-se dizer que tanto os empreendimentos de Ênio Silveira, que à época mobilizava velhos e novos intelectuais brasileiros e a melhor literatura marxista, quanto o "praticismo ilustrado" do grupo dirigente oriundo da "Declaração de março de 1958" haviam semeado o caminho para que se valorizasse, depois, em chave de formulação estratégica, a política de resistência democrática ao regime de 1964. Esse movimento aparece como busca de um "caminho democrático ao socialismo", tanto na publicística dos jovens intelectuais que contribuíram, com sua releitura da contemporaneidade brasileira, para maior congruência do pecebismo quanto nas já referidas resoluções do Comitê Central no exílio. Há vários indícios desses últimos lastros na tribuna de debates do VII Congresso do PCB (1981-1982), e novamente se podem ver sinais deles quando o "grupo pragmático" do Comitê Central, em 1991, no IX e último Congresso do velho "Partidão", tenta recriar a própria identidade de Partido Comunista.

No transcurso da década de 1980, evidenciar-se-ia, porém, que o PCB não completaria sua renovação, processo necessário para que voltasse a ter gravitação relevante. Diminuiria sua presença na sociedade civil e nas esferas políticas e governamentais, esmaeceria o vigor intelectual e o partido não conseguiria viabilizar-se legalmente, obtendo uma representação parlamentar demasiado pequena. Impunha-se o paradoxo do comunismo brasileiro: o PCB, por assim dizer, vencia na política ao mesmo tempo em que se esvaziava no plano social, numa época em que a estratégia democrática — que ele defendera — se tornara vencedora com a transição pós-anistia. Nesses anos, os esforços da direção hegemônica no PCB — ela

vencera a disputa com Prestes — foram muito tímidos para dar passagem ao novo ímpeto daquele processo renovador que chegara até o VII Congresso, no qual também, como se disse, ela derrotaria as então chamadas "pressões eurocomunistas".

O sentido mais político da renovação pecebista, cujos contornos foram descritos nos tópicos anteriores, não seria retomado pelo PCB como um todo nesses seus últimos anos. No VIII Congresso, de 1987, por exemplo, propõe-se como principal tese a formação de um novo "bloco social e político", ou "bloco histórico democrático", que viria construir um processo de hegemonia no mundo do trabalho e da cultura por meio de uma política de amplas alianças (PCB, 1987). Enfatizava-se então a necessidade de estimular o "fortalecimento da sociedade civil e política", a ampliação da cidadania e a construção de um "Estado de Direito Democrático, estruturado de forma a permitir transformações progressivas nos seus próprios marcos". Pensava-se em uma alternativa e em um programa que não estivessem "aferrados ao passado e a construções teóricas que formalizaram orientações políticas para outra época; [que] precisa[ssem] responder aos processos e contradições do Brasil de hoje, no mundo atual, articulando-os para a transformação e a renovação da sociedade brasileira [...]" (idem, op. cit.). Dizia-se nesse congresso: "Esse é o nosso compromisso: uma política para a democracia na perspectiva do socialismo" (idem, op. cit.).

No entanto, identificado com o mundo da política, aquele núcleo dirigente viria dizer, em 1991, no IX Congresso, após muitas incompreensões em relação aos seus intelectuais e desgarramentos de dirigentes e militantes, mesmo tardiamente, que já havia passado o tempo para os embates sem quartel contra "revisionistas" e "esquerdistas", embates próprios da tradição do partido único marxista. E diria também que não era mais objetivo seu continuar pelejando pela afirmação de si mesmo como partido possuidor de missão histórico-universal ou cultivar a unidade entre as esquerdas para compartilhar com elas representação operária exclusiva e

combativa. Agora, sua função permanente consistiria em buscar a mínima convergência necessária para conviver, generosamente, com novos grupos não apenas de esquerda, mas também de centro-esquerda. Aliás, nesses anos do fim do comunismo histórico, um deles, o PT, já se vinha tornando hegemônico, quer no mundo do trabalho e outros ambientes sociais onde mobilizava o tema dos interesses e se habilitara como via eficaz de incorporação social, quer no mundo da intelectualidade, no qual se afirmava largamente sem reconhecer valor — ou interpelá-la em registro positivo — à tradição do marxismo político pecebista. Recorde-se neste ponto que a nova esquerda se consolidara na transição democrática da década de 1980, se não combatendo a esquerda histórica, à margem de seu patrimônio político-cultural.[26]

De um lado pressionado com urgência pelo tempo democrático que lhe exigia atualizar a práxis para a competição política e, de outro, interpelado pela crise dos paradigmas marxistas e pelo fim próximo dos países socialistas, o PCB realizaria seu último congresso ao tom das discussões pós-Muro de Berlim e fim do comunismo. Consciente de que o PCB se encontrava já sem condições de sobrevida na forma Partido Comunista, o núcleo dirigente propôs a tese da recriação da esquerda no Brasil. A refundação viria por meio de um processo que poderia redundar em uma nova formação política, cujo referencial programático e prático tivesse o pressuposto "de uma política para a democracia", para a renovação progressiva do Estado e da sociedade brasileira na perspectiva do socialismo.

No documento do IX Congresso se anunciava o abandono da cultura política calcada no modelo de 1917 e que ao longo do tempo se sustentara na contraposição entre reforma e revolução (PCB, 1991). Deixava-se de lado a tradição comunista que via o capitalismo e o socialismo como modos de produção fechados, sendo que esse último só seria passível de construção após uma ruptura, entendida como um momento crucial de "explosão" e captura do poder estatal. O novo projeto, aprovado no congresso de 1991, vol-

tava-se para uma teoria alternativa da revolução em ruptura com o imaginário ortodoxo que se cristalizara na trajetória do PCB. Todavia, sem extraí-la de uma visão de Brasil completamente renovada, a nova alternativa definia a revolução brasileira como uma via processual — tema já proposto pelos debates marxistas clássicos — que trouxesse o desenvolvimento dos "elementos de socialismo" no próprio mundo capitalista em que operava, mediante curso gradual que abriria caminho para a ultrapassagem do capitalismo por meio de áreas ou zonas de rupturas possíveis (idem, op. cit.). Reconhecia-se também uma outra discussão do marxismo mais contemporânea — aliás já adiantada no tempo da *Revista Civilização Brasileira* — que assinalava que o futuro socialista não decorreria de uma determinação histórica, mas representaria uma possibilidade condicionada pela intervenção dos atores sociais e sobretudo políticos — protagonistas plurais e de configuração bem mais diversificada que as áreas da esquerda (idem, op. cit.).

Ao tom das discussões pós-queda do Muro de Berlim, o IX Congresso perfilava a orientação das esquerdas como uma política que produziria mudanças não simplesmente adotadas por imposição das circunstâncias, mas concebidas para garantir a realização plena do ser social em condições de democracia, respeito às diferenças, eqüidade e cidadania. Uma política de ultrapassagem do capitalismo, ao radicalizar uma interpenetração entre Estado e sociedade e entre política e economia, e que se viabilizaria com base num amplo processo de autonomização sociopolítica e cultural das classes subalternas. O IX Congresso chamou essa política de radicalidade democrática — de respeito, sem as ambigüidades da tradição comunista, aos valores e às regras da democracia política —, que veria nos interesses e nos conflitos elementos necessários e imprescindíveis para fazer avançar o processo crescente de conquistas sociais e humanas cada vez mais igualitárias e libertárias.

Reavaliando a própria trajetória do PCB e o fim do socialismo real enquanto "nova sociedade classista", o documento do último

congresso dizia ser necessário para a política de radicalidade democrática superar as práxis do "taticismo", do partidarismo e do corporativismo e o jogo de conveniências da disputa do poder pelo poder. O abandono dessa identidade auto-referenciada seria indispensável para que surgisse um programa reformador que aglutinasse as forças do chamado "bloco democrático", noção retirada da experiência contemporânea para expressar a marca plural do espectro das áreas, grupos sociais e correntes políticas e culturais que se haviam diversificado e alargado muito mais na contemporaneidade brasileira. O IX Congresso enumerava três dimensões do reformismo brasileiro da última década do século XX: a) democracia e cidadania: consistiria na democratização integral da sociedade civil, do Estado e da economia; na socialização da política; na generalização dos direitos de cidadania (crescente ampliação dos direitos civis, políticos e sociais); na superação das inúmeras desigualdades na distribuição de renda; em oportunidades, acesso e controle do saber, no direito a informação, comunicação, saúde; no controle das decisões sociopolíticas e econômicas etc.; b) reforma democrática do Estado: implicaria uma profunda reforma do sistema político e do Estado (deslocando as velhas classes dominantes do uso instrumental do poder) e a desprivatização e publicização do Estado, criando mecanismos de gestão no sentido de sua abertura à participação e controle da cidadania; a prevalência dos interesses públicos sobre os privados; a potencialização e maior alcance das políticas de proteção social desenvolvidas no Brasil; e c) democratização da economia: requereria modificações substanciais na lógica e no funcionamento do capitalismo brasileiro; a elaboração de instrumentos de orientação pública da economia ou o controle social da produção e circulação; a criação de mecanismos e pressupostos que levassem à superação da contradição entre o caráter social da produção e a forma privada e sem controle de apropriação do excedente ou da riqueza social gerada; a participação dos trabalhadores na gestão e na distribuição dos lucros e no reinvestimento das empresas; a eman-

cipação da força de trabalho em relação ao domínio patronal nos locais de trabalho (democracia para além dos portões da empresa; tema do trabalhador como cidadão no local de trabalho; novas relações de autoridade e poder na empresa) — além da criação de mecanismos de libertação e humanização do trabalho visando superar a alienação; e a reestruturação ecológica da economia, ou seja, a "socialização da riqueza" a partir dos novos parâmetros que emergiam do fracasso do socialismo real e das insuficiências e impasses da social-democracia, que se tornavam evidentes nesses anos (idem, op. cit.).

Em relação à tese da refundação da esquerda, dizia-se no documento congressual que, para ter o caráter de nova formação política, democrática, plural e de estrutura policêntrica e mais horizontal, sua recriação precisaria resultar de um processo de convergência de correntes de esquerda, e até mesmo de centro-esquerda, em torno de um projeto comum e não se deveria conformar apenas por um dos componentes das esquerdas existentes. Essa unidade se faria na diversidade e no terreno da representação, da ação e da direção dos participantes no processo de refundação, o que significava recusa do sistema de centralismo democrático e aceitação da convivência com a diferença e o dissenso, entendidos não como desvio, fracionismo ou cisão, mas como momento ativo na elaboração e na montagem da ação política. Levando em conta as experiências antigas e mais recentes, dizia-se ainda que uma nova formação política deveria ser concebida não simplesmente como máquina partidária (freqüentemente objeto de disputas despolitizadas), mas sobretudo como instrumento a serviço da política, como lócus e movimento para transformações, espaço de idéias e de sentimentos coletivos (idem, op. cit.).

Outro ponto dessa tese do IX Congresso era a visão da nova formação política como laica no sentido de que ela não se orientasse por mitos e mitologias, mas por uma cultura política socialista democrática — secular, não-confessional, sem doutrina oficial, dogmas ou concepções sagradas e sem verdades absolutas e definitivas. Dizia-se que isso não significava reduzi-la a um instrumento empírico, agnóstico, privado de idealidades e fins, como já vinha sendo a tendência de agrupamentos partidários naqueles anos. Ao contrário, ela precisaria ser uma formação política com teoria(s); sobretudo teorias do melhor das elaborações radicalmente críticas do capitalismo, aliás, oriundas do melhor da tradição marxista (idem, op. cit.). Essa nova formação política se assentava no mundo do trabalho e no mundo da cultura em todas as suas complexas relações e articulações. Comprometida com a valorização do trabalho e sua libertação e desalienação plenas, obtidas somente no processo de democratização geral da política nacional, ela também deveria abrir-se aos novos sujeitos sociopolíticos emergentes e às demandas que, aliás, puseram em crise os dogmas do próprio fundamento produtivo do mundo contemporâneo, tais como os movimentos dos jovens e das mulheres, do ambientalismo e do pacifismo, os movimentos raciais e religiosos e os reivindicativos urbanos. Seria uma formação política de massas, inserida em suas mobilizações, respeitando sua autonomia e independência, influente nas instituições e na sociedade civil, cujo relacionamento não devia ser mais o do instrumentalismo enraizado na tradição da esquerda ou o da compartimentalização em moda nos processos corporativos mais contemporâneos (idem, op. cit.).

Por fim, uma referência ao tema internacional, a grande marca do PCB, quer por suas antigas campanhas pela paz, quer por sua militância no Movimento Comunista Internacional de ascendência soviética. O IX Congresso comprometia-se com um internacionalismo cujo sentido deveria ser o de intervenções para resolver e equacionar as questões mundiais da ótica da política, resguardando a democracia e a justiça (idem, op. cit.). O documento dizia, afinal, que, com o fim da Guerra Fria e da bipolaridade, com a queda do Muro de Berlim, se esvaziava de qualquer sentido o Movimento Comunista Internacional e seus compromissos ainda presentes nos

últimos países do socialismo real e em alguns poucos PCs. A intensa internacionalização da economia capitalista (globalização dos setores financeiros, produtivos, tecnológicos e culturais) e a emergência, como já se dizia à época, de uma sociedade civil mundial eram processos que traziam os fenômenos da nova mundialização econômico-financeira do fim de século, entre os quais a emergência de governos conservadores neoliberais e a referida crise vivida pela social-democracia. O texto registrava a discussão então em andamento sobre uma alternativa democrática e de progresso social além dos estritos marcos dos Estados-nação, alternativa que seria pensada como uma perspectiva para enfrentar os novos mecanismos de dominação e exploração e que pudesse restringir os poderes hegemônicos e estabelecer a questão da regulação democrática da internacionalização econômica e da luta por uma nova ordem mundial pluralista — com a generalização da democracia política (idem, op. cit.).

Nisso, lembrando os bons tempos do MDB, a tese da nova formação política seria a derradeira grande proposição do velho "Partidão" antes de se dissolver; nesse gesto, com sensibilidade, ele deixava oferecido o que havia amealhado ao longo de sua trajetória em termos de uma cultura política democrática relevante para as esquerdas. Era sua contribuição naquela hora, como se dizia há quase dez anos, de recriar a esquerda como uma nova formação de natureza propriamente política (idem, op. cit.). Em seu último tempo, o PCB consumara seu enigma existencial: à medida que chegava ao tema da valorização da democracia como única via de processamento dos conflitos e melhora da sociedade, a partir de valores e culturas políticas diferenciadas, ele se exauria sob a forma Partido Comunista, em 1991, não tendo o mais representativo dos grupos sucessores, o Partido Popular Socialista (PPS), mostrado capacidade de promover o *aggiornamento* do pecebismo contemporâneo no contexto de retomada da tese sobre a criação de uma nova formação política reformista no Brasil.

Considerações finais

Aos olhos de hoje, o PCB representa uma das mais antigas matrizes do frentismo pluriclassista com base na democracia política, orientação que fez falta às vésperas de 1964 como "esquerda positiva" para evitar que erros das esquerdas contribuíssem para o desfecho do golpe militar. Nos anos de chumbo, ao defendê-la, o PCB teve importância na luta pela reabilitação da política como meio de resistência à ditadura. Quando a defesa das liberdades se espalhou como um valor na larga área de influência do MDB, a política de frente democrática deu rumo às oposições, operou o fim do autoritarismo no colégio eleitoral e ainda foi gravitante no início da transição democrática durante o governo Sarney. Nesses tempos as correntes de esquerda e de centro-esquerda mais ativas da frente democrática, sediadas no MDB/PMDB, tiveram a oportunidade de influir nos processos transicionais e na Constituinte de 1988. A partir do distanciamento das esquerdas em relação ao centro, já na Constituinte e sobremaneira na eleição de 1989 — ela ainda voltaria a estar presente no governo de Itamar Franco —, nota-se a carência daquela orientação na cena política, à medida que o PCB se debilitava e ia sendo substituído pelo PT. Durante os governos heterogêneos de Fernando Henrique Cardoso, uma "esquerda positiva" com aquela orientação teria atuado com maior desenvoltura para melhorar as coisas. Após a anistia de 1979, largas áreas da esquerda orientaram-se justamente pela denúncia da política de frente única deste país — política, não obstante, que tantos anos depois voltaria a estar presente no espírito das coisas que moveram a eleição de Lula.

É certo que o PT realizou uma operação de frente única vitoriosa em 2002, mas não como coligação de partidos desde o início, diferentemente do velho PCB, que estimulava o frentismo, mesmo que enfraquecesse a possibilidade futura do próprio hegemonismo. Os amplos apoios, que o PT não preparou mediante inte-

ração prévia, mas recebeu no final, dão-se em torno de um símbolo como recurso eficaz para conquistar a presidência, sabendo os autores da estratégia não constituírem o PT e seus pequenos aliados do primeiro turno maioria social e política no conjunto da vida nacional. Vendo-se a trajetória do PCB, pode-se dizer que a percepção dessa distância entre revolução e maioria, desde os idos da declaração pecebista de março de 1958, começou a levar os comunistas a duvidarem de pretensões aperfeiçoadoras da sociedade brasileira que não passassem pelo mundo da política realmente existente no país, e a verem que qualquer messianismo, mesmo o revolucionário, com toda sua força de vontade imaginada para resolver aquela não-coincidência, só traria equívocos e situações desastrosas neste país das diversidades apontadas por Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda.

Por um caminho de pedras, o PCB viveu experiências que agora dramatizam o PT, pressionado com urgência a laborar em tempo rápido um lastro de cultura política que lhe sirva tanto para orientar sua própria presença no governo como para dinamizar a militância petista hoje. Dir-se-ia que, ao longo de 70 anos, o PCB realizou três movimentos constituintes da sua melhor tradição. Primeiro: desde a morte de Getúlio Vargas, ele evoluiu no sentido da política de "frente única permanente", rumo por onde, com o passar dos anos, cada vez com menos ambigüidades, tendeu a valorizar a política como tal, valor obtido principalmente no contexto do MDB, marca ainda presente em muitos remanescentes seus, hoje, no PPS. Segundo: também com o tempo, os pecebistas foram aderindo à democracia política sem reservas, embora lhes custasse entender o paradoxo de Bobbio sobre a relação entre democracia e socialismo, sugestivamente aqui relembrado por uma recente paráfrase de Armênio Guedes. Ao referir-se à valorização das liberdades políticas, tema que permaneceu incompleto no comunismo, mesmo na melhor tradição do PCI, de Togliatti a Berlinguer, aquele pecebista dizia, em um debate sobre o legado italiano, que, afinal,

se tratava não tanto de buscar uma via a um socialismo democrático, mas de pensar uma "transição democrática para a democracia". Aí estaria sugerida a idéia de um processo de aperfeiçoamento progressivo da sociedade, com o fortalecimento das instituições e a afirmação definitiva, na esquerda, de uma cultura política democrática. Terceiro: em seus últimos momentos, o PCB também se deparou com as modernizações globalistas, tema divisado quando da recepção da questão da *perestroika* soviética, na segunda metade da década de 1980. Essas percepções, anunciadas no derradeiro congresso pecebista, de 1991, serão ensaiadas já num tempo de ex-pecebistas no PPS e de grande dispersão de militantes, em um movimento um tanto cosmopolita, diferentemente do olhar curioso que um outro comunista bem mais antigo lançava sobre a mundialização anterior: Caio Prado Jr, com sua teoria da história brasileira e a tese sobre o baixo produtivismo da nossa modernização, que não possibilitava a ampliação sustentável da incorporação social e só dificultava a afirmação de um sistema de partidos e o fortalecimento entre nós do regime democrático, requisitos indispensáveis às "grandes reestruturações" da vida nacional.

Notas

1. Essa propensão à política não se teria perdido nos episódios do tempo emedebista. Apresentando o livro de memórias de Marco Antônio Coelho, Armênio Guedes fez este comentário a propósito da militância comunista entre os anos 50 e 70: "Pode-se agora avaliar com maior clareza o papel desempenhado por ela na formação de uma boa parte dos quadros que estão hoje ocupando postos de direção na vida política do país" (Guedes, 2000). Aliás, o tema da presença do PCB na classe política brasileira contemporânea está a merecer um bom estudo.
2. Expressivos desse modo renovador são os chamados "poréns", ou seja, os aditivos apostos a proposições novas e renovadoras dos textos pecebistas. Muitas vezes são pequenos intróitos ou postulados inseridos para lembrar teses essenciais, como a da aliança operário-camponesa e a da disputa pela hegemonia proletária nos processos democrático-burgueses. Usuais nos documentos oficiais, os "poréns" expressam aquilo que textos pecebistas pos-

teriores a 1958 chamavam de "conciliação" para acomodar a linha modernizadora às posturas tradicionalistas que atrasavam a evolução do PCB.

3 Há registros memorialísticos acerca da movimentação dos comunistas nos últimos anos do Estado Novo. Eles gravitavam por meio do "Comitê de Ação", uma formação mais ampla que o aparato organizacional pecebista, que havia sido destroçado naquela época pela ditadura. O "Comitê de Ação", no qual não foi discreta a presença do "grupo caiopradiano", foi derrotado no interior do partido, em 1943, pela articulação que saiu da Conferência Nacional de Organização Partidária (CNOP) e reestruturou o PCB como o "Partido de Prestes" (cf. Batista Cavalcanti, 1983-1989). Quando caiu o Estado Novo e sobreveio o tempo anticomunista da Guerra Fria, os comunistas foram perseguidos, vivendo uma marginalização que se agravou mais ainda com o auto-isolamento dos manifestos de 1948 e 1950, adiante referidos.

4 Em um dos artigos que então abriram a controvérsia sobre o Relatório Kruchev na *Voz Operária*, seu autor, Armando Lopes da Cunha, assim registrava a crítica à visão envelhecida: "Não há mais dúvidas de que o país pode desenvolver-se e caminhar rapidamente para sua independência nacional sem uma prévia derrubada do 'atual governo', e não há mais dúvidas simplesmente porque isto está acontecendo sob nossos olhos. A necessidade de modificarmos nossas concepções programáticas é portanto patente, como patente é também que muito se pode avançar no sentido da independência e do progresso bem como da própria modificação do governo, dentro dos quadros da atual Constituição" (Lopes da Cunha, 1956).

5 Elias Chaves Neto registra que, em 1954, um grupo de amigos convenceu Caio Prado Jr. a disputar a cátedra de economia política na Faculdade de Direito de São Paulo, para a qual ele escreveria *Diretrizes para uma política econômica brasileira*. A operação visava usar o evento para romper com o simplismo da velha tese do "perigo de colonização do país", reafirmada no IV Congresso do PCB, realizado naquele mesmo ano de 1954. A idéia era mostrar que, sem atentar para as forças capitalistas que se haviam desenvolvido e moviam a vida nacional, aquela tese levava o PCB a ver o nacionalismo da época de modo limitado (como um movimento puramente denuncista; cf. Chaves Neto, 1977, p. 142). O texto caiopradiano versava sobre o tema das "reformas de estrutura" em diálogo com o nacional-desenvolvimentismo (Prado Jr., 1954).

6 Em artigos publicados às vésperas do golpe militar na *Revista Brasiliense* e, logo depois de 1964, em *A revolução brasileira* (1966), Caio Prado Jr. interpelou a ambigüidade dos comunistas brasileiros situados entre a figura do campesinato revolucionário e as demandas dos assalariados e semi-assalariados agrícolas. À época de sua aprovação (1963), o PCB mostrou desinteresse pelo Estatuto do Trabalhador Rural, lei, segundo Caio Prado Jr., comparável à abolição (Prado Jr., 1964).

7 Pelo esquema marxista-leninista de enumeração das classes revolucionárias, aquele terceiro lugar atribuído às classes médias seria a posição do "aliado fundamental" camponês. Uma exceção a essa hierarquia é a fugidia proposição de Otávio Brandão chamada "revolução democrático-pequeno burguesa", feita no seio do PCB para pensar as revoltas tenentistas (cf. Zaidán, 1988). Ademais, quem mais realça, no discurso pecebista, o protagonismo das classes médias brasileiras é Nelson Werneck Sodré. Só em 1967, em seu VI Congresso, o PCB erigiu esse grupo à condição de "aliado fundamental" do proletariado na revolução (PCB, (1967) 1980).

8 Não se tem aqui notícia dos influxos a que estariam respondendo as teses ao associarem àquela tendência democratizante as mudanças no caráter do Estado brasileiro. Esse tipo de associação para balizar o agir pecebista volta a aparecer na caracterização do regime de 1964 que o informe de balanço do VI Congresso, de 1967, faz em um tópico chamado "A mudança do regime político", no qual se lê que o golpe militar não havia sido simples mudança de governo, mas "modificou profundamente *a forma estatal de poder*, com danos incontáveis para os interesses da maioria do povo e do conjunto da nação" (idem, (1967), 1980, grifo nosso).

9 O registro é este: "Destacam-se entre elas, por sua importância, os sindicatos, a Igreja, as Forças Armadas, as organizações estudantis, as associações culturais e outras. Estas organizações participam, de uma forma ou de outra, da vida política da nação" (idem, 1960, p. 50).

10 O olhar dependentista separava o PCB de Caio Prado Jr. Enquanto o partido associava a contradição agrária à dependência externa, atento às raízes da formação social (os "grandes domínios" rurais) e ao fato de ela já ser um corpo dotado de movimentos próprios — mesmo que dependente —, o historiador vinculava a questão nacional ao tema agrário. Para ele, era nesse tipo de contradição *nacional*, expressa na não-incorporação dos grandes contingentes excluídos, majoritariamente no mundo rural, que estava o "centro nevrálgico" capaz de reverter o industrialismo artificial e inconcluso no qual residia a problemática da independência nacional.

11 Observe-se que a idéia caiopradiana de contradição principal radicada em processos nacionais o levava a ver de modo diverso a diferenciação das classes econômicas e o protagonismo da força de trabalho (especialmente do mundo rural) e, em conseqüência, a realçar outro teatro da luta sociopolítica. A fratura da burguesia teria outro foco e relevância: enquanto, no curso industrialista, não se constituíra uma fração produtiva propriamente dita, um setor burocrático (que se alimentava do "Estado cartorial", como à época aludira Jaguaribe numa conceituação muito valorizada por Caio Prado Jr.) seria o grupo que se tornaria o "protagonista" burguês no imaginário pecebista da revolução democrático-burguesa. Por isso, o historiador desprezava tanto a era Vargas quanto a cena política da década de 1960, governada pelo sentimento antiimperialista, consciência que, para ele, não era hegemônica em largas parcelas da opinião pública nem tinha capacidade para polarizar o país (Prado Jr., 1966).

12 As teses diziam ainda que a "tática de luta por soluções positivas" que lastreava a via pacífica, "ao contrário do espontaneísmo e da passividade, exige da classe

operária e do seu partido de vanguarda a mais ativa, multiforme e permanente intervenção no movimento político real, a fim de mobilizar grandes massas e quebrar a resistência das forças entreguistas e reacionárias" (PCB, 1960). Para garantir essa ativação popular, ao ator revolucionário caberia empenhar-se em uma frente decisiva: "A luta incessante pelas liberdades democráticas e por sua ampliação, como condição que deve favorecer a ação independente das grandes massas. Neste processo será necessário *revidar* aos golpes das forças entreguistas e reacionárias e *derrotar* as suas tentativas de recorrer à violência para deter o ascenso antiimperialista e popular" (idem, op. cit., p. 82, grifo nosso).

13 Os comunistas brasileiros liam (e alguns publicistas seus até mobilizavam) textos do PCI que naquele momento já traziam os temas da reforma do capitalismo e do vínculo entre democracia e socialismo. Pelo menos desde os debates de 1956-1957, vêem-se publicados na imprensa pecebista vários escritos dos comunistas italianos, como informes, artigos oficiosos, até longos materiais de Togliatti, então o grande formulador da via democrática ao socialismo na Itália.

14 O historiador comparava o industrialismo clássico — no qual produção e consumo interagem em função do desenvolvimento — com a vida econômica brasileira, constituída a partir do divórcio entre o aparato produtivo moderno e a população e suas necessidades (Prado Jr., 1942 e 1954). Daí o reformismo pensado como uma reorganização da economia nacional para vencer a pobreza generalizada e incorporar produtivamente a força de trabalho. Como veremos adiante, ao se voltarem para a hipótese de uma via prussiana de modernização entre nós, os publicistas da segunda metade dos anos 70 irão, por sua vez, tematizar a relação entre economia e política. Eles concentrarão a atenção na modernização sem institucionalidade liberal-democrática. Retomando a valorização da política no PCB que aqui se descreve, esses publicistas equacionariam no partido, como veremos, o tema da democracia política.

15 Recorde-se a ambigüidade provocada por aquela tensão na postura dos comunistas no imediato pré-64, quando, deixando-se levar pela radicalização da época, deslocaram o centro de sua atenção da defesa da frente única antiimperialista para o que então se chamou de combate à conciliação do governo Goulart com os setores que resistiam às reformas de base (ver PCB, 1962; para sua crítica, ver PCB, (1967) 1980, e também Segatto, 1995).

16 Uma iniciativa expressiva desse tipo de interpretação entre labor intelectual e militância foi a fundação do jornal *Folha da Semana*, que começou a circular em 1965. Ele reuniria colaboradores como Oto Maria Carpeaux, Paulo Francis, Luiz Carlos Maciel, Sérgio Cabral, Alex Viany, Maurício Azêdo, Arthur José Poerner, Oduvaldo Viana Filho, Jaguar e Oto Lara Resende. Segundo Leandro Konder, então um de seus articulistas, o jornal representaria um respiradouro para as correntes pecebistas mais alinhadas com a política de resistência e acumulação de forças. Seu fechamento, em dezembro

de 1966, teria representado o fortalecimento das posições radicalizadas no PCB (Konder, 1980).

17 Nesse volume ainda havia outras seções, com destaque para duas delas: Problemas da Economia, com uma série de reflexões que economistas e professores italianos haviam feito durante uma viagem à URSS, em dezembro de 1966; e a seção Revolução e Cultura, na qual aparecem brasileiros, entre eles Carlos Nelson Coutinho, com o artigo "Problemas da literatura soviética" (datado de 1966 e no qual mobilizava a sociologia da literatura de Lukács), e Mário Pedrosa, com o artigo "Revolução e cultura".

18 Incluindo ainda dois manifestos de condenação à intervenção soviética, que punham fim à tentativa de renovação do socialismo real: um manifesto apoiado por intelectuais franceses e outro, por brasileiros, este assinado por Ênio Silveira e outros intelectuais pecebistas, não obstante a posição do PCB de apoio aos soviéticos.

19 Foram traduzidos, em 1966, *O materialismo histórico e a filosofia de Benedettto Croce* (sob o título *Concepção dialética da história*) e *Cartas do cárcere*; em 1968, *Os intelectuais e a organização da cultura e literatura*, *Vida nacional* (versão reduzida) e *Maquiavel, a política e o estado moderno*, que saiu no final desse ano. Marco Aurélio Nogueira registra que a iniciativa não encontrou acolhida, em boa medida devido ao clima de indiferença que se difundira em áreas significativas da esquerda ante uma estratégia gradual de acumulação de forças como a que sugeria a leitura de Gramsci (Nogueira, 1988). Os livros tiveram parte de sua tiragem encalhada.

20 Carpeaux sublinhava do Gramsci leninista, "mas não estalinista", sua recusa à ditadura do proletariado e enfatizava o fato de que o comunista italiano, apoiado em "trechos raros de Lênin" (sic), substituíra aquela fórmula por uma versão da hegemonia proletária transitória. Carpeaux chamava-o de "pai do comunismo libertário e da democracia operária (conselho de fábrica)", valorizando um Gramsci reservado diante da evolução do PC russo após a morte de Lênin. Gramsci era "o mentor do caminho italiano para o socialismo", concepção indissociável de seu "italianismo essencial", no qual, aliás, se revelava seu universalismo (sic).

21 A resolução "Por uma frente patriótica contra o fascismo", aprovada pelo Comitê Central em 1973, constitui um recuo em relação ao pecebismo centrado na democracia política, delineado nas resoluções de 1965, 1967, 1970 e 1971. A resolução de 1973 deslocava o eixo democrático da resistência ao regime de 1964, tal como, em seu tempo, a resolução de 1962 mudara a orientação da frente única antiimperialista da época e convocara para uma luta contra a conciliação de Jango.

22 Recorde-se que, nesse cometimento, o PCB foi insistente; aliás, ainda na hora em que todos se apressavam a afirmar a nitidez de seus partidos, havia áreas suas que resistiam a deixar o PMDB, sensíveis à idéia de que, todavia, era preciso garantir o aprofundamento da transição no contexto do governo Sarney e de que a convergência democrática ainda era necessária.

[23] Recordem-se os textos lukacsianos das coletâneas publicadas pela editora Civilização Brasileira em 1968. O livro coletivo *Realismo & anti-realismo na literatura brasileira* também traz uma pista sobre os primeiros passos de alguns jovens pecebistas naquela movimentação (cf. Coutinho, 1974).

[24] Nesse tempo eles apareciam em entrevistas e declarações aos jornais, artigos em revistas e livros, até mesmo colaborando em um jornal de São Paulo que circulou durante 1979, o *Jornal da República*. Leandro Konder, que levara outros membros do grupo a escrever no jornal (por exemplo, Ivan Ribeiro e Luiz Sérgio Henriques), publicou, entre outros, os pequenos artigos "Uma sociedade civil fraca", "Via prussiana", "Uma ideologia dominante profundamente anti-democrática", "Um elitismo contagioso" e ainda, sobre a trajetória contemporânea do PCB, textos recolhidos em seu livro *A democracia e os comunistas no Brasil* (1980).

[25] No ensaio "As categorias de Gramsci e a realidade brasileira", Carlos Nelson Coutinho apontava a limitação da noção de "via prussiana" por ela se concentrar nos aspectos infra-estruturais, daí sendo necessário completá-la com o conceito de "revolução passiva" que, justamente, viria incorporar a dimensão superestrutural minimizada (Coutinho, 1986, 1989). Para o conceito de "revolução passiva" como critério de interpretação, ver Gramsci, 2002.

[26] Para esse tema das duas culturas políticas de esquerda, ver o texto de Luiz Werneck Vianna escrito naquela época de fim do comunismo: "Nova esquerda e cultura política", publicado no penúltimo número da revista *Presença*, nº 17, Cem Anos de Gramsci, nov., 1991-mar., 1992.

Referências bibliográficas

BATISTA CAVALCANTI, *Manuscritos*. Campina Grande, 1983-1989.

CHAVES NETO, Elias. *Minha vida e as lutas de meu tempo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

COUTINHO, Carlos Nelson (org.). *Realismo & anti-realismo na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

__________. "A democracia como valor universal", *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 9. Rio de Janeiro, 1979.

__________. "Exposição de Carlos Nelson Coutinho", in *As esquerdas e a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

__________. "As categorias de Gramsci e a realidade brasileira", in vários autores, *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

__________. "As categorias de Gramsci e a realidade brasileira", in *Gramsci — Um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989 [originalmente publicado em *Presença*, nº 8. Rio de Janeiro, ago., 1986].

COUTINHO, Carlos Nelson (org.). "Intelectuais em extinção", entrevista a Dênis de Moraes, *Valor*, 24-26 nov., 2000, Fim de Semana.

ENGELS, F. "Introdução", in *Las luchas de clase en Francia de 1848 a 1850* (1895). Moscou: Progresso, 1975. Publicado em K. Marx e F. Engels, *Obras escogidas*, vol. 3.

ENGELS, F. *Crítica al programa de Erfurt* (1891). Barcelona: Yauso, 1976.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, vol. 5: O *Risorgimento — Notas sobre a história da Itália*.

GUEDES, Armênio. "Apresentação", in Marco Antônio Coelho, *Herança de um sonho. Memórias de um comunista*. São Paulo, Rio de Janeiro: Record, 2000.

KONDER, Leandro. *A democracia e os comunistas no Brasil*. São Paulo: Graal, 1980.

__________. "O atraso é tanto que o governo de Tancredo terá efeito quase revolucionário", *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 24 set., 1984.

LÊNIN, W. I. *Duas táticas da social-democracia russa* (1905), várias edições.

__________. *El programa agrário de la socialdemocracia rusa* (1907). Moscou: Lenguas Extranjeras, 1949.

LOPES DA CUNHA, Armando. "O programa e os caminhos do desenvolvimento do Brasil", *Voz Operária*, 27 out., 1956.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

MATHIAS, Eric. "Kautsky e o kautskismo", in Carlos Kausty, *La revolución social/El camino del poder*. México: Cuadernos Pasado y Presente, 1978.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. "Gramsci, a questão democrática e a esquerda no Brasil", in vários autores, *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PCB. Teses para o V Congresso do PCB. Rio de Janeiro, 1960, folheto.

__________. Resolução política de dezembro de 1962. Rio de Janeiro, 1962, folheto.

__________. "Resolução política do PCB", *Voz Operária*, maio, 1965.

__________. O trabalho de entendimentos políticos. Resolução do Comitê Central, set., 1971.

__________. "Por uma frente patriótica contra o fascismo (1973)", in *Documentos do PCB*. Lisboa: Edições Avante!, 1976.

__________. "Declaração sobre a política do PCB (março de 1958)", in *20 anos de política. Documentos*. São Paulo: Lech, 1980.

__________. "Informe de balanço do Comitê Central ao VI Congresso do PCB (1967)", in *20 anos de política. Documentos*. São Paulo: Lech, 1980.

__________. "Resoluções políticas (1977 a 1979)", in *20 anos de política. Documentos*. São Paulo: Lech, 1980.

__________. "A resolução política dos comunistas do antigo estado da Guanabara", in A. Guedes, *Revista Temas de Ciências Humanas*, nº 10. São Paulo, 1981.

PCB. Para renovar a política dos comunistas. Rio de Janeiro, 1983, folheto.

____________ . 8º Congresso (Extraordinário) do PCB. Brasília, 1987, mimeo.

____________ . "Resolução do IX Congresso/Nova Política/Novo Partido", *Voz da Unidade*, nº 515, jun., 1991.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 1942.

____________ . "Os fundamentos econômicos da revolução brasileira", *A Classe Operária*, São Paulo, 1947.

____________ . *Diretrizes para uma política econômica brasileira*. São Paulo: Urupês, 1954.

____________ . "Marcha da questão agrária no Brasil", *Revista Brasiliense*, nº 51, jan.-fev., 1964.

____________ . *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

SANTOS, Raimundo. *A segunda renovação pecebista. Reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-57)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

____________ . *O pecebismo inconcluso*. Seropédica: EDUR, 1994, 1996.

____________ . *Caio Prado Jr. na cultura política brasileira*. Rio de Janeiro: FAPERJ, Mauad, 2001.

SEGATTO, José Antonio. *Reforma ou revolução. As vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

TEIXEIRA, Josimar. "A questão democrática", *Voz Operária*, 1978.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

____________ . "Sobre a tática e a estratégia das teses", *Voz da Unidade, Debate*, nº 89. São Paulo, 1981.

____________ . *O papel da cidadania na hora da transição democrática*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1983.

ZAIDÁN, Michel. *O PCB e a Internacional Comunista (1922-1929)*. São Paulo: Vértice, 1988.

2

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

DEFINIÇÕES IDEOLÓGICAS E TRAJETÓRIA POLÍTICA

*Jean Rodrigues Sales**

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) é hoje o principal representante da tradição marxista-leninista no país. Fundado em 1962 — ou em 1922, como querem seus membros —, ele sobreviveu, de forma surpreendente, à ditadura militar implantada no país em 1964, ao duro golpe sofrido com a derrota na guerrilha do Araguaia, à perseguição policial nos anos 60 e 70 e à crise provocada pela derrubada do Muro de Berlim. Mais que isso, conseguiu um relativo crescimento político e hoje tem inserção importante em setores como o sindical e o estudantil. Tem representantes em câmaras de vereadores, assembléias legislativas e chegou ao governo federal com a aliança política que levou à vitória, na eleição de 2002, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT).

Mesmo com tal trajetória, o partido foi relativamente pouco estudado, havendo pequeno número de trabalhos acadêmicos especificamente a seu respeito. O mais comum é encontrar a história do PCdoB vista a partir da trajetória do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e associada a ela. Seja pela comparação, seja pela oposição, a história do primeiro aparece constantemente vinculada à do segundo, ficando, de certa forma, ofuscada. Certamente contribuiu

* Mestre e doutor em história pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: jeanrodrigues@bol.com.br.

para isso o fato de o PCdoB ter surgido de uma cisão no interior do PCB, sendo que neste ficou a maior parte dos militantes. Além disso, a divisão não impediu que o partido de Luís Carlos Prestes se mantivesse como força hegemônica entre as esquerdas no período que antecedeu o golpe militar de 1964. Já o PCdoB, com muita dificuldade, tentava estruturar-se orgânica e ideologicamente para diferenciar-se de sua matriz e aparecer como uma alternativa viável entre as esquerdas.[1] Entretanto, o fato de não ter ocupado, na primeira metade dos anos 60, um lugar destacado na política nacional não deve servir de empecilho para que sua história seja resgatada. Afinal, o PCdoB acabou por protagonizar, nos anos seguintes, eventos importantes na história da esquerda brasileira e, como afirma a tradição marxista-leninista da qual fazem parte os dois partidos, se a história é a prova dos nove da política, o PCdoB mostrou ter maior capacidade de manutenção de sua estrutura partidária diante das crises internas e das mudanças no país.

A proposta deste capítulo da História do Marxismo no Brasil é entender as características ideológicas e a atuação política do PCdoB desde sua (re)organização, em fevereiro de 1962, até os dias atuais. Para tanto, nessas quatro décadas de história partidária, vamos deter-nos em momentos e temas que apresentem os elementos necessários para a compreensão da trajetória do partido, deixando de lado a preocupação mais estrita com os pormenores desse longo percurso.

As origens

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) surgiu em fevereiro de 1962 a partir de uma cisão no interior do velho Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em 1922, que naquele momento passava por uma fase de modificação de suas formulações teóricas. Aos poucos, e não sem muita dificuldade, o PCB abandonava a

política que havia marcado sua atuação desde que fora colocado na ilegalidade na época do governo Dutra, caracterizada pela radicalização representada no "Manifesto de agosto de 1950" e nas resoluções de seu IV Congresso, realizado em 1954. Busca a partir desse momento a formação de uma ampla frente política, para a realização de uma revolução antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática, que deveria ser feita, preferencialmente, pelo caminho pacífico. A nova orientação política seria coroada com a "Declaração de março de 1958" e referendada no V Congresso, em 1960.[2]

Além dos problemas internos, um evento internacional serviria como catalisador da crise latente no interior do PCB nos anos 50: o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), realizado em 1956. Foi a partir das repercussões desse congresso que se formou no interior do PCB o grupo que seria responsável pela cisão que daria origem ao PCdoB. O congresso do partido soviético denunciou os crimes que Josef Stálin cometera durante os anos em que estivera no poder, causando grande choque em todo o movimento comunista internacional. Além disso, o novo secretário-geral do PCUS, Nikita Kruchev, propôs mudanças profundas nos rumos da política soviética, o que afetaria a atuação dos partidos comunistas. Basta lembrar da polêmica aproximação com os Estados Unidos, por intermédio da política de coexistência pacífica, que causaria embaraço em muitos militantes, acostumados a ver nesse país a encarnação do imperialismo e o principal inimigo a ser combatido.

No PCB, as discussões sobre o peso a ser dado tanto às críticas aos crimes praticados por Stálin quanto às mudanças nas formulações e práticas políticas cindiram o partido em vários grupos com posições diferenciadas. Destaca-se nesse debate a atuação dos militantes que viriam fazer parte da primeira comissão executiva do PCdoB: João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois, Carlos Danielli e Calil Chade. Estes, juntamente com a maior parte do nú-

cleo dirigente, desempenharam papel importante na defesa da ortodoxia partidária. A primeira conseqüência das discussões foi a saída ou a expulsão daqueles que propunham um debate amplo e irrestrito sobre os problemas suscitados pelo XX Congresso do PCUS. Figuras destacadas dessa corrente foram Agildo Barata e Osvaldo Peralva, que sairiam do partido fazendo duras críticas ao seu funcionamento.

Apesar do lugar central ocupado no início dos debates, os futuros membros do PCdoB logo perderiam espaço político na estrutura partidária do PCB. Em julho de 1957, imediatamente após a expulsão de Barata e Peralva, foi publicado no jornal *Voz Operária* um editorial intitulado "A lição dos acontecimentos do PCUS", no qual o núcleo dirigente do PCB afirmava que, após a depuração do partido dos "direitistas", chegara a hora de acertar as contas com aqueles setores que não aceitavam as mudanças que os novos tempos pediam. Assim,

> defendendo a unidade do partido e os princípios do marxismo-leninismo contra os intentos fracionistas e revisionistas, os comunistas brasileiros devem empenhar-se simultaneamente numa luta sem quartel contra os nefastos erros dogmáticos, sectários e burocráticos, e aprofundar com firmeza o processo autocrítico iniciado após o XX Congresso do PCUS.[3]

O núcleo dirigente explicaria à militância como deveriam ser feitas as mudanças de que o partido necessitava:

> Esta reorganização, segundo pensamos, deve ser feita com o afastamento dos camaradas que, apesar de seus méritos e de suas possibilidades de autocrítica, mais estão comprometidos com os erros do passado e os do presente. Estes camaradas deverão ser substituídos por outros que sejam capazes de fazer do Presidium o que ele precisa ser: o órgão executivo do Comitê Central, inteiramente subordinado às suas decisões e ao seu controle. O partido necessita com urgência de uma direção que modifique o presente estado de coisas, tirando o partido da relativa estagnação em que se encontra.[4]

O recado estava dado. Alguém mais, além do cadáver de Stálin, deveria arcar com os chamados erros "dogmáticos e sectários". No PCB, a culpa recaiu principalmente sobre Diógenes de Arruda Câmara, João Amazonas, Sérgio Holmos, Maurício Grabois e Orlando Pioto, que, no pleno partidário realizado em agosto de 1957, perderam os cargos mais importantes que ocupavam no Comitê Central (CC).[5]

Após o pleno de agosto, toma corpo o grupo formado por militantes históricos do PCB, como Pomar, Amazonas, Grabois, Chade e Danielli, que, a partir de então, fariam duras críticas aos rumos que a política do PCB estava tomando, a começar pelo maior símbolo dessas mudanças, a "Declaração de março de 1958". Em seguida, participariam do debate preparatório para o V Congresso do PCB, durante o qual se esforçariam ao máximo na tentativa de ganhar espaço político e, é claro, retomar o poder perdido em 1957. Mas o fato é que a maioria partidária seguiu ao lado da direção e o congresso referendou as teses apresentadas pelo núcleo dirigente.

Em agosto de 1961, o Comitê Central eleito durante o V Congresso do PCB modificou os estatutos partidários para facilitar o registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O nome do partido passa a ser Partido Comunista Brasileiro, mantendo, porém, a mesma sigla (PCB); também foram retiradas do programa as referências ao marxismo-leninismo. Nesse momento, o grupo oposicionista organiza um protesto escrito que ficaria conhecido como a "Carta dos cem", na qual declara que o documento publicado no jornal *Novos Rumos*, quando o núcleo dirigente apresentou as mudanças implementadas, era a negação do partido revolucionário.[6] Os dirigentes do PCB acusam os principais responsáveis pela carta de tentar dividir o partido e os expulsam.

Em fevereiro de 1962, o grupo expulso convoca uma Conferência Nacional Extraordinária, elege um Comitê Central, aprova novos estatutos, declara a reorganização partidária e reivindica

ser o verdadeiro partido comunista em atuação no país, adotando como diferencial a sigla PCdoB. Segundo seus membros, a direção do PCB, ao modificar o nome, os estatutos e retirar de seu programa as referências ao marxismo-leninismo, acabara criando outra agremiação, que nada teria de revolucionária. A partir desse momento, o Brasil passa a conviver com dois partidos comunistas, o PCB e o PCdoB.

Para além das afirmações de um e outro grupo, é necessário entender o sentido e as motivações da cisão. Em geral, ela tem sido explicada a partir da combinação de três variáveis: o conflito entre stalinistas e anti-stalinistas no interior do PCB; divergências entre as linhas "chinesa" e "soviética"; e o confronto entre os que defendiam uma "via pacífica" e os que propunham a luta armada para se fazer a revolução brasileira.[7] Tais interpretações, muitas vezes oriundas do discurso dos próprios partidos e aceitas pouco criticamente por muitos estudiosos, acabaram por se tornar lugar-comum nas referências sobre a história do PCdoB. Sem nos alongarmos na discussão, valem alguns comentários sobre o problema.

Em primeiro lugar, é de difícil sustentação a afirmação de que os que fundaram o PCdoB eram menos ou mais stalinistas do que os que ficaram no PCB, uma vez que ambos reivindicavam a mesma tradição teórica e eram tributários dela. Em suma, se partirmos da análise da teoria e da prática dos dois partidos, não é possível diferenciá-los pela simples designação de stalinista. Para aceitar essa versão, teríamos de acreditar que o PCUS deixou de ter uma prática stalinista após o XX Congresso, o que os acontecimentos da Hungria, Polônia e Tchecoslováquia, entre outros, vieram desmentir. Diga-se de passagem, o PCB apoiou prontamente a intervenção dos soviéticos nesses países.[8]

A vertente que aponta a cisão como parte da disputa entre uma linha chinesa e outra soviética sofre, primeiramente, de anacronismo, uma vez que entre 1956 e 1962 as referências sobre a China nos documentos do PCB não eram matéria de disputas e diver-

gências políticas. Além disso, o PCdoB, ao surgir em 1962, não estabeleceu relações preferenciais com nenhum partido comunista, o que só faria no ano seguinte. Outro elemento que pesa contra essa tese é o fato de a ruptura pública entre os chineses e os soviéticos não se ter dado antes de 1963, portanto após a fundação do PCdoB. Ainda é digno de nota que essa interpretação é tributária de um tipo de análise largamente encontrado em estudos sobre a esquerda brasileira que tratam as organizações comunistas como verdadeiros satélites de centros revolucionários internacionais, empobrecendo o entendimento das motivações internas na história do comunismo brasileiro.[9]

No que diz respeito às divergências entre defensores de uma via pacífica e aqueles que propunham uma via armada para a revolução brasileira, é necessário dizer que, diferentemente do que é apontado pela quase totalidade dos trabalhos sobre o PCdoB, o partido não faz opção explícita pelo uso da violência revolucionária como caminho privilegiado para atuação antes do golpe de 1964, o que só faria, não sem dificuldade, no decorrer da segunda metade da década de 60.[10]

Resta ainda uma perspectiva que aponta as causas da cisão nas divergências internas do PCB em relação aos rumos da política partidária nos governos de Juscelino Kubitschek e João Goulart.[11] Ainda que importante, a interpretação ancorada apenas nas diferenças sobre a estratégia e a tática do partido para o período não chega a explicar o problema — é preciso acrescentar alguns elementos à análise. É necessário considerar que, por mais que o grupo oposicionista tenha divergido dos aspectos fundamentais das resoluções do V Congresso, ele permaneceu ainda por mais de um ano no PCB. Na "Carta dos cem" os oposicionistas não chegam a afirmar que a política adotada pelo congresso era inconciliável com as atividades revolucionárias dos comunistas, atendo-se a cobrar da direção que voltasse atrás em sua decisão de modificar os estatutos do partido e retirar as referências ao marxismo-leninismo.

Para o entendimento da cisão, é preciso considerar elementos que dizem respeito à estrutura e ao funcionamento típico dos partidos comunistas. Um primeiro ponto a ser lembrado, que mesmo não sendo o principal não pode ser desprezado, é o do papel desempenhado pela disputa de poder dentro da estrutura partidária. O grupo oposicionista, que começou a perder espaço dentro do PCB em agosto de 1957, manteve ainda alguns cargos até o V Congresso, quando saiu definitivamente derrotado, não tendo seus membros sido reeleitos para o Comitê Central. É muito provável que a perda de poder dentro do partido tenha encorajado o grupo a redigir a "Carta dos cem" e acelerado a decisão de (re)organizar o PCdoB.

Mais um aspecto que merece ser considerado diz respeito ao fato de as divergências dentro dos partidos comunistas, na maioria das vezes, serem resolvidas com expulsões. A história do PCB está repleta de exemplos, e em todos eles há uma importante característica comum: a impossibilidade da convivência, na estrutura do partido, de idéias contrárias à orientação do grupo dirigente.[12] Nesse sentido, guardadas as especificidades, a cisão que deu origem ao PCdoB, para além do discurso dos próprios atores, que apontam motivos de vários matizes para explicar as divergências, não se diferencia substancialmente dessa tradição. Ao contrário, é possível afirmar que a cisão de 1962 é mais um capítulo da longa tradição de expulsões no PCB. A ruptura que deu origem ao PCdoB e a crise de 1967, que fariam surgir, entre outros agrupamentos, a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), talvez sejam os maiores exemplos dessa prática.

Nessa interpretação, a cisão de 1962 pode ser entendida a partir das divergências que surgiram no interior do PCB na segunda metade da década de 50, ligadas a problemas candentes da conjuntura, como o posicionamento a respeito da profundidade das mudanças necessárias após as denúncias de Kruchev, a análise da conjuntura política e, a partir disso, a formulação da estratégia e da tática do

partido na época dos governos Juscelino Kubitschek e João Goulart. A partir dessas divergências, formaram-se grupos com opiniões diferenciadas no interior do partido sobre o rumo que deveria ser dado à política e ao funcionamento do PCB. Essa situação, agravada pela luta pelo poder dentro da estrutura partidária e pela longa tradição que impossibilitava a persistência de diferenças significativas no interior do partido, levou à expulsão do grupo oposicionista.

A especificidade da cisão está em ter conseguido aglutinar em torno de si um número maior de militantes e, em duras condições políticas, ideológicas e organizacionais, criar um partido em um momento no qual o PCB vivia, talvez, sua fase de maior importância política. Assim, sua excepcionalidade está em seu desdobramento, no qual, graças à capacidade de seus dirigentes, conseguiu constituir-se no principal partido comunista em atuação hoje no país.

Por fim, ainda em relação à tradição de resolução das divergências por meio de expulsões e cisões, pode-se lembrar que o próprio PCdoB iria segui-la. Poucos anos após seu surgimento, expulsaria dois grupos de militantes, que dariam origem ao Partido Comunista do Brasil — Ala Vermelha (PCdoB-AV) e ao Partido Comunista Revolucionário (PCR).

As definições ideológicas

A disputa com o PCB

A partir de 1962 passaram a existir no Brasil dois partidos comunistas, que desde então travaram uma verdadeira batalha pela herança política e simbólica do comunismo brasileiro, apresentando-se ambos como herdeiros da fundação de 1922. Como se sabe, a tradição da III Internacional Comunista, reivindicada por ambos, não aceitava a existência de dois PCs em um mesmo país. Assim, a presença do PCB e do PCdoB trouxe um problema político para

os dois grupos e uma questão historiográfica para aqueles que tentam apontar qual deles deveria ser considerado o representante da tradição da Internacional Comunista (IC) no Brasil.[13]

Acreditamos que a questão pode ser enfrentada com outra pergunta. É necessário entender o porquê de os dois partidos se preocuparem com a apropriação desse passado. Por que gastar tanta energia na disputa pelos símbolos partidários? Michael Pollak apresenta proposições que podem servir para o entendimento do problema. Para o autor,

> toda organização política — por exemplo, partido, sindicato etc. —, veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma. Ela não pode mudar de direção e de imagem brutalmente a não ser sob o risco de tensões difíceis de dominar, de cisões e mesmo de seu desaparecimento, se os aderentes não puderem mais se reconhecer na nova imagem, nas novas interpretações de seu passado individual e no de sua organização. O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo. Temos exemplos disso por ocasião de congressos de partidos em que ocorrem reorientações que produzem rachas [...].[14]

Se for correto, como afirma Pollak, que os comunistas têm no passado uma fonte fundamental de legitimação política e não podem mudar radicalmente seus projetos políticos de direção sem antes reelaborar seu passado, no caso do PCdoB o problema ganhou um relevo ainda maior, o que se deu pela própria especificidade de sua trajetória política. Ou seja, pelo fato de ter surgido como dissidência do PCB, com poucos militantes e pouca inserção nos movimentos sociais, tendo que demarcar suas diferenças políticas quando a matriz vivia um dos momentos mais importantes de sua história.

Na demarcação de território político e ideológico em relação ao PCB, algumas das principais ferramentas utilizadas pelo PCdoB foram exatamente a história e a memória partidária, o que se mostrou fundamental em seus primeiros anos de atuação. O discurso

político que fundamentou a criação do partido foi estruturado, principalmente, a partir da busca de um respaldo no passado. Foi por meio da história que o PCdoB tentou convencer seus militantes e interlocutores de que era o verdadeiro partido comunista atuante no Brasil, que se mantivera dentro das autênticas tradições marxista-leninistas, enquanto o outro se teria afastado desse caminho. A disputa com o PCB pelo patrimônio simbólico representado pela tradição do comunismo brasileiro marcou toda a história do PCdoB, e a ela o partido dispensou muito de suas energias, o que pode ser medido pelo lugar especial que a questão ocupou e ainda ocupa na vida do partido.[15]

O alinhamento internacional

Juntamente com a reivindicação do legado teórico e político do velho PC fundado em 1922, particularmente das formulações que antecederam a "Declaração de março de 1958", outro elemento fundamental nas definições ideológicas do PCdoB foi sua relação com o Partido Comunista Chinês (PCC) e com o maoísmo. Os dirigentes do partido, até meados dos anos 70, afirmariam publicamente que o PCdoB se espelhava nas formulações políticas dos chineses. Entretanto, para além do discurso oficial de alinhamento ao PCC, é necessário dizer que outras experiências internacionais também foram importantes na trajetória do partido. Na situação específica das esquerdas nos anos 60, não bastava a opção por um modelo internacional. Ele teve que discutir, principalmente com os próprios militantes, o significado dos vários caminhos revolucionários que estavam em evidência no período.[16]

O fato de o grupo reivindicar para si, ao surgir, o *status* de verdadeiro partido comunista em atuação no Brasil trouxe conseqüências para sua política internacional. Devemos considerar que, para agir com coerência em relação ao seu discurso, ele deveria, após sua "reorganização" em 1962, portar-se exatamente como a con-

tinuidade do velho partido comunista fundado em 1922, conforme alegava. E foi nessa condição que o PCdoB tentou estabelecer as primeiras relações com o PCUS, tentativa por sinal infrutífera, pois os soviéticos não aceitaram sua versão a respeito da cisão e mantiveram os contatos com o PCB.

Com efeito, houve uma tentativa de aproximação e reconhecimento por parte do PCdoB em relação à União Soviética, assim como, simultaneamente, conversações com Cuba e China. Em entrevista, um ex-militante do partido, Vicente Roig,[17] relata como se teria dado essa busca de legitimidade internacional. Pedro Pomar fora a Moscou pedir ao PCUS o reconhecimento do PCdoB; Lincoln Oeste teria ido a Cuba e João Amazonas teria sido o responsável pelas conversações com o Partido Comunista Chinês. Em suas palavras:

> a partir daí é que o PCdoB se torna, como eles passaram a dizer depois, o primeiro partido no Ocidente a romper com o revisionismo e etc., e se torna pró-chinês, e é aí que ele começa a ficar mais claro, percebe? Que, até esse contato com a China, o perfil ainda era muito dúbio, tanto é que eles procuraram a União Soviética, procuraram Cuba, para depois procurarem a China [...].[18]

Não nos interessa a polêmica sobre de qual partido o PCdoB primeiramente se aproximou, apenas queremos assinalar que, em seus primeiros anos de vida, havia uma indefinição de sua parte a respeito dos caminhos a seguir no interior do comunismo internacional.[19] A tentativa de aproximação com os soviéticos demonstra também que muitos autores erraram ao apontar a origem do PCdoB como reflexo, no Brasil, do cisma sino-soviético. Se fosse esse o caso, o partido teria procurado os chineses imediatamente após a cisão. Ao contrário disso, seguindo a tradição da qual seu núcleo dirigente era tributário, o partido tentou se aproximar dos soviéticos e até mesmo dos cubanos, e a opção definitiva pela China não se dá antes de 1963.

China: maoísmo, ortodoxia e Revolução Cultural

No que tange às relações do PCdoB com o comunismo chinês, podemos começar ressaltando uma questão que seria fundamental na opção do partido pelo alinhamento ao PCC: as diferenças do maoísmo em relação ao foquismo. Se os dois tinham pontos em comum, como o privilégio dado ao campesinato e à guerrilha rural, a ênfase nos povos do Terceiro Mundo e o teor militarista de suas estratégias revolucionárias, o primeiro tinha aspectos próprios que o tornavam muito mais atraente para um partido como o PCdoB, tributário da tradição comunista da III IC. Como assinala Gorender, havia aí duas características fundamentais. Em primeiro lugar, o maoísmo subordinou o fator militar ao fator político, ou seja, o partido deveria preceder a guerrilha. Em segundo lugar, os chineses não romperam com a proposta de revolução por etapas, diferentemente do foquismo, que propunha uma revolução imediatamente socialista.[20]

Vale dizer que a via chinesa se apresenta de forma clara, como modelo e alternativa em relação a outras estratégias revolucionárias, somente por volta de 1963, quando ocorre o rompimento público entre o PCC e o PCUS.[21] Nesse caminho, é preciso entender o relacionamento do PCdoB com o PCC considerando os aspectos nacionais e internacionais envolvidos, para perceber que, entre os comunistas chineses e os brasileiros, havia interesses comuns que os levaram a se tornar aliados políticos. O PCC disputava com o PCUS a hegemonia no movimento comunista internacional, o que tornava interessante uma aliança com um partido comunista no Brasil, o qual, ainda por cima, disputava espaço político com um grupo pró-Moscou. O PCdoB, por sua vez, encontraria apoio nessa importante corrente do comunismo internacional durante seus difíceis primeiros anos de existência.

O PCdoB aderiu ao maoísmo no momento em que este tinha como característica fundamental a defesa da ortodoxia stalinista.

Basta lembrar que o grupo que fundou o partido foi crítico ferrenho das mudanças implementadas após o XX Congresso e, ainda por cima, viu suas pretensões de estabelecer relações privilegiadas com os soviéticos serem recusadas pelo PCUS, que continuou apoiando o PCB. Esse episódio fez o PCdoB tornar-se um crítico fervoroso da nova orientação soviética, ao mesmo tempo em que estreitava os laços com os chineses.

A idéia de que o PCdoB se aproximou do maoísmo via defesa da ortodoxia stalinista pode também ser percebida, por contraste, ao observarmos que os grupos da chamada esquerda revolucionária — críticos de muitos aspectos dessa ortodoxia — se aproximaram dos chineses muito mais pelas idéias da *Revolução Cultural* e não por nutrirem qualquer simpatia pelo PCdoB. Do mesmo modo, a Ação Popular (AP), que se aproximou dos chineses e viria incorporar-se ao PCdoB, chegou ao maoísmo por um caminho distinto daquele seguido pelo partido.[22]

A chegada ao maoísmo via defesa da ortodoxia stalinista deu suporte para que o partido estabelecesse uma estratégia revolucionária em que, necessariamente, deveria estar presente o horizonte da luta armada, sem ter de partir para ações imediatas, como fizeram muitos grupos no período. Se, em 1962, o partido pôde surgir levantando retoricamente a bandeira da violência revolucionária, na conjuntura do pós-64 a prática política, entendida como ações efetivas e armadas contra a ditadura, tornara-se o divisor de águas da verdadeira revolução em relação ao "pacifismo" e ao "reformismo" do PCB. Não aderir à luta armada poderia significar a perda de militantes para outras organizações que haviam saído na frente e empreendido as primeiras ações contra os militares.

Como podemos observar, a opção pelo regime chinês e a aproximação com o maoísmo estão fundamentadas, ao mesmo tempo, em opções teóricas (defesa da ortodoxia stalinista, teoria do bloco das quatro classes, revolução por etapas e a idéia de guerra popular prolongada) e na prática política (recusa do PCUS em aceitar a proposta de

relações políticas privilegiadas e necessidade de uma estratégia de luta armada para se contrapor à atração exercida pelo ideário foquista).

O relacionamento do PCdoB com o maoísmo é intenso até a segunda metade da década de 70, quando há um rompimento público com o PCC e é feita, à moda comunista, uma crítica retrospectiva ao modelo chinês, na qual se procura mostrar que o partido já discordava das idéias de Mao Tsé-Tung desde 1963.[23] De qualquer forma, essa crítica não pode apagar o fato de que, desde sua (re)organização até a guerrilha do Araguaia, o maoísmo exerceu considerável influência no PCdoB e foi com base nele que o partido orientou grande parte de sua estratégia política no período.

Quanto ao resultado dessa relação para o PCdoB, pode-se dizer que ela marcou profundamente sua experiência partidária. Em primeiro lugar, possibilitou ao grupo que fundou o PCdoB enfrentar a difícil tarefa de organizar um partido comunista, como já se disse, em um momento em que sua matriz, o PCB, atravessava um dos momentos de maior prestígio político, no qual sua estratégia revolucionária parecia ser referendada pelas reformas de base de Goulart e pela presença, na cena política brasileira, de uma ampla frente nacional e antiimperialista.

Em segundo lugar, vale destacar a eficácia do maoísmo entre a militância enquanto teoria embasadora de sua estratégia revolucionária. Em que pesem as cisões sofridas pelo partido no período — em grande medida influenciadas pelo foquismo —, a opção pela estratégia de *guerra popular prolongada* conseguiu agregar em torno de si a maioria dos militantes, que logrou ficar imune à opção militarista que tomou conta da esquerda revolucionária no período. Enquanto isso, o partido fazia os preparativos do que viria a ser a guerrilha do Araguaia.[24]

O programa político

Foi durante o governo parlamentarista de João Goulart que o PCdoB tornou público o programa que pautaria sua atuação até o início dos anos 80. Para efeito de análise, discutiremos três questões que podem nos ajudar no entendimento de suas definições ideológicas e de sua prática política. Temas que, aliás, estiveram em pauta no debate de grande parte das esquerdas brasileiras no decorrer da década de 60 e seriam responsáveis por muitas de suas cisões: a caracterização da revolução brasileira, o tipo de regime a ser implantado no país como resultado de uma revolução vitoriosa e os meios que deveriam ser utilizados para sua efetivação.

A problemática da caracterização do tipo de revolução idealizado pelo PCdoB está fortemente marcada por uma tradição que remonta às formulações teóricas da Internacional Comunista, ou III Internacional, sobre a revolução democrático-burguesa.[25] Nesse caminho, o "Manifesto-programa" é iniciado com a descrição catastrófica da realidade nacional. A causa dos problemas da economia e da sociedade brasileira estava ligada à "exploração do país pelo imperialismo, em particular o norte-americano, ao monopólio da terra e à crescente concentração de riquezas nas mãos de uma minoria".[26]

Essa situação de domínio do imperialismo e do latifúndio, que gerava um desenvolvimento calcado no capital estrangeiro e mantinha uma estrutura agrária perversa, daria origem a um regime reacionário e antinacional, o que poderia ser medido pela própria Constituição de 1945, que serviria unicamente aos interesses das classes dominantes. A única solução encontrava-se na implantação de um *governo popular revolucionário* e de um *regime antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista*. Essa formulação define o caráter da revolução nos marcos democrático-burgueses, tributária das análises da Internacional Comunista.

De acordo com a definição do caráter democrático-burguês da primeira fase da revolução, o novo regime, por meio do governo popular revolucionário, deveria criar condições para que todos os requisitos dessa etapa revolucionária fossem cumpridos, para depois passar para a segunda etapa — socialista — da revolução. As primeiras tarefas deveriam, dentro dessa lógica, propiciar o pleno desenvolvimento do capitalismo no país. Assim, era necessário, antes de tudo, libertar o Brasil da espoliação que sofria do capital norte-americano e, ao mesmo tempo, livrar o campo dos entraves feudais e do latifúndio, com uma reforma agrária radical.

Para a efetivação dessa proposta de governo, o partido teria de esclarecer quais vias deveriam ser percorridas, já que os caminhos traçados por outros grupos estariam equivocados. Nesse ponto, o PCdoB teria dificuldade em apresentar uma estratégia que se diferenciasse, em sua essência, daquela proposta pelo PCB. Na tentativa de aparecer à esquerda de sua matriz no espectro das esquerdas, o partido acabaria trilhando o perigoso caminho do radicalismo retórico.

Para o PCdoB, as classes dominantes recorriam à força contra os movimentos sociais sempre que sentiam seu poder ameaçado. Dessa forma, tornavam inviável o caminho pacífico da revolução. Por esse motivo, "as massas populares terão que recorrer a todas as formas de luta que se fizerem necessárias para conseguir seus propósitos". Entre os caminhos possíveis estavam as "ações por conquistas parciais", as "campanhas eleitorais" e a "luta decidida e enérgica".[27] Dessa forma, diferentemente do que se costuma ressaltar em estudos sobre o PCdoB, no "Manifesto-programa" a luta armada não aparece como caminho a ser seguido. O que há no documento é uma hesitação em optar de forma aberta pelo uso da violência.

Outro elemento importante na problemática da caracterização da revolução brasileira é o instrumento político que deveria ser utilizado para sua efetivação. A proposta do partido é de uma frente única sob a direção da classe operária. Aqui, mais uma vez, devemos fazer menção à influência internacional na adoção dessa tática. Ela é tributária de pelo menos duas orientações. Primeiro, da política

de frente popular adotada a partir do VII Congresso da Internacional Comunista. Segundo, da influência da tese propagandeada pela China da estratégia do bloco de quatro classes. Não importa se a Revolução Chinesa correspondeu, na prática, ao discurso oficial. O fato é que sua teoria surge de uma revolução vitoriosa, em um país periférico, numa realidade próxima àquela dos países latino-americanos. Além disso, a estratégia revolucionária chinesa, para além de sua especificidade, não feria a ortodoxia stalinista a respeito da revolução por etapas, podendo assim ser utilizada no continente americano.[28]

A defesa da revolução democrático-burguesa, feita com a união de amplos setores da sociedade, formando uma frente política sob a direção da classe operária e com a utilização, caso se fizesse necessário, de "todas as formas de luta", no plano político; e a defesa da ortodoxia stalinista e a adesão ao maoísmo, no plano ideológico, dariam os contornos básicos à imagem do PCdoB nos primeiros anos de vida. O partido tentaria, com esse programa, diferenciar-se de sua matriz e lograr uma atuação política efetiva.

A estruturação orgânica

O partido enfrentaria, no decorrer dos anos 60, uma série de dificuldades ligadas a problemas tanto orgânicos quanto políticos. Um primeiro problema residia no pequeno número de militantes que o PCdoB possuía, já que a maioria dos membros, no momento da cisão, permaneceu no PCB, o que tornava a base partidária muito estreita, dificultando maior inserção nos movimentos sociais. As principais bases do partido surgiram de onde seus dirigentes se encontravam antes da cisão. As mais significativas estavam no Rio Grande do Sul, onde atuava João Amazonas; no Rio de Janeiro, por intermédio de Maurício Grabois, Lincoln Oeste e Carlos Danielli; e, em menor medida, em São Paulo, a partir da presença de Pedro Pomar.[29]

Em outros estados, o novo partido demorou a se organizar. Um exemplo das dificuldades encontradas pelo novo grupo em se enraizar pelo país é o do Ceará, onde ele viria a ter um núcleo importante de militantes, com nomes como Ozeas Duarte, Sérgio Miranda, José Genoino etc. Mesmo aí a cisão só se consumaria em 1965, quando os militantes, acusando o PCB de responsável pela derrota de abril de 1964, passaram a procurar novos caminhos, alguns aderindo ao PCdoB. Antes do golpe militar, porém, o PCdoB não tivera qualquer influência no estado cearense.[30] Do mesmo modo, na Bahia, sobretudo em Salvador, ele não conseguiu organizar-se efetivamente antes do final de 1965, quando lograria montar uma primeira base estudantil.[31]

À situação de restrição do número de militantes, somavam-se problemas políticos que levavam o PCdoB a certo isolamento social. Um deles, segundo Garcia, seria o fato de o partido não conseguir estabelecer uma tática que parecesse viável para o campo das esquerdas, uma vez que as teses do PCB pareciam concretizar-se nas reformas de base propostas por Goulart. O que o PCdoB fazia, bem como outros grupos que queriam aparecer à esquerda do PCB, eram formulações extremamente genéricas, nas quais o uso da violência aparecia, enquanto aspecto de diferenciação, apenas no plano dos princípios, tendo assim pouca eficácia política. Outro elemento que dificultava maior inserção social do partido era o fato de ele reivindicar oficialmente o legado político e teórico de Stálin, em um momento em que se avolumavam as críticas à herança do ditador, especialmente entre os militantes mais jovens.[32] Essas condições de isolamento parecem ter contribuído para certo sectarismo na atuação do partido, o que o próprio PCdoB reconheceu em documento de agosto de 1964.[33]

Mostramos nas páginas precedentes alguns problemas políticos e orgânicos que o PCdoB enfrentou nos anos 60. Isso não significa, entretanto, que o partido tenha ficado paralisado naquele período, e é possível mesmo que tenha tido algum êxito pelas ban-

deiras radicais que agitava. Exemplo disso é que, embora não tenha sido numericamente importante, sua plataforma política conseguiu agregar certos efetivos. O ex-militante Joaquim Celso de Lima, que atuava em Porto Alegre, afirma em suas memórias que se aproximou do partido quando, em uma greve de que participou, no Moinho Rio-grandense, recebeu apoio somente do PCdoB, enquanto o partido ao qual então pertencia, o PCB, não lhe deu a ajuda que esperava.[34]

Apesar das tentativas de aumentar o número de militantes, a atuação do partido no pré-64 não parece ter dado muitos frutos. No final das contas, o PCdoB não conseguiu agregar em torno de si forças suficientes para um desempenho efetivo no período. Suas propostas — retoricamente radicais — não despertavam quase nenhuma atração no momento em que boa parte da sociedade estava na cena política reivindicando seus direitos.

O PCdoB e a ditadura militar

O PCdoB, assim como o restante das esquerdas brasileiras, recebeu com perplexidade não exatamente o golpe militar, que teve a preparação amplamente denunciada, mas o fato de não ter havido resistência por parte das forças populares. Mesmo afirmando que estava preparado para essa situação e que, se não reagiu, foi por causa de seu reduzido número de militantes, não se pode deixar de apontar as dificuldades que o partido enfrentou diante do regime discricionário que se implantou no país. Exemplo disso foi a demora para reorganizar-se efetivamente. Seu jornal, *A Classe Operária*, cuja sede foi fechada nos primeiros dias após o golpe, só reaparece praticamente um mês depois, em 12 de maio, e uma avaliação oficial da nova situação vem a público somente no mês de agosto.[35]

O partido foi um adversário implacável do governo de João Goulart. Em sua luta por um *novo regime* e por um *governo popular*

e revolucionário, o PCdoB não diferenciava Goulart dos generais que planejavam o golpe. Assim, mesmo denunciando os preparativos golpistas, jamais empenharia suas forças na defesa do governo. Após os acontecimentos de abril, porém, a situação era outra. Os militares estavam agora no poder, o que tornava possível uma comparação com o período anterior.

O PCdoB fez essa análise em um documento assinado pela comissão executiva do partido, intitulado "O golpe de 64 e seus ensinamentos".[36] Reconheceu que no governo de João Goulart o povo usufruía de "relativa liberdade", havendo espaço para todos os tipos de manifestações políticas.[37] Contra isso, organizaram-se setores reacionários da sociedade. A Escola Superior de Guerra, o clero, os latifundiários, a embaixada dos EUA etc., todos pregavam abertamente a necessidade de um golpe militar para evitar transformações revolucionárias na sociedade. E a tudo isso — mais uma vez o partido culparia Goulart —, o governo assistia passivamente.

O único erro que o PCdoB admitia ter cometido, por causa de "tendências sectárias" em seu interior, foi o de ter agido com "alguns exageros no combate ao que havia de errôneo na política do senhor João Goulart". E se o partido nada fez na defesa do regime deposto, foi porque, "infelizmente, o PC do Brasil não dispunha de suficiente influência entre as massas para levá-las a interferir de maneira adequada nos acontecimentos".[38]

A estratégia e a tática do PCdoB sofreriam transformações? Afinal, como ele mesmo reconheceu, da situação de relativa liberdade do governo Goulart para o momento seguinte, sob a ditadura militar, haviam ocorrido mudanças importantes. Entretanto, por estranho que possa parecer, segundo o documento "O golpe de 64 e seus ensinamentos", não haveria modificações na política partidária que vinha sendo seguida antes do golpe. Para o partido, os acontecimentos teriam comprovado que a linha traçada no "Manifesto-programa" estava correta. Assim, os comunistas sentiriam-se "estimulados a prosseguir com mais decisão no caminho

pelo qual enveredaram. A análise e as soluções apresentadas em seu Programa são, hoje, inteiramente válidas".[39]

Se observarmos atentamente, porém, perceberemos que, ainda que a estratégia — revolução antiimperialista e antilatifundiária — e a tática — de frente única por um governo popular revolucionário — sejam nomeadas da mesma forma tanto no "Manifesto-programa" quanto em "O golpe de 64 e seus ensinamentos", há diferenças importantes que estão implícitas em suas formulações. Neste documento, a frente única aparece substancialmente ampliada em relação ao manifesto. Nela, passam a ser admitidos até mesmo integrantes da conservadora União Democrática Nacional (UDN). Ao mesmo tempo, a luta pelas liberdades democráticas e a questão nacional ganham destaque em relação a outras reivindicações. Com efeito, a partir desse momento aparece uma contradição que acompanharia o partido por toda a segunda metade da década de 60: a luta pelas liberdades democráticas passa a ser, na prática, a própria estratégia política, enquanto nas formulações partidárias aparecerá como tática da revolução democrático-burguesa, que continuaria sendo a estratégia oficial do PCdoB.

Outro problema que acompanharia o partido seria a tensão em torno da definição de uma nova política. Conviverão em seu seio pelo menos duas propostas — uma que enfatizará a ação política ligada às massas e outra inclinada para uma política de enfrentamento armado contra a ditadura. O PCdoB fará verdadeiro malabarismo teórico para demonstrar a viabilidade de uma tática que, na situação concreta que o país atravessava, abarcasse essas duas formas de atuação.[40]

Por fim, vale destacar que é nesse documento e não antes, como geralmente é apontado, que o partido fala explicitamente da utilização da luta armada enquanto possibilidade de fato em sua tática política. Anteriormente, no "Manifesto-programa", havia certa hesitação na opção por esse caminho — o que transparecia no uso de eufemismos para se referir ao recurso da violência. Agora, após

o golpe, o partido assume o caminho das armas, ainda que não como o único possível.[41]

O documento "O golpe de 64 e seus ensinamentos" não conseguiu resolver os problemas internos que cresciam no partido e, dois anos depois, em sua VI Conferência, o PCdoB tentaria traçar uma política que desse coesão a sua militância. Apesar disso, sua resolução "União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista"[42] também não conseguiu esse intuito e, logo após a conferência, o partido sofreu duas cisões que deram origem ao Partido Comunista do Brasil — Ala Vermelha (PCdoB-AV) e ao Partido Comunista Revolucionário (PCR), que acusariam sua matriz de inação na preparação da resistência à ditadura militar.

No que diz respeito à atuação do PCdoB após o golpe de 1964, o partido teve certo crescimento numérico e passou a ter maior expressão entre as esquerdas comunistas. Conseguiu a adesão de alguns setores operários no Rio de Janeiro, provenientes do PCB, e passou a contar com um setor estudantil importante. Para isso, ajudaram o partido o ingresso de algumas lideranças estudantis cearenses e a aproximação da AP, corrente hegemônica no movimento estudantil na década de 60.

Apesar desse relativo crescimento no pós-64, o partido não teve a ascensão que esperavam seus dirigentes, o que se deve ao fato de o PCdoB não ter conseguido capitalizar o descontentamento que se abateu sobre a militância do PCB, então responsabilizado pela derrota de abril de 64. Os militantes que deixaram o velho PCB acabaram indo, na maioria, para a Ação Libertadora Nacional (ALN) e para o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), enquanto o setor universitário acabou criando as dissidências, que dariam origem a muitas organizações guerrilheiras.

Já os que entraram na política após o golpe, na maioria oriundos do movimento estudantil, optaram pelas organizações da esquerda revolucionária, que pegaram em armas contra a ditadura militar.

Para esses jovens, que iniciavam sua militância nos difíceis anos de chumbo, o PCdoB era demasiadamente parecido com o PCB, tanto nas propostas teóricas quanto nos métodos de atuação.

O Ato Institucional nº 5 e a guerrilha do Araguaia

A análise que o PCdoB fez do Ato Institucional nº 5 não se diferenciou daquela realizada pela maior parte das esquerdas: uma crise econômica insanável, que fazia aumentar os problemas do país, levara a ditadura ao isolamento político. Isolada e enfraquecida, e sem conseguir resolver a crise que tomara conta do país, recorrera ao AI-5 para se manter no poder, o que demonstraria a fraqueza do regime militar.[43]

A conclusão quase natural desse tipo de análise era a de que as condições objetivas estavam prontas — crise econômica, enfraquecimento e isolamento da ditadura —, faltando apenas as condições subjetivas para a implementação da guerra popular, em que o papel da vanguarda do proletariado seria fundamental. Convencido disso, ainda em janeiro de 1969 e, portanto, sob o impacto do AI-5, o PCdoB lança o documento que se propunha a definir sua tática de luta armada. Trata-se de "Guerra popular — Caminho da luta armada no Brasil".[44] Nele, aparentemente estão resolvidas as divergências entre *militarismo* e *massismo*, em favor do projeto militarista. Porém se observarmos, sem muito esforço perceberemos que as tensões internas do partido continuam presentes.

Uma contradição flagrante nesse documento foi apontada por Wladimir Pomar. Para o autor, o campo foi definido pelo partido como o cenário ideal para a deflagração da luta armada. Apesar disso, está presente a necessidade de se mobilizar, organizar e armar as grandes massas de milhões de brasileiros, o que implicava um imenso trabalho político e ideológico. Dificilmente, sustenta Pomar, "conseguiríamos fazer alguma ligação desse amplo trabalho

de massas no cenário do campo com os grupos clandestinos que sejam o braço armado do povo e tomem as medidas apropriadas contra os achacadores, opressores e carrascos" e que, "nos choques com as forças repressivas, possam transformar-se em destacamentos guerrilheiros". O próprio partido alertava que, "nas condições de ditadura em que vive o país, a menor agitação feita entre as massas levaria o inimigo a investigar e a deter os que a realizam". Se o inimigo deteria os militantes a qualquer sinal de movimentação, como implementar essas tarefas?[45]

Do lançamento de "Guerra popular — Caminho da luta armada no Brasil" até a eclosão da guerrilha do Araguaia, a história do PCdoB foi marcada pelas próprias contradições presentes na elaboração desse documento. Ou seja, de que forma fazer contestação nas cidades diante da ação cada vez mais organizada dos órgãos de repressão — que, por volta de 1972, já haviam destruído praticamente todos os grupos da esquerda revolucionária brasileira — e, ao mesmo tempo, preparar a luta armada? O partido respondeu a essa questão com uma organização absolutamente clandestina de seu projeto guerrilheiro: nem mesmo todos os membros do Comitê Central sabiam da existência das ações no Araguaia. Enquanto isso, o partido procurava convencer os militantes na cidade de que o momento da luta estava próximo e era necessário se preparar — o que foi feito por intermédio de ampla campanha em seus meios de divulgação, chamada de *revolucionarização do partido*.

Foi nessa situação que o PCdoB chegou ao início da década de 70 e à guerrilha do Araguaia, deflagrada em 1972.[46] Nessa experiência, seu projeto de luta armada foi colocado à prova contra o Exército brasileiro e revelou muito das contradições latentes em sua formulação. Mistura de guerra popular e foquismo, não teve melhor sorte que os projetos dos grupos armados nas cidades. Em 1974 quase todos os participantes haviam sido assassinados pelo Exército brasileiro.[47]

A difícil história da guerrilha

Da morte dos guerrilheiros até o momento em que o partido admitiu que os combatentes do Araguaia tinham tombado, haveria ainda um longo caminho a ser percorrido. Seja pelo duro impacto da derrota, seja pelas dúvidas a respeito do que realmente havia acontecido com os militantes — se haviam sido presos ou mortos —, somente em abril de 1976 a direção do PCdoB admitiu que havia acontecido um "temporário retrocesso na guerrilha". Por outro lado, ressaltava que a bandeira da "guerra popular", empunhada pelos combatentes, continuava válida e que a luta guerrilheira seria, com "o exército popular, adestrado em mil batalhas, capaz de assestar golpes demolidores nas forças de reação e libertar a pátria dos seus piores inimigos".[48]

Essa não era, contudo, a posição de todo o partido, nem mesmo de toda a direção, a respeito do significado da experiência guerrilheira. Um ano antes, já se haviam iniciado as discussões a respeito e, até aquele momento — abril de 1976 —, não se havia chegado a um denominador comum. Em fevereiro, o CC reuniu-se e aprovou uma carta circular que deveria ser lida pelos militantes, a qual, apesar de não tratar diretamente da questão do Araguaia, apontava como principal tarefa do partido naquele momento a de resguardar suas fileiras da repressão e voltar-se para o trabalho junto às massas, o que soava como uma crítica implícita ao voluntarismo presente na experiência guerrilheira.[49]

Seria, porém, em uma reunião em março de 1976 que apareceriam nitidamente as duas tendências que demarcariam território na discussão. De um lado, a posição defendida por Ângelo Arroio, da Comissão Militar e um dos poucos sobreviventes da guerrilha, sistematizada no documento "Um grande acontecimento na vida do país", segundo a qual a experiência teria sido "altamente positiva".[50]

Outra posição era representada por Pedro Pomar, para quem, de maneira geral, o erro do Araguaia teria sido estratégico e não

tático; político e militar, e não apenas militar. Nesse caminho, uma das principais falhas teria sido a de não perceber que aquela conjuntura era desfavorável para o desencadeamento da guerrilha e que, além disso, se começara um combate corpo a corpo contra o Exército, quando antes deveria ter havido um trabalho político com as massas. Assim,

> não há como fugir da amarga constatação: ao cessar a resistência organizada, ao não ter alcançado nenhum dos objetivos a que se propôs, a guerrilha, apesar dos resultados positivos apresentados, sofreu derrota completa e não temporária. Infelizmente, o CC tem de aceitar a dura verdade de que o resultado fundamental e mais geral da batalha heróica travada por nossos camaradas foi o revés.[51]

As duas posições eram inconciliáveis. Porém, mais que divergir sobre os erros ou acertos da experiência do Araguaia, elas traziam consigo elementos para a política que o partido deveria seguir no futuro. Subjacente à interpretação de Arroio de que fora apenas um erro secundário, de preparação, estava a idéia de que o partido poderia continuar com a mesma tática que utilizara até o momento — agitação das massas e preparação clandestina da luta armada. Já para Pomar, na medida em que não havia alcançado nenhum de seus objetivos, aquela experiência demonstrara total ineficácia, devendo-se pensar em novas formas de atuação.

O desfecho das divergências não se daria sem conflitos. Em setembro de 1976 foi publicado o artigo "Gloriosa jornada de luta" no jornal *A Classe Operária*, o qual tentava fechar as discussões iniciadas na reunião de março. A essência do texto, porém, longe de denunciar os erros cometidos pelo partido no Araguaia, exaltava aquela que teria sido uma façanha histórica.

Mais uma vez o CC se reuniria — em dezembro de 1976 — e discutiria a questão do Araguaia. Na reunião, a maioria dos participantes argumentou que o artigo "Gloriosa jornada de luta" não traduzia as discussões travadas anteriormente e que seria neces-

sário levar o debate para o conjunto do partido e tentar fazer as mudanças políticas e ideológicas que a situação impunha. As discussões, contudo, não puderam seguir o curso proposto na reunião. A polícia conseguira interceptar o local onde ela acontecia e prender os participantes à medida que saíam. Nem todos, porém, tiveram a mesma sorte. Foram assassinados, na casa em que acontecia a reunião, Pedro Pomar e Ângelo Arroio, no episódio que ficou conhecido como "massacre da Lapa".[52]

De toda a história do PCdoB, a guerrilha do Araguaia é destacada por sua direção como o exemplo que demonstraria mais claramente as características que teriam norteado sua trajetória de luta e de coerência com os princípios revolucionários. Nesse caminho, tem-se dedicado à elaboração de uma história que seja digna de orgulho para seus militantes, em que não se admitem os erros que possam ter sido cometidos. A versão oficial sobre o Araguaia, entretanto, nunca conseguiu aglutinar completamente em torno de si a totalidade dos membros do partido e abriu fendas que acarretaram graves conseqüências para o PCdoB. A construção da identidade partidária, com a utilização do passado como elemento de coesão, nem sempre segue o caminho que foi planejado, e ele (o passado), às vezes caprichosamente, não se deixa congelar e continua a interpelar o presente. Como veremos adiante, as dúvidas e discussões sobre o significado da guerrilha ainda viriam à tona no início dos anos 80.[53]

Junto com as discussões sobre o significado da experiência do Araguaia, outro evento traria conseqüências importantes para o PCdoB: a incorporação da Ação Popular (AP). Entre outras implicações, vale lembrar que essa união viria oxigenar as fileiras partidárias, que estavam extremamente debilitadas. De 1972 a 1976 foram assassinados vários membros do Comitê Central, o que, com os cerca de 70 militantes mortos no Araguaia, representou sérios danos ao PCdoB. Sem os militantes oriundos da AP, certamente o PCdoB teria muita dificuldade para se reerguer, depois dos duros golpes sofridos na década de 70.[54]

A abertura política e os anos 80

Com a prisão e o assassinato de diversos de seus membros, o partido ficou praticamente desarticulado na segunda metade dos anos 70.[55] Nesse ínterim, o Comitê Central se reorganizou em torno de João Amazonas, que não deu continuidade às discussões que haviam começado na reunião da Lapa. O novo dirigente continuou defendendo o artigo "Gloriosa jornada de luta" como sendo a versão partidária sobre o assunto, o que foi referendado na VII Conferência, realizada em meados de 1979.[56] Entretanto, a volta dos dirigentes ao país e a necessária rearticulação orgânica e elaboração de um programa que se adequasse aos novos tempos e à Nova República não foram tarefa fácil, e o PCdoB passaria ainda por uma aguda crise política, até conseguir se reestruturar completamente.

Havia, de maneira geral, duas tendências em relação à forma como se deveria encaminhar a nova política partidária. Para muitos de seus membros (inclusive algumas direções regionais), o PCdoB deveria fazer um exame profundo dos erros que haveria cometido nos anos 60. Teria de abrir uma discussão que fosse efetivamente ampla e que, dada a gravidade dos temas a serem discutidos, redundasse em um congresso.[57] Para esses setores, a VII Conferência do partido não havia debatido os problemas e teria, na verdade, servido "para legitimar as posições e opiniões do grupo que passara a dominar o CC".[58]

Posicionamento diferente tinha o Comitê Central, que, segundo o Comitê Regional da Bahia, não admitia os erros cometidos. Quando o fazia, procurava resolvê-los de forma brusca e superficial, sem se aprofundar nas discussões. Por exemplo, afirmariam os dirigentes baianos:

não se discute o Araguaia aberta e profundamente e não se reconhecem em profundidade os seus prováveis erros, mas não se pretende repetir a experiência tal e qual, pelo menos agora; repudia-se brusca e radicalmente o

pensamento de Mao [Mao Tsé-Tung], como se nunca o tivéssemos absorvido; tenta-se mostrar como nunca assumimos as concepções da política externa chinesa, sem adotar uma postura autocrítica e sem que se diga uma linha sobre a nossa omissão em criticá-la [...].[59]

Mais uma vez o PCdoB seguiria a tradição da impossibilidade de existência de divergências significativas em seu interior. A direção rechaçou a proposta de convocação de um congresso naquele momento e expulsou muitos dos militantes que se opunham à política do Comitê Central. Os dissidentes afastados criaram o Partido Revolucionário Comunista (PRC), que atuaria como tendência no interior do PT até meados dos anos 80, quando se dissolveria.

Contornada a crise interna, o PCdoB pôde passar a colocar em prática a linha política aprovada na VII Conferência, que se ancorava na defesa de três palavras de ordem: "abolição total e imediata de todos os atos e leis arbitrárias; anistia geral e irrestrita; e convocação, por um governo provisório democrático, de uma constituinte livremente eleita".[60] Nesse caminho, o partido optou pelo apoio ao colégio eleitoral e à Nova República. Tratava-se "de garantir a governabilidade para evitar os riscos de retrocesso político — uma ameaça que estaria presente nas articulações de setores das forças armadas".[61]

Na segunda metade dos anos 80 o partido reorientaria sua atuação na política nacional. Após abandonar o apoio crítico ao governo Sarney, aproxima-se cada vez mais de outros setores da esquerda brasileira, o que transparecerá em sua presença na Central Única dos Trabalhadores (CUT) e nas alianças com o PT. Com essa política, o PCdoB integraria a Frente Brasil Popular, que apoiou a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República em 1989.[62]

A crise do socialismo real

Até o início da década de 90, o PCdoB não se sentia ameaçado pela crise que tomava conta do mundo comunista em geral e da União Soviética em particular. Ao contrário, afirmava que os eventos que se sucediam na Europa demonstravam o acerto da análise que o partido fazia do "revisionismo soviético", iniciado com a chegada de Kruchev ao poder. Assim, em seu VII Congresso, realizado em maio de 1988, afirmaria que a política de Mikhail Gorbachev era uma nova ofensiva dos soviéticos contra o movimento revolucionário: "de revisionismo envergonhado que procurava passar o contrabando burguês disfarçadamente a revisionismo sem máscara que adere abertamente ao capitalismo — eis a estratégia dos renegados soviéticos agora adeptos da PERESTROIKA".[63]

Com a crítica feita ao "novo revisionismo" soviético, o PCdoB imaginara-se livre dos problemas suscitados pelo fim do *socialismo realmente existente*. Entretanto, a questão ultrapassou as fronteiras da União Soviética e do Leste Europeu, atingindo os partidos comunistas do mundo inteiro. Diante disso, o partido sentiu-se obrigado a convocar o VIII Congresso para discutir a situação internacional.[64]

Esse foi certamente um dos congressos de maior importância na história recente do PCdoB. O alcance de suas resoluções marcou profundamente a identidade política e ideológica do partido, trazendo conseqüências para sua atuação prática. Entre outros aspectos, cabe destacar a crítica feita a Stálin, o abandono da teoria da revolução por etapas e o realinhamento de sua política internacional.[65]

Ainda que tenha vindo com todas as ressalvas sobre os aspectos positivos da atuação de Josef Stálin, nas quais se lembrava que fora ele que estivera à frente da União Soviética contra o nazismo e fora responsável pela construção e pelo desenvolvimento do socialismo nesse país, a resolução do VIII Congresso afirma que "Stalin, como o principal dirigente do PCUS e teórico marxista-leninista,

tem responsabilidade no desastre sucedido com o socialismo na URSS".[66] E mais: "particularmente no final da vida, exagerou seu papel de dirigente máximo. Caiu no subjetivismo e, de certo modo, no voluntarismo. Permitiu o culto à sua personalidade que conduziu à subestimação do partido enquanto organização de vanguarda".[67]

Outra mudança fundamental ocorrida nesse congresso foi o abandono da teoria da revolução por etapas, que marcara toda a trajetória partidária. Agora, segundo o PCdoB, a revolução burguesa se teria consolidado e, portanto, a luta deveria ser imediata pelo socialismo. Em suas palavras:

> em termos de estratégia política — esse o objetivo maior que persegue o Partido Comunista do Brasil, PCdoB, na atualidade. Somos socialistas e lutamos, desde já, pela vigência do socialismo científico em nossa pátria. É a única e verdadeira solução para os intricados e aflitivos problemas que o país atravessa.[68]

É bom que se diga que o fato de o partido adotar a perspectiva imediata do socialismo não significou uma mudança em sua atuação política. A luta antiimperialista e a proposta de frente ampla dos movimentos populares continuaram no centro de sua prática partidária, mesmo que vistas agora como momentos necessários na luta pelo socialismo. Na verdade, o abandono da teoria da revolução por etapas, bem como a crítica feita a Stálin, serviram para uma atualização de sua identidade política. A partir de então, o PCdoB ficou livre de um anacrônico legado teórico.

Por fim, a partir do VIII Congresso, o PCdoB reorientaria suas relações internacionais. Após presenciar as mudanças ocorridas na Albânia, último aliado e representante, segundo o partido, da verdadeira tradição marxista-leninista, ele propõe reestruturar a unidade dos comunistas, especialmente "quando há um ataque concentrado do inimigo de classe em plano mundial".[69] Com base nessa proposta, busca reaproximar-se de países que antes considerava

verdadeiros inimigos, como China, Cuba, Vietnã e Coréia do Norte. Nesse caminho, João Amazonas, então principal dirigente do PCdoB, faria uma longa viagem ao exterior buscando estreitar laços com os grupos defensores da causa do socialismo.[70]

O partido saiu fortalecido do VIII Congresso. É de ressaltar que os ventos do Leste Europeu varreram do mapa muitas organizações comunistas e reduziram outras a uma atuação politicamente insignificante. Por esse prisma, o PCdoB pode-se considerar um partido vitorioso. Ainda que com um número restrito de militantes, tem conseguido relativo crescimento político, sendo, entre os comunistas brasileiros, o grupo de maior expressão.

Em dezembro de 2001, foi realizado seu X Congresso, no qual foi eleito Renato Rabelo para a presidência partidária, substituindo João Amazonas.[71] No ano seguinte, o PCdoB se engajou na campanha vitoriosa de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República, governo do qual hoje faz parte.[72] O partido, como o próprio PT, vive hoje os dilemas de governar o país, com todas as suas implicações, entrando em contradição com bandeiras que até há pouco agitava. Protagoniza assim um capítulo importante da história das esquerdas brasileiras, cujas conseqüências são ainda imprevisíveis.

Notas

1 Referências sobre a história do PCdoB podem ser encontradas, principalmente, em três tipos de trabalho. Primeiro, em estudos sobre o PCB, nos quais a questão principal é a da cisão que deu origem ao partido. Em segundo lugar, estão obras que tratam da história das esquerdas nos anos 60 e 70, principalmente no que diz respeito à luta contra a ditadura militar. Nesse caso, o tema central é o da especificidade do projeto de luta armada do PCdoB, inspirado no maoísmo e consubstanciado na guerrilha do Araguaia, enquanto o restante da esquerda que pegou em armas contra os militares tinha forte

conteúdo foquista. Por fim, há uma ampla produção do próprio PCdoB sobre sua história, cuja marca central é a utilização de seu passado como elemento de coesão e respaldo político.

2 Naturalmente, pelos propósitos deste capítulo sintetizamos um rico debate que ocorreu no interior do PCB nos anos 50 e 60. Sobre o tema há ampla bibliografia. Ver, entre outros, Chilcote (1982), Vinhas (1982), Segatto (1995), Santos (1988), Carone (1973), Pacheco (1984), Rodrigues (1983), Brandão (1997). Ver ainda o excelente capítulo escrito por Daniel Aarão Reis Filho sobre o PCB no período de 1943 a 1964 (Reis Filho, 2002).

3 "A lição dos acontecimentos do PCUS", *Voz Operária*, 13 jul., 1957.

4 "O trabalho de direção e a composição do *Presidium* do Secretariado do Comitê Central", *Voz Operária*, 13 jul., 1957.

5 Sobre o afastamento dos dirigentes do Comitê Central, ver também o "Comunicado do Comitê Central", *Voz Operária*, 13 jul., 1957.

6 "Carta dos cem", in Carvalho (1967, pp. 414-15).

7 Sobre as explicações a respeito da cisão, ver Pomar (2000).

8 F. Claudín (1985-1986, p. 638), referindo-se ao alcance das mudanças ocorridas no próprio PCUS e estimuladas pelo congresso, lembra que elas foram muito mais aparentes, na medida em que não tocaram nas questões do funcionamento do sistema engendrado na época de Stálin, o que também serve para entender o caso do PCB.

9 Para uma crítica à vertente que analisa a história da esquerda brasileira a partir de seu alinhamento internacional, ver Reis Filho (1990).

10 Ver a esse respeito o "Manifesto-programa" do partido, que em momento algum fala em luta armada como caminho privilegiado para a atuação partidária. Cf. Partido Comunista do Brasil (1974a, pp. 11-24).

11 Essa perspectiva é adotada, por exemplo, por Pomar (2000).

12 Já em 1928 foram expulsos Joaquim Barbosa e João Costa Pimenta, que se opuseram à linha sindical adotada pelo VI Congresso do *Comintern*. Em 1929 seria a vez da saída de um grupo composto, entre outros, por Mário Pedrosa, Lívio Xavier, Rodolfo Coutinho, Aristides Lobo e Hilcar Leite, acusados de ser trotskistas. Durante a campanha presidencial de 1937, o partido sofre outra cisão, dessa vez por divergências quanto ao apoio à campanha de José Américo. Nesse momento, um grupo encabeçado por Lauro Reginaldo da Rocha teria saído do partido. Em 1957, como já mencionado, um grupo ligado a Agildo Barata e Osvaldo Peralva foi expulso do partido por divergências em relação às discussões suscitadas pelo XX Congresso do PCUS. Cf. Chilcote (1982, *passim*). A relação não é exaustiva, mas, sem dúvida, é expressiva.

13 A maior parte dos estudos aceita que em 1962 surge um novo partido, o PCdoB. Um raro exemplo de obra que aponta o PCdoB como a continuidade do partido fundado em 1922 é o livro de Romualdo Pessoa Campos Filho. Nas palavras do autor: "apesar de toda a complexidade do processo, o fato é que foi criado em 1961 o Partido Comunista Brasileiro, embora tivesse como secretário-geral Luís Carlos Prestes, cuja dimensão enquanto figura histórica não pode ser negada e que foi, por muito tempo, dirigente maior do Partido Comunista do Brasil". Cf. Campos Filho (1997, p. 59).

14 Pollak (1989, p. 10). Sobre o tema, ver ainda um artigo de Sales (2003), no qual é discutida a relação entre memória, história e construção da identidade política no PCdoB, e o livro de Pandolfi (1995).

15 Exemplos da preocupação do partido com a escrita da sua história e a utilização do passado para o respaldo de sua atuação e identidade política podem ser vistos na vasta produção sobre o assunto publicada pelo PCdoB. Ver, entre outros, Cassin (1996), Joffily (1999), Lima (1984), Sá (1990), Amazonas (1999, 2002), *Princípios* (2002), Partido Comunista do Brasil (1974a, 1974b, 1974c, s.d., 1990, 1996, 2000, 1989, 1992, 2002a, 2002b), Bertolino (2002), Bercht (2002), Nogueira (2001), Rangel (2002) e Rebelo (2003).

16 Sobre as relações do PCdoB com o movimento comunista internacional nos anos 60, particularmente com URSS, Cuba e China, ver Sales (2001a).

17 Vicente Roig ingressou no PCdoB em 1963, saindo do partido no momento da cisão que deu origem ao PCdoB — Ala Vermelha, no qual então ingressou.

18 Entrevista realizada por Marcelo Ridenti em 30 jul., 1985, à disposição no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), na UNICAMP.

19 Ver a esse respeito o "Manifesto-programa" do PCdoB, no qual não há uma opção por qualquer dos modelos revolucionários então em voga — ao contrário, há elogios aos soviéticos, cubanos e chineses.

20 Gorender (1998, p. 91).

21 Reis Filho (1991).

22 Sobre o caminho seguido pela AP até sua adesão ao maoísmo, ver Ridenti (2002).

23 "Breve histórico das divergências com o PC da China", *A Classe Operária*, dez., 1978.

24 Entrevistamos alguns militantes e ex-militantes sobre a história do partido nos anos 60. Todos ressaltaram a importância que o maoísmo exerceu como força aglutinadora e de formação teórica. Ver as entrevistas com Sérgio Miranda, Ozeas Duarte, José Renato Rabelo e Celso Nespoli Antunes, à disposição no AEL.

25 Uma discussão sobre a caracterização da revolução democrático-burguesa pode ser vista em Zaidan (1991), Pinheiro (1992) e Del Roio (1990).

26 "Manifesto-programa", in Partido Comunista do Brasil (1974a, p. 13).

27 Idem, op. cit., pp. 22-23.

28 Ver Garcia (1977) e Dassú (1985).

29 Sobre a estruturação do partido nos anos 60 e sua atuação até a guerrilha do Araguaia, ver Sales (2001b) e Galdino (1994).

30 A respeito da organização do PCdoB no Ceará, ver entrevistas com Sérgio Miranda e Ozeas Duarte concedidas ao autor, disponíveis para consulta no AEL.

31 Sobre os primeiros anos de atuação do PCdoB em Salvador, ver Santos (2001).

32 Garcia (1979).

[33] Partido Comunista do Brasil (1974a, p. 75).
[34] Joaquim Celso de Lima (1984, p. 169).
[35] Garcia (1979).
[36] "O golpe de 64 e seus ensinamentos", in Partido Comunista do Brasil (1974a, pp. 45-84).
[37] Idem, op. cit., p. 45.
[38] Ibidem.
[39] Idem, op. cit., p. 75
[40] Idem, op. cit., p. 83. Ver ainda Pomar (1980).
[41] "O golpe de 64 e seus ensinamentos", op. cit., p. 60.
[42] "União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista", in Partido Comunista do Brasil (1974a, pp. 101-52).
[43] Ver a análise que o partido fez do AI-5 no documento "Manifesto ao povo", in Partido Comunista do Brasil (1974c, pp. 59-66).
[44] "Guerra popular: caminho da luta armada no Brasil", in Partido Comunista do Brasil (1974b, pp. 115-60).
[45] Pomar (1980, p. 23).
[46] Sobre a história da guerrilha do Araguaia ver, entre outros, Pomar (1980), Portela (1979), Dória (1978), Campos Filhos (1997), PCdoB (1996). Foram ainda publicados o diário dos guerrilheiros — *Diário* (1979); um relato em forma de memórias de um dos participantes — Sá (1990); e uma versão romanceada dos acontecimentos — Cabral (1993). Recentemente, por ocasião dos 30 anos da guerrilha, o partido lançou mais um livro sobre o episódio — Amazonas et al. (2002).
[47] Até hoje o Exército brasileiro, contra todas as evidências, não admite o assassinato dos militantes que participaram da guerrilha do Araguaia. Recentemente, os familiares dos mortos conseguiram na Justiça uma sentença que obrigava as Forças Armadas a abrir seus arquivos a respeito da guerrilha para se conseguir localizar os corpos. Infelizmente, a Advocacia Geral da União entrou com um recurso parcial para impedir a abertura dos documentos das Forças Armadas. Não há como deixar de comentar que esse episódio será uma das marcas negativas do governo Luiz Inácio Lula da Silva, na medida em que alguns de seus membros não só participaram dos eventos em questão, como sempre defenderam a abertura dos arquivos referentes às ações repressivas durante o período ditatorial. Para uma competente reconstituição da questão do Araguaia na história recente do país, inclusive sobre as controversas versões das Forças Armadas, ver Gaspari (2002, pp. 399-464).
[48] "Invencível bandeira de luta", *A Classe Operária*, abr., 1976.
[49] Pomar (1980, pp. 157-65).
[50] Idem, op. cit., p. 278.
[51] Idem, op. cit., p. 293.
[52] Idem, op. cit., pp. 50-55 e Gorender (1998, pp. 233-43).

[53] É interessante notar que o PCdoB nunca admitiu oficialmente que sofreu uma derrota no Araguaia. Ao homenagear justamente os militantes assassinados, o partido prefere a exaltação a uma reflexão crítica sobre o episódio. Exemplo disso foram as comemorações recentes dos 30 anos da guerrilha do Araguaia, nas quais não apareceu uma única restrição à experiência guerrilheira. Ao contrário, somando-se ao adjetivo anterior de "Gloriosa jornada de luta", aparece agora denominada de "Uma epopéia de liberdade"; cf. Amazonas et al. (2002). Essa forma de o partido lidar com a história da guerrilha levou um autor a traçar um curioso paralelo com o modo como os militares tratam a questão: "perseguindo objetivos que ora prescindiam dos fatos ora os temiam, a ditadura e o PCdoB entrariam para a história com o mesmo slogan: Vencemos". Cf. Gaspari (2002, p. 463).
[54] Recentemente foi publicado um artigo de Marcelo Ridenti (2002) em que ele incorpora grande parte da bibliografia existente sobre a AP e acrescenta uma nova abordagem sobre a história da organização. Para uma visão de membros da AP que vieram a incorporar-se ao PCdoB, ver Lima e Arantes (1984).
[55] Gorender (1998, p. 241).
[56] Pomar (1980, p. 56).
[57] Muitos dos documentos sobre as divergências internas do PCdoB no período podem ser estudados no Fundo Duarte Pereira Pacheco (FDPP), no AEL. Vale consultar principalmente aqueles pertencentes aos setores que faziam oposição ao Comitê Central, caso do Comitê Regional da Bahia e do Comitê Regional de São Paulo (Estrutura 1) (desde 1973, por motivos organizacionais e de segurança, havia em São Paulo duas "Estruturas" Regionais, a 1 e a 2. No decorrer dos debates, a Estrutura 1 acabou sendo um dos principais representantes da tendência que propunha o aprofundamento das discussões e a realização de um congresso partidário).
[58] Comitê Regional de São Paulo do PCdoB (Estrutura 1), "Aos camaradas e amigos do partido", set., 1980, FDPP, caixa 5.
[59] Secretariado Regional da Bahia, "Sobre nossos erros e divergências: sua discussão e correção", jan., 1980, FDPP, caixa 4.
[60] As resoluções da VII Conferência podem ser vistas no *site* do partido: vermelho.org.br.
[61] Silva (1998, p. 60).
[62] Sobre a trajetória do partido no período, ver Silva (1998, pp. 60-85).
[63] Partido Comunista do Brasil (1989, p. 43).
[64] O IX Pleno do Comitê Central, no início de 1991, decidiu antecipar o VIII Congresso, que estatutariamente deveria realizar-se em 1993.
[65] Para uma análise detalhada do impacto da crise do socialismo realmente existente no PCdoB, ver Ridenti (1994-1995).
[66] Partido Comunista do Brasil (1992, p. 47).
[67] Ibidem.
[68] Idem, op. cit., p. 31.

69 Idem, op. cit., p. 55.
70 Ridenti (1994-1995, p. 88).
71 João Amazonas esteve à frente do partido desde sua (re)organização até o X Congresso e morreu em maio de 2002.
72 Sobre a análise e as perspectivas da participação do PCdoB no governo, ver a "Resolução política" de sua IX Conferência (Partido Comunista do Brasil, 2003).

Referências bibliográficas

AMAZONAS, João. *Os desafios do socialismo no século XXI.* São Paulo: Anita Garibaldi, 1999.

AMAZONAS, João et al. *Uma epopéia de liberdade. Guerrilha do Araguaia 30 anos (1972-2002).* São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

BERCHT, Verônica. *Coração vermelho. A vida de Elza Monnerat.* São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

BERTOLINO, Osvaldo. *Testamento de luta. A vida de Carlos Danielli.* São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista (1920-1964).* São Paulo: HUCITEC, 1997.

CABRAL, Pedro. *Xambioá — Guerrilha do Araguaia.* São Paulo: Record, 1993.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia. A esquerda em armas.* Goiânia: Editora da UFG, 1997.

CARONE, Edgard. *O PCB (1922-1982),* 3 vols. Rio de Janeiro: Bertrand, 1973.

CARVALHO, Ferdinando de. *O comunismo no Brasil.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1967, vol. 3.

CASSIN, Marcos. Partido Comunista do Brasil (PCdoB): fundação e trajetória. Piracicaba, 1996, mimeo.

CHILCOTE, Ronald. *O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-1972).* Rio de Janeiro: Graal, 1982.

CLAUDÍN, Fernando. *A crise do movimento comunista internacional.* São Paulo: Global, 1985-1986, vol. 2.

DASSÚ, Marta. "Frente única e frente popular: o VII Congresso da Internacional Comunista", in Eric J. Hobsbawm, *História do marxismo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, vol. 6, pp. 293-336.

DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB (1928-1935).* Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

DIÁRIO DA GUERRILHA DO ARAGUAIA. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

DÓRIA, P. et al. *A guerrilha do Araguaia.* São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

GALDINO, Antonio Carlos. O PC do Brasil e o movimento de luta armada nos anos 60. Dissertação de mestrado, UNICAMP. Campinas, 1994.

GARCIA, Marco Aurélio. "Le parti communiste chilien et les alliances de classes", *Critiques de l'Economie Politique,* nº 27. Paris, abr.-jun., 1977, pp. 41-61.

__________. "PCdoB: do golpe de 64 ao início da guerrilha do Araguaia", *Em Tempo.* São Paulo, 25-31 out., 1979.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas,* 5ª ed. São Paulo: Ática, 1998.

JOFFILY, Bernardo. "O melhor aniversário para o PCdoB", *Questão de Ordem,* nº 114. São Paulo, 15 mar., 1999.

LIMA, Haroldo. *Itinerário de lutas do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) de 1922 a 1984,* 3ª ed. Salvador: Maria Quitéria, 1984.

LIMA, Haroldo e ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PCdoB.* São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

LIMA, Joaquim Celso de. *Navegar é preciso: memórias de um operário comunista.* São Paulo: Diniz, 1984.

NOGUEIRA, Braulio Mendes. *O Partido Comunista em Campinas.* São Paulo: Anita Garibaldi, 2001.

PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista do Brasil (1922-1964).* São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros. História e memória do PCB.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Dois caminhos opostos — PCdoB e PCB.* São Paulo: Anita Garibaldi, s.d.

__________. *A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil.* Lisboa: Maria da Fonte, 1974a.

__________. *Guerra popular: caminho da luta armada no Brasil.* Lisboa: Maria da Fonte, 1974b.

__________. *Política e revolucionarização do partido.* Lisboa: Maria da Fonte, 1974c.

__________. *A política revolucionária do PCdoB. Informes ao 7º Congresso realizado em maio de 1988,* 2ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 1989.

__________. *Trinta anos de conflito ideológico: marxismo e revisionismo.* São Paulo: Anita Garibaldi, 1990.

__________. *O socialismo vive. Documentos e resoluções do 8º Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB),* 2ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 1992.

__________. *Guerrilha do Araguaia.* São Paulo: Anita Garibaldi, 1996.

__________. *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro. Documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000.* São Paulo: Anita Garibaldi, 2000.

__________. *Novo rumo para o Brasil. 10º Congresso do PCdoB. Documentos e resoluções.* São Paulo: Anita Garibaldi, 2002a.

__________. *80 anos de luta (1922-2002).* São Paulo: Anita Garibaldi, 2002b.

__________. *Resolução política da 9ª Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).* São Paulo: Anita Garibaldi, 2003.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento e silêncio", *Estudos Históricos*, vol. 2, nº 3. Rio de Janeiro, 1989, pp. 3-15.

POMAR, Valter Ventura da Rocha. Comunistas do Brasil. Interpretações sobre a cisão. Dissertação de mestrado, USP. São Paulo, 2000.

POMAR, Wladimir. *Araguaia, o partido e a guerrilha*. São Paulo: Global, 1980.

PORTELA, Fernando. *A guerra de guerrilhas no Brasil*. São Paulo: Global, 1979.

PRINCÍPIOS, nº 64. São Paulo, fev.-abr., 2002.

RANGEL, Olívia (org.). *Rogério Lustosa. Lições da luta operária*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

REBELO, Apolinário. *Jornal* A Classe Operária. *Aspectos da história, opinião e contribuição do jornal comunista na vida nacional*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2003.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*, 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

__________. "O maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros", in Daniel Aarão Reis Filho et al., *História do marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, vol. 1, pp. 105-32.

REIS FILHO, Daniel Aarão. "Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista do Brasil entre 1943 e 1964", in Daniel Aarão Reis Filho e Marcelo Ridenti (orgs.), *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002, vol. V, pp. 69-102.

RIDENTI, Marcelo. "O impacto da crise do socialismo real no Partido Comunista do Brasil, 1988-1992", *Perspectivas*, nºs 17-18. São Paulo, 1994-1995, pp. 75-94.

__________. "Ação Popular: cristianismo e marxismo", in Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis Filho (orgs.), *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002, vol. V, pp. 213-82.

RODRIGUES, Leôncio Martins. "O PCB: os dirigentes e a organização", in Boris Fausto, *História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano*. São Paulo: DIFEL, 1983, vol. 3, pp. 362-443.

SÁ, Glênio. *Relato de um guerrilheiro*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1990.

SALES, Jean Rodrigues. "O PCdoB e o movimento comunista internacional nos anos 60", *História, Questões e Debates*. Curitiba, 2001a, pp. 275-303.

__________. "O PCdoB nos anos 60: estruturação orgânica e atuação política", *Cadernos AEL/Tempo de Ditadura: do Golpe aos Anos 70*. Campinas, 2001b, pp. 13-49.

__________. "O PCdoB conta a sua história: tradição, memória e identidade política", *Diálogos*. Maringá, 2003, pp. 155-71.

SANTOS, Andréa Cristina. Memória e resistência: perfil biográfico dos desaparecidos políticos baianos na guerrilha do Araguaia. Trabalho de conclusão de curso, graduação em jornalismo, UFBa. Salvador, 2001.

SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

SEGATTO, José Antonio. *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SILVA, Antonio Ozaí da. Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e descontinuidades. Dissertação de mestrado, PUC. São Paulo, 1998.

VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas (1922-1964)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

ZAIDAN, Michel. "O grande *tournant*: o VI Congresso da Internacional Comunista (1928-1929)", in Daniel Aarão Reis Filho et al., *História do marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, vol. 1, pp. 89-104.

3

Esquerdas Armadas Urbanas 1964-1974

*Marcelo Ridenti**

Nota introdutória

Um momento importante da história do marxismo no Brasil foi protagonizado pelas inúmeras organizações que se prepararam para a revolução, chegando a realizar uma série de ações armadas nos anos 1960-1970. Todas elas tiveram laços com o marxismo e se inspiraram especialmente nos modelos de revoluções vitoriosas, como a Cubana e a Chinesa. Isso vale até mesmo para os grupos herdeiros da esquerda trabalhista, que tinham vínculos tênues com o legado de Marx, mas cujo nacionalismo as aproximava do exemplo da Revolução Cubana, que só viria a aderir ao marxismo depois da chegada ao poder de Fidel Castro e seus guerrilheiros.

A bibliografia sobre o tema já é relativamente extensa.[1] O leitor encontrará longas referências sobre ela especialmente nas notas de rodapé, voltadas sobretudo aos pesquisadores, ficando o corpo do texto mais enxuto e apropriado para ser lido também por não-especialistas.[2]

Uma primeira e precocemente frustrada experiência guerrilheira teve lugar ainda antes do golpe de 1964; ela foi fácil e rapidamente

* Professor titular de sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas e pesquisador do CNPq.

debelada dentro da ordem democrática do governo Goulart, antes mesmo de pegar em armas.[3] Isso poderia até fazer supor que ocorreria no Brasil um processo armado, independentemente do regime político. Mas o fato é que se constituiu em 1964 um regime militar e civil que duraria mais de 20 anos, e as ações das esquerdas armadas transcorreram todas na vigência desse regime, de modo que elas são impensáveis fora do quadro concreto de combate à ditadura, ainda que o projeto das organizações marxistas não se restringisse a derrubá-la.

Se, no âmbito interno, a principal referência conjuntural em que se inseriu a luta das esquerdas armadas dizia respeito à ditadura, em termos internacionais destacavam-se as lutas de libertação nacional, como a independência da Argélia, a Guerra do Vietnã, os desdobramentos da Revolução Chinesa (com o conflito sino-soviético e depois a chamada "Revolução Cultural", a partir de 1966) e particularmente a Revolução Cubana. No contexto da Guerra Fria, surgiam esforços dos países "não alinhados" para organizar autonomamente o que então ficou conhecido como "Terceiro Mundo", para além do Primeiro Mundo, alinhado aos norte-americanos, e do Segundo Mundo, na órbita soviética. Ademais, já no fim da década de 1960, eclodiu em todo o globo uma onda de rebeldia e revolução, notadamente no ano de 1968. É somente nesse contexto nacional e internacional — bastante distinto do que se vive neste início de século XXI — que se pode compreender a opção pelas armas da miríade de organizações armadas brasileiras inspiradas no marxismo nos anos 1960-1970.[4]

As esquerdas armadas tiveram origem histórica nos principais partidos e movimentos de esquerda em atividade antes do golpe de 1964: Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Ação Popular (AP), Organização Revolucionária Marxista — Política Operária (POLOP), além dos movimentos nacionalistas ligados a setores de esquerda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Do interior dessas organizações matrizes, surgi-

riam cerca de 20 grupos dissidentes que realizariam ações armadas — acusando seus antecessores de não se prepararem adequadamente para a revolução brasileira e de não terem sido capazes de resistir ao golpe de 1964.[5]

A composição social de cada um dos diversos grupos armados era relativamente diversificada no que tange a ocupação profissional, idade e sexo. No conjunto, predominaram os integrantes que poderiam ser classificados como de camadas sociais intelectualizadas, que compunham 57,8% do total de 2.112 processados pela Justiça Militar por ligação com organizações armadas urbanas, cujos militantes eram jovens na maioria (51,8% até 25 anos de idade) e do sexo masculino (81,7%).[6]

Os grupos guerrilheiros originários do PCB: ALN, PCBR, MR-8 e outras dissidências

A principal organização política marxista até 1964 foi o PCB, um partido ilegal, cuja atuação, entretanto, era tolerada pelo governo no início dos anos 1960.[7] Logo depois do golpe, perseguido, o partido dividiu-se na avaliação da derrota sem resistência. A maioria da direção fez a autocrítica no sentido de que o partido teria pecado por "esquerdismo", ao acreditar que a revolução nacional e democrática estava próxima durante o governo Goulart, sem avaliar corretamente a correlação de forças — de modo que seria preciso reagrupar o campo da oposição à ditadura, sendo o mais adequado apoiar o partido de oposição legal criado após a reforma política do regime, em 1965: o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).[8] Mas setores partidários significativos fizeram avaliação oposta: a direção do partido teria incorrido em "direitismo", apostando cegamente na liderança de Goulart, alimentando ilusões sobre a burguesia nacional e não se preparando para a eventualidade do golpe, que acabou por surpreender a todos.

Entre 1964 e 1967, ano do VI Congresso do PCB, houve acirrada luta interna que culminou com a vitória do grupo mais moderado, sob a liderança do secretário-geral, Luís Carlos Prestes — vitória contestada pelos derrotados, que denunciaram diversas fraudes. Esse processo gerou uma série de dissidências partidárias, como aquelas que dariam origem à Ação Libertadora Nacional (ALN), ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e a inúmeras dissidências estudantis em vários estados, como Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo, Rio Grande do Sul e outros — afinal, eram os estudantes que mais se mobilizavam na luta contra a ditadura.[9]

A maior parte dos grupos egressos do PCB manteve parcial ou totalmente a análise partidária sobre o caráter da revolução brasileira, que seria nacional e democrática. Tratava-se — como apontava criticamente na época Caio Prado Jr. — de uma interpretação herdeira do VI Congresso da Internacional Comunista, de 1928, que indicava para os países coloniais e semicoloniais o caminho da revolução burguesa, nacional e democrática.[10] Na interpretação do PCB e de seus herdeiros, haveria resquícios feudais ou semifeudais no campo, a serem removidos por uma revolução que articularia todas as forças interessadas no progresso da nação e na ruptura com o subdesenvolvimento (a burguesia, o proletariado, setores das camadas médias e também os camponeses), contra as forças empenhadas em manter o subdesenvolvimento brasileiro, a saber, o imperialismo e seus aliados internos, os latifundiários e setores das camadas médias e altas próximos dos interesses multinacionais.

Impunha-se assim uma revolução nacional e democrática que — na interpretação do PCB a partir de 1958 — viria pacificamente pelo voto e pela pressão das massas. Aqui surgia um ponto de distinção entre o partido e suas dissidências, que viam a necessidade da luta armada para chegar ao poder. As formas que essa luta deveria tomar também eram ponto de discórdia: alguns grupos se posicionaram muito cedo pelo projeto guerrilheiro inspirado no exemplo

cubano, não hesitando em fazer imediatamente ações armadas nas cidades para levantar fundos para estabelecer a guerrilha rural (caso da ALN), enquanto outros — como o PCBR — mantinham maior influência do leninismo e sua tradicional política de ancorar eventual luta armada numa sólida organização política de massas. Daí o jargão da época que dividia os grupos armados em "massistas" (os adeptos da ação armada vinculada às lutas de massas, condicionando o fator militar ao político) e "militaristas" (os que viam a necessidade das ações guerrilheiras para fustigar a ditadura e fazer a propaganda armada da revolução, uma vez que a repressão dificultava muito a organização das massas nos moldes habituais, de modo que o fator militar seria gerador do político).

Apesar de estarem em geral vinculados à interpretação da etapa da revolução burguesa no Brasil, os grupos dissidentes do PCB de alguma forma acoplavam — cada um a sua maneira — essa etapa a uma posterior, socialista. Aqui de novo resplandecia o exemplo cubano, cuja revolução se transformou rapidamente de nacional-democrática radical em anticapitalista. Entretanto, raros grupos dissidentes do PCB (entre eles a Dissidência Estudantil da Guanabara, que depois seria conhecida como Movimento Revolucionário 8 de Outubro [MR-8]) descartaram explicitamente a etapa nacional e democrática e aderiram às interpretações que viam a revolução brasileira como imediatamente socialista, conforme já propunha a POLOP desde antes de 1964.

Outro fator a dividir os críticos da direção do PCB era o tipo de organização necessária à revolução: para grupos como o PCBR[11] — ao qual se vincularam lideranças significativas do antigo PCB, como Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho —, seria fundamental manter a forma de partido leninista, considerada desgastada por organizações como a ALN, de Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira. Eles viam a necessidade de dar maior autonomia revolucionária aos grupos constituintes da organização, que não deveria fechar-se em discussões consideradas es-

téreis e na própria burocracia, as quais, no limite, seriam inibidoras e não propulsoras da revolução. Daí as célebres formulações popularizadas na época, como "Só a ação faz a vanguarda" ou "Ninguém precisa pedir licença para fazer a revolução", que vinham da Revolução Cubana.[12]

Em suma, como já apontou Marco Aurélio Garcia na série de artigos para o jornal *Em Tempo* (1979), eram de três ordens os fatores que dividiam o PCB — e também os outros grupos de esquerda: o caráter da revolução brasileira (nacional-democrática ou socialista), as formas de luta revolucionária (maior ou menor peso das massas — urbanas ou rurais — na luta armada, desenvolvida em moldes que se aproximariam mais do modelo soviético, chinês ou cubano) e o tipo de organização necessário ao processo revolucionário (nos moldes partidários marxista-leninistas clássicos ou com flexibilidade organizacional inspirada no exemplo da guerrilha cubana).

O grupo de guerrilha urbana mais significativo, pela ousadia, número de integrantes e de ações armadas, foi a ALN. Em meados de 1967, Carlos Marighella — principal dirigente do PCB no estado de São Paulo — participou em Cuba da Assembléia da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), entidade que pretendia criar laços entre as lutas guerrilheiras atuantes em vários países da América Latina. A viagem, não autorizada pelo PCB, consumou o afastamento da "ala Marighella", formalmente expulsa no decorrer do VI Congresso do PCB, em dezembro de 1967. A referida ala formou o Agrupamento Comunista de São Paulo, que, em 1968 e 1969, conseguiria adeptos em todo o país. A partir de 1968, o Agrupamento passou a fazer ações armadas urbanas de "expropriação", a fim de recolher fundos para deflagrar a almejada e nunca lançada guerrilha rural.

No final de 1968, o Agrupamento ganhou o nome de ALN, uma espécie de federação de grupos armados, com amplo grau de autonomia, embora coordenados por Marighella. Negava-se a estrutura

centralizada dos partidos comunistas tradicionais, tida como entrave à ação revolucionária. Mantinha-se a análise do PCB no tocante ao caráter de libertação nacional da revolução brasileira, porém com críticas à suposta submissão do partido à liderança da burguesia. Segundo a ALN, caberia ao proletariado e ao campesinato liderar o processo de guerra revolucionária, desencadeado por sua vanguarda armada.

Em 1969, a ALN acelerou o ritmo das ações guerrilheiras nas cidades — algumas espetaculares, como o seqüestro do embaixador norte-americano, em frente com o MR-8, do qual foi a concepção da ação.[13] A repressão aos guerrilheiros também recrudesceu: o próprio Marighella foi assassinado numa emboscada, no dia 4 de novembro de 1969, em São Paulo. A morte de Marighella e as prisões sofridas no final de 1969 afetaram profundamente a organização. Então, o antigo dirigente do PCB, Joaquim Câmara Ferreira, voltou do exterior, onde se encontrava para fugir da perseguição implacável contra todos os que participaram do seqüestro do americano. Ele tratou, a duras penas, de encabeçar a reorganização da ALN, que passou a atuar também em frente armada com outros grupos para realizar ações urbanas. Em outubro de 1970, ano em que a ALN continuava a sofrer "quedas" seguidas de militantes, Câmara Ferreira foi capturado, torturado e morto. Depois disso, a organização insistiu nas ações armadas, embora fosse crescentemente atingida pela polícia e ficasse cada vez mais isolada socialmente.

A ALN sofreu a dissidência do Movimento de Libertação Popular (MOLIPO) em 1971, bem como da Tendência Leninista, esta apenas entre os militantes no exílio, praticamente sem influência no território nacional. Entre 1972 e 1974, com sucessivas mortes e prisões, a ALN era uma pálida sombra do que fora no tempo de Marighella. Nos últimos anos de existência, a organização praticou o "justiçamento" de três militantes, em ações muito contestadas já na época dentro das esquerdas.[14]

Duas forças dissidentes da ALN constituíram o MOLIPO em 1971: o "grupo dos 28" guerrilheiros treinados em Cuba, que voltaram ao Brasil à revelia da direção da ALN, buscando retomar os contatos no campo, perdidos desde a morte de Marighella, com o propósito de desencadear a guerrilha rural de uma vez por todas; e a "frente de massas" da ALN paulista, descontente com os rumos excessivamente militaristas dados à organização pelo Grupo Tático Armado, responsável principal pelas ações guerrilheiras. Embora pretendesse uma inserção maior entre os trabalhadores e o início das atividades no campo, a prática do MOLIPO não se diferenciou daquela da ALN. O grupo acabou sucumbindo à dinâmica circular das ações armadas urbanas, cada vez mais difíceis devido ao cerco e aos golpes dados pela polícia. Entre 1971 e 1972, o MOLIPO foi sucessivamente atingido pela repressão, que matou muitos de seus membros, principalmente os que vieram de Cuba, alguns dos quais se dirigiam para áreas de implantação na zona rural. Em 1973, vieram as mortes e prisões que liquidaram de vez o movimento. Registram-se 19 mortos e desaparecidos do MOLIPO e mais 53 da ALN; 492 pessoas foram processadas judicialmente por ligação com a ALN e outras 10 acusadas de pertencer ao MOLIPO.[15]

Além da ALN e de suas frações, outro grupo significativo teve origem no PCB: o PCBR. No pós-1964, boa parte das várias dissidências do PCB tentou atuar em conjunto, constituindo informalmente uma "corrente revolucionária" para vencer o VI Congresso do partido, programado para o final de 1967. A unidade das forças integrantes dessa corrente não chegou sequer ao VI Congresso, especialmente com o caminho tomado pelo grupo que viria a constituir a ALN. A parte dos articuladores da "corrente" que insistia em opor-se à maioria da direção do PCB, mas permanecia no interior do partido, acabou sendo expulsa no VI Congresso. Quadros da "corrente" saíram para a Dissidência Leninista do PCB no Rio Grande do Sul, para a ALN e outras organizações, enquanto os militantes que permaneceram nela criaram o PCBR. Foi o caso de pecebistas

destacados antes de 1964, como Mário Alves, Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender. O PCBR foi constituído formalmente numa conferência nacional em abril de 1968, congregando militantes de vários estados. O novo partido nascia já se fracionando: logo após sua constituição, o grupo ligado a Jover Telles integrou-se ao PCdoB.

O PCBR mantinha a estrutura orgânica leninista e posicionava-se pela luta armada por meio da "guerra popular", que teria início com a guerrilha no campo. Associada às lutas das massas urbanas e rurais, ela levaria a sociedade brasileira a um "governo popular revolucionário". As teses do PCBR revelavam a convivência, no interior da agremiação, de forças que se posicionavam de forma distinta em relação ao caráter da revolução brasileira e às formas de luta a serem travadas. A evolução dos acontecimentos no decorrer de 1969 gerou uma polarização entre os que pretendiam ingressar de imediato na luta armada e aqueles que entendiam que ela exigia acurado preparo político antes de ser iniciada.

Enquanto isso, aumentava o descontentamento de setores das bases partidárias, alguns dos quais trocavam a organização por outras que já desencadeavam ações armadas nas cidades. A maioria do PCBR no Nordeste, especialmente em Pernambuco, acusava seus adversários no interior do partido de "massistas", recebendo em troca o epíteto de "militaristas" — como ocorria também no interior de outros grupos. No início de 1970, o PCBR estava à beira da cisão, evitada pela onda de prisões que atingiu drasticamente a organização, depois do insucesso de uma das primeiras ações de "expropriação de fundos" de um banco, realizada em dezembro de 1969. As prisões e mortes decorrentes — como a de Mário Alves, "desaparecido" na prisão em janeiro de 1970 — destroçaram a direção e parte significativa das bases partidárias.

Assim, constituiu-se uma nova liderança, conhecida internamente como "o segundo Comitê Central", que adotou uma postura crítica ao "imobilismo" de seus antecessores, passando a incentivar a participação em ações de guerrilha urbana, por vezes em

frente com outros grupos. Novas prisões atingiram sucessivamente o PCBR e quase o liquidaram. Em 1972, formou-se o "terceiro Comitê Central", que logo seria desbaratado pela polícia. A organização já estava, então, totalmente descaracterizada, longe do que fora no início. Alguns militantes do PCBR sobreviveram dispersos no interior do país, e uma nova direção reconstituiu-se no exterior. A força dos fatos obrigou o partido a recuar das ações armadas, com o saldo de muitas prisões — 216 pessoas foram processadas —, mais 16 mortos e desaparecidos.

Não foram apenas o PCBR, a ALN e suas dissidências que se originaram do PCB. Por exemplo, entre 1965 e 1968, as bases universitárias romperam com o partido em todos os cantos do território nacional, constituindo as conhecidas dissidências estudantis (DIs). No estado do Rio de Janeiro surgiu a DI-RJ, na Guanabara a DI-GB. Havia a DI do Rio Grande do Sul, a DI de São Paulo, além daqueles militantes comunistas que iriam para outras organizações. Em Minas Gerais, a dissidência estudantil integraria a Corrente, e assim por diante.

A DI-RJ e a DI-GB foram dissidências do PCB, diferentes entre si, mas ambas posteriormente denominadas Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), em homenagem a Che Guevara, capturado nessa data de 1967 na Bolívia, onde seria fuzilado no dia seguinte. A DI-RJ tinha bases em Niterói entre setores de trabalhadores e, principalmente, de estudantes. Rompeu com o PCB no final de 1966, aderindo às teses da Revolução Cubana. O grupo chegou a participar de uma ou outra ação armada urbana e a deslocar membros da direção para preparar o lançamento de um foco rural no sudoeste do Paraná, que seria descoberto e desestruturado pela polícia na fase embrionária. Em meados de 1969, a organização já havia sido desestruturada no campo e na cidade. A DI-RJ tinha uma publicação chamada *8 de Outubro*, daí o nome pelo qual viria a ser conhecida.

Quando a polícia destruiu a organização, alardeou pelos meios de comunicação o feito de ter desbaratado o MR-8. Para desmoralizar a repressão, outra dissidência estudantil do PCB, a Dissidência da Guanabara (DI-GB), resolveu assumir o nome MR-8 em setembro de 1969. Mostraria, assim — no momento em que seqüestrava o embaixador dos Estados Unidos —, que sobrevivera o movimento revolucionário inspirado em Guevara.

A DI-GB já existia dentro do PCB desde o final de 1964, na cidade do Rio de Janeiro, então estado da Guanabara. No fim de 1966, consumou-se a separação que vinha sendo preparada. A gota d'água foi a posição aberta da Dissidência pelo voto nulo nas eleições legislativas, contra a orientação do PCB. No princípio de 1967, a organização realizou sua I Conferência. No decorrer daquele ano, exacerbaram-se as divergências em seu interior e o grupo partiu-se em três: 1) a Dissidência da Dissidência (DDD) deixou a organização para, mais tarde, integrar-se aos Comandos de Libertação Nacional (COLINA), no mesmo processo que geraria a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) — como se verá adiante; 2) outro segmento aderiu à "corrente do PCB", embrião do PCBR; 3) finalmente, uma terceira porção manteve a DI-GB como organização autônoma, que mais tarde adotaria o nome MR-8. No decorrer de 1968, a DI-GB cresceu muito, esteve à frente das entidades estudantis cariocas e de seus movimentos de rua que abalaram a política nacional, liderados por Vladimir Palmeira e outros colegas.

A DI-GB era inicialmente crítica das ações guerrilheiras, embora propusesse a luta armada. Com o refluxo do movimento estudantil, o recrudescimento da repressão governamental e a radicalização política de seus quadros, na conjuntura de 1969, a DI-GB passou a tomar parte em ações armadas no Rio de Janeiro. A ação do seqüestro do embaixador deu visibilidade nacional e internacional a um pequeno grupo intelectualizado e militante de universitários cariocas. Eles conseguiram certo contato com trabalhadores urbanos e rurais no final dos anos 1960 e início dos 1970. Ampliaram sua atuação para a Bahia, onde o MR-8 tinha uma base em Salvador.

As constantes "quedas" nas cidades obrigaram o MR-8 a substituir dirigentes e recuar das ações armadas, concentrando-se na lenta preparação da guerrilha rural. Tal postura cativou o ex-capitão Lamarca, que, cansado do isolamento nas cidades, abandonou a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR — ver tópico adiante) e ingressou no MR-8. Foi deslocado para fazer trabalho de base no sertão baiano, onde acabaria sendo assassinado, após implacável perseguição, em setembro de 1971. Com sucessivos golpes, a repressão obrigou o MR-8 a mudar constantemente sua cúpula dirigente, cada vez mais isolada socialmente, como as demais organizações, sem capacidade ou possibilidade para recrutar novos quadros. Quase todos os poucos remanescentes da organização se retiraram para o exílio em meados de 1972, encerrando um ciclo na história desse grupo. Foram 15 os mortos e desaparecidos do MR-8, que teve 159 processados — números referentes às duas organizações homônimas.

A Dissidência do PCB de São Paulo (DISP) foi composta secretamente, em 1966, pelo Comitê Universitário do partido. As divergências com a maioria do Comitê Central do PCB ficaram explícitas em 1967, quando a DISP se constituiu como organização autônoma. Em 1967-1968, sob a liderança de José Dirceu, a DISP arrebatou a direção da UEE paulista das mãos da AP, o que só foi possível devido ao trabalho de base com os estudantes. A DISP colocava-se como grupo guevarista, mas não mostrava condições de manter-se como organização autônoma, capaz de realizar um trabalho político e militar. Seus quadros acabaram aderindo, a partir do final de 1968, a outros grupos mais estruturados que já vinham executando ações armadas, como a VPR, mais tarde a VAR (ver adiante) e principalmente a ALN. Em 1971, vários remanescentes da DISP no interior da ALN integrariam a cisão que gerou o MOLIPO.

Outra dissidência do PCB no estado de São Paulo constituiu as Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN), resultantes de uma cisão estudantil do Comitê Municipal do PCB em Ribeirão Preto,

no ano de 1967. Agindo independentemente de outras dissidências estudantis e influenciadas pelas idéias guevaristas, as FALN buscaram inserir-se no meio rural, estendendo seus contatos também a cidades vizinhas, entre 1968 e 1969. Alguns militantes chegaram a realizar treinamento militar improvisado e a executar algumas ações armadas em áreas rurais próximas a cidades da região. Descoberto no final de 1969, o grupo foi dizimado pela polícia numa operação repressiva que atingiu vários setores progressistas da região, os quais, na maioria, não tinham ligação com as atividades das FALN, inclusive religiosos.[16]

Em 1967, também surgiu uma Dissidência do PCB no Distrito Federal (DI-DF), descoberta e desorganizada pela polícia no início de 1969. Até então, a DI-DF fez treinamento militar de seus quadros e estabeleceu contato com a ALN, preparando-se para a guerrilha rural. No início de 1969, o grupo decidiu fazer ações armadas e chegou a executar uma operação para "expropriação" de documentos, mas foi desbaratado pela polícia antes de realizar novas ações. Boa parte daqueles que escaparam da repressão vincularam-se à ALN.

Em Minas Gerais, os dissidentes constituíram em 1967 um grupo conhecido como Corrente, originário do Comitê Municipal do PCB em Belo Horizonte, influenciado pelas teses defendidas por Marighella e principalmente por Mário Alves, que atuou durante anos no PCB em Belo Horizonte. Entretanto, a organização político-militar Corrente não se confundia nem com a ALN de Marighella nem com o PCBR de Mário Alves, ainda que mantivesse estreito contato com esses grupos em 1968. Entre este e o ano seguinte, a Corrente chegou a participar de ações armadas, atuando também no movimento estudantil e no operário em Contagem, onde uma militante era diretora do sindicato dos metalúrgicos. Duramente atingida pela repressão em abril de 1969, a Corrente mineira desapareceu. Se, na época de sua formação, a organização era próxima de Mário Alves, que chegou a articulá-la como dissi-

dência do PCB, já em 1969 a maioria de seus adeptos que não foram presos aderiu à ALN. É importante não confundir a Corrente mineira com a "corrente revolucionária" do PCB, como era conhecido o já referido conjunto diversificado das oposições no interior do partido em todo o país, antes da realização do VI Congresso.

Outra dissidência comunista relevante deu-se no Rio Grande do Sul. Ela viria a juntar-se à POLOP para dar origem ao POC, como se verá a seguir.

Os grupos com origem na POLOP: VPR, COLINA, VAR-Palmares, POC e outros

A POLOP, grupo pouco significativo numericamente, com influência sobretudo no meio estudantil, lançou no início dos anos 1960 o desafio teórico à corrente de interpretação do PCB sobre o caráter nacional e democrático da revolução brasileira. Para a POLOP, o capitalismo já estaria plenamente estabelecido no Brasil, haveria uma interdependência entre os setores "modernos" e "atrasados", num processo de desenvolvimento desigual e combinado que implicaria íntima ligação entre latifundiários, imperialistas e a burguesia brasileira. Portanto, a proposta de revolução burguesa seria descabida: tratava-se de fazer a revolução socialista.[17]

Após o golpe de 1964, abertamente apoiado pelas classes dominantes, ganharam prestígio as idéias da POLOP sobre o caráter socialista da revolução, que passaram a ser adotadas com variações táticas por várias organizações revolucionárias. Mas a POLOP não escaparia ilesa da crise gerada nas esquerdas com a derrota de 1964. O grupo tentou organizar um movimento armado logo depois do golpe, plano rapidamente frustrado pelo governo, que impropriamente chamou a conspiração de "guerrilha de Copacabana" — é que os "aparelhos" desbaratados se localizavam naquele conhecido bairro carioca. Nos debates internos da POLOP, não tardariam a surgir críticas à suposta incapacidade da direção de preparar a revolução socialista, que viria à América Latina por intermédio da guerra de guerrilhas.

Em setembro de 1967, a POLOP realizou seu quarto congresso, o primeiro depois do golpe de 1964, aprovando por escassa maioria um "programa socialista para o Brasil", que procurava conciliar a proposta doutrinária leninista de revolução operária capitaneada por um partido de vanguarda com a proposta de guerrilha rural, de inspiração cubana. As ambigüidades da POLOP levaram à cisão de cerca de metade da organização, especialmente em São Paulo e Minas Gerais.

O que restou dela propôs a unidade das esquerdas revolucionárias, mas só a Dissidência do PCB no Rio Grande do Sul — que surgira em 1965-1966, com base no movimento estudantil — aderiu à proposta, dando origem a uma nova organização, o Partido Operário Comunista (POC). A POLOP e depois o POC eram acusados por outros grupos de incorrer em "obreirismo", isto é, de apostar excessivamente na importância de operários na organização revolucionária, embora na prática quase não houvesse operários em suas fileiras. Entidade composta basicamente por estudantes e intelectuais, o POC manteve as posições teóricas da POLOP e sempre buscou inserir-se no meio operário, sem muito sucesso.

Apesar de não ter sido um grupo guerrilheiro típico, o POC realizou algumas ações armadas, principalmente em 1970, atuando em frente com outras organizações, como a VAR, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) e o M3G — sigla do grupo Marx, Mao, Marighella e Guevara, pequena organização armada da região de Porto Alegre, atuante de abril de 1969 a abril de 1970, chefiada por Edmur Péricles de Camargo, que tivera ligações com o PCB e, depois, com a ALN de Marighella, executando assaltos cujos fundos eram rateados entre os participantes.

O POC viria a sofrer cisões, pois estava dividido em grupos menos ou mais favoráveis às ações armadas urbanas. Aqueles contrários

a elas romperam com o POC e recriaram a POLOP, no princípio de 1970. Na ciranda das ações armadas, o POC foi duramente atingido pela repressão e praticamente se desintegrou em 1971; os remanescentes deslocaram-se para o exterior, onde uma parte deles se aproximou da IV Internacional, ligada ao nome de Ernest Mandel.

As dissidências da POLOP viriam a dar origem, em 1967, a dois grupos guerrilheiros: os Comandos de Libertação Nacional (COLINA), em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), em São Paulo. Ambas as organizações contaram também, em sua fundação, com a presença de militantes nacionalistas desgarrados — em geral ex-militares de baixa patente — que haviam pertencido a grupos guerrilheiros nacionalistas extintos, especialmente o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), comandado no exílio uruguaio pelo ex-governador gaúcho Leonel Brizola, entre 1964 e 1967. O MNR — que era nacionalista, não marxista, embora tenha obtido apoio preferencial de Cuba até 1967 e contasse com alguns militantes marxistas — seria responsável pela "guerrilha de Caparaó", desmantelada em 1967, antes de entrar em ação.[18]

Além do MNR, remanescentes do nacionalismo pré-64 — principalmente militares de baixa patente, cassados em 1964 — organizaram outros pequenos grupos armados, como o Movimento de Ação Revolucionária (MAR), a Resistência Armada Nacionalista (RAN), a Frente de Libertação Nacional (FLN), o Movimento Revolucionário 21 de Abril (MR-21) e o Movimento Revolucionário 26 de Março (MR-26). Parte desses contingentes nacionalistas integrou-se às organizações marxistas de esquerda armada. Houve ao menos 10 mortes de militantes do MNR e cerca de 114 processados por ligação com esses grupos nacionalistas.

Remanescentes do MNR em São Paulo, sob a liderança do ex-sargento Onofre Pinto, juntaram-se ao grupo paulista que saíra da POLOP para criar uma nova organização, que mais tarde viria a chamar-se VPR. Um terceiro grupo completaria o tripé em que se

assentou a VPR: as lideranças operárias de Osasco, que aderiram à organização após a repressão à greve naquela cidade da Grande São Paulo em julho de 1968.[19]

Nesse ano, a VPR já executava ações armadas em São Paulo, algumas espetaculares, como a explosão de uma bomba, em junho, no quartel-general do II Exército. Em outubro, a VPR participou do comando que matou um suposto agente da CIA no Brasil, Charles Chandler. Na virada do ano, entre 1968 e 1969, sofreu a cisão de alguns militantes que propunham o recuo no processo de ações armadas, após a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Os dissidentes tampouco viam sentido na ação programada para retirar a base que a VPR conseguira implantar no quartel do Exército em Quitaúna — em Osasco, na Grande São Paulo —, integrada por três subalternos e um oficial, o capitão Lamarca. A idéia era fazer uma série de atentados à bomba, por toda a capital paulista, no dia da fuga do quartel, de onde seria retirado um verdadeiro arsenal. Os dissidentes argumentavam que a VPR não teria estrutura para suportar o peso da repressão após a ação do quartel, mas não foram ouvidos e acabaram expulsos da organização, não só por fatores políticos, mas também por uma série de desentendimentos pessoais.

A ação de Quitaúna realizou-se, mas não com a amplitude prevista, pois alguns membros da VPR que sabiam da ação foram presos, o que obrigou Lamarca e seus companheiros a deixarem o quartel às pressas levando um carregamento de armas. Seguiu-se uma onda de repressão violenta sobre a organização, que praticamente se desestruturou. Reorganizada a duras penas, a VPR caminhou para a fusão com os COLINA e outros grupúsculos esparsos — todos duramente atingidos por mortes e prisões — para constituir a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), em meados de 1969. A VPR sempre mantivera contato próximo com as outras dissidências da POLOP.

A seção mineira também rompera com a POLOP no congresso de setembro de 1967. Inicialmente sem denominação específica,

na expectativa de fusão com outras forças, a dissidência mineira era conhecida como O. ("ó pontinho"). Logo associada aos dissidentes cariocas da POLOP, com o tempo e o deslanche das ações armadas, a O. passou a ser conhecida como Comandos de Libertação Nacional (COLINA). Acusava a POLOP de negligenciar a preparação militar da guerrilha; divergia ainda por contar com uma ala que propunha o caráter de "libertação nacional" da revolução brasileira (daí o nome da organização), embora houvesse certa ambigüidade quanto à definição desse caráter. Os COLINA também recrutaram ex-militares subalternos nacionalistas. Fizeram ações armadas no ano de 1968 — no Rio de Janeiro e especialmente em Belo Horizonte —, como assaltos e explosões de bombas na porta da casa de interventores governamentais em sindicatos. Não se descartavam os atentados terroristas, desde que obedecessem "a um rígido critério político".[20]

A organização conseguiu inserção expressiva no movimento estudantil de Belo Horizonte e esteve presente também na greve operária de Contagem, em 1968. Uma série de prisões no início de 1969 afetou profundamente os COLINA em Minas Gerais, obrigando os que escaparam a sair do estado. Com muito custo, a organização reagrupou-se no Rio de Janeiro, agregando outros pequenos grupos, como um setor de estudantes em ruptura com a AP carioca, a DDD, que deixara a DI-GB, alguns membros da dissidência gaúcha do PCB que não aceitaram integrar o POC, além de esquerdistas esparsos vindos do Nordeste e do Centro-Oeste. Essa união de grupos e pessoas em torno dos COLINA, somada ao que restara da VPR em São Paulo, deu origem à Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Uma de suas primeiras ações, em julho de 1969, foi das mais espetaculares e rendeu cerca de 2,5 milhões de dólares: o roubo do cofre de Ana Capriglione, que teria sido amante e sócia do ex-governador de São Paulo Ademar de Barros.

A VAR-Palmares nasceu relativamente grande, se comparada com outros grupos. Ela teria núcleos em vários estados e cerca de

300 militantes, incluindo os de base, no momento do I Congresso, realizado em Teresópolis, que durou mais de um mês e foi concluído em setembro de 1969. A rapidez e a superficialidade do processo de unificação acabariam por cindi-la já naquele congresso, após discussões exaustivas de questões políticas, mas num clima em que as posturas morais, emocionais e pessoais ganharam relevo, até mesmo na disputa pela divisão dos recursos milionários obtidos com a ação do cofre. Explodiram divergências entre um setor majoritário diferenciado, que pretendia manter as ações armadas paralelamente a um trabalho mais sedimentado com os trabalhadores nas cidades — setor que deu continuidade à VAR-Palmares —, e outro que pretendia concentrar todos os esforços nos preparativos para a implantação da guerrilha rural. Esse setor rompeu com a VAR e recriou a VPR, que não era mais a mesma organização de antes, pois um segmento da antiga VPR ficou na VAR; por sua vez, uma parte dos que haviam pertencido aos COLINA integrou-se à nova VPR.[21]

Também havia um grupo minúsculo que propunha recuar das ações armadas. Ele geraria a Dissidência da VAR-Palmares (DVP), que chegou a realizar ações de panfletagem armada em locais públicos e editou cerca de 20 números do jornal *Unidade* na Baixada Fluminense, antes de extinguir-se no início de 1973, acuado pela polícia.

Aqueles que permaneceram na VAR buscavam conciliar as propostas de lutas de massas nas cidades e de guerrilha rural, com um partido político nos moldes leninistas. Essas propostas contraditórias, somadas a uma série de prisões no decorrer de 1970, resultaram em nova luta interna entre os mais ou menos inclinados a um recuo ou à continuidade das ações armadas urbanas. Enquanto isso, a VAR realizava algumas ações — por exemplo, seqüestro de avião para Cuba —, além de tentar inserir-se no meio operário, com poucos resultados. A prisão ou a morte de vários daqueles que pretendiam recuar das ações armadas, associadas ao movimento inercial de continuidade dessas práticas, levaram a organização a retomar as ações com maior intensidade a partir do final de 1970, em geral

associada com outros grupos, como o POC e o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT). A organização entrou num circuito de atentados, assaltos e confrontos com a polícia que a debilitava cada vez mais. A VAR já estava virtualmente destruída no final de 1971, mas há notícia da participação de remanescentes em ações armadas em 1972.

Por outro lado, sob a liderança do ex-capitão Lamarca, a VPR foi refundada por aqueles que acreditavam que a VAR enveredava por um caminho que inviabilizaria o início da guerrilha rural. As teses da nova VPR sobre a revolução brasileira, rotuladas de militaristas por seus adversários, foram formuladas por Jamil Rodrigues — codinome do jovem professor Ladislau Dowbor — no conjunto de documentos mimeografados intitulado O caminho da vanguarda (1970). Inspirado especialmente nas idéias de Frantz Fanon e de Gunder Frank, ele propunha o abandono provisório das lutas de massas nas cidades, a valorização do lumpemproletariado no processo revolucionário e a concentração na tarefa de estruturar a guerrilha rural.

A primeira providência da nova VPR foi instalar um campo de treinamento guerrilheiro no Vale do Ribeira, região pobre do estado de São Paulo, sob o comando do ex-capitão Lamarca. Os guerrilheiros formados seriam deslocados para outras regiões do país, onde deveriam iniciar a guerrilha rural. Depois de cinco meses instalado no Ribeira, o campo de treinamento foi descoberto e cercado pelo Exército, numa vasta operação, em abril de 1970. Dos 17 militantes que estavam no local, apenas 4 foram presos. Travaram-se combates esporádicos, com vantagem para os "guerrilheiros". A fuga espetacular do grupo de Lamarca, que ficara 40 dias cercado, irritou o Exército e foi considerada uma vitória da impropriamente chamada "guerrilha do Ribeira". Logo a seguir, uma onda de prisões atingiu a VPR, que, organicamente debilitada, se viu obrigada a concentrar suas operações no Rio de Janeiro, onde promoveu dois seqüestros em 1970, o do embaixador alemão e o do suíço.[22]

Nesse meio-tempo, a organização foi sofrendo sucessivos golpes da polícia, vendo minguarem seus contingentes, atuando quase sempre em frente armada com outros grupos, como ALN, MRT, Resistência Democrática (REDE) e, depois, também MR-8, PCBR, POC etc. Ao término do seqüestro do embaixador suíço, a VPR estava desgastada e frágil, cortada por dissensões internas que, por exemplo, levaram Lamarca a trocar a organização pelo MR-8, em abril de 1971. As constantes "quedas" fizeram com que a VPR virtualmente deixasse de existir no Brasil, no segundo semestre de 1971.

Em 1972, a direção da VPR no exterior mandou militantes para reiniciar os trabalhos no país, em Pernambuco, onde a organização ainda tinha contatos. Em janeiro de 1973, numa operação no Recife, a polícia matou todos os membros da VPR vindos do exílio, graças à traição do cabo Anselmo, infiltrado no grupo. Assim pereceu a VPR, que, ao lado da ALN e de grupos menores, como o MRT e a REDE, compôs o setor mais arrojado da esquerda armada.

A REDE foi uma pequena e ativa organização guerrilheira urbana, comandada pelo ex-soldado Eduardo Leite, conhecido como Bacuri, que estivera ligado aos nacionalistas de esquerda e, depois, à VPR até meados de 1969, quando criou a REDE como grupo autônomo que contava com a participação de outros ex-militares. A REDE defendia o caráter de libertação nacional da revolução brasileira, o que a aproximava da ALN na teoria e na prática armada conjunta. Manteve íntima ligação no trabalho armado também com o MRT (ver adiante) e com a VPR, ao lado dos quais realizou ações como o seqüestro do cônsul japonês em São Paulo, em março de 1970. Em maio daquele ano, prisões abalaram a organização, cujos remanescentes acabaram integrando-se à ALN, onde logo cairiam presos ou assassinados pela repressão governamental.

A "família" herdeira da POLOP pagou caro por sua ousadia. Por exemplo, além de todas as prisões e torturas, acabaram mortos ou desaparecidos durante a ditadura: 37 membros da VPR (em suas duas fases), 17 da VAR-Palmares e 2 dos COLINA — antes que a

organização se fundisse nos outros dois grupos. Foram acusadas na Justiça: 55 pessoas por suposta ligação com os COLINA, mais 270 com a VAR-Palmares e 145 com a VPR.

Ala Vermelha do PCdoB, PCR, PRT e demais grupos guerrilheiros

O PCdoB também deu origem a grupos armados. Ele sofreu duas cisões em 1966, daí nascendo a Ala Vermelha do PCdoB, com bases especialmente em São Paulo e Brasília, e o Partido Comunista Revolucionário (PCR), enraizado no Nordeste. Ambos mantinham a visão do PCdoB quanto ao caráter nacional e democrático da revolução brasileira, a necessidade do partido de vanguarda e da luta armada nos moldes da guerra popular prolongada, sob inspiração da Revolução Chinesa. Mas, influenciados também pela voga guerrilheira urbana, criticavam a demora do partido em lançar ações armadas. Não sabiam que o PCdoB preparava secretamente uma guerrilha na região do Araguaia, que só seria deflagrada em 1972, quando as esquerdas armadas urbanas estavam praticamente destroçadas.[23]

O PCR nasceu da dissidência do PCdoB em Pernambuco, formalizada pela "Carta dos 12 pontos", em maio de 1966, na qual o PCdoB era considerado omisso quanto à organização da luta armada. Essa era a única divergência fundamental do PCR com sua matriz, acrescentando apenas que o local privilegiado para o desencadeamento da guerra popular seria o Nordeste, região considerada a mais explorada do Brasil. Um ou outro ex-integrante das Ligas Camponesas e, principalmente, jovens universitários compunham o PCR, que executou ações na Zona da Mata pernambucana, como a queima de canaviais. Uma série de prisões atingiu o PCR em novembro de 1969, levando o partido a tentar implantar-se em outros estados do Nordeste, como Paraíba e Rio Grande do Norte,

fazendo ações esporádicas de propaganda armada. Em setembro de 1973, a repressão praticamente destruiu a pequena organização.

Por sua vez, a Ala Vermelha — liderada por alguns quadros descontentes do PCdoB que haviam feito treinamento militar na China — também rompeu formalmente com o partido por acreditar na necessidade de organizar imediatamente a luta armada.[24] A Ala, cujas propostas, formuladas em dezembro de 1967, revelaram influências maoístas, mas também guevaristas, participou de várias ações armadas urbanas a partir do final de 1968. Já em 1969, como fruto do cerco policial que gerara prisões na organização, começaram a surgir elementos de autocrítica. A Ala, entretanto, não abandonou completamente as ações armadas nas cidades, como teorizou uma resolução da direção de novembro de 1969 ("Os 10 pontos"). Inúmeras "quedas" de militantes, em 1970 e principalmente em 1971, levaram os poucos que restaram dentro da Ala Vermelha a abandonar a prática armada e a voltar sua atuação unicamente para o trabalho de base, que nunca fora deixado de lado. A organização aderiu, então, à "proletarização" de parte de seus quadros, deslocados para morar e trabalhar no meio operário. A Ala sofreu ao menos duas cisões: uma ajudou a constituir o MRT, em 1969, e outra gerou o Movimento Revolucionário Marxista (MRM), em 1970, enquanto outros ex-militantes esparsos se integraram à ALN e à VAR-Palmares.

O Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) foi uma cisão da Ala Vermelha, em março de 1969, composta por militantes ligados ao ex-metalúrgico Devanir de Carvalho e a seu "grupo de fogo", bem como por integrantes que não haviam estado diretamente envolvidos com a Ala, mas com a liderança de Plínio Peterson Pereira, que tivera ligações com a Ala. Antes de criarem propriamente o MRT como organização, seus militantes pensaram em fundir-se com outros grupos, no processo que viria a gerar a VAR-Palmares. De fato, alguns membros aderiram à VAR, mas a maioria acabou por fundar o MRT em outubro de 1969, percebendo as

divergências que minavam pela raiz a proposta da VAR de unidade das esquerdas armadas. O MRT foi uma pequena mas ativa e eficiente organização armada, totalmente militarizada, que realizou uma infinidade de ações em São Paulo, em frente sobretudo com a ALN, a VPR e a Rede, até ser ferozmente destruída pela polícia, por volta de abril de 1971.

O Movimento Revolucionário Marxista (MRM) foi outra pequena dissidência da Ala Vermelha, em meados de 1970, composta das dez pessoas que constituíam a organização em Minas Gerais, descontentes com o processo de autocrítica então vivido pela Ala. Deslocando-se para São Paulo, os integrantes do MRM travaram contato com o MRT e participaram de algumas ações armadas, mas logo passaram a criticar os próprios "desvios militaristas", aderindo à "proletarização" de seus quadros, procurando inseri-los no cotidiano operário. O MRM, que, no final de 1970, mudara de nome para Organização Partidária — Classe Operária Revolucionária (OP-COR), foi dizimado pela repressão em março de 1971.

A "família" originária do PCdoB também teve pesadas perdas, por exemplo, o PCR e o MRT tiveram pelo menos 4 mortos e desaparecidos cada um, sem contar outros 68 do PCdoB (incluindo 58 na guerrilha do Araguaia). Processados, 259 do PCdoB, 125 da Ala Vermelha, 33 do PCR, entre outros.

Também a esquerda que tivera origem católica se deixou influenciar pelo marxismo e pela Revolução Cubana: em 1967, dirigentes da AP estiveram no congresso da Olas em Cuba; naquele mesmo ano um comando, sem o conhecimento da direção, realizou um atentado no aeroporto do Recife, endereçado ao ministro da Guerra, Costa e Silva, mas que acabou vitimando apenas pessoas inocentes. Logo em seguida, a maioria da AP abraçou o maoísmo. Muitos dos que não concordavam com essa virada — nem com a linha de "proletarização" dos quadros adotada pela AP — viriam a juntar-se a militantes desgarrados de organizações como a Polop e o PCB para fundar o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT).[25]

O I Congresso do PRT deu-se em janeiro de 1969. A pequena organização procurou estruturar-se como partido de vanguarda do proletariado, na busca do socialismo, a ser atingido com lutas dos trabalhadores nas cidades e no campo, de onde partiria o impulso revolucionário por meio da guerrilha, que se tornaria um exército popular. O PRT chegou a participar de ações armadas urbanas para conseguir fundos, a partir de abril de 1970, sobretudo em frente com outras organizações, como o POC e a VAR, próximas politicamente. A adesão à guerrilha urbana era combatida, entretanto, por setores do PRT que pretendiam outro tipo de atuação política. Sucessivas investidas policiais, entre o final de 1969 e o início de 1970, geraram "quedas" que inviabilizaram a continuidade da organização, embora haja notícia de que alguns militantes e vários contatos do PRT não teriam sido detectados pela polícia, principalmente aqueles das bases de trabalhadores urbanos e rurais.

Características comuns das esquerdas armadas

As organizações armadas apresentavam aspectos em comum, apesar das diversas origens políticas, distintas influências internacionais, diferentes incorporações teóricas e divergências acerca do caráter da revolução, das formas de luta e do tipo de organização revolucionária.

Todas elas davam prioridade à ação armada e eram contra o suposto imobilismo de partidos como o PCB. Independentemente das formas pelas quais estavam estruturadas (em partidos ou em comandos guerrilheiros, com maior ou menor participação das "massas" no processo), as organizações viam-se como a vanguarda da revolução, fosse ela nacional-democrática ou socialista, e combatiam o capitalismo e o imperialismo norte-americano.[26] O fracasso das esquerdas em 1964 foi atribuído pelas organizações dissidentes aos erros da "vanguarda", principalmente do PCB, mas

também de grupos menores como AP, Polop e PCdoB, sem contar a inação das lideranças nacionalistas que não teriam sabido resistir ao golpe, a começar pelo presidente Goulart. Todo o peso da crítica tomava rumo voluntarista, como se a derrota fosse fruto unicamente da ação de direções traidoras ou incapazes. Se a revolução fracassara por falta de decisão e de capacidade das lideranças, caberia corrigir o erro, organizar grupos prontos a lutar com armas na mão pelas transformações sociais que se faziam objetivamente maduras na sociedade brasileira, esperando apenas o impulso subjetivo de uma vanguarda sem vacilações. Mesmo os grupos que negavam a estruturação em moldes partidários propunham-se a ser a vanguarda revolucionária ou a transformar-se nela.

Como bem apontou João Quartim de Moraes, havia outra premissa comum às esquerdas armadas, embora não explicitada: apesar de reivindicarem que a guerrilha rural fosse o embrião do exército popular, elas de fato eram guiadas, não expressamente, pela idéia de que uma pequena organização de vanguarda poderia provocar uma crise no "estado militar oligárquico", mediante ataques bem preparados.[27]

Além dos pressupostos teóricos comuns, as organizações armadas eram fruto de um mesmo processo histórico, de uma conjuntura específica, marcada no Brasil pelo advento da ditadura militar, após um golpe de Estado que não encontrou resistência imediata. Também o cenário internacional estava marcado pelo surgimento de correntes que se intitulavam de "nova esquerda", procurando romper com as amarras teóricas e práticas impostas pelos partidos comunistas tradicionais, que já não se revelavam capazes de dar conta das rápidas transformações sociais.

Esse processo histórico gerou contestação radical à ordem estabelecida no Brasil, entre 1964 e 1968, que se expressava também no florescimento cultural que se difundia na música popular, no cinema, no teatro, nas artes plásticas e na literatura. O romance *Quarup*, de Antônio Calado (1967), talvez seja o exemplo mais

representativo da utopia revolucionária do período — o autor chegou a ter vinculação orgânica com o esquema guerrilheiro de Brizola.[28] Filmes como *Terra em transe*, de Glauber Rocha, *Os fuzis*, de Ruy Guerra, e outros do Cinema Novo; peças encenadas pelo Teatro de Arena e pelo Oficina; canções como "Terra plana" e "Pra não dizer que não falei das flores (Caminhando)", de Geraldo Vandré, "Roda" e "Procissão", de Gilberto Gil, "Viola enluarada", dos irmãos Valle, "Soy loco por ti, América", de Capinan e Gil, e outras de compositores como Sérgio Ricardo, Chico Buarque, Edu Lobo, Milton Nascimento e seus parceiros; exposições de artes plásticas, como a *Nova objetividade brasileira*, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro; enfim, inúmeras manifestações culturais, diferenciadamente, entre 1964 e 1968 e um pouco mais além, cantavam em verso e prosa a esperada "revolução brasileira".[29]

Ademais, os grupos guerrilheiros compartilhavam a interpretação da economia brasileira como vivendo um processo irreversível de estagnação — o desenvolvimento das forças produtivas estaria bloqueado sob o capitalismo, que aliaria indissoluvelmente os interesses dos imperialistas, dos latifundiários e da burguesia brasileira, garantidos pelas forças militares. Só um governo popular, ou mesmo socialista, possibilitaria a retomada do desenvolvimento. Como decorrência desse tipo de análise, estariam dadas as condições objetivas para a revolução, faltando apenas as subjetivas, que seriam forjadas por uma vanguarda revolucionária decidida a agir de armas na mão, criando condições para deflagrar a guerrilha a partir do campo — local mais adequado para as atividades revolucionárias, por sofrer a fundo a espoliação e a miséria e por apresentar maiores dificuldades para os órgãos repressivos.

A fim de iniciar a guerrilha rural, seria necessário conseguir armamentos e dinheiro. Daí vários grupos terem empreendido ações urbanas, por exemplo, "expropriações" de bancos e armas. As ações armadas nas cidades tinham ainda o propósito de treinar guerrilheiros e, com o tempo, seriam propostas também como forma de

propaganda armada da revolução e, implicitamente, como meio de sustentar o funcionamento clandestino das diversas organizações. Com as prisões constantes, passaram também a ser feitas ações para libertar presos, como seqüestros de diplomatas.

Ascensão e queda das esquerdas em armas nas cidades

Em suma, recapitulando, as primeiras ações armadas ocorreram em 1967 e especialmente em 1968, levadas a cabo por grupos que viriam a constituir organizações como ALN, VPR e Ala Vermelha. Elas surpreenderam o aparelho repressivo do governo, que não tardaria a profissionalizar-se no combate à "subversão", especialmente após a edição do AI-5, conhecido como "o golpe dentro do golpe", em 13 de dezembro de 1968. Com ele, os setores militares mais direitistas — que haviam patrocinado uma série de atentados terroristas com autoria oculta, sobretudo em 1968 — lograram oficializar o terrorismo de Estado, que passaria a deixar de lado quaisquer pruridos liberais até meados dos anos 1970.

O caráter ditatorial do governo ficava escancarado: ele colocou em recesso o Congresso Nacional e as assembléias legislativas estaduais, passando a ter plenos poderes para cassar mandatos eletivos, suspender direitos políticos dos cidadãos, demitir ou aposentar juízes e outros funcionários públicos, suspender o *habeas corpus* em crimes contra a segurança nacional, legislar por decreto, julgar crimes políticos em tribunais militares, entre outras medidas autoritárias.

Com o AI-5, foram presos, cassados, torturados ou forçados ao exílio inúmeros estudantes, intelectuais, políticos e outros oposicionistas. O regime instituiu rígida censura a todos os meios de comunicação, colocando fim à agitação política e cultural do período. Por algum tempo, não seria tolerada qualquer oposição ao governo, nem sequer a do moderado MDB. Era a época do mote oficial "Brasil,

ame-o ou deixe-o". Nos porões do regime, generalizava-se o uso da tortura, do assassinato e de outros desmandos. Tudo em nome da segurança nacional, indispensável para o desenvolvimento da economia, do posteriormente denominado "milagre brasileiro".

Nessas circunstâncias, as organizações que já vinham realizando algumas ações armadas ao longo de 1968 concluíram que estavam no caminho certo e intensificaram suas atividades em 1969. Outros grupos também passaram a não ver outro modo de combater a ditadura, a não ser pela via das armas. Com exceção do PCB, do PCdoB, da AP e dos pequenos agrupamentos trotskistas, ocorreu o que Gorender (1987) chamou de "imersão geral na luta armada", promovida por mais de uma dezena de organizações.

Paralelamente à escalada das ações armadas, a ditadura ia aperfeiçoando seu aparelho repressivo: além dos já existentes Departamentos Estaduais de Ordem Política e Social (DEOPS), criou em junho de 1969, extra-oficialmente, a Operação Bandeirantes (OBAN), organismo especializado no "combate à subversão" por todos os meios, especialmente a tortura sistemática. Em setembro de 1970, a OBAN integrou-se ao organismo oficial, recém-criado pelo Exército, conhecido como DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações — Centro de Operações de Defesa Interna). A Marinha tinha seu órgão de "inteligência" e repressão política, o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), correspondente ao Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA) e ao Centro de Informações do Exército (CIE).[30]

Apesar de uma ou outra operação guerrilheira bem-sucedida, os militares desmantelaram rapidamente as organizações armadas, especialmente entre 1969 e 1971, não hesitando em torturar e assassinar os inimigos, que não conseguiram deflagrar a guerrilha rural. Apenas o PCdoB, crítico das ações urbanas, conseguiu lançar a guerrilha, na região do Araguaia, no sul do Pará. De 1972 a 1974, houve encarniçada luta, que culminou com a derrota dos guerrilheiros, quase todos mortos em combate ou assassinados depois de

capturados, sem que se tenha notícia oficial, até hoje, do paradeiro de seus corpos.[31]

Independentemente das intenções revolucionárias, os grupos armados não tinham a menor condição de enfrentar o poder da ditadura, o que levou certos analistas a caracterizar propriamente sua luta como de resistência. Alguns chegam a referir-se a "protesto armado", caso de Apolônio de Carvalho (1997) e Jacob Gorender (1998, p. 289). Por outro lado, autores como Daniel Aarão Reis Filho (2004) contestam que a luta das esquerdas em armas tenha sido de resistência democrática, ou meramente um protesto armado, sustentando que se tratava de um projeto ofensivo, revolucionário, como atestam documentos das organizações e depoimentos de muitos militantes.

Parece pertinente considerar essa experiência, olhada hoje, como resistência armada — sem o adjetivo "democrática", que dá margem a equívocos — contra a ditadura, no sentido proposto por Gorender (1987), ainda que o projeto dos grupos guerrilheiros fosse ofensivo e a expressão "protesto armado" seja muito tênue para dar conta do tema. O termo "resistência" já aparecia na época em textos de Marighella, também era título de um periódico do MR-8 e estava no nome da pequena e combativa Resistência Democrática (REDE). Por outro lado, a partir da proposta de Reis Filho (2000), vale a pena questionar certo discurso mistificador da "resistência democrática", que tem servido para justificar e legitimar opções políticas posteriores de ex-guerrilheiros, já inseridos no processo institucional no quadro da democratização da política brasileira.[32]

A derrota da experiência armada marcou os desdobramentos posteriores da história do marxismo no Brasil. Talvez tenha sido a última expressão significativa do ciclo que se abriu com a fundação do Partido Comunista em 1922, fortemente marcado por concepções ditas de vanguarda da classe operária. As esquerdas tenderiam cada vez mais a valorizar as liberdades civis e a democracia, ainda que sem consenso sobre o que esta vem a ser. Ademais,

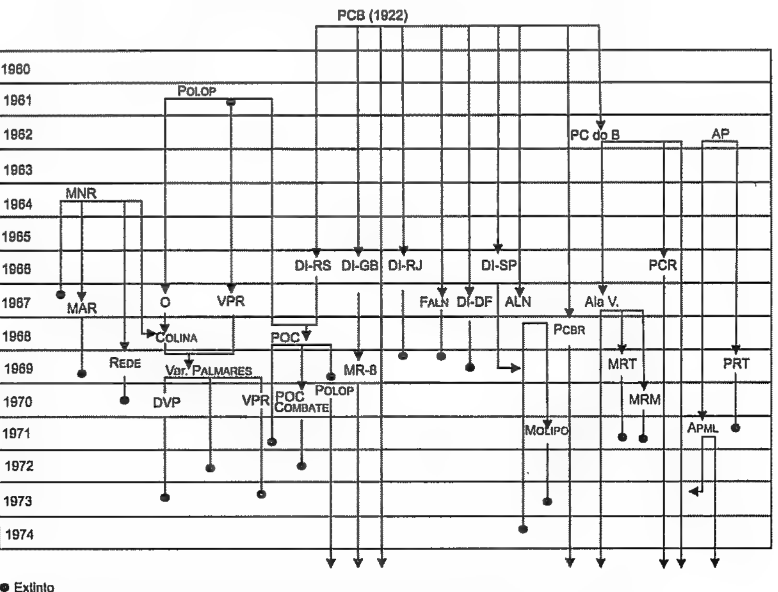
tenderia a consolidar-se a idéia de que reformas e revoluções não se fazem sem sólido embasamento político e social, ancorado especialmente entre os trabalhadores e os despossuídos em geral. Mas esse já seria tema para outro capítulo.

Siglas das organizações

Ala	Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil
ALN	Ação Libertadora Nacional
AP	Ação Popular
COLINA	Comandos de Libertação Nacional
DDD	Dissidência da Dissidência da Guanabara
DI-DF	Dissidência do PCB do Distrito Federal
DI-GB	Dissidência do PCB da Guanabara
DI-RJ	Dissidência do PCB do Rio de Janeiro
DISP	Dissidência do PCB de São Paulo
DVP	Dissidência da VAR-Palmares
FALN	Forças Armadas de Libertação Nacional
M3G	Marx, Mao, Marighella e Guevara
MAR	Movimento de Ação Revolucionária
MNR	Movimento Nacionalista Revolucionário
MOLIPO	Movimento de Libertação Popular
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MR-21	Movimento Revolucionário 21 de Abril
MR-26	Movimento Revolucionário 26 de Março
MRM	Movimento Revolucionário Marxista
MRT	Movimento Revolucionário Tiradentes
PCB	Partido Comunista Brasileiro

PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCR	Partido Comunista Revolucionário
POC	Partido Operário Comunista
POLOP	(ou ORM-POLOP) Organização Revolucionária Marxista — Política Operária
PRT	Partido Revolucionário dos Trabalhadores
RAN	Resistência Armada Nacionalista
REDE	Resistência Democrática
VAR	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

Quadro: Esquerdas armadas e suas matrizes, 1960-1974



Adaptado do livro *Imagens da revolução* (Reis Filho e Sá, 1985, p. 6)

Notas

1 Até aqui, pelo menos três livros buscaram dar uma visão de conjunto da luta das esquerdas armadas: o clássico de Jacob Gorender (1987, 1998), o mais indicado para o relato crítico pormenorizado dos acontecimentos; a obra de Daniel Aarão Reis Filho (1990), que analisa as organizações comunistas, especialmente nos anos 1960, com ênfase em seus mecanismos de coesão interna, para entender alcances e limites de sua ação política; além do livro de minha autoria (Ridenti, 1993) — sem contar a série de reportagens pioneiras, escritas ainda em 1979 pelo historiador Marco Aurélio Garcia para o jornal *Em Tempo* (Garcia, 1979). Vale mencionar ainda o livro de Luís Mir (1994), que Gorender qualifica como representante da "literatura de difamação e calúnia", na segunda edição de seu *Combate nas trevas* (1998, p. 289). Ver também o artigo sobre as esquerdas armadas em Almeida e Weis (1998), Rollemberg (2003) e os livros de Cunha (1998), Saltchuck (1995) e Antonio Ozaí da Silva (1987).

2 Ao menos 24 pessoas publicaram suas memórias da militância na esquerda armada urbana — por vezes com recursos à ficção literária. Há, pelo menos, outros cinco livros editados com depoimentos de vários militantes, organizados por Caso (1976), Cavalcanti e Ramos (1978), Costa (1980), Freire, Almada e Ponce (1997) e Dênis de Moraes (1989). E ainda: 14 reportagens biográficas sobre ex-militantes, inúmeros livros jornalísticos sobre a guerrilha, entre outras publicações (ver Ridenti, 2001). A maior parte da já ampla bibliografia sobre as esquerdas armadas consta em notas deste capítulo e nas Referências bibliográficas, ao final. Em termos abrangentes, a historiografia sobre o tempo da ditadura é ainda mais vasta, como se pode constatar no levantamento realizado por Fico (2004).

3 O advogado e líder das Ligas Camponesas Francisco Julião fundaria em abril de 1962 o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT — que não se confunde com o grupo homônimo que surgiria no final da década). Com apoio dos cubanos, o MRT pretendia ser o embrião de uma guerrilha rural, projeto que seria abortado pela intervenção policial no campo de treinamento de Dianópolis, em Goiás, em dezembro de 1962. Ver adiante nota 18, com a bibliografia sobre o tema.

4 Expõem-se aqui, resumidamente, algumas idéias que foram trabalhadas com mais vagar e aprofundamento em alguns livros e artigos de minha autoria: 1) *O fantasma da revolução brasileira* (1993), livro em que analiso as esquerdas armadas no devir do movimento mais amplo da sociedade, enfatizando a composição social dos grupos de esquerda com base em dados estatísticos construídos a partir da pesquisa do Projeto Brasil: Nunca Mais (BNM), além de inúmeras entrevistas e memórias de ex-ativistas; 2) *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução: do CPC à era da TV* (2000), livro sobre as afinidades eletivas entre os grupos de esquerda e os artistas brasileiros a partir

dos anos 1960; 3) "A vanguarda armada e as massas na revolução que não ocorreu" (1987), artigo com uma análise de documentos escritos pelo militante Jamil Rodrigues (Ladislau Dowbor) em 1969 e publicados pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) em 1970; 4) "Historiografia da esquerda — O fantasma da revolução brasileira" (1997), comentário e balanço sobre a historiografia das esquerdas armadas; 5) "Que história é essa?" (1997), introdução à história do período marcado pelo seqüestro do embaixador norte-americano no Brasil, em setembro de 1969; 6) "Nota sobre o PCB, suas dissidências armadas e Carlos Marighella" (2003), breve artigo sobre o guerrilheiro Marighella; 7) "As esquerdas em armas contra a ditadura (1964-1974): uma bibliografia" (2001), bibliografia brevemente comentada sobre as esquerdas armadas; 8) "Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores" (2004), em que discuto a adequação do termo "resistência" para qualificar a luta das esquerdas armadas.

5 No total, incluindo as organizações matrizes, as esquerdas armadas e outros pequenos grupos, a oposição clandestina à ditadura chegou a mais de 40 grupos (cf. Projeto Brasil: Nunca Mais, 1988). Neste capítulo, para não truncar e alongar demais a leitura, dispenso a citação de trechos de documentos partidários para comprovar as asserções. A maior parte dos documentos em que me baseei encontra-se especialmente na coletânea organizada por Reis Filho e Sá (1985) e ainda em documentos de arquivos públicos, como o Arquivo Edgard Leuenroth, na UNICAMP. E também em outras coletâneas que contêm documentos de organizações em luta contra a ditadura, como aquela organizada por Carone (1984). Ver ainda Frederico (1987) e as longas referências bibliográficas ao final deste capítulo.

6 Dados detalhados sobre a composição social dos diversos grupos de esquerda no período encontram-se em meu livro *O fantasma da revolução brasileira* (Ridenti, 1993). Note-se que trabalho com o número de processados, que é superior ao dos efetivamente envolvidos mais organicamente em ações armadas, que teriam sido cerca de 800, no cálculo de Gaspari (2002a, p. 352). Já o número de mortos e desaparecidos por diversas atividades de oposição à ditadura, especialmente a armada, chega a 386. Ver a respeito: Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, Instituto de Estudos da Violência do Estado e Grupo Tortura Nunca Mais (1995), Miranda e Tibúrcio (1999) e o *site* desaparecidospoliticos.org.br.

7 Ver, sobre o PCB, dois capítulos do volume anterior desta coleção, escritos por Marcos Del Roio e Daniel Aarão Reis Filho (Reis Filho e Ridenti, 2002), e o primeiro capítulo deste volume, de autoria de José Antonio Segatto e Raimundo Santos. Ver também a coletânea Partido Comunista Brasileiro (1976).

8 A partir de outubro de 1965, por imposição do regime, passaram a existir apenas dois partidos reconhecidos institucionalmente: a governista Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e a oposição "construtiva" e moderada do

Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que viria a ser calada com cassações de políticos e outros mecanismos, sempre que se excedesse aos olhos dos governantes. Consultar, sobre o tema, Alves (1984), Kinzo (1990) e Motta (1997). Sobre "a dinâmica militar das crises políticas da ditadura" entre 1964 e 1969, ver Martins Filho (1995). Ainda sobre militares e repressão, D'Araújo (1994), Grael (1985), Ustra (1987), Argolo, Ribeiro e Fortunato (1996), entre outros.

9 Sobre a agitação política estudantil, especialmente em 1968 no Brasil, ver Dirceu e Palmeira (1998), Martins Filho (1987, 1996), Reis Filho e Moraes (1988), Sanfelice (1986), Maria Cecília Loschiavo dos Santos (1988), Valle (1999), Vieira e Garcia (1999) e Ventura (1988).

10 Ver Prado Jr. (1966). Trata-se de obra questionadora do caráter nacional e democrático da revolução brasileira, portanto contrária à interpretação predominante no PCB na época. Teve influência significativa nas posições das esquerdas armadas, embora o autor não fosse vinculado a elas, assim como outros autores influentes da época, brasileiros e estrangeiros, por exemplo: Debray (s.d.), Fanon (1979), Frank (1964), Furtado (1966) e Ianni (1975).

11 Sobre o PCBR, ver os livros memorialísticos de Caldas (1982, 2004) e de Apolônio de Carvalho (1997). Sobre o MR-8, o de Gabeira (1979).

12 Ver, entre outras, as obras de Carlos Marighella reunidas em coletâneas, como *Escritos de Carlos Marighella* (1979) e *Manual do guerrilheiro urbano e outros textos* (1974). Sobre a ALN, ver também os livros de memórias de Betto (1978, 1982, 2000), Detrez (1979), Fernandes Jr. (2004), Guarany (1984), Paz (1996, 1997) e Tapajós (1977). E ainda os trabalhos sobre Marighella de José (1997) e de Nova e Nóvoa (1999).

13 Como a ditadura efetuava prisões, seguidas de infindáveis torturas, algumas organizações resolveram promover seqüestros de diplomatas para forçar a libertação de presos políticos e divulgar a luta armada. Assim, em setembro de 1969, a ALN e o MR-8 seqüestraram o embaixador norte-americano no Rio de Janeiro, o que resultou na libertação de 15 prisioneiros políticos em troca dele. Ver, sobre o seqüestro do embaixador dos EUA, o livro de Berquó (1997) e Reis Filho et al. (1997).

14 Em 1850, na *Nova Gazeta Renana — Revista de Economia Política*, Marx já criticava uma dinâmica muito parecida de grupos clandestinos, conspirativos e golpistas, afetados pelas infiltrações policiais, pelo isolamento social e pela desconfiança mútua entre os militantes, obcecados pela traição. Segundo ele, os conspiradores profissionais "estão à caça de espiões, da mesma maneira que os espiões estão à caça de conspiradores. Espionar é uma de suas principais preocupações, portanto, não é surpreendente que ocorra com tanta freqüência o pequeno salto de conspirador profissional a agente pago da polícia; ainda mais que a miséria, o cárcere e as ameaças pressionam na mesma direção. Isto explica a desconfiança sem limites que reina nas sociedades conspirativas, a qual cega completamente os seus membros, obrigando-os a ver espiões em seus melhores homens, e seus melhores homens nos ver-

dadeiros espiões" (Marx, 1960, pp. 266-80). No caso brasileiro dos anos 1960-1970, o exemplo mais notório de espião infiltrado que escapou ileso foi o do cabo Anselmo (ver Anselmo, 1984, Borba, 1984, e Souza, 1999). Por outro lado, a ALN executou três militantes e o PCBR um, sob acusação de serem traidores, episódios criticados por Gorender (1998, pp. 273 e segs.). Ver, para uma justificativa desse tipo de ação pela conjuntura da época, os polêmicos livros de memórias de Paz (1996, 1997), ex-dirigente da ALN, os quais já vêm sendo analisados em teses acadêmicas como a de Ribeiro (2005).

15 Todos os dados deste capítulo sobre mortos e desaparecidos estão no livro já referido de Miranda e Tibúrcio (1999). Já aqueles sobre o número de processados (não necessariamente condenados) se baseiam no Projeto BNM e estão em meu livro citado sobre as esquerdas armadas (Ridenti, 1993).

16 O caso mais rumoroso foi a perseguição à madre Maurina Borges (Leone, 1998). Sobre as FALN, ver ainda os trabalhos acadêmicos de Botosso (2001) e Bagatim (2002).

17 Alguns intelectuais ligados à POLOP viriam a tornar-se importantes formuladores da chamada "teoria da dependência" na década de 1960, caso de Rui Mauro Marini e de Theotônio dos Santos. A influência dessa reflexão é evidente em documentos de organizações como VAR-Palmares, VPR, MR-8, PRT, POC, entre outras atuantes na segunda metade dos anos 1960 e início dos 1970. Ver, sobre a POLOP, o capítulo do volume anterior desta coleção escrito por Marcelo Badaró (Reis Filho e Ridenti, 2002) e ainda a dissertação de Leal, (1992).

18 Ver, de Denise Rollemberg, *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro* (2001). Especificamente sobre Caparaó, ver Boiteux (1998), Kuperman (1992) e Rebello (1980). E ainda livros de memórias e entrevistas com nacionalistas de esquerda, alguns dos quais ex-militares que aderiram às organizações de esquerda armada, por exemplo, Anselmo (1984), Capitani (1997), Duarte dos Santos (2005), Rodrigues (2004), Tavares (1999), Vargas (1981), Viegas (2004). Ainda sobre a esquerda nacionalista, ver os trabalhos de Andrea Santos (1998), Schilling (1979), Hélio Silva (1988) e José Wilson da Silva (1987).

19 Sobre as esquerdas nas greves de Osasco e Contagem em 1968, ver Cadernos do Presente (1978), Frederico (1989) e Miranda (1987).

20 Poucas organizações — como os COLINA no documento "Concepção de luta revolucionária" e a ALN em textos de Marighella como o "Mini-manual do guerrilheiro urbano" — reivindicaram explicitamente o uso de métodos terroristas, que entretanto não deveriam atingir pessoas inocentes. Mas todas se consideravam grupos revolucionários, não terroristas, como eram pejorativamente tratados pela imprensa e pela polícia.

21 Sobre a "família" VPR/COLINA/VAR, ver as memórias de Daniel (1982), Fortes (1988), Maurício Paiva (1986), Alex Polari (1982) e Sirkis (1980). Também os livros de José e Miranda (1980) e de Maciel (2006) sobre Lamarca, de

Patarra (1992) sobre Iara Iavelberg, de Maurício Paiva (1996) sobre os Pezzuti, e de Martha Vianna (2003) sobre Maria do Carmo Brito. Ainda: o romance de Marcelo Rubens Paiva (1996), o diário de Lamarca (1987) e a dissertação de mestrado de Fábio Chagas (2000). E mais os documentos contidos em *O caminho da vanguarda* (Jamil Rodrigues, 1970).

22 Em 1970, foram realizados com êxito três seqüestros: em março, com ajuda da REDE e do MRT, a VPR seqüestrou o cônsul japonês em São Paulo, logrando libertar 5 presos; em junho foi a vez do embaixador da Alemanha Ocidental, que a VPR e a ALN trocaram por 40 detidos; finalmente, em dezembro, a VPR capturou o embaixador suíço, conseguindo livrar 70 prisioneiros, após cerca de 40 dias de tensas negociações, com o veto da ditadura para vários nomes da lista inicialmente apresentada. A onda de seqüestros terminou após o desgaste dessa ação e de outras em 1970, como a tentativa frustrada de seqüestro do cônsul norte-americano em Porto Alegre, em abril, pela VAR-Palmares. Revelava-se a debilidade orgânica da esquerda armada, que seria destroçada pela repressão.

23 Sobre o PCdoB e a guerrilha do Araguaia, ver o capítulo deste livro escrito por Jean Rodrigues Sales. Há vários livros sobre a guerrilha do Araguaia, de reportagens como as de Portela (1979), de Luiz M. Carvalho (2004) e de Taís Morais (2005) a teses como a de Campos Filho (1997), além de biografias e relatos de sobreviventes (por exemplo, Sá, 1990) e ainda coletâneas e análises de documentos, como a de Pomar (1980). Ver também: Antero et al. (2002), Bercht (2002), Bertolino (2003, 2004), Cabral (1993), Forças Guerrilheiras do Araguaia (1979), Galdino (1994), Laforgia (1988), Martins (1980), Sales (2000), Partido Comunista do Brasil (1974, 2000) e outros.

24 Há dois romances baseados em experiências na luta clandestina, escritos por ex-militantes da Ala Vermelha: Marcello (1978) e Tapajós (1977).

25 Ver, no volume 5 desta coleção, o longo capítulo que escrevi sobre "AP: cristianismo e marxismo" (Reis Filho e Ridenti, 2002).

26 Segundo o documento "As perspectivas da revolução brasileira", assinado por Marighella em setembro de 1969, "a inspiração dos grupos revolucionários é anti-capitalista e anti-imperialista". Haveria duas questões de consenso entre eles: "A primeira é que todos os grupos revolucionários estão a lutar, não para substituir os militares por um poder civil ou por outro poder burguês-latifundiário. Todos os grupos revolucionários lutam pelo derrube da ditadura militar e pela mudança do regime. Todos querem que a atual estrutura de classes da sociedade brasileira seja transformada e que o aparelho burocrático-militar do Estado seja destruído, para no seu lugar ser colocado o povo armado. A segunda é que os grupos revolucionários querem expulsar do país os norte-americanos" (Marighella, 1974, pp. 43, 44).

27 O livro de Quartim, professor de filosofia e ex-militante da primeira VPR, intitulado *Brasile: dittadura e resistenza*, foi um dos primeiros balanços políticos escritos por ex-guerrilheiros, publicado na Itália e depois na Ingla-

terra (Moraes, 1971). Ver também o artigo do autor na revista *Tempo Social* (Moraes, 1996).

28 Conforme o próprio Calado me declarou em entrevista realizada em julho de 1996, publicada quase na íntegra em Kushnir (2002).

29 Ver, sobre cultura e política de esquerda no período, entre outros: Bastos (2000), Franco (1998), Frederico (1998), Hollanda (1981), Napolitano (2001), Ridenti (2000), Schwarz (1978).

30 Sobre os aspectos repressivos do período, ver *Projeto Brasil: Nunca Mais* (1985) — esse livro é um resumo dos 12 volumes publicados em tiragem limitada pela Arquidiocese de São Paulo, dando um quadro completo da repressão, com base nos processos movidos pelo regime militar contra seus opositores. Sobre os mecanismos de repressão da ditadura, ver também Aquino et al. (2001), Fico (2001), Heller (1998), Huggins (1998), Lobo (1989) e Projeto Brasil: Nunca Mais (1988). Sobre mortos, desaparecidos políticos e tortura: Arantes (1994), Cabral e Lapa (1979), Coimbra (1995), Comissão de Familiares... (1995, 1996), Dias (1979), Fon (1979), Miranda e Tibúrcio (1999), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1987), Naffah Neto (1985), Serbin (2001), Teles (2000, 2005) e Weschler (1990).

31 Ver nota 23, acima, sobre a guerrilha do Araguaia.

32 Desenvolvi esse argumento em Ridenti (2004). Além de todos os já mencionados, outros livros, escritos por jornalistas na maior parte, também tratam das esquerdas armadas e de alguns militantes, como as obras de Luiz Maklouf Carvalho (1998), Deckes (1985), Escariz (1980), Gaspari (2002a, 2002b, 2003a, 2003b), Moraes e Ahmed (1994), Souza (1999, 2000) e Valli (1987). Cabe mencionar também os trabalhos de Abreu (2000), Kushnir (2004), Lima (1998), Estrada (1988) e Rezende (2000). E as recentes memórias de Lungaretti (2005) e de Palmar (2005).

Referências bibliográficas

ABREU, João Batista de. *As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979).* Niterói: EDUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de e WEIS, Luís. "Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar", in Lilia Moritz Schwarcz (org.), *História da vida privada no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 4: Contrastes da intimidade contemporânea.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984).* Trad. Clóvis Marques. Petrópolis: Vozes, 1984. [Título original: *State and opposition in military Brazil.*]

ANSELMO, Cabo. *Por que eu traí: confissões de cabo Anselmo.* Entrevistado por Octavio Ribeiro (Pena Branca). São Paulo: Global, 1984.

ANTERO, Luiz Carlos; AMAZONAS, João e SILVA, Aumano. *Uma epopéia pela liberdade: guerrilha do Araguaia 30 anos (1972-2002).* São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

AQUINO, Maria Aparecida de; MATOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme; SWENSSON JUNIOR e CRUZ, Walter (orgs.). *No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro.* São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial, 2001.

ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. *Pacto re-velado: psicanálise e clandestinidade política.* São Paulo: Escuta, 1994.

ARGOLO, José Amaral; RIBEIRO, Kátia e FORTUNATO, Luiz Alberto M. *A direita explosiva no Brasil.* Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

BAGATIM, Alessandra. *Forças Armadas de Libertação Nacional: o grupo de esquerda armada ribeirão-pretano (1967-1969).* Campinas: IFCH–UNICAMP, 2002, Série Monografia.

BASTOS, Alcmeno. *A história foi assim: o romance político brasileiro nos anos 70/80.* Rio de Janeiro: Caetés, 2000.

BERCHT, Verônica. *Coração vermelho: a vida de Elsa Monnerat.* São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

BERQUÓ, Alberto. *O seqüestro dia a dia.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

BERTOLINO, Osvaldo. *Testamento de luta.* São Paulo: Anita Garibaldi, 2003.

__________. *Maurício Grabois, uma vida de combate — Da batalha de idéias ao comando da guerrilha do Araguaia.* São Paulo: Anita Garibaldi, 2004.

BETTO, Frei [Carlos Alberto Libânio Christo]. *Das catacumbas: cartas da prisão (1969-1971).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

__________. *Batismo de sangue.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. [11ª ed. rev. e aum., São Paulo: Casa Amarela, 2000.]

BOITEUX, Bayard Demaria. *A guerrilha do Caparaó e outros relatos.* Rio de Janeiro: Inverta, 1998.

BORBA, M. Aurélio. *Cabo Anselmo: a luta armada ferida por dentro.* São Paulo: Global, 1984.

BOTOSSO, Marcelo. A guerrilha ribeirão-pretana: história de uma organização armada revolucionária. Dissertação de mestrado em história, FHDSS, UNESP. Franca, 2001.

CABRAL, Pedro. *Xambioá: guerrilha no Araguaia.* Rio de Janeiro: Record, 1993.

CABRAL, Reinaldo e LAPA, Ronaldo (orgs.). *Desaparecidos políticos: prisões, seqüestros, assassinatos.* Rio de Janeiro: Opção, Comitê Brasileiro pela Anistia, 1979, vol. 2: Brasil de nossos dias.

CADERNOS DO PRESENTE. "Greves operárias (1968-1978)", *Aparte*, nº 2. Belo Horizonte, jul., 1978.

CALDAS, Álvaro. *Tirando o capuz*, 4ª ed. Rio de Janeiro: CODECRI, 1982. [Ed. rev. e ampl., Rio de Janeiro: Garamond, 2004.]

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas.* Goiânia: Editora da UFG, 1997.

CAPITANI, Avelino Bioen. *A rebelião dos marinheiros.* Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1964-1984).* São Paulo: DIFEL, 1984, Documentos.

CARVALHO, Apolônio de. *Vale a pena sonhar.* Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada.* São Paulo: Globo, 1998.

_____________ . *O coronel rompe o silêncio.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

CASO, Antônio. *A esquerda armada no Brasil (1967-1971).* Lisboa: Moraes, 1976.

CAVALCANTI, Pedro C. U. e RAMOS, Jovelino (orgs.). *Memórias do exílio: Brasil (1964-19??).* São Paulo: Livramento, 1978.

CHAGAS, Fábio André Gonçalves das. A Vanguarda Popular Revolucionária: dilemas e perspectivas da luta armada no Brasil (1968-1972). Dissertação de mestrado em história, FHDSS, UNESP. Franca, 2000.

COIMBRA, Cecília. *Guardiães da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do "milagre".* Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS, INSTITUTO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DO ESTADO e GRUPO TORTURA NUNCA MAIS. *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964.* Recife: Editora de Pernambuco, 1995.

_____________ . *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964.* São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996.

COSTA, Albertina de O. (ed.). *Memórias das mulheres do exílio.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CUNHA, M. de Fátima. *Eles ousaram lutar: a esquerda e a guerrilha nos anos 60-70.* Londrina: EDUEL, 1998.

D'ARAÚJO, M. Celina (org.). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DANIEL, Herbert. *Passagem para o próximo sonho: um possível romance autocrítico.* Rio de Janeiro: CODECRI, 1982.

DEBRAY, Regis. *Revolução na revolução.* São Paulo: Centro Editor Latino-Americano, s.d.

DECKES, Flávio. *Radiografia do terrorismo no Brasil: 1966-1980.* São Paulo: Ícone, 1985.

DETREZ, Conrad. *O jardim do nada.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

DIAS, Luzimar Nogueira (org.). *Esquerda armada: testemunhos dos presos políticos do Presídio Milton Dias Moreira no Rio de Janeiro.* Vitória: Edições do Leitor, 1979.

DIRCEU, José e PALMEIRA, Vladimir. *Abaixo a ditadura: o movimento de 68 contado por seus líderes,* 2ª ed. Entrevistas, edição e cartuns Solange Bastos,

Paulo Becker, Ari Roitman e Henfil. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, Garamond, 1998.

DÓRIA, Palmério et al. *A guerrilha do Araguaia.* São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

DUARTE DOS SANTOS, Antonio. *A luta dos marinheiros.* Rio de Janeiro: Inverta, 2005.

ESCARIZ, Fernando. *Por que Theodomiro fugiu.* São Paulo: Global, 1980.

ESTRADA, Elizabeth. A história da guerrilha, entre o mito e a ficção. Dissertação de mestrado em comunicação, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFRJ. Rio de Janeiro, 1988.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra,* 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FERNANDES JR., Ottoni. *O baú do guerrilheiro — Memórias da luta armada urbana no Brasil.* Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política.* Pref. Jacob Gorender. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____________ . *Além do golpe — Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.* Rio de Janeiro: Record, 2004.

FON, Antonio Carlos. *Tortura: a história da repressão política no Brasil,* 2ª ed. São Paulo: Global, 1979.

FORÇAS GUERRILHEIRAS DO ARAGUAIA. *Diário da guerrilha do Araguaia,* 2ª ed. Apres. Clovis Moura. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

FORTES, Luís Roberto Salinas. *Retrato calado.* São Paulo: Marco Zero, 1988.

FRANCO, Renato. *Itinerário político do romance pós-64: a festa.* São Paulo: Editora UNESP, 1998.

FRANK, André Gunder. "A agricultura brasileira: capitalismo e o mito do feudalismo", *Revista Brasiliense,* vol. 51. São Paulo, 1964, pp. 45-67.

FREDERICO, Celso. *A esquerda e o movimento operário (1964-1984).* São Paulo: Novos Rumos, 1987, vol. 1.

_____________ . "1968: guerrilha urbana e movimento operário", *Ciências Sociais Hoje 1989: Anuário de Antropologia, Política e Sociologia da ANPOCS.* São Paulo: Vértice, ANPOCS, 1989, pp. 269-94.

FREDERICO, Celso. "A política cultural dos comunistas", in João Quartim de Moraes (org.), *História do marxismo no Brasil.* Campinas: Editora da UNICAMP, 1998, vol. III: Teorias, interpretações.

FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaias e PONCE, J. A. de Granville (orgs.). *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos.* São Paulo: Scipione, 1997.

FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, Nossa América, Ensaios, vol. 2.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: CODECRI, 1979.

GALDINO, Antônio Carlos. O Partido Comunista do Brasil e o movimento de luta armada nos anos 60. Dissertação de mestrado em história, IFCH, UNICAMP. Campinas, 1994.

GARCIA, Marco Aurélio. "Contribuição à história da esquerda brasileira (1960-1979)", *Em Tempo*. São Paulo, 1979.

GASPARI, Elio. *As ilusões armadas — A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a, vol. 1.

__________. *As ilusões armadas — A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b, vol. 2.

__________. *O sacerdote e o feiticeiro — A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003a, vol. 3.

__________. *O sacerdote e o feiticeiro — A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003b, vol. 4.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987. [5ª ed. rev. e ampl., São Paulo: Ática, 1998.]

GRAEL, Dickson Melges. *Aventura, corrupção e terrorismo: à sombra da impunidade*, 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

GUARANY, Reinaldo. *A fuga*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

HELLER, Milton I. *Resistência democrática: a repressão no Paraná*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Curitiba: Secretaria da Cultura do Estado do Paraná, 1988.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde*, 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HUGGINS, Martha K. *Polícia e política: relações Estados Unidos–América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.

IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*, 3ª ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, coleção Retratos do Brasil, vol. 70.

JAMIL RODRIGUES. O caminho da vanguarda. S.l., 1970, mimeo.

JOSÉ, Emiliano. *Carlos Marighella: o inimigo número um da ditadura militar*. São Paulo: Sol Chuva, 1997.

JOSÉ, Emiliano e MIRANDA, Oldack. *Lamarca: o capitão da guerrilha*. São Paulo: Global, 1980.

KINZO, M. D'Alva Gil. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Sumaré, 1990.

KUPERMAN, Esther. A guerrilha do Caparaó (1966-1967): um ensaio de resistência. Dissertação de mestrado em história, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ. Rio de Janeiro, 1992.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores: do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

KUSHNIR, Beatriz (org.). *Perfis cruzados: trajetórias e militância política no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

LAFORGIA, Reynaldo. *Dezembro sangrento: a chacina da Lapa*. Campinas: Pontes, 1988.

LAMARCA, Carlos. "Diário de Carlos Lamarca: 29 de junho-16 de agosto de 1971", *Folha de S. Paulo*, nº 543. São Paulo, 10 ago., 1987, pp. B1-B12, Folhetim.

LEAL, Leovegildo Pereira. Política operária: a quebra do monopólio político, teórico e ideológico do reformismo na esquerda brasileira. Dissertação de mestrado em história, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1992.

LEONE, Matilde. *Sombras da repressão: o outono de Maurina Borges*. Petrópolis: Vozes, 1998.

LIMA, Ruth Ribeiro de. Nunca é tarde para saber: histórias de vida, histórias da guerrilha. Tese de doutorado em história social, FFLCH, USP. São Paulo, 1998.

LOBO, Amílcar. *A hora do lobo, a hora do carneiro*. Petrópolis: Vozes, 1989.

LUNGARETTI, Celso. *Náufrago da utopia — Vencer ou morrer na guerrilha aos 18 anos*. São Paulo: Geração, 2005.

MACIEL, Wilma Antunes. O capitão Lamarca e a VPR: repressão judicial no Brasil. São Paulo: Alameda, 2006.

MARCELLO, Antonio. *Ensaio geral*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

MARIGHELLA, Carlos. *Manual do guerrilheiro urbano e outros textos*, 2ª ed. Lisboa: Assírio Alvim, 1974.

__________. *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Livramento, 1979.

MARTINS, Edilson. *Nós, do Araguaia*, 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar (1964-1968)*. Campinas: Papirus, 1987.

__________. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas da ditadura (1964-1969)*. São Carlos: Editora da UFSCar, 1995.

__________. *A rebelião estudantil: 1968: México, França e Brasil*. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

MARX, Karl. "'Les conspirateurs', par A. Chenu, ex-capitaine des gardes du citoyen Caussidière — Les sociétés secrètes; La préfecture de police sous Caussidière; Les corps-francs, Paris, 1850/ 'La naissance de la République en février 1848', par Lucien de la Hodde, Paris 1950", in Karl Marx e Friedrich Engels, *Werke*. Berlim: Dietz Verlag, 1960, vol. 7, pp. 266-80.

MIR, Luis. *A revolução impossível*. São Paulo: Best Seller, Círculo do Livro, 1994.

MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Boitempo, Perseu Abramo, 1999.

MIRANDA, Orlando. *Obscuros heróis de Capricórnio*. São Paulo: Global, 1987.

MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois*, 2ª ed. Pref. Rene Dreifuss. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MORAES, João Luiz e AHMED, Azis. *O calvário de Sônia Angel*. Narrativa a Azis Ahmed, colab. Sonia Ilha. Rio de Janeiro: MEC, 1994.

MORAES, João Quartim de. *Dictatorship and armed struggle in Brazil*. Trad. David Fernbach. Londres: NLB, 1971. [Versão em italiano: *Brasile: dittadura e resistenza*. Milão, s.d.]

MORAES, João Quartim de. "A mobilização democrática e o desenvolvimento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas", *Tempo Social*, nº 1, vol. 2, 2º sem., 1996, pp. 135-58.

MORAIS, Taís. *Operação Araguaia.* São Paulo: Geração, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Partido e sociedade: a trajetória do MDB.* Ouro Preto: Editora da UFOP, 1997.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Assassinatos no campo: crime e impunidade (1964-1986)*, 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Global, 1987.

NAFFAH NETO, Alfredo. *Poder, vida e morte na situação de tortura: esboço de uma fenomenologia do terror.* São Paulo: HUCITEC, 1985.

NAPOLITANO, Marcos. *"Seguindo a canção". Engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969).* São Paulo: Annablume, 2001.

NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (orgs.). *Marighella: o homem por trás do mito.* São Paulo: Editora UNESP, 1999.

PAIVA, Marcelo Rubens. *Não és tu, Brasil.* São Paulo: Mandarim, 1996.

PAIVA, Maurício. *O sonho exilado.* Rio de Janeiro: Achiamé, 1986.

____________. *Companheira Carmela: a história da luta de Carmela Pezzuti e seus dois filhos na resistência ao regime militar e no exílio.* Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

PALMAR, Aluízio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* São Paulo: Travessa dos Editores, 2005.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. *Documentos do Partido Comunista Brasileiro (1960-1975).* Lisboa: Avante, 1976.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Documentos do Partido Comunista do Brasil (1962-1974)*, 4 vols. Lisboa: Maria da Fonte, 1974.

______. *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000.* São Paulo: Anita Garibaldi, 2000.

PATARRA, Judith Lieblich. *Iara: reportagem biográfica*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

PAZ, Carlos Eugênio. *Viagem à luta armada.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

PAZ, Carlos Eugênio. *Nas trilhas da ALN: memórias romanceadas.* Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1997.

POLARI, Alex. *Em busca do tesouro.* Rio de Janeiro: CODECRI, 1982.

POMAR, Wladimir. *Araguaia: o partido e a guerrilha.* São Paulo: Brasil Debates, 1980.

PORTELA, Fernando. *Guerra de guerrilhas no Brasil*, 2ª ed. São Paulo: Parma, 1979.

PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira.* São Paulo: Brasiliense, 1966.

PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS. *Brasil: nunca mais: um relato para a história.* Petrópolis: Vozes, 1985.

____________. *Perfil dos atingidos.* Pref. dom Paulo Evaristo Arns. Petrópolis: Vozes, 1988.

REBELLO, Gilson. *A guerrilha de Caparaó.* São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil.* São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

____________. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade.* Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

____________. "Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória", in Daniel Aarão Reis Filho, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta (orgs.), *O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois (1964-2004).* Bauru: EDUSC, 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão et al. *Versões e ficções: o seqüestro da História.* São Paulo: Perseu Abramo, 1997.

REIS FILHO, Daniel Aarão e MORAES, Pedro de (orgs.). *1968: a paixão de uma utopia.* Fotos Pedro de Moraes. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

REIS FILHO, Daniel Aarão e RIDENTI, Marcelo (orgs.). *História do marxismo no Brasil.* Campinas: Editora da UNICAMP, 2002, vol. V: Partidos e organizações até os anos 60.

REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971.* Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

REZENDE, José Roberto. *Ousar lutar: memórias da guerrilha que vivi.* Entrevista a Mouzar Benedito. São Paulo: Viramundo, 2000.

RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. Memória, história e sociedade: a contribuição da narrativa de Carlos Eugênio Paz. Mestrado em sociologia, IFCH, UNICAMP. Campinas, 2005.

RIDENTI, Marcelo. "A vanguarda armada e as massas na revolução que não ocorreu", *Ciências Sociais Hoje 1987: Anuário de Antropologia, Política e Sociologia da ANPOCS.* São Paulo: Vértice, ANPOCS, 1987, pp. 170-213.

____________. *O fantasma da revolução brasileira.* São Paulo: Editora UNESP, FAPESP, 1993.

____________. "Historiografia da esquerda — O fantasma da revolução brasileira", in Ângela Araújo (org.), *Trabalho, cultura e cidadania.* São Paulo: Scritta, 1997.

____________. "Que história é essa?", in Daniel A. Reis et al., *Versões e ficções — O seqüestro da história.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

____________. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução: do CPC à era da TV.* Rio de Janeiro: Record, 2000.

____________. "As esquerdas em armas contra a ditadura (1964-1974): uma bibliografia", *Cadernos AEL — Tempo de Ditadura*, vol. 8, nºs 14-15, 2001, pp. 257-94.

____________. "Nota sobre o PCB, suas dissidências armadas e Carlos Marighella", in Antonio Carlos Mazzeo e Maria Izabel Lagoa (orgs.), *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX.* São Paulo: Cortez, 2003, pp. 207-15.

RIDENTI, Marcelo. "Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores", in Marcelo Ridenti, Daniel Aarão Reis Filho e Rodrigo Patto Sá Motta (orgs.), *O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004, pp. 53-65.

RODRIGUES, Flávio Luís. *Vozes do mar — O movimento dos marinheiros e o golpe de 64*. São Paulo: Cortez, 2004.

ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

_____________. "Esquerdas revolucionárias e luta armada", in Jorge Ferreira e Lucília Delgado, *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, vol. 4.

SÁ, Glênio de. *Araguaia: relato de um guerrilheiro*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1990.

SALES, Jean Rodrigues. Partido Comunista do Brasil — PCdoB: propostas teóricas e práticas políticas (1962-1976). Dissertação de mestrado em história, IFCH, UNICAMP. Campinas, 2000.

SALTCHUCK, Jaime. *Luta armada no Brasil dos anos 60-70*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1995.

SANFELICE. José L. *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1986, coleção Educação Contemporânea.

SANTOS, Andrea Paula dos. A esquerda das Forças Armadas brasileiras: história oral de vida de militares nacionalistas de esquerda. Dissertação de mestrado em história social, USP. São Paulo, 1998.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (org.). *Maria Antonia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.

SCHILLING, Paulo R. *Como se coloca a direita no poder*, 2 vols. São Paulo: Global, 1979.

SCHWARZ, Roberto. "Cultura e política (1964-1969)", in *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares: tortura e justiça social na ditadura*. Trad. Carlos Eduardo L. da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Antonio Ozaí da. *História das tendências no Brasil: origens, cisões e propostas*. São Paulo: Proposta, 1987.

SILVA, Hélio. *A vez e a voz dos vencidos: militares x militares*. Petrópolis: Vozes, 1988.

SILVA, José Wilson da. *O tenente vermelho: assessor militar de Brizola conta como Fidel Castro entregou um milhão de dólares para os exilados brasileiros no Uruguai (Brizola, Jango e Darcy Ribeiro) financiarem movimentos de guerrilha no Brasil*. Porto Alegre: Tchê, 1987.

SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*. São Paulo: Global, 1980.

SOUZA, Percival de. *Eu, cabo Anselmo: depoimento a Percival de Souza*. São Paulo: Globo, 1999.

SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo: Globo, 2000.

TAPAJÓS, Renato. *Em câmara lenta*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Globo, 1999.

TELES, Janaína de Almeida (org.). *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* São Paulo: Humanitas, FFLCH–USP, 2000.

_____________. Os herdeiros da memória — A luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos por verdade e justiça no Brasil. Dissertação de mestrado em história, USP. São Paulo, 2005.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio*, 2ª ed. Brasília: Editerra, 1987.

VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

VALLI, Virgínia. *Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.

VARGAS, Índio. *Guerra é guerra, dizia o torturador*. Rio de Janeiro: CODECRI, 1981.

VENTURA, Zuenir. *1968, o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VIANNA, Martha. *Uma tempestade como a sua memória — A história de Lia, Maria do Carmo Brito*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

VIEGAS, Pedro. *Trajetória rebelde*. São Paulo: Cortez, 2004.

VIEIRA, Maria Alice e GARCIA, Marco Aurélio. *Rebeldes e contestadores: 1968: Brasil, França, Alemanha*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

WESCHLER, L. *Um milagre, um universo: o acerto de contas com os torturadores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WRIGHT, Delora Jan. *O coronel tem um segredo: Paulo Wright não está em Cuba*. Petrópolis: Vozes, 1993.

4

Os Trotskismos no Brasil 1966-2000

*Dainis Karepovs**
*Murilo Leal***

1966-1983: o período heróico

O 1º de Maio de 1977 não foi igual ao dos anos anteriores. O Dia Internacional do Trabalhador, que começou a ser comemorado no Brasil em 1895, por iniciativa do Centro Socialista de Santos, fora transformado em data oficial de congraçamento entre empregados e patrões. A apropriação da data começara em 1924, quando o presidente Artur Bernardes, por meio de um decreto, a oficializou como feriado nacional, consagrando-a "não mais a protestos subversivos, mas à glorificação do trabalho ordeiro e útil".[1] Em maio de 1977 ainda vigia a censura prévia à imprensa, os cárceres no Brasil estavam repletos de presos políticos e muitas lideranças operárias e populares históricas continuavam no exílio. Mesmo assim, quase imperceptivelmente, as coisas começavam a mudar.

Talvez tenha sido pouco notada, fora dos círculos militantes, a prisão, seguida de torturas, no final de abril de 1977, de dois

* Mestre e doutor em história social e econômica pela Universidade de São Paulo. Pesquisador do Centro de Documentação do Movimento Operário Mario Pedrosa (Cemap).

** Doutorando em história social pela Universidade de São Paulo. Professor de teoria da história da Universidade do Grande ABC (UniABC).

militantes da organização política trotskista Liga Operária, José Maria de Almeida e Celso Brambilla, quando distribuíam boletins sobre o 1º de Maio. Certamente tampouco entraria para a história a reunião realizada na mesma data, em que se encontraram antigos colaboradores dos jornais *Opinião* e *Movimento*, além de "novos grupos políticos, a maioria de extração trotskista, dando-se um processo de reaglutinação das esquerdas, e tendo como palco um projeto novo de jornal alternativo",[2] que viria a ser o *Em Tempo*.

Mas, quando consideramos que a mesma Liga Operária desempenhou no ano seguinte um papel importante na promoção do 1º de Maio organizado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, que reuniu cerca de 2 mil operários, percebemos que embriões da nova ascensão vinham sendo cultivados desde antes. Nesse 1º de Maio de 1978, sentaram-se lado a lado, à mesa condutora dos trabalhos, o presidente do sindicato, Benedito Marcílio, um representante da Delegacia Regional do Trabalho, presidentes de associações de amigos de bairros, prefeitos, um representante da Pastoral Operária, os senadores Franco Montoro e Orestes Quércia, o presidente da Assembléia Legislativa paulista, o representante do DCE-Livre da Universidade de São Paulo, membros de oposições sindicais e um representante da organização trotskista Convergência Socialista.[3] A Convergência Socialista vendeu ali mais de mil jornais divulgando suas posições.[4] Onze dias depois, teria início a greve na SAAB-Scania, na vizinha São Bernardo do Campo.

Da mesma forma, se considerarmos que o jornal *Em Tempo*, lançado em novembro de 1977, foi um dos primeiros da imprensa alternativa a apoiar a proposta de formação do Partido dos Trabalhadores (PT), que começou a ser defendida por Lula a partir de julho de 1978, poderemos avaliar o significado da reunião em que se decidiu formar esse jornal. O *Em Tempo* agregaria, numa primeira fase, que durou até o final de 1979, grupos tão variados como o Centelha, de Minas Gerais, o Nova Proposta, do Rio Grande do Sul, o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), o Sub-

frente, a Ação Popular Marxista-Leninista, o grupo Debate, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), representantes da Organização Socialista Internacionalista (OSI) e independentes.[5] A corrente trotskista OSI lançaria o número zero de seu jornal, *O Trabalho*, em 1º de maio de 1978.

Foi em agosto de 1977 que o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo iniciou a campanha pela reposição das perdas salariais ocorridas no período 1973-1974, decorrentes da manipulação dos índices de inflação pelo governo. A falácia fora divulgada pelo Banco Mundial e admitida oficialmente no Brasil. O jornal *Em Tempo* registrava, então: "De qualquer forma, a revelação do 'segredo de Estado' serviu para que o copo transbordasse. Imediatamente os trabalhadores começaram a mobilizar-se".[6] A campanha desembocaria nas greves de 1978.

Portanto, naquele ano de 1977, engendraram-se os primeiros contornos de uma nova conjuntura. A ditadura começava a perder fôlego político e o problema de sua superação delineava-se para as próprias forças que a apoiavam. O general Euler Bentes Monteiro teve sua candidatura lançada à sucessão do general Ernesto Geisel pela Frente Nacional de Redemocratização, em 1978. A redemocratização colocava-se, para a esquerda, como uma ampla questão política, que envolvia tarefas práticas e problemas estratégicos. Era possível articular o movimento pelas liberdades democráticas para a luta por uma sociedade socialista? Como seria feita a transição? Por sua vez essas questões definiam o papel que deveria caber à classe trabalhadora, que, por sua conta, voltava à cena no ABC, em São Paulo, em João Monlevade e em Osasco.

Pode-se, assim, dizer que de 1979 a 1983 se estabeleceram caminhos e se formaram organizações que decidiriam parte do que o Brasil é hoje. As greves no ABC de 1979, 1980 e 1981 estabeleceram as bases para uma renovação do sindicalismo, que desembocaria na fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983. O PT teve sua "Carta de princípios e plataforma política" lançada

em 29 de abril de 1979. A UNE foi refundada em junho de 1979 e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, em novembro de 1982. Outras questões seriam resolvidas não muito depois: o regime militar findou em 1985, com a vitória de Tancredo Neves no colégio eleitoral. Não houve nem Assembléia Nacional Constituinte nem eleições diretas naquele momento.

Os trotskistas tiveram um papel destacado nesse processo, maior, talvez, do que em qualquer momento anterior da história política brasileira — talvez porque estivessem em melhores condições de participar do novo ascenso operário e popular da forma como este se dava. Por um lado, estavam desligados da tradição stalinista, que se havia desgastado tremendamente com a derrota em 1964, mas ainda entravava o avanço da luta dos trabalhadores: no campo da política, por não sustentar a organização de um partido operário independente naquele momento e, no campo sindical, por não apostar na ruptura da estrutura sindical, mantendo uma cautelosa política de alianças com os setores da burocracia supostamente mais abertos.[7] Por outro, os trotskistas estavam igualmente desvinculados, a não ser pelo apoio do Secretariado Unificado da IV Internacional nos anos 1960 ao Partido Operário Comunista — Combate (POC-Combate), das experiências da guerrilha e das concepções políticas herdadas de então, que implicavam desvalorização da luta política institucional e da possibilidade de ação, por exemplo, nos sindicatos.[8]

Falando sobre sua militância em comum com trotskistas de diversas correntes no núcleo do PT da Rua Catão, na Lapa, em São Paulo, lembra Carlos Bauer:

> Nesse momento os trotskistas defendem bandeiras como essa: Assembléia Nacional Constituinte e retomar o jogo democrático no Brasil. Falar isso hoje em dia pode parecer simplório, porém naqueles dias ainda existiam organizações que pautavam sua trajetória pela luta armada, pela guerrilha; por exemplo, por ações como aquelas que se notabilizaram nos fins dos anos 60. Ainda havia grupos que eram pouco suscetíveis à idéia de uma

> ação institucional. [...] Então os trotskistas nesse momento já se mostram importantes pela defesa da Assembléia Nacional Constituinte e pela possibilidade de se constituir um partido que não fosse subordinado à liderança burguesa da oposição consentida do MDB.[9]

As idéias, projetos e lutas das três correntes mais influentes do trotskismo nesse período são o objeto deste capítulo.

Itinerários, visões do Brasil, relações internacionais

Da Liga Operária à Convergência Socialista

José Maria de Almeida, o militante da Liga Operária preso no 1º de Maio de 1977, certamente não imaginava que, 21 anos depois, seria o primeiro candidato a presidente da República da história do Brasil identificado com as idéias do trotskismo, pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Ele havia sido recrutado em 1976, como resultado da atividade da Liga Operária em Santo André, que resolvera empreender "um deslocamento de militantes de origem estudantil para o trabalho em fábricas com o objetivo de influir no movimento operário e formar oposições sindicais às direções pelegas".[10] O 2º Congresso da Liga, primeiro realizado no Brasil, ocorreu em dezembro de 1974, com 17 membros. Atrás desse grupo havia uma história que remontava a 1970, quando o antigo militante Mário Pedrosa — um dos fundadores do trotskismo no Brasil —, o jovem ex-comunista Túlio Roberto Quintiliano e outro militante identificado como Jones[11] permaneceram asilados por três meses na embaixada do Chile no Brasil.

No Chile, com o apoio de Pedrosa, um núcleo de nove exilados brasileiros resolveu criar o grupo Ponto de Partida, que entrou em contato com o Secretariado Unificado da IV Internacional por meio de Peter Carmejo, militante do norte-americano Socialist Workers Party (SWP). O grupo aderiu, então, à Tendência Leninista Trotskista

(TLT), fração formada, além do SWP, pelo Partido Socialista de los Trabajadores Argentinos, dirigido por Nahuel Moreno, pseudônimo do dirigente trotskista Hugo Miguel Bressano.[12] Um dos traços da linha política da TLT, expressa no documento "Guerra de guerrilhas ou partido revolucionário com influência de massas", era a oposição à tática de apoio à guerrilha adotada pela maioria do Secretariado Unificado da IV Internacional naquele momento. Dos exilados no Chile, Túlio Roberto Quintiliano foi assassinado no dia do golpe de Pinochet, em 11 de setembro de 1973, Enio Bucchioni e Jones foram presos, Maria José Lourenço, Waldo Mermelstein e Jorge Pinheiro foram para a Argentina, onde se puseram em contato com o grupo de Moreno. Lá, começaram a editar o jornal mimeografado *Independência Operária*, mantido após a volta clandestina dos três ao Brasil em 1974, para organizar a Liga Operária, tendo sido editado até 1978. Nas eleições de 1974 a Liga apoiou candidatos que defendiam posições consideradas socialistas dentro do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Em julho de 1977, em uma conferência, a organização resolveu denominar-se Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), o qual, no início de 1978, lançou o movimento Convergência Socialista.[13]

A partir do segundo semestre de 1977, o PST começou a praticar um peculiar "entrismo" em uma das publicações mais importantes da imprensa alternativa na época: o jornal *Versus*, que fora lançado em outubro de 1975 por um grupo de jornalistas liderados por Marcos Faerman, como "um jornal de aventuras, idéias, reportagens e cultura". O *Versus* também se caracterizava por defender um "latino-americanismo popular", trazendo matérias sobre José Martí, Corisco, Tupac Amaru, a Guerra do Contestado, Solano Lopes, Atahualpa, Rodolfo Walsh, Victor Jara, entre tantas outras.

Em outubro de 1977 Marcos Faerman criou um Conselho de Redação, no qual foram incluídos vários militantes do PST. Segundo Bernardo Kucinski, a partir de março de 1978, o jornal já estava sob o controle dos trotskistas.

Na edição de setembro de 1978, Marcos Faerman, editor-chefe, e mais sete membros da equipe do *Versus* de São Paulo e do Rio de Janeiro publicaram uma carta abandonando o jornal. Em outubro de 1979 saiu a edição 34, a última do *Versus*, em decorrência também da desagregação da "frente jornalística" que o sustentava. Em março desse ano fora lançado o número zero do jornal *Convergência Socialista*, que passou a sair quinzenalmente a partir de julho. O novo jornal se engajou decididamente na construção do PT e da CUT e foi o instrumento de uma estratégia partidária, como na tradição leninista.[14] O *Convergência Socialista* vendeu cerca de 5.400 exemplares em 1983, passando, a partir de 1992, para 9 mil exemplares.

O *Versus* fora fundamental no apoio ao lançamento da Convergência Socialista, que ocorreu no dia 28 de janeiro de 1978, em uma reunião com aproximadamente 300 pessoas, na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo.[15]

Quando o PST foi criado, em 1977, estava mais fortemente inserido no meio estudantil, particularmente na Universidade de São Paulo, na PUC e na Escola Paulista de Sociologia, em São Paulo,[16] na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Universidade Federal Fluminense, mas também começava a implantar-se no movimento operário. Além da base em Santo André, também tinha contatos com as oposições metalúrgicas de Jundiaí e do Rio de Janeiro. Em 1979, os trotskistas do PST participaram da direção das greves dos professores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro e do comando de greve dos bancários de São Paulo e Rio Grande do Sul. Participaram do comando de greve dos metalúrgicos em Santo André, São Caetano e São José dos Campos, onde conquistaram a direção do sindicato em 1990.[17] O núcleo inicial de quatro militantes que havia ingressado clandestinamente no Brasil, em 1974, transformara-se em uma organização de aproximadamente mil membros, na maioria jovens estudantes.[18]

A Organização Socialista Internacionalista

No mesmo dia em que o representante da Convergência Socialista sentava-se à mesa que conduziu o ato do 1º de Maio de 1978 no Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, era lançado o número zero de um novo jornal de orientação trotskista, ainda hoje publicado: *O Trabalho*, porta-voz da Organização Socialista Internacionalista (OSI).

A Organização Socialista Internacionalista ficou mais conhecida, no final dos anos 1970, por sua corrente estudantil Liberdade e Luta (Libelu), sigla que acabou sendo incorporada ao vocabulário da época como um adjetivo, qualificando o jovem radical, quase típico do momento. Referindo-se aos últimos anos da década de 1970, Bernardo Kucinski afirma: "No meio estudantil a fermentação é capitaneada pela nova corrente Liberdade e Luta (Libelu), trotskista e basista, fugaz, a que melhor soube captar esse estado de espírito de destampe da panela".[19] O apelo da OSI entre os jovens pode ser atribuído, em parte, a sua campanha pelo voto nulo nas eleições de 1978 e a sua crítica radical à estrutura sindical oficial, com esforços para a formação de sindicatos livres.

O Trabalho substituiu outras publicações mimeografadas animadas pela OSI até então, tais como *O Batente* e *Jornal do Trabalhador*. Segundo Julio Turra,

> Quando começam a ocorrer as primeiras greves operárias, decidimos lançar um jornal de verdade. O número zero saiu no 1º de Maio de 78. Foi um golpe de sorte, mas correspondia a nossa apreciação de que era necessário um jornal para agrupar politicamente ao redor do jornal, dentro da tradição leninista de que o jornal é um organizador coletivo.[20]

Diferentemente do *Versus* e do *Em Tempo*, *O Trabalho* não passou pela fase da "frente jornalística". Entre seus editores estavam Paulo Moreira Leite, Edmundo Machado, Sandra Carvalho, Arthur Pereira Filho e Celso Marcondes. Sua tiragem era de 3 mil a 4 mil

exemplares e, a partir de outubro de 1979, passou a sair semanalmente, mudando do formato *standard* para o tablóide, com 12 páginas.[21] A organização também mantinha a revista teórica *Luta de Classes*, apresentada como "órgão do Comitê Central da Organização Socialista Internacionalista pela reconstrução da IV Internacional".

A Organização Socialista Internacionalista foi fundada em dezembro de 1976, em uma conferência realizada numa casa alugada na Praia Grande, em São Paulo, com a presença de aproximadamente 20 delegados que representavam em torno de cem militantes.[22] A nova organização surgiu da unificação de dois grupos: a Organização Marxista Brasileira e o Grupo Comunista 1º de Maio. Esse último se formara a partir de uma organização estudantil, criada em 1968, com participação de ex-militantes do Partido Operário Revolucionário (POR), como Fábio Munhoz e Otaviano de Fiori.[23] Por sua vez, a Organização Marxista Brasileira formara-se em 1975, com a unificação de três agrupações: a Fração Bolchevique Trotskista, que se havia originado de uma ruptura com o POR posadista iniciada no Rio Grande do Sul, em abril de 1968, por iniciativa de Vito Letízia e Vera Lúcia Stringhini,[24] o Grupo Outubro, fundado em 1970 em Paris, e a Organização pela Mobilização Operária (OMO), dissidência do Grupo Comunista 1º de Maio animada por Paulo Skromov, presidente do Sindicato dos Coureiros, e com base operária em São Paulo, no ABC. A unificação daquelas duas correntes foi decidida em dezembro de 1975, em discussão realizada em Paris na reunião do Bureau Internacional do Comitê de Reorganização pela Reconstrução da IV Internacional (Corqui), formado em 1972 a partir do trabalho em comum da Organisation Communiste Internationaliste (OCI) francesa, dirigida por Pierre Lambert, da Política Obrera (PO) argentina, dirigida por Jorge Altamira, e do boliviano Partido Obrero Revolucionário (POR), dirigido por Guillermo Lora. Cabe observar que a participação da PO e do POR no Corqui se encerrou em janeiro

de 1979, quando foram expulsos como resultado de divergências políticas sobre a natureza dos sindicatos na Argentina e das burguesias nacionais nos países capitalistas dependentes.[25]

As bases da Organização Socialista Internacionalista estavam situadas, no final dos anos 1970, principalmente no Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Brasília, Paraíba e Ceará. Com o movimento estudantil, particularmente com a refundação da UNE, em junho de 1979, a organização ampliou-se para Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pernambuco, Goiás, interior de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.

A Democracia Socialista

Seis meses depois da reunião de 1º de maio em que começou a delinear-se o perfil do *Em Tempo*, saía a edição número zero do jornal, em novembro de 1977. No seu Conselho Editorial estavam Bernardo Kucinski, João Batista Mares Guia, Maria Rita Kehl, Raul Pont e Tibério Canuto. O editorial do número zero sintetizava as idéias que haviam permitido aglutinar um diversificado conjunto de intelectuais, jornalistas e militantes de esquerda:

> Nosso jornal não surgiu apenas da força de vontade de um grupo de pessoas. [...] *Em Tempo* nasce de uma conjuntura de relativo avanço das forças sociais que estão por baixo, pois o momento do recuo começa a ser superado. [...] Historicamente a democracia é tão mais real quanto maior for a participação dos trabalhadores no processo político... E só é possível quebrar o fundo da garrafa onde estão comprimidas as forças oposicionistas se os trabalhadores se colocarem à frente das lutas pelas liberdades democráticas assumindo o papel de sujeitos da transformação social. [...] Somos uma entidade jornalística de proprietários-trabalhadores. [...] *Em Tempo* não pode nem quer substituir os agentes transformadores da nossa realidade. Não representamos os trabalhadores, eles falam pela própria boca. Também não somos portadores de propostas acabadas para a oposição, nem somos seu porta-voz oficial ou de qualquer um de seus setores.

Os grupos de esquerda que se juntaram no projeto vinham tanto da tradição stalinista como da trotskista. Entre os primeiros, destacavam-se os militantes do MR-8 e ex-militantes da Ação Popular (AP) que discordaram de sua fusão com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). As duas correntes abandonaram o projeto do *Em Tempo* no começo de 1979, insatisfeitas com o apoio ao nascente Partido dos Trabalhadores. Entre os influenciados pelo trotskismo, além de dois militantes da Organização Socialista Internacionalista que se afastaram para criar *O Trabalho*, destacavam-se duas correntes. A primeira era formada por militantes mineiros de uma organização que não tinha nome, chamava-se O. (de organização), em função de sua concepção de trabalho clandestino,[26] responsável pelo lançamento da tendência estudantil Centelha em 1977. A organização mineira tivera início em 1970, no movimento estudantil da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade Católica, estabelecendo contatos também com estudantes de Juiz de Fora. Por volta de 1973, já tinha apoios na oposição metalúrgica de Belo Horizonte. Seu principal dirigente era Aluísio Marques, ex-militante da AP. Também contou com um ex-militante dos Comandos de Libertação Nacional (COLINA) e com jovens da antiga Juventude Universitária Católica (JUC), como João Machado. O grupo opunha-se à linha do PCdoB e da AP no movimento estudantil, sendo crítico à luta armada. A simpatia pelas formulações de Trótski começou com leituras dos livros de Isaac Deutscher, do próprio Trótski, como *História da Revolução Russa*,[27] e de Ernest Mandel, então o principal dirigente do Secretariado Unificado da IV Internacional. A segunda corrente, identificada como Nova Proposta, grupo estudantil formado no Rio Grande do Sul em 1974, mantinha, por sua vez, contatos mais estreitos com o Secretariado Unificado da IV Internacional e tinha como principal dirigente Raul Anglada Pont. Essa tendência havia feito a opção por construir uma corrente no MDB gaúcho, que veio a denominar-se Tendência Socialista, lançada em julho de 1978. Ambas se juntaram e, com ex-

militantes do POC-Combate, fundaram, em um congresso em dezembro de 1979, a Democracia Socialista (DS). Mesmo com a participação de dois representantes do Secretariado Unificado da IV Internacional em seu congresso de fundação, um de Portugal e outro da Colômbia, a DS não se definiu formalmente por esse secretariado naquele momento, fazendo-o apenas em 1984.

O *Em Tempo* percorreu uma trajetória semelhante à do *Versus*: de uma "frente jornalística", passou a ser o porta-voz da Democracia Socialista no início de 1980. No período da "frente jornalística", o jornal vendia aproximadamente 8 mil exemplares. A partir de 1980, esse número caiu para cerca de 2.200.[28] O formato inicial era *standard* e desde 1978 saía semanalmente. Seu projeto combinava uma atividade propriamente jornalística mais efetiva do que a praticada por *Versus* ou *O Trabalho*, desenvolvida numa perspectiva de luta pela democratização do ponto de vista dos interesses dos trabalhadores, com uma inserção no amplo debate das esquerdas sobre rumos a tomar, inclusive discutindo abertamente as divergências da própria "frente jornalística" nas páginas do jornal.

A atividade jornalística trouxe à luz informações sobre as disputas e a crise no meio militar, pouco noticiadas pela grande imprensa, temerosa da ação da censura e da repressão. A luta pela democratização estava presente no engajamento na campanha pela anistia,[29] na promoção do debate sobre a formação de novos partidos, no apoio aos chamados "candidatos populares" do MDB. A defesa dos interesses da classe trabalhadora nesse processo e a ênfase sobre a importância de sua intervenção como condição para uma democratização efetiva expressavam-se, por exemplo, na cobertura jornalística das greves do ABC a partir de 1978, no apoio às oposições sindicais, na promoção do debate sobre a necessidade de um novo sindicalismo. O debate sobre rumos a tomar na conjuntura passou, por exemplo, pela polêmica sobre as saídas para a crise da ditadura militar — com alguns chegando a defender uma "Constituinte com Euler" e alguma participação na Frente Nacional de

Redemocratização[30] — e pela discussão sobre a pertinência ou não de se veicular a questão do socialismo nas eleições de 1978.[31]

O debate internacional das esquerdas também era trazido às páginas do *Em Tempo* pela publicação de um variado leque de artigos e entrevistas que expressavam as visões de diferentes tradições, podendo-se citar, entre tantos outros, artigos e entrevistas com Perry Anderson, Régis Debray, Rui Mauro Marini, Eric Hobsbawm.[32]

O período da militância em comum com outras correntes no *Em Tempo* não propiciou à Democracia Socialista, na sua fundação, um ganho significativo de militantes.[33] A unificação com outras correntes ocorreria apenas com organizações egressas do campo trotskista. Em 1981 a DS realizou um congresso de unificação com a Organização Revolucionária dos Trabalhadores (ORT), grupo oriundo da Convergência Socialista e liderado por Júlio Leocádio das Chagas Tavares, que iniciara sua militância em 1966 em Pernambuco, nos Grupos de 11 de Brizola e no POR, que então fazia entrismo no movimento brizolista. A partir desse momento a organização passou a chamar-se Organização Revolucionária Marxista — Democracia Socialista.[34] Em 1982 foi incorporado o Comitê de Ligação dos Trotskistas Brasileiros (CLTB), que, segundo João Machado, "era fundamentalmente uma organização sindical", tendo em Paulo Skromov a principal liderança.[35]

As experiências de "frente jornalística" praticadas no *Versus* e no *Em Tempo* não se repetiriam. Por que desapareceram? Teriam sido esgotadas? Ou teriam sido abortadas? Uma explicação mais ou menos óbvia é que as frentes políticas que davam sustentação aos jornais se desfizeram com o começo da abertura política. A fusão das visões de mundo de jornalistas em luta contra a censura, militantes revolucionários em luta contra a ordem social e política e intelectuais em luta contra o pensamento desengajado e dócil se desfez. No PT ocorreria um novo encontro, mas talvez o obreirismo dos sindicalistas, num primeiro momento, e mais tarde a institucionalização do partido tenham bloqueado a possibilidade de

o PT ter um jornal próprio, retomando a experiência de "frente jornalística". Entretanto, cabe dar o devido peso ao argumento de Kucinski, que atribui à concepção leninista do jornal como instrumento de partido, sustentada pelas organizações trotskistas, papel determinante no fracasso das frentes. De toda forma, cabe pensar sobre a importância da experiência das "frentes jornalísticas" na tessitura de uma prática inédita para as esquerdas no país e sobre o papel dessa experiência na posterior construção do PT. A cultura de convívio democrático entre correntes políticas diversas e a definição de regras para tanto foram previamente experimentadas em jornais como *Versus* e *Em Tempo*.

O problema da derrubada da ditadura, a reestruturação partidária e o surgimento do Partido dos Trabalhadores

Em 14 de outubro de 1978, o general João Figueiredo e Aureliano Chaves derrotaram, no colégio eleitoral, a chapa do MDB, formada pelo general Euler Bentes Monteiro e Paulo Brossard. Em agosto de 1979, o governo Figueiredo fazia aprovar a lei de anistia e, em dezembro, o Congresso Nacional aprovava a nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos, que extinguia ARENA e MDB e acabava com o bipartidarismo. Os três acontecimentos definiam os limites e formas de uma transição democrática controlada e elitista. A lei de anistia beneficiou as vítimas da ditadura, mas também os torturadores. Por sua vez, a reorganização partidária foi aproveitada pelo crescente movimento operário e popular para a fundação do PT. Assim, definiam-se caminhos e lutas que vinham sendo gestados desde 1977. Como sujeitos políticos nesse processo, as correntes trotskistas intervieram com políticas diferenciadas.

"Lula: sou obreirista com orgulho" — a matéria com esse título, publicada na edição do *Em Tempo* de dezembro de 1978, fala de um Lula que havia afirmado, no Encontro pela Democracia, promovido pelo Centro Brasil Democrático, no Rio de Janeiro, posições

semelhantes às defendidas pelo próprio *Em Tempo* nos meses anteriores. Lula e os sindicalistas autênticos que começaram a articular-se nacionalmente a partir do V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias (CNTI), realizado em 1978, rejeitavam tanto a frente democrática, com a espinha dorsal do MDB, como o novo PTB. Informava a matéria: "[...] estes sindicalistas sustentaram a necessidade de construção de um partido que representasse os reais interesses dos assalariados, 'surgindo de baixo para cima e contando com a ampla participação dos trabalhadores'". Dizia Lula: "Trata-se de lutar pela democracia no sentido que os trabalhadores a entendem".

Pouco antes, o *Versus* publicara uma entrevista com Lula em que afirmava:

> Quero deixar claro que não propus a formação de um Partido Trabalhista. Minha proposta é no sentido de que temos que encaminhar a 500 por hora na conscientização sobre a participação política dos trabalhadores, que culminaria na formação de um partido saído de dentro das fábricas, criado pela classe. Os trabalhadores têm que se aglutinar em partidos, de preferência com definição ideológica.[36]

Por sua vez, a Organização Socialista Internacionalista, que fizera nas eleições de 1978 a campanha "Vote nulo por um Partido Operário", embora visse inicialmente o PT como uma saída burguesa, passou a apoiá-lo no começo de 1980. O orgulho de ser operário, a recusa tanto das saídas "frentistas", representadas pelo MDB, como do velho trabalhismo, representado por Brizola, a aposta na organização independente dos trabalhadores como fundamental para a definição dos rumos da própria democracia, todas essas idéias e esse imaginário constitutivos do projeto do PT vinham sendo afirmados pelos jornais trotskistas.

A Convergência Socialista e o PT

Um dos projetos de organização independente dos trabalhadores que antecedeu o PT foi o do Partido Socialista, lançado pela Convergência Socialista em janeiro de 1978. No final de 1977, o *Versus* entrava no difícil debate sobre o fim do bipartidarismo. O texto "Que há de novo nos céus, além dos aviões de carreira?", de Chico de Oliveira, tocava no problema:

> Tem sido tabu no Brasil falar na extinção do bi-partidarismo. Alegam os da oposição que isto significa debilitar a própria oposição: estranho país este que, mesmo na política, transforma os monopólios num tabu [...]. A pergunta é: a quem está servindo o monopólio da oposição legal no Brasil? No momento, a ninguém, talvez exceto à própria liderança liberal do partido de oposição [...]. Há tarefas, pois, de extremada urgência nesta conjuntura [...]. Isto requer que essas oposições, sem aventureirismo, combinem a rica diferenciação social existente no país — rica politicamente falando, pois boa parte dela repousa na pobreza — com uma representação autêntica, saída delas mesmas, das amplas classes trabalhadoras, da Nação, da cidade e do campo.[37]

Naquele momento, a construção do Partido Socialista envolvia o enfrentamento dos dilemas políticos da conjuntura: como encarar a transição democrática proposta pela candidatura de Euler Bentes, como se relacionar com a proposta de formação de um Partido Socialista lançada por Almino Afonso, como se relacionar com a proposta de reconstrução do PTB lançada por Brizola, o que fazer nas eleições parlamentares de 1978 e o que fazer diante da proposta de lançamento de um partido dos trabalhadores, apresentada pelos sindicalistas "autênticos"?

As articulações para o lançamento de um Partido Socialista amplo, que deveria chamar-se Partido Popular Democrático e Socialista, vinham sendo encetadas desde 1976, com a participação de personalidades como Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer,

Francisco de Oliveira, Francisco Weffort, José Álvaro Moisés, Plínio de Arruda Sampaio, Almino Afonso, sindicalistas ligados à oposição metalúrgica de São Paulo e à Pastoral Operária de São Paulo e de São Bernardo do Campo.[38]

Nos dias 19 e 20 de agosto de 1978, foi realizada a I Convenção Nacional da Convergência Socialista, com 150 delegados de sete estados. A reunião ocorreu no auditório do Curso Equipe e estavam presentes Benedito Marcílio, Geraldo Siqueira, Fernando Pellegrino, presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE), Aybirê Ferreira de Sá, ex-militante do POR nos anos 1960, entre outros.

O programa que seria aprovado naquela convenção fora previamente discutido nos núcleos da Convergência Socialista. Sua concepção se inspirava no "Programa de transição" de Leon Trótski: "Queremos traçar uma ponte entre os problemas mínimos e democráticos pelos quais as massas se mobilizam e a única saída para a crise do país: um governo dos trabalhadores que inicie a construção de um Brasil Socialista".[39] O Partido Socialista (PS) era apresentado como alternativa ao reformismo, ao populismo e ao esquerdismo. Em primeiro lugar, foram apresentadas palavras de ordem em defesa do nível de vida dos trabalhadores, por melhores condições de vida e trabalho. O problema das liberdades democráticas era levantado, defendendo-se a convocação de uma Assembléia Constituinte livre, democrática e soberana, com a livre participação dos partidos operários e populares. Para levar adiante a luta em defesa das liberdades democráticas, da libertação dos presos políticos ou por outros pontos de seu programa, o PS defendia frentes com todos os partidos, organismos ou personalidades que se dispusessem a tanto, recusando-se, porém, a diluir a luta dos trabalhadores em iniciativas burguesas de democratização, frentes populares ou qualquer outra frente para governar o país.

O Brasil era caracterizado como um país capitalista dependente do imperialismo. Sua exploração pelo capital estrangeiro não se dava

contra a vontade da burguesia nacional, mas por meio de seus setores mais altamente concentrados. Setores da média e pequena burguesia eram apresentados como semi-explorados pelo grande capital nacional e internacional e exploradores dos trabalhadores em suas empresas. A estrutura econômica e social do país impunha que a luta pela libertação nacional da dominação imperialista se desse profundamente ligada às lutas dos trabalhadores contra o regime capitalista e a burguesia nacional. As lutas imediatas não deviam esgotar-se em si mesmas, mas confluir para a luta política: "A partir das mobilizações antipatronais, antipelegas, antiimperialistas e pelas liberdades democráticas o programa do PS levanta a necessidade de fazê-las confluir na luta pela independência política dos trabalhadores". O PS defendia, ainda, a necessidade de formação de um pólo operário e socialista: "[...] uma frente única de todos os setores que se reclamam socialistas, de todas as correntes classistas, de todas as vanguardas operárias, estudantis e populares que estejam de acordo em lutar contra todos os partidos burgueses, por um partido dos trabalhadores".[40]

Tal orientação foi criticada pela Organização Socialista Internacionalista, que defendia a constituição de um Partido Operário e via naquela proposta de constituição de um Partido Socialista apenas uma adaptação ao regime militar — o qual havia anunciado que poderia aceitar a existência de novos partidos, entre eles até um socialista —, numa "política de reboque da pequena burguesia radicalizada":

> A tática dos marxistas não tem nada a ver com a "convergência socialista". Tratar-se-ia neste caso da organização de uma direção marxista independente que chamasse o PS à frente única de classe, combinada com a eventual criação de uma tendência revolucionária no seu interior. É uma política que não pode ser detalhada *a priori*. Hoje o que se tem é uma tendência "socialista" pequeno-burguesa, prisioneira da burguesia no interior do MDB.[41]

No dia 23 de agosto a Convergência Socialista sofreu um duro golpe: 19 de seus militantes foram presos em São Paulo, inclusive Nahuel Moreno e Rita Luzia Strassberg, argentinos, Antônio Maria Sá Leal, português, e José Maria de Almeida, além de mais três pessoas não pertencentes aos seus quadros.

A Convergência Socialista acabou não sendo, entretanto, o pólo de aglutinação da vanguarda socialista ampla. Esse papel veio a ser desempenhado pelo PT. Segundo Márcia Regina Berbel, dois agrupamentos de origem trotskista estiveram presentes no processo de discussão da "Carta de princípios" do Partido dos Trabalhadores: a Convergência Socialista e um pequeno grupo organizado em torno de Paulo Skromov, que havia sido militante da Organização Socialista Internacionalista até maio de 1978.[42] Aquele documento incorporava muitas das idéias pelas quais se vinham batendo os trotskistas: afastava qualquer possibilidade de trabalho com o MDB, onde prevaleciam os interesses dos patrões; definia o novo partido como dos trabalhadores, sem patrões; declarava a intenção de implantar núcleos em todos os locais de trabalho, sindicatos, bairros, municípios e regiões; afirmava compromisso com o socialismo e a democracia.[43]

Por que a Convergência Socialista não teria conseguido constituir-se como pólo de aglutinação das vanguardas socialistas? Segundo Berbel, o movimento, a princípio bastante amplo, acabou se reduzindo aos militantes trotskistas. A inflexão seria decorrente da definição programática, pois, quando as concepções do grupo proponente foram mais bem explicitadas, outros possíveis aderentes se afastaram.[44] Por sua vez, Kucinski qualifica o que chama de "ascensão e queda da Convergência Socialista entre o final de 1977 e o final de 1978" como um processo "intenso e fugaz, típico desse período de destampe". Sua análise é mais pragmática: "As personalidades políticas não aceitavam a convivência num movimento como a Convergência".[45] Os dois parecem estar certos: a definição de um programa completo, em que era explicitada a defesa da coletivização

dos meios de produção e distribuição e da planificação da economia, antes que o processo de construção de discussões e acordos políticos entre as diversas correntes participantes tivesse amadurecido, pode ter afastado outros agrupamentos. Por sua vez, um movimento fortemente influenciado por trotskistas não era de molde a atrair personalidades como Leonel Brizola ou Almino Afonso.

Em novembro de 1978, quando a proposta de formação de um Partido dos Trabalhadores já havia sido lançada, ocorreram eleições legislativas federais e estaduais. A Convergência Socialista interveio afirmando: "Não basta dar um não ao governo, não basta votar no MDB! Aproveitemos as eleições de 15 de novembro para dizer que tipo de democracia queremos: democracia para os trabalhadores. Por um Brasil Socialista".[46] Eram apoiados candidatos considerados "classistas e socialistas" no Rio Grande do Sul, em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais. A participação na campanha, com apoio a esses candidatos, seria preparatória para a construção de um partido socialista dos trabalhadores:

> Temos centenas de companheiros trabalhando na campanha eleitoral. Podemos, quase de imediato, multiplicar nossa força e nosso raio de ação, na campanha, se formarmos comitês de apoio aos nossos candidatos operários e socialistas [...]. Esses comitês serão núcleos, após as eleições, do partido dos trabalhadores, do partido socialista [...]. Temos que eleger os nossos candidatos, ao mesmo tempo em que organizamos as bases do futuro partido [...].[47]

Entrando no PT, a Convergência Socialista se propõe a participar de sua construção, "organizados como um setor de trabalhadores socialistas".[48] A nova situação, entretanto, provocou uma séria crise na organização, segundo Valério Arcary:

> Aí, em 1979 a Convergência viveu uma crise que quase a destrói, teve uma divisão no núcleo dirigente: um terço do núcleo dirigente da Convergência rompeu com a organização e foi diretamente para o PT, acreditando

> que o próprio PT poderia ser o embrião de um partido revolucionário, que não era necessária uma organização revolucionária dentro do movimento pró-PT . Evidentemente, ao se dissolverem, depois se dispersaram; alguns poucos depois chegaram a entrar na organização do Secretariado Unificado [refere-se à Democracia Socialista], outros foram para o PDT de Brizola, enfim, ali era uma pressão oportunista...[49]

Portanto desde o começo se estabeleceu uma relação tensa, em que a Convergência Socialista sofreu pressões diluidoras em seu novo meio de trabalho, tendo que se esforçar por delimitar seu território, pressionando para que o PT mantivesse um caráter classista e uma orientação programática socialista. Por outro lado, cedo começaram acusações de que a Convergência Socialista seria um "partido dentro do partido". A Convergência Socialista negava que houvesse pretensão de que o PT adotasse todo o seu programa, entretanto considerava necessário combater a concepção do PT como um partido "dos trabalhadores e da sociedade". Para ela, o PT deveria ser "um canal efetivo de expressão política e partidária dos trabalhadores da cidade e do campo e de todos os setores explorados pelo capitalismo". Propunha-se que o PT se pronunciasse por um governo dos trabalhadores, palavra de ordem defendida pela Convergência Socialista nos anos seguintes.[50]

Cedo também a Convergência Socialista diagnosticou um desvio na rota de construção do PT, propugnando uma "volta às origens". O Encontro Nacional do PT, realizado em 31 de maio e 1º de junho de 1980, em São Paulo, foi criticado por ter decidido retirar do programa o projeto de construir um governo dos trabalhadores e por definir o PT como um "partido de massas, amplo e aberto, baseado nos trabalhadores da cidade e do campo".[51] Estaria instalada uma contradição sem solução imediata: a direção e o programa do PT seriam contraditórios com o movimento e a radicalização que o haviam originado. Em face desse processo, a opção da Convergência Socialista era "[...] continuar lutando junto a milhares de trabalhadores para que o PT volte às posições que lhe

deram origem. É isto: continuamos lutando para que o PT seja de fato 'um partido sem patrões' e que lute 'por um governo dos trabalhadores'".[52] Nada disso impediu que a Convergência Socialista se engajasse ativamente na construção do PT, inclusive incorporando a frase "Construindo o PT" ao lado do nome de seu jornal na capa da publicação, a partir de outubro de 1980, e mobilizando seus militantes na campanha de filiação com vistas à legalização do partido.[53] O PT finalmente arregimentou 212 mil filiados em quatro meses, tendo seu registro provisório reconhecido pelo Tribunal Superior Eleitoral em 1º de dezembro de 1981.

Para a campanha eleitoral de 1982, a Convergência Socialista e a Organização Socialista Internacionalista, então em processo de unificação, que pouco depois seria interrompido, lançaram uma proposta de plataforma política para o PT. O texto defendia, entre outras coisas, medidas contra a ditadura e pelas liberdades democráticas: fim da Lei de Segurança Nacional e dos aparatos repressivos, uma CUT democrática e independente, eleições livres e diretas em todos os níveis, fim da ditadura, Constituinte livre, um governo dos trabalhadores, fim de todo e qualquer tipo de discriminação. Também defendia medidas contra a crise, por uma solução operária e socialista: aumento geral de salários, seguro-desemprego e estabilidade, plano de obras públicas, congelamento de preços, terra para quem nela trabalha, não-pagamento da dívida externa, estatização das grandes empresas nacionais e estrangeiras e dos bancos, nacionalização do comércio exterior, redução do orçamento militar, mais verbas para a educação e a saúde.[54] Os trotskistas, sob o *slogan* "Em 82 vote PT contra a ditadura, os patrões e seus partidos", defendiam o lançamento de candidaturas exclusivas do PT aos governos estaduais, posicionando-se contra as coligações. Em São Paulo, a palavra de ordem era: "Lula: um candidato operário para governador".[55]

A Organização Socialista Internacionalista e o PT

A Organização Socialista Internacionalista posicionou-se inicialmente contra as movimentações pela formação de um Partido dos Trabalhadores, por considerar que uma entidade política constituída a partir da iniciativa de sindicatos atrelados ao Estado por uma estrutura sindical inspirada na "Carta del lavoro" não poderia ser um verdadeiro partido operário. A moção pela formação de um Partido dos Trabalhadores, aprovada no X Congresso de Lins, foi repudiada pelo fato de ter sido apoiada por pelegos como Joaquim dos Santos Andrade e Ary Campista.[56] O que daria coesão ao Partido dos Trabalhadores seria a defesa da unidade sindical, com o objetivo de destruir as oposições. O jornal *O Trabalho* argumentava:

> Na verdade, tanto uma nova estrutura sindical como um partido político seu só poderá ser construído pelo próprio movimento — do qual estas lideranças se mantiveram à parte, ou, na maioria das vezes, trataram de combatê-lo abertamente [...]. É nas oposições sindicais e nas comissões de fábricas que os trabalhadores conseguiram acumular sua experiência de luta e criar seus primeiros passos de independência política; por isso, tanto para reorganizar seus sindicatos como para construir seus partidos, é com elas que os trabalhadores podem contar.[57]

Markus Sokol lembra que a Organização Socialista Internacionalista, através de Paulo Skromov, Chico Solano (do Sindicato de Técnicos e Artistas) e mais um sindicalista do setor de cerâmica de Porto Feliz, vinha participando, desde 1978, de reuniões com os sindicalistas autênticos, nas quais se discutia a formação de um Partido dos Trabalhadores. A partir de uma escola de quadros, realizada com a presença do historiador e então dirigente da Organisation Communiste Internationaliste francesa Pierre Broué, resolveu-se não mais participar daqueles encontros e adotar uma política de oposição ao Partido dos Trabalhadores.

Nas eleições de 1978 a Organização Socialista Internacionalista defendeu o voto nulo, agitando, como já vimos, a palavra de ordem "Nem Arena, nem MDB. Vote nulo por um Partido Operário". Formou-se em São Paulo um Comitê de Trabalhadores pelo Voto Nulo, com participação de militantes católicos e das oposições sindicais, ligados ao MEP, à AP e ao POC ou deles originários.[58] A campanha foi avaliada como vitoriosa, pois o índice de votos nulos chegou a 11%, porcentagem que, somada à de votos brancos, atingiria 23%.[59]

A Organização Socialista Internacionalista também combateu qualquer frente ou apoio à candidatura do general Euler Bentes, opondo a ela a defesa de uma Constituinte soberana. A luta pela Constituinte, já lançada pelo jornal *Movimento* no começo de 1977, era defendida pelas correntes trotskistas e, de forma mais veemente, pela Organização Socialista Internacionalista. A Constituinte era apresentada como um momento-chave na derrubada da ditadura e na construção da democracia, sendo rejeitada a idéia de uma "Constituinte com João". Tratava-se de lutar por uma Assembléia Constituinte democrática e soberana, com poder, eleita com total liberdade partidária, com voto extensivo a soldados, marinheiros e analfabetos.[60]

A posição da Organização Socialista Internacionalista começou a mudar na seção plenária do Comitê Central, reunida a 26 de janeiro de 1980, quando foi aprovada uma resolução sobre a situação nacional que afirmava:

> Quanto ao PT, o CC da OSI coloca que ele é uma resposta ao movimento operário no sentido de sua organização independente, nascido do vazio provocado pela política stalinista que se recusa a construir até o seu próprio partido, apresentando o MDB como quadro de organização partidária e o sindicato corporativista como campo "unitário" de luta pelas suas reivindicações. A OSI coloca-se favorável à construção de um PT independente do governo, do Estado, mas ressalta que o movimento pró-PT ainda não é esse partido, e só o será na medida em que se comprometer com a luta dos trabalhadores para derrubar a ditadura e pela independência de classe do proletariado.[61]

A nova posição foi aprovada na 1ª Conferência Nacional, realizada em fevereiro de 1980,[62] consolidando-se no IV Congresso, realizado meses depois. Nesse encontro, foi definido o novo posicionamento: "É dever da OSI, portanto, intervir no PT com todas as suas forças para ajudar a levá-lo ao desenlace positivo — construção, por qualquer via que seja, de um partido dos trabalhadores, sem patrões, empregando os meios disponíveis para fazê-lo dentro do PT, isto é, integrando-o sem restrições".[63]

Ingressando no PT, a OSI defendeu que ele se construísse como partido de classe, combatendo a idéia de um partido "dos trabalhadores e da sociedade" ou de um "partido aberto". O PT deveria lutar pelo fim da ditadura militar, objetivo que estaria ausente de seu "Programa de ação", deveria propor-se a romper os acordos firmados pelos governos com o imperialismo, lutando pela independência nacional, e deveria defender a reforma agrária, indo além do simples apoio às lutas de posseiros e trabalhadores sem-terra.[64] A partir de janeiro de 1981, *O Trabalho* mantém uma página intitulada "Sob a bandeira do PT", que noticia atividades do Partido dos Trabalhadores e, particularmente, naquele momento, a luta pela legalização, na qual os militantes da OSI se engajaram intensamente.

Em outubro de 1981, a Organização Socialista Internacionalista lançou, juntamente com a Convergência Socialista, o manifesto "Em 82 vote PT — Contra a ditadura, os patrões e seus partidos". Antes que as eleições fossem realizadas, entretanto, as duas organizações já se haviam separado. A OSI posicionou-se contra as coligações, ressaltando a importância do lançamento da candidatura de Lula ao governo do Estado no Encontro Estadual do PT, no começo de 1982, apesar de o atual presidente da República estar, então, condenado pela Lei de Segurança Nacional, permanecendo livre apenas pelo fato de correr um recurso nos tribunais militares, além de estar cassado da presidência de seu sindicato.[65] Foram lançados três candidatos da Organização Socialista Internacionalista: Clara Ant, diretora do Sindicato dos Arquitetos, a depu-

tada estadual; Josimar Melo, líder estudantil da USP, a deputado federal; e Cleusa Turra, líder estudantil da USP, a vereadora.

As eleições eram vistas como um momento de avançar na construção do partido e na luta contra a ditadura militar, sendo criticada a busca do crescimento meramente eleitoral: "O eleitoralismo barato é estranho à classe operária e coloca em risco a construção do nosso partido como um partido operário independente. Os votos nas eleições de Figueiredo só terão significado na medida em que impulsionarem a construção do nosso partido".[66]

A Democracia Socialista e o PT

As correntes que formaram a Democracia Socialista (DS) em 1979 passaram por um período de intervenção política no MDB, participaram das articulações pela construção de um Partido Socialista e, finalmente, engajaram-se na construção do PT.

O primeiro número do *Em Tempo*, de janeiro de 1978, noticiava a movimentação de setores progressistas da Igreja, de parlamentares, do jornal *Versus* e do setor jovem do MDB gaúcho (tratava-se do grupo Nova Proposta) com vistas ao lançamento de um Partido Socialista. No editorial daquela edição, o jornal analisava o processo nacional sob a perspectiva da concepção trotskista da revolução permanente e apresentava certos parâmetros que deveriam nortear a construção de um novo Partido Socialista. Dizia o texto:

> Para os trabalhadores a verdadeira democracia passa necessariamente pela transformação da vida econômica, de tal forma que importantes problemas como a questão nacional e a agrária sejam solucionadas dentro de sua ótica. Evidentemente, isto pressupõe que a direção da economia esteja nas suas mãos. Compreendida desta maneira, a luta pelas liberdades democráticas põe em xeque tanto o poder como o próprio caráter capitalista da nossa sociedade.[67]

A seguir eram apresentados alguns pré-requisitos para a formação de um novo partido. O programa deveria combinar a luta pelas

liberdades democráticas com a superação das contradições sociais e econômicas da sociedade; caracterizar-se mais como frente do que como partido; ser compreendido como transitório; e ter ampla democracia interna, com direito a tendências.

Nessa fase, anterior ao engajamento no PT, o jornal vinha dando espaço para a apresentação das diversas propostas de construção de "partidos populares": um MDB "depurado", um PTB refundado e um Partido Socialista e Democrático.[68]

A intervenção nas eleições de 1978, por sua vez, deu-se pelo apoio a um amplo leque de "candidatos populares" do MDB em todo o Brasil. Tratava-se de um movimento tático com vistas à preparação de novas alternativas partidárias: "Como Arena e MDB têm seus dias (ou meses) contados, o mínimo que se espera dessas articulações é que no processo que ocorrerá daqui até novembro sejam criadas as bases para novas alternativas partidárias e para práticas oposicionistas comprometidas com o movimento de massas".[69] Eram apoiados candidatos populares em seis estados: Rio de Janeiro, São Paulo (Fernando Henrique Cardoso, Airton Soares, Marco Aurélio Ribeiro, Alberto Goldman, Irma Passoni, Geraldo Siqueira, Antonio Funari, Eduardo Suplicy, Fernando Moraes e Audálio Dantas), Pernambuco (Jarbas Vasconcelos), Minas Gerais (José Edgar Amorim Pereira) e Rio Grande do Sul (Alcides José Saldanha).[70]

Após as eleições, foi feita a apreciação do saldo das campanhas, afirmando-se o acerto da tática eleitoral que tivera como objetivos "Provar que é possível transformar o parlamento numa caixa de ressonância dos problemas das camadas populares e que a participação no parlamento não é antagônica à organização independente das massas, ao contrário, pode estar a serviço desta última"; lutar pela depuração do MDB e agilizar o debate sobre a reorganização partidária, "com vistas a chegar a uma proposta, rápida e clara"; manter o trabalho de base; e formar um bloco dos candidatos populares.[71] Em São Paulo, após as eleições, tentou-se dar continuidade à mobilização popular com a realização de assembléias dos comitês dos

candidatos populares, que deveriam manter-se atuantes, pois o candidato popular seria aquele que "se amarra às lutas do povo explorado e oprimido, não apenas de coração, mas através de formas organizatórias que permitam a interferência popular para dar sentido e rumo aos seus mandatos".[72]

A partir de março 1979, quando se afastaram do *Em Tempo* os apoiadores do MR-8 e os remanescentes da AP, o jornal adotou uma linha de apoio aberto ao P.T.[73] Desde dezembro de 1978 a experiência do PT era acompanhada com simpatia. Diversas visões sobre seu projeto foram apresentadas e debatidas. Tarso Genro, Altino Dantas e José Ibrahim defenderam suas proposições.[74] Eder Sader situava o PT como uma experiência próxima dos clássicos do marxismo: "Frente ao estereótipo revolucionário, sobretudo naquelas versões divulgadas e praticadas pelos Partidos Comunistas, o PT se apresenta com virtudes originais e, paradoxalmente, muito mais próximo da boa ortodoxia dos clássicos do marxismo".[75] Na edição de outubro de 1979 foram publicados, na íntegra, os principais documentos do PT. A partir de 1980, o *Em Tempo* propunha que o PT assumisse a defesa de uma Assembléia Nacional Constituinte, combinando o processo de sua própria construção com a luta pela derrubada da ditadura militar, "única forma de construir à sociedade sem exploradores e explorados, como afirma o seu Manifesto de fundação".[76] Nas eleições de 1982, a Democracia Socialista lançou candidatos pelo PT e defendeu as candidaturas próprias do partido a cargos majoritários, assim como o *slogan* "Trabalhador vota em trabalhador", avaliando que palavras de ordem como essa "reforçam a autoconfiança dos trabalhadores, diminuem o controle das classes dominantes sobre os explorados e oprimidos".[77]

A Democracia Socialista participou da construção do PT como "partido estratégico", atuando como núcleo de articulação de uma esquerda revolucionária, lutando por uma nova hegemonia de esquerda dentro do partido. Essa nova hegemonia agruparia setores

da Articulação dos 113 com a esquerda do PT.[78] Segundo João Machado,

> Nós estávamos querendo formar coisas mais amplas mesmo. Nossa concepção sempre foi que nós deveríamos ser uma ala esquerda de uma coisa mais ampla. Não simplesmente lançar iniciativas mais amplas para ganhar gente para o nosso projeto. Nunca fizemos entrismo também. A nossa relação com o PT nunca foi uma relação de entrismo. [...] Nós, depois, chegamos a trabalhar essa posição discutindo com os companheiros vinculados à IV Internacional. Era também a visão dos dirigentes da IV com os quais nós tínhamos contato.[79]

Os trotskistas e o movimento estudantil

O crescimento das organizações trotskistas nos anos 1970 e 1980 foi significativo no movimento estudantil. Tratou-se de um período de ascensão das lutas estudantis, e foi para os trotskistas mais fácil crescer nas organizações de estudantes do que nas operárias. Isso se deve, em parte, ao insucesso do POR, nos anos 1960 e 1970, de abrir espaço para o crescimento no meio operário, hegemonizado pelos comunistas, populistas e "ministerialistas".

A ascensão estudantil permitiu uma retomada de suas organizações históricas. Nos dias 29 e 30 de junho de 1979, foi realizado em Salvador o Congresso de Refundação da UNE. A Organização Socialista Internacionalista interveio através de sua tendência estudantil Liberdade e Luta, encabeçada por Josimar Melo, então diretor do DCE-Livre da USP, que, no processo de preparação do congresso, defendeu a formação de comitês pela UNE unitária e independente em todo o país. Foram enfatizados três pontos: satisfação de todas as reivindicações dos estudantes; independência do Movimento Estudantil e ruptura de qualquer vínculo com o MEC e a ditadura; e fim da ditadura militar. O congresso deveria eleger uma diretoria provisória, formada proporcionalmente por representantes de todas as correntes.[80] Posteriormente, no dia 17

de novembro, foi realizada uma conferência nacional com vistas à construção da tendência Liberdade e Luta em âmbito nacional. Participaram 93 delegados, que representavam estudantes de nove estados.[81] Josimar Melo foi lançado candidato à presidência da UNE, tendo recebido 25 mil votos nas eleições realizadas em setembro de 1979. Em setembro de 1980 a chapa Mobilização Estudantil, formada por uma frente entre a Liberdade e Luta e a Novo Rumo, dirigida pela Convergência Socialista, conquistou o DCE da USP.[82]

A Convergência Socialista, por sua vez, preparou-se para o Congresso de Refundação da UNE defendendo a seguinte plataforma: lutar contra a ditadura, por uma Constituinte livre, democrática e soberana; lutar contra a reforma universitária, por uma reformulação do ensino feita pela comunidade universitária; solidariedade aos trabalhadores em defesa da reorganização do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e dos partidos políticos independentes dos trabalhadores; e solidariedade a todos os povos que lutavam por sua emancipação. A Convergência Socialista também defendia a formação da diretoria da UNE por meio de eleição direta e não através dos delegados ao congresso. A UNE deveria lançar uma campanha pelo ensino público e gratuito e por mais verbas para a educação, além de lutar, também, por um governo dos trabalhadores.[83] Nas eleições de setembro de 1979, para a diretoria da UNE, a Convergência Socialista juntou-se às correntes Centelha e Peleia na chapa Nova Ação, recebendo 60 mil votos.[84]

A Convergência Socialista também empreendeu uma ação importante entre os estudantes secundaristas, que fundaram a União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas (UMES) de São Paulo em 30 de agosto de 1980. Organizou a corrente Alicerce e Luta, que defendia uma "UMES combativa e classista que nasça no marco de todas as lutas que se travam hoje na sociedade por melhores condições de vida e trabalho. Uma UMES que apóie todas as lutas dos trabalhadores, já que essa é a classe social produtora [...]". E

também uma UMES que lutasse por problemas que afetavam os estudantes secundaristas: boicote ao aumento nas escolas particulares, por mais vagas nas universidades públicas e pela construção de entidades livres.[85] No dia 30 de outubro de 1980, a Alicerce e Luta conseguiu eleger a primeira diretoria da UMES, com 18.713 votos, tendo Henrique Carneiro à frente.[86] Quase um ano depois, em 19 de outubro de 1981, foi reconstruída, em encontro na PUC–SP, a União Paulista dos Estudantes Secundaristas (UPES), e Henrique Carneiro eleito seu presidente.[87]

As causas das "minorias"

É importante mencionar, ainda, a participação dos trotskistas nas causas das chamadas "minorias", movimento também emergente naquele final dos anos 1970.

Naqueles anos, em plena ditadura, autoritária e moralista, podia ser eletrizante ler um jornal como *Versus* defendendo a libertação dos doentes mentais ("pode-se curar doentes mentais sem camisas de força ou barras de ferro nas janelas: basta ouvir o que eles têm a dizer e postular sua liberdade") e denunciando a ação do Esquadrão da Morte na liquidação sumária da população marginalizada da periferia.[88] Em novembro de 1978, o *Versus* abria espaço para o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial. Desde maio de 1978 fora incorporado ao nome do jornal o subtítulo *Afro-América Latina*.[89] O jornal *Convergência Socialista* fez campanha pela legalização do aborto, e a organização criou sua Fração Homossexual, com a primeira conferência nacional sendo realizada nos dias 14 e 15 de março de 1981.[90] Nos dias 18 e 19 de outubro, realizou-se a 1ª Conferência Nacional das Mulheres da Convergência Socialista.[91]

O *Em Tempo*, por sua vez, promovia debates como "Homossexual é gente?", como parte das iniciativas para a organização, em São Paulo, do Núcleo de Defesa dos Direitos dos Homossexuais.[92]

Outro texto afirmava: "O povo quer sexo", noticiando curso realizado pela Associação das Mulheres. Argumentava-se:

> A esquerda tradicionalmente afirma que temas como sexualidade não interessam à mulher da periferia. Hoje, especialmente aquelas que pretendem ver o movimento de mulheres diluído em bandeiras ditas "mais gerais", são enfáticas em cortar o tema sexo, em nome da urgência da carestia ou da Constituinte. Um curso realizado por petistas num bairro periférico de São Paulo, com mulheres de metalúrgicos e de trabalhadores da construção civil, provou exatamente o contrário.[93]

A partir dos começos de 1980, o *Em Tempo* manteve regularmente uma página que cobria as atividades do movimento negro e outra que abordava o movimento de mulheres.

Por sua vez, a Organização Socialista Internacionalista participou da promoção do Fórum pela Legalização do Aborto, ocorrido nos dias 24, 25 e 26 de setembro de 1980, no auditório da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, com a presença de 26 entidades, como o Sindicato dos Bancários, os DCEs da USP e da PUC, o Movimento Negro Unificado e diversos grupos ligados à luta pelos direitos da mulher.[94]

1983-2003: o período institucional

Com a legalização do PT e sua participação nas eleições de 1982, a fundação da CUT, a anistia e o avanço das liberdades democráticas, pode-se dizer que se encerrava a fase "heróica" da luta contra a ditadura no Brasil e da construção das organizações independentes dos trabalhadores. Na nova conjuntura os sujeitos políticos definiriam, pela luta, as formas de transição da ditadura para a democracia e a natureza do novo regime.

Em face do cenário internacional, no final dos anos 1980, as esquerdas e os trotskistas em particular, pelo caráter internacionalista

de sua militância, seriam sacudidos por uma reviravolta profunda: a derrubada do Muro de Berlim, a unificação das Alemanhas, a dissolução da União Soviética, a desaparição dos velhos Partidos Comunistas e a crise do socialismo. Em contrapartida, ocorreu o avanço da hegemonia neoliberal. Ambos os processos tiveram forte impacto no Brasil e diretamente no PT e na CUT.

As três organizações trotskistas aqui enfocadas adotaram apreciações e políticas bem diferentes diante da nova conjuntura dos anos 1980, tomando rumos distintos.

Da Convergência Socialista ao PSTU

A Convergência Socialista realizou um congresso em março de 1983, unificando-se com a organização estudantil Alicerce da Juventude Socialista, adotando esta denominação. A razão para a mudança deveu-se ao fato de que a organização tivera forte crescimento no movimento estudantil, especialmente secundarista, e acreditava-se que seria possível obter um crescimento orgânico maior focando a atuação nesse segmento. Em janeiro de 1984, surgiu o jornal *Alicerce da Juventude Socialista*, também nova denominação da publicação *Convergência Socialista*.

As oposições haviam formado o Comitê Nacional Pró-Diretas e, nas reuniões plenárias, o Alicerce, vinha defendendo a realização de uma greve geral no dia 25 de abril, quando seriam votados a emenda Dante de Oliveira, o boicote ao colégio eleitoral e a organização de comitês pelas diretas nas empresas, escolas e bairros. Com a derrota da emenda, o Alicerce defendeu a apresentação de Lula como "anticandidato", reiterou o boicote ao colégio eleitoral e a rejeição do "candidato único das oposições", que vinha sendo costurada pelos setores oposicionistas moderados.[95] A campanha pelas diretas deveria ser associada a um programa de reivindicações mínimas, como o aumento geral e imediato dos salários em 100%, reajustes trimestrais, o congelamento de preços

de artigos de primeira necessidade, dos serviços públicos, aluguéis e transportes. A intervenção dos membros do Alicerce teria como eixos de propaganda o não-pagamento da dívida externa e a defesa da candidatura de Lula, associada à palavra de ordem "Por um governo dos trabalhadores". A luta pela Assembléia Constituinte também deveria ser incorporada à propaganda.

Em avaliação mais global da conjuntura, o Alicerce trabalhava com três possíveis cenários. O primeiro seria o de uma revolução democrática, com o prosseguimento das mobilizações pelas diretas até sua conquista, a agudização da crise e a derrubada do regime. O segundo seria o da "unidade nacional", com a imposição do setor negociador, a contenção da mobilização, um mandato-tampão com o vice-presidente Aureliano Chaves, ou outro nome, e diretas apenas após dois anos — ou seja, reforma do regime. O terceiro seria a manutenção do regime intacto, com Maluf ou Andreazza.[96]

Nesse meio-tempo, em abril de 1984, foi realizado o VIII Congresso do Alicerce, que resolveu voltar a chamar-se Convergência Socialista:

> Quando o ascenso dos trabalhadores se coloca no centro da situação política, o retorno da Convergência Socialista se faz necessário. Não somente uma organização para a juventude, mas a organização política vinculada às tradições da classe operária, uma ala socialista da CUT e do PT — enfim, a Convergência Socialista.[97]

Alguns meses após a apresentação das teses, a Convergência Socialista dava a entender que a saída da "revolução democrática" estava prevalecendo, porque se estariam combinando a agonia do regime militar — e julgava-se que se poderia tê-lo derrubado, não fosse a traição das oposições burguesas — e o lançamento dos primeiros golpes contra os patrões, na luta contra a fome, com ocupações de fábricas que estavam crescendo por todos os lados e a estrutura sindical em processo de desmantelamento:

> Essa revolução começou com os gigantescos atos pelas diretas de antes de 25 de abril e segue agora com a onda grevista. O seu primeiro choque se dá contra o regime militar ditatorial, assumindo um caráter imediato de revolução democrática, para, em seguida, avançar dentro do processo de revolução socialista, para a derrubada da burguesia.[98]

Em novembro de 1984, antes mesmo da eleição da chapa Tancredo Neves-José Sarney no colégio eleitoral, ocorrida em 15 de janeiro de 1985, a Convergência Socialista lançou uma "Carta aos petistas", chamando o partido a assumir a oposição ao "futuro governo patronal de Tancredo Neves e ao seu pacto social".[99] Após a eleição de Tancredo, a Convergência Socialista realizou seu IX Congresso, avaliando que o novo governo tentaria frear as lutas, mobilizações e greves salariais. Ao mesmo tempo, começava um processo de expectativas dos trabalhadores com o governo Tancredo Neves. Era necessário articular as questões democráticas às lutas concretas dos trabalhadores, lutar por uma Constituinte livre, democrática e soberana e contra o pacto social.[100]

Em 11 de junho de 1985, Lula e Djalma Bom, líder do PT na Câmara Federal, entregaram ao presidente da Câmara e ao do Senado proposta de emenda constitucional fixando a data das eleições para a Assembléia Nacional Constituinte em 1º de março de 1986, com instalação em 21 de abril do mesmo ano. Entretanto, no dia 28 de março, José Sarney enviou ao Congresso projeto marcando o pleito para novembro de 1986, com o início dos trabalhos da Assembléia Constituinte em 1º de janeiro de 1987, com o Congresso Nacional acumulando poderes constituintes.

A partir de maio de 1986, o *Convergência Socialista* iniciou a publicação de uma série de artigos sobre a Constituinte, "com o objetivo de colaborar com a discussão e firmar nossas posições". A linha de intervenção proposta para os militantes socialistas foi assim objetivada:

> Através da Constituição poderemos conquistar uma tribuna privilegiada para divulgar a todos os trabalhadores as idéias do socialismo. Isto signi-

fica atacar claramente a propriedade privada dos meios de produção propondo a estatização das grandes indústrias nacionais e estrangeiras, do sistema financeiro e o monopólio do comércio exterior. Significa, ainda, propor medidas que transformem completamente as Forças Armadas, colocando-as a serviço do poder operário. [...] Em nosso programa deverão estar presentes também as principais tarefas democráticas que existem hoje no país às quais a burguesia não pode responder: a reforma agrária radical e a conquista da soberania nacional através do rompimento da submissão ao imperialismo com o não pagamento da dívida externa.[101]

Após as eleições de 1986, a Convergência Socialista propôs que a Assembléia Nacional Constituinte assumisse o governo do país: "Que a Constituinte, como organismo de poder mais democrático que existe neste momento, assuma o governo do país. Isto é o que toda a população tem que exigir". Defendia-se a formação de um governo operário como saída estratégica, mas, "se a crise atual do governo Sarney se aprofundar e a Constituinte for empurrada, mesmo contra a sua vontade, a governar, ficará criado um enfraquecimento sem precedentes do poder burguês. E uma brecha por onde poderá se fortalecer uma alternativa operária".[102]

A construção da saída operária passava pela luta por eleições presidenciais imediatas, com o lançamento de uma candidatura dos trabalhadores, apoiada pelos partidos e organizações operárias. Naquele momento, Lula defendia a convocação de eleições diretas em 1988, seis meses após o encerramento dos trabalhos da Constituinte.[103]

Uma das propostas defendidas pela Convergência Socialista durante os trabalhos da Constituinte foi a adoção do parlamentarismo, associada a outras medidas radicalmente democratizantes: Congresso unicameral com poderes executivos, eliminando-se o Senado, e mandatos parlamentares de dois anos, revogáveis a qualquer momento, com salários equivalentes aos de um trabalhador especializado.[104]

Com o perfil da nova Constituição definido, a Convergência Socialista defendeu que o PT não deveria assinar o texto. O Dire-

tório Nacional do Partido dos Trabalhadores acabou aprovando a posição de rejeitar o texto da Constituição em votação, mas assiná-lo, pelo que foi criticado pela Convergência Socialista, pois o que estaria subjacente seria o medo de romper com a institucionalidade burguesa, dentro do novo regime político.[105]

Poucos meses depois da posse de Sarney, ocorreram eleições municipais em 201 cidades, inclusive capitais e territórios federais, em novembro de 1985. A Convergência Socialista defendeu, então, o lançamento de candidatos próprios do PT para os cargos majoritários, opondo-se, por exemplo, aos setores do partido que queriam apoiar Fernando Henrique Cardoso em São Paulo. Apresentando-se como "corrente interna do PT", a Convergência Socialista dirigiu-se aos eleitores: "Chamamos a que no dia 15 de novembro seu voto de trabalhador seja para os trabalhadores. Vote conosco nos candidatos do Partido dos Trabalhadores".

Os resultados eleitorais foram favoráveis ao PMDB, que saiu ganhando em 19 das 25 capitais, perdendo, no entanto, no Rio de Janeiro, em Porto Alegre e São Paulo.[106] A Convergência Socialista avaliou que o Brasil não votara à esquerda. Os partidos ligados a Sarney haviam obtido 68% dos votos, e o PT apresentara-se como uma alternativa menos à esquerda do que o fizera em 1982, "substituindo candidaturas operárias pelas de intelectuais de classe média".[107] Esse perigo de desvirtuamento da identidade do PT foi detectado quando, em plenária municipal em São Bernardo do Campo, realizada no começo de 1986, Lula defendeu a candidatura de Marilena Chauí para o governo do estado nas eleições de novembro de 1986, ao passo que a Convergência Socialista defendeu a candidatura do próprio Lula.[108] No Rio de Janeiro, a Convergência Socialista opôs-se à candidatura de Fernando Gabeira ao governo, defendendo nomes ligados ao movimento operário.[109] Também foi criticada qualquer aliança com as forças políticas que compunham a chamada Nova República, sendo rejeitada a decisão do Encontro Estadual do PT em Pernambuco de apoiar Miguel Arraes, do PMDB, ao governo do estado.[110]

Nas eleições de novembro de 1986, para governador e para o Legislativo federal, a Convergência Socialista lançou candidatos pelo PT no Amazonas, no Rio Grande do Norte, em Pernambuco, no Pará, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, além de apoiar candidatos de outras tendências do PT.[111]

Nas eleições municipais de 1988, a organização defendeu que os candidatos do PT adotassem um programa que previsse o não-pagamento da dívida externa e interna dos municípios, reforma urbana, municipalização dos transportes. Além disso, o foco da campanha deveria estar na discussão de que a vida não mudaria com a nova Constituição, mas sim com as lutas por um Brasil socialista. Também seriam agitadas as palavras de ordem "Fora Pinochet", "Liberdade para o Solidariedade na Polônia" e "Todo o apoio aos trabalhadores armênios".[112] O resultado das eleições foi favorável às esquerdas e ao PT. Vários candidatos a vereador da Convergência Socialista, ou por ela apoiados, foram eleitos em Porto Alegre, no Rio de Janeiro, em Belém, São José dos Campos, Contagem e Diadema, além de Geraldo Nascimento para a prefeitura de Timóteo (MG). O PT ganhou as prefeituras de Porto Alegre, Ipatinga, João Monlevade, Angra dos Reis, Piracicaba, São Bernardo, Santo André, Diadema, Santos, São Paulo, Campinas e Vitória.[113] Na avaliação da Convergência, a população dera seu voto à oposição radical, nunca envolvida em escândalos ou desmandos governamentais. A politização do voto se explicaria pela ascensão expressa nas inúmeras greves que sacudiram o país e pelas respostas dos governos estaduais e federal, reprimindo e, no caso da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, autorizando a invasão da usina ocupada.[114] No começo de 1989, Ernesto Gradella, suplente, assumiu a cadeira de deputado federal. Nas eleições de novembro de 1990, a Convergência Socialista elegeu-o deputado federal por São Paulo e João Batista de Oliveira Araújo (Babá) deputado estadual no Pará.[115]

Em 1989, a Convergência Socialista se engajou na campanha pelo lançamento da candidatura de Lula à presidência, defendendo

um programa anticapitalista, de ruptura com o imperialismo, apontando o caminho para uma sociedade socialista. Os trotskistas apresentaram a candidatura de Júlio Barbosa — presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros, "um defensor da terra, da natureza e do homem" — à vice-presidência, com o sentido de reafirmação do compromisso de manter a independência da classe trabalhadora, contra qualquer aliança com os patrões.[116] A Convergência Socialista defendia suspender o pagamento das dívidas, com auditoria para verificar sua origem; impor pesada tributação para a burguesia; e colocar as prefeituras a serviço da luta dos trabalhadores contra os patrões, o governo federal e sua política.[117]

Em 1989 a organização teve uma breve passagem pela prefeitura de Timóteo, em Minas Gerais, onde contribuiu para a implementação do Conselho Popular. Na ocasião, o prefeito informou: "O Conselho deverá ser sem patrões, eleito pela base e deliberativo, para poder ser de luta".[118] Poucos meses depois, em 14 de julho, os funcionários públicos municipais entraram em greve, exigindo 100% de reposição salarial. A prefeitura fez uma contraproposta e os membros da Convergência Socialista apresentaram outra, diferente, rompendo com a prefeitura e posicionando-se ao lado dos funcionários.[119]

Outro episódio que gerou enfrentamento entre a Convergência Socialista e o PT foi o que envolveu a participação dos vereadores de Diadema Romildo Raposo, da Convergência Socialista, e Manuel Boni, do Partido Operário Revolucionário, e do vice-prefeito petista, Antônio Justino, o Tonhão. Os três haviam apoiado a permanência dos "sem-teto" no terreno conhecido como Buraco do Gazuza, pertencente à prefeitura, em oposição ao prefeito do PT, José Augusto da Silva Ramos. O Diretório Municipal decidiu-se pela expulsão dos três, deliberação modificada pelo Diretório Estadual. Este resolveu revogar a expulsão de Romildo Raposo, substituindo-a por uma suspensão de um ano, manteve a expulsão de Boni e não houve uma decisão sobre Tonhão, em razão

de sua ausência na reunião. O Diretório Estadual decidiu ainda punir o prefeito de Diadema com uma suspensão de três meses, por 33 votos a 6.[120]

Os episódios de Timóteo e Diadema foram sinais de um novo tempo: enquanto a Convergência Socialista afirmava uma política de ruptura da ordem, o PT assumia a responsabilidade de administrar municípios e promover reformas, evitando rupturas e crises políticas e institucionais. As divergências programáticas vinham-se acentuando desde o 5º Encontro Nacional do PT, realizado em 1987: enquanto a Convergência Socialista defendia um programa socialista e uma política de alianças fundamentada na independência de classe dos trabalhadores, o PT defendia um programa democrático e popular e propunha alianças com o PDT, o PPS, a esquerda do PMDB e do PSDB.[121] O 6º Encontro Nacional do PT foi caracterizado pelos membros da Convergência Socialista como um retrocesso político, por ter sido abandonada a perspectiva da reforma agrária radical e da imediata implantação do salário mínimo do DIEESE. Em julho de 1989, a Conferência Nacional da Convergência Socialista resolveu aprofundar a crítica política à direção da CUT e do PT, fortalecer uma imagem própria nos embates sociais e eleitorais e ganhar a direção dos movimentos de massa. De acordo com Antônio Ozaí da Silva, "Na prática a Convergência Socialista atuava como fração pública do PT [...], buscava firmar um perfil político próprio diante das massas, ou seja, com faixas, panfletos e palavras-de-ordem assumidos pela Convergência Socialista".[122]

O direito de formação de tendências dentro do PT já fora regulamentado em 1987. Em março de 1990 o Diretório Nacional do partido aprovou uma resolução chamando a Convergência Socialista e O Trabalho a mudarem sua prática política, pois estariam ora seguindo orientações e deliberações do PT, ora seguindo suas próprias. A Executiva Nacional formou uma comissão para avaliar a relação da Convergência Socialista com o PT. Em seu pare-

cer, a comissão considerou que a prática da Convergência Socialista se caracterizava por

> encaminhamentos externos ao partido de posições e ações políticas próprias, distintas das definidas pelo partido, atuação de parlamentares divergentes do partido, distribuição do jornal externamente ao partido; manutenção de sedes públicas; tudo isso configurando uma corrente com atuação política própria no movimento de massas, concorrente com a do partido.[123]

Mas, ao final, a Executiva Nacional do PT propôs ao Diretório Nacional o reconhecimento da Convergência Socialista como tendência interna, desde que adaptasse seu funcionamento aos regulamentos do partido. No dia 11 de julho de 1990, a Convergência Socialista realizou uma conferência nacional, sob a supervisão da Comissão Executiva Nacional do PT, e a maioria dos militantes, inclusive a Coordenação Nacional, aprovou a integração ao PT como tendência.[124]

Essa deliberação, entretanto, não apaziguaria por muito tempo as relações entre a Convergência Socialista e o PT. O 1º Congresso do Partido, realizado em São Bernardo do Campo, de 27 de novembro a 1º de dezembro de 1991, definiria a ruptura. Nos debates preparatórios, a Convergência Socialista avaliava que a corrente majoritária do PT, a Articulação, vinha promovendo um "giro à direita", adaptando-se ao regime democrático parlamentar, priorizando a luta institucional em detrimento da luta direta, apoiando o pacto social e promovendo a burocratização do PT e da CUT. As novas decisões a respeito do direito de tendências fariam parte desse processo de burocratização e "socialdemocratização" do PT e da CUT, no sentido de "colocar nossas organizações sob a orientação reformista, defensora da economia de mercado e da restauração capitalista do Leste Europeu". Era necessário defender o "PT das origens", priorizar a luta dos trabalhadores acima da ação institucional, manter as organizações no terreno da independência de

classe contra os pactos e entendimentos, resgatar a democracia operária para a base e para as correntes de opinião.[125]

Em fins de 1991 a Convergência Socialista começou a defender a palavra de ordem "Fora Collor!", articulada com a luta por uma nova direção para a CUT e para o PT: "Só uma nova direção pode levantar bem alto nesta luta a bandeira de Fora Collor!"[126] Às vésperas do 1º Congresso, a Convergência Socialista organizou um Ato em Defesa do Socialismo e da Revolução, na Câmara Municipal de São Paulo, que reuniu cerca de 600 pessoas com o objetivo de unificar a intervenção da esquerda petista no Congresso, em torno de um programa propondo um PT de luta, o direito de tendência e a defesa da palavra de ordem "Fora Collor!". As posições da Convergência Socialista ali foram minoria. A organização trotskista passou, então, a defender o não-acatamento das resoluções do Congresso. A opção pelo rompimento público passou a dominar.

A Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT), organização internacional à qual a Convergência Socialista estava ligada, avaliava que ocorrera um "giro à direita" dos aparatos do movimento operário em todo o mundo após 1989, apesar do ascenso das massas, e uma integração aos regimes burgueses e à contra-ofensiva do imperialismo. No Brasil, avaliava-se que, até 1984, a CUT e o PT haviam desempenhado um papel positivo no combate à ditadura; de 1984 a 1989, as duas organizações aceitaram a hegemonia burguesa; e, de 1989 em diante, intensificara-se sua integração ao aparato burguês. Predominava, às vésperas do 1º Congresso, "a idéia de que a expulsão/rompimento deve ser trabalhada em duas táticas que se combinam entre si: a defesa do 'PT das origens' e a construção da 'Frente Única Revolucionária'".[127]

Após o 1º Congresso, a Convergência Socialista articulou o lançamento do "Manifesto por uma alternativa revolucionária e socialista", defendendo o "Fora Collor!", o fim da política de colaboração do PT com o PSDB, PDT e outros setores da classe dominante, exigindo que as prefeituras petistas passassem a governar para os

trabalhadores e não "para todos" e defendendo a luta estratégica por um governo dos trabalhadores. No começo de 1992, José Dirceu, secretário-geral do PT, solicitou ao Diretório Nacional que estabelecesse um prazo de 30 dias para que a Convergência Socialista cumprisse as deliberações partidárias. A Comissão Executiva Nacional acatou a representação. A Convergência Socialista bradou em seu jornal: "Articulação quer expulsar Convergência do PT", disparando uma campanha contra a expulsão, tendo obtido pronunciamentos de solidariedade de personalidades como Eduardo Suplicy, Florestan Fernandes, Markus Sokol, Luiz Eduardo Greenhalgh e Maria Laura Pinheiro. No dia 9 de maio, o Diretório Nacional, reunido em São Paulo, anulou por 35 votos a 20 a condição de tendência interna da Convergência Socialista, dando 15 dias de prazo para que ela se enquadrasse às resoluções do 1º Congresso. José Dirceu, entrevistado pelo jornal da Convergência Socialista, afirmou que, após o 1º Congresso, a corrente trotskista se constituiria "num partido político com expressão organizativa e política e mesmo ação política própria",[128] o que os trotskistas contestaram: "Não seremos cúmplices da destruição do PT e da colaboração com a burguesia. Seguiremos defendendo Fora Collor e apoiando todas as lutas dos trabalhadores contra o governo e os patrões".[129]

Imediatamente após a expulsão, a Convergência Socialista começou a articular a construção de uma frente revolucionária, lançando, já em maio de 1992, o Primeiro Caderno de Debate Rumo ao Encontro Nacional, que se realizou nos dias 29 e 30 de agosto, em Belo Horizonte.[130] No *Convergência Socialista* passou a sair o dístico "Um jornal sob a bandeira da Quarta Internacional a serviço da construção da Frente Revolucionária".

Nas eleições de outubro de 1992, mesmo expulsa, a Convergência Socialista ainda concorreu com candidatos pela legenda do PT, tendo conseguido eleger um vereador no Rio de Janeiro e dois suplentes (em São José dos Campos e Passo Fundo). Não obstante, verificou-se redução de votos na maioria dos 50 municípios em que

a organização concorreu.[131] A Convergência Socialista defendeu o voto crítico nos candidatos do PT à prefeitura das cidades em que o partido não estava coligado com partidos burgueses e pregou o voto nulo onde houvesse coligações desse tipo. No mesmo mês, Cyro Garcia assumiu uma cadeira na Câmara Federal, saindo da condição de suplente. As eleições haviam ocorrido em pleno processo de *impeachment* de Fernando Collor de Mello, que finalmente renunciou, no dia 29 de dezembro de 1992. Na conjuntura, a Convergência Socialista vinha defendendo uma greve geral para derrubar Collor e seu plano econômico e as palavras de ordem "Nem Collor nem Itamar nem Congresso. Eleições gerais" e "Lula deve governar já apoiado nas centrais sindicais".[132]

Finalmente, o movimento pró-Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) foi lançado em um encontro realizado nos dias 10 e 11 de abril de 1993, no Colégio Caetano de Campos, em São Paulo, com a presença de 700 militantes oriundos de 19 estados — entre eles, membros da LIT, do Partido da Frente Socialista, do Movimento Socialismo Revolucionário e da Democracia Operária. A partir de maio o pró-PSTU começou a organizar encontros estaduais e plenárias em diversos estados. Em setembro, o partido lançou seu jornal, o *Opinião Socialista*, em formato tablóide, com dez páginas. Em outubro foi iniciada a campanha de filiação, tendo sido conquistado o registro provisório. Nos dias 3, 4 e 5 de julho de 1994, foi realizado o congresso de fundação do partido, com a participação de 195 delegados e cerca de 70 convidados. Foram aprovados o programa e os estatutos e eleita a direção nacional.

Nas eleições municipais de 1996 o PSTU se apresentou, lançando 45 candidatos a prefeito. Na avaliação do partido, a polarização efetiva não era da esquerda contra a direita, mas de classe contra classe: "O PSTU se apresentará nas eleições municipais para dizer [...] que são os trabalhadores que devem governar, que não há como ser oposição pra valer a FHC sem chamar os trabalhadores a derrotarem o governo pela sua ação direta",[133] tendo sido então escolhido

o *slogan* "Contra burguês, vote 16". O partido recebeu 200 mil votos em todo o Brasil. Em setembro de 1997 o PSTU recebeu a adesão do deputado federal Lindberg Farias, ex-presidente da UNE, que se desligou do PCdoB. Mais tarde Farias passaria para o PT.

Nas eleições presidenciais de 1994, o PSTU apoiou Lula, mas em 1998 resolveu lançar candidatura própria, depois que o PT não acolheu seu chamado para apresentar alguém do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como vice de Lula, adotar um programa anticapitalista e romper as alianças com Brizola e Arraes. José Maria de Almeida foi lançado com proposta de aglutinar a esquerda socialista, tendo como vice José Galvão de Almeida, técnico agropecuário em extensão rural, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco do Pará, secretário-geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará e membro da CUT-Pará. Foram lançados candidatos a governador em 18 estados. O PSTU recebeu, então, 202.658 votos para presidente (0,3%); para governador, o percentual de votos foi de 0,71%; para senador, chegou a 1,1%; para deputado federal ficou em 0,23%; e para deputado estadual teve o mesmo índice. O partido não conseguiu eleger nenhum parlamentar e Lindberg Farias perdeu sua cadeira na Câmara. Avaliou-se, então, que o voto útil favorecera o PT. Em 2000 o PSTU lançou 400 candidatos, a prefeito e vereador, em 92 cidades, conseguindo eleger 3 vereadores (em Monte Carmelo, Goiânia e Juazeiro do Norte).[134]

A expressão quantitativa da Convergência Socialista no PT cresceu de 1% a 2%, entre 1983 e 1987, para 7% a 9% entre 1987 e 1992. Por outro lado, sua presença nos congressos nacionais da CUT manteve-se próxima aos 10%.[135] O maior peso no movimento sindical decorreu de uma opção consciente da direção da organização de promover um "giro sindical", após o movimento das Diretas-Já, em 1985.[136] Segundo Valério Arcary, "Nós fizemos um giro sindical imediatamente depois das Diretas; então, entre 1985 e 1989, todos os quadros fundamentais da organização ou diretamente di-

rigiram, ou assessoraram, ou participaram, ou imergiram suas vidas dentro do movimento operário sindical".[137]

A Convergência Socialista e a IV Internacional

No final de 1979, a Brigada Simón Bolívar foi expulsa da Nicarágua pelo governo da Reconstrução Nacional, formado pela Frente Sandinista com apoio de setores da burguesia, como Violeta Chamorro e Alfonso Robelo. A brigada fora formada pela Fração Bolchevique, que se mantinha como corrente minoritária do Secretariado Unificado da IV Internacional desde o 10º Congresso Mundial, realizado em 1977. A Fração Bolchevique acusou o Secretariado Unificado de não ter-se oposto à expulsão da brigada. Ao mesmo tempo, os brigadistas obtiveram a solidariedade do Corqui, que fora formado em 1972. Em decorrência disso, a Fração Bolchevique, de Nahuel Moreno, a Tendência Lênin-Trótski, formada em 1977 também no 10º Congresso Mundial do Secretariado Unificado da IV Internacional e dirigida por Cristian Nemo, e o Corqui marcaram uma conferência internacional para 1980. As divergências a respeito da posição a tomar em face da revolução nicaragüense, portanto, cindiram o Secretariado Unificado da IV Internacional. A Fração Bolchevique e a Tendência Lênin-Trótski alegavam que o governo da Reconstrução Nacional estava empenhado na reconstrução do Estado burguês, na destruição dos comitês de fábrica e na devolução das terras aos antigos proprietários, sendo necessário, portanto, postar-se na oposição, lutando pela formação de um partido revolucionário na Nicarágua. Ainda em 1979, formou-se o Comitê Paritário, integrado pelos membros do ex-Corqui, pela Fração Bolchevique e pela Tendência Lênin-Trótski. Em dezembro de 1980 realizou-se a conferência mundial, convocada pelo Comitê Paritário, pela reorganização da IV Internacional, com a presença de 84 delegados de 40 países, que fundaram a IV Internacional — Comitê Internacional (CI).

A IV Internacional — CI durou pouco mais de um ano. No final de 1981 estabeleceu-se uma polêmica referente às posições que a Organisation Communiste Internationaliste francesa adotara perante o governo Mitterrand, as quais foram classificadas como conciliatórias por parte de alguns críticos, sobretudo militantes da antiga Fração Bolchevique. Em 5 de janeiro de 1982 esses militantes, oriundos de 21 países, realizaram uma Reunião Internacional de Consulta para avaliar o que seria uma "campanha de calúnias lançada por Lambert e Villarán, utilizando os métodos de amálgama stalinista", que teria sido desencadeada contra o dirigente trotskista peruano Ricardo Napuri, identificado com a corrente de Moreno. Encerrada a Reunião Internacional de Consulta, deu-se início a uma conferência mundial que fundou a Liga Internacional dos Trabalhadores (Quarta Internacional) (LIT), que se apresentou como "um forte agrupamento do trotskismo ortodoxo e principista, em resposta à capitulação da OCI francesa (hoje PCI) à social-democracia e ao governo Mitterrand".[138] A cisão no plano internacional resultou na ruptura entre a Convergência Socialista e a Organização Socialista Internacionalista no Brasil.

Examinando a *perestroika*, a LIT qualificava a política de Gorbachev como uma "falsa revolução", que significava um retrocesso: uma política de integração ainda maior à economia imperialista, de colaboração mais estreita e grave com a contra-revolução mundial em todos os continentes e de aberturas democráticas limitadas, para servir a esses objetivos.[139]

Da Organização Socialista Internacionalista à Corrente O Trabalho

Em seu 7º Congresso, em maio de 1984, a Organização Socialista Internacionalista decidiu passar a chamar-se Fração IV Internacional. Buscava, desse modo, flexibilizar sua estrutura organizacional na adaptação ao papel de fração interna do PT. Nesse mo-

mento, defendeu a convocação de uma Assembléia Constituinte soberana e a não-participação das oposições no colégio eleitoral.[140] Em 1985 realizou seu 8º Encontro Nacional, público e aberto à participação de dirigentes do PT e de militantes da Articulação, e reiterou a bandeira da Assembléia Constituinte soberana, contra o Congresso Constituinte, defendendo a oposição à Aliança Democrática e às "frentes populares" nas eleições.[141] Em seu 9º Encontro Nacional, em setembro de 1986, passou a denominar-se Corrente O Trabalho, para caracterizar-se como tal no interior do PT, aprofundando a orientação política adotada no 7º Encontro Nacional.

A trajetória da organização foi marcada por uma importante cisão política ocorrida em 1987, quando a maioria dos membros do Bureau Político e da Direção Nacional da Corrente O Trabalho resolveu integrar-se à Articulação.

Essa aproximação tivera início com o lançamento do "Manifesto dos 113"[142] em 1983, avaliado como positivo no contexto posterior aos maus resultados eleitorais de 1982. Após as eleições, instalou-se no PT uma crise decorrente de seu fraco desempenho eleitoral, especialmente em São Paulo, onde Lula teve votação inexpressiva. Alguns parlamentares questionaram a viabilidade do partido, e o Diretório Estadual de São Paulo aceitou o convite do governador Franco Montoro, do PMDB, para integrar seu governo, indicando um nome para a Secretaria da Família e Bem-Estar Social. A OSI rejeitou a participação nos governos de oposição, divulgando uma entrevista de Jacó Bittar em que ele afirmava que "a tarefa do PT não é administrar a crise do capitalismo".

Em maio de 1983, por ocasião da realização do VI Congresso da Organização Socialista Internacionalista, perante o que apontava como sendo indícios de "capitulação diante da política de 'abertura' de Figueiredo" — abandono nas fileiras do PT ou debandada de militantes dos cargos que possuíam, favorecendo a pulverização dos organismos partidários, em especial dos diretórios e núcleos de base —, a organização trotskista se dispôs, ao lado dos dirigentes sindicais que tinham compromisso com as bases e o PT e em defesa de uma volta às origens, a travar "um combate implacável contra a direita do partido":

> Esse combate se assenta na necessidade de defender todas as conquistas e aquisições do PT consubstanciadas na sua Plataforma Nacional e mesmo na sua Carta Eleitoral — que foram abandonadas pelo eleitoralismo no último período — fazendo com que o PT recuse os cantos de sereia dos governos da "oposição", assim como se defenda das pressões do aparelho stalinista e da burguesia no sentido de cooptar o PT para o quadro da política de "abertura". Esse processo, reafirmamos, se completado, seria fatal para o PT como partido de massas, operário e independente.[143]

Ao mesmo tempo, a OSI deixava claro que a luta contra a direita do PT não se podia fazer sem o combate a seus grupos de esquerda, cuja maioria era apontada como carente de "compromissos com o próprio PT e, na maioria das vezes, jogam, com o seu linguajar aparentemente radical, de fato, no campo da direita contra a construção do PT". O "Manifesto dos 113", focado em várias dessas preocupações, levou a Organização Socialista Internacionalista a buscar se integrar aos 113 na luta contra a direita do PT e pela reafirmação de um partido "sem patrões, independente e contra a ditadura". Isso, todavia, não ocorreu sem resistências da parte dos 113, que tiveram uma relação intermitente de aproximação e afastamento com a OSI.[144] A partir de então, operou-se uma "virada" na organização trotskista, a qual, de acordo com a Resolução Política de seu 7º Congresso, podia ser percebida em sua decisão de acabar com sua existência pública, "porque ela pode plenamente conservar sua independência política (materializada antes de tudo nos seus próprios meios de expressão) no interior do partido no qual se encontra". Tal atitude teve como resultado a sustentação e a participação da Fração IV Internacional na corrente Articulação, que começara a formar-se a partir dos 113. Na avaliação dos trotskistas,

era uma situação qualitativamente superior àquela até então existente, na qual havia somente acordos pontuais. Desse modo, para fazer frente aos combates internos e externos, a Fração IV Internacional faria uso das tribunas do próprio PT e daria vazão a sua própria expressão política através de uma revista mensal.[145] Em abril de 1984, *O Trabalho* passou de jornal semanal a revista mensal:

> Qualquer um pode ver. Era notória a semelhança de conteúdo entre nosso jornal e os principais boletins regionais do PT, de uns tempos para cá. Começamos a debater que conclusão tirar. Mudar o conteúdo do nosso jornal não era o caso. A conclusão viria em outra direção [...]. A corrente política continuará agrupada em torno de um mensário. O semanário (ou quinzenário), que é necessário, deve ser editado pelo PT [...]. Dessa forma, acreditamos, estará inclusive mais clara nossa condição de corrente legítima do partido e não um grupo de pescadores de águas turvas.[146]

Em janeiro de 1987, após consultas feitas à direção da Articulação, foi apresentada à Comissão Executiva da Direção Nacional da Corrente O Trabalho proposta de dissolução da corrente e integração à Articulação. Dos 11 membros da Executiva, 8 aderiram à proposta. Dos 55 membros da Direção Nacional, 44 concordaram.[147] Dos cerca de 450 militantes da organização, 210 teriam demonstrado acordo com a proposta.[148] Os que não se integraram à Articulação resolveram manter a organização, manifestando inicialmente o desejo de manter o estatuto até então existente e os laços com a IV Internacional — Centro Internacional de Reconstrução (QI-CIR):

> Nos dispomos a construir uma Articulação comum, única no sentido de que não nos apresentamos em separado nas instâncias do Partido, respeitando sua maturidade e seu pluralismo, o qual pode integrar o reconhecimento de nossos laços com a QI-CIR. A partir daí, a manutenção de nossa estrutura, transparente, poderia ser compatibilizada com a estrutura que uma Articulação permanente viesse a construir.[149]

A cisão estava articulada internacionalmente e pouco depois, em abril do mesmo ano, em reunião do Conselho Geral da QI-CIR, sete dos membros do Conselho se opuseram à proposta apresentada por Pierre Lambert de "reproclamação da IV Internacional". Em vez disso, defenderam um novo agrupamento, "restrito, basicamente, a uma rede de contatos".[150]

A conjugação de ambas as cisões fez com que os remanescentes buscassem uma nova coesão e começassem a reavaliar a trajetória até então percorrida. Isso resultou no distanciamento da Articulação, na aproximação com os agrupamentos que anteriormente vinha combatendo no interior do partido e no início de críticas às orientações da fração hegemônica do PT. Tais críticas tinham como base a convicção de que a Articulação substituíra paulatinamente o centro de suas ações, passando da atuação no movimento de massas ao campo institucional e parlamentar, transformando o PT em um "apêndice dos setores liberais e dissidentes da burguesia". Essas e outras críticas levaram a que a Articulação, por sua vez, passasse a excluir O Trabalho de suas ações, chegando, em 1990, a ameaçá-lo de sanções por supostas infrações à resolução sobre tendências, o que acabou não ocorrendo. Em dezembro de 1990, a Corrente O Trabalho unificou-se à corrente Luta pelo Socialismo, uma dissidência da Democracia Socialista, influente especialmente em São Paulo.

Em março de 1989, a Corrente O Trabalho defendeu a preparação da greve geral, com participação do PT e engajamento de militantes, parlamentares e prefeitos. A greve geral deveria ter o objetivo de "terminar com esse governo e sua política, abrir o caminho para o novo governo", com Lula à frente, para acabar com o pagamento da dívida externa.[151] Na campanha presidencial de 1989, a organização defendeu um programa de ação de governo para Lula centrado no fim do pagamento da dívida, na reforma agrária, na estatização dos bancos e do comércio exterior e no fim da tutela militar. A luta foi posta na perspectiva de uma ruptura

revolucionária que viabilizaria o programa democrático-popular. Em São Paulo, esse ponto de vista foi defendido pela corrente PT de Luta e de Massas, integrada, além da Corrente O Trabalho, pela Convergência Socialista e pela Luta pelo Socialismo.[152] A campanha deveria basear-se em comitês "que organizem a luta na base, que agrupem e conscientizem os trabalhadores, [e] devem ser o pulmão e o coração dessa campanha, o instrumento decisivo para levá-la à vitória".[153]

Com a vitória de Collor, em junho de 1990, a Corrente O Trabalho já exigia "Fora Collor!" e a formação de um governo do PT:

> De cada companheiro que ganha consciência dessa realidade, brota um grito na garganta: Fora Collor! Não dá pra agüentar 5 anos um governo que já não suportamos 12 semanas depois da posse. É por isso que o PT, que recebeu o apoio de milhões nas ruas, é uma alternativa concreta de poder. Um Governo PT é a única saída positiva para os trabalhadores e o povo.[154]

Em outubro a palavra de ordem "Fora Collor!" ocupava a capa do jornal. O governo Collor era visto como fraco, sem base popular, e a oposição a ele se dava no terreno das lutas e secundariamente no plano institucional. Defendia-se a convocação de uma greve geral contra o Plano Collor e a oposição a qualquer aliança com partidos burgueses. O governo paralelo, organizado por Lula, deveria ser construído como referência para as massas, e as mobilizações sociais deveriam ser apoiadas pelo PT de forma a fortalecer-se como alternativa de poder.[155]

Nas eleições de 2 de outubro de 1990, a militante da Corrente O Trabalho Maria Laura Pinheiro, presidente do Sindicato Nacional dos Servidores Públicos, socióloga e professora da UnB, foi eleita deputada federal pelo Distrito Federal, tendo sido ali a deputada mais votada do PT.

Em maio de 1990, a Comissão Executiva Nacional do PT reconheceu a Corrente O Trabalho como tendência interna do partido. Às vésperas do 1º Congresso do PT, a corrente fez circular uma

declaração encabeçada por Florestan Fernandes e Maria Laura Pinheiro, com o título "Uma política para todo o partido", que tinha o apoio de Lauro Campos e Jacob Gorender. O texto afirmava que o PT deveria credenciar-se como alternativa de governo, propondo a destituição de Collor e a dissolução do Congresso, com a convocação de eleições gerais e a regulamentação do direito de tendências. Essa posição foi sustentada em tese apresentada no 1º Congresso do PT.[156]

A Corrente O Trabalho avaliava que no 1º Congresso as propostas mais agressivas da Articulação haviam sido derrotadas: dissolver as fronteiras do partido, terminar com seus núcleos, com o controle das bases sobre as direções e com o direito de tendência e adotar um plano econômico — o Projeto para o Brasil — que daria início à colaboração aberta com o governo Collor. Avaliava-se: "Sem dúvida, desse Congresso, um golpe foi desferido contra o PT. Nesse sentido, um novo período se abre na história do partido, em que a disputa do seu futuro se fará num novo patamar e com um novo alinhamento de forças".[157]

Vários setores e militantes descontentes com a orientação do PT lançaram, em 2 de abril de 1992, um manifesto expressando publicamente seus desacordos. Intitulado "Na luta, PT!", o texto criticava a falta de uma estratégia política geral para enfrentar o governo Collor, as relações "tensas e divorciadas" das administrações petistas com os movimento sociais, a atuação "dividida e desfigurada" do partido nos movimentos sociais, o eleitoralismo, entre outros pontos. Preconizando uma volta às origens, afirmava que a principal tarefa daquele momento era o estancamento desse processo. Entre as principais forças no início desse movimento, estava a Corrente O Trabalho.[158]

Com a posse de Itamar, a corrente defendeu que o PT apresentasse uma plataforma de emergência com os seguintes pontos: convocação de eleições presidenciais em 90 dias, reajuste mensal de salários pelo DIEESE, suspensão das privatizações e do acordo com

o FMI, assentamento imediato dos sem-terra acampados, alocação de verbas para educação, com congelamento das mensalidades, bloqueio de bens e fundos dos acusados pela CPI. "É o povo quem deve decidir. Instalado um novo governo eleito, a solução para os problemas nacionais poderia começar a ser debatida conforme a democracia. Isto é, através de uma Assembléia Constituinte Soberana."[159]

Essas posições, entretanto, eram minoritárias dentro do PT, o qual, pela diferença de apenas um voto, decidiu-se por fazer oposição ao governo Itamar, na primeira reunião do Diretório Nacional após a renúncia de Collor. No 8º Encontro Nacional do PT, realizado de 11 a 13 de junho de 1993, em Brasília, a maioria rejeita a luta pela antecipação das eleições e aprova a possibilidade da realização de alianças com o PSDB.

Nas eleições de 1994 a Corrente O Trabalho continuou lutando pela construção de Comitês Populares Lula Presidente em cada vila, empresa, escola, como arma principal da campanha. Lembra Julio Turra:

> As campanhas de Lula à presidência, sempre participamos de todas elas, sempre procurando realçar o aspecto "rompa com a burguesia", procurando colocar isso de maneira compreensiva. Governo Lula para fazer o quê? Sempre foi esse o nosso bordão: fazer a reforma agrária, suspender o pagamento ou não pagar a dívida, o atendimento das reivindicações elementares das massas.[160]

Com a vitória e a posse de Fernando Henrique Cardoso, a Corrente O Trabalho lançou em 1995 uma "Carta aberta ao companheiro Lula", assinada por Markus Sokol, representante na Executiva Nacional do PT, desenvolvendo uma campanha de coleta de assinaturas e mobilização em torno de uma plataforma que cobrava dos parlamentares do PT um posicionamento, negando ao Congresso Nacional "o direito de destruir a Nação: nenhuma Justiça, nenhum governo, nenhum Congresso que destrói a Nação

tem qualquer legitimidade". A carta conclamava uma ampla mobilização do povo pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte que acabasse com o pagamento da dívida externa e revertesse as privatizações, distribuísse terras, aumentasse salários, recuperasse os serviços públicos e confiscasse os lucros especulativos. Deveriam ser formados comitês e fóruns em defesa na nação e dos trabalhadores e que lutassem pela Assembléia Nacional Constituinte.[161]

No dia 23 de março de 1996 foi lançado em Belo Horizonte o Movimento por uma Assembléia Constituinte Soberana no Brasil, com a presença de 119 dirigentes sindicais e partidários de 14 estados. A mesa foi composta por Lucio Flávio, da Associação de Moradores de Taguatinga e do MRS do PT-DF,[162] Cyro Viçosa, presidente da União Nacional dos Acionistas Minoritários do Banco do Brasil (UNAMIB), Markus Sokol e o coronel Ferreira, ex-presidente da Federação das Associações de Militares da Reserva de São Paulo.[163]

No dia 13 de dezembro de 1998 foi criado o Movimento Resistência, que reunia militantes de vários estados. Em 1999, é dirigida uma carta aberta a José Dirceu, então secretário-geral do PT, esclarecendo:

> O Movimento Resistência não tem outro objetivo senão o de contribuir para que os princípios originais que estiveram na base da fundação do PT se materializem na ação política concreta [...]. O Movimento Resistência se constitui reivindicando os documentos de fundação do PT, que o definem como um partido sem patrões voltado à luta por uma sociedade sem explorados e exploradores, o socialismo, praticando dentro do partido a democracia que queremos ver instalada em toda a sociedade.[164]

O movimento contou com a adesão de personalidades como Luiz Eduardo Greenhalgh, Lauro Campos e Teresa Lajolo. Foram colhidas milhares de assinaturas. Posteriormente a iniciativa foi avaliada como um erro pela própria corrente, pelo fato de apresen-

tar-se como "um organismo dentro e fora do partido", dando as costas, assim, para o patrimônio que a classe operária havia construído, representado pelo PT.[165]

Em 1999, *O Trabalho* insistiu: em face da política do governo Fernando Henrique Cardoso, caberia ao PT apresentar-se como liderança de outro governo, capaz de tirar o país da crise: "Um governo de emergência que dê a palavra ao povo, como exige a democracia, passar o Brasil a limpo".[166]

As experiências de participação nos espaços institucionais realizadas pela Organização Socialista Internacionalista foram, em geral, marcadas pela tensão. A primeira foi a da deputada estadual Clara Ant, eleita em novembro de 1986. Antes mesmo de tomar posse, a deputada integrou-se à cisão que ocorreu em janeiro de 1987 e, juntamente com a maioria da direção da organização, resolveu dissolver-se na Articulação. A segunda experiência parlamentar importante deu-se quatro anos depois, com a eleição da deputada federal Maria Laura Pinheiro, em 1990,[167] que durou até 1994, quando Arlete Sampaio, então militante da Corrente O Trabalho, foi eleita vice-governadora do Distrito Federal, com Cristóvão Buarque à frente. Após a eleição, a direção da corrente avaliou que fora um erro apresentar uma militante na chapa encabeçada por Buarque, que, supunha-se, não ganharia a eleição.[168] Considerando o programa e a política defendidos pelo governador, um trotskista não poderia avalizá-los. Houve uma reunião em que a direção da organização ponderou que Arlete não poderia assumir compromisso com a política do governo, orientação rejeitada pela vice-governadora, que se afastou, tendo com ela se afastado também Maria Laura Pinheiro.

A Corrente O Trabalho também participou de administrações municipais no interior de São Paulo e de Pernambuco e em Fortaleza, em 1985, no governo de Maria Luiza Fontenelle. A experiência mais significativa, entretanto, foi a participação no governo de Luiza Erundina, de 1989 a 1992. A corrente, que apoiara Erundina desde o início, na disputa com Plínio de Arruda Sampaio, apoiado pela Direção Nacional do PT, ficou responsável pela Administração Regional da Vila Maria, pela presidência do PRODAM, empresa de processamento de dados da prefeitura, e pelos postos regionais de Santo Amaro e de Perus.

A Corrente O Trabalho defendia o aumento dos impostos para os grandes empresários, donos de indústrias, lojas, terrenos ociosos. Defendia, ainda, a formação de um fundo público para a municipalização dos transportes coletivos. Caberia à prefeitura incentivar a mobilização popular em defesa das reivindicações, contra Sarney e a dívida externa. Os atritos decorrentes das ações de seus representantes na administração paulistana contra o governo Sarney fizeram com que fossem afastados dos cargos.

A Organização Socialista Internacionalista e a IV Internacional

No plano da organização internacional, depois da cisão da IV Internacional — Comitê Internacional, as forças que compunham o antigo CORQUI, liderado por Pierre Lambert, reforçadas pela Tendência Lênin-Trótski, liderada por Christian Nemo, realizaram nos dias 21, 22 e 23 de dezembro de 1981 uma reunião internacional na qual constituíram a IV Internacional — Centro Internacional de Reconstrução (QI-CIR).[169]

Desde 1987, a partir de uma proposta apresentada por Pierre Lambert, começou a amadurecer o projeto de construção de um campo comum de colaboração com correntes que estavam rompendo com o stalinismo, a socialdemocracia e o nacionalismo, sem que, entretanto, tivessem concordância suficiente com o programa, a política e as formas de funcionamento da IV Internacional para a integrarem. Tornava-se necessário um organismo que expressasse "uma linha de transição no terreno da construção partidária", sem, porém, tratar-se de uma "tática de circunstância".[170] O campo de

colaboração entre as diversas forças pressupunha a independência de classe em relação a governos, como também independência política em face dos partidos comunistas e socialdemocratas. Tal projeto se materializaria por meio da organização de Conferências Mundiais Abertas. A primeira delas deu-se em Barcelona, de 3 a 6 de janeiro de 1991, com a presença de cerca de 200 delegados e convidados de 90 organizações provenientes de 53 países. A delegação brasileira, de 11 membros, foi integrada por José Dirceu, como observador oficial do PT, Markus Sokol, Maria Laura Pinheiro, Ocimar Munhoz, Jair Breda, Misa Boito, Julio Turra, Magno de Carvalho, Osmarino Amâncio, Rosa Baldán e Paulo Gnecco.[171] O organismo que passou a coordenar as atividades determinadas pelas conferências foi o Acordo Internacional dos Trabalhadores (ACIT).

A 2ª Conferência Mundial Aberta ocorreu em maio de 1993, na municipalidade francesa de Achères. Após esse evento, reuniram-se delegados de 40 seções, que resolveram reproclamar a IV Internacional. A idéia, defendida por Pierre Lambert, era que se fazia necessária uma organização internacional centralizada e com homogeneidade política, capaz de influenciar a direção da experiência das Conferências Mundiais Abertas na adoção do programa de transição e das perspectivas da IV Internacional.

O ACIT dirigiu, a partir de então, uma série de atividades internacionais, tais como o Tribunal Internacional contra o Trabalho Infantil, realizado no México em março de 1996, cuja versão nacional se deu a 11 de outubro de 1995, no Palácio do Buriti, em Brasília, com a participação de 150 ativistas que representavam cerca de 50 entidades de 14 estados, tendo contado com a participação de Hélio Bicudo, Bia Pardi e Helena Greco.[172] Realizou, ainda, o Fórum Internacional contra as Privatizações, na mesma época, também no México. Em janeiro de 1997 realizou-se no México reunião do Acordo Internacional de Jovens. A 3ª Conferência Mundial Aberta ocorreu nos dias 20 a 23 de outubro de 1996, em Paris.

O processo em curso no Leste Europeu depois da derrubada do Muro de Berlim, em 1989, foi interpretado como um processo revolucionário, desencadeado pela iniciativa das massas, que fez ruir a ordem estabelecida pelo imperialismo e a burocracia stalinista do final da Segunda Guerra Mundial. Faltava, porém, uma direção revolucionária para dar continuidade ao processo no sentido de reconstrução da perspectiva socialista. Uma vez abalado o sistema, não emergiu nenhuma fração da burocracia que pudesse desempenhar um papel progressista, prevalecendo os setores que promoveram uma restauração capitalista sem qualquer estabilidade, com a formação de máfias a promoverem uma pilhagem.[173]

A Democracia Socialista

Durante a campanha pelas Diretas-Já, a Democracia Socialista propugnava que o PT lutasse para conquistar a hegemonia do movimento, pois "a bandeira das eleições diretas estará segura em mãos muito pouco firmes se os liberais estiverem com a condução da campanha: eles não perderão uma oportunidade de negociar, de fazer um arranjo com a ditadura, logo que a oportunidade aparecer".[174] O PT deveria identificar a campanha com a negação de tudo o que a ditadura significava, lutando por uma Assembléia Constituinte e pelo governo dos trabalhadores.

Com a derrota da Emenda Dante de Oliveira, a oposição liberal tomou a iniciativa, com a proposta feita pelo governador de São Paulo, Franco Montoro, de lançamento de um candidato único das oposições. A idéia teve impacto no PT, provocando um empate de 24 votos em reunião do Diretório Nacional, realizada nos dias 2 e 3 de junho de 1984, em Brasília, com voto de Lula a favor do candidato único das oposições. Na ocasião a Democracia Socialista defendeu três propostas: 1) o PT deveria convocar uma reunião nacional de entidades do movimento operário e popular pela retomada das mobilizações das Diretas-Já e pelo boicote ao colégio

eleitoral; 2) não votar a emenda Figueiredo, que estabelecia eleições diretas em 1988, e encaminhar nova emenda pelas Diretas, combinada com a convocação de uma Assembléia Constituinte precedida do fim da ditadura; 3) convocar uma greve geral.[175] O centro da campanha não podia estar no Parlamento, mas nas ruas. A posição das esquerdas acabou prevalecendo no PT: em reunião realizada em 7 de julho, no Rio de Janeiro, o partido resolveu não participar do colégio eleitoral, retomar as mobilizações de rua e propor à CUT e à Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT) greve geral contra o colégio eleitoral.[176]

Com a morte de Tancredo Neves, a Democracia Socialista defendeu a convocação imediata de eleições gerais para presidente da República e para a Assembléia Nacional Constituinte, opondo-se à nota divulgada pelo PT em que este afirmava não haver outra alternativa senão apoiar a posse de José Sarney, contra os golpistas. Para a Democracia Socialista, a luta política deveria vir combinada com a luta econômica contra a política de austeridade e o FMI, a ser encampada unitariamente pela CUT e pela CONCLAT.[177]

A avaliação de conjuntura da Democracia Socialista diagnosticava um "enorme, profundo e dramático descompasso entre as exigências colocadas pela situação e o nível de consciência e organização do movimento operário independente". O ano de 1985 teria sido marcado pelo aumento do número de grevistas, que fora quase quatro vezes maior que o verificado em 1984. A votação do PT nas eleições de novembro de 1985 seria uma evidência do "grandioso ascenso do movimento operário". Não se tratava, porém, de partilhar uma visão "ingênua e triunfalista de uma expansão eleitoral ilimitada do Partido dos Trabalhadores" nem de "adotar uma visão infantil, esquerdista e falsamente avançada de que vivemos uma conjuntura pré-revolucionária e que a questão do poder, sem mediações, está colocada para os trabalhadores". Entretanto, cabia ao PT apresentar-se já como "o partido que quer dirigir o país e luta para isso".[178] Como resolver o descompasso apontado? Analisando combinadamente os resultados da greve geral de 12 de dezembro de 1986, quando 25 milhões de trabalhadores — 40% da força de trabalho — cruzaram os braços, e as eleições para governador e deputados de 1986, ganhas pelo PMDB, a Democracia Socialista interpretava que a insatisfação com a Nova República era muito maior do que a capacidade do PT de ser referência direta para todos os setores insatisfeitos da população. Haveria, assim, que combinar a luta pela construção do PT com uma política ampla, classista, de alianças, "que consiga trazer para a luta contra a Nova República, ou até neutralizar, os setores intermediários entre o PT e o PMDB liberal conservador", por meio de uma frente única na ação no movimento sindical e da "criação de um campo político de contestação à hegemonia liberal-conservadora na Constituinte, a partir de um programa que englobe as principais reivindicações do movimento operário e popular".[179]

Com a instalação do Congresso Constituinte, a Democracia Socialista opôs-se à palavra de ordem de entregar todo o poder ao congresso, proposta pela Convergência Socialista. Argumentou que a composição daquele parlamento era conservadora: a direita detinha 21,8% das cadeiras, os conservadores de centro-direita, 17,7%, e os liberais de centro, 47,5%. Naquelas condições, "defender todo o poder à Constituinte só poderia ter um significado: o de fortalecer nas massas a ilusão numa democracia autoritária, o de apoiar objetivamente a estratégia de transição à democracia moldada e controlada pela burguesia".[180] A partir de agosto de 1987, a Democracia Socialista defendeu o lançamento da candidatura de Lula à presidência, com um programa alternativo à Aliança Democrática. Seria uma candidatura para unificar e centralizar todas as correntes do movimento operário e popular.[181] Em 1986 a Democracia Socialista realizou seu último congresso enquanto organização política. Em 1988 realizou sua 1ª Conferência Nacional, assumindo-se publicamente como tendência interna do PT.[182]

Ao final dos trabalhos da Constituinte, a Democracia Socialista propôs que o PT não assinasse o texto e votasse globalmente contra ele. Assim, "do questionamento da legitimidade do governo de transição se passaria ao questionamento aberto da legitimidade e de toda a legalidade gestada pela Nova República".[183]

O V Encontro Nacional do PT, realizado de 4 a 6 de dezembro de 1987, em Brasília, revolveu lançar a candidatura de Lula às eleições presidenciais de 1989. A Democracia Socialista defendeu, em janeiro de 1989, a renúncia imediata de Sarney e a convocação de eleições diretas. Lula deveria entrar na campanha com porte de quem disputa com chances de ganhar. Ao mesmo tempo, o PT deveria esforçar-se para promover um salto de qualidade na construção do partido, lançando um jornal nacional de massas e formando comitês de campanha em bairros, fábricas e no campo, consolidando uma futura rede de núcleos. A candidatura deveria ter um perfil de defesa da democracia radical colada à defesa do socialismo. As alianças deveriam dar-se com as várias vertentes do movimento operário e popular. As coligações partidárias deveriam ser com o PC e o PCdoB e com os setores populares do PSB e do PV.[184]

No decorrer da campanha, a Democracia Socialista sugeriu que o PT adotasse os "dez compromissos do governo democrático-popular", que incluíam suspensão do pagamento da dívida, abrindo auditoria internacional, controle do câmbio, redução e tabelamento dos juros, congelamento dos preços de gêneros de primeira necessidade, reforma urbana, estatização da saúde, reforma agrária, duplicação do salário mínimo.[185]

Com a vitória de Fernando Collor de Mello, a Democracia Socialista traçou três cenários: 1) Collor conseguiria implantar a governabilidade e conter a evolução da crise do regime por um período; 2) negociando com a oposição burguesa, ele enfrentaria a crise econômica e política sem que o PT e a Frente Brasil Popular tivessem acumulado condições de imprimir uma saída à crise; e 3) a crise do governo Collor se daria numa correlação de forças em

que o PT e a Frente Brasil Popular poderiam disputar com chances a saída para a crise. O PT deveria impulsionar a saída democrático-radical nos limites permitidos pela correlação de forças. Previa-se que o governo Collor se apoiaria ofensivamente na ideologia neoliberal. Politicamente se sustentaria em uma coligação de partidos. Economicamente faria acordos com o FMI e abriria a economia para o capital estrangeiro. Atacaria o funcionalismo público e promoveria arrocho salarial.[186]

A Democracia Socialista valorizava a experiência da Frente Brasil Popular, integrada pelo PT, PSB e PCdoB, opondo-se à decisão do Diretório Nacional de ampliar o arco de alianças para incluir o PDT, considerando que, com a não-continuidade da Frente, as esquerdas perdiam um pólo de aglutinação e abriam mão de um espaço de construção própria.[187]

A concepção teórico-estratégica mais geral, desenvolvida pela Democracia Socialista no início dos anos 1990 para equacionar o problema da articulação da participação institucional do PT, que crescera, com as lutas diretas dos trabalhadores e das classes populares na perspectiva revolucionária, ficou conhecida como "estratégia de pinça", assim formulada:

> A hipótese estratégica central deve ser a noção de que a ruptura com a ordem burguesa será o resultado de um movimento articulado, em pinça, dos trabalhadores sobre o centro do poder burguês, isto é, pela combinação do avanço sobre a institucionalidade com a criação de novas formas de poder popular.

A "estratégia de pinça" diferenciava-se da experiência bolchevique, em que as possibilidades de acumulação de forças no plano institucional eram bastante reduzidas, bem como dos modelos de guerra popular prolongada, nos quais a acumulação de forças se fazia pela confrontação fora da institucionalidade, que se procurava destruir. A perspectiva era de um confronto de massas prolongado contra o Estado e o grande capital, uma "guerra de movi-

mento prolongada onde a ocupação de posições está desde o início subordinada a esta estratégia de confrontação". O centro de gravidade da "estratégia de pinça" deveria ser a construção do poder popular. A ocupação de posições na institucionalidade burguesa — mandatos parlamentares, administrações populares — deveria ser vista como um processo de desestruturação da máquina de dominação do poder burguês, um processo de democratização. Deveria ser estabelecida uma relação positiva entre o avanço sobre a institucionalidade e o incentivo à organização popular autônoma.[188]

Mesmo não se tendo somado ao bloco das esquerdas que, no 1º Congresso do PT, em julho de 1992, exigia que o partido assumisse o "Fora Collor!", a Democracia Socialista começa a propor a realização de novas eleições presidenciais e a formação de um novo governo. Com a posse provisória de Itamar Franco, após a aprovação pela Câmara dos Deputados, em 29 de setembro de 1992, da admissibilidade do processo de *impeachment* de Fernando Collor de Mello, a Democracia Socialista passou a defender oposição ao governo Itamar, que estaria no campo conservador do espectro político. Mas avaliou, por outro lado, que a mobilização de massas não fora suficiente para promover uma ruptura democrática a partir da queda de Collor, não estando, portanto, estabelecidas as condições para agitar bandeiras como eleições gerais ou novas eleições presidenciais, embora essa situação pudesse configurar-se a partir do já então previsível *impeachment*, do desgaste do governo Itamar e do plebiscito sobre o sistema de governo, que ocorreria em abril de 1993.[189]

De 29 de abril a 1º de maio de 1994, já durante a campanha presidencial de Lula, o PT realizou seu 9º Encontro Nacional, avaliado pela Democracia Socialista como histórico, pois foi marcado pela unidade partidária, com apoio de mais de 80% dos delegados para as principais resoluções. Alguns pontos foram destacados como muito positivos. O caráter do futuro governo Lula seria "democrático popular articulado à luta pelo socialismo". Ficou reforçada a idéia da incompatibilidade do programa de governo com o pagamento da

dívida externa, o que apontava para a suspensão deste. Também foi considerada como ponto positivo a proposta de regulamentação do aborto nos casos legais, acompanhada da recomendação de iniciativas para garantir a cidadania das mulheres. Foi, ainda, vista como positiva a valorização da cidadania, com estímulo à participação popular e à construção de um novo modelo econômico, com base na redistribuição de renda e no mercado interno de massas. A política de alianças também foi aprovada pela Democracia Socialista: reprodução da frente de 1989, com a incorporação do PSTU, do PV e do PPS, e abertura para setores dissidentes do PSDB, PDT e PMDB, desde que apoiassem o programa de Lula.[190]

Com a derrota da candidatura de Lula, a Democracia Socialista preocupou-se em tirar lições: 1) para confrontar o projeto neoliberal, fazia-se necessário aprofundar a alternativa programática, com destaque para a questão econômica, mas não exclusivamente; 2) era urgente promover a reconstrução partidária, com "o fortalecimento de uma direção política com capacidade de resistir a pressões e à integração no horizonte posto pelo neoliberalismo"; 3 também se fazia necessária a "revisão de uma estratégia que efetivamente foi reduzida a objetivos e meios institucionais, perdendo de vista a construção de um bloco social extraparlamentar que, mais do que apoio, funcione como elemento central nas disputas institucionais".[191]

O governo de Fernando Henrique Cardoso foi qualificado como a direção política adequada para o encaminhamento do programa neoliberal, cujas bases haviam sido lançadas pelo governo Collor. Previa-se que a "questão nacional" deveria ganhar um lugar central, uma vez que seu projeto estabelecia a supremacia do mercado internacional.

Nos dias 9 e 10 de dezembro de 1995, a Democracia Socialista realizou uma conferência nacional. Nela o governo de Fernando Henrique Cardoso era caracterizado como de direita, que buscava um pacto orgânico de poder para sustentar a reestruturação do Es-

tado brasileiro. Teria reunido um núcleo estratégico da burguesia em maior consonância com os centros de decisão imperialista do que a ditadura militar. A vitória neoliberal se expressaria no fato de esse projeto conseguir "aniquilar alternativas, constituindo-se, apesar do seu fracasso econômico e social para as maiorias, horizonte comum tanto para as forças da situação quanto [para] as de 'oposição'".[192] O PT só poderia enfrentar o novo cenário desenvolvendo três pontos cruciais de uma nova pauta política: 1) promover uma reelaboração estratégica do projeto para o país, opondo-se à "(des)integração acelerada a uma ordem internacional injusta e excludente"; 2) desenvolver uma nova política de acumulação de forças, redefinindo a relação do partido com sua ampla base social, golpeada pelas políticas neoliberais; e 3) efetuar "uma profunda reorganização programática e organizativa que retire lições críticas da inserção no Estado e recoloque o PT em condições de se construir com autonomia, tendo como referência básica a auto-organização dos explorados e oprimidos".

Entretanto, para a Democracia Socialista a ação estratégica do PT se fazia mais difícil no novo cenário. De um lado, porque estaria havendo uma transformação das relações entre Estado e sociedade, com o fortalecimento do poder privado, econômico e político, e a redefinição das tarefas do Estado nacional, implicando que a luta por um poder popular lidasse com estruturas não-estatais de poder privado fortalecidas em seu peso relativo. De outro, em razão de estar ocorrendo o aumento da heterogeneidade do campo popular, com o crescimento do desemprego estrutural e da diferenciação dos que estavam no mercado formal, decorrente da desregulamentação, da flexibilização e da terceirização no mundo do trabalho. Conseqüentemente, ocorria a "complexificação das condições que permitiam ao proletariado vir a ser sujeito social e político principal da revolução e da construção de uma nova sociedade". Além disso, era preciso levar em consideração a mudança do lugar de um país como o Brasil no mundo. Um horizonte de desenvolvimento

nacional e social já não estaria presente na inserção do Brasil no mundo capitalista, sendo necessária, por conseguinte, a valorização do internacionalismo, repensando-se a revolução em marcos nacionais, que deveria articular-se às tarefas internacionais.

Assim, a base social da esquerda — os setores organizados do proletariado — teria sido desestruturada pelo avanço neoliberal, enquanto suas referências ideológicas e seu projeto de sociedade foram desestruturados pela crise do movimento socialista internacional. No novo cenário, a classe dominante conseguira sair da crise de projeto e direção política em que se encontrava nos anos 1980 e desestruturar a proposta democrática e popular. As palavras de ordem da ofensiva neoliberal — modernização, privatização, abertura do mercado nacional — passaram a encontrar eco no campo popular e mesmo no PT e na CUT.[193]

Na 5ª Conferência Nacional da Democracia Socialista, realizada nos dias 3, 4 e 5 de junho de 1999, em Cajamar, com a participação de 80 delegados eleitos, que representavam cerca de 800 militantes, analisou-se que o Brasil entrava em um novo momento, tendo-se rompido o consenso da classe dominante em torno do governo Fernando Henrique Cardoso, que perdia legitimidade com a falência do modelo econômico. Abria-se um período de crise latente. Colocava-se, como tarefa imediata, uma campanha de todo o campo democrático popular para pôr fim ao governo Fernando Henrique Cardoso, substituindo-o por um governo democrático-popular. O aspecto-chave da campanha deveria ser o "desenvolvimento de uma alternativa programática à crise brasileira", reivindicando-se: as grandes reformas distributivas dos programas de 1989 e 1994, a democratização radical e a participação direta, a partir da experiência do Rio Grande do Sul, a defesa da soberania nacional e da solidariedade internacional, a construção de uma hegemonia dos trabalhadores e da maioria popular.

A Democracia Socialista e o PT

A Democracia Socialista, desde sua fundação, engajou-se no PT como caminho para a construção de um partido revolucionário, pelo trabalho de aglutinação dos marxistas revolucionários. "Isso nos diferenciava de outras correntes da esquerda revolucionária que acreditavam estarem construindo o partido revolucionário construindo a si mesmas", afirmava texto comemorativo dos 20 anos da corrente.[194] Essa maneira de pensar a construção do partido revolucionário adquiriu consistência teórica no contato com as elaborações do Secretariado Unificado da IV Internacional, que, em seu 12º Congresso Mundial, realizado no começo de 1985, avaliou que a função e o futuro da IV Internacional não repousavam em soluções milagrosas. "A perspectiva real é a de um processo muito mais longo e complexo de reconstrução de uma vanguarda à escala internacional." No caminho de uma nova internacional de massas, as formas intermediárias e as mediações seriam decisivas. Impunha-se a aceitação do pluralismo revolucionário, o que levava a buscar configurações de coordenação e colaboração "que podem tomar a forma de conferências ou frentes, sem tender necessariamente à busca de marcos organizativos unificados". Sendo assim, "[...] o caminho da IV Internacional à Internacional Revolucionária de Massas não pode ser concebido como uma linha reta, como o crescimento de uma Internacional que já existiria em um modelo reduzido. O progresso nesta direção deverá apoiar-se em todo tipo de passos e iniciativas de intermediação".[195] Portanto, o engajamento no PT enquadrava-se nessas concepções estratégicas.

Essa concepção se traduziu na atuação pela formação de uma esquerda ampla no PT, em alguns momentos em aliança com a Articulação, como no 1º Congresso, quando a Democracia Socialista avaliou que era prioritário manter relação com os setores da esquerda da Articulação.

A Democracia Socialista avaliava que a derrota da candidatura de Lula em 1994 provocara uma crise no PT, esgotando-se o patamar de unidade estratégica que fora estabelecido no 5º Encontro Nacional, em 1987. Sob a hegemonia neoliberal representada pelo governo Fernando Henrique Cardoso, o PT estaria, por um lado, mais presente na sociedade brasileira, tendo alcançado maior reconhecimento eleitoral e maior atuação institucional. Por outro, estaria ocorrendo uma "americanização" do partido, formando-se uma "máquina desideologizada, pragmaticamente adaptada ao jogo político dominante".

Nas eleições municipais de 1996, a Democracia Socialista avaliou que o crescimento do PT se dera combinado com a despolitização de suas campanhas, o eleitoralismo, a afirmação de projetos pessoais e do "poder imperial" de alguns prefeitos, o crescimento de alianças com a direita e das divisões no partido. A vitória de Raul Pont para a prefeitura de Porto Alegre, em 1996, foi apresentada como exemplo de que o PT podia crescer, disputar e vencer ali onde era mais PT, pois na capital gaúcha "a estrela não é substituída por nomes, rostos ou outros símbolos. É simplesmente PT".[196]

No balanço da campanha presidencial de Lula em 1998, a Democracia Socialista avaliou que o PT se mantinha como "canal fundamental de expressão política do descontentamento popular com o neoliberalismo e o governo FHC", sendo valorizada, nesse sentido, a vitória de Olívio Dutra no Rio Grande do Sul. Entretanto, "ao mesmo tempo, fortalecem-se tendências de adaptação do PT à ordem, consolidam-se processos de institucionalização, burocratização e eleitoralismo", com diluição do "perfil político petista e de uma identidade comum partidária", uma vez que o PT participava dos governos estaduais do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. O quadro indicava o "aprofundamento da encruzilhada de opções que o PT já vivia".[197]

No 8º Encontro Nacional do PT, realizado nos dias 11, 12 e 13 de junho de 1993, em Brasília, deu-se a ruptura da hegemonia

da Articulação, numa perspectiva esperada pela Democracia Socialista. O agrupamento Uma Opção de Esquerda, integrado pela Democracia Socialista, pela Vertente Socialista, pela Articulação — Hora da Verdade, pelo Fórum do Interior e pelos apoiadores do deputado Vladimir Palmeira, recebeu o apoio de 36,5% dos delegados. A Articulação ficou com 29,3%, enquanto a corrente Na Luta PT! — integrada por O Trabalho, Força Socialista, Tendência Marxista, Brasil Socialista e coletivos estaduais e independentes — somou 19,1%. A expectativa que se apresentava, para a Democracia Socialista, era de que o agrupamento Uma Opção de Esquerda se constituísse como um núcleo dirigente, um pólo que funcionasse coletivamente, o que acabou não ocorrendo.[198]

Estaria estabelecido um vazio de definições, que se acentuaria nos anos seguintes, chegando a um impasse no 10º Encontro Nacional — ocorrido de 18 a 20 de agosto de 1995, em Guarapari, no Espírito Santo —, onde, pela primeira vez em sua história, houve disputa pela presidência do PT. A chapa Socialismo e Democracia, integrada pela Democracia Socialista, pela Articulação de Esquerda e pelo Fórum Socialista, teve sua tese derrotada por apenas dois votos e, tendo à frente o secretário Agrário da Comissão Executiva Nacional Agrária, Hamilton Pereira, obteve 46% dos votos, perdendo para a chapa encabeçada por José Dirceu, que ficou com 54%. A Articulação, segundo a Democracia Socialista, tecera alianças com a Democracia Radical, de José Genoino, e com a Articulação — Hora da Verdade, de Arlindo Chinaglia e Rui Falcão, com o objetivo de "recuperar a maioria e [...] tentar isolar e impor administrativamente sua hegemonia sobre a esquerda petista".[199] Após alguns meses de impasse sobre os cargos que caberiam a cada chapa, os integrantes da Socialismo e Democracia chegaram a um acordo, cabendo-lhes a vice-presidência do partido e as secretarias de Organização, Finanças, Geral, Sindical, de Formação Política e de Movimentos Populares.[200]

No 11º Encontro Nacional, realizado de 29 a 31 de agosto de 1996, no Rio de Janeiro, a Democracia Socialista avaliou que a maioria

da direção partidária vinha defendendo alianças com o centro e uma perspectiva programática que deixava de ser socialista, de procurar alternativas globais ao neoliberalismo, para buscar saídas intermediárias. Entretanto, a esquerda continuava forte, propondo-se a defender o compromisso com a transformação socialista e com os interesses da classe trabalhadora, defender a democracia interna e a luta para que o PT se esforçasse por construir uma alternativa de poder a todas as variantes de dominação burguesa. A Democracia Socialista defendeu, no encontro, a proposta de intensificação das mobilizações sociais e da organização popular, sobre a base de uma plataforma de lutas e de recomposição do campo democrático e popular como alternativa de governo e poder, com um programa que retomasse e avançasse as formulações de 1989 e de 1994. "Uma alternativa ao neoliberalismo só pode ser construída a partir da derrota das bases sociais e políticas que sustentam o atual regime."[201]

Um dos desafios da "estratégia de pinça", certamente, é evitar que o avanço do movimento popular sobre a institucionalidade resulte na absorção das lideranças pelas instituições, em vez do acúmulo de forças para a ruptura destas. Esse problema se colocou de forma aguda quando as próprias correntes trotskistas conquistaram postos no Parlamento ou no Poder Executivo — produziram-se conflitos em diversos níveis e detectaram-se suas limitações. Assim, por exemplo, Francisco Carlos de Souza, o Chico Gordo, membro da Oposição Metalúrgica de São Paulo e militante da Democracia Socialista, afastou-se da corrente depois de eleito.

Em Porto Alegre, cidade administrada por Raul Pont, a experiência mais importante talvez tenha sido a do orçamento participativo. Suas vantagens eram assim apresentadas pelo prefeito:

Definindo e decidindo sobre todo o Plano de Investimentos das obras e serviços demandados pelas comunidades, decidindo junto com a administração obras estruturais com base na captação externa de recursos e disputan-

do e tensionando orientações gerais das políticas públicas, a população organizada informa-se, conhece os números e como funciona a estrutura executiva e legislativa do Município.[202]

Não obstante, segundo Pont, o orçamento participativo operava dentro dos limites da democracia representativa, e o avanço na consciência de cidadania por ele propiciado não eliminava o caráter de classe da sociedade nem a insuficiência da igualdade política jurídica.

Balanços

Durante as quase três décadas e meia acima delineadas, formou-se uma nova geração de seguidores das idéias de Leon Trótski no Brasil. Ela é, nos mais de 70 anos de existência do trotskismo no Brasil, a mais longeva em termos organizativos. As gerações anteriores acabaram tendo uma trajetória truncada e sempre tiveram, de certa forma, de reiniciar praticamente do zero, sem uma militância experiente e nenhum lastro organizativo.[203] Todavia, ao contrário das gerações anteriores, esta foi a que trouxe para o Brasil — e lhes deu expressão política e organizativa — as contínuas disputas e divisões existentes internacionalmente entre aqueles que se dizem defensores da IV Internacional. É evidente que não se ignora que ela foi precedida por outra geração, que acabou evoluindo por percursos diversos. Referimo-nos aos militantes do Partido Operário Revolucionário (POR), única corrente política em terras brasileiras a reivindicar-se do trotskismo durante pouco mais de uma década, a partir de meados dos anos 1950, e filiada a uma das correntes trotskistas então. Os militantes do POR que continuaram nele nos anos 70, filiados à IV Internacional posadista, evoluíram para posicionamentos e preocupações que podem ser classificados como inusitados, para dizer o mínimo. Outros, entretanto, formaram frações,

foram expulsos do POR e procuraram vínculos com organizações internacionais do trotskismo, vindo a contribuir direta ou indiretamente para sua implantação no Brasil. Outros ainda se afastaram da militância partidária e transportaram para a universidade algumas das preocupações do tempo de militância.[204]

Se os sucessores do POR, como seus antecessores, começaram praticamente do zero e em torno de jovens militantes, eles o fizeram, como elemento diferenciador, vinculados a distintas correntes trotskistas internacionais. Tal fenômeno pode ser compreendido a partir de algumas causas. A mais poderosa foi a violenta repressão desencadeada pela ditadura militar instalada no Brasil em 1964, que levou grande quantidade de militantes a buscar o exílio e, em conseqüência, a entrar em contato com as idéias das organizações trotskistas internacionais, o que provocou, em vários deles, um processo de ruptura com o stalinismo e o nacionalismo e de aproximação com as posições da IV Internacional e suas facções. Outra causa de peso foi a desilusão provocada na militância de esquerda pela atuação do Partido Comunista Brasileiro nos episódios que levaram ao golpe militar de 1964. O conservadorismo, o atrelamento à máquina do Estado e a defesa da estrutura sindical corporativista foram elementos da política comunista daquele momento que levaram à imobilidade que se revelou mortal para os trabalhadores em 1964. Foi um teste definitivo para a classe trabalhadora, a qual, após a volta do estado constitucional de direito, apoiou o PT e aderiu maciçamente a ele, deixando o PCB e seu sucedâneo PPS relegados à condição de pequena organização partidária. Por fim, o ciclo conservador que atingira o auge com a deposição de Salvador Allende, no Chile, começou a ser revertido com a queda de vários regimes ditatoriais: Portugal, Espanha, Irã, Nicarágua. Essa mudança de polaridade, em combinação com o esgotamento do modelo político e econômico dos militares brasileiros, fez com que as lutas sociais se reativassem no Brasil, ao mesmo tempo em que as organizações trotskistas internacionais passaram a dar muito mais aten-

ção aos países periféricos e buscaram, desse modo, demarcar terreno nesses países através de suas seções ali constituídas.

As organizações trotskistas se beneficiaram, como de modo geral vários grupamentos da esquerda brasileira, da política de luta pelas liberdades democráticas e do fim da ditadura militar e puderam obter um crescimento em sua militância e influência política e social. Isso lhes ocorreu, em um primeiro momento, isoladamente e, mais tarde, dentro do PT, nos primórdios deste. Dentro do novo partido — que tinha, entre as características de então, aberta resistência às políticas defendidas pelos comunistas, muito apreciada e estimulada pelos grupamentos trotskistas —, os defensores da IV Internacional encontraram uma audiência que ia muito além da que tiveram antes do surgimento do PT.

Essa trajetória, no entanto, começou a modificar-se, de um lado, pela clarificação dos diversos interesses que haviam ficado opacos no período de "frente" — que reunia setores políticos os mais amplos e diferenciados contra a ditadura militar — e, de outro, pela consolidação organizativa do PT. No momento em que, no ano de 1987, o PT regulamentou a questão de suas tendências, ele já possuía um núcleo dirigente consolidado e com objetivos delineados. As eleições de 1989, apesar da derrota para Fernando Collor de Mello, deixaram isso muito claro. E não por acaso é exatamente nesse momento que os grupos trotskistas brasileiros se posicionam diante dos novos ares do PT. Assim, de um lado, temos ruptura — do PSTU — e, de outro, integração em maior ou menor grau — da Democracia Socialista e da Corrente O Trabalho. A esse quadro somou-se o processo de dissolução da União Soviética e de seus aliados, que teve sobre a esquerda marxista em geral e sobre os trotskistas em particular o efeito de pô-los na defensiva. Tal processo pode ser compreendido como a formação de uma espécie de "couraça" ante a desagregação provocada dentro das fileiras marxistas pelo fim da União Soviética. Isso, em combinação com a cada vez maior hegemonia da Articulação no

partido, provocou uma espécie de radicalização por parte dos trotskistas, mais branda, no entanto, entre aqueles que permaneceram no PT, mas mesmo assim forte o suficiente para impulsionar vários movimentos de retomada das "origens" do PT e a acentuação das críticas aos rumos tomados pela direção majoritária do partido — processo este ainda em curso.

Notas

1 José Luiz Del Roio, *1º de Maio*. São Paulo: Global, 1986, p. 141.

2 Bernardo Kucinski, *Socialistas e revolucionários: nos tempos da imprensa revolucionária*, 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 403.

3 "Balançando o coreto", *Em Tempo*, nº 10, 8-14 maio, 1978. Segundo Berbel, a Convergência Socialista assessorava o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André desde maio de 1978 (Márcia Regina Berbel, Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira (1978-1980). Dissertação de mestrado em história, FFLCH–USP. São Paulo, 1991, p. 77).

4 Júlio Tavares, "Legalização já!", *Versus*, nº 5, especial, jul., 1978, p. 2.

5 Kucinski, op. cit., p. 166.

6 Carlos Savério, Flávia Resede e Eduardo Fernandes, "Reposição: a luta já pegou no breu", *Em Tempo*, nº 0, nov., 1977, p. 4.

7 Kucinski menciona, por exemplo, que o MR-8 e o PCdoB, naquela conjuntura, "aproximaram-se da política do PCB, confluindo na CGT, que justamente tenta bloquear o movimento operário autônomo originário de São Bernardo do Campo" (Kucinski, op. cit., p. 388). Por sua vez, Márcia Berbel lembra que o PCB e o MR-8 trataram os sindicalistas ligados ao movimento pró-PT como elementos de divisão dentro do movimento sindical e da frente pela democracia (Berbel, op. cit., p. 80).

8 É interessante notar que o trotskismo recrutou, então, quadros que haviam tido contato com o stalinismo e com a guerrilha, desenvolvendo senso crítico a respeito de ambos, e que estavam procurando outra política revolucionária. É o caso, por exemplo, de Markus Sokol, dirigente da Corrente O Trabalho, que se aproximou do PCB quando secundarista em 1967, integrou-se à VAR-Palmares em 1969 e entrou em contato em 1972 com o Grupo Outubro, que se havia constituído na França com militantes egressos do posadismo, do PCB e da guerrilha. O Grupo Outubro foi formado a partir de uma proposta da OCI francesa. Também cabe notar que, segundo Berbel, os grupos de esquerda que estiveram presentes na fundação do PT no período 1978-1980 foram: Ação Popular (minoria), Ala Vermelha e os trotskistas.

Os três caracterizavam-se pela não-adesão aos métodos da guerrilha. A maioria da AP dissolveu-se no PCdoB em 1973. O segmento da AP que se incorporou ao PT havia-se organizado a partir de 1975, com a reorganização do movimento estudantil, e havia lançado candidatos pelo MDB em 1978. Por sua vez, a Ala Vermelha havia divulgado em 1974 o documento "Autocrítica", que avaliava ter sido a luta armada uma opção fundamentalmente errada, partindo, desde então, para uma aproximação com a classe operária através de cursos de madureza ou de jornais populares como o *ABCD Jornal* (Berbel, op. cit., pp. 55-56).

9 Carlos Bauer, entrevista. São Paulo, 3 jun., 2003.

10 Antônio Ozaí da Silva, *História das tendências no Brasil (Origens, cisões e propostas)*, 2ª ed. São Paulo: Proposta, s.d., p. 185.

11 "O 'velho' Mário e os jovens trotskistas", *Convergência Socialista*, nº 48, 25 nov.-8 dez., 1981.

12 "Convergência Socialista 18 anos", *Convergência Socialista*, nº 350, s.d.

13 Silva, op. cit., p. 185.

14 Kucinski lembra que a idéia leninista do jornal como propagandista, agitador e organizador coletivo era comungada por stalinistas, trotskistas, intelectuais e jornalistas independentes. Fazia parte da cultura de esquerda nos anos 1970. Observa, ainda: "O propósito dos grupos de esquerda era sempre o de assumir o controle do jornal e depois usá-lo para organizar e ampliar a sua organização política" (Kucinski, op. cit., p. 123). Valério Arcary afirma, em entrevista (São Paulo, 2 jun., 2003), referindo-se ao jornal *Convergência Socialista*: "Mas depois disso [a extinção do *Versus*] a prioridade foi publicar um jornal operário, um jornal socialista com foco, uma prioridade dirigida aos temas e forma e à linguagem de um setor avançado da classe trabalhadora".

15 "Convergência Socialista. O trabalho de um ano", *Versus*, nº especial, fev., 1979; "De um Congresso a outro", *Convergência Socialista*, nº 5, 2ª quinzena, nov., 1979.

16 Valério Arcary, entrevista. São Paulo, 2 jun., 2003.

17 "Uma pequena (e rica) tradição operária: Convergência Socialista — Entrevista com José Maria", *Alicerce*, nº 49, 13-20 abr., 1984.

18 Em entrevista (2 jun., 2003), Valério Arcary informa que, por volta de novembro/dezembro de 1978, a Convergência Socialista tinha mais de mil militantes, sendo aproximadamente 750 jovens. Julio Turra, em depoimento dado em 8 de julho de 2003, confirma que em 1981, quando a Convergência Socialista e a Organização Socialista Internacionalista passaram por uma tentativa de unificação, se avaliava que a primeira contava com aproximadamente 800 militantes.

19 Kucinski, op. cit., p. 141.

20 Julio Turra, entrevista. São Paulo, 8 jul., 2003.

21 *O Trabalho*, nº 35, 23 out., 1979.

22 Markus Sokol, entrevista. São Paulo, 18 jul., 2003.

23 Julio Turra, entrevista. São Paulo, 8 jul., 2003.

24 Em fevereiro de 1969, a Fração Bolchevique da Seção Brasileira da IV Internacional lança o documento "A crise da IV Internacional e a necessidade da unificação das tendências trotskistas mundialmente", como suplemento do *Voz Proletária*, jornal da seção argentina da IV Internacional posadista. Em fevereiro de 1970 a Fração Bolchevique Trotskista realiza sua primeira conferência nacional, com a participação de militantes do Rio Grande do Sul, de São Paulo e do Nordeste.

25 Comitê Central da Organização Socialista Internacionalista, Pela superação dos métodos artesanais contra as concepções federativas. São Paulo, 17 jul., 1978, p. 4, mimeo. Segundo Coggiola, "Lambert sustentava que a CGT argentina era burguesa e que se deveria fazer uma tática de paralelismo sindical na Argentina e aplicou essa mesma tática no Brasil". Sobre as burguesias nacionais: "A Política Obrera sustentava que a burguesia nacional nunca era completamente um agente do imperialismo, se transformava, mas isso não significava que devia ser apoiada, mas não se devia ignorar que a burguesia nacional não era a mesma coisa que o imperialismo. Logo também se estendeu para a Europa: a natureza da socialdemocracia... acusando, Política Obrera, ao lambertismo de praticar uma política oportunista em relação à socialdemocracia" (Osvaldo Luis Angel Coggiola, entrevista. São Paulo, 14 jul., 2003).

26 João Machado, entrevista. São Paulo, 4 jul., 2003.

27 Muitos militantes se aproximaram do trotskismo primeiramente através de leituras do próprio Trótski e apenas depois se resolveram pela participação em alguma organização. Foi o caso, por exemplo, de Markus Sokol e do grupo mineiro que veio a fundar a Democracia Socialista.

28 Kucinski, op. cit., p. 418.

29 No nº 8, de abril de 1978, por exemplo, foi publicada uma matéria intitulada "Caminhos da anistia — Como encontrar as formas mais corretas de organização e as teses mais apropriadas para um movimento que cresce como uma bola de neve?", que trouxe entrevistas com Luiz Eduardo Greenhalgh, da Comissão Provisória do Comitê de Luta pela Anistia de São Paulo, Terezinha Zerbini, presidente do Movimento Feminino pela Anistia, e Edgar Carone.

30 Esse debate foi veiculado na coluna "Aparte" no nº 14, de 5 a 11 de junho de 1978.

31 Tibério Canuto, "No espaço sideral do socialismo", *Em Tempo*, nº 44, 28 dez., 1978-3 jan., 1979, p. 6.

32 *Em Tempo*, nº 15, 12-18 jun., 1978; nº 18, 3-9 jul., 1978; nº 10, 8-14 maio, 1978.

33 João Machado, entrevista. São Paulo, 4 jul., 2003.

34 Silva, op. cit., p. 191.

35 João Machado, entrevista. São Paulo, 4 jul., 2003; Birô Político da Organização Socialista Internacionalista, Aos militantes do CLTS e da DS. São Paulo, out., 1982, mimeo.

36 "Entrevista com Lula", *Versus*, nº 26, nov., 1978.

37 "Que há de novo nos céus, além dos aviões de carreira?", *Versus*, nº 16, nov., 1977, pp. 10-11.

38 Berbel, op. cit., p. 31.

39 "Programa para o Partido Socialista — Introdução", *Versus*, nº 25, out., 1978, pp. 21-23.

40 "Programa para o Partido Socialista — Introdução", op. cit.

41 Organização Socialista Internacionalista, "Não à 'Convergência Socialista'! (Posadistas, morenistas e mandelistas na convergência pablista: a reboque da pequena-burguesia, adaptando-se a Figueiredo). São Paulo, [1978], p. 6.

42 Berbel, op. cit., p. 77.

43 Idem, op. cit., p. 89.

44 Idem, op. cit., p. 73.

45 Idem, op. cit., p. 263.

46 "Editorial", *Versus*, nº 26, nov., 1978, p. 3.

47 "Eleições formando comitês, construindo o PS" (editorial), *Versus*, especial Eleições, out., 1978.

48 "Convergência Socialista. O trabalho de um ano", *Versus*, nº especial, fev., 1979, p. 2.

49 Valério Arcary, entrevista. São Paulo, 2 jun., 2003.

50 "PT: só existe um", *Convergência Socialista*, nº 9, 2ª quinzena, mar., 1980.

51 "Partido dos Trabalhadores — Aonde queremos chegar?", *Convergência Socialista*, nº 14, 1ª quinzena, jun., 1980, p. 5.

52 Jorge Pinheiro, "Contradições de um partido operário", *Convergência Socialista*, nº 15, 2ª quinzena, jun., 1980, p. 5. Nesse sentido, afirma Berbel a respeito do PT nos anos 1980: "A *Convergência Socialista*, uma das primeiras organizações a apoiar a proposta, passava a relacionar-se com o partido com algumas reservas, por identificar sintomas de degeneração da proposta inicial expressa no 1º de maio de 1979" (Berbel, op. cit., p. 125).

53 O editorial do nº 30, de 12 a 27 de março de 1981, do *Convergência Socialista* traz o título: "Nossas três tarefas do momento: afiliar, afiliar e afiliar ao PT".

54 "Em 82 vote PT — Contra a ditadura, os patrões e seus partidos", *Convergência Socialista*, nº 46, 15-30 out., 1981.

55 *Convergência Socialista*, nº 47, 11-25 nov., 1981, p. 9; *O Trabalho*, nº 126, 7-13 out., 1981, encarte especial.

56 O apoio dos "pelegos" à moção foi uma tentativa de atrair o movimento para a formação de um partido trabalhista apoiado nos sindicatos, que vinha sendo articulado desde o início de 1978, como já vimos, pelo secretário do Trabalho de São Paulo, Jorge Maluly Neto. Em fevereiro, Maluly entrevista-se em Brasília com o senador Petrônio Portela, levando consigo 26 dirigentes sindicais. A iniciativa teria apoio de Nelson Marchezan, secretário-geral da Arena, Armando Falcão, ministro da Justiça, e Ivete Vargas. Cf. Marcos Aguiar,

"Trabalhadores do Brasil, cuidado: Maluly está às soltas", *Em Tempo*, nº 1, 23 jan., 1978; e "Ensaiando novos confrontos?", *Em Tempo*, nº 3, 20 fev.-6 mar., 1978, p. 7. Cabe notar que, segundo Berbel (op. cit., p. 72), Lula participou das articulações de Maluly Neto.

57 "PT: na crise, todos os gatos são pardos", *O Trabalho*, nº 17, 13 fev., 1979.

58 Markus Sokol, entrevista. São Paulo, 18 jul., 2003.

59 "Por um partido operário. Nunca deu tanto voto nulo", *O Trabalho*, nº 14, pp. 4-5.

60 "Pela greve geral" (editorial), *O Trabalho*, nº 58, 29 abr.-5 maio, 1980, p. 3.

61 "*A Luta de Classes* nº 3 — Lançado novo número da revista teórica da OSI", *O Trabalho*, nº 51, 11-17 mar., 1980, p. 2.

62 Silva, op. cit., p. 180.

63 "O IV Congresso da OSI", *O Trabalho*, nº 75, 2-8 jul., 1980, pp. 8-9.

64 "Qual deve ser o programa do PT", *O Trabalho*, nº 50, 10 mar., 1980, p. 12.

65 "Editorial — PT aceita o desafio", *O Trabalho*, nº 138, 27 jan.-9 fev., 1982, p. 3.

66 "Nos comícios do PT, a luta pelo fim da ditadura", *O Trabalho*, nº 176, 28 out.-3 nov., 1982.

67 "A conjuntura e a oposição" (editorial), *Em Tempo*, nº 2, 4-18 fev., 1978, p. 3.

68 Ver, por exemplo, os artigos de Airton Soares, "'O MDB depurado' ou o 'partido dos autênticos'" e "A trajetória de Brizola, de Carazinho ao novo PTB" e o artigo de Francisco Weffort, "Socialista, democrático e popular", *Em Tempo*, nº 31, 2-8 out., 1978, pp. 6-7.

69 "Candidatos populares — Arrancada para as urnas", *Em Tempo*, nº 12, 22-28 maio, 1978, p. 4.

70 "Candidatos populares — Arrancada para as urnas", op. cit. Ver também "Os candidatos", *Em Tempo*, nº 17, 26 jun.-2 jul., 1978, pp. 4-5.

71 "Editorial — Candidatos populares: a campanha continua", *Em Tempo*, nº 39, 27 nov.-2 dez., 1978, p. 5.

72 "Urgente: assembléias de comitês de candidatos populares", *Em Tempo*, nº 38, 20-26 nov., 1978, p. 2.

73 Segundo Kucinski, essa linha fora aprovada em agosto de 1978, sendo defendida pelos apoiadores da Democracia Socialista (Kucinski, op. cit., p. 425).

74 "Opinião", *Em Tempo*, nº 61, 6-12 set., 1979, p. 4.

75 "O PT face à tradição comunista", *Em Tempo*, nº 86, 18-25 out., 1979, p. 6.

76 "A política do avestruz não é a saída" (editorial), *Em Tempo*, nº 119, 20 nov.-10 dez., 1980, p. 2.

77 "Os trabalhadores e as eleições" (editorial), *Em Tempo*, nº 162, 11-24 nov., 1982, p. 3.

78 Silva, op. cit., pp. 192-93.

79 João Machado, entrevista. São Paulo, 4 jul., 2003. Os dirigentes do Secretariado Unificado da IV Internacional referidos são Michael Löwy e Daniel Bensaïd.

80 "Nasce a UNE: mais um golpe na ditadura militar", *O Trabalho*, nº 23, 15-29 maio, 1979, p. 3.

81 "Liberdade e Luta: 'Vamos construir a tendência sindical'", *O Trabalho*, nº 36, 6 nov., 1979, p. 12.

82 *O Trabalho*, nº 77, 16-22 set., 1980.

83 "Por uma UNE de combate!", *Versus*, especial A Palavra da Convergência, abr., 1979, p. 2.

84 "De um congresso a outro", *Convergência Socialista*, nº 5, 2ª quinzena, nov., 1979, pp. 8-9.

85 "Todos ao Congresso da UMES!", *Convergência Socialista*, nº 11, 2ª quinzena, abr., 1980, p. 12.

86 "Vem companheiro, pro Novo Rumo, é o Alicerce que vai entrar", *Convergência Socialista*, nº 24, 1ª quinzena, nov., 1980, pp. 5-6.

87 "Reconstruída a UPES", *Convergência Socialista*, nº 44, 1º-15 out., 1981, p. 13.

88 Bruno Betthelheim, "Um lugar para renascer", *Versus*, nº 3, 1976, p. 40; Percival Souza, "Irmãozinho Mariel", *Versus*, nº 3, 1976, pp. 48-49.

89 "Os caminhos do Movimento Negro", *Versus*, nº 26, nov., 1978, p. 40.

90 "Primeira Conferência Homossexual", *Convergência Socialista*, nº 31, 27 mar.-4 abr., 1981.

91 "Mulheres da CS realizam sua 1ª Conferência", *Convergência Socialista*, nº 24, 1ª quinzena, nov., 1980, p. 9.

92 "O que você acha: homossexual é gente?", *Em Tempo*, nº 38, 20-26 nov., 1978, p. 4.

93 Maria Tereza Verardo e Marília Carvalho, "Mulheres — O povo quer sexo", *Em Tempo*, nº 135, 23 jul.-6 ago., 1981, p. 20.

94 "Fórum será na FAU/USP", *O Trabalho*, nº 76, 9-16 set., 1980, p. 2.

95 "Congresso da CUT — Unificar as lutas e lançar Lula como anticandidato", *Convergência Socialista*, nº 11, 17-24 ago., 1984, p. 5.

96 "Resolução política do VIII Congresso", *Alicerce*, nº 48, 13-20 abr., 1984.

97 "A retomada da Convergência Socialista", op. cit.

98 "Convergência Socialista — Teses sobre a situação nacional", *Convergência Socialista*, nº 8, 27 jul.-3 ago., 1984, pp. 6-7.

99 Ernesto Gradella e Paulo César Funghi, "Carta aos petistas", *Convergência Socialista*, nº 22, 1º-8 nov., 1984, p. 5.

100 "IX Congresso da Convergência Socialista — Teses sobre a situação nacional", *Convergência Socialista*, nº 30, 8-22 mar., 1985.

101 "A Constituição que queremos: capitalista ou socialista? Não existe meio termo", *Convergência Socialista*, nº 83, 15-21 maio, 1986, p. 3. Nas edições seguintes, são publicados outros artigos, como, por exemplo, "Constituinte e moradia. Conquistar o direito de morar" e "Constituinte e poder econômico — O preço do voto popular", *Convergência Socialista*, nº 86, 3-10 jun., 1986, p. 3.

102 "Fora Sarney! — A Constituinte deve governar", *Convergência Socialista*, nº 114, 4-18 fev., 1987, p. 3.

103 "Fora Sarney! Diretas já!", *Convergência Socialista*, nº 124, 14-20 maio, 1987, p. 5.

104 "Presidencialismo ou parlamentarismo", *Convergência Socialista*, nº 141, 16-22 set., 1987, pp. 10-11.

105 "Nossa posição", *Convergência Socialista*, nº 185, 21-27 set., 1988, p. 7.

106 Boris Fausto, *História do Brasil*, 6ª ed. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 520.

107 "O Brasil votou à esquerda?", *Convergência Socialista*, nº 69, 16-30 jan., 1986, pp. 4-5.

108 "Marilena ou Lula? Dois PTs diferentes", *Convergência Socialista*, nº 69, 16-30 jan., 1986, p. 5.

109 "Não a Gabeira!", *Convergência Socialista*, nº 79, 19-26 abr., 1986, p. 4.

110 "Candidaturas do PT — Nenhuma aliança com a Nova República", *Convergência Socialista*, nº 86, 3-10 jun., 1986, p. 3.

111 "Os candidatos de nossa corrente", *Convergência Socialista*, nº 110, 27 nov.-2 dez., 1986, p. 3.

112 "Um programa para uma candidatura combativa", *Convergência Socialista*, nº 186, 28 set.-4 out., 1988, p. 7.

113 "Trabalhadores elegem lutadores do PT", *Convergência Socialista*, nº 193, 22-29 nov., 1988, p. 5.

114 "PT: voto na oposição radical", *Convergência Socialista*, nº 193, 22-29 nov., 1988, p. 3.

115 "Gradella deputado!" e "Babá: 'Nossa campanha mostrou a força dos petistas de luta'", *Convergência Socialista*, nº 269, 26 out.-1º nov., 1990, p. 2; "Trotskistas ampliam sua influência dentro do PT", *Folha de S. Paulo*, 12 nov., 1990, p. A-8.

116 "Um defensor da terra, da natureza e do homem: Julio Barbosa para vice de Lula!", *Convergência Socialista*, nº 211, 1º jun., 1989, p. 1.

117 "Uma proposta para as prefeituras", *Convergência Socialista*, nº 165, 5-11 maio, 1988, p. 5.

118 "Em Minas Gerais — Vai ser fundado o Conselho Popular de Timóteo", *Convergência Socialista*, nº 204, 12-18 abr., 1989, p. 10.

119 "Todo apoio à luta do funcionalismo de Timóteo!", *Convergência Socialista*, nº 218, 27 jul.-2 ago., 1989, p. 3.

120 "Julgamento-farsa expulsa Romildo, Tonhão e Boni", *Convergência Socialista*, nº 223, 1º-7 set., 1989, p. 4; e "Revogada a expulsão de Romildo", *Convergência Socialista*, nº 236, 26 jan.-2 fev., 1990, p. 6.

121 Antônio Ozaí da Silva, Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e descontinuidades. Dissertação de mestrado em ciências sociais, PUC. São Paulo, 1998, p. 193.

122 Idem, op. cit., p. 195.

123 Idem, op. cit., p. 199.

124 Ibidem.
125 "Em defesa do PT e da CUT das origens", *Convergência Socialista*, nº 294, 13-19 jul., 1991, p. 3.
126 "Fora Collor!" (editorial), *Convergência Socialista*, nº 315, 9-15 nov., 1991, p. 3.
127 Silva, Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994), op. cit., pp. 202-3.
128 "Direção expulsa Convergência", *Convergência Socialista*, nº 331, 16-22 abr., 1992, pp. 6-7.
129 "PT deve dizer Fora Collor e não Fora Convergência Socialista" (editorial), *Convergência Socialista*, nº 331.
130 Silva, Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994), op. cit., p. 215.
131 "Os resultados eleitorais dos trotskistas", *Convergência Socialista*, nº 348, 9-15 out., 1992, p. 8.
132 "Na reta final da crise do governo duas propostas se confrontam — A saída dos trabalhadores", *Convergência Socialista*, nº 343, 4-10 set., 1992, pp. 6-7.
133 "Classe contra classe", *Opinião Socialista*, nº 9, 31 jul.-7 ago., 1996, p. 3.
134 *Opinião Socialista*, nº 104, 11-25 out., 2000, p. 7.
135 Valério Arcary, entrevista. São Paulo, 2 jul., 2003.
136 Silva, *História das tendências no Brasil*, op. cit., p. 188.
137 Valério Arcary, entrevista. São Paulo, 2 jul., 2003.
138 "Nasce a Liga Internacional dos Trabalhadores (Quarta Internacional)", *Convergência Socialista*, especial Polônia, s.d., p. 13; "Abre-se a polêmica sobre a França", *Convergência Socialista*, nº 47, 11-25 nov., 1981, p. 13; Valério Arcary, "UNEF, sindicato de 'concertation' ou de combate?", *Convergência Socialista*, nº 48, 25 nov.-8 dez., 1981, p. 13.
139 "A falsa revolução de Gorbatchev", *Convergência Socialista*, nº 142, 23-29 set., 1987, pp. 6-7.
140 "Editorial", *O Trabalho*, nº 236, jun., 1984, p. 3; Fração IV Internacional, *O que é a Fração IV Internacional: as posições internacionais e as resoluções do último Congresso desses militantes do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, s.ed., 1984.
141 Silva, *História das tendências no Brasil*, op. cit., p. 182.
142 Lançado em 2 de junho de 1983, o "Manifesto do Grupo dos 113", subscrito por um grupo dos mais importantes dirigentes nacionais do PT, deu origem à Articulação dos 113, base da tendência ainda hoje hegemônica na agremiação. O "Manifesto dos 113", buscando construir uma visão unificada da natureza e dos objetivos do partido, consolidando uma liderança partidária, propugnava a "volta às bases" para reorientar suas energias na organização do movimento operário e dos movimentos sociais. Para isso, confrontava-se, de um lado, com os segmentos que focavam o PT essencialmente na atuação institucional e, de outro, com aqueles que enxergavam o partido como a vanguarda da classe operária.

143 Organização Socialista Internacionalista, VI Congresso: resolução sobre o momento político nacional. São Paulo, maio, 1983, pp. 2-3, mimeo.
144 Fração IV Internacional, Balanço de atividades (Resumo do informe apresentado pelo cda. Oracio ao 7º Congresso). São Paulo, maio, 1984, pp. 4-5, mimeo.; Cuarta Internacional (Centro Internacional de Reconstrucción), *1ª Conferencia Latinoamericana de la IVª Internacional (Centro Internacional de Reconstrucción)*. São Paulo: Palavra, s.d., p. 59.
145 Fração IV Internacional, *O que é a Fração IV Internacional*, op. cit., p. 15.
146 "O porquê", *O Trabalho*, nº 234, abr., 1984, pp. 4-5.
147 Julio Turra, entrevista. São Paulo, 8 jul., 2003.
148 Silva, Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994), op. cit., p. 174.
149 "Por uma Articulação permanente", *Boletim O Trabalho*, nº 4 (nº 257), jul., 1987, p. 4. Cabe esclarecer que se trata de uma das edições que a corrente que se resolveu pela dissolução na Articulação publicou por um período, com o mesmo nome da publicação mantida pela OSI.
150 "Por uma Articulação permanente", op. cit., p. 172.
151 "Ou Sarney ou o povo", *Boletim O Trabalho*, nº 275, mar., 1989, p. 1.
152 "PT/SP discute o programa", *O Trabalho*, nº 278, jun., 1989, p. 6.
153 "Ainda há tempo! 3 propostas para decolar a campanha!", *O Trabalho*, nº 282, 8-29 set., 1989, pp. 4-5.
154 "100 dias de Collor e já chega", *O Trabalho*, nº 295, 19 jun.-13 jul., 1990, p. 1.
155 "Editorial", *O Trabalho*, nº 301, 26 out.-16 nov., 1990, p. 1.
156 "Declaração: uma política para todo o Partido — Pela destituição de Collor", *O Trabalho*, nº 316, 25 out.-9 nov., 1991, p. 2.
157 "1º Congresso do PT — Nada está resolvido", *O Trabalho*, nº 319, 6 dez., 1991-6 jan., 1992, p. 3.
158 Silva, Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994), op. cit., p. 182.
159 "Editorial", *O Trabalho*, nº 329, 7 out.-2 nov., 1992, p. 1.
160 Julio Turra, entrevista. São Paulo, 8 jul., 2003.
161 "O PT deve assumir sua responsabilidade — Negar ao Congresso o direito de destruir a nação", *O Trabalho*, nº 372, 1º-13 jun., 1995, p. 1.
162 O MRS começou denominando-se Movimento pela Retomada do Socialismo e atualmente se chama Movimento pela Reafirmação do Socialismo. É uma tendência interna do PT do DF, atuante nos movimentos popular e sindical, contando, atualmente, com um deputado distrital.
163 "Lançado movimento pela Constituinte", *O Trabalho*, nº 390, 27 mar.-10 abr., 1996, p. 5.
164 "Carta aberta a Zé Dirceu — Trabalhadores querem o Partido fiel às suas origens", *O Trabalho*, nº 459, 7-21 jul., 1999, p. 4.
165 Markus Sokol, entrevista. São Paulo, 18 jul., 2003.

166 "Gritaria e democracia" (editorial), *O Trabalho*, nº 465, 8-27 out., 1999, p. 1.
167 "Trotskistas ampliam sua influência dentro do PT", *Folha de S. Paulo*, 12 nov., 1990, p. A-8.
168 Julio Turra, entrevista. São Paulo, 8 jul., 2003.
169 "A constituição da IV Internacional (Centro Internacional de Reconstrução)", *O Trabalho*, nº 138, 27 jan.-9 fev., 1982, p. 12.
170 Markus Sokol, entrevista. São Paulo, 18 jul., 2003.
171 "Barcelona: um grande avanço rumo à nova Internacional", *O Trabalho*, nº 304, 25 jan.-22 fev., 1991, pp. 4-5.
172 "Tribunal julga a exploração do trabalho infantil", *O Trabalho*, nº 381, 4-17 out., 1995, pp. 4 e 5.
173 "Alemanha: a queda do Muro estremece Europa", *O Trabalho*, nº 286, 24 nov.-8 dez., 1989, pp. 6-7; e Markus Sokol, entrevista. São Paulo, 18 jul., 2003.
174 "Uma política própria na campanha pelas Diretas" (editorial), *Em Tempo*, nº 183, 26 jan.-8 fev., 1984, p. 3.
175 "Eleições diretas", *Em Tempo*, nº 190, 14-28 jun., 1984, p. 3.
176 "PT rechaça candidato único no colégio eleitoral", *Em Tempo*, nº 191, 26 jul.-8 ago., 1984, p. 6.
177 "A ausência definitiva de Tancredo e a conjuntura nacional" (editorial), *Em Tempo*, nº 199, abr., 1995, p. 3.
178 "Após o grandioso ascenso de 1985 — Aprofundar o combate e construir uma alternativa ao governo Sarney", *Em Tempo*, nº 206, dez., 1985, pp. 2-3.
179 "Greve geral retoma ofensiva contra 'Nova República'" (editorial), *Em Tempo*, nº 214, dez., 1986, p. 2.
180 "Os trabalhadores e a Constituinte", *Em Tempo*, nº 215, fev.-mar., 1987, p. 13.
181 Juarez Guimarães, "Os desafios do PT na campanha pelas Diretas", *Em Tempo*, nº 218, 15 jul.-15 ago., 1987, p. 2.
182 Silva, Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994), op. cit., p. 180.
183 "O início de uma grande jornada" (editorial), *Em Tempo*, nº 223, 15 dez., 1987-15 fev., 1988, p. 3; e "Por que o PT não deve assinar a Constituição", *Em Tempo*, nº 226, maio, 1988, p. 1.
184 "Lula: sete idéias para uma campanha", *Em Tempo*, nº 231, dez.-jan., 1989, p. 4.
185 "Dez compromissos do governo democrático-popular", *Em Tempo*, nº 235, jun., 1989, pp. 10-11.
186 "A lógica de um governo" (editorial), *Em Tempo*, nº 242, fev., 1990, p. 2.
187 Raul Pont, "Alianças com o PDT", *Em Tempo*, nº 244, maio, 1990, p. 6.
188 "Uma hipótese estratégica central", *Em Tempo*, nº 244, maio, 1990, p. 10. Um artigo em defesa da "estratégia de pinça" foi escrito por Juarez Guimarães para o nº 12 da revista do PT *Teoria e Debate*, merecendo uma

réplica da Convergência Socialista, que discordou da avaliação de que seria necessário elaborar para o Brasil uma estratégia diferente da adotada pelos bolcheviques para a Rússia. Nessa visão, tanto para a Rússia como para o Brasil a estratégia revolucionária passava por dois momentos: o primeiro seria o da construção de organismos de duplo poder das massas, e o segundo, o da tomada do poder pelas massas organizadas naqueles organismos e dirigidas pelo partido revolucionário. O acúmulo de força institucional seria uma questão tática e não uma precondição para a revolução ("Debate — 1º Congresso do PT — DS apresenta: a 'estratégia de pinça'", *Convergência Socialista*, nº 295, 20-26 jun., 1991, p. 5).
189 José Correa, "Collor, Itamar e a conjuntura", *Em Tempo*, nº 262, nov., 1992, p. 3.
190 "9º Encontro Nacional: um encontro histórico", *Em Tempo*, nº 275, maio-jun., 1994, p. 6.
191 "O PT diante do governo FHC" (editorial), *Em Tempo*, nºs 277-278, nov.-dez., 1994, p. 3.
192 "As perspectivas do PT na nova etapa da luta de classes", *Em Tempo*, nº 285, dez., 1985, p. 15.
193 "As perspectivas do PT na nova etapa da luta de classes", op. cit.
194 "DS 20 anos", *Em Tempo*, nº 307, jun., 1999, pp. 6-7.
195 "Por qual Internacional lutamos", *Em Tempo*, nº 198, mar., 1985, p. 9.
196 Juarez Guimarães, "Eleições 96: potencial de oposição", *Em Tempo*, nº 290, nov., 1996, p. 5.
197 "O PT que sai das urnas", *Em Tempo*, nº 304, nov., 1998, p. 1.
198 Silva, Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994), op. cit., p. 190.
199 "Partido dos Trabalhadores — Os novos impasses", *Em Tempo*, nº 284, out., 1995, pp. 3-4.
200 "Carta da 'Socialismo e Democracia'", *Em Tempo*, nº 285, dez., 1995, p. 3.
201 Joaquim Soriano, "11º Encontro Nacional do PT", *Em Tempo*, nº 295, ago., 1997, p. 1.
202 Raul Pont, "Orçamento e participação popular", *Em Tempo*, nº 272, out.-nov., 1993, p. 2.
203 Dainis Karepovs e José Castilho Marques Neto, "Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966)", in Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis Filho (orgs.), *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002, vol. V: Partidos e organizações dos anos 20 aos 60.
204 Murilo Leal, *À esquerda da esquerda: trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966)*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

5

O Partido dos Trabalhadores e a Conquista do Estado 1980-2005

*Paulo Henrique Martinez**

Em 27 de outubro de 2002, Luiz Inácio Lula da Silva, sindicalista e ex-operário metalúrgico, dirigente e candidato histórico do Partido dos Trabalhadores (PT), foi eleito presidente da República. Tendo recebido mais de 60% dos votos, opção de quase 53 milhões de eleitores, alcançou um dos principais objetivos do PT desde sua fundação: governar o Brasil. Decorridos dois anos e meio, mais da metade do mandato presidencial, surgiram dificuldades políticas, desencadeadas por denúncias de corrupção no âmbito do governo, operada por dirigentes do PT, funcionários nomeados e ministros de Estado, episódio que ficou conhecido como "escândalo do mensalão".

Em 25 anos de existência, buscando o compasso com os anseios populares e a mobilização social, ousado politicamente, o PT reivindicou desde o início "a necessidade da conquista do poder político" no país.[1] O partido ocupou cadeiras em todos os níveis do

---

* Professor no Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, campus de Assis (SP). Agradecimentos: a Márcia Regina Berbel, por convencer-me a escrever sobre o PT; a Francisco Alambert, Janes Jorge, José Luis Bendicho Beired e Lincoln Ferreira Secco, por me emprestarem livros e documentos; ao Núcleo de Estudos d'*O Capital*, do PT paulistano, pelo acesso a sua combativa biblioteca e ao pequeno arquivo que organizaram; a Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis Filho, por proporcionarem estímulo e confiança incomuns durante a redação do capítulo.

Legislativo, conduziu prefeituras de cidades grandes, médias e pequenas, governou estados de importância relativa e destacada e exerceu o governo da República. Revelou uma trajetória política de ritmos rápidos e intensos.

Uma periodização inicial pode auxiliar na compreensão desses aspectos. Vistas nos dias de hoje, a orientação majoritária e a trajetória do PT poderiam ser vislumbradas em três grandes momentos. O primeiro, encerrado entre 1980 e 1990, corresponde ao irrompimento do partido na arena política nacional e internacional, marcado pela oposição à ditadura militar e ao projeto político da sobrevivência institucional desta. O plano de promover uma "transição lenta, gradual e segura" para a democracia, que fora concebido no seio do regime militar, visava institucionalizar práticas de poder e de governo instauradas a partir de 1964. Podemos dizer que essa foi a fase em que a atuação política do PT esteve voltada contra a ordem estabelecida no país, ainda que o partido tenha recorrido aos canais institucionais em vigor como forma de crítica e de negação política, participando de todas as eleições diretas realizadas e da Assembléia Constituinte e exercendo a administração municipal em diferentes regiões do Brasil.[2]

Um segundo momento da atuação do PT pode ser identificado pelo empenho contínuo em vencer as eleições para a presidência da República, meta definida como prioritária em 1991, no I Congresso do PT, e atingida em 2002, com a quarta tentativa seguida de eleição de Lula. Essa segunda etapa é caracterizada na história brasileira pelo triunfo das proposições do neoliberalismo, não apenas no Brasil, mas também em vários países latino-americanos, e assinala uma fase de atuação do PT orientada predominantemente para a oposição dentro da ordem estabelecida, sem apreço político pela idéia de revolução e de transformações radicais na organização econômica e social do país.

A pujança econômica do capitalismo em escala mundial, a disseminação das proposições do neoliberalismo, a derrota eleitoral dos

sandinistas na Nicarágua, a estagnação do socialismo cubano, a liberação econômica e a repressão política na China, o fim do socialismo na Europa oriental e a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) foram importantes imposições externas, materiais e simbólicas, que devem ser consideradas na compreensão do desprestígio conhecido pelo marxismo entre os movimentos sociais e as organizações políticas na passagem para este século. O PT, que desde os anos de sua formação e consolidação tivera grande presença de militantes e dirigentes marxistas, também conheceu o influxo dessa corrente política e ideológica no seio de seus quadros e das formulações políticas partidárias.

O exercício do mandato presidencial, entendido como a realização do objetivo maior perseguido pelo PT na década de 1990, abre uma terceira fase na história do partido, igualmente tensa e conflituosa, como as fases anteriores, e constitui um processo em aberto, motivo pelo qual esse período não será contemplado aqui.

Os méritos e limites que as estratégias políticas e eleitorais definidas pelo PT revelam na condução do governo são questões que extrapolam as dimensões e sentidos do presente volume e deste capítulo, muito embora marxistas de dentro e de fora do partido elaborem análises e avaliações políticas e ideológicas quanto a essa singular experiência na história brasileira. Inegavelmente, esta terceira fase da história do PT ainda deverá ser alvo de análise e de investigação pelos historiadores da nossa história política e do marxismo no Brasil. Nesse ponto, a questão da reforma social induzida a partir do Estado, ou de cima para baixo, poderia ser um dos focos nas futuras análises.

Duas grandes contradições emergem quando pensamos o percurso histórico do PT e, no seio deste, a relação do partido com as formulações políticas, teóricas e práticas, do marxismo. A primeira talvez seja a principal contradição enfrentada pelo PT. Enquanto partido nascido e expandido sob orientação socialista e de massas, o PT cresceu política e eleitoralmente em um momento da vida bra-

sileira marcado pela crise econômica e política, a década de 1980, e, no plano externo, pelo desabamento do socialismo e das proposições de igualdade social, sob o neoliberalismo e o impulso crescente de internacionalização da economia capitalista. Ou seja, o PT despontou como alternativa tanto ao regime político e ao modelo econômico que estavam desaparecendo, herdados da ditadura militar, quanto ao projeto político do Estado mínimo e da abertura da economia regida pelo livre mercado, projeto que estava em ascensão e vigorou no Brasil durante a década de 1990.

Emerge, então, uma segunda contradição, que toca diretamente o governo Lula. Eleito para transformar o país, sua prática política e administrativa reitera padrões convencionais e arraigados na vida política nacional e contempla os interesses mais entranhados do capitalismo no Brasil. Contribuir para a elucidação dessas duas contradições constitui o objetivo do presente capítulo.

A estratégia que prevaleceu nos 25 anos de existência do PT foi a da disputa pelo sistema de poder do Estado capitalista, combinando e privilegiando diferentes formas de ação política. Na década de 1980, houve uma articulação mais expressiva entre a competição eleitoral e o confronto, aberto e direto, dos trabalhadores e das massas populares contra a ordem social estabelecida e suas instituições. Já na década de 1990, sobressaiu a disputa pela hegemonia política e eleitoral e pela ocupação de postos governamentais e parlamentares. O controle das instâncias partidárias e das esferas de governo concentrou os interesses e as preocupações dos dirigentes do PT. Essa forma de atuação política e de conduta eleitoral foi vitoriosa nas eleições de 2002, levando Lula à presidência da República.[3]

A inspiração para pensar a trajetória do PT e o marxismo, para além dos acontecimentos e em seus significados mais profundos, foi encontrada na fórmula da "conquista do Estado". No plano teórico, a noção foi elaborada pelo pensador marxista italiano Antonio Gramsci e publicada, em 1919, no jornal *L'Ordine Nuovo*.[4] A "conquista do Estado" pressupõe tanto a reorganização das atividades

quanto a criação de novas instituições estatais pelo partido que ascende ao poder político. A reforma e a construção de um novo tipo de Estado seriam, sempre, um processo aberto e em desenvolvimento. Se, por um lado, é fato que a vitória eleitoral do PT, em 2002, não significou a ascensão de uma política de orientação socialista do Estado brasileiro, por outro, e também é fato, foi a primeira vez que um partido de matriz operária e identidade com as classes trabalhadoras ocupou o governo da República no Brasil. Na fórmula de Gramsci da "conquista do Estado" estaria implícita, também, a institucionalização de uma consciência e de uma vontade de transformação da realidade política e econômica.

Essa consciência e essa vontade, por sua vez, sempre estiveram presentes nos projetos políticos e eleitorais do PT. Idéias como a liberdade de organização, de expressão e de participação política; o exercício da democracia direta, na qual as propostas de criação de conselhos populares e do orçamento participativo foram as mais emblemáticas; processos decisórios mais democráticos na contemplação do interesse e da opinião da maioria, fosse da população ou dos filiados ao PT; a organização como primeiro passo para a intervenção política, contra o "capital monopolista" e a "exploração do homem pelo homem", pela distribuição de renda e mesmo por "um governo dos trabalhadores", integraram o universo de proposições do PT.[5]

No âmbito dos procedimentos metodológicos, foi adotada, ainda, a idéia de processo, que transcorre sob os fatos que compõem a superfície do jogo e das disputas políticas. Pensar a trajetória do PT, desde a fundação até a chegada ao governo da República, tendo como referência inicial a fórmula da "conquista do Estado" é o exercício de análise proposto. Portanto não se trata, aqui, de testar a validade de uma hipótese teórica ou metodológica contida na noção elaborada por Gramsci, mas de, a partir desta, iniciar uma reflexão sobre o PT e os projetos políticos que o partido encarnou em sua atuação e inserção na vida nacional nas duas últimas décadas do século XX.

A reunião de informações que permitissem uma visão de conjunto da reflexão política do PT em torno da conquista do Estado, a prospecção de temas e de questões para estudos futuros e para novas pesquisas, além da identificação de elementos que possibilitassem análises comparativas com outras experiências partidárias, no Brasil ou no exterior, foram as principais motivações para a elaboração deste capítulo.

A documentação utilizada foi o volume de *Resoluções de encontros e congressos* realizados pelo PT. A escolha desse conjunto de documentos derivou de uma observação de Serge Berstein. Na opinião desse historiador, em partidos com origem exterior ao Parlamento, reside na "base militante representada nos congressos a fonte essencial do poder partidário". Esse é o caso do PT.[6] Ao conferir maior atenção a esses documentos, não houve a intenção de preterir outras fontes, igualmente importantes, porém menos adequadas para os propósitos aqui perseguidos. Um elenco de possibilidades documentais para a história do PT é proposto ao final deste capítulo.

Uma última observação é necessária. Os momentos de elaboração política não correspondem aos de maior tensão e conflitos políticos e ideológicos. São sempre antecessores e posteriores a eles. Nesse sentido, seria preciso um exame das condutas do PT durante os sucessivos embates eleitorais — desde 1982 e em todos os níveis — e políticos, como as campanhas pelas Diretas-Já e pela Assembléia Nacional Constituinte, o Fora Collor!, o governo paralelo, as Caravanas da Cidadania, a organização do Fórum Social Mundial, entre outros. Estes foram momentos de ação política, e não de reflexão, e constituem situações em que a elaboração política, anteriormente formulada pelo partido, foi posta à prova pela realidade.

A formação do PT

A economia e a sociedade brasileiras conheceram, a partir dos últimos anos da década de 1960 e ao longo da de 1970, a diversificação

e a intensificação das atividades da grande indústria. Uma notória expansão e modernização técnica da produção econômica ocorreram sob a ditadura militar. Um dos efeitos desse processo foi a concentração de milhares de trabalhadores em pólos industriais e cidades circunvizinhas, em diferentes estados do Brasil. O ABC paulista foi a concentração urbana e industrial mais emblemática, do ponto de vista político e econômico, que emergiu nesse período.

Na segunda metade da década de 1970, as condições do trabalho e do cotidiano nas fábricas, a precariedade das estruturas urbanas, o arrocho salarial e as sucessivas crises na economia, além da repressão política ininterrupta, despertaram o espírito associativo e de solidariedade, a criação de órgãos de apoio, de instituições de assistência social e de jornais, a revitalização de sindicatos e a ação dos partidos políticos entre os trabalhadores urbanos nos pólos da moderna indústria no país.

No Brasil dos anos 1970 e 1980, a crise econômica alimentada pela dívida externa e pelo esgotamento do modelo de desenvolvimento desembocou em desemprego, inflação, baixos salários e queda nas atividades fabris. Essa crise acirrou tanto os conflitos políticos em torno dos meios para sua superação, comprimindo a "transição lenta, gradual e segura", quanto os conflitos sociais, protagonizados por empresários, trabalhadores e o Estado. Esses confrontos dinamizaram as disputas pela direção e pela organização da sociedade.

A resistência pela mobilização e a busca de inserção política pelos diferentes sindicatos de trabalhadores resultaram — entre outros movimentos pela organização sindical e política — na criação do PT, em 1980. O Partido dos Trabalhadores surgiu da necessidade que muitos sindicalistas entendiam existir de organização política como meio de transformação e de desenvolvimento das relações sociais no país. A experiência dos embates sindicais e das greves constituiu um padrão de educação política para a crítica e a negação da realidade histórica brasileira naquele momento. E a prática

cotidiana nos enfrentamentos com os empregadores e o Estado foi eleita a escola de formação política do PT, calibrando o significado do lema "A luta continua" e das assembléias e núcleos de base como motores da ação e da organização partidárias.[7]

O Partido dos Trabalhadores, como instituição, surgiu com uma determinação e se investiu de um papel. Tratava-se de rejeitar uma situação social, política e econômica que caracterizava a crise da ditadura militar.[8] Nesse sentido, agregou indivíduos, grupos políticos e movimentos sociais oposicionistas e críticos ao regime.

A base social que constituiu o PT era composta fundamentalmente por operários da indústria, como metalúrgicos, químicos, petroleiros, coureiros, vidreiros, e do setor de serviços, como os empregados em empresas de transporte, bancários, pequenos proprietários e trabalhadores rurais sem terra, além de funcionários públicos, como professores das redes municipais e estaduais de ensino.

A composição dessa base social agregava ainda inúmeros segmentos politicamente radicalizados da classe média, vinculados pelo trabalho e pela participação em diferentes movimentos associativos e reivindicatórios, majoritariamente urbanos, por habitação, salários, empregos, educação e saúde. Esses movimentos sociais reuniram inúmeros indivíduos e grupos sociais, profissionais e políticos, formados por estudantes, médicos, jornalistas, advogados, economistas, técnicos, professores universitários, ambientalistas e engenheiros, aos quais se somavam militantes de organizações que lutavam contra a ditadura, dirigentes dos movimentos estudantis das décadas de 1960 e 1970, líderes religiosos e agentes comunitários da Igreja católica.

O vínculo com o universo do trabalho, assalariado predominantemente, assegurou a identidade social que o nome do novo partido procurou moldar: dos Trabalhadores. A organização do PT correspondeu a uma reação desses segmentos operários e das classes médias urbanas, que se encontravam estrangulados pela ordem política e econômica da ditadura militar, pela carestia e pela in-

flação, além das perspectivas do desemprego e da queda no padrão de renda e de consumo. Essa nova ossatura da sociedade civil era filha da urbanização e da industrialização amplificada sob o "milagre econômico" dos governos militares. A ditadura produziu uma nova base social e, logo, sua crise de legitimidade adicionou o fermento para a contestação política e social da década de 1980.

A mobilização, a articulação e a catálise política da insatisfação social, reinante no Brasil nos últimos anos da década de 1970, pela oposição ao regime militar, encontraram na constituição de um novo partido um de seus elementos mais dinâmicos. O movimento pela formação do Partido dos Trabalhadores adquiriu visibilidade pública ao longo de 1979, com a extinção do bipartidarismo animado pela governista Aliança Renovadora Nacional, a ARENA, e pelo oposicionismo do Movimento Democrático Brasileiro, o MDB. Já em janeiro de 1979, em reuniões sindicais ocorridas em Porto Alegre e em Lins, no interior paulista, falava-se abertamente nesta meta: a criação de um partido político que afirmasse a independência política e a autonomia organizativa dos trabalhadores perante o Estado e os partidos então existentes.

No IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, realizado em Lins, no oeste do estado, foi apontada a combinação das duas necessidades que o movimento sindical deveria atender naquele momento: por um lado, a "construção da independência política dos trabalhadores" e, por outro, "um instrumento de luta pela conquista do poder político". Diante da confluência dessas necessidades, esse congresso propunha a organização de um partido político e a elaboração de um manifesto pela construção dele, o Partido dos Trabalhadores.[9]

A "Carta de princípios" do PT, aprovada por sua Comissão Nacional Provisória em maio de 1979, reforçou a alteridade política e social entre empresários e trabalhadores, patrões e empregados, exploradores e explorados, opressores e oprimidos. A explicitação das reivindicações econômicas e sociais, de uma concepção da de-

mocracia própria dos trabalhadores e direta e da refutação ao domínio e à exploração dos trabalhadores pelo capital monopolista seria uma atribuição do PT. O partido deveria buscar "apoderar-se do poder político e implantar o governo dos trabalhadores".[10] Em outubro, a "transformação da ordem econômica, social e política", o fim da opressão e da exploração e a democratização não apenas das instituições políticas, mas da sociedade brasileira, eram reiterados na "Declaração política" emitida pelo PT.

A leitura dos documentos elaborados em prol da formação do PT, ao longo de 1979, permite perceber que, se a transformação da estrutura econômica do país era tratada de forma genérica e bastante abrangente, a contestação à dominação política e ideológica dos trabalhadores esteve muito presente, até de maneira forte e contundente. Esse aspecto põe em realce a conquista do poder político no Brasil pelo embrionário Partido dos Trabalhadores, inscrito na vaga consignada a "um governo dos trabalhadores" e aprovada pela Comissão Nacional Provisória, então composta por representantes de seis estados da federação brasileira.[11]

O PT contra a ordem (1980-1990)

Em sua primeira década de existência, a atuação do Partido dos Trabalhadores no cenário político brasileiro foi marcada pela busca da condução do governo e da direção do Estado. Esse empenho esteve concebido em estreita ligação com a "negação da ordem capitalista e com a construção do socialismo", conforme definiria, por exemplo, o V Encontro Nacional, realizado pelo partido em 1987.[12] A disputa pelo controle do Estado lançou o PT à necessidade de algumas definições que envolviam o relacionamento do partido com as instituições políticas existentes no país, como as prefeituras e a atuação nas instâncias do Legislativo, além da questão do papel conferido à democracia e do socialismo.

Essas questões estiveram presentes na elaboração política do PT, veiculada em documentos e resoluções partidárias, e não serão alvos de consideração, dado o espaço que demandariam, o qual extrapolaria os limites do presente capítulo. Ficam, porém, enunciadas e serão referidas aqui apenas na medida em que permitam aprimorar a compreensão da estratégia de conquista do poder trilhada pelo PT em sua história política. Acredito que tais questões poderão ser facilmente retomadas pelo leitor interessado, a partir das fontes utilizadas, de outros documentos e do que vai exposto nas páginas que se seguem.[13] Antes de prosseguir, cabe registrar dois aspectos da conjuntura política no início da década de 1980.

O primeiro é o fato de a oposição ao regime militar encontrar-se cerceada em suas ações de organização, debate, propaganda e atividades políticas. O discurso ideológico foi um recurso exaustivamente explorado durante o confinamento imposto pela crise da ditadura. O PT acolheu diversas correntes políticas que, por seus ideais e programas e limitadas pela repressão legal e ilegal do regime militar, tinham no discurso ideológico sua forma de expressão mais contundente e visível.[14]

O segundo aspecto diz respeito ao cenário internacional, que também proporcionava fortes apelos ao ideário e ao discurso ideológico da esquerda. Na América Latina, os êxitos econômicos e sociais em Cuba, a tomada do poder pelos sandinistas na Nicarágua, em 1979, e a intensificação crescente da luta guerrilheira em El Salvador sugeriam um futuro continental socialista, com as dificuldades inerentes a esse processo de transformação social.[15] Na Europa, o Partido Socialista e o Comunista haviam protagonizado a transição para a democracia em Portugal. Entre agosto de 1980 e fins de 1981, o sindicato Solidariedade, na Polônia, reivindicou autonomia de organização dos trabalhadores, desafiando o governo e a preponderância soviética naquele país. Em 1981 e 1982, os socialistas foram eleitos na França, na Grécia e na Espanha. A passagem da década de 1970 para a de 1980 foi um momento de encoraja-

mento e de inspiração para os movimentos socialistas e para a esquerda em geral.[16]

O PT ingressou na vida política e partidária reivindicando a constituição de uma alternativa de poder político e econômico na sociedade brasileira, que assegurasse a liberdade de expressão, de organização e de participação dos trabalhadores na condução dos rumos do país. A "luta contra o capital" e o ideal de uma "sociedade sem explorados e sem exploradores" foram referências em seu manifesto, no programa e em proclamações públicas do partido em seus primeiros anos de atuação.[17]

A realização de eleições, em 1982, permitiu ao PT reiterar o compromisso com o que denominou a "construção de um novo poder". Sem explicitá-la, porém, destacava a diferença entre a conquista de cargos executivos nos estados e nos municípios e a conquista do poder propriamente dito. O exercício dos governos estaduais e municipais foi concebido, naquele momento, como uma "alavanca na organização e mobilização dos trabalhadores na perspectiva da construção do poder popular". Uma indefinida "maneira inteiramente nova de fazer política" foi apontada, ainda, como capaz de "conduzir a uma sociedade socialista".[18] O saldo eleitoral do PT foi a eleição do operário e sindicalista Gilson Menezes para a prefeitura de Diadema, o D na região do ABC paulista, além de vereadores e deputados estaduais e federais em algumas cidades e estados do Brasil.[19]

Em dezembro de 1983, o PT desencadeou uma campanha pelo voto direto na eleição do presidente da República prevista para 1985. Ao longo dos primeiros meses de 1984, foram realizados comícios e manifestações públicas pelas Diretas-Já. A mobilização popular logo contou com a participação de outros partidos oposicionistas, como o PMDB e o PDT, e angariou adesões e apoios também no seio do partido governista, o PDS. A rejeição da emenda constitucional que restabelecia a eleição direta para a presidência da República, em abril, cristalizou uma aliança política entre oposição e inte-

grantes do regime militar para a eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney no colégio eleitoral, a ser reunido em janeiro de 1985. O PT não endossou a composição entre partidos da oposição e o chamado grupo dos "liberais" do governo militar, não compareceu à votação indireta e expulsou da sigla três deputados federais, que, contrariando a orientação do partido, votaram na chapa da Aliança Democrática contra Paulo Maluf, ex-governador de São Paulo e candidato do PDS.[20]

Ao governo da autodenominada Nova República, o PT moveu críticas e oposição intensas. A mobilização popular na campanha das Diretas-Já alimentara a decisão do PT de constituir-se em uma alternativa política de expressão, organização e realização dos anseios populares. Permitiu ao partido reafirmar a meta de ser governo no Brasil e a intenção de "mudar a natureza e o caráter do Estado" e da sociedade. Ser governo e conquistar o poder, porém, não eram considerados medidas equivalentes pelo partido. A construção de um poder que estivesse enraizado nas bases da sociedade, junto aos movimentos populares, aos sindicatos e às demais "formas de organização dos explorados", era considerada vital para impulsionar as "transformações econômicas, sociais e políticas desejadas pelos trabalhadores e a maioria da população". A criação de "conselhos populares" foi apontada como um instrumento na construção desse poder, capaz de proporcionar o "acúmulo de forças" e o crescimento da "alternativa popular". Todo esse esforço era traduzido pelo PT como a luta pelo socialismo.[21]

O traçado desse percurso sinalizava em sentido contrário aos rumos seguidos pelo governo Sarney, os da "transição democrática", avaliada como conservadora, e ao pacto social, que, na opinião do PT e do movimento sindical a ele vinculado, almejava obter dos sindicatos uma postura menos combativa e intransigente, subordinando-os aos interesses do capital nacional e estrangeiro. A linha de ação política que o PT procurou estabelecer foi denominada nos documentos partidários de uma "alternativa democrática e po-

pular" à situação política vivida no país.[22] As eleições para as prefeituras, ocorridas em 1985, revelaram expressivo aumento de votos no PT. O partido venceu a disputa em Fortaleza e ampliou a votação nas regiões metropolitanas, como em São Paulo, onde a sigla ficou em terceiro lugar.

A atribuição de poderes constituintes ao Congresso Nacional, que seria eleito em 1986, lançou o PT diante de novos desafios em sua atuação na esfera institucional. Embora defendesse a convocação de uma Assembléia Constituinte exclusiva, o PT elegeu 16 deputados federais constituintes naquelas eleições, fortemente marcadas pelo impacto do plano econômico que congelou preços e salários, assegurando maciça votação nos candidatos que concorreram pelo PMDB. A bancada do PT reuniu dois representantes do Rio Grande do Sul, oito de São Paulo, dois do Rio de Janeiro, três de Minas Gerais e um do Espírito Santo.

A participação nos trabalhos constituintes foi percebida pelo PT como uma oportunidade para promover reformas estruturais ou para criar as condições para sua realização no Brasil. O partido solicitou ao professor Fábio Konder Comparato, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, uma proposta de Constituição para o Brasil, apresentada em fevereiro de 1986. A essa proposta de texto constitucional, o Diretório Nacional do PT incorporou sugestões e proposições emanadas de outras instâncias partidárias, de entidades da sociedade, da bancada eleita pelo PT e de seus assessores para assuntos jurídicos e constitucionais. Em maio de 1987, a bancada do PT apresentou esse projeto de Constituição à Assembléia Nacional Constituinte.[23]

A ampliação dos espaços democráticos e de intervenção da sociedade nos destinos do país foi apontada como passo importante para a adoção de futuras e profundas mudanças. Entre estas, o PT enumerava a supressão "definitiva da exploração e da opressão sobre o povo brasileiro". A ruptura com a "ordem burguesa", a organização de uma sociedade sem classes e igualitária e o socialismo, entendido

como o atendimento de "necessidades materiais, sociais e culturais" da população, seriam os desdobramentos perseguidos por uma política de "acúmulo de forças", da ampliação dos espaços democráticos e de "conquistas populares". Atrair as "grandes massas", notadamente as que permaneciam alheias à participação política, e colocá-las sob a hegemonia do PT era o desafio que permeava as ações do partido. A incorporação desses segmentos foi encarada como uma condição para a "conquista ou manutenção do poder político".[24] Nessa perspectiva, o PT considerou o texto constitucional, promulgado em outubro de 1988, muito distante das necessidades e das expectativas da maioria da população brasileira, despertando nos deputados constituintes do partido o repúdio à assinatura da Carta.[25]

A atuação do PT na Assembléia Constituinte e a perspectiva de realização de eleições diretas para a presidência da República, esperadas para 1988, mobilizaram o partido e os debates em seu interior. Duas questões foram abordadas como importantes para a participação do PT nas disputas da conjuntura política pós-constitucional e nas eleições. A primeira questão foi a elaboração de um programa para transformações no sistema econômico, social e político do país e que o conduzisse ao socialismo. A outra era a definição do arco de alianças políticas e sociais que o partido deveria constituir para a consecução desse objetivo. O V Encontro Nacional do PT, realizado em dezembro de 1987, procurou dar respostas a esses desafios.

O estabelecimento de um "governo democrático e popular", antimonopolista, antiimperialista, antilatifundiário e promotor de uma radical democratização do Estado e da sociedade, fora apontado como a alternativa do PT à crise política vivida sob a Nova República. Essa crise era entendida pelo partido como uma crise de dominação burguesa, mas não uma crise do Estado ou do regime político capitaneado por essa classe social. Diante desse quadro, caberia ao PT fortalecer-se enquanto instituição partidária e apoiar

a organização da CUT, a Central Única dos Trabalhadores, como pólo de aglutinação e de contestação política e social das classes trabalhadoras. Enfim, a cristalização do PT, como partido socialista, e da CUT, como central sindical classista, eram as "tarefas políticas" que o partido teria que enfrentar. Estas, por sua vez, deveriam ser articuladas "com a negação da ordem capitalista e com a construção do socialismo". Somente assim, a "tarefa histórica" do PT poderia ser alcançada: a "organização e direção da base social e política na luta pela conquista do poder".[26]

A definição de um programa "democrático e popular", que resultasse na conquista do poder, na mudança da direção dos destinos do país e na transformação socialista do Brasil pelas classes trabalhadoras, requeria, para tanto, uma consistente política de alianças para assegurar as ações que um "governo controlado pelos trabalhadores" poderia desencadear.[27] O leque de alianças almejado pelo PT englobaria, fundamentalmente, os trabalhadores assalariados e os segmentos sociais que vivessem em contradição com o capitalismo, como os pequenos proprietários, as camadas médias, a pequena burguesia e a "intelectualidade progressista e democrática". As resoluções do V Encontro Nacional destacariam que, para o PT, "não há aliança estratégica com setores da burguesia". A luta pelo poder político estaria enlaçada com as lutas dos movimentos sindicais e populares, mobilizando-os, de forma a proporcionar a "unidade de ação política da classe trabalhadora" em uma "frente única classista".[28] Era da articulação entre as lutas sindicais e populares, a construção partidária e a "estratégia de luta pelo poder" traçada pelo PT que se esperava a aparição de condições para futuras transformações socialistas.[29]

A definição, pela Assembléia Constituinte, do mandato presidencial com duração de cinco anos transferiu para 1989 a realização da eleição direta para a presidência da República. Esta ocorreria isoladamente, sem coincidir com a eleição para os demais cargos no Legislativo e no Executivo. Nas eleições municipais, realizadas

em 1988, o PT elegeu prefeitos em 38 cidades do país, entre elas três capitais: Porto Alegre, São Paulo e Vitória. O expressivo crescimento eleitoral do PT foi traduzido pela obtenção de cerca de 12% da votação nacional.

A eleição presidencial de 1989 abriu ao Partido dos Trabalhadores a oportunidade de disputar a direção da sociedade e do Estado brasileiro. O problema do poder colocava-se, agora, concretamente diante do partido. O objetivo estipulado pelo PT foi a "conquista de um governo democrático e popular". Essa meta política era encarada como possível, diante de uma conjuntura que o partido classificou como a do "início da crise do regime" e de "questionamento da própria dominação de classe". Na avaliação que realizou em junho daquele ano, o PT vislumbrava condições para exercer o governo federal e, partir deste, "desencadear um grande processo de mudança social e política" em direção a uma "sociedade socialista".[30]

Um eventual governo sob o comando de Lula e do PT teria como objetivo a construção de um poder alternativo, lastreado em amplas liberdades, em mudanças econômicas e na busca da igualdade social. Dadas a conjuntura de crise enfrentada pelo governo Sarney e a desmontagem da aliança que sustentara a Nova República, o PT recomendou o "incremento dos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores" e a recusa de "qualquer tipo de *pacto* com o campo dominante" e cogitava, ainda, a "construção de embriões de novos organismos de controle e de poder popular". Contudo, se, por um lado, a disputa pela presidência da República permitiria levar a luta social e política "para o centro do poder do Estado", por outro, o PT não concebia a vitória de Lula nas eleições presidenciais como a "conquista plena do próprio poder político". Este deveria ser alcançado mediante a vontade, a mobilização e a luta da ampla maioria da população e não com uma "tomada do poder", por meio de um golpe, por exemplo. Muito embora o PT clamasse por uma "vitória sobre a burguesia e seus aparelhos ideo-

lógicos de dominação", afirmava também que um governo que tivesse Lula na presidência da República necessariamente entraria em choque com as estruturas e os interesses do capitalismo. Apenas o respaldo fornecido pelo partido, com a obtenção da hegemonia política, social e ideológica, poderia assegurar a construção de uma "alternativa de poder democrático, socialista e revolucionário".[31]

O elevado grau de concentração de poder na esfera do governo federal, ao mesmo tempo em que era criticado, foi visto pelo PT como oportuna alavanca para operar transformações econômicas e sociais a partir do Estado. A capacidade de ação estatal, por exemplo, com o planejamento e a orientação da economia, deveria ser acionada para promover tanto a distribuição de renda quanto uma indefinida "modernização" das atividades econômicas no país.[32]

O ano de 1989 concentrou uma realidade dura e cruel para o discurso ideológico de inspiração socialista e revolucionária. A violenta repressão do governo chinês ao movimento de estudantes e de outros manifestantes na Praça da Paz Celestial, em Pequim, e a queda do Muro de Berlim comprimiram convicções e reforçaram a propaganda de que havia ampla rejeição aos ideais do socialismo, e da esquerda em geral, em diferentes partes do mundo. A derrota de Daniel Ortega, presidente e candidato dos sandinistas, em eleições presidenciais diretas na Nicarágua, em fevereiro de 1990, foi outro efeito tardio desse abalo. Ainda assim, o candidato Fernando Collor de Mello teve que recorrer a acusações de cunho pessoal e a manipulações políticas, contando com o apoio de grandes meios de comunicação de massa, para ultrapassar Lula apenas na última semana antes das eleições e vencê-las com a vantagem de 4 milhões de votos.

A derrota de Lula nas eleições presidenciais não sepultou as expectativas de uma alternativa de poder político que o PT pretendia encarnar. E o partido marchou para as eleições gerais de 1990, conferindo maior valor à ação institucional enquanto frente de ação política, sublinhando, porém, que o partido não aceitava a restrição

nem a subordinação a essa forma de atuação. O partido também passou a chamar a atenção de seus dirigentes, militantes e ocupantes de postos no Legislativo e no Executivo para a necessidade de o PT assumir a direção política de "todos os oprimidos pelo capitalismo brasileiro por uma nova sociedade", reiterando a convicção de que o partido se constituía, notadamente a partir de 1988, em uma "alternativa real de poder" político no país.

A ênfase nesses aspectos foi conseqüência direta e imediata do resultado das eleições presidenciais em 1989. A advertência lançada no VII Encontro Nacional do PT, ocorrido em junho de 1990, por maior dedicação e inovação na gestão democrática das prefeituras sob o comando do partido e pela atenção aos segmentos desorganizados da sociedade ressoava as críticas às administrações municipais do PT, desferidas pelos vários adversários ainda no primeiro turno, e as alusões feitas por Fernando Collor de Mello, durante a campanha eleitoral e, depois, no governo da República, aos "descamisados" e aos "pés descalços".[33]

Para responder a essa situação, o PT advogou a necessidade de refinar sua elaboração política sobre o papel do Estado, com o objetivo de democratizá-lo, conferindo-lhe maior expressão, participação e representação popular como anteparos à "lógica estrita do mercado e do capital". Uma politização maior e mais ideológica na oposição ao sistema político e ao governo federal também era apontada como necessária. Tratava-se, agora, de aprimorar a compreensão do partido sobre a economia de transição do capitalismo para o socialismo e também de negar a prioridade da "burguesia" na gestão do Estado.[34]

O exame da trajetória do PT na década de 1980 permite estabelecer algumas linhas de continuidade e de mudança na busca que o partido empreendeu pela "conquista do Estado". Trata-se, aqui, apenas de enumerá-las, pois haveria que considerar vários aspectos, relacionados com as práticas institucionais do partido. O destaque seria para o estudo sobre a valorização da democracia, a noção

de hegemonia, as táticas políticas e eleitorais do partido e o socialismo. Essas questões demandam maior esclarecimento específico e podem constituir um programa de investigações sobre a elaboração política e ideológica do PT.[35]

O PT dentro da ordem (1991-2002)

O I Congresso do PT, realizado em novembro de 1991, destacou a necessidade da constituição do PT como alternativa política ao governo Collor e da democratização do poder, além de definir alguns papéis na ação do Estado e do governo. A gestão política do país, com vistas a sua transformação, foi um dos pontos centrais nos debates daquela reunião partidária, que procurou fixar o caráter democrático e anticapitalista do partido.[36]

A cristalização do PT como alternativa política, de fiscalização e de contraponto às ações do governo federal encontrou na organização do governo paralelo, em 1990, e sob a coordenação-geral de Lula, um espaço para a apresentação de propostas, projetos e debates considerados importantes na disputa pela hegemonia política, a partir do diálogo com os movimentos sociais e do fornecimento de referências para a ação legislativa e das administrações municipais do PT.[37] O governo paralelo, que em 1993, mesmo após o afastamento de Collor da presidência da República, ainda estava em atividade, foi organizado em 16 coordenadorias das seguintes áreas temáticas: economia, saúde, cultura, educação, comunicações, desenvolvimento regional, relações exteriores, ciência e tecnologia, energia e mineração, meio ambiente, justiça e segurança, reforma constitucional, reforma administrativa, trabalho e previdência, defesa da cidadania e combate à discriminação, agricultura e reforma agrária.[38]

A democratização do poder foi vista como uma exigência fundamental no enfrentamento daquele que foi definido como um "de-

safio profundamente socialista", o de "incorporar plenamente à vida política os milhões de marginalizados existentes no Brasil".[39] Na superação desse desafio, não caberia, por exemplo, "a idéia de democratização da sociedade a partir do Estado", a exemplo do que havia sido praticado nos países do denominado "socialismo real", sem democracia e sem liberdade. O socialismo era, então, proclamado como a "radicalização da democracia" e não como a "realização estatal da utopia". Uma democracia socialista deveria distanciar-se do Estado, fortalecendo o controle deste pela sociedade civil, pela legitimação majoritária do poder político, pelo respeito às minorias e pela alternância no poder. A "nova cidadania", almejada pelo PT, não estaria limitada "à democratização e à revitalização da política apenas a partir do Estado". O projeto do PT para a democratização do poder colocava no horizonte político a "extinção das desigualdades de classes e do Estado enquanto aparelho de dominação".[40]

A ação que o governo federal e o Estado brasileiro poderiam desempenhar nesse processo de mudanças políticas estaria voltada para a consolidação da hegemonia dos partidos e dos segmentos sociais aglutinados no projeto formulado pelo PT. Ao Estado caberia exercer uma função reguladora na economia nacional, pela atuação das empresas estatais, pelo desenvolvimento de políticas setoriais e pela legislação, e empreender a "repartição cada vez mais igualitária do produto social". O planejamento econômico, a distribuição de renda, o alargamento da cidadania e a democratização do Estado e da sociedade foram balizas propostas para a ação do governo e do Estado no Brasil.[41]

A revisão da Carta Constitucional de 1988, prevista para 1993, e a regulamentação de inúmeras disposições ali contidas foram apontadas como caminhos para a promoção do fortalecimento da sociedade civil, de maior controle social sobre o Estado e suas instituições, além da democratização das Forças Armadas e dos meios de comunicação de massa. A menção à necessidade de melhor qua-

lificação do trabalho parlamentar desenvolvido pelo PT, propondo alternativas à crise, fosse pela democratização do Estado e do próprio Parlamento, fosse através de políticas públicas, calçou a atuação institucional em busca da hegemonia política, rumo à disputa pelo governo federal em 1994. Para tanto, além de partidos e de movimentos sociais, as alianças políticas deveriam contemplar os "setores desorganizados e marginalizados da população", dilatando o arco de eleitores e a base social de apoio a um governo liderado pelo PT.[42]

No início da década de 1990, a estratégia política do PT orientou-se para a conquista da presidência da República, tendo como meta a inauguração de "um período de profundas mudanças estruturais". A ruptura com as estruturas então em vigor deveria resultar de uma "revolução democrática", operada pela disputa da hegemonia dos trabalhadores na sociedade brasileira e na qual o governo federal constituía peça decisiva. A "alteração mais radical das relações políticas e sociais" constituía o projeto estratégico do partido. Foi nesse sentido que a chegada ao governo federal catalisou a ação política e eleitoral do PT, como ponto de partida para "a construção de um novo modelo econômico, político e social", já em 1994.[43]

Nesse momento, as partes do projeto político do PT vão-se encaixando, ganhando forma e sentido. A unidade entre a democracia social e a democracia política foi considerada indissolúvel pelo partido, que a associou ao próprio socialismo, tomado como sinônimo de liberdade e de igualdade. A reafirmação da "luta por uma sociedade socialista e democrática, sem explorados e sem exploradores", demandava, assim, a ação do Estado na redistribuição da renda e, logo, a necessidade da chegada ao governo federal, como ato desencadeador das mudanças propugnadas pelo partido.[44]

A mobilização popular foi considerada o motor dessa "revolução democrática", tanto para conduzir à vitória eleitoral nas eleições de 1994 quanto para garantir a implementação do programa de go-

verno transformador da realidade brasileira. A eleição nacional foi concebida pelo PT como um "plebiscito sobre as reformas estruturais", que, graças à mobilização popular, poderia ser transformado em uma grande campanha pelas tais reformas. Essa eleição permitiria, também, colocar em "novo patamar a luta pelo socialismo", uma vez que um eventual governo Lula adotaria reformas democráticas e populares, impingindo a derrota ao projeto neoliberal e colocando um fim no "secular domínio das classes dominantes na política brasileira".[45]

É na segunda derrota eleitoral de Lula, nas eleições de 1994, quando Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente da República, com o apoio da ala partidária conservadora, tendo o PFL indicado o senador pernambucano Marco Maciel para vice-presidente, que deve ser buscada a nova guinada pragmática do PT, a cerrada oposição no Congresso e na sociedade às políticas governamentais, a retomada do controle da direção partidária pelas correntes empenhadas na vitória nas urnas e o endurecimento das disputas internas com as correntes de esquerda do partido. Esse esforço se traduziu na composição e no desempenho eleitoral de 1998. Mas ainda foi pouco, insuficiente para garantir o sufrágio da candidatura Lula.

Entre 1995 e 1998, o PT orientou suas ações para assumir a presidência da República a partir de uma agenda política própria e algo indiferente aos debates sobre a estabilização da moeda e da economia brasileira, concentrando a atenção no tema das reformas necessárias para dar impulso ao desenvolvimento econômico, sobretudo o papel do Estado e a preservação do espaço público nesse processo. Ainda, rechaçou a adoção do sistema parlamentarista de governo e evitou alianças eleitorais ao centro e à direita.

Destaco, aqui, apenas três aspectos da atuação do PT nesse período. O primeiro, a determinação de mover uma oposição sem tréguas aos projetos políticos do governo federal que tivessem inspiração em formulações do pensamento neoliberal. Em segundo

lugar, houve a preocupação em definir uma nova estratégia de ação partidária, com o estabelecimento de um projeto alternativo do PT para a sociedade brasileira, que fosse materializado em um programa de governo. Por fim, foram adotadas medidas que visavam ao aprimoramento da organização do partido e à constituição de uma frente política da oposição para disputar as eleições para o governo federal, em 1998.

A contraposição do PT às idéias e políticas do neoliberalismo foi um traço marcante em sua atuação desde o primeiro ano do governo da coligação PSDB/PFL. Tratava-se de buscar a ruptura com essas propostas e de apresentar ao conjunto da sociedade uma alternativa não apenas ao neoliberalismo, mas também ao que o PT classificara, ainda que de forma indefinida, como o "nacional-desenvolvimentismo caduco". Essa diretriz geral, presente nas deliberações partidárias em 1995, perduraria na terceira candidatura presidencial de Lula, em 1998.[46]

A oposição ao que o PT considerava o "projeto neoconservador do governo" brasileiro implicava a refutação não só das "políticas das classes dominantes", mas também das "políticas imperialistas", sobretudo aquelas originárias dos Estados Unidos. Essa calibragem do PT como veículo de oposição mundial ao neoliberalismo visava, ainda, elevar o Brasil à condição de pólo de questionamento do projeto neoliberal e de defesa da "democratização radical dos organismos internacionais".[47] A ação propugnada pelo PT, uma vez alcançada a condução do governo federal, era a realização de uma transição que, por um lado, desmontasse a lógica neoliberal e, por outro, protegesse "a produção e os setores mais fragilizados da população" brasileira.[48]

A orientação estratégica do PT, a partir de 1995, passou a considerar uma série de elementos até então pouco valorizados e mesmo desconsiderados, dada a configuração política que emergiu com a derrota eleitoral em 1994. O PT advogou, então, que houvesse maior ênfase na divulgação das experiências das administrações

municipais conduzidas pelo partido, amplificando a idéia de um "modo petista de governar", apregoou a realização de uma "revolução democrática" e um programa de governo que contemplasse uma "proposta abrangente de transformações da sociedade e do Estado brasileiros".[49]

Um aspecto que merece destaque é a identificação, pelo PT, de que a "maioria dos problemas da população brasileira tem solução mesmo sem a reforma constitucional", mediante a expansão da consciência da cidadania e a promoção da democratização e da "desprivatização" do Estado.[50] A reforma do Estado brasileiro foi alçada a condição primeira para o enfrentamento dos problemas nacionais, e a reforma tributária era apontada como parte importante nesse processo.

No plano político interno, as instituições em vigor pareciam comportar o empreendimento de reformas sociais julgadas necessárias pelo PT, conferindo legitimidade e vitalidade à ordem política estabelecida pela Constituição de 1988. O partido não enxergava no arcabouço jurídico-político do país um obstáculo para as transformações que defendia nos âmbitos eleitoral e programático.[51] Já no plano internacional, a nova hierarquia de poder, trazida pela globalização, transformara em "tarefas atuais" a "renovação do projeto socialista" e a busca de um novo internacionalismo. Diante desse cenário político, interno e externo, a "defesa da nação" brasileira requereria uma política econômica e uma aliança social mais amplas, capazes de atuar e de resistir às imposições características da nova ordem mundial.[52]

Os resultados eleitorais de 1994, em que pese a derrota de Lula para Fernando Henrique Cardoso já no primeiro turno da eleição presidencial, asseguraram ao PT o governo do Espírito Santo e do Distrito Federal, além de 5 senadores e 50 deputados federais. Anteriormente, nas eleições municipais de 1992, o partido sofrera uma redução no universo de eleitores sob sua administração, embora assumisse a prefeitura em 54 municípios brasileiros, mantendo,

porém, um número de vereadores semelhante ao dos eleitos em 1988. Era a partir desse saldo eleitoral que o PT pretendia iniciar uma "contra-hegemonia ao neoliberalismo", destacando o modo petista de governar e de legislar.[53]

Os governos estaduais, ainda que recém-eleitos, e as administrações municipais sob a gestão do PT deveriam proporcionar os termos de comparação com o neoliberalismo. O modo petista de governar comporia o receituário exemplar de "políticas alternativas com ênfase nas questões sociais" e em "novas práticas democráticas" de governo e de participação popular na gestão pública, como o orçamento participativo e a prioridade ao social. A adoção das diretrizes de governo que compunham o modo petista de governar, com destaque para o planejamento e o controle social do Estado, deveria, então, evidenciar a alternativa que o PT simbolizava ao modelo neoliberal. Deveria, também, abrir perspectivas para a criação de uma "nova base social" para o projeto político do partido, particularmente entre os excluídos e os marginalizados. Esses segmentos sociais, na avaliação do PT, seriam atraídos pela distribuição de renda e pelo acesso à educação e à cultura propiciados pelos governos estaduais e municipais sob a condução do partido.[54]

A definição de uma nova estratégia política pelo PT afirmou o "compromisso de construir uma perspectiva histórica anticapitalista", sob a forma de uma "revolução democrática". Os componentes dessa revolução estavam concentrados fundamentalmente, por um lado, na busca da democratização do Estado e da sociedade e, por outro, em uma nova organização da economia brasileira, que se distinguiria como um "processo de inclusão social" e um "novo projeto nacional de desenvolvimento".[55]

O primeiro passo recomendado pelo PT em direção à democratização do Estado foi a própria construção do estado de direito no Brasil, alicerçado em três proposições: a reforma dos poderes Judiciário e Legislativo, o fim do monopólio dos meios de comunicação de massa e a defesa dos direitos do consumidor. A alteração

no sistema de representação política na Câmara dos Deputados e no Senado, o financiamento público das campanhas eleitorais, a fidelidade partidária e o combate à corrupção, considerada então um "componente estrutural do sistema" político em vigor, foram propostas sustentadas pelo PT no esforço para alcançar a democratização do Estado brasileiro. A participação direta da população — integrando conselhos de políticas setoriais e opinando sobre os temas relevantes da vida nacional, com a realização de plebiscitos e referendos — e a constituição de "novos espaços públicos não estatais" preenchiam o rol de medidas para uma "revolução democrática" no Brasil. O combate às inúmeras formas de discriminação social foi propugnado mediante o desenvolvimento de um "amplo movimento cultural", capaz de alterar relações sociais secularmente enraizadas no país.[56]

A implantação de um modelo econômico orientado para o mercado de produção de bens de consumo de massa e para o oferecimento de serviços públicos essenciais, com prioridade para o atendimento de condições de subsistência e a promoção da cidadania, completava o quadro de referências com o qual o PT pretendia colocar fim ao autoritarismo, à exclusão e às desigualdades sociais. Aqui, o papel do Estado adquiriu realce, como instrumento de ações consideradas estratégicas, tais como a arrecadação e a tributação, o financiamento, a indução ao desenvolvimento, os investimentos diretos, a fiscalização e a regulação econômica. A articulação entre a distribuição de renda e riqueza e a promoção do crescimento econômico foi considerada possível, mediante o robustecimento do Estado brasileiro.[57]

O plano de governo para a candidatura Lula em 1998, esboçado pelo PT, foi um "programa radical de reformas". Nessa perspectiva, o programa deveria conter "uma proposta abrangente de transformação da sociedade e do Estado brasileiros", bem como contribuir para a "refundação de uma perspectiva socialista no País". Organizado em torno de três eixos de proposições — social, nacional e

democrático —, as diretrizes para a elaboração do programa de governo do candidato do PT à presidência da República reiteravam as ações defendidas em debates partidários anteriores, como maior controle do Estado pela sociedade e o combate à exclusão e às desigualdades sociais, por exemplo. No tocante à democratização do Estado brasileiro, o PT acrescentou à pauta de iniciativas defendidas durante o 11º Encontro Nacional do partido, ocorrido em 1997, a necessidade de regulamentação do uso de medidas provisórias, sublinhou o enfrentamento do racismo disseminado na sociedade brasileira e a promoção de um movimento de renovação cultural e de idéias no Brasil. Na frente de atuação propriamente "nacional", o partido recusou a "inexorabilidade da globalização" e estimulou a "luta por uma outra ordem mundial". Para tanto, a alteração da política exterior do país deveria ser alcançada e foi alçada a orientação para um futuro governo. O PT dava mais um passo na formulação de propostas para a gestão do Estado no Brasil.[58]

Estas foram, porém, as diretrizes estipuladas pelo PT em seu Encontro Nacional Extraordinário, realizado em São Paulo em 1998. A elaboração da plataforma de governo foi atribuída a uma comissão de representantes de partidos, integrada pelo PT, PDT, PSB e PCdoB. O programa de governo deveria ser "uma iniciativa da Frente" que reuniria os partidos de oposição ao governo de Fernando Henrique Cardoso. Em documento apresentado já em agosto de 1997, denominado "Carta do Rio de Janeiro", o PT endossou o compromisso de que "nenhum interesse regional deverá prevalecer diante do desafio de barrar a recondução de FHC e bater o neoliberalismo". A cristalização de uma alternativa política para governar o Brasil foi buscada, desde então, na composição de uma "frente de partidos, segmentos sociais, personalidades e entidades democráticas", que sustentaria a governabilidade para o exercício do governo por uma "coalizão democrático-popular".[59]

A disputa pelo governo federal e a constituição de uma frente política e partidária de cunho oposicionista e adversária das políticas

de índole neoliberal, em 1998, consagraram a opção do PT pela conquista do Estado e a implementação de reformas políticas, econômicas e sociais a partir do Poder Executivo nacional. Contudo, também no âmbito da organização interna do próprio Partido dos Trabalhadores, foi destacado o imperativo da ampliação do espaço de atuação e da inserção social do PT. Considerando-se inseparável dos movimentos sociais, o PT criou uma Secretaria de Movimentos Populares, exclusiva para tratar das relações do partido com as reivindicações do conjunto politicamente organizado da sociedade brasileira, articulando os "objetivos imediatos aos propósitos históricos de luta contra a exploração e a dominação". Dessa forma, o PT procurava tanto alargar os espaços de atuação popular na vida política quanto abrir o partido à "participação dos excluídos".[60]

O II Congresso do PT aconteceu em Belo Horizonte, em novembro de 1999, e procurou ajustar a ação do partido ao quadro político nacional — depois da terceira derrota eleitoral de Lula e da reeleição de Fernando Henrique Cardoso, no ano anterior — e ao cenário mundial que emergiu ao longo da década de 1990. Na avaliação dos militantes e dirigentes do PT, estavam dadas as condições para a "construção de novos projetos nacionais e internacionais". A revolução tecnológica, a internacionalização crescente da economia e as mudanças verificadas na própria sociedade brasileira, agora muito distinta daquela que dera origem ao PT, animaram o partido a enxergar nesses processos econômicos e sociais as condições materiais propícias ao estabelecimento do "socialismo democrático", entendido como uma possibilidade histórica aberta na nova fase em que entrara o capitalismo no fim do século XX.[61]

Um novo posicionamento do Brasil no mundo foi entendido como inevitável, caso o PT viesse a governar o país, a partir de um "ambicioso Programa de transformações sociais e políticas". A condução da política externa brasileira deveria compor, então, um instrumento para o "projeto nacional" que o PT deveria adotar. Seria

necessário assegurar as condições internacionais para a realização do programa e desse projeto.[62]

A adequação da ação do PT foi também abordada no âmbito da política interna do partido. Uma grande preocupação estava em garantir a visibilidade pública do partido como agente capacitado e apto a governar o Brasil. A ambigüidade foi identificada como fator de desprestígio político do PT. Na avaliação do II Congresso, uma atitude ambígua do PT, diante da situação nacional e internacional, poderia levar à paralisia de sua atuação e provocar abalos em sua imagem, além de semear dúvidas quanto à capacidade do partido de governar o Brasil. A "revolução democrática" foi, mais uma vez, definida como o caminho para a construção da liberdade, da igualdade e da solidariedade no país, mediante a socialização da riqueza, do poder e do conhecimento.[63]

O programa político para a "revolução democrática" que o PT reivindicava desde o início da década de 1990 manteve a posição de reformas nos eixos social, democrático e nacional. Foram defendidas reformas radicais na economia, na política e na organização da sociedade, levadas a cabo por um governo sustentado em uma ampla coalizão de forças políticas e sociais e pela articulação da luta institucional com as lutas sociais. O argumento apresentado na reiteração dessa estratégia política e eleitoral do PT residia em uma convicção: "não basta chegar ao governo para mudar a sociedade. É necessário mudar a sociedade para chegar ao governo".[64]

No plano político geral, a linha de continuidade na estratégia do PT foi tracejada fosse com a reafirmação da "revolução democrática", fosse na busca da "acumulação de forças" pela relação mútua entre lutas sociais e transformações institucionais. Nos itens das "reformas radicais" houve acréscimos pontuais, mas não menos importantes. No âmbito da organização da economia brasileira, por exemplo, o PT definiu com maior precisão as iniciativas a serem perseguidas pelo partido. Uma "nova economia" deveria combinar, por exemplo, a produção de alimentos com o desenvolvimento da

agricultura de exportação. Manteve-se a idéia de um modelo econômico caracterizado pela "construção de um amplo mercado interno de bens de consumo de massas" e também pela melhoria da posição do Brasil no mercado exterior. Já as mudanças na gestão da economia nacional foram vistas como uma "tarefa complexa", dada a "perda crescente de instrumentos soberanos de intervenção sobre a economia do país, cada vez mais submetido a controles internacionais". Essa limitação nas possibilidades de uma reorientação radical na economia inibia um ponto-chave nas reivindicações políticas do PT, a distribuição de renda no Brasil. Esta ficava, agora, subordinada a projetos de desenvolvimento econômico e à definição das condições para seu financiamento.[65]

A democracia política no país, outro pólo da "revolução democrática", foi atada às dimensões da democracia econômica e social. Foi reiterada a intenção do PT de priorizar a reforma das instituições políticas nacionais, de impulsionar o controle democrático do Estado pela sociedade, a valorização dos direitos humanos e da cidadania. As políticas públicas a cargo dos governos do PT deveriam incorporar a criação de direitos de cidadania e não apenas preservá-los, ampliando, assim, a democracia no país. A pressão social pela criação e pela defesa desses direitos foi inserida entre os itens característicos do modo petista de governar. Ao Estado no Brasil caberia recuperar uma função considerada "essencial" pelo PT, a de "assegurar igualdade de oportunidades e de tratamento, ou seja, a igualdade de direitos" à população.[66]

Para o PT, reunido no II Congresso, tratava-se de mudar o "projeto histórico" do Brasil. Mudar o governo democraticamente, mudar o "bloco político-social hegemônico", a visão de mundo e os valores éticos. O maior desafio, diagnosticado pelos congressistas, residia na criação de uma consciência e de uma vontade social para promover essas mudanças e no convencimento do eleitorado nacional de que o PT e seus aliados eram a encarnação dessa alternativa de mudança nos rumos do país.[67]

Outra não seria a preocupação do 12º Encontro Nacional do PT, realizado em 2001, senão a "determinação de governar o Brasil e mudar a nossa sociedade". A motivação da campanha eleitoral do PT para a sucessão de Fernando Henrique Cardoso e para um governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores foi a "implementação de um projeto alternativo de desenvolvimento do país". O combustível dessa expectativa era fornecido pela conjuntura política internacional, marcada pelo que o PT considerou um "enfraquecimento do neoliberalismo". Esse quadro ofereceria à esquerda uma oportunidade de confronto com o capitalismo e, ao PT, a possibilidade de aprofundar a "defesa dos valores do socialismo democrático".[68]

Os resultados obtidos nas eleições municipais em 2000, quando o PT elegeu seus candidatos em inúmeras e importantes cidades, como a prefeitura de São Paulo, foram os propulsores da idéia de que era chegada a hora de o partido disputar efetivamente, e com chances reais de vitória, as eleições presidenciais em 2002. O PT sentia-se, naquele momento, como o "grande depositário das expectativas da nação", e essa possibilidade foi perseguida com afinco, em nome de não desperdiçar uma oportunidade classificada como "histórica" para o partido. O entusiasmo com as chances eleitorais da quarta candidatura de Lula foi contrabalançado pela observação quanto ao ritmo possível das reformas e da transformação do país. Estas, advertiu o Encontro Nacional do PT, seriam ditadas pela "correlação de forças concreta", a ser estabelecida na campanha eleitoral para a presidência da República.[69]

A principal deliberação em busca do sucesso político da candidatura do PT foi a dilatação da base eleitoral em 2002. Nesse sentido, recomendou-se ao partido que sua atuação política estivesse orientada por mais "flexibilidade" e que colocasse fim às "práticas sectárias" no estabelecimento de alianças eleitorais e no exercício de uma "vocação hegemônica" do PT no conjunto dos partidos de esquerda e da oposição ao governo federal. O PT procurou, desde então, articular um "novo bloco de forças sociais e políticas",

que lhe assegurasse não apenas a vitória eleitoral, mas também condições de governabilidade e de implantação de um programa de reformas destinado a mudar o modelo econômico existente no Brasil, com a inclusão social, a radicalização da democracia e a inserção do país na economia mundial em posição soberana. Essas condições, porém, não eram consideradas suficientes, e a mobilização social foi apontada como necessária para viabilizar a execução do programa de reformas proposto pelo PT.

No aspecto econômico, o programa do PT deveria contemplar um duplo desafio. Em primeiro lugar, combater a dependência externa do país e, em segundo, promover a autonomia nacional. A inserção do Brasil na economia mundial deveria ser pautada por uma pressão mais efetiva pela abertura comercial, sobretudo a dos mercados dos "países ricos", pela manutenção do multilateralismo comercial, traço distintivo da política adotada pelo Brasil na realização de seu comércio exterior, e pelo fortalecimento do MERCOSUL, em busca da integração latino-americana em novas bases políticas e culturais.[70]

Internamente, a orientação do PT para a economia brasileira seria a constituição de um mercado consumidor de massas, iniciativas pela inclusão social e o incremento de políticas sociais consideradas básicas. O novo modelo de desenvolvimento para o país, cobiçado pelo partido em 2002, valorizava o disposto na Agenda 21: a integração entre a viabilidade econômica, a sustentabilidade ecológica e a justiça social.[71] Essas metas, porém, pareciam estar subordinadas aos propósitos maiores do programa de governo da candidatura Lula, e foram consideradas fundamentais a redução da vulnerabilidade externa do país e a recomposição das finanças públicas nacionais, diante dos riscos da especulação e das crises financeiras que grassaram na década de 1990. Os limites financeiros do Estado brasileiro foram, então, sublinhados como fator capaz de inibir a "abrangência do conjunto das políticas sociais" do governo federal sob a condução do PT.[72]

Na avaliação do PT, as dimensões política e social na ação do Estado adquiriam realce com a previsão do desempenho governamental na regulação, no suporte ao desenvolvimento e na reversão da fragilidade fiscal em que o país se encontrava. Tratava-se de dispor de parcelas do excedente econômico arrecadado para o financiamento de políticas sociais e de desenvolvimento, a partir de investimentos diretos e indiretos em infra-estrutura, mão-de-obra, ciência e tecnologia e na reorganização de cadeias produtivas. Essa orientação da atuação estatal implicava a definição de um novo modelo de gestão, agora mais participativo e mais estratégico. O sentido proclamado dessa redefinição do papel do Estado no Brasil seria beneficiar as camadas mais atingidas pela discriminação, a saber: mulheres, negros, portadores de necessidades especiais, indígenas e homossexuais. Dessa forma, o PT esperava alcançar a articulação das dimensões políticas, econômicas e sociais da democracia.[73]

Em 2002, o programa para a candidatura de Lula à presidência da República sinalizou explicitamente uma reorientação crítica e assertiva na inserção do país na ordem política e econômica internacional, reivindicando antes uma "perspectiva universalista em seus objetivos" do que um "projeto nacional". A liderança inabalável de Lula nas pesquisas de intenção de voto, a unidade partidária, a composição de alianças, a conciliação política, o desgaste do governo federal, do PSDB e do PFL asseguraram a consagração eleitoral. O governo Lula emergiu tanto como a realização de esperanças há muito represadas quanto como frustração e negação dessas mesmas expectativas. Em um futuro não muito distante, aquela diretriz política e eleitoral renderia duras críticas, incompreensões, defecções políticas e partidárias do PT e do governo de seu candidato, eleito naquele mesmo ano.

A inserção do PT na ordem política regida pela Constituição de 1988 tem sido a característica dominante da atuação do partido, desde a década de 1990. A persistência programática sobre a necessidade de democratização do aparelho do Estado no Brasil decifra

a senha do tipo de participação que o PT pretendeu desenvolver ao longo destes anos. A participação na ordem política estabelecida tem-se dado, precisamente, em nome de reformas e da busca de uma nova ordem nacional e também internacional.

O emprego recorrente de termos e expressões do vocabulário político do liberalismo nas formulações partidárias revela a crescente valorização das práticas da cidadania, da governabilidade, da democracia e da soberania nacional.[74] Na ação prática do PT, esse ideário tomou corpo em ações voltadas para a política externa e para as relações internacionais, sobretudo a organização e o funcionamento do MERCOSUL, a moralidade pública, a gestão orçamentária e a defesa de reformas pontuais, como a tributária, a do Poder Judiciário, a das instituições políticas, a do pacto federativo, a da segurança e a do patrimônio público.

Ao sublinhar a ação do Estado, a preservação do espaço público e o desenvolvimento econômico, o PT foi deslocando paulatinamente, durante os últimos 15 anos, a reivindicação de reformas estruturais para a defesa de reformas distributivas e de repartição da renda e da riqueza no Brasil. O atendimento dos interesses nacionais se sobrepôs aos interesses específicos das classes trabalhadoras e, com isso, houve o abandono sistemático da ideologia de classe. Já o Estado deixou de ser visto apenas como instrumento de dominação social e foi concebido como alavanca para a transformação social, vetor de libertação das camadas populares e da autonomia do Brasil diante das outras nações. A atuação política do PT seguiu uma tendência de não aguardar as reformas estruturais de uma efetiva "conquista do Estado", aqui entendida na acepção de Antonio Gramsci, mas de fazer gotejar da institucionalidade estatal os benefícios aos segmentos sociais que pretende representar.

A defesa de um "socialismo democrático" e de maior repartição da riqueza induz a pensar sobre o caminho que o PT vai trilhar, dentro e fora das esferas de governo no Brasil. Será capaz de articular a promoção da renovação política do ideal socialista e de

realizar reformas institucionais? Essas últimas sempre estão sujeitas a marchas e contramarchas, que podem adiar ou comprometer seus objetivos finais.[75]

O PT, partido da ordem? (2003-2005)

Estudando as dificuldades e as conquistas da Comuna de Paris, em seu folheto *A guerra civil na França*, Marx definiu o que seria o "partido da ordem": a "coalizão formada por todas as frações e facções rivais da classe apropriadora, em seu antagonismo, agora franco e manifesto, com a classe produtora".[76] Nos quase três anos à frente do governo federal, o PT ainda escapa a essa caracterização. A estratégia do partido, no governo Lula, tem sido a de apego ao posto maior do Estado capitalista no Brasil, assegurando seu controle, ainda que ceda aos apetites da burguesia, nacional e estrangeira, fatias maiores ou menores de benefícios econômicos, vitaminando a sobrevivência histórica desta como classe hegemônica. O PT e o governo Lula procuram evitar confrontos sociais e políticos abertos e buscam responder ao comportamento político dessa burguesia com acenos de novas possibilidades de futuro para a ordem social mediante a reforma do Estado capitalista.

As críticas ao PT e ao governo Lula não têm tocado o âmago do debate político que deveria ser travado no país. Por que as classes dominantes não aceitam o PT e seu maior dirigente? Ainda quando estes parecem domesticados e subservientes à agenda financeira internacional, a repulsa daquelas segue de pé. E não reside aí toda a questão. Por que um partido que foi, e é, o carro-chefe da esquerda brasileira, desde a crise da ditadura militar, adota esse tipo de conduta política?

A chegada do PT ao governo federal não se concretizou como a conquista do Estado. Não forjou uma nova hegemonia política e social capaz de desencadear amplas reformas sociais e de compor um novo Estado. Esse rodopio, porém, esteve latente nos proje-

tos de poder do governo Lula e foi notado pela argúcia do jornalista Jânio de Freitas, da *Folha de S. Paulo*, ainda que esses projetos se revelassem frágeis, corruptos, autoritários e intelectualmente pobres. Os projetos de poder do PT sofreram, em 2005, um duro golpe com as denúncias contra o governo e seus dirigentes políticos. A pergunta é: esse abalo atinge o PT e compromete seu futuro como alternativa histórica no Brasil? Será fatal?

Desde a campanha pelo *impeachment* de Collor, em 1992, o PT encarnou a defesa da moralidade pública como o cimento ético na construção de sua hegemonia política e como um diferencial perante a sociedade, sobretudo na busca de votos nas classes médias. Essa aura foi arranhada. Contudo o PT aparenta não temer as investigações, e não por pureza ou certeza de inocência ou de impunidade. Acredita que, em algum momento, os próprios algozes tomarão a iniciativa de frear apurações. A atuação das empresas do publicitário Marcos Valério e as denúncias de omissão deliberada do Ministério da Previdência, no Rio de Janeiro, por exemplo, demonstraram a ancestralidade da drenagem de recursos para o financiamento de campanhas eleitorais, já no governo PSDB/PFL. O aspecto moral da crise política aberta em meados de 2005 é posto em evidência pelo PSDB e pelo PFL, pois não compromete a política econômica, fonte de tensões e de insatisfações no PT e nos partidos e correntes de opinião da esquerda brasileira, e impulsiona a volta daquela aliança em torno de um candidato paulista.

Lula permanece liderando pesquisas de intenção de voto para 2006, muito embora sondagens de opinião pública o identifiquem com os fatos que fecundaram as Comissões Parlamentares de Inquérito no Congresso Nacional. Os principais expoentes do PT na crise, José Dirceu, José Genoino, Luiz Gushiken, Delúbio Soares e Silvio Pereira, saíram de cena. Tarso Genro, que ocupou interinamente e por um curto período a presidência do partido, procurou recompor a direção do PT e sustentar o compromisso com a moralidade na esfera pública, evitando manchar a bandeira que agre-

ga o eleitorado de centro e de direita ao PT. Foi tímido em inovar o discurso do partido, incapaz de revigorar suas bases sociais e de apontar ao governo Lula o sentido de uma hegemonia mais sólida e consistente. A estratégia política do PT, de governar o Brasil para, então, instaurar um projeto de poder social, poderá vingar sem iniciativas nessa direção?

É possível que o PT saia da crise política com o engate de novos projetos de futuro, para além da gestão macroeconômica, avalizada ou não pelo FMI e pela comunidade empresarial nativa e estrangeira, e da mera assistência social, sempre necessária, mas de alcance imediato. Na reta final do governo Lula, reformular estratégias que promovam a transformação de uma eleição para o governo federal em um projeto democrático de mudança social profunda, desafia a criatividade política e a imaginação histórica, não só do PT, mas de toda a esquerda no Brasil e na periferia do capitalismo.

A crise no governo Lula e no PT colocou o partido em situação semelhante à do momento em que nasceram, o líder e a agremiação. A aceitação da realidade histórica brasileira, ou seja, a introjeção de que o sistema eleitoral vigente no país é o responsável pela crise em que se encontram, pode resvalar para a crença na perenidade das instituições políticas na sociedade. E pode desaguar em inevitável emagrecimento eleitoral, além das defecções políticas já verificadas, sobretudo à esquerda. O PT corre o risco de virar um zumbi histórico, uma sigla sem correspondência social ou meramente residual, eleitoral e afetiva. Uma legenda de épocas passadas, como hoje são PTB, PMDB ou PCB. Seria uma fossilização do partido.

Já a refutação da realidade atual corresponderia a um revigoramento do significado histórico do PT, à manutenção de alguma unidade partidária e à futura recomposição política e eleitoral. Essa atitude reacenderia a expectativa de mudanças e de transformação social conduzidas pelo partido. A crise no governo Lula e no PT poderia trazer mais vigor ao partido e, logo, ao país, ao reiniciar em novas bases a disputa política. Poderia recuperar a confiança

e o entusiasmo, observados no passado de suas campanhas políticas e eleitorais, e inaugurar novas formas de organização, de formação política, de diálogo e de interação dos dirigentes, da militância e dos eleitores do PT com a sociedade brasileira. Seria uma depuração do partido.

Este é um caminho duro, áspero e difícil. Pelos mesmos motivos, é pouco provável que venha a ser trilhado. Foi defendido abertamente pela esquerda do PT e mais timidamente por Tarso Genro e, ainda, por Raul Pont, o candidato oposicionista a presidente do PT no processo de eleição direta das direções, estaduais e nacional, do partido, que aconteceu entre setembro e outubro de 2005. Essas correntes de opinião foram derrotadas. O grau de auto-reforma definirá o futuro e a longevidade do PT. As realizações, ou não, do governo Lula certamente definirão o lastro político nesse processo. É fato que a ação do governo federal tomou distância de alguns compromissos históricos do PT, mas, não se pode negar, está honrando os compromissos da campanha eleitoral de 2002, esboçados pelo partido pelo menos desde 1999.

O que deverá ser objeto de estudo sobre o PT, em um futuro próximo, não é a conduta moral de seus dirigentes ou o cumprimento deste ou daquele ponto programático, mas o que o governo Lula efetivamente realizou e quanto disso está em consonância com as aspirações sociais que o partido pretende encarnar.

Apêndices

1) Fontes e documentação para a história do PT

As fontes e os documentos para o estudo e a história do PT são bastante variados. O material existente padece de uma situação institucional corriqueira na realização da pesquisa histórica no Brasil: a dificuldade de acesso. A escassez de acervos constituídos, organiza-

dos, disponíveis e acessíveis ao público interessado em conhecer e pesquisar a formação e a trajetória do partido é o principal obstáculo.

A dispersão das fontes e da documentação referentes ao PT começou a ser superada com a aglutinação destas em algumas instituições de ensino e de pesquisa, sobretudo nas universidades, e nas instâncias do próprio partido. Um breve e incompleto sumário de possibilidades é apresentado, neste item, para o estímulo e a orientação de novos estudos e investigações sobre o PT.

A Fundação Perseu Abramo desenvolveu, a partir de 1997, o Projeto Memória & História do PT, com a finalidade de reunir, classificar e disponibilizar em formato impresso e eletrônico documentos e estudos sobre o partido. Em 2001, esse projeto foi o ponto de partida para a organização do Centro Sérgio Buarque de Holanda — Documentação e Memória Política. Esse acervo tem acesso franqueado aos pesquisadores e estudiosos da vida política do país e do PT.

Em universidades públicas paulistas encontramos iniciativas de preservação e acesso às fontes para a história política do Brasil, em geral, e a do PT, em particular. Na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) existe o Arquivo Edgar Leuenroth, e o Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (CEDEM–UNESP) dispõe de extensa e diversificada coleção de documentos sobre a história da militância política e social da esquerda brasileira. Encontra-se ali, por exemplo, o acervo da gestão de Luiza Erundina na prefeitura de São Paulo.

Outros acervos que guardam interesse para a história do PT e a história política do Brasil em geral são os do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Nos demais estados, um bom ponto de partida é o material reunido, e em alguns casos já disponível aos pesquisadores para consulta, nos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), nacional, e dos departamentos estaduais (DEOPS), que funcionaram regularmente até 1984.

Essa limitação de espaços institucionais que abriguem acervos de interesse para a história do PT é agravada pela própria experiência social e política do partido. Há uma multiplicidade de registros diferenciados no tempo e no espaço da vida política brasileira. A criação, a atuação e a expansão do PT não foram homogêneas nem sincrônicas em todo o território nacional. Elas obedeceram às condições de organização, registro e atuação política em movimentos sociais, nas disputas partidárias e na atuação institucional em cargos executivos e legislativos. Essa atuação política distribuída no país, nos estados e municípios impõe ao estudioso da história do PT limitações temporais e espaciais. Quando o PT surgiu em determinada localidade? Como foi sua atuação? Quais foram os protagonistas individuais e coletivos? Que registros foram produzidos e preservados sobre essa ação partidária? Estão reunidos ou esparramados na lembrança e nas gavetas e armários de militantes, núcleos de base e diretórios do PT?

Uma política de coleta, classificação, catalogação e disponibilidade desses acervos constitui um passo fundamental para a história política desse e de outros partidos no Brasil. Essa ação poderia ser desenvolvida tanto por instituições de ensino e pesquisa como as universidades, organizando centros de documentação e de memória da história política local, regional e nacional, quanto pelo próprio PT em cada um dos estados do país.

As fontes e os documentos de interesse para a história do PT são inúmeros. Existe farta elaboração política contida nas resoluções dos encontros e congressos que o partido realizou ao longo de seus 25 anos. A Fundação Perseu Abramo organizou e editou um volume contendo esses documentos elaborados entre 1979 e 1998, largamente utilizado neste capítulo. Todo esse material, acrescido das resoluções do II Congresso e do 12º Encontro Nacional do PT, além dos programas de governo da candidatura Lula, está disponível, eletronicamente, pela Fundação Perseu Abramo. Há, ainda, uma infinidade de teses e proposições realizadas por militantes e

correntes partidárias, no âmbito dos núcleos de base, nos diretórios municipais, estaduais e no nacional. Essa elaboração intelectual tende a diluir-se após as disputas e a definição do documento geral, periodicamente estabelecido pelas reuniões coletivas e as direções partidárias para a orientação da ação política, institucional, organizativa, financeira e da formação política de militantes e filiados.

A imprensa partidária também fornece muitos e importantes elementos para a reconstituição e a explicação da história do PT. São boletins, circulares, folhetos informativos e de propaganda, publicações de documentos, propostas e programas de governo, campanhas — como a das Diretas-Já, pela Assembléia Constituinte e pelo *impeachment* do presidente Collor —, livros, revistas como a *Teoria & Debate* e jornais como o *Brasil Agora*, que recolhem e colocam em circulação seminários, debates, relatos, dados e informações sobre a vida e a atuação do partido, de seus dirigentes e parlamentares. Além da imprensa do PT, há registros dispersos na imprensa regular, como artigos de opinião, entrevistas, cartas, fotografias, declarações e manifestações não apenas dos dirigentes do partido, mas também de seus filiados, simpatizantes e mesmo concorrentes e adversários políticos e ideológicos.

A propaganda política e eleitoral produzida pelo partido e para ele também pode proporcionar um elucidativo conjunto de documentos para a compreensão do PT em perspectiva histórica. São brindes promocionais, como broches, camisetas, bandeiras, além de peças publicitárias impressas, para rádio, televisão e eletrônicas. A documentação em papel é formada por cartazes, jornais e uma infindável variedade de panfletos com a plataforma do partido e de seus candidatos, tanto os eleitos como os derrotados. As experiências e os programas de governo também podem ser fecundos alvos de pesquisa e de análise, como revelam alguns estudos já realizados.[77]

A memória dos fundadores e organizadores do PT, dos dirigentes, militantes, parlamentares, prefeitos e governadores, simpatizantes, apoiadores e, claro, dos dissidentes deve ser recuperada e

preservada como outra importante fonte de conhecimento sobre o partido. Um programa de coleta e registro de depoimentos, entrevistas e debates poderia ser empreendido recorrendo-se às metodologias de história oral, por exemplo, compondo um elenco de registros sobre o PT, suas campanhas, ação institucional, idéias e debates nos municípios e nos estados em diferentes épocas da atuação partidária.

A organização de acervos de imagens, com a reunião e a reprodução de vídeos e fotografias em meios eletrônicos, pode ser outra iniciativa para constituição de um importante arquivo para a história do PT em diferentes épocas e lugares da vida política brasileira. Igualmente séries de dados quantitativos podem auxiliar na visualização da trajetória do PT, como resultados eleitorais, número de filiados, de eleitores, candidaturas e eleitos.

Existe abundante documentação institucional produzida pelas bancadas parlamentares, prefeituras, governos estaduais e da presidência da República, que reúnem dados, informações, discursos, pronunciamentos, balanços e projetos de ação política do PT junto aos poderes Executivo e Legislativo, em diferentes instâncias do Estado. Há que lembrar o imenso e variado acervo existente nas câmaras municipais, assembléias legislativas, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, sob a forma de anais, pareceres, relatórios, discursos, pronunciamentos e debates parlamentares. A edição de livretos e pequenos volumes contendo artigos, discursos e entrevistas de parlamentares é recorrente nas diferentes esferas do Legislativo no Brasil. O uso do correio eletrônico e a organização de portais na rede mundial de computadores renovam e também solapam essa prática. O material já produzido pode desaparecer rapidamente, caso não haja a preocupação e a iniciativa de reuni-lo e preservá-lo para futuras pesquisas sobre a história política do Brasil.

O PT foi, até o momento, no Brasil, o partido de esquerda com maior presença no movimento sindical, a maior bancada no Congresso Nacional e o primeiro a ocupar a presidência da República,

despertando a curiosidade internacional por sua trajetória e experiência. A percepção do PT no conjunto mais amplo dos partidos e dos governos da esquerda, na América Latina e em outros países, também mereceria atenção dos historiadores e cientistas sociais.[78] Da mesma forma, a maneira como o PT enxergou o mundo e as experiências políticas do socialismo, por exemplo.[79]

A história do PT está para ser feita. Existe grande número de estudos e pesquisas realizados sob a forma de dissertações e teses universitárias. A organização de acervos é um passo importante para o conhecimento, a preservação e a reflexão sobre a histórica política brasileira e aquele partido. A ação localizada de pessoas, grupos e instituições, partidárias ou não, pode contribuir em muito para suprir a necessidade de conhecimento, de crítica e de aprimoramento da investigação sobre as práticas, os valores e as instituições democráticas no nosso país.

Nos últimos 25 anos, a história da democracia no Brasil confunde-se com a história dos nossos partidos políticos, particularmente com a do PT, o que justifica o empenho para aglutinar, catalogar e estudar a documentação existente sobre o partido.

2) Cronologia

1978 (12 maio): greve de trabalhadores da indústria automobilística Scania

1979: greves dos operários das indústrias da região do ABC, no estado de São Paulo

1979: anistia aos presos e exilados políticos do regime militar; restabelecimento do sistema pluripartidário no Brasil. É formado o Movimento pelo Partido dos Trabalhadores

1980 (10 fev.): manifesto pela criação do Partido dos Trabalhadores; (20 abr.): registro do Partido dos Trabalhadores junto ao Tribunal Superior Eleitoral

1982: o PT elege o prefeito de Diadema, no ABC paulista

1983: criação da Central Única dos Trabalhadores, a CUT

1988: entra em circulação a revista *Teoria & Debate*, editada pelo Diretório Regional do PT/SP e posteriormente editada pela Fundação Perseu Abramo

1989: Lula disputa o segundo turno das eleições presidenciais, obtém mais de 31 milhões de votos, mas é derrotado por Fernando Collor de Mello, que recebe 35 milhões de votos

1990: I Congresso do PT, em São Bernardo do Campo (SP). Criação do Foro de São Paulo, que aglutina partidos e movimentos da esquerda latino-americana

1992: movimento nacional pelo *impeachment* leva à renúncia o presidente Collor. O vice-presidente, Itamar Franco, assume o governo

1994 (3 out.): Lula disputa a eleição com Fernando Henrique Cardoso (PSDB), sendo derrotado no primeiro turno, com pouco mais de 17 milhões de votos

1995: pela primeira vez na história do partido, dois candidatos concorrem à presidência nacional do PT. José Dirceu é eleito com 54% dos votos, e Hamilton Pereira obtém 46%

1996 (maio): é criada a Fundação Perseu Abramo, vinculada ao PT

1998 (3 out.): Lula disputa mais uma vez a eleição com Fernando Henrique Cardoso (PSDB), sendo novamente derrotado no primeiro turno. Lula recebe mais de 21 milhões de votos

1999: II Congresso do PT, em Belo Horizonte (MG)

2001: implantação do processo de eleições diretas (PED) para a presidência e para todos os níveis das direções do PT

2002 (3 out.): Lula obtém, no primeiro turno das eleições presidenciais, cerca de 40 milhões de votos, o dobro do obtido pelo segundo colocado, José Serra, do PSDB

2002 (15 nov.): Lula é eleito, em segundo turno, presidente da República, com quase 53 milhões de votos

2003 (jan.): Lula assume a presidência da República

2005: renovação na direção nacional do PT devido à crise no governo Lula, a partir de junho até o processo de eleição direta ocorrido em outubro

Notas

1 Cf. "A tese de Santo André-Lins", in *Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos (1979-1998)*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 47.

2 Em 1982, o PT participou nas primeiras eleições para prefeitos, vereadores, deputados estaduais e federais, senadores e governadores de estado, logo após sua fundação. Em 1985, houve eleição para prefeitos das capitais estaduais; em 1986, novas eleições gerais, exceto para a presidência da República, incluindo as eleições ao Congresso Constituinte. O partido elegeu candidatos ao Legislativo, mas nenhum nome para o Senado e os go-

vernos estaduais. Em 1988, elegeu candidatos em grandes e importantes cidades, como São Paulo e Porto Alegre. A candidatura de Lula à presidência da República em 1989 foi derrotada, no segundo turno, por pequena margem de votos.

3 Na avaliação de Florestan Fernandes, em sua trajetória na década de 1980, o PT teria buscado "instaurar o pólo de poder proletário e popular no seio de todas as instâncias do aparelho do vigente Estado autocrático burguês". Cf. *Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 223.

4 *Escritos políticos*. Trad. M. Simões. Lisboa: Seara Nova, 1976, pp. 353-59.

5 Ver, por exemplo, a "Carta de princípios", a "Plataforma política" e as resoluções do 9º Encontro Nacional do PT, respectivamente de maio e outubro de 1979 e de abril de 1994, em *Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos (1979-1998)*, op. cit., pp. 50-53, 59 e 586-606.

6 Além disso, os partidos com essa característica "demonstram certa indiferença em relação às lutas parlamentares, e mostram-se desconfiados em relação aos eleitos, cuja liberdade de ação tentam limitar e submeter ao controle da direção". "Os partidos", in René Rémond (org.), *Por uma história política*. Trad. D. Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 1996, p. 65.

7 Ver Isabel Ribeiro de Oliveira, *Trabalho e política: as origens do Partido dos Trabalhadores*. Petrópolis: Vozes, 1987.

8 Ver, por exemplo, Florestan Fernandes, *A ditadura em questão*, 2ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

9 Cf. "A tese de Santo André-Lins", in *Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos (1979-1998)*, op. cit., pp. 47-48.

10 *Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos (1979-1998)*, op. cit., pp. 49-54.

11 Eram Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Ceará e Maranhão.

12 *Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos (1979-1998)*, op. cit., p. 309.

13 A revista *Teoria & Debate*, por exemplo, editada pelo PT, reúne informação, artigos de opinião, debates, entrevistas e análises sobre o partido e a atuação deste na vida institucional do país, em movimentos sociais e nas campanhas políticas. Já são mais de 60 os números publicados, desde 1987.

14 Ver Márcia Regina Berbel, Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira. Dissertação de mestrado em história, FFLCH, USP. São Paulo, 1991.

15 Ver, por exemplo, o artigo de Plínio de Arruda Sampaio, "O PT na encruzilhada", in Emir Sader (org.), *E agora, PT? Caráter e identidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986, pp. 128 e 135.

16 Sobre a trajetória da esquerda européia, ver Geoff Eley, *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000*. Trad. P. C. Castanheira.

São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. Sobre o sindicato Solidariedade e a crise polonesa, ver Carlos Castilho e William Waack, *Polônia: a crise de 500 dias que abalou o socialismo*. Rio de Janeiro: CODECRI, 1982.

17 *Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos (1979-1998)*, op. cit., pp. 67-69.

18 Cf. op. cit., pp. 125, 130 e 135, respectivamente.

19 Ver Júlio Assis Simões, A política da participação: uma etnografia da primeira gestão do PT em Diadema. Dissertação de mestrado em antropologia social, UNICAMP. Campinas, 1990.

20 Foram eles Airton Soares e Bete Mendes, de São Paulo, e José Eudes, do Rio de Janeiro.

21 *Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos (1979-1998)*, op. cit., pp. 148 e 153.

22 Op. cit., pp. 153 e 179, por exemplo.

23 O projeto de Fábio Konder Comparato foi publicado sob o título *Muda Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986. O do PT, editado em Brasília, intitulava-se *Constituição da República Federativa Democrática do Brasil*.

24 *Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos (1979-1998)*, op. cit., pp. 251, 266-67.

25 Em *A Constituição inacabada*, de Florestan Fernandes, há um acompanhamento sistemático dos embates na Constituinte, da atuação da bancada do PT e de seus aliados e da reação conservadora aglutinada no "centrão". São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

26 *Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos (1979-1998)*, op. cit., pp. 309, 320-21.

27 Op. cit., p. 335.

28 Ibidem.

29 Op. cit., p. 349.

30 Op. cit., pp. 373 e 376.

31 Cf. op. cit., pp. 373-74, 397, 399, 402 e 403.

32 Op. cit., p. 410.

33 Op. cit., pp. 437, 442 e 461.

34 Op. cit., pp. 469 e 462.

35 Lincoln Ferreira Secco examinou a apropriação e o uso da noção de hegemonia pelo debate político no interior do PT. Nessa trilha, poderiam ser realizados estudos sobre a noção de democracia e de socialismo, por exemplo. Ver *Gramsci e o Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002, pp. 73-95.

36 Ver *Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos (1979-1998)*, op. cit., p. 496.

37 Op. cit., p. 512.

38 O exame das atividades e dos projetos elaborados pelas equipes do governo paralelo é tema para pesquisa sobre a história do PT.

39 *Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos (1979-1998)*, op. cit., p. 483.

40 Op. cit., pp. 495-501.

41 Op. cit., p. 514.

42 Op. cit., pp. 514, 512 e 515.

43 Op. cit., pp. 584 e 547-48.

44 Op. cit., pp. 551, 554 e 564.

45 Op. cit., pp. 587, 561, 577 e 578.

46 Op. cit., pp. 617 e 675.

47 Op. cit., pp. 625 e 654.

48 Op. cit., p. 658.

49 Op. cit., p. 675. Ver Jorge Bittar (org.), *O modo petista de governar*. São Paulo: Partido dos Trabalhadores, Diretório Regional de São Paulo, 1992, Cadernos de Teoria & Debate.

50 *Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos (1979-1998)*, op. cit., p. 621.

51 Essa constatação do PT reforça os argumentos de Maria Hermínia Tavares de Almeida quanto ao potencial democrático das instituições políticas regidas pela Constituição de 1988. Ver "A democracia brasileira nos anos 90", in Carlos Cardim e Mônica Hirst (orgs.), *Brasil-Argentina: a visão do outro. Soberania e cultura política*. Brasília: IPRI–FUNAG, 2003, pp. 329-43.

52 *Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos (1979-1998)*, op. cit., p. 625.

53 Op. cit., p. 628.

54 Op. cit., pp. 628 e 630.

55 Op. cit., pp. 654, 653 e 659.

56 Op. cit., pp. 653 e 659.

57 Op. cit., pp. 654 e 655.

58 Op. cit., pp. 680-81 e 679.

59 Op. cit., pp. 675, 651, 652 e 659. Uma análise das alianças político-partidárias do PT poderia adotar como parâmetro o livro de José Arlindo Soares sobre a união entre forças de esquerda e correntes nacionalistas em Pernambuco: *A Frente do Recife e o governo do Arraes: nacionalismo em crise — 1955-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

60 *Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos (1979-1998)*, op. cit., pp. 645 e 639.

61 *II Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores: resoluções (1999)*. São Paulo: s.d., pp. 2 e 3.

62 Op. cit., pp. 7 e 8.

63 Op. cit., p. 2.

64 Op. cit., p. 4.

65 Ibidem.

66 Op. cit., p. 6.

67 Op. cit., pp. 9 e 10.

68 Partido dos Trabalhadores: resoluções do 12º Encontro Nacional (2001), mimeo, pp. 1, 42 e 3, respectivamente.

69 Op. cit., pp. 12 e 15.

70 Op. cit., pp. 26 e 4.

71 A Agenda 21 foi um dos documentos emitidos pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, reunida no Rio de Janeiro em 1992. Inicialmente concebida como um plano de contínuas reformas sociais e econômicas em direção a um modelo econômico sustentável, as metas da Agenda 21, até o momento, têm sido negadas na prática.

72 *Partido dos Trabalhadores: resoluções do 12º Encontro Nacional (2001)*, op. cit., pp. 16 e 32.

73 Op. cit., pp. 23, 17 e 19, respectivamente.

74 Nos anos 1990, o PT organizou as chamadas Caravanas da Cidadania, com as quais o candidato Lula visitou várias localidades do país. Nesse mesmo período, também foi criado o Instituto Cidadania, organização não-governamental dedicada à elaboração de políticas públicas e de diagnósticos sobre temas da vida nacional.

75 Essa caracterização foi inspirada diretamente no pequeno ensaio de Georges Lefranc, *O socialismo reformista*. Trad. M. T. Ramos. São Paulo: DIFEL, 1974. Uma crítica ao que Florestan Fernandes chamou "ilusões governamentais" está em *Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo*, op. cit., pp. 216-26.

76 Ver Otávio Ianni (org.), *Marx: sociologia*, 4ª ed. São Paulo: Ática, 1984, p. 204, coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 10.

77 Ver, entre outros, Paul Singer, *Um governo de esquerda para todos: Luiza Erundina na Prefeitura de São Paulo (1989-1992)*. São Paulo: Brasiliense, 1996; e Oswaldo E. do Amaral, *A estrela não é mais vermelha: as mudanças do programa petista nos anos 90*. São Paulo: Garçoni, 2003.

78 Ver, por exemplo, Margareth E. Keck, *PT: a lógica da diferença*. Trad. M. L. Montes. São Paulo: Ática, 1991; e Julio Godio (org.), *?Un PT en Argentina?* Buenos Aires: Corregidor, 2003.

79 Marco Antonio Brandão, *O socialismo democrático do Partido dos Trabalhadores: a história de uma utopia (1979-1994)*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2003.

3) Bibliografia complementar

AZEVEDO, Clovis Bueno de. *A estrela partida ao meio: ambigüidades do pensamento petista*. São Paulo: Entrelinhas, 1995.

CARDOSO, Fernando Henrique. "Estado capitalista e marxismo", *Estudos CEBRAP*, 21. São Paulo: CEBRAP, 1977, pp. 5-31.

CÉSAR, Benedito Tadeu. *PT, a contemporaneidade possível: base social e projeto político (1980-1991)*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2002.

COUTO, Cláudio Gonçalves. *O desafio de ser governo: o PT na prefeitura de São Paulo (1989-1992)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Trad. C. M. Oiticica. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

FERNANDES, Florestan. *O PT em movimento*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1991.

__________. *Em busca do socialismo*. São Paulo: Xamã, 1995.

__________. "O significado da ditadura militar", in Caio Navarro de Toledo (org.), *1964: visões do golpe*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997 (reimpr. 2001).

FORTES, Alexandre. "Reflexões sobre o lugar do PT na história da esquerda brasileira", in Alexandre Fortes (org.), *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Chapecó: Argos, 2005.

HOBSBAWM, Eric J. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. Trad. M. Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KAUTSKY, Karl. *O caminho do poder*. Trad. M. Bandeira. São Paulo: HUCITEC, 1979.

LYRA, Rubens Pinto. "O socialismo petista", in Renato Pinto Lyra, *Socialismo: impasses e perspectivas*. São Paulo: Scritta, 1992.

MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido (1979-1982)*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

MILIBAND, Ralph. *O Estado na sociedade capitalista*, 2ª ed. Trad. F. Tabak. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PALERMO, Vicente (org.). *Política brasileña contemporânea*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, Instituto Di Tella, 2003.

PEDROSA, Mario. *Sobre o PT*. São Paulo: Ched, 1980.

PONT, Raul. *A estrela necessária*. Porto Alegre: Veraz, 2002.

PARTE II

MOVIMENTOS

6

Debate no Exílio
Em Busca da Renovação

*Denise Rollemberg**

A imprensa, assim como os grupos políticos e culturais, é um lugar privilegiado para a reflexão da maneira como a esquerda que viveu a experiência do exílio do período 1964-1979 incorporou, diante das perspectivas que se abriam — e levando na bagagem uma fragorosa derrota —, temáticas que até então desconsiderava ou relegava a segundo plano. Através dela, pode-se acompanhar o processo, em meio às tradições passadas, de um embate entre a permanência e a mudança.[1]

Os periódicos foram variados e sofreram as influências das conjunturas internacionais e nacionais, traduzidas pelos exilados segundo seus interesses e referências. Neles, é fácil perceber as várias fases do exílio, como evoluíram, em quais valores se pautavam.[2] Por meio da imprensa, é possível acompanhar as discussões e os embates em pauta nesses anos, a permanência de antigos temas e o aparecimento de novas temáticas e abordagens.

No exílio, alguns exilados abandonaram o interesse pela política. A maioria, entretanto, o manteve, revendo suas concepções. A democracia foi aparecendo e se impondo como valor a ser incorporado pela esquerda brasileira, marcada, como toda a sociedade na época, por concepções e práticas autoritárias. Novas re-

* Professora do Departamento de História, Universidade Federal Fluminense.

ferências passariam a ser consideradas no projeto de transformação social. Outras se manteriam, se consolidariam. A mudança não esteve imune às ambigüidades, num embate com as heranças do passado, que permaneciam, insistiam e, ao mesmo tempo, se transformavam.

Houve desde publicações que seguiam uma linha bem tradicional de órgãos de partidos, dedicando-se à veiculação de documentos partidários, até aquelas voltadas para a divulgação da produção artística e cultural dos exilados e presos políticos no Brasil.[3] Como exemplo dos dois pólos, podem ser citadas, de um lado, a revista *Brasil Socialista* (Paris) e, de outro, a *Reflexo* (Estocolmo).[4]

A maior parte da imprensa, porém, combinou documentos de organizações; artigos temáticos; informações e estudos sobre a situação social e econômica brasileira; denúncias sobre a ditadura, sobre tortura e prisão política; notícias do Brasil em geral. Cada revista se dedicava mais ou menos a este ou àquele aspecto. A imprensa é, assim, um meio, entre outros, de acompanhar as mudanças e permanências dos exilados. As conjunturas, os debates, os temas presentes e ausentes, as várias posições e opiniões, as atividades propostas e divulgadas e, mesmo, as diferentes concepções de imprensa revelam os exilados através do tempo.

Uma revista particularmente interessante para acompanhar a evolução de uma parte da esquerda no exílio é a *Debate*, a começar por sua duração. Apareceu em Paris, em fevereiro de 1970, e durou até julho de 1982. Nasceu, portanto, no momento em que o país vivia o processo de luta armada e sobreviveu ao período do exílio, chegando mesmo a ultrapassá-lo.[5]

A revista foi criada por João Quartim de Moraes, ex-professor de filosofia da Universidade de São Paulo (USP), dirigente da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), expulso da organização em janeiro de 1969, ao divergir dos rumos que a luta revolucionária vinha tomando.[6] Exilado em Paris, Quartim reuniu em torno da revista parte da esquerda emigrada crítica da experiência vivida nos

últimos anos. Pretendia fazer cumprir a idéia leninista do órgão de imprensa como veículo unificador.[7] Através da revista, seria desenvolvida intensa luta ideológica, com a promoção de debates e discussões e a divulgação de documentos das organizações políticas, bem como a denúncia da violência da ditadura. Desse processo, cuja *autocrítica* era essencial, nasceria uma síntese capaz de reorganizar o movimento revolucionário, unificando-o numa *correta* linha política.[8]

A *Debate* acabou funcionando como um *centro de estudos* e, até mesmo, como um *movimento cultural*, com presença entre os exilados e elevado nível de discussão teórica. Além do grupo em Paris, foi estabelecido outro em Santiago do Chile, que editava a versão em espanhol com o título *Teoria y Practica*, procurando aproveitar a legalidade do governo da Unidade Popular para divulgar suas posições. Conseguiu, ainda, sustentar uma rara regularidade nas condições pouco favoráveis do exílio: 40 números em 12 anos.

A maioria dos colaboradores era de intelectuais de classe média — alguns tinham origem proletária e todos haviam sido militantes políticos nos anos anteriores.[9] Basicamente, a revista foi constituída por intelectuais militantes.

Como resultado da iniciativa que deu origem ao chamado Coletivo Debate, tem-se extensa produção de artigos e editoriais, que, além da crítica da experiência da luta armada, revelou uma capacidade de abertura para temáticas até então ausentes na esquerda brasileira ou por ela relegadas e que vão, ao longo dos anos, sendo incorporadas a seu universo ideológico.

Na *Debate*, encontram-se artigos sobre internacionalismo, partido, democracia, feminismo, racismo, movimento sindical, luta armada e revolução. À medida que os temas eram tratados, surgiam análises da realidade brasileira e perspectivas para sua transformação.

Enfim, a revista foi capaz de analisar a experiência passada, abrindo-se para *novas* maneiras de abordar antigas temáticas. A reflexão e o debate seriam a chave para a reorganização dos revolucionários

sobre outras bases, numa tentativa de superar os equívocos passados sem perder o *potencial humano* que os anos anteriores haviam gestado.

Em abril de 1973, no nº 12, a revista lançou o projeto de plataforma política, que foi sua bandeira de luta: a união dos comunistas brasileiros no partido revolucionário. Sua identidade foi sendo construída em torno dessa plataforma. No entanto, devido mesmo à proposta de promover discussões, a revista não se apresentava como bloco monolítico, apesar de manter um eixo bem definido. Pelo contrário, trata-se de um conjunto de posições nem sempre coincidentes. Esse pluralismo foi excepcional na esquerda brasileira, sobretudo se lembrarmos que as possibilidades de discussão interna nas organizações eram bastante limitadas.

Como compreender a abertura de horizontes da *Debate*? Como entender a superação de uma tradição tão arraigada na esquerda brasileira marxista-leninista? Alguns fatores podem iluminar essas questões: a derrota da revolução brasileira impunha a revisão de referências; o exílio colocava os revolucionários em contato com discussões que ampliavam a visão de mundo, tais como sobre a democracia, o eurocomunismo, o socialismo realmente existente, o feminismo, os direitos humanos etc. João Quartim destacou o nível de vida do europeu, desfrutando do Estado de bem-estar social, o que motivava a reflexão sobre as possibilidades do capitalismo.[10]

Na verdade, o próprio caráter do exílio criava condições para a abertura: os exilados não viviam a condição de retaguarda de nenhum movimento consistente no país, principalmente após a derrota da Unidade Popular, no Chile, em setembro de 1973. O fracasso, sobretudo depois disso, foi tão avassalador que criou um fosso entre os que estavam no exterior e os que estavam no país. Não havia um processo de luta em curso que pudesse fazer a ligação. As referências estavam, de fato, profundamente abaladas.

Outro fator a destacar é a própria personalidade de João Quartim de Moraes e das pessoas que compunham o Coletivo Debate. Sensíveis às transformações do mundo, rompiam com visões limitadoras.

A ampliação dos temas e o pluralismo de posições caracterizaram a revista, enriquecendo a esquerda. Nesse sentido, a publicação foi inovadora, e é aí que se destaca sua contribuição. A não-concretização do objetivo pelo qual se estruturou e lutou tantos anos — ou seja, gerar a organização/partido — é, de fato, um objeto de estudo do historiador.

Excelente fonte para o estudo da esquerda brasileira, a *Debate* suscita uma série de questões: até aonde chegava a reflexão de uma esquerda destruída e em busca de outras referências? Até onde as novas referências foram capazes de reformular antigos paradigmas? Até que ponto a ampliação e a flexibilidade inviabilizaram o projeto da União dos Comunistas? Ou até que ponto esse projeto limitou a ampliação da revista? Coesão partidária e debates eram incompatíveis?

Pretendo, então, por meio deste estudo, perceber como parte da esquerda evoluiu no exílio. Selecionei algumas temáticas que me pareceram mais relevantes. Por meio delas, tentarei recuperar a trajetória de parte da esquerda exilada e crítica, procurando compreender as interpretações do passado, as formulações e os projetos para a participação política no país, que só se tornou possível ao fim da década de 1970, com a anistia.

A ação não fez a organização: a autocrítica da luta armada

A *autocrítica* da experiência de luta armada foi um dos pilares da revista. Como já vimos, João Quartim de Moraes, na VPR, combatera as posições que a organização vinha tomando, sinalizando os rumos que a luta revolucionária seguiu na última fase, marcada pelo isolamento crescente em relação à sociedade e pelo confronto suicida com a repressão.[11]

A revista assumiu, a princípio, o que chamou de *apoio crítico* à luta armada, para somente um pouco mais tarde combatê-la aberta-

mente. Ou seja, defendeu-a nos primeiros números, como o caminho para enfrentar o regime ditatorial e transformar a realidade brasileira: "no caso do Brasil, a luta revolucionária tem de ser principalmente violenta e ilegal devido ao 'caráter autocrático e militar da dominação de classe da burguesia monopolista'".[12] No entanto, era preciso discutir a forma como a luta revolucionária estava acontecendo, já que enfrentava sérios problemas que exigiam solução urgente. A *Debate* propunha-se compreender a "natureza política e militar desta etapa da guerra revolucionária" e ser "um instrumento de elaboração, de crítica e de divulgação da política revolucionária no Brasil".[13]

Em começos de 1972, diante da inegável derrota "que carrega consigo um triste e longo cortejo de desilusões, de desânimo, de desesperança", a *Debate* concluía que a atualidade da revolução significava sua "imperiosa necessidade", mas não sua iminência.[14] A derrota podia ser sintetizada nas enormes perdas humanas, na atomização e na luta interna dos grupos, no não-desenvolvimento da guerrilha rural como se esperava e no desligamento das massas em relação às organizações.[15]

A crítica à luta armada ainda era bem tímida nos primeiros números. Em abril de 1973, a *Debate* procurou explicar o que chamou de "apoio crítico" à luta armada:

> Esta posição — que encerrava um elemento de conciliação com o militarismo — explicava-se pelo fato de que, num momento em que parte ponderável das forças mobilizadas pela estratégia da guerrilha ainda se encontrava intacta, a luta ideológica tinha de se travar em boa medida no campo do extremismo militarista de classe média: ali estavam com efeito muitos militantes sérios e conseqüentes, e a reorganização do movimento revolucionário dependia também de seu concurso. Lutar para livrá-los da aventura da "guerrilha urbana" era lutar pela preservação do patrimônio humano da Revolução.[16]

Apesar das significativas derrotas em 1970, primeiro ano da revista, o massacre geral das organizações e o fracasso da luta ar-

mada ficaram mais contundentes no ano seguinte. A crítica à experiência se fez, de maneira mais firme, nos números seguintes.

Ao longo dos anos, a *Debate* procurou sempre chamar atenção para o isolamento no qual a esquerda armada vivia. Longe de ser a expressão da revolução das classes populares, a esquerda armada limitou-se a representar a "pequena-burguesia urbana radicalizada".[17] Era preciso compreender esse limite que empurrava a esquerda para o fracasso.

O artigo intitulado "Balanço da luta revolucionária no Brasil", assinado por Josué Costa, Saturnino da Silva e Alice Paiva, lembrava que a estrutura orgânica era a própria materialização de uma concepção política. A explicação para os golpes sofridos pelas organizações e para as dificuldades de se vincularem às *massas* deveria, pois, ser buscada na linha política praticada. Embora os grupos de vanguarda tivessem o mérito de lutar contra o regime, as ações armadas não conseguiram elevar o nível de organização das classes revolucionárias. A crença de que a luta armada mobilizaria as *massas* populares estava falida e cumpria abandonar a *ilusão espontaneísta*.[18]

Enfim, a luta armada não garantia, por si só, a vitória da revolução brasileira. A saída para o impasse no qual se encontrava a *resistência armada urbana* estava mesmo na ampliação das *bases sociais da resistência*. O não-enfrentamento da realidade levava à *dilapidação do patrimônio humano da revolução*.[19] O *movimento da sociedade* deveria estar no centro das preocupações dos revolucionários, caso contrário estariam condenados à estagnação e à própria derrota. A análise teórica e a experiência mostravam o grande equívoco de imaginar a criação de exércitos populares e partidos revolucionários a partir de ações militares contra o aparelho repressivo. *A ação* não *fez a organização*. Na verdade, a revolução, e não a ditadura, enfraquecera-se no processo da guerrilha.[20] Invertiam-se, pois, as verdades dos militaristas.

Debate para a unidade ou à espera do partido

O isolamento da luta armada suscitou intenso debate, apontando outra questão a se discutir: a do partido revolucionário.

O jornal clandestino *O Círculo* publicou um artigo na *Debate* no qual se posicionou a respeito. A superação do *reformismo*, ou seja, das posições do PCB, não se dera com a *elevação do nível político da classe operária*. A *esquerda revolucionária* — leia-se não-pecebista —, constituída pela *classe média radicalizada*, fracassava na tentativa de se vincular às *massas*.[21] Acrescentava-se, então, outra explicação muito freqüente: a *origem pequeno-burguesa dos revolucionários*. A base social das organizações era constituída por uma *intelectualidade revolucionária*, que dispunha de pouca adesão de militantes originários da classe operária.[22]

A solução para o problema, ou seja, a *teoria do foco*, além de se mostrar cega na avaliação da força do inimigo, demonstrava uma atitude *paternalista* em relação à classe operária. Daí se podia compreender o isolamento da luta armada, cuja dinâmica se superpunha à própria luta de classes. *O Círculo* concluiu, então, que os operários estavam à espera de uma direção política conseqüente e que sua *agressividade revolucionária* seria demonstrada quando do surgimento de seu partido, ou seja, o partido revolucionário. Mesmo criticando a subestimação das *massas* no processo revolucionário, a explicação para a derrota vinculava-se à ausência do partido, jamais à possibilidade de as *massas* se identificarem com outros caminhos, de acordo com outros interesses. Pelo contrário, a classe operária *esperava* o surgimento do partido.

O documento da Ala Vermelha, "Carta política de julho de 1973", tenta compreender a *inexistência de um movimento organizado e combativo da classe operária*, atribuindo-a à ineficácia do trabalho das organizações. Este não atingia o *mundo subjetivo das massas* e, portanto, não era capaz nem de sensibilizá-las nem de mobilizá-las. Era preciso estar atento às necessidades e problemas das *massas*, que podiam ser resumidos na luta por melhores salários e condições de trabalho e de vida. Acreditava-se que o desenvolvimento das *lutas econômicas* levava, inevitavelmente, a classe operária a adquirir a consciência e a força políticas, desde que se contasse com um partido *capaz de conduzi-la e educá-la política e ideologicamente de acordo com os princípios do socialismo científico e marxista-leninista*.[23] Em suma, o documento reafirma a imprescindibilidade do partido.

Fernando de Andrade, pseudônimo de João Quartim de Moraes, travou duro combate contra a teoria do foco, que, segundo ele, dispensava a iniciativa da sociedade ao absolutizar a técnica militarista. Tudo seria resolvido no campo militar. As *massas* estavam reduzidas a força de manobra passiva.[24] A VPR e, mais precisamente, Jamil Rodrigues, teórico da organização,[25] foram os alvos precisos de Quartim, já que produziram a forma mais acabada de exaltação do militarismo. Jamil teria sido *o doutrinário da revisão do marxismo-leninismo*. A vanguarda defendida por ele, submetida a rígido centralismo militar, golpearia o aparelho repressivo militar. Aí estava, para Quartim, o profundo desprezo pelas *massas*:

> As massas para Jamil não sabem brigar. Nem potencialmente lhes é atribuído um papel motriz. Elas só se manifestarão quando a "vanguarda" tiver minado suficientemente, através de uma luta desenvolvida segundo os requintes mais modernos de tecnologia, o aparelho repressivo burguês. A "vanguarda" é o elemento motor que destrói, as massas o pano de fundo que só hão de entrar na confusão na hora final.
>
> As teses de Jamil implicam, portanto, numa concepção que despreza francamente o papel das massas [...].[26]

O proletariado era *implicitamente considerado um ignorante manipulado pelo "sistema"*.[27]

Em setembro de 1971, a *Debate* começou a promover intensa polêmica, a partir da publicação do texto "Uma autocrítica necessá-

ria", da Tendência Leninista da Ação Libertadora Nacional (TL-ALN), dissidência da ALN, organização fortemente marcada pelo militarismo. O documento assumia a crítica da luta armada. A discussão deu-se, basicamente, em torno da questão do militarismo e desenrolou-se ao longo dos anos seguintes.

O debate seguinte à publicação do texto teve grande capacidade mobilizadora, e as conclusões convergiram para o que já foi destacado: os golpes sofridos pela ALN não podiam ser explicados exclusivamente pelo sistema repressivo da ditadura. O *milagre econômico* também não explicava o afastamento das *massas*. Para a TL, as causas do fracasso da luta armada estavam na concepção errada de estrutura de organização. O ponto mais fraco da luta armada estava na ausência do partido revolucionário. O correto encaminhamento dependia da organização do *partido de novo tipo*. Somente esse trabalho — e não a luta armada por si mesma — mobilizaria as *massas*. Em resumo, a ausência do partido explicava o afastamento da sociedade, o qual, por sua vez, levava a esquerda armada ao fracasso.[28]

A explicação foi, de certa forma, ratificada por militantes da Ala Vermelha (dissidência do PCdoB) e da VPR. Levantar a palavra de ordem "ligar-se às massas" era o sinal evidente da falência da linha adotada pela esquerda. Tratava-se de uma falsa solução tentar superar o isolamento entre vanguarda e *massas*, ou seja, se havia um abismo entre elas, era porque a *vanguarda* não era portadora de *idéias corretas* e, em última instância, não era vanguarda. A ligação com as *massas* deveria preceder à organização do partido e não o contrário.[29]

A confirmação da imprescindibilidade do partido leninista era, na verdade, ponto comum entre os marxista-leninistas que buscavam analisar a revolução brasileira.[30] A *Debate* propunha-se, então, assumir a bandeira do partido da classe operária. Esta foi sua principal preocupação ao longo do exílio.

Os que ainda se dedicavam ao trabalho junto às *massas* tinham mais condições de formar o partido do que *aqueles que continuavam tentando "abrir caminho à bala"*.[31] Sobre esse ponto, militantes da

Ala Vermelha e da VPR tinham uma posição interessante: mesmo as organizações voltadas para o trabalho de *massas*, ainda no auge, ou seja, na Passeata dos Cem Mil (junho de 1968), não conseguiram dirigi-lo, e a direção do movimento acabou sempre nas mãos de lideranças independentes e carismáticas.[32]

Enfim, para a *Debate*, era necessário recuperar o que havia de específico no marxismo-leninismo, isto é, a ligação com a *massa*, para então construir o partido de vanguarda, que a *guiaria* em direção ao comunismo. Dizer-se de acordo com Marx e Engels e com Lênin era dizer-se organizado ao lado de setores importantes do movimento operário. A *Debate* manteve, nesse sentido, uma antiga característica da esquerda: negar a referência marxista àqueles que divergiam de sua posição. As organizações que se definiam como *partidos proletários e comunistas*, sem referência na classe operária, haviam, na verdade, abandonado a teoria marxista-leninista do partido, perpetuando o que a revista chamou de política de círculo e impedindo a formação do partido.[33]

Com o objetivo de construir o partido revolucionário, em 1973 a *Debate* lançou o projeto de plataforma política,[34] cuja essência estaria no livro editado dois anos mais tarde, com o título *Pela união dos comunistas brasileiros*.[35] Aí, definiu-se a "tarefa principal" dos revolucionários, que orientou toda a evolução da revista no exílio: "a reunificação dos marxistas-leninistas do Brasil num único PARTIDO COMUNISTA, concebido como o destacamento mais avançado do movimento operário e revolucionário no Brasil".[36] As outras duas *tarefas* convergiam para o objetivo principal: "1) ligar-se à luta de massa; 2) desenvolver a luta ideológica para pôr fim ao obscurantismo e para se apropriar teoricamente do marxismo e do leninismo como instrumentos da transformação revolucionária da nossa sociedade".[37]

Era preciso recompor as forças revolucionárias e dar organicidade ao movimento, num esforço para superar a fragmentação da esquerda, marcada pelo *espírito de círculo* e não de partido, o que constituía um obstáculo ao desenvolvimento da luta dos marxista-

leninistas.[38] Unidos no partido, os comunistas *elevariam o nível de consciência e de organização da classe operária*, assumindo a vanguarda da luta contra o regime militar e contra os monopólios.[39] Enquanto não houvesse a união dos comunistas, não haveria a união do movimento operário sobre bases revolucionárias.[40]

A fragmentação e a dispersão da *esquerda revolucionária* não podiam ser explicadas *apenas* pela existência da ditadura militar, que impunha obstáculos à organização do movimento. A *fraqueza teórica* da esquerda tinha peso fundamental na explicação. Então, para superar a fragmentação e a dispersão, era preciso desenvolver a luta ideológica, contribuindo, assim, para a unidade e a reorganização dos marxista-leninistas.[41]

A revista *Debate* chama atenção para os objetivos comuns dos marxista-leninistas brasileiros:

> derrubar o Estado burguês, abolir as relações capitalistas de produção, estabelecer a hegemonia do proletariado sobre a sociedade através de um novo tipo de Estado que construirá o socialismo, realizará a plena democracia e criará as premissas para a abolição das classes e do Estado e para a vitória internacional do comunismo.[42]

A busca do que havia em comum entre os comunistas é bastante original na esquerda que surgiu na década de 1960. Em geral, as supostas diferenças prevaleciam, provocando inúmeras cisões.[43] Essa busca propunha-se a contribuir para a tentativa de unir os marxista-leninistas, independentemente de suas posições conjunturais, orientando o debate, a pesquisa e a reflexão.[44]

Na verdade, a amplitude e a capacidade da revista de promover debates, abrindo-se para o confronto de concepções muitas vezes discordantes, tinham por objetivo chegar à síntese, isto é, ao conhecimento, à verdade. Essa posição foi claramente assumida por João Quartim de Moraes.[45] Em última instância, chegar-se-ia ao próprio partido. Este, porém, deveria vincular-se às *massas*, especialmente à classe operária. A organização surgiria da relação com a

sociedade e, ao mesmo tempo, orientaria sua luta em direção aos objetivos históricos.[46]

Como se viu, a experiência do confronto armado de pequenos grupos já havia evidenciado que a luta política de *massas* não surgiria das ações.[47] Mesmo com a revista valorizando os movimentos sociais na transformação da sociedade, somente o partido seria capaz de dirigir a luta revolucionária, estabelecendo a tomada do poder como condição, ou seja, o partido era indispensável.[48]

A organização revolucionária deveria também ter caráter clandestino.[49] Não havia contradição entre o trabalho com as *massas* e o trabalho clandestino:

> A ação dos comunistas, na medida mesmo em que eles estão vinculados ao movimento de massas, desenvolve-se, portanto, em grande parte no plano legal. No entanto, *enquanto comunistas*, eles só podem debater as *questões centrais de seu movimento* na clandestinidade, ao menos enquanto durar a ditadura.[50]

Uma tentativa de unificação dos comunistas, entre a União dos Comunistas[51] e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), que se aproximaram no final dos anos 1970, acabou se frustrando.[52]

Outro conceito de partido apareceu no artigo de Rolando Frati.[53] Sem ganhar maiores ressonâncias na revista, não se tornou hegemônico. Suas posições — pouco claras, por sinal — indicam menos as idéias de um indivíduo e mais a maneira como propostas discordantes ganharam espaço.

Segundo Frati, insistir na formação do partido único era uma marca do passado, da qual muitos comunistas ainda não conseguiam se desprender. Depois da Segunda Guerra Mundial, mudanças ocorreram e era necessário analisá-las criticamente:

> Partido único foi possível em determinado país e em determinada fase, e por razões particularíssimas. Nos demais, o modelo foi imposto e mantido de fora, por meios coercitivos e repressivos. São fenômenos estranhos,

incompatíveis com o Socialismo, que por sua vez geraram toda uma série de deformações e distorções, causadoras de grandes dificuldades na construção da Sociedade Socialista.[54]

Outras *forças*, que não os partidos comunistas, lutavam pelo socialismo e haviam sido gestadas como conseqüência do desenvolvimento das forças produtivas, da defesa da liberdade, da democracia. Além disso, o Brasil e sua esquerda tinham particularidades, o que tornava inútil e sem sentido a luta pela construção do partido único. Insistir nisso era assumir uma concepção mecanicista da construção do partido. Somente a luta de *massas criaria a necessidade* do partido revolucionário, que cresceria, no processo de luta, em grau de influência e autoridade. Nesse sentido, era fundamental a *linha política*, que corresponderia às aspirações das *massas*, encarnando seus interesses.

A via eleitoral, no entanto, não poderia ser a única alternativa para chegar ao poder, considerando-se a ausência de uma tradição democrática no país. Nossa realidade, ao contrário, estava marcada pela *dependência*, pelo *subdesenvolvimento* e pelos regimes repressivos.

Os grupos da *esquerda revolucionária* que se mantinham autônomos e independentes, isto é, que estavam ligados *apenas ideologicamente* aos países socialistas, formulariam uma linha revolucionária, ponto central da revolução. A discussão do partido, que concretizaria essa linha, viria em segundo lugar.[55]

No final da década de 1970, anunciava-se a formação de um partido de *massas* — o Partido dos Trabalhadores —, surgido, basicamente, das lutas sindicais dos últimos anos, das participações de setores da Igreja comprometidos na luta contra a ditadura civil-militar, de intelectuais independentes, de ex-militantes de organizações revolucionárias destruídas, além de algumas organizações remanescentes.

A revista *Debate* manteve uma posição bastante crítica quanto à formação do PT. A concepção leninista de partido jamais desaparecera do interior da revista, ao longo do exílio. Ao contrário, a perspectiva de unir os comunistas e formar o partido revolucionário fora o eixo estruturador desde o início e manteve-se até o fim. As discussões sempre confirmaram a necessidade de construí-lo.

A concepção de partido presente nas origens do PT conflitava com as tradições leninistas dos integrantes da *Debate*. O viés religioso, o trotskismo e o *basismo antiintelectual* dos primeiros momentos do partido eram inaceitáveis para os intelectuais da revista.

A *Debate* acabou em 1980, quando parte do Coletivo aderiu ao PMDB, mantendo a idéia da integração dos comunistas a uma frente. Outra parte foi para o PCB. Era impossível participar do partido de *massas* que surgia.

Segundo João Quartim de Moraes, a formação do PT estava marcada por uma tendência do final da década de 1970: a supervalorização da *espontaneidade das massas*. Com isso, incorria-se em grave erro, uma vez que as *massas*, enquanto não fossem educadas nos princípios leninistas, não encerravam valor positivo apenas por serem *massas*. Essa tendência *espontaneísta* continha em si uma tradição rousseauniana e religiosa.[56]

O editorial "Nas ruas, pela liberdade" chamava atenção para o engodo a ser evitado pelos comunistas:

> A tendência ao "massismo" é inerente ao *cristianismo social. Cabe aos comunistas levar à classe operária* — e a *todas* as camadas sociais revolucionárias — a perspectiva do partido revolucionário de nossa época, organicamente ligado às massas, mas portador das idéias as mais avançadas da humanidade, e por isso mesmo incompatível com o culto das massas tal como elas hoje se configuram na sociedade capitalista.[57]

Para a perspectiva *massista* e *espontaneísta*, contribuíra a *esquerda cristã*, ou seja, o setor da Igreja católica eixo da organização de um movimento de *massas* centrado na transformação social em dire-

ção à igualdade entre os homens, defendendo a tese da libertação como *obra espontânea do povo*. Em outras palavras, a consciência libertadora estava inscrita na essência dos oprimidos. A tese conflitava com a teoria marxista, que via aí um espontaneísmo nocivo à causa revolucionária. A *massa* precisava ser *conscientizada*, através de trabalho que viria, necessariamente, de fora, ou seja, do partido. Na verdade, a própria *esquerda cristã* tinha um papel ativo e dirigente nos movimentos sociais, já que intelectuais cristãos haviam formulado a base teórica que sustentava o trabalho junto aos *setores oprimidos* da sociedade. Tratava-se, pois, de uma suposta espontaneidade.[58]

O caráter amplo que representava a diversidade dos movimentos sociais surgidos na década de 1970 dava ao PT um perfil diferente daquele defendido pelos marxista-leninistas. Ou seja, o PT ia sendo construído sob outro *conceito* de partido. Isso ficou evidente em artigo de P. Alves, questionador dos caminhos pretendidos pelo PT.[59] Não se tratava de um partido representativo de uma *corrente de idéias do movimento operário*. Aliás, o próprio nome — Partido dos Trabalhadores — não definia um *objetivo histórico*, mas apenas a base social que pretendia representar: "O PT precisa definir claramente qual é a sua idéia, a sua 'doutrina revolucionária', em que ele se distingue dos demais agrupamentos políticos existentes no País".[60]

No artigo "O obreirismo revisitado", cujo título já antecipa a visão crítica do texto, Fernando de Andrade pretendeu fazer uma avaliação do *fenômeno Lula*. O líder sindical representava as posições majoritárias do movimento, mas não as mais avançadas, assim como a *saída moderada* entre os *pelegos* e as oposições sindicais. As posições de Lula revelavam, na verdade, uma *concepção socialdemocrata do papel da classe operária*.[61]

A citação abaixo sintetiza a avaliação da *Debate* sobre o momento político do final dos anos 1970 e a definição da luta a travar:

> Cada conjuntura comporta suas próprias *ilusões*: na hora em que muitos vislumbram no chefe carismático e nas velhas marcas registradas o atalho mágico para a revolução social (supondo-se, apenas por hipótese, que se trate realmente de revolução), na hora em que o culto da espontaneidade das massas embriaga os que se cansaram do *trabalho revolucionário real*, que consiste em estar adiante e não a reboque do movimento de massas, e, sobretudo, na hora em que a força do movimento operário e democrático faz recuar a ditadura, a luta por um comunismo de nossa época, enraizado em nossas realidades e portador da concepção internacional da passagem a uma nova sociedade, liberada da exploração do Capital e da opressão de classe, constitui, para os que mantêm os olhos abertos, a mais exaltante das tarefas.[62]

A *Debate* publicou um artigo de M. Faustino Santos, que, ao analisar a situação do movimento popular na conjuntura de 1979, defendeu a formação de um *partido político popular e nacional*, que contribuísse para o movimento popular sair do cerco no qual se encontrava.[63] Era preciso assumir a realidade que muitos se negavam a ver: a ditadura militar não estava acuada pelo movimento popular, apesar do avanço deste nos últimos anos. Impunha-se a tarefa de construir um *partido político nacional e popular*, que assegurasse "melhores condições à intervenção política do povo, fator essencial à sua vitória na luta contra a burguesia e o capitalismo no Brasil".[64] Para tal, devia-se formular um programa político *amplo e flexível* para unificar as diversas correntes da luta popular, num esforço para superar o *espírito de grupo* e de *seita*. Esse partido permitiria a *livre associação interna*, segundo uma *organização de tipo "frente política"*.[65] Faustino defendia a construção do partido de massas.

Segundo Quartim, o texto de Faustino estava impregnado das idéias *massistas* e *espontaneístas*.[66] Sua proposta política diluía "a tarefa da construção do partido de vanguarda em prol de um partido nacional e popular sem definição ideológica que mais parece uma frente dos sem-partido".[67] A defesa do partido de *massas* não ganhou força na revista, e as posições de Faustino ficaram isoladas. A *Debate*, como se viu, não aderiu à formação do PT.

Democracia: direitos jurídicos, valor universal, ditadura do proletariado

A reflexão sobre a experiência da esquerda brasileira, nos anos 1960 e início dos 70, suscitou a discussão da questão da democracia. No exílio, outros conceitos de democracia eram defendidos, não se limitando mais àquele das organizações leninistas dos anos 1960, ou seja, a *democracia proletária* ou a *ditadura do proletariado*. Três conceitos de democracia apareceram na *Debate* e indicam os caminhos diferentes que a esquerda brasileira vinha tomando.

A perspectiva predominante foi a defendida no projeto de plataforma política, que identificava a democracia com direitos jurídicos. Assim, a luta democrática que derrubaria o regime militar seria a luta pelo restabelecimento dos direitos civis anulados pela ditadura e, no caso específico do movimento operário, a luta pela organização independente dos sindicatos, desvinculando-os do Estado. Nesse sentido, a bandeira da democracia aglutinaria diversos setores da sociedade, não se limitando aos revolucionários. Esta deveria ser a luta central dos comunistas, levando-se em conta a existência de um regime de exceção. Sob a direção dos comunistas, o movimento popular, após a derrubada dos militares, ganharia a direção socialista.[68]

É interessante notar o impacto que a defesa da democracia, como eixo da luta pelo socialismo, teve quando da publicação da plataforma política, em 1973. Essa idéia "se contrapunha a duas tendências erradas que então dominavam o movimento comunista brasileiro: o desprezo pela democracia por parte de todas as organizações vanguardistas e a visão esquemática e mecânica da luta pelas liberdades democráticas por parte do PCB".[69]

Outro conceito de democracia apareceu em alguns artigos da *Debate*. Em "A esquerda e a democracia", Márcia Brandão e Tiago Lima verificavam que *a grande maioria dos revolucionários* assumiu

a luta pelas liberdades democráticas. No entanto, a democracia era apenas um meio para se chegar ao socialismo, e os revolucionários "não compreendem a necessidade da realização efetiva da democracia como *condição* para o socialismo".[70] A construção do socialismo não se faria à margem da democracia.[71]

Seguindo esses passos, P. Alves considerou que a discussão sobre democracia envolvia, necessariamente, a relação entre socialismo e liberdade. Era inquestionável o limite ao exercício das liberdades políticas imposto pelos países socialistas, nos quais não se concretizara a essência da ditadura do proletariado, ou seja, a mais ampla participação das *massas* na vida política do país. Seria legítimo, então, buscar outro caminho para o socialismo. A resposta estava em Antonio Gramsci. O cerceamento das liberdades verificado nas revoluções socialistas já realizadas se explicava pelo tipo de sociedade em que ocorreram: sociedades pouco estruturadas, com uma vida política menos consistente. Essa via de transição deveria ser considerada uma particularidade, referida a condições concretas e específicas. Não podia ser formulada como universal. Por outro lado, havia países, cujas tradições democráticas eram resultado de lutas populares, nos quais a *sociedade civil* era bem estruturada e os trabalhadores não renunciavam à liberdade conquistada, assumindo a democracia como um *valor universal*, conforme a perspectiva de Carlos Nelson Coutinho:

> produto das lutas dos trabalhadores, ela [a democracia] converteu-se numa aspiração permanente, pela qual se deve lutar, não só no capitalismo, mas também no socialismo. Ela não se traduz num desejo de colaboração entre as classes, mas, ao contrário, é a expressão mais elevada da própria luta da classe operária contra os monopólios e, sem dúvida, o seu instrumento mais eficaz.[72]

Nesses países, a via democrática para o socialismo era mais revolucionária do que a defesa do assalto ao poder, acompanhado da supressão *inevitável* das liberdades públicas.[73]

Por fim, P. Alves defendia a luta pelo fortalecimento da sociedade civil como a luta pela democracia no Brasil, embora esta ainda fosse pouco estruturada. O esforço criaria as condições para a viabilização do caminho democrático para o socialismo.

De acordo com essa posição, R. Batista destacou a importância do texto de Carlos Nelson Coutinho, "A democracia como valor universal", na defesa da tese de que as liberdades democráticas em países capitalistas não foram uma concessão da burguesia, mas uma conquista dos trabalhadores. Era enganosa a expressão "democracia burguesa". A democracia fora arrancada a ferro e fogo da burguesia.[74]

R. Batista identificou a visão de democracia de Carlos Nelson Coutinho com a de Fernando de Andrade em "A democracia revolucionária".[75] Com isso, afirmou: "é um progresso o reconhecimento de que a luta pelas formas democráticas possibilita ao proletariado ampliar seu espaço de luta pelos conteúdos reais de democracia, como objetivo histórico do socialismo".[76] Embora Fernando de Andrade tenha defendido a ampliação, através de um regime democrático, trata-se de concepções diferentes de democracia, que não podem ser confundidas.

Para Alice Paiva, também, era fundamental que os marxistas analisassem criticamente a experiência dos países socialistas para superar seus limites e criar uma *verdadeira democracia socialista*, na qual todas as relações baseadas na opressão fossem eliminadas. Isso dependia do grau de democracia que o socialismo conseguisse atingir, garantindo a liberdade de organização de todos os setores *oprimidos*, até o desaparecimento total de todo e qualquer tipo de *opressão*. Isso asseguraria um caráter democrático ao socialismo.[77]

J. Sotam Onen também buscou em Gramsci a base teórica para sua posição quanto ao papel da democracia nas lutas pela liberdade política:

> se não surge uma democracia no seio das massas, se a massa não a exige na sua ação e nas suas variadas formas sociais de organização, então ela

> não exigirá a democracia no seio de um eventual partido que venha a ser criado em seu nome. Então a democracia como forma de governo [sic], num país com uma larga tradição autoritária como o nosso, será tanto mais formal e tanto menos efetiva, quanto menos consciência e ação de massa exista sobre este problema. E, o que talvez seja mais grave ainda, permitirá a reprodução do autoritarismo político de esquerda, com a conseqüente manipulação das massas pela organização de sua "vanguarda". Em uma palavra, permitirá a preservação da sua opressão, da sua sujeição política.[78]

Por fim, o terceiro conceito de democracia estava no artigo de P. Rozemiro, "O transformismo democrático".[79] Na mesma lógica do argumento de P. Alves, segundo o qual a supressão das liberdades democráticas nos países socialistas era resultado de condições específicas e não uma necessidade universal, para Rozemiro a realização do socialismo pela via democrática — burguesa — não podia ser tomada como universal. Foi, ao contrário, a resposta encontrada pelos europeus, em condições específicas, na união de todas as forças democráticas contra o fascismo. Assim, Carlos Nelson Coutinho, em "A democracia como valor universal", equivocava-se ao procurar, na experiência, um *modelo*. A luta por liberdades democráticas contra o regime militar *apenas* colocava, na melhor das hipóteses, o movimento operário a reboque da burguesia democrática.

O sentido *universal* da democracia estava na ditadura do proletariado — ou democracia proletária —, reafirmada como a expressão mais bem-acabada da democracia, sua realização plena, abrindo caminho para o fim das democracias de classe.

Rozemiro concluía:

> propor uma profunda "renovação democrática" da sociedade brasileira sem ir até o socialismo, sem romper definitivamente com o domínio de classe e com a hegemonia burguesa é decididamente desviar a atenção das massas daquilo que liberta — o socialismo — para aquilo que escraviza — a "democracia".[80]

Feminismo: exploração da mulher, exploração de classe, politização do cotidiano

A *Debate* dedicou espaço considerável à reflexão da temática de gênero. Em 14 números apareceram artigos que procuravam ampliar a perspectiva que a esquerda tinha do papel da mulher na sociedade. A revista chegou mesmo a afirmar que o movimento feminista e o movimento negro eram os mais significativos dos movimentos sociais que emergiram, ao lado do sindicalismo, contra a opressão da sociedade capitalista.[81]

O primeiro artigo publicado, "Contribuição a uma análise marxista da questão feminina", estabeleceu a base para as discussões e posições que se seguiram nos demais números. Nele, Joana Almeida, Marta Alves e Maria Ribeiro fizeram a crítica dos limites da tese tradicionalmente defendida pelo movimento comunista, segundo a qual a transformação econômica da sociedade bastaria para pôr fim à opressão sofrida pelas mulheres. A referência teórica dessa concepção estava em Engels, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Com o socialismo, a sujeição da mulher ao homem terminaria, porque não mais existiria a monogamia compulsória, devido à extinção da herança. Mulher e homem participariam da produção social, desaparecendo a base material da família.[82]

A realidade, no entanto, negava a tese. As sociedades socialistas mostravam a permanência da exploração da mulher, consolidando-se sociedades permeadas pela desigualdade entre os sexos. Então, a determinação econômica, por si só, não podia explicar o fenômeno específico vivido pelas mulheres. Era preciso voltar-se para

> os níveis da realidade em que a opressão se concretiza e reproduz. Tais níveis dizem respeito à superestrutura política, jurídica e ideológica. A solução completa para o problema da opressão específica da mulher obriga, pois, que se transformem revolucionariamente em conjunto, as diferentes esferas da vida social e econômica. Isto porque a opressão, tendo sua origem na esfera da produção, se reproduz continuamente pela atuação dos diversos aparelhos ideológicos (Igreja, Escola etc.) e jurídicos da sociedade, de forma tal que só se extinguirá quando houver uma solução de conjunto para todas estas esferas em que a opressão se exerce.[83]

Em agosto de 1978, Joana Almeida chamava atenção para o fato de que seu artigo de janeiro de 1975 havia sido a primeira tentativa, na esquerda brasileira, de pensar a questão da mulher sem adiar a solução para o momento posterior à revolução socialista. A esquerda colocava-se bastante *atrasada* na concepção do *homem novo* e muitas vezes não assumia a frente de lutas progressistas, como a defesa do meio ambiente, a luta anti-racista, a defesa do direito ao lazer. A esquerda deveria desempenhar esse papel, colocando-se na vanguarda dessas lutas. A história provava, segundo ela, que somente os defensores do fim da exploração de classes podiam ser conseqüentes na luta pela melhoria de vida, ultrapassando os limites das melhorias econômicas e materiais.[84] Em outras palavras, a esquerda deveria assumir seu papel de vanguarda.

Joana Almeida defendia uma transformação mais ampla da sociedade:

> A mulher, mesmo desfrutando de direitos iguais ao homem, como trabalhadora e como cidadã, continuará oprimida enquanto a sociedade não for renovada por uma revolução cultural. É preciso uma nova moral sexual, baseada na igualdade entre os sexos [...]. Mas esta revolução cultural não supõe, apenas, a luta ideológica; a situação social é determinante importante da consciência de cada homem. Enquanto houver miséria na existência do homem, haverá também a violência, incluindo a violência sexual. Logo, a garantia de nossa liberdade é também a garantia do fato que nenhum homem será explorado por outro; de que terminou o reino da miséria. É por isto que o feminismo, objetivamente interessado em uma série de reformas sociais, luta, ademais, por uma transformação revolucionária de nossa sociedade.[85]

Nota-se aqui uma mudança substantiva. Mesmo mantendo a perspectiva de sociedade dividida em níveis, defendeu-se a necessidade de transformar a sociedade moral e culturalmente. O aspecto econômico, porém, continuava como o eixo decisivo, na medida em que era daí que a opressão se expandia para os demais *níveis*. A opressão era gerada, portanto, na esfera da produção.

Essa *ampliação condicionada* dificultava a aceitação das posições de Alice Paiva defendidas em "O alcance do feminismo".[86] O pensamento economicista limitou o socialismo às mudanças puramente econômicas. Gramsci já enfatizara a importância da reforma intelectual e moral para a transformação da sociedade. Além disso, era o *grau de democracia* existente no socialismo que definia a possibilidade de superação de todas as relações *opressoras*.[87]

Uma corrente feminista surgida após 1975 colocava "em discussão uma nova concepção de mundo, de relações humanas, de papéis sociais, de moral, costume etc., como sendo também elementos fundamentais de qualquer transformação social". A partir de então, os problemas privados e pessoais ganhavam uma dimensão política e, nesse sentido, cabia às mulheres "criar uma nova prática da política, verdadeiramente democrática".[88]

A posição de Alice Paiva foi duramente criticada por Marta Alves e Paula Santos.[89] A palavra de ordem "politizar o cotidiano", surgida no movimento de Maio de 1968 na França e defendida por Alice Paiva, identificava luta das mulheres e luta política — um equívoco. A mediação dos comunistas era imprescindível nessa identificação, por meio de um trabalho de propaganda e conscientização. A novidade do Maio francês — a qualificação política das manifestações de rebeldia — era uma concepção estranha ao marxismo e colocava essas manifestações à margem das grandes lutas sociais. Em outras palavras,

a identificação do feminismo com uma "nova concepção do mundo" acaba distanciando-o dos problemas reais enfrentados pela mulheres em seus

diferentes aspectos, dificultando a tarefa de identificação desses problemas para a elaboração de uma plataforma de lutas em torno da qual se organize um movimento.[90]

Assim como estavam equivocados os marxistas que isolavam o aspecto econômico, também não acertavam as *feministas sexistas*, pois davam uma resposta para o problema da opressão da mulher abstraindo a condição de classe e apresentando um programa de luta geral para todas as mulheres.

Era preciso tratar dos dois aspectos: a repressão específica sofrida pelas mulheres, inserindo-a na realidade da exploração de classe. Esta foi a *fórmula* que se manteve como ponto de vista da *Debate*.[91] Superando as lacunas do marxismo ao pensar a questão da mulher, integrava o movimento feminino ao processo da luta de classes.[92] A *Debate* se propunha, então, assumir um *papel de vanguarda* na luta das mulheres.[93]

Às discussões teóricas deveriam seguir-se estudos específicos da situação da mulher brasileira. A análise histórica e concreta superava as generalizações e contribuía para orientar a prática.[94]

A luta das mulheres das classes exploradas, no Brasil, era parte tanto da luta de classes como da luta pelo fim da ditadura. No movimento sindical, por exemplo, integrava-se ao movimento feminista. As reuniões nos locais de trabalho para discutir os problemas das trabalhadoras eram a melhor maneira de pressionar os sindicatos e as oposições para o encaminhamento de reivindicações, incorporando-se, assim, à luta geral da classe operária.[95] O planejamento familiar, tão caro ao movimento feminista, também encontrava obstáculos na ditadura militar, que apoiava campanhas de controle da natalidade alheias aos direitos mais elementares do indivíduo.[96]

Em suma, mais uma vez, procurava-se priorizar a luta democrática no contexto da ditadura. O objetivo do movimento feminista

era organizar as mulheres nessa direção. No processo de derrubada do regime militar, o movimento deveria assumir o papel revolucionário, contra a exploração de classe e a exploração da mulher.[97]

A proposta, então, era a unidade das mulheres em um programa que considerasse a existência, nessa luta, daquelas que não assumiam uma perspectiva anticapitalista e daquelas, *evidentemente mais avançadas*, comprometidas com a construção da sociedade socialista. Estas deveriam lutar pela hegemonia no movimento.[98]

Autonomia sindical: entre a realidade e as tarefas históricas

A questão sindical era uma das preocupações essenciais da *Debate*. A reorganização do movimento comunista em novas bases implicava a determinação de uma tática sindical marxista-leninista que unisse a teoria marxista e os operários.[99]

O projeto de plataforma política partia da constatação de que a classe operária brasileira não vinha desempenhando o papel que lhe era destinado. O fato não se explicava pela *traição* dos dirigentes sindicais. O PCB tinha responsabilidade na derrota de 1964, e as influências do trabalhismo contribuíam para a fraqueza do movimento operário. Esta, porém, não se exprimia apenas na oposição reforma *versus* revolução. A classe operária não assumia suas *tarefas históricas* devido à ausência de uma organização sindical independente do Estado.[100]

Fernando de Andrade defendeu que a repressão do Estado Novo, isoladamente, não explicava a *subordinação ideológica do proletariado à burguesia*. Havia condições que favoreciam a eficácia da repressão para acabar com a independência sindical:

> Fica extremamente difícil quando se faz abstração das *condições reais* em que o proletariado desenvolveu, *em cada situação concreta*, a sua luta de classe contra o capital, escapar ao simplismo idealista que reduz a história das lutas sindicais em nosso país a uma idade de ouro mais ou menos pré-histórica (que nos estudos de F. Weffort corresponde ao período anterior a 1930) rompida bruscamente pelo pecado original do populismo que reduz os trabalhadores não exatamente à necessidade de ganhar a vida com o suor do próprio rosto — porque isto já o faziam — mas a aceitar passivamente a hegemonia burguesa.[101]

A *tarefa fundamental* dos comunistas no movimento sindical era, concluiu, lutar pela independência da classe operária.[102] No entanto, se a prioridade dos comunistas era a luta democrática que derrubaria a ditadura militar, o movimento sindical teria, necessariamente, um papel particular nesse processo, já que o retorno à ordem vigente antes do golpe significaria o restabelecimento da Constituição que submetia o sindicalismo ao Estado, ou seja, reafirmaria a causa da fraqueza da classe operária brasileira. Então os comunistas deveriam garantir a organização independente do proletariado, mesmo que a burguesia assumisse a direção da luta.[103] Na verdade, não fora a ditadura que criara o sindicalismo de Estado, embora impedisse a luta pela organização independente e revolucionária do movimento operário.[104]

O caminho para a conquista da independência sindical era levar a luta de *massas* para os sindicatos oficiais, consolidando-a a partir de núcleos de operários nos próprios locais de trabalho.[105] A luta sindical não podia limitar-se à situação consentida pelo Estado.[106] Em suma, por meio da oposição sindical baseada nas comissões de fábricas, a classe operária se organizaria de maneira independente e poderia assumir o papel de vanguarda na luta pela democracia.

Enquanto os trabalhadores não conquistassem a independência sindical, ficariam submetidos à lógica do capital. Nesse processo, era fundamental assegurar a defesa de seus interesses econômicos imediatos, ou seja, travar a luta econômica contra o patrão e o Estado. A independência sindical, porém, seria parcial, enquanto existissem o Estado capitalista e a burguesia:

> Os aparelhos de Estado, tanto os de coerção (Forças Armadas, Polícia, Tribunais) quanto os de hegemonia (Universidade, Meios de Comunicação Social, Escola etc.) continuarão funcionando no sentido de assegurar a reprodução da ordem burguesa. As idéias dominantes serão as idéias da classe dominante. E a máquina do Estado estará a seu serviço.[107]

A luta sindical não deveria ser concebida separadamente da luta política. O *nível de consciência das massas*, por exemplo, era decisivo para que o movimento comunista conseguisse a adesão dos trabalhadores. Nos sindicados, o interesse pela ação política era conseqüência da constatação de que a luta organizada levava a melhorias das condições materiais. Aí estava o papel que os comunistas deveriam desempenhar: intervir nas lutas sindicais, para que não se limitassem às conquistas econômicas. Para Fernando de Andrade, a emancipação do proletariado não vinha de um *punhado de iluminados guardiães da quintessência da revolução*, para quem *tudo se resolveria com a tomada do poder. E, enquanto o poder não fosse tomado, o importante era insistir na necessidade de tomá-lo.*[108] Era preciso fazer um trabalho com as bases.

A luta da *oposição sindical*, em fevereiro de 1978, merecia destaque. Iniciativa da própria classe operária, contrariava a estrutura vigente nos últimos 40 anos, revelando-se *a principal experiência da luta econômica de classe do proletariado brasileiro sob a ditadura.*[109] No entanto, para o proletariado se libertar das *influências burguesas* e agir independentemente, era fundamental que formasse seu partido político, incorporando o marxismo e opondo-se aos partidos políticos burgueses.[110]

Conjuntura e tática: a realidade entre meios e fins

As organizações revolucionárias, depois da instauração da ditadura militar em 1964, concordavam, em meio a divergências, quanto

à análise da economia brasileira: o capitalismo, irremediavelmente, estava condenado à estagnação. Para a *Debate*, aí estava uma importante explicação para o fracasso da revolução: uma análise equivocada da economia, que levara a formulações táticas inadequadas. Diante da realidade do crescimento capitalista no Brasil, essa esquerda não conseguia fornecer uma análise satisfatória.[111]

Era preciso reconhecer o caráter capitalista da economia brasileira e sua versão monopolista. O regime militar viabilizara o exercício do domínio político de uma burguesia monopolista e já hegemônica, que havia optado por atrelar-se à política internacional norte-americana, não se tratando, portanto, de uma imposição do imperialismo.[112] Aliás, foram os setores mais *adiantados* das classes dominantes que se beneficiaram com o golpe de 1964, e não os mais *atrasados*.[113]

A revolução brasileira seria, portanto, socialista e proletária. A luta pela libertação nacional só procedia em nações oprimidas como nações.[114] A *Debate* conclamou, então, os revolucionários a se concentrarem no *objetivo central*: derrubar a *ditadura militar a serviço dos monopólios*, e não expulsar os norte-americanos.[115] A proposta estava no editorial "Sucessão: dez anos de ditadura e a luta pela democracia", no qual se defendia a formação de uma *frente antiditadura*. Após dez anos de regime militar, os brasileiros tinham, com as eleições, a possibilidade de dizer não ao regime. A *Debate* destacou ainda a concentração da monopolização da economia durante esses anos e a exacerbação das contradições no interior da aliança das classes dominantes do país, criando *brechas* a serem aproveitadas pelos revolucionários.[116] Aliás, a própria ditadura militar já era a expressão de uma crise de hegemonia burguesa e a forma encontrada para a estabilização. A burguesia, por intermédio de seus partidos políticos, fora incapaz de dirigir a sociedade e o Estado. A ditadura era, pois, a solução para a crise política e, portanto, não era um fenômeno nem acidental nem passageiro na política brasileira.[117]

No entanto, podia-se perceber o conflito entre *liberais de direita* e *fascistas* no interior do regime. Previa-se mesmo uma ruptura no aparelho militar.[118] Aproveitar as contradições para derrubar a ditadura e restabelecer as liberdades públicas era essencial. Assim, os trabalhadores podiam-se organizar para a defesa de seus interesses. No processo que levaria à derrubada da ditadura, os operários manteriam a hegemonia, o "que assegurará caráter revolucionário ao regime que emergir da derrubada da ditadura em nosso país".[119] Em outras palavras, a conquista das liberdades jurídicas melhoraria sensivelmente as condições de luta dos trabalhadores. No entanto, as liberdades não podiam ser o limite de seus esforços. O artigo de Fernando de Andrade, "A democracia revolucionária", sintetizou a proposta:

> Os objetivos da revolução no Brasil serão imediatamente democráticos *enquanto não forem* imediatamente socialistas, *enquanto* a massa dos trabalhadores não estiver mobilizada e organizada para exercer o poder político. Só o socialismo trará solução de fundo para os problemas de nosso povo, mas para que o socialismo seja possível, é necessário conquistarmos a democracia. Por isto dizemos que o caráter da revolução é socialista, mas o programa democrático.[120]

Trabalhava-se, portanto, com o conceito limitado (adjetivado) de democracia — *democracia burguesa*. Os marxista-leninistas deveriam unir todos os democratas, inclusive os *nacionalistas burgueses*, que se opunham ao regime de exceção implantado pelos militares. A aliança era possível, mas os revolucionários deveriam estar atentos para a *ala burguesa da frente*: ela sempre estaria disposta a limitar o avanço do movimento popular e operário. Além disso, o movimento revolucionário podia-se enfraquecer, à medida que a classe operária fosse obrigada a fazer concessões para se integrar à frente. Era fundamental, então, a reunificação dos marxista-leninistas brasileiros para concretizar os objetivos revolucionários da frente antiditadura, ou seja, a conquista da *democracia revolucionária*,

através da união dos trabalhadores do campo e da cidade, sob a hegemonia operária. Ao derrubar a ditadura, criavam-se as condições para a implantação do socialismo. Essa organização imprimiria o caráter revolucionário à luta democrática, não revolucionária em sua especificidade.

O movimento comunista brasileiro deveria, ainda, renovar-se no sentido de não se atrelar ao movimento comunista internacional. Os revolucionários deveriam buscar um pensamento marxista enraizado na realidade do país e, ao mesmo tempo, absorver as lições das experiências internacionais das lutas operárias.[121]

Rolando Frati negou, duramente, o que chamou de *reboquismo* da esquerda brasileira, quando as organizações, sem uma posição crítica, buscavam referências em países socialistas, o que as levava ao dogmatismo e à perda de autonomia.[122]

A *Debate* viu na participação no processo eleitoral tolerado pela ditadura uma opção tática de que os comunistas não deveriam abrir mão. Seguindo a linha da união dos setores democráticos da sociedade em luta pela derrubada da ditadura, a revista combateu a posição de parte da esquerda que defendeu o voto nulo nas eleições de 1974. Embora os partidos políticos participantes das eleições — ARENA e MDB — não representassem a contradição dos interesses de classes, e o próprio MDB fosse dirigido pela burguesia, assumir a defesa do voto nulo era um equívoco em que a *esquerda revolucionária* não deveria incorrer.[123]

As regras eleitorais da ditadura impunham o seguinte dilema: votar no MDB era, de um lado, uma forma de negar o regime, mas, de outro, significava aceitar a política de conciliação com a ditadura, entrando no jogo do regime, tolerante em relação a determinada oposição. A opção era, então, apoiar os candidatos do MDB mais comprometidos com a luta pelo fim do regime militar. Nesse sentido, a *Debate* definiu-se pelo *apoio restrito* ao MDB, procurando

denunciar os políticos que nada tinham a ver com os interesses das *massas*. Isso garantia a independência política das forças revolucionárias, não ficando, assim, a reboque do liberalismo burguês.[124] A posição da *Debate*, portanto, diferenciava-se, na esquerda, tanto dos que defendiam o voto nulo como dos que apoiavam incondicionalmente o MDB.[125]

O editorial "Nas ruas, pela liberdade" explicou a opção. Tratava-se de "uma tática da política revolucionária de massas aplicável numa situação caracterizada pela coexistência contraditória de uma ditadura militar terrorista e de uma fachada parlamentar".[126] A participação dos marxista-leninistas nas eleições não objetivava conseguir um número maior de parlamentares para o MDB, numa vitória da *oposição consentida* sobre o partido do governo. O fundamental era, com a campanha eleitoral, mobilizar as *massas* populares na luta pela democracia.[127] Os comunistas usavam, assim, a campanha eleitoral como um meio para chegar às *massas*, divulgando as principais orientações políticas, sintetizadas na luta pela democratização do país.[128]

Em suma, a participação dos comunistas na via institucional visava à luta de *massas* também no campo tolerado pelo regime. Evitava, assim, a monopolização do processo pelos partidários do regime e conciliadores da oposição, possibilitando que políticos *comprometidos com a causa do povo* ocupassem cargos legislativos e executivos permitidos pela ditadura. Era, ainda, uma forma de repudiá-la por meio do voto.[129]

As eleições de 1974 indicavam as possibilidades de atuação dos comunistas na luta legal. No entanto, demonstravam as limitações da via eleitoral para atender aos interesses populares. Para que a luta legal fosse *conseqüente*, os revolucionários precisavam estar apoiados na organização revolucionária clandestina. Assim, embora fosse importante atuar no MDB, somando as forças antiditadura numa frente, isso jamais seria mais relevante que a formação do partido que unisse os comunistas.[130]

A decisão de participar das eleições em 1974 não se deu sem intensa discussão. Com ela, encerrava-se o ciclo da política de enfrentamento armado. Os que ainda resistiam caracterizaram a *Debate* de *reformista*.

Os comunistas, evidentemente, não reconheciam o MDB como a vanguarda da luta pela democratização do país. A *oposição consentida* não era nem mesmo a frente democrática contra o regime, como se autodefiniam seus dirigentes.[131]

Segundo o editorial "Crise do regime militar?",

> não é em torno do MDB que as forças democráticas têm assinalado sua presença na cena política nacional. As reiteradas tomadas de posição da Igreja em favor dos interesses populares, o recente manifesto dos intelectuais pedindo o fim da censura e do "amordaçamento" vêm alargar decididamente a frente anti-ditatorial e confirmar o caráter unificador da luta pela liberdade, aspiração comum à imensa maioria do povo brasileiro. Vêm sobretudo mostrar que a dinâmica desta luta se alimenta da mobilização de todas as forças progressistas da sociedade e não poderia, sem se abastardar, ficar confinada às manobras de gabinete das raposas liberais do MDB.[132]

A *verdadeira frente* cresceria enraizada nas lutas populares e não na supervalorização da vitória eleitoral. Para formar a frente contra o regime e nela assegurar a hegemonia da classe operária, era essencial construir uma organização revolucionária clandestina e independente do regime, *segundo o princípio leninista de unidade e luta*.[133]

A *Debate* também foi favorável à campanha pela Assembléia Nacional Constituinte seguindo a mesma lógica, isto é, a via institucional como meio de organizar a luta pela *democracia revolucionária*. A eleição livre de uma Constituinte era uma forma de a soberania popular se manifestar após a queda da ditadura. Ainda assim, a convocação dessa eleição não podia ser o ponto principal do programa revolucionário.[134]

Em 1980, houve uma cisão na revista: parte dos integrantes foi para o PCB, inclusive João Quartim de Moraes, e outro grupo

se dissolveu no PMDB. A partir de então, os últimos números fizeram apologia do PMDB, muitas vezes em contradição com as posições assumidas e defendidas em uma década de revista.[135]

Com a reforma partidária, os comunistas deveriam ficar no PMDB. Este era o único partido que se colocava como frente contra o regime:

> O próprio limite de seu objetivo lhe imprime uma característica que para nós é fundamental: enquanto organização cujo objetivo maior é o fim do regime, ele é na realidade uma frente democrática, isto é, dele fazem parte setores sociais e correntes políticas diversas que lutam por este objetivo comum. A natureza frentista de sua organização é dada imediatamente pelo caráter historicamente limitado de seu programa.[136]

Para a *Debate* da *última fase*, integrar-se ao PT ou ao PTB era renunciar à independência orgânica do movimento comunista.[137] Outro motivo para explicar a incorporação ao PMDB ligava-se à avaliação segundo a qual esse partido era a entidade de oposição de maior peso na vida política do país e, portanto, tinha mais condições de lutar contra o regime. Assim, os comunistas deveriam participar das eleições de 1982 no PMDB.

Em julho de 1977, o editorial "Nas ruas, pela liberdade"[138] procurou dar conta da dimensão que a luta pelo fim da ditadura militar ganhara. Convergiam para esse objetivo diversos segmentos da sociedade: estudantes, operários, os movimentos sociais em luta contra a carestia e a miséria, a imprensa, intelectuais, artistas.

Nesse sentido, a *Debate* lembrou o *acerto* de sua posição, em abril de 1973 (projeto de plataforma), quando defendeu a luta pela liberdade política como centro do projeto socialista. Reafirmou a necessidade de criar uma organização política nacional de unidade dos marxistas, "capaz de levar a luta pelas liberdades democráticas

até a derrubada do regime de terror militar a serviço do Grande Capital e assegurar seu desdobramento socialista".[139]

A revista confirmava, então, o que estabelecera na proposta de *frente antiditadura*: a luta de *massas* pelo restabelecimento dos direitos políticos criaria as condições para a transformação de seu caráter na luta pela derrubada do poder burguês e pela construção da sociedade socialista. O partido reunificador dos comunistas conduziria o processo a essa direção. Com a vitória das *forças da democracia*, a luta dos revolucionários mudaria de rumo. Nesse momento, eles enfrentariam a reação burguesa.[140]

Os últimos acontecimentos já haviam demonstrado a necessidade de priorizar os movimentos sociais, na luta pelas liberdades. Entretanto, a orientação não podia ficar restrita às *iniciativas do próprio regime.* Não se deveria encarar a unificação das forças de oposição apenas como uma dinâmica eleitoral. Perspectivas se abriam: a participação da Igreja, da Ordem dos Advogados do Brasil, dos sindicatos de trabalhadores agrícolas, do movimento estudantil; as campanhas pela reposição salarial, contra a elevação do custo de vida, pela Constituinte.[141]

O papel de setores da Igreja mereceu destaque. A defesa dos direitos humanos colocava os *setores avançados* do clero na luta contra a ditadura — em última instância, "os setores mais radicais da esquerda cristã desenvolveram a tal ponto sua crítica moral do capitalismo que, em muitos pontos, convergem com as correntes que lutam pelo socialismo".[142]

Entretanto, em maio de 1978, já se concretizava o *perigo* para o qual a *Debate* alertara anos antes: a direção da luta democrática não ficou nas mãos dos revolucionários. Era evidente a dificuldade de concretização do projeto da revista. Os comunistas brasileiros, sem superar a dispersão, não tinham papel determinante na frente democrática.[143]

A permanência da direção do movimento democrático nas mãos da burguesia liberal levava, na melhor das hipóteses, a uma *reor-*

ganização liberal do poder de Estado burguês.[144] A *esquerda revolucionária* não conseguia dar conta da contradição levantada por Fernando de Andrade:

> se são os Tancredo Neves, os Ulysses Guimarães, os Franco Montoro que conduzem a luta da oposição (burguesa), o que lhe dá força e substância política é a progressiva ascensão das lutas de massa pela liberdade e por uma vida melhor. São os operários, os estudantes, os camponeses, os intelectuais e o clero progressista que, em crescentes e multiformes manifestações da revolta popular contra o terror fascista e a exploração dos monopólios, têm lançado as sementes da frente anti-ditatorial.[145]

Naturalmente, não se aventava a possibilidade da adesão das classes populares ao projeto liberal.

A questão da luta democrática foi vista por outro ângulo no artigo de Márcia Brandão e Tiago Lima, "A esquerda e a democracia". Criticava-se o fato de que

> muitos companheiros ainda defendem as liberdades democráticas visando tão-somente "abrir espaço" para a luta pelo socialismo. Tal postura indica em alguns casos, a idéia que os companheiros têm da queda da ditadura como condição para a organização, em qualquer nível, dos trabalhadores [...]. Em outros casos, indica simplesmente a compreensão da luta por liberdades democráticas como um "trampolim" para se colocar a problemática do socialismo [...]. [Trata-se de posições da *Debate*.] O fato importante é que tanto esses companheiros quanto aqueles não compreendem a necessidade da realização efetiva da democracia como *condição* para o socialismo.[146]

Não havia contradição entre o socialismo e a democracia. Ao contrário, a construção do socialismo deveria ter um sentido democrático.[147] A reunificação dos comunistas brasileiros em novas bases era importante, assim como a participação na luta legal. Isso não significava, porém, a superação da necessidade do uso da força para

derrubar os poderes militar e burguês. As demais tarefas revolucionárias, ou seja, não-legais, até mesmo as clandestinas, não deveriam ser subestimadas.[148] Apresentavam, então, uma concepção ampla de democracia, sem adjetivos. Porém, em muitos pontos, estavam de acordo com a orientação editorial da revista.

Debate no exílio: em busca de renovação

Em meio a presenças e ausências, é possível propor algumas considerações.

A derrota da luta armada estava ligada ao isolamento da sociedade, porque essa luta não expressava a *revolução das classes populares*. Para ampliar suas bases sociais, era essencial o partido, para uns de vanguarda, para outros de *massas*. Em última instância, a derrota da luta armada se explicava pela ausência do partido. Não apareceu uma análise que percebesse o isolamento como resultado da não-identificação da sociedade com o projeto da esquerda armada, não só em relação aos meios de enfrentamento, mas também aos fins — o isolamento como resultado da adesão de partes significativas da sociedade ao regime.

Mantendo essa ótica, permaneceram muito freqüentes nos artigos — mesmo que discordassem entre si — análises baseadas na contradição *opressor/oprimido*, tão comum nos anos 1960. Entre um pólo e outro, a complexidade da realidade, a complexidade da relação da sociedade com a ditadura, que ia muito além dessa suposta síntese que só serviu para escamotear os diferentes níveis de participação da sociedade brasileira num regime que se manteve por longos anos e se desfez sob total controle daqueles que o implementaram, incluindo aí não apenas militares, mas também a sociedade civil.

Se se mantinha a relação opressor/oprimido, mantinha-se, igualmente, o uso de termos como "golpe *militar*", "regime *militar*",

"ditadura *militar*", como se o golpe que destituiu o governo democrático em 1964 e implantou um outro fosse obra exclusiva dos militares, sem apoio significativo de segmentos da sociedade civil.[149]

A classe operária continuava a carregar sua essência revolucionária, mas a não-realização do destino que lhe era atribuído não era responsabilidade de *traidores*, e sim causada pela ausência de organização sindical independente do Estado. A classe operária sofreria as influências nocivas do trabalhismo — não era usado o termo *populismo* consagrado pela sociologia paulista até hoje. Surpreendentemente, fala-se em *desenvolvimento do proletariado em cada situação concreta, nas condições reais*, sem que a realidade da formação da classe operária brasileira levasse ao questionamento do caráter/essência revolucionário(a).[150]

Um aspecto estruturador da revista, que, na verdade, deriva dessas interpretações, foi a definição da luta como de resistência, daí a ênfase na política de frente única: havia uma ditadura a derrubar. Nesse sentido, a *Debate* seguiu uma interpretação que se consolidou entre as esquerdas: a visão que manteve — e mantém — a respeito de si mesma como, substantivamente, de resistência à ditadura. Assim, seguia, igualmente, a orientação tão comum na esquerda que se pretendia alternativa ao PCB: a diluição de sua personalidade. Embora estivesse sempre presente a ruptura com o sistema capitalista ("derrubar o Estado burguês, abolir as relações capitalistas de produção, estabelecer a hegemonia do proletariado sobre a sociedade através de um novo tipo de Estado que construirá o socialismo, realizará a plena democracia e criará as premissas para a abolição das classes e do Estado e para a vitória internacional do comunismo"[151]), a resistência acabou prevalecendo como sua identidade.

Como se sabe, essa esquerda não lutava para restaurar o estado de direito anterior a 1º de abril de 1964. O início da onda que levou ao surgimento das 44 organizações que a constituíam foi em 1961 e teve como motivação a luta contra o sistema capitalista. Mesmo que o golpe tenha redefinido a realidade, o caráter dessa esquerda

jamais se igualou à luta de resistência. Assim, a memória que hoje prevalece e se consolida cada vez mais, sobretudo como versão produzida pela própria esquerda — a resistência como elemento definidor desta —, foi sendo construída há muito tempo, pela própria esquerda, ao longo do exílio.[152]

Ainda assim, uma das grandes contribuições do trabalho desenvolvido pela *Debate*, ao longo de 12 anos, foi tornar possível no exílio a discussão entre parte da esquerda, abrindo-a para um pluralismo até então inédito. Como se viu, novas e antigas concepções encontraram trânsito na revista, que foi a expressão da cultura política da esquerda brasileira em busca de renovação. Assim, temas e/ou abordagens pouco freqüentados entraram ali em pauta.

João Quartim de Moraes, porém, afirmou, uma década após o fim da revista, que a *Debate* sempre fora contrária à *concepção pluralista*, embora reconhecesse que, de fato, ela foi plural. Para Quartim, a *ideologia pluralista* deve ser identificada com a *esquerda liberal*, própria de intelectuais em ruptura com o marxismo. Promover o conflito de posições sempre foi o eixo da revista, mas a intenção era fazer nascer da contradição o conhecimento, a verdade, a unidade. Assim, a verdade seria *democrática*, porque fruto do confronto aberto a todos que dele quisessem participar. O debate fortaleceria os princípios leninistas. A revista nunca perdera a perspectiva de chegar à unidade a partir dessa dialética. Agora, a unidade seria democrática.[153]

Com isso, a revista abriu-se a novas concepções sem perder de vista o objetivo da união dos comunistas em torno do partido. Essa coerência, contudo, estabeleceu um *limite* que acabaria tornando-se também uma *contradição*: até que ponto podiam ir a especulação e a amplitude da *Debate* se, *a priori*, havia um objetivo final a alcançar? Até que ponto o projeto da União dos Comunistas (UC) condicionou a abertura da revista? Esse foi o limite da abertura? Até que ponto as novas influências do exílio eram capazes de reformular ou derrubar antigas referências, se se estabelecia, a princípio, a imprescindibilidade do partido?

Como João Quartim de Moraes reconhece, a *Debate* concretizou o que negara teoricamente: o pluralismo. Por outro lado, não conseguiu jamais realizar a UC em uma organização, o sonho que alimentou toda a luta. A *atualidade do leninismo*, tão defendida, não se fazia verdade na prática.

A ampliação mesma do debate próprio dos anos 1970, marcada pela revisão das teorias que foram referências das revoluções socialistas derrotadas na América Latina, acabou inviabilizando a construção do partido leninista portador não *de um* conhecimento, mas *do* conhecimento. Se a intenção era promover o debate para chegar à unidade, o que se verificou foi que o produto do debate a negou — ou não levou a ela.

A necessidade de coesão das organizações e partidos leninistas limitara a discussão interna. Abrir as organizações ao debate colocava em jogo a coesão imprescindível à revolução. A contradição da revista — discussões amplas *versus* incapacidade de construir algo de prático em termos de organização — confirma a tese da impossibilidade de as organizações marxista-leninistas manterem-se coesas ao se abrirem para a discussão.[154]

Pode-se dizer que o objetivo de unir os comunistas no partido também foi um limite à capacidade da *Debate* de rever conceitos básicos. Argumentos favoráveis a um conceito ampliado de democracia, de partido de *massas* e de uma visão não-instrumental da via institucional não foram hegemônicos. Prevaleceram a perspectiva instrumental da via institucional, a defesa do partido leninista e a concepção restrita de democracia. A *idéia de revolução* — repensada — ampliou-se, embora também estivesse condicionada a antigos princípios, entre os quais o da instrumentalização da democracia. Em todo caso, a ampliação se deu com a incorporação de direitos que, no início dos anos 1980, contribuíam para a definição do conceito de cidadania. Nesse momento, a atenção voltava-se para a cidadania e não mais para a revolução. Entre um tempo e outro, entre revolução e cidadania, o exílio, tempo e lugar importantes para a compreensão da mudança.

A *Debate* viveu uma amplitude relativa, limitada por intransponíveis muros.[155] Mas, ao mesmo tempo, essa amplitude revelou uma grande capacidade de ultrapassar as próprias fronteiras. Depois de mais de uma década de publicação, quando se dissolveu, a revista deixou os germes desse trabalho em parte da esquerda brasileira, os quais, por ironia da história, acabaram frutificando em outros solos.

Os limites da *Debate* são importantes porque nos ajudam a compreender até onde uma parte da esquerda que havia participado da experiência dos anos 1960 foi capaz de se renovar ou de formular alternativas para a luta política que prosseguia. Porém a *Debate* indica, sobretudo, os limites da renovação da *idéia de revolução* no interior de uma esquerda cujos princípios se mantinham ligados ao marxismo-leninismo. Ou seja, estes eram os marcos da *Debate* e, ao mesmo tempo, o limite da renovação possível. Ir além implicava romper com a filosofia política que a inspirava.

Notas

1 Para uma análise da imprensa brasileira no exílio (1964-1979), ver Denise Rollemberg, *Exílio. Entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999, cap. 6. Cf. também idem, "A imprensa no exílio", in Maria Luiza Tucci Carneiro (org.), *Minorias silenciadas. História da censura no Brasil.* São Paulo: Edusp, 2002.

2 Para as fases do exílio brasileiro (1964-1979), ver Denise Rollemberg, *Exílio*, op. cit.

3 À primeira vista, o que chama atenção na imprensa do exílio é a quantidade de títulos. A lista reconstituída em arquivos e junto a pessoas entrevistadas chega a quase 50 títulos, publicados em diversos países e continentes — e certamente ela não é definitiva. Para a listagem, ver Denise Rollemberg, *Exílio*, op. cit. Os periódicos encontram-se na Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine (Bdic), em Nanterre, na França; no Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (Amorj), da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e alguns títulos no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj).

4 A *Brasil Socialista* foi criada em janeiro de 1975, por três organizações políticas que se autodenominavam *esquerda proletária*, com o objetivo declarado de *organizar a resistência dos trabalhadores e construir o partido revolucionário do proletariado*, pretendendo ainda *combater as concepções equivocadas existentes no seio da esquerda e das forças antiditatoriais*. Além de um editorial, divulgava os próprios documentos políticos e os de organizações próximas, assim como artigos temáticos, voltados para questões como construção partidária, programa, estratégia e tática. A *Brasil Socialista* é representativa de um certo tipo de imprensa no exílio, apegada a posições estritas, formalmente pesada, na qual as discussões se faziam nos estreitos limites de sua orientação política. Embora este tenha sido seu perfil, a *Brasil Socialista* não se pôde fechar a um dos temas mais em voga a partir de meados da década de 1970: o feminismo. Em maio de 1978, publicou o artigo "Feminismo, uma questão política?", de Glória Ferreira, sob o pseudônimo de Luzia Maranhão, exilada atuante no Círculo de Mulheres Brasileiras, grupo feminista criado em Paris em 1975, e no Grupo de Cultura do Comitê Brasil pela Anistia, também de Paris. Cf. *Brasil Socialista*, ano IV, nº 11. Paris, maio, 1978. A *Reflexo* foi criada por um grupo de brasileiros em Estocolmo. Os organizadores eram Alberto Berquó, Jaime Cardoso, Luiz Carlos Guimarães e Reinaldo Guarany. O primeiro número saiu em setembro de 1978, ou seja, já no período final do exílio. Segundo o editorial, "a revista *Reflexo* nasceu da necessidade de um instrumento de divulgação do que está sendo criado, a nível artístico-literário, no exílio". Abria-se também "à contribuição que nos chega do interior do país", pretendendo propiciar, assim, "o estreitamento dos vínculos culturais". Editou contos, poesia, fotografia, artigos sobre temas ligados à arte, notícias de livros lançados por brasileiros no exílio e informações sobre acontecimentos e atividades no campo artístico. A *Reflexo*, no entanto, só teve o primeiro número. Tão diferente das revistas da esquerda exilada, não escapou da tradição das organizações marxista-leninistas brasileiras: *rachou*, como se dizia na época. As divergências internas do grupo levaram à cisão que deu origem a outra revista, com um significativo nome: *Fragmento*. Cf. *Fragmento*, nºs 1-2. Estocolmo, 1979. Cf. Reinaldo Guarany, entrevista. Rio de Janeiro, 31 ago., 1995.

5 A coleção da revista *Debate*, 1970-1982, encontra-se no APERJ, nas coleções Daniel Aarão Reis Filho e Jean Marc von der Weid.

6 A VPR, organização de luta armada, surgiu em março de 1968. Sobre ela, ver Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá (orgs.), *Imagens da revolução. Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985; Jacob Gorender, *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, 2ª ed. São Paulo: Ática, 1987; Arquidiocese de São Paulo, *Brasil: nunca mais. Perfil dos atingidos*. Petrópolis: Vozes, 1988, t. 3; João Quartim de Moraes, "A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968. Notas historiográficas e observações críticas", *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, 1, 2. São Paulo, 2º sem., 1989, pp. 135-58; Marcelo Ridenti, *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 1993; Denise Rollemberg, "A Vanguarda Popular Revolucionária: os 'marginais' na revolução brasileira", in Lená Medeiros de Menezes, Denise Rollemberg e Oswaldo Munteal Filho (orgs.), *Olhares sobre o político*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

7 Cf. João Quartim de Moraes (doravante JQM), entrevista. São Paulo, 10 abr., 1992.

8 Cf. JQM, entrevista.

9 Cf. "Projeto de plataforma política", nº 12, abr., 1973, p. 8.

10 Cf. JQM, entrevista.

11 Para a orientação da VPR em sua última fase, ver Denise Rollemberg, "A Vanguarda Popular Revolucionária: os 'marginais' na revolução brasileira", op. cit.

12 "Chile: da Unidade Popular à resistência anti-fascista", editorial, nº 14, jan., 1974, p. 8.

13 Cf. "Apresentação", nº 1, fev., 1970, p. 2.

14 "Atualidade do leninismo", editorial, nº 9, abr., 1972, p. 3.

15 Cf. "Uma autocrítica necessária" e a discussão em G. Zani, "Debate", nº 10, ago., 1972, p. 12. Em geral, usavam-se pseudônimos para assinar os artigos.

16 "Projeto de plataforma política", op. cit., p. 6.

17 Fernando de Andrade, "Marxismo e extremismo de classe média: a experiência de luta armada de 1968 a 1972", *Revista Debate*, nº 9, abr., 1972, p. 21.

18 Cf. nº 2, abr., 1970, p. 19.

19 "Unidade da esquerda", editorial, nº 3, nov., 1970, p. 4.

20 Cf. Fernando de Andrade, "Marxismo e extremismo de classe média: a experiência de luta armada de 1968 a 1972 — II", *Revista Debate*, nº 11, jan., 1973, p. 25.

21 Cf. "O caminho operário na luta contra a ditadura", *O Círculo*, nº 7, set., 1971, pp. 25 e 26.

22 Cf. "Ala Vermelha: carta política de julho de 1973", nº 14, jan., 1974, p. 44.

23 Cf. nº 14, jan., 1974, pp. 47 e 48.

24 "Marxismo e extremismo de classe média: a experiência de luta armada de 1968 a 1972 — II", op. cit., p. 23.

25 Jamil Rodrigues, pseudônimo de Ladislau Dowbor, teórico da VPR em sua última fase. Cf. Denise Rollemberg, "A Vanguarda Popular Revolucionária: os 'marginais' na revolução brasileira", op. cit.

26 "Marxismo e extremismo de classe média: a experiência de luta armada de 1968 a 1972", op. cit., p. 28.

27 "Marxismo e extremismo de classe média: a experiência de luta armada de 1968 a 1972 — II", op. cit., p. 25.

28 Cf. nº 7, set., 1971, pp. 33 e 42.

29 Cf. "Um balanço ideológico da revolução brasileira: primeiro passo para a construção da vanguarda", nº 13, ago., 1973, pp. 22 e 23.

30 Cf. "Pelo aprofundamento da discussão e da autocrítica dos revolucionários marxistas do Brasil", editorial, nº 8, dez., 1971, p. 3.

31 "Atualidade do leninismo", editorial, nº 9, abr., 1972, p. 7.

32 "Um balanço ideológico da revolução brasileira: primeiro passo para a construção da vanguarda", nº 11, jan., 1973, p. 43.

33 Cf. "Política de círculo e espírito de partido", editorial, nº 11, jan., 1973, p. 6.

34 Nº 12, abr., 1973.

35 *Pela união dos comunistas brasileiros*. Lisboa: Prelo, 1975.

36 Nº 12, abr., 1973, p. 9.

37 *Pela união dos comunistas brasileiros*, op. cit., p. 14.

38 Cf. "Política de círculo e espírito de partido", op. cit., p. 4.

39 Cf. "Projeto de plataforma política", op. cit., p. 29.

40 Cf. "Pela renovação do movimento comunista brasileiro", editorial, nº 18, abr., 1975, p. 7.

41 Cf. Alice Paiva e Pedro Alves, "A revolução nacional-democrática segundo o V e VI Congressos do PCB", nº 15, maio, 1974, p. 41.

42 "Pela renovação do movimento comunista brasileiro", op. cit., p. 4.

43 O Projeto Brasil: Nunca Mais listou 44 organizações de vanguarda surgidas a partir de 1961. Cf. Arquidiocese de São Paulo, op. cit.

44 Cf. "Avançar com o marxismo na luta ideológica", editorial, nº 10, ago., 1972, p. 3.

45 Cf. JQM, entrevista. São Paulo, 10 abr., 1992.

46 "Pela renovação do movimento comunista brasileiro", op. cit., p. 8.

47 Cf. Fernando de Andrade, "A democracia revolucionária", nº 24, dez., 1976, p. 8.

48 Cf. Alice Paiva, "Alcance do feminismo", nº 35, ago., 1980, p. 30.

49 Cf. Fernando de Andrade, "A democracia revolucionária", op. cit., p. 8.

50 Comitê Regional Provisório, Região I, "Sobre a reunificação dos marxistas", nº 30, ago., 1978, p. 9.

51 A partir do nº 30, a revista deixou de se considerar órgão do Coletivo Debate para se autodenominar órgão teórico-político da União dos Comunistas. Cf. nº 30, ago., 1978, p. 3.

52 Cf. "Comunicado MR-8/UC", assinado pelo MR-8 e pela União dos Comunistas-*Debate*, nº 31, nov., 1978; "O MR-8 e a reunificação", nº 33, jun., 1979.

53 Rolando Frati, banido com o seqüestro do embaixador americano em setembro de 1969, foi dirigente sindical do PCB, um dos organizadores da Tendência Leninista da ALN e partidário da luta pela construção do partido, expressa no documento "Uma autocrítica necessária". Vê-se, então, no final dos anos 1970, uma autocrítica da autocrítica, assinada agora por Frati, ou seja, não se trata de uma posição da TL-ALN.

54 "Os revolucionários e o partido único", nº 29, maio, 1978, p. 19.

55 Cf. "Os revolucionários e o partido único", op. cit., pp. 19, 20 e 22.

56 Cf. JQM, entrevista. São Paulo, 10 abr., 1992.

57 Cf. nº 26, jul., 1977, pp. 6-7.

58 Cf. P. Alves, "Cristãos e marxistas", nº 36, nov., 1980, pp. 21-25.

59 Note-se que esse artigo foi publicado no mesmo número do editorial "A missão do PMDB", que defendeu amplamente a adesão a esse partido.

60 "Para onde vai o PT?", nº 34, abr., 1980, p. 16; citações anteriores, p. 15.

61 Cf. "O obreirismo revisitado", nº 33, jun., 1979, pp. 18-19.

62 "Apresentação", nº 33, jun., 1979, p. 3.

63 O interesse nesse artigo não está no fato de expressar as idéias de um indivíduo, mas de exprimir uma posição diferente daquela hegemônica na revista.

64 Cf. "Movimento popular e partido — II", nº 33, jun., 1979, p. 24; também "Movimento popular e partido — I", nº 32, fev., 1979.

65 "Movimento popular e partido — II", op. cit., p. 26.

66 Cf. JQM, entrevista. São Paulo, 10 abr., 1992.

67 "Apresentação", nº 33, jun., 1979, p. 3.

68 Trato melhor dessa posição no item "Conjuntura e tática: a realidade entre meios e fins".

69 A. Silva e D. Albuquerque, "Os dilemas do PCB", nº 34, abr., 1980, p. 27.

70 Nº 29, maio, 1978, p. 13.

71 Cf. p. 18.

72 "Ditadura do proletariado?", nº 37, fev., 1981, p. 30; cf. também pp. 27, 28 e 29.

73 Cf. "Ditadura do proletariado?", op. cit., p. 30.

74 Cf. "O PCB e a democracia", nº 36, nov., 1980, p. 34.

75 Nº 24, dez., 1976.

76 "O PCB e a democracia", op. cit., p. 35.

77 Cf. "Alcance do feminismo", op. cit., p. 29.

78 "Equívocos do politicismo de esquerda", nº 32, fev., 1979, p. 27.

79 Nº 36, nov., 1980, pp. 30-34.

80 "O transformismo democrático", op. cit., p. 34.

81 "Apresentação", nº 35, ago., 1980, p. 3.

82 Cf. nº 17, jan., 1975, pp. 15-25.

83 "Contribuição a uma análise marxista da questão feminina", op. cit., p. 17.

84 Cf. Joana Almeida, "A unidade das mulheres: objetivos e limites", nº 30, ago., 1978, pp. 15, 16 e 17.

85 "A unidade das mulheres: objetivos e limites", op. cit., p. 18.

86 Nº 35, ago., 1980.

87 Cf. "O alcance do feminismo", op. cit., pp. 29 e 30.

88 "O alcance do feminismo", op. cit., respectivamente pp. 28 e 31, de acordo com Christine Buci-Gluksmann.

89 Cf. "Feminismo ou utopia?", nº 39, set., 1981.

90 "Feminismo ou utopia?", op. cit., p. 16.
91 Cf. Joana Almeida, Marta Alves e Maria Ribeiro, "Contribuição a uma análise marxista da questão feminina", nº17, jan., 1975.
92 Cf. "Contribuição a uma análise marxista da questão feminina", op. cit., p. 15.
93 Cf. "Apresentação", nº 20, nov., 1975, p. 3.
94 Cf. Marlene Antunes, "Mulheres: condições de luta", nº 27, nov., 1977, p. 17.
95 Cf. Natália Prado, "As mulheres no sindicato", nº 32, fev., 1979, p. 19.
96 Cf. Maria Ribeiro, "Natalidade planejada", nº 36, nov., 1980, p. 20.
97 Cf. Marlene Antunes, "Mulheres: condições de luta", op. cit., pp. 17 e 18; Helena Oliveira e Alice Paiva, "O feminismo no Brasil, hoje", nº 29, maio, 1978, p. 29.
98 Cf. Joana Almeida, "A unidade das mulheres: objetivos e limites — II", nº 31, nov., 1978, p. 28.
99 Cf. "Apresentação", nº 20, nov., 1975, p. 3.
100 Cf. "Projeto de plataforma política", op. cit.
101 "O movimento operário e os sindicatos", nº 19, ago., 1975, respectivamente pp. 6 e 8.
102 Cf. "Projeto de plataforma política", op. cit., p. 29.
103 Cf. "Sucessão: dez anos de ditadura e a luta pela democracia", editorial, nº 15, maio, 1974, pp. 11 e 13.
104 Cf. Tereza Guimarães e Raul de Freitas, "Sobre as concepções da Ala Vermelha", nº 19, ago., 1975, p. 31.
105 Cf. Hélio Cintra, "O debate na oposição sindical", nº 24, dez., 1976, p. 11; "Projeto de plataforma política", op. cit., p. 30.
106 Cf. Fernando de Andrade, "A democracia revolucionária", op. cit., p. 10.
107 Idem, "Os comunistas e a oposição sindical", nº 28, fev., 1978, p. 9; cf. também p. 7.
108 Cf. "Os comunistas e a oposição sindical", op. cit., pp. 12, 13 e 9 para a citação.
109 "Os comunistas e a oposição sindical", op. cit., p. 8.
110 Cf. Neno Matos, "Equívocos do obreirismo de direita", nº 30, ago., 1978, p. 31.
111 Cf. Marta Alves, "A esquerda brasileira e a economia política burguesa", nº 19, ago., 1975, p. 34.
112 Cf. "Projeto de plataforma política", op. cit., p. 14; Fernando de Andrade, "A sociedade brasileira: nossa plataforma e algumas outras concepções", nº 13, ago., 1973, p. 14.
113 Cf. "A ditadura e a hegemonia da oligarquia monopolista", editorial, nº 7, set., 1971, p. 3.
114 Cf. Fernando de Andrade, "A posição do Brasil no campo imperialista", nº 25, abr., 1977, p. 24.
115 Cf. Fernando de Andrade, "A sociedade brasileira: nossa plataforma e algumas outras concepções", op. cit., p. 14.

116 Cf. nº 15, maio, 1974.
117 Cf. "Crise do regime militar?", editorial, nº 25, abr., 1977, p. 3.
118 Cf. "Contando as divisões", editorial, nº 28, fev., 1978.
119 "Sucessão: dez anos de ditadura e a luta pela democracia", op. cit., p. 11.
120 Nº 24, dez., 1976, p. 3.
121 Cf. "O MR-8 e a reunificação", op. cit., p. 11.
122 Cf. "A questão da autonomia", nº 24, dez., 1976, p. 22.
123 Cf. "As eleições e a luta contra a ditadura", editorial, nº 7, jan., 1975.
124 Cf. "O voto-programa nas municipais", editorial, nº 23, set., 1976, p. 5.
125 Cf. "O voto-programa nas municipais", op. cit., p. 3.
126 Cf. *Debate*, nº 26, jul., 1977, p. 4.
127 Cf. "As eleições e a luta contra a ditadura", op. cit., p. 8; "O voto-programa nas municipais", op. cit., p. 5.
128 Cf. "As eleições e a luta contra a ditadura", op. cit., p. 8.
129 Cf. "O voto-programa nas municipais", op. cit., p. 4.
130 Cf. "As eleições e a luta contra a ditadura", op. cit., p. 10.
131 Cf. Pedro Alves, "Os comunistas, a ditadura e as eleições municipais", nº 23, set., 1976, p. 14.
132 Cf. *Debate*, nº 25, abr., 1977, p. 10.
133 Cf. Pedro Alves, "Os comunistas, a ditadura e as eleições municipais", op. cit., p. 15.
134 Cf. Abel Silva, "A campanha pela Constituinte", nº 27, nov., 1977, pp. 3 e 5.
135 Quartim enfatizou que já estava afastado da revista quando da publicação dos últimos números. Cf. JQM, entrevista. São Paulo, 10 abr., 1992.
136 "A missão do PMDB", editorial, nº 34, abr., 1980, p. 9.
137 Cf. "A missão do PMDB", op. cit., p. 10.
138 Cf. *Debate*, nº 26.
139 Cf. *Debate*, nº 26, jul., 1977, p. 9.
140 Cf. Fernando de Andrade, "A democracia revolucionária", op. cit., p. 6.
141 Cf. A. Silva, "Bases sociais da frente democrática", nº 29, maio, 1978, p. 4.
142 "Bases sociais da frente democrática", op. cit., p. 8.
143 Cf. A. Silva, "Bases sociais da frente democrática", op. cit., pp. 3 e 9.
144 Fernando de Andrade, "A democracia revolucionária", op. cit., p. 5.
145 "A democracia revolucionária", op. cit., p. 5.
146 Nº 29, maio, 1978, p. 13.
147 Essa polêmica ocorreu já a propósito da defesa da Assembléia Constituinte contra os que argumentavam que ela fortaleceria a "oposição liberal". O espaço que os "liberais" tinham na legalidade vigente se explicava não apenas pela repressão sofrida pela "oposição revolucionária", mas também por sua incapacidade de atuar em conjunto. Cf. "A esquerda e a democracia", op. cit., p. 17.
148 Cf. "A esquerda e a democracia", op. cit., p. 18.

[149] Sobre a participação da sociedade civil no golpe, ver René Dreifuss, *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

[150] Ver nota 101.

[151] "Pela renovação do movimento comunista brasileiro", op. cit., p. 4.

[152] Sobre o debate da memória da resistência, ver Daniel Aarão Reis Filho, *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000; e Denise Rollemberg, "Esquerdas revolucionárias e luta armada", in Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves (orgs.), *O Brasil republicano. Economia e sociedade, poder e política, cultura e representações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

[153] Cf. JQM, entrevista. São Paulo, 10 abr., 1992.

[154] Cf. Daniel Aarão Reis Filho, *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

[155] É interessante notar como Quartim personifica a contradição da revista: defensor aguerrido da cidadania, mantém-se ligado aos princípios leninistas. Cf. JQM, entrevista. São Paulo, 10 abr., 1992.

Referências bibliográficas

AARÃO REIS FILHO, Daniel. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

____________. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

AARÃO REIS FILHO, Daniel e SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da revolução. Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais. Perfil dos atingidos*. Petrópolis: Vozes, 1988, t. 3.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, 2ª ed. São Paulo: Ática, 1987.

MORAES, João Quartim de. "A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968. Notas historiográficas e observações críticas", *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, 1, 2. São Paulo, 2º sem., 1989, pp. 135-58.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio. Entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

____________. "A imprensa no exílio", in Maria Luiza Tucci Carneiro (org.), *Minorias silenciadas. História da censura no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2002.

ROLLEMBERG, Denise. "A Vanguarda Popular Revolucionária: os 'marginais' na revolução brasileira", in Lená Medeiros de Menezes, Denise Rollemberg e Oswaldo Munteal Filho (orgs.), *Olhares sobre o político*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

____________. "Esquerdas revolucionárias e luta armada", in Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (orgs.), *O Brasil republicano. Economia e sociedade, poder e política, cultura e representações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

7

O Encontro Marxismo–Feminismo no Brasil

*Maria Lygia Quartim de Moraes**

Condições históricas do surgimento do feminismo

A história do feminismo no Brasil pode ser contada de várias maneiras, segundo a perspectiva de análise e a seleção de fatos que amparam cada narrativa. Muitas dessas versões, porém, supervalorizam a dimensão da continuidade e consideram as manifestações isoladas ou restritas de protestos de mulheres, que aconteceram a partir da segunda metade do século XIX, como um movimento político único, que desembocaria no feminismo dos anos 70, marcado pelo enfrentamento contra o regime militar. Este texto assume outra perspectiva e vê, nas manifestações anteriores ao surgimento do feminismo em nosso país, etapas diferenciadas de um processo que se deveu a questões tanto de gênero quanto de classe.

No Brasil, como em outras partes do mundo, as transformações capitalistas da economia e da sociedade foram determinantes para as lutas sociais que marcaram o século retrasado. A profunda mudança das relações de produção, bem como a integração crescente das mulheres no mercado de trabalho, criaram uma classe trabalhadora com novas (e penosas) condições de vida, dando origem

* Professora titular de sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

a duas vertentes de reivindicações, conforme partissem das operárias ou das mulheres burguesas.

Os movimentos operários e socialistas foram o berço da questão operária feminina, relacionada às duras condições de vida das trabalhadoras, submetidas a situações ainda mais aviltantes do que seus companheiros. Mas, se nas lutas e na literatura do socialismo do século XIX a mulher trabalhadora ganhou atenção especial, um profundo machismo continuou a impregnar as concepções dos militantes e teóricos que atuavam nas Internacionais Socialistas, como veremos mais adiante. Às lutas oriundas dos meios operários, somaram-se as lutas das mulheres burguesas pelo direito ao voto, constituindo duas vertentes de reivindicações "feministas", via de regra apoiadas pelos partidos progressistas.

Dessa maneira, não existia um movimento de mulheres unificado, que congregasse operárias e burguesas. É nesse diferencial que reside a tônica do feminismo dos anos 70, com respeito às revoltas e lutas sociais de mulheres. Era o momento no qual a humanidade assistia a um fantástico salto tecnológico na produção de bens e serviços, e a generalização do modo de produzir capitalista causou alterações profundas nas sociedades européias e em parte das Américas.

As revoluções dos anos 60

Os anos 60 passaram para o imaginário histórico como a década das revoltas lideradas por jovens e do surgimento de novos movimentos sociais, como o feminismo, o Black Power e o movimento homossexual. Paris foi o centro dos protestos estudantis contra o dogmatismo e o autoritarismo. Ao mesmo tempo, os universitários da pequena cidade de Berkeley opunham-se à Guerra do Vietnã e os membros do Black Power radicalizavam as reivindicações dos negros americanos. E, se as mulheres da Espanha e de Portugal ainda estavam submetidas às longas ditaduras de Franco e de Salazar, as

italianas lutavam pelo direito ao divórcio e ao aborto, e as francesas, pelo direito ao aborto.

A Europa conhecia um desenvolvimento econômico sem precedentes, impulsionado pelas políticas econômicas keynesianas e pelo Plano Marshall de reconstrução do pós-guerra. Os partidos comunistas e socialistas europeus tinham forte presença e eram, na maioria, aliados do Partido Comunista soviético. Em muitas capitais do mundo ocidental, a efervescência juvenil fortificou-se com a crítica que intelectuais e militantes da "nova esquerda" faziam aos rumos dos partidos comunistas oficiais. Essa nova esquerda, é importante ressaltar, permanecia no campo socialista e marxista.

Na América Latina, as circunstâncias históricas eram bem distintas. Ao atraso das relações de gênero, sob a dupla tutela do patriarcalismo econômico e do machismo ibérico, adicionavam-se a debilidade das instituições democráticas e o alto grau de ingerência das Forças Armadas na vida política.

O preâmbulo faz-se necessário para melhor caracterizarmos o contexto histórico do Brasil nos anos 60, que redundaria nas características peculiares de nosso feminismo da década seguinte. A crítica ao imobilismo dos partidos comunistas oficiais, à falta de liberdade política nos países socialistas e a outras degenerescências foram rechaçadas pelos revolucionários da nova esquerda brasileira, especialmente os jovens e as mulheres. A esse dado somou-se o enfrentamento armado contra a ditadura militar, impondo a essa geração uma experiência peculiar que, cicatriz indelével, se tornaria sua marca distintiva.

Luta armada, feminismo e emancipação da mulher

Uma dimensão pouco estudada dos anos 70 diz respeito ao tema do moralismo e, logo, da sexualidade. A hegemonia do modelo "burguês cristão" impunha um padrão conservador: a moça, virgem,

casava para ter filhos e formar família com um homem, futuro provedor, já iniciado por uma prostituta. A dupla moral sexual, segundo a qual uma mulher só podia ser "esposa" ou "puta", espelhava os limites da ética cristã como padrão de cidadania.

O golpe militar de 1964, que se auto-intitulou de "revolução", contou com a adesão de todos aqueles que se sentiam ameaçados pelas reformas propostas pelo governo Jango e pela presença de movimentos populares, como as Ligas Camponesas, cuja luta hoje é retomada por organizações como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). As classes médias urbanas, importante peso na balança das forças em ação, penderam para o golpismo, como o fariam no Chile em 1973. Mas é preciso ressaltar que esse apoio refletiu não somente o medo de proprietários, mas também o moralismo e o conservadorismo reinantes. Na época que antecedeu o golpe militar, foram estes os interesses que levaram as pessoas às ruas, com destaque para as mulheres, como se viu nas marchas pela família e pela propriedade.

Assim, uma charge do crítico Sérgio Porto, em que Nossa Senhora Aparecida apresentava-se de chuteiras, no jornal *A Última Hora* (posteriormente fechado pela ditadura), provocou uma passeata, convocada por católicas conservadoras, em desagravo à santa padroeira do Brasil, comprovando como o moralismo encontrava considerável espaço público. As "marchadeiras" congregavam mulheres de todas as classes sociais e organizações como o Movimento de Arregimentação Feminino, braço político da Liga das Senhoras Católicas. Muitas mulheres foram às ruas ante o medo de perder suas propriedades (mesmo que às vezes parcas) e de ver a "família destruída" pelos novos costumes (como a pílula anticoncepcional e a minissaia), colocando no mesmo saco a ameaça dos comunistas que "roubavam criancinhas" e a libertação sexual.

Para a juventude que aspirava a maior liberdade na vida pessoal, a ditadura foi um duro golpe. As jovens, educadas para casar virgens e permanecer a vida toda com o mesmo homem, consideraram

que liberdade sexual significava, antes de tudo, maior simetria com relação à conduta sexual masculina. Mas a agitação e a efervescência dos anos 1965-1969, com os festivais de música e de cinema e os grandes encontros estudantis, foram substituídas pela repressão conservadora. A moral cristã era tão onipresente que, nas invasões realizadas pela polícia no Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (Crusp), os aposentos estudantis da USP, as pílulas anticoncepcionais constituíam prova incriminatória, assim como os coquetéis molotov. Uma estudante em cuja bolsa fossem encontradas pílulas era considerada puta. Essa é uma dimensão de gênero muito importante, que tem sido deixada de lado na produção acadêmica sobre o tema das revoltas estudantis contra a ditadura militar.

A presença das mulheres na luta armada, no Brasil dos anos 60 e 70, representou uma profunda transgressão ao que era designado como próprio do sexo feminino. Mesmo sem formular uma proposta feminista deliberada, as militantes "comportaram-se como homens": pegaram em armas e assumiram um comportamento sexual que punha em questão a virgindade e a instituição do casamento — o que, como acentuou Garcia (1997, p. 338), "transformou-se em um instrumento *sui generis* de emancipação". Essa transgressão de gênero teve, na repressão e na tortura, uma dimensão punitiva específica.

A radicalidade da experiência da luta armada deixou marcas profundas nos jovens de ambos os sexos que nela se envolveram. Os códigos mudaram e instaurou-se uma nova ordem de relação entre homens e mulheres. Insisto na dimensão da juventude e no fato de a grande maioria dos guerrilheiros ser constituída por solteiros. Foi no exílio que muitos criaram família e se acirrou a contradição de gêneros. As queixas das ex-guerrilheiras não se diferenciavam muito do normal das mulheres, especialmente no tocante às tarefas domésticas e aos cuidados com os filhos. Por outro lado, levando-se em conta o machismo reinante nas concepções dos

partidos comunistas oficiais, a participação das mulheres na luta armada também foi uma enorme ruptura com as lutas e movimentos sociais anteriores, nos quais predominavam os homens. Essa é uma diferença marcante entre os movimentos latino-americanos e o feminismo europeu ou norte-americano.

O papel da Igreja

É verdade que a Igreja católica sempre defendeu os interesses dos poderosos e foi uma aliada importante no golpe militar, mas, por conta do puritanismo e do moralismo de sua doutrina, terminou sendo abandonada pela burguesia dominante. Às elites requintadas e europeizadas, como as do Rio de Janeiro e de São Paulo, desagradava o expediente do casamento no Uruguai, necessário dada a proibição do divórcio — sem falar no processo custoso e complicado de pedir anulação do casamento (que já estivera na origem do anglicanismo na Inglaterra). Assim sendo, por uma ironia da história, o divórcio foi aprovado no Brasil por exigência do ditador Ernesto Geisel, protestante, que assim, simbolicamente, consolidou a separação entre Estado e Igreja, em 1978.

Nesse mesmo período, a ala esquerda da Igreja católica, que dera origem à Ação Popular (cristãos de tendência maoísta), uma vez reprimida a guerrilha, cresceu no meio popular por intermédio da criação de clubes de mães e outras formas organizativas, também utilizadas no processo de reorganização das esquerdas. A presença da Igreja nas periferias mais politizadas abriu um importante espaço de atuação para as feministas de São Paulo, que atuavam nas dioceses mais progressistas, como no município de Osasco e na Freguesia do Ó.

O fato de terem o regime militar como inimigo comum não impediu as divergências entre as feministas e a ala progressista da Igreja nos temas vinculados ao moralismo católico. O divórcio e o aborto constituíram sempre os pomos da discórdia, no Brasil como em

outras partes do mundo, comprovando o conservadorismo intrínseco ao catolicismo.

A nova moral sexual

A suposição básica do feminismo dos anos 70 era a *igualdade na diferença*. Em outras palavras, as diferenças corporais não poderiam justificar a assimetria social, na medida em que a própria concepção de corpo depende das categorias explicativas em que é produzida socialmente. Assim, a desconstrução da dicotomia natureza *versus* cultura acabou sendo uma das conseqüências positivas do ataque feminista.

Há uma contradição de base, na ideologia patriarcal, quando considera as mulheres inferiores por serem supostamente mais próximas da natureza, em oposição à hegemonia dos homens no mundo da cultura. Limitando o problema à coerência dos argumentos (sem entrar na discussão da dicotomia natureza *versus* cultura), é interessante observar como, no tocante à moral sexual, o mesmo argumento que inferioriza a mulher (subordinada à natureza) e valoriza o homem (capaz de transcender) é utilizado no sentido oposto. Para justificar a dupla moral sexual, o argumento é a diferença entre a "animalidade" masculina (mais afeita ao sexo) e a "natural" espiritualidade feminina, voltada para a maternidade.

Por sua vez, a "libertação sexual", tal como formulada pelo feminismo do "direito ao próprio corpo", era uma reivindicação polissêmica. Para algumas mulheres, significava tanto o direito de relacionar-se sexualmente fora do casamento como o de evitar filhos, incluindo o aborto. O avanço técnico, na verdade, permitiu maior igualdade de condições aos parceiros heterossexuais, com os anticonceptivos dos anos 60 — que permitiam à mulher o controle da fertilidade — e o teste de DNA dos anos 80 — de forma que o pai biológico seja responsabilizado pela paternidade social. Potencial

semelhante têm, guardadas as diferenças, as novas técnicas de reprodução assistida, que permitem às mulheres engravidar sem recorrer a parceiros.

As Internacionais Comunistas e o encontro feminismo–marxismo

É preciso distinguir o marxismo enquanto teoria do social e conjunto de obras realizadas na perspectiva da luta de classes da atuação dos partidos e regimes políticos autoproclamados marxistas e comunistas. Os movimentos feministas dos anos 70 apropriaram-se de teses e pontos de vista da teoria marxista e, em relação aos partidos comunistas e socialistas europeus, mantiveram uma relação prioritária, porém com pontos de atrito.

As tensões decorriam do próprio tratamento que a questão da mulher, e as mulheres em geral, recebia das lideranças masculinas socialistas e comunistas. No âmbito teórico, os estudos tendiam a nivelar todas as experiências à determinação de classe. Demonstravam grande dificuldade em analisar a apropriação capitalista das formas de opressão baseadas no sexo, na etnia e na raça. Apesar de reconhecerem a divisão sexual do trabalho e suas conseqüências para as mulheres, postergavam para uma futura sociedade socialista a superação das discriminações de gênero.

A militância política era pensada em termos masculinos. O maior descompromisso dos homens em relação aos laços afetivos e familiares e sua disponibilidade de tempo foram elementos determinantes para a participação masculina ter-se tornado mais significativa. As atas e documentos das Internacionais Comunistas oferecem eloqüentes exemplos de desqualificação das mulheres, apresentadas como politicamente conservadoras.

Historicamente, a Internacional Comunista (IC), ou III Internacional, corresponde ao período de consolidação do socialismo

na União Soviética e à necessidade de diferenciação em relação aos socialdemocratas (coniventes com a guerra imperialista dos anos 1914-1918) e à Internacional Socialista, ou II Internacional. A defesa da ditadura do proletariado, como primeira etapa para a construção do socialismo, destoava do estatuto libertário e utópico da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), ou I Internacional, que preconizava o fim de qualquer domínio de classe.

A leitura das atas dos quatro primeiros congressos da III Internacional Comunista, realizados entre 1919 e 1923, mostra que a primeira referência específica do comunismo oficial às mulheres se dá no 3º Congresso, que coincidiu com a 2ª Conferência Internacional das Mulheres Comunistas. Depreende-se, das teses sobre as formas de propaganda entre as mulheres, que o principal interesse consistia em impedir que elas se aliassem às forças consideradas atrasadas. O trabalho político específico era tentar ganhar as mulheres para a causa do comunismo:

> Sempre que a questão da conquista do poder surgir diretamente, os partidos comunistas devem avaliar o grande perigo que representam para a revolução as grandes massas inertes que não foram treinadas pelos movimentos de donas de casa, de empregadas e de camponesas e continuam presas às concepções burguesas da Igreja e aos preconceitos [...]. A experiência da revolução húngara, no decorrer da qual a inconsciência das massas femininas desempenhou um triste papel, deve servir de aviso ao proletariado dos países subdesenvolvidos que estão entrando na via da revolução social.[1]

Em outras palavras, a conferência alertava para os riscos de não se atuar politicamente junto às mulheres e para o papel reacionário que elas assumiriam se não rompessem com as forças do atraso: a família burguesa e a moral religiosa cristã. Ao falar dos riscos da inconsciência feminina, o documento sugeria que as mulheres eram, ao mesmo tempo, produtos inferiorizados da sociedade burguesa e reprodutoras dessa mesma ideologia. Assim, não havia dúvidas quanto ao objetivo da luta das mulheres: sua "dupla opressão"

só se resolveria no quadro da ditadura do proletariado, concluía o documento da III Internacional:

> A luta da mulher contra sua dupla opressão — o capitalismo e a dependência familiar e doméstica — deve assumir, na próxima fase de seu desenvolvimento, um caráter internacional, transformando-se na luta do proletariado dos dois sexos pela ditadura e o regime dos sovietes, sob a bandeira da III Internacional.

Finalmente, o texto enfatiza que as mulheres comunistas deveriam abster-se de qualquer espécie de colaboração com as feministas burguesas (referindo-se às sufragistas) e tampouco, evidentemente, com os "oportunistas" da II Internacional (que caíra na mão da socialdemocracia, levando os comunistas do bloco soviético, ou seus partidários, a formar a III Internacional). Assim, o objetivo principal do trabalho político da III Internacional junto às mulheres residia exatamente em resgatá-las para o comunismo, cabendo aos partidos comunistas de todos os países a responsabilidade por esse trabalho. O *método de ação* correspondente envolvia os seguintes aspectos:

> 1. Conceder às mulheres o título de membros iguais em direitos e deveres a todos os demais no Partido e nas demais organizações proletárias [...]; 2. Entender a importância da participação ativa das mulheres em todos os ramos da luta proletária (incluindo a defesa militar), na edificação das novas bases sociais, na organização da produção e da existência segundo os princípios comunistas; 3. Reconhecer a função social da maternidade, bem como aplicar todas as medidas necessárias à defesa da mulher na qualidade de mãe.[2]

Em resumo, não obstante reconhecerem a especificidade da situação feminina, os comunistas da III Internacional opunham-se firmemente a qualquer forma de organização política feminina fora do espaço dos partidos comunistas. Na verdade, o movimento comunista oficial reservava à mulher um papel subalterno de colaboração com a única e verdadeira vanguarda proletária: o

proletariado, *no masculino*. Não é de estranhar, então, que a teoria e a prática das feministas dos anos 70 partissem da crítica ao movimento comunista oficial, como veremos adiante.

Comunismo e feminismo no Brasil

Os partidos comunistas brasileiros não fugiam à regra, incorporando com rigidez os preconceitos machistas sobre as mulheres. O machismo também esteve presente nos movimentos negros — é do líder norte-americano Stokely Carmichael o edificante comentário: "É na horizontal que a mulher ocupa seu lugar na revolução". Em face desses e de outros exemplos, o feminismo dos anos 70 emancipou-se da tutela dos partidos de esquerda e propôs a tese da dupla militância: um movimento feminista só de mulheres (o princípio "separatista" designado pelo termo "não-mixidade", tradução da expressão francesa "non-mixité") e a participação optativa nos partidos políticos.

Finalmente, é preciso lembrar que as feministas brasileiras, em boa parte, traziam consigo duas experiências de ruptura, a luta armada e o exílio, que lhes valeram forte senso de autonomia. Além do mais, no Brasil, diferentemente da Europa e do Chile, que conheceram grandes partidos de esquerda de massa, a ilegalidade dos comunistas restringiu seu campo de ação, o que tornou a militância uma prática clandestina e limitou a força de uma possível pressão para incorporar as feministas a suas fileiras.

Juliet Mitchell e a libertação da mulher

Simone de Beauvoir foi o ponto de partida de toda uma geração de feministas. Mas ela não era, nem se propunha a ser, uma militante feminista. Era uma intelectual ligada a Sartre e ao projeto edi-

torial da revista *Les Temps Modernes*. Juliet Mitchell, em compensação, representou para as feministas militantes um referencial prático e teórico daquilo que chamávamos de "luta pela libertação da mulher".

Ela esteve no Brasil, numa visita a São Paulo que passou praticamente despercebida porque coincidiu com a radicalização da luta estudantil contra a ditadura militar, no que correspondeu ao Maio de 1968 de várias cidades brasileiras. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP fora tomada pelos estudantes, que ocupavam as salas em debates políticos, nos quais se discutiam formas de luta para a derrubada da ditadura. Os cursos de férias, dados em julho, abrangiam discussões sobre táticas de guerrilha. "Comissões paritárias" de professores e alunos regiam o Departamento de Filosofia e, em menor grau, o de Ciências Sociais. Nas semanas seguintes um incêndio, provocado pelos estudantes de direita do Mackenzie aliados com a polícia, poria fim ao histórico período da Rua Maria Antônia, cujo prédio hoje está transformado em centro cultural.

Dois anos antes da vinda de Juliet Mitchell a São Paulo, a *New Left Review* publicara seu artigo "Women: the longest revolution",[3] que considero o mais importante texto teórico do feminismo marxista. Esse e outros escritos seus sobre o tema foram reunidos depois no livro *Woman's estate*, publicado em 1971.[4] Profundamente "engajada", como se dizia nos idos de 1960, Mitchell era a típica intelectual da "nova esquerda", para quem teoria e prática necessariamente caminhavam juntas.

Assim, *Woman's estate*[5] é uma obra política escrita por uma militante de formação marxista. No prefácio, além de agradecer ao Movimento de Libertação da Mulher por tudo que estava fazendo e ainda faria no futuro, Juliet Mitchell menciona a extensão atingida pelo feminismo naquele começo da década de 70, em quase todos os países democráticos do mundo capitalista avançado. Mas o faz para estranhar que, apesar da radicalidade das proposições e de sua amplitude, o movimento fosse tratado com benevolência pela mídia:

> Não me parece justo que a mídia conceda tanta publicidade ao Movimento de Libertação da Mulher, isto é, justamente para um movimento que, ao menos em teoria e organização, é o mais revolucionário que jamais existiu. E que pode fazer em público as declarações mais revolucionárias sem que ninguém pareça se incomodar com isto.[6]

Para Mitchell, isso se devia ao fato de a mídia, a exemplo da sociedade, levar tão pouco a sério a mulher, que não era capaz de vislumbrar a radicalidade do que estava sendo proposto. Essa complacência, diga-se, terminaria na década seguinte. O descaso em relação às manifestações feministas tem outro exemplo: durante a ditadura militar no Brasil, as publicações feministas escaparam da censura.

O grande salto teórico proposto por Mitchell está na própria concepção de feminismo. A pergunta de Simone de Beauvoir era "Por que somos o Outro?", que pode ser traduzida como "Por que nos coube a desgraça de ser mulher?". As tentativas de resposta redundaram em centenas de páginas de fatos, mitos e vivências, sem apresentar outra alternativa que não a própria negação da feminilidade e uma vaga esperança no socialismo. Mas, diferentemente do conformismo político subjacente às análises de Simone de Beauvoir, o ponto de partida de Juliet Mitchell, no ardor de seus 26 anos, era outro:

> Devemos contrapor a análise feminista, que considera as mulheres como as mais oprimidas das pessoas e, logo, as potencialmente mais revolucionárias, ao ponto de vista marxista de que a classe operária é "a" classe revolucionária no capitalismo? E se assim for, quais serão as conseqüências? Qual é a relação entre a luta de classes e as lutas dos oprimidos?[7]

A tese fundamental de Juliet Mitchell é de que o feminismo dos anos 60 inaugura algo novo em relação às lutas anteriores. A nova radicalidade vem da denúncia de que o "oprimido" da teoria marxista é, por sua vez, opressor da mulher, como acontecia no caso dos

militantes negros norte-americanos, haja vista a frase já citada de Stokely Carmichael. Sobre a mulher recaía, então, a maior opressão. Para Shulamith Firestone (*Dialetic of sex*) e outras feministas sexistas norte-americanas, o principal objetivo da revolução era a derrubada do poder masculino.

Ao analisar as fontes da energia revolucionária dos anos 60, Juliet Mitchell mostra como, até nos países mais ricos do mundo, foi a pobreza das mulheres, sua carência cultural e emocional que as aproximaram dos estudantes e dos jovens. Assim, no quadro mais geral da luta pelos direitos civis, as batalhas mais próximas do feminismo foram travadas por negros, estudantes e *hippies*. Daí a luta pelos direitos da mulher entrar no rol dos movimentos das *minorias*. Convém lembrar também que todos esses movimentos, não obstante a base local, tiveram inspiração nos protestos pela paz e pelo fim das guerras no Terceiro Mundo (Argélia, Cuba e Vietnã) — isto é, partiram de uma perspectiva *internacionalista*.

Em relação a esse aspecto, Mitchell observa que as mulheres constituem o grupo político mais "internacional", pois são metade da humanidade. No entanto, sua opressão tem lugar no domínio mais restrito e específico possível: o lar. Dessa maneira, há um cruzamento entre vida pessoal e vida política. Em oposição ao "aburguesamento" de vários segmentos da classe operária, muitas mulheres burguesas, por meio da ampliação das universidades, assumiram uma vanguarda feminista radical. O paradoxo é inevitável, pondera Mitchell, pois é a ignorância que mantém a maior parte das mulheres na opressão. O movimento de libertação enfrenta, nessa medida, uma tarefa titânica, pois a opressão da mulher manifesta-se tanto na miséria econômica quanto na cultural, em todas as classes sociais e em todos os movimentos radicais.[8]

Porque os próprios revolucionários foram os primeiros a tratar o feminismo com desconsideração, foi necessário defender o separatismo. Assim, o preconceito em relação às lutas das mulheres estimulou as militantes a formar grupos exclusivamente femininos.

Para Juliet Mitchell, era possível que a política separatista do movimento proviesse de uma das conseqüências mais notórias da opressão das mulheres: a falta de confiança em si mesmas. Mas é exatamente aí que se confirma a tese central do movimento: as mulheres são oprimidas enquanto grupo e, não obstante os grupos oprimidos deverem unir-se, é fundamental que cada qual desenvolva por si mesmo a análise e a compreensão da especificidade da sua opressão.[9]

Em resumo, as principais características do feminismo dos anos 60, nos centros capitalistas desenvolvidos, eram: a) a organização das mulheres, tendo como articuladoras as intelectuais e mulheres das classes médias ilustradas, e b) uma política de proximidade com outros grupos oprimidos, dentro do "separatismo" que, posteriormente, constituiu um dos pilares da proposta política de autonomia do movimento de mulheres.

A partir desse quadro geral de referências, Juliet Mitchell introduz a necessidade de uma teoria da opressão específica da mulher. Naquele momento, o feminismo internacional dividia-se em duas tendências: as feministas radicais (ou sexistas), norte-americanas na maioria, partiam da premissa de que o inimigo é o homem da sociedade patriarcal, falocrática etc. (como Kate Millet, S. Firestone e outras); do outro lado, as feministas socialistas atuantes na França, Itália e Inglaterra preconizavam a incapacidade da antiga teoria em dar conta da situação da mulher, ao mesmo tempo em que consideravam fundamentais a teoria das classes sociais e a necessidade de fazer a revolução.

Na condição de feminista socialista, Juliet Mitchell passa em revista a análise da mulher na teoria socialista, afirmando que a subordinação do sexo feminino foi reconhecida pela grande maioria dos pensadores socialistas do século XIX, mas com uma formulação genérica e abstrata. A própria contribuição de Marx a esse respeito permaneceu no nível filosófico, como acontece em *A sagrada família*, em que aponta a situação da mulher como o mais

poderoso *índice* do progresso humano sobre o animal, do cultural sobre o natural. Nesse sentido, permaneceu, como Charles Fourier, no aspecto simbólico da opressão da mulher, concedendo importância universal ao problema, mas, ao mesmo tempo, privando-o de substância. A mulher nos escritos do jovem Marx, aponta Juliet, "transforma-se numa entidade antropológica, numa categoria ontológica da espécie a mais abstrata".[10]

Em *O capital*, obra da maturidade, Marx coloca a questão da mulher na sua historicidade quando, por exemplo, ao analisar os diferentes tipos de família, afirma que é um absurdo imaginar que a estrutura familiar germânico-cristã pudesse corresponder a uma estrutura familiar definitiva, cujo modelo fosse aplicável à família da Grécia ou do Oriente. Mas, ao mesmo tempo em que confere historicidade à família, Marx "inclui" a mulher na questão da família, isto é, passa das generalidades filosóficas da juventude para a redução do problema da mulher à evolução histórica da família.

Mesmo na *Origem da família*, de Engels, que teve boas intuições sobre a questão da mulher, a ênfase maior é concedida à questão da propriedade privada, que explicaria o início da opressão, levando à herança, à monogamia etc. A razão para a submissão da mulher, por sua vez, é encontrada em sua menor força física, o que equivale a dizer que o incremento da produtividade de sua força de trabalho é condição de sua libertação. Por isso, Engels privilegia a integração da mulher à esfera produtiva (a indústria pública, em suas palavras) e a supressão da família conjugal enquanto unidade econômica da sociedade. Ao contrário de Simone de Beauvoir, Juliet Mitchell leva adiante sua crítica a Engels, mostrando como ele, afinal, permanece no reducionismo econômico.

Diante desse quadro, conclui Mitchell, tornou-se imperioso para as feministas socialistas a elaboração de uma teoria da opressão de todas as mulheres, sem por isso perder de vista a especificidade histórica de cada aspecto da situação. "É preciso que partamos das questões colocadas pelas feministas para chegarmos a produzir

respostas marxistas."[11] É na segunda parte do livro que Juliet Mitchell tentará dar respostas marxistas no tratamento da opressão da mulher. Ela pondera, inicialmente, que o feminismo radical faz da opressão "o" problema quando, na verdade, se trata de saber *por que as mulheres foram sempre oprimidas e como são oprimidas*. Pois a teoria da opressão tem de dar conta do caráter geral da opressão feminina sem perder de vista, no entanto, sua especificidade histórica:

> A situação das mulheres é diferente da de outros grupos sociais oprimidos: elas são metade da humanidade. De certo modo, elas são exploradas e oprimidas de maneira análoga às classes e grupos explorados — operários, negros etc. Mas à mulher é oferecido um mundo próprio: a família. Exploradas no trabalho, relegadas ao lar: essas duas posições compõem sua opressão.[12]

Esta será a chave da análise de Juliet Mitchell: a *dialética produção/reprodução social* (aqui pensada como reprodução da espécie em condições históricas determinadas). O lugar subalterno que a mulher ocupa na produção teria sua contrapartida no poder que exerceria no seu "reino", a família. Com isso, acusa Mitchell, não se coloca a questão do que é a *família*, pois sob essa forma "natural" temos um produto social. Mas a ideologia do "natural" visa justamente obscurecer a historicidade da família e das funções nela desempenhadas pelas mulheres. "Fala-se da mulher, da família como se fossem sempre as mesmas [...]. Assim, as análises da feminilidade e da família devem se desvencilhar da ideologia da permanência e de sua unificação em um todo monolítico: mãe e filho, lugar de mulher [...] seu destino natural."[13]

Foi preciso *desconstruir* a idéia de *destino natural*; nesse sentido, a teoria socialista do passado não chegou a isolar os diferentes elementos da condição feminina, que *formam uma estrutura complexa e não uma unidade simples*. Assim, Juliet Mitchell considera essencial renunciar à idéia de que as condições da mulher decorrem unicamente da economia, como formula Engels, ou possam ser equacionadas como símbolo da opressão geral, como afirma Marx em

seus primeiros escritos. "É preciso pensá-la como uma estrutura específica, isto é, como unidade de elementos diferenciados." De fato, as variações da condição feminina dependem da combinação específica desses elementos.

> Numa totalidade complexa, cada elemento independente tem sua própria realidade autônoma, ainda que seja determinado, mas somente em última instância, pela base econômica. Uma tal totalidade complexa demonstra que na sociedade nenhuma contradição é simples. Cada setor pode movimentar-se diferentemente, e a síntese dessas diferenças na estrutura global implica que muitas vezes as contradições se anulem e, outras vezes, se reforcem mutuamente. Porque a unidade da condição feminina, em qualquer tempo, é o produto de várias estruturas que se deslocam, é sempre "sobredeterminada".[14]

A referência ao termo freudiano "sobredeterminação", introduzido por Louis Althusser, dá conta da influência da teoria psicanalítica sobre os marxistas dos anos 60. A própria Juliet Mitchell, em *Woman's estate*, critica o movimento feminista norte-americano por sua rejeição a Freud, dizendo que essa rejeição é de "ordem moral". Ora, diz Juliet Mitchell,

> a psicanálise, ao explorar o inconsciente e os *constructos* da vida mental, trabalha num terreno no qual a forma fenomênica predominante é a família. E o estudo da mulher exige métodos de uma ciência da mente, uma teoria que consiga explicar como a mulher se torna mulher e o homem, homem. A fronteira entre o domínio biológico e o domínio social que se expressa na família pertence ao campo da psicanálise e dá origem à diferença sexual.[15]

A autora chega, assim, ao nó górdio da questão: a psicanálise, como ciência do inconsciente, fornece a chave teórica para a questão das diferenças sexuais.

O feminismo brasileiro e a literatura feminista nos anos 70

Um feminismo intelectualizado, marcado pela obra e pela presença de Simone de Beauvoir, sempre acolheu textos feministas (como também da esquerda armada) na revista *Les Temps Modernes*. O debate político e a troca de idéias receberam poderoso apoio de editoras de esquerda, como a Maspero, em Paris, e a Feltrinelli, na Itália. François Maspero era o grande editor da esquerda francesa e sua Petite Collection Maspero publicou, em 1969, as obras de Rosa Luxemburgo e Alexandra Kollontai.

Em 1974, surgiu na França a Editions des Femmes, exclusiva para autoras mulheres, que não apenas publicou textos de outros países, como desenvolveu uma linha de literatura infantil em cujos livros, pela primeira vez, a princesa não precisava casar-se com o príncipe para a história ter final feliz. Havia, também, as publicações ligadas aos partidos de esquerda, porém a parte mais significativa dos escritos pertencia à vertente sem filiação partidária. Na passagem da década de 60 para os anos 70, à profusão de publicações de esquerda correspondeu a expansão da produção feminista na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos, cuja publicação mais significativa foi a *New Left Review*, inspirada nas posições do historiador marxista Isaac Deutscher. Foi nessa revista que Juliet Mitchell publicou o clássico *Woman's estate*.

O exílio na França concentrou parte considerável da esquerda brasileira. Depois de liquidar os remanescentes dos grupos armados, o regime militar passou a perseguir os comunistas e os socialistas, que haviam sido relativamente poupados entre 1969 e 1973. As derrotas sucessivas da esquerda no Brasil, no Chile e na Argentina aumentaram a concentração de latino-americanos na Europa, propiciando intensa atividade política. Se nos anos 60 os autores mais lidos eram Herbert Marcuse, Andre Gunder Frank, Régis Debray e Che Guevara, nos anos seguintes, especialmente a partir de 1973,

as leituras mudaram. Cada vez mais, seminários de textos marxistas e debates sobre a realidade brasileira constituíam atividades permanentes.

Os exilados brasileiros, organizados em pequenos grupos, escreveram panfletos e revistas e promoveram encontros e debates mensais até a decretação da anistia, em 1979. Entre os brasileiros, predominavam as leituras de origem francesa, entre outras razões porque esses círculos tinham composição majoritária de estudantes e professores de ciências sociais, filosofia e direito egressos da USP (duramente atingida pela cassação de quase 300 professores), que, como se sabe, é uma universidade de formação francófona.

O marxismo da maioria permaneceu em algumas noções gerais, extraídas do jovem Marx e de *Origem da família, da propriedade e do Estado*, de Engels. Como os interlocutores das feministas eram seus companheiros na vida pessoal e política, pertencentes ao mesmo círculo intelectual, os primeiros textos foram marcados pela vontade de permanecer dentro do marxismo. O que se fazia era uma costura da afirmação do jovem Marx de que a opressão do homem sobre a mulher é a primeira opressão de classe com o ataque à família burguesa em *O manifesto comunista* e a relação estabelecida por Engels entre o aparecimento da família, da propriedade privada e do Estado. As discussões enveredavam por sendas diversas: a esquerda armada não pensava que o operariado tivesse perdido importância como força revolucionária, mas já preconizava uma aliança maior entre operários, estudantes e camponeses, apesar de todos saberem que estudante não é classe social.

O feminismo e a experiência do exílio

Como vimos, a partir de 1973, o golpe de estado no Chile, o acirramento da repressão política na Argentina e a permanência da ditadura militar brasileira, em plena prosperidade do "milagre brasi-

leiro", concentraram em Paris centenas de fugitivos. Além dos exilados, o clima de terror e a repressão política reinantes no Cone Sul estimulavam a saída de universitários para cursos de pós-graduação europeus. A França tornou-se o epicentro do asilo político, reforçando os laços entre a esquerda francesa e os militantes políticos. À época, o Partido Comunista francês era uma organização respeitada, com forte composição operária, presença sindical e atuação ideológica. Sua imprensa tinha, por exemplo, excelentes revistas para crianças, graças às quais, à diferença do Brasil, os heróis infantis nacionais não foram esmagados pela turma da Disney (aqui aportada com o selo Abril).

Para mim, como para muitos outros que viveram em Paris nos anos 70-80, o sentido da palavra "republicano" ganhou um significado muito forte de educação, saúde e cultura para todos. Passamos a enxergar com outros olhos a experiência de uma bem-sucedida medicina socializada; as crianças usufruíam excelentes escolas públicas. Com o crescimento eleitoral, a esquerda francesa estava no auge e a França tornou-se o grande centro irradiador do feminismo europeu.

O país vivia uma ebulição social, e a legalização do aborto era uma reivindicação nacional, encabeçada pelas feministas com o apoio dos partidos comunistas e socialistas. A esquerda mantinha uma atitude de solidariedade para com os exilados políticos: estudantes e exiladas foram acolhidas pelos movimentos de libertação da mulher e puderam participar do debate no interior das esquerdas. Dessa maneira, o feminismo brasileiro dos anos 70 desenvolveu-se no interior da esquerda militante. Foi em contato com o feminismo francês que as brasileiras encontraram o contexto ideal para elaborarem o próprio feminismo.

Esta também é a perspectiva de Ana Maria Araújo, exilada uruguaia na França,[16] para quem o movimento de mulheres latino-americano, não obstante seus laços com o feminismo europeu e norte-americano, "à medida que se consolidava como movimento

social enraizado na realidade nacional e continental, adquiria — de forma muito mais profunda que a esquerda — sua própria especificidade latino-americana".[17] Para Araújo, um dos mais importantes grupos de mulheres latino-americanas organizados no exterior foi o Círculo de Mulheres Brasileiras, que defendia um feminismo, ao mesmo tempo, de esquerda (favorável ao aborto) e de "massa" (propunha políticas públicas de Estado).

Mas a primeira organização de brasileiras em Paris surgiu bem antes do Círculo de Mulheres: o grupo Nosotras, que reunia latino-americanas e era organizado em torno de Danda Prado, cujo nome inspirou, anos depois, o título *Nós Mulheres*, dado ao primeiro jornal feminista publicado no Brasil. O Nosotras funcionava como grupo de discussão e de reflexão, um exercício que tinha algo de terapia de grupo e já era praticado nos círculos feministas europeus. O Nosotras, em que pese sua importância, não constituía um grupo feminista no sentido que as organizações militantes teriam nos anos seguintes.

As experiências do Debate e do Coletivo

Os brasileiros exilados na França organizaram-se em vários grupos políticos, que acompanhavam as tendências da esquerda brasileira: leninistas, maoístas etc. No começo dos anos 70 surgiu, em Paris, o grupo Debate, em torno de João Quartim.[18] O Debate, que adquiriu um grande prestígio e permaneceu ativo até 1979, constituiu uma etapa importante para que as feministas brasileiras ligadas ao pensamento marxista percebessem a necessidade de uma militância direcionada para a questão da mulher.

O discurso da militância no exterior visava, inicialmente, o conjunto dos exilados. Disso não destoava a publicação do grupo Debate, que se posicionava a serviço da "reorganização dos comunistas" de forma geral. Uma parte considerável das militantes do grupo não tinha, aliás, qualquer vocação feminista. Os artigos sobre o tema

da opressão recorriam à literatura dos clássicos marxistas e se apropriavam das análises da *New Left Review*. O empenho teórico do Debate gerou grande quantidade de textos que propunham uma análise marxista do trabalho feminino e da família, por exemplo, mas os textos sobre sexualidade eram descartados pelo grupo, que, na maioria, não considerava o tema importante nem passível de discussão.

Na perspectiva das militantes atraídas pelo feminismo, fez-se necessária a criação de grupos de discussão específicos sobre a questão da mulher. Assim surgiu o Coletivo de Mulheres no Exterior e o Círculo de Mulheres Brasileiras, cujas participantes haviam sido direta ou indiretamente ligadas à luta armada, eram muito jovens e não tinham filhos. Ao mesmo tempo, a liberdade oferecida pela cidade permitiu um estilo de vida que estabeleceu as condições para o confronto de gênero. É importante frisar, mais uma vez, que as mudanças mais profundas proporcionadas pela experiência do exílio foram no campo do cotidiano. Foi no exterior que as militantes começaram a desertar dos grupos políticos, partindo em direção aos grupos feministas. Aos poucos, o Coletivo de Mulheres transformou-se na mais dinâmica, atuante e influente das organizações brasileiras no exterior.

Na verdade, a grande diferença entre os grupos marxista-feministas e os outros não é teórica, mas política. A adesão ao feminismo correspondeu, para muitas mulheres, à politização das relações de gênero. Assim, as feministas do grupo Debate, por exemplo, não abandonaram o campo da esquerda socialista e comunista, mas entraram em confronto com as posições dos partidos comunistas. O hoje extinto PCB reproduzia os preconceitos já apontados nas resoluções das Internacionais, era conservador do ponto de vista moral e continuava a se dirigir a um modelo de mulher alienada ou pouco politizada, que devia ser levada para a causa socialista sem maiores contestações às relações de subordinação da mulher. A experiência francesa foi tão determinante que mesmo militantes históricas como Zuleika Alambert, que no exílio chileno fazia uma

defesa intransigente da linha do PC (o que significava privilegiar os termos econômicos em detrimento dos culturais e familiares), terminou por se converter ao feminismo após alguns anos em Paris.

Da mesma forma, o grupo de jovens que constituiu o núcleo inicial do trabalho com mulheres entre as exiladas brasileiras no Chile produziu, uma vez chegadas a Paris, após o golpe de 1973, um primeiro documento conjunto no qual reiteraram a adesão à revolução socialista. Mas o contexto francês, se estimulava o espírito revolucionário, também comprovou, na prática, a importância da solidariedade feminista. Aos poucos, o grupo adquiriu uma feição muito peculiar, com as mulheres organizando-se para discutir temas e compartilhar experiências. Foi então que a "guerra dos sexos" teve início e o machismo passou a ser um tema importante.

Feminismo no Brasil: do marxismo do Nós Mulheres ao SOS Mulher

A partir de 1974, as primeiras feministas do Debate retornaram ao Brasil e participaram do primeiro grupo feminista em território nacional, o Nós Mulheres. Uma vez articuladas, deram início a uma dupla produção: a prática da discussão de "textos de formação", de bibliografia marxista, e a escrita de textos jornalísticos para "as massas". O primeiro editorial do jornal *Nós Mulheres*, escrito por duas ex-militantes do Debate, trata da dupla jornada de trabalho (em casa e fora dela) e propõe uma série de reivindicações, nas quais as políticas de Estado aparecem como solução.

Analisando a produção do Nós Mulheres e do Brasil Mulher, que reunia militantes de origem maoísta, notamos a permanência das teses marxistas, que tinham a economia e a política como eixos, segundo o duplo princípio de a) importância da infra-estrutura econômica, isto é, a centralidade da luta anticapitalista; b) importância da atuação na esfera pública (mas numa organização menos

hierarquizada). Isso faz sentido na medida em que, numa sociedade com o grau de desigualdade social da brasileira, toda e qualquer reivindicação de melhoria de vida passa pela dimensão econômica, mesmo que em última instância. É esse fato que torna o marxismo, enquanto teoria das classes sociais, uma referência permanente. Ao mesmo tempo, as posições do Nós Mulheres sobre sexualidade, família e relações de gênero eram muito mais avançadas, em termos de feminismo, do que as das demais publicações de mulheres naquele momento.

As feministas que retornaram ao Brasil após o exílio encontraram um país no qual a Justiça absolvia os chamados "crime de honra", cujos algozes mais renomados à época foram o cantor sertanejo Lindomar Castilho e o *playboy* Doca Street, e onde milhares de mulheres morriam a cada ano (o que até hoje não mudou) vítimas de abortos clandestinos. Assim, a ênfase na questão do gênero respondia às necessidades teóricas do próprio feminismo, em seu combate contra a naturalização das diferenças sociais. Por outro lado, abriu as portas para novos estudos de gênero, que se afastaram da compreensão das relações de gênero como relações de poder, próprias do marxismo. Esse ponto de vista também proporcionou uma porta de entrada para as problemáticas e influências das feministas norte-americanas, cujos coletivos sobre sexualidade alcançaram repercussão considerável.

Ao longo dos anos seguintes, a urgência do trabalho político na luta pelo fim da ditadura absorveu as energias, e o nível teórico dos textos viu-se rebaixado. Num segundo momento, a queda da ditadura permitiu a incorporação crescente de novos temas e sujeitos políticos à esfera acadêmica, pela introdução dos estudos da mulher e dos estudos de gênero. A partir de então, a teoria marxista permaneceu circunscrita ao anticapitalismo, pois as questões que as mulheres se colocavam referiam-se ao conjunto das determinações que fazem de uma mulher uma *mulher*, independentemente de sua condição econômica.

Impasses do feminismo

A expansão do capitalismo com sua divisão desigual entre as nações e a inconteste supremacia norte-americana, declaradamente ativa na sabotagem aos governos progressistas da América Latina, bem como a imposição do modelo neoliberal sustentado pelos organismos internacionais controlados pelos norte-americanos, como o Fundo Monetário Internacional, constituem os elementos unificadores dos problemas de crise fiscal, endividamento externo, desnacionalização da economia e sucateamento das empresas estatais que caracterizam a realidade latino-americana. A lógica do capitalismo, com a crescente mercantilização de todas as relações sociais, com a extinção de formas alternativas de existência e sobrevivência econômica, impõe a todos o modelo do consumismo, do modismo, do narcisismo, ao mesmo tempo em que as condições de vida da maior parte do globo são cada vez mais subordinadas aos ditames da acumulação do capital.

Nessas condições, quais as possibilidades de resistência e de emancipação? De que maneira a opressão de classe se inscreve na subjetividade? Quais os limites da solidariedade entre as mulheres?

Até aqui temos falado das "mulheres", acentuando a opressão que as unifica. Mas outros determinantes sociais vão definir seu destino final enquanto indivíduos. As classes sociais e as "raças" inscrevem-se em cada mulher em particular, gerando outras formas de opressão e conflito de interesses, como denotam as relações entre patroas e empregadas domésticas. A grande conseqüência política dessa diversidade é a fragmentação das mulheres, que são cooptadas pelo sistema e reproduzem suas estruturas perversas. A moda e a beleza, por exemplo, podem ser consideradas índices do poder persuasivo das ideologias dominantes e da capacidade do capitalismo de perverter o consumo e influir no desejo. Razão tem Herbert Marcuse em *Eros e civilização* (1955) e *Ideologia da sociedade industrial* (1964), nos quais denuncia a capacidade do capitalismo

de, por um lado, *des*erotizar a vida cotidiana e, por outro, instrumentalizar a sexualidade, canalizando as energias libidinais para o consumismo supérfluo e para uma "dessublimação repressiva".

O fato de as mulheres terem sua participação na vida social determinada por três elementos qualitativamente distintos — sexo, classe e etnia/raça — explica em parte as fraquezas e os limites dos diversos movimentos femininos que a história conhece. Todas as mulheres sofrem a mesma discriminação sexual e têm, nesse sentido, reivindicações comuns. Mas a impossibilidade de transformar essas reivindicações numa plataforma única, de sensibilizar todas as mulheres para essa plataforma, está dada pelas contradições situadas no âmbito da divisão de classes. A análise das plataformas reivindicativas de diversas correntes norte-americanas e européias mostra não somente concepções distintas no que se refere às causas da opressão da mulher, mas, principalmente, que as reivindicações feitas dependem muito do grau de desenvolvimento econômico e social de cada sociedade.

Assim, se as feministas em geral defendem o fim dos "fundamentalismos", as feministas socialistas e comunistas também são contra o fundamentalismo do mercado e do capital. Como observa Alda Facio, o feminismo concerne especificamente às relações de gênero. Nesse sentido, existem feministas de direita ou pouco preocupadas com a luta de classes:

> Não estou propondo que não possa haver mulheres que se sintam ou se definam como feministas e que também sejam de direita, ou de centro, ou do que seja. É mais, possivelmente haja muitas mulheres de direita que na sua vida pessoal sejam mais feministas que muitas de nós. Mulheres que tenham trabalhado o sexismo interiorizado com mais afinco e determinação. E isso é uma parte importantíssima de ser feminista. Entretanto, ser feminista individualmente não é o mesmo que ser parte de um movimento. As feministas podemos estar em todos os lados: no Estado, nas agências de cooperação, na ONU, nas ONGs, e até em movimentos religiosos, artísticos, ou que lutem contra outras formas de discriminação e intolerância. Mas susten-

> to que o movimento feminista, como tal, tem de ser progressista, ou seja, de esquerda, como foi desde seus primórdios e em suas etapas distintas, caso contrário tem pouco que oferecer à grande maioria das mulheres que seguem sendo pobres.[19]

O feminismo de esquerda considera que a inegável inferioridade social da mulher na maior parte do mundo, isto é, o fato de que as mulheres são oprimidas enquanto tal, é inseparável das divisões oriundas da estrutura de classes. A diferença de interesses se espelha muito claramente na questão das políticas sociais. A luta pela apropriação dos excedentes — especialmente em momentos de crise fiscal — opõe os interesses das diferentes classes e estratos de classe. Na medida em que as mulheres constituem a maioria dos pobres, a questão das políticas sociais tem de ser vista pela dupla ótica de seus evidentes limites, mas também de sua importância redistributiva. O reconhecimento dos problemas de cooptação e institucionalização trazidos pela absorção de parte dos movimentos sociais pelos aparelhos de Estado tem seu contraponto na importância das políticas sociais e no fato de que hoje, mais do que nunca, parte da luta pela reapropriação da riqueza gerada pelo trabalho inscreve-se nas políticas sociais.

Na verdade, o impacto das políticas neoliberais coloca na ordem do dia a questão da reconquista do Estado de bem-estar social. Cabe a Nancy Fraser (1989) o mérito de ter alertado para as conseqüências negativas que o encolhimento do *welfare state* representa para as mulheres. Ela também insiste no fato de que o ataque ao Estado de bem-estar não era só um capricho[20] do governo Reagan, mas uma necessidade oriunda da crise capitalista denominada por James O'Connor de "crise fiscal do Estado". De fato, acentua Fraser, as mulheres são afetadas porque "as mulheres constituem a ampla maioria do estado de bem-estar social".[21] Não só constituem as beneficiárias, junto com as crianças, como também representam o maior contingente de trabalhadores do setor público ligado aos serviços sociais. Nesse sentido, nos Estados Unidos e em outras

partes do mundo, o desmonte dos benefícios sociais tem uma clara dimensão de gênero.

Concluindo[22]

O descontentamento das mulheres com sua condição — o mal-estar feminino — assumiu formas variadas. As famosas histéricas estudadas por Freud e seus corpos contorcidos eram sintoma disso. Com muita propriedade, a psicanalista argentina Emilce Dio Bleichmar denominou seu livro de *O feminismo espontâneo da histeria*. Se a sociedade de hoje não fabrica mais histéricas como antigamente, o mal-estar feminino aparece na anorexia, nas tentativas de escapar ao tempo por meio de operações plásticas e cosméticos, na obsessão consumista e em outras formas de expressão do empobrecimento pessoal na contemporaneidade.

A expansão e a penetração do modo de produzir capitalista aumentam a proporção daqueles e daquelas que precisam vender sua força de trabalho para poder sobreviver. O processo de concentração das riquezas alarga o fosso entre as condições de vida e o poder dos ricos e uma massa crescente de desempregados. O desequilíbrio estrutural do capitalismo diz respeito exatamente à incapacidade das "forças do mercado" de planejar e estabelecer um equilíbrio entre oferta e procura. A América Latina, como periferia ou semiperiferia das nações capitalistas hegemônicas, sofre as conseqüências de sua subordinação, ao ter sua capacidade de inversão produtiva reduzida pela permanente drenagem de recursos através do pagamento de *royalties* e da dívida externa.

Esse é um ponto crucial das divergências entre feminismo liberal e feminismo socialista. Enquanto as liberais advogam a bandeira da igualdade entre os sexos, sem referência às hierarquias de classe, as socialistas entendem que a emancipação das mulheres exige a superação do patriarcalismo e do capitalismo. Nesse sen-

tido, a oposição ao neoliberalismo transformou-se na bandeira unitária de luta, tanto nos encontros latino-americanos de feministas, que se realizam anualmente desde 1981, quanto no Fórum Social Mundial de Porto Alegre. Neles estão presentes muitos dos projetos e movimentos sociais do período das ditaduras militares. O encontro das esperanças e da experiência do passado com os projetos do futuro permite a ressignificação dos movimentos sociais e o aprofundamento de suas lutas.

Notas

1 *Quatre premiers congrès de l'International*, p. 4.

2 Op. cit., p. 5.

3 Traduzido com o título de "Mulheres, a revolução mais longa", pela revista *Civilização Brasileira*.

4 A tradução francesa, da Editions des Femmes, é de 1974.

5 Juliet Mitchell, *Woman's estate*. Londres: Penguin Books, 1971, p. 13. O livro não foi traduzido para o português: traduzi os trechos citados da edição inglesa referida. Os trechos originais aparecem nas notas.

6 No original: "It is not just that the media gives Women's Liberation publicity, it is that, in concept and organization, it is the most public revolutionary movement ever to have existed. Able, too, to make the most revolutionary statements in public without anyone seeming bothered".

7 Idem, op. cit., pp. 13-14. No original: "Is the feminist concept of women as the most fundamentally oppressed people and hence potentially the most revolutionary to be counterposed to he Marxist position of the working class as *the* revolutionary class under capitalism? If so, with what consequences? What is the relationship between class-struggle ad the struggles of the oppressed? What *are* the politics of oppression?"

8 Idem, op. cit., p. 39.

9 Idem, op. cit., p. 58.

10 Idem, op. cit., p. 79.

11 Idem, op. cit., p. 99.

12 Ibidem. No original: "The situation of woman is different from that of any other oppressed social group: they are half of the human species. In some ways they are exploited and oppressed like, and along with, other exploited classes or oppressed groups — the working class, Blacks, etc. But women are offered a universe of their own: the family. Women are exploited at work, and relegated to the home: the two positions compound their oppression".

13 Idem, op. cit., p. 100.

14 Ibidem.

15 Idem, op. cit., p. 167. No original: "Psychoanalysis, exploring the unconscious and the constructs of mental life, works on the terrain of which the dominant phenomenal forms is the family. In studying women we cannot neglect the methods of a science of the mind, a theory that attempts to explain how women become women and men, men. The borderline between the biological and the social which finds expression in the family is the land that psychoanalysis sets out to chart, it is the land where sexual distinction originates".

16 Doutora em sociologia pela Universidade de Paris I e docente da Universidade de Paris III; publicou livros sobre as tupamaras.

17 Ana Maria Araújo, "Hacia una identidad latinoamericana: los movimientos de mujeres en Europa y América Latina", *Nueva Sociedad*, nº 78. Caracas, jul.-ago., 1985, p. 90.

18 Professor de filosofia da USP, fundador da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), com a qual rompeu no final de 1968 por discordar do "militarismo" que se tornou dominante no interior dessa organização revolucionária.

19 Alda Facio, *Globalización y feminismo, tema del IX Encuentro Feminista*. Costa Rica, 2002. Disponível em: Red Informativa de Mujeres de Argentina (RIMA), rimaweb.com.ar/feminismos/alda_facio_globalizacion.html. No original: "No estoy planteando que no pueda haber mujeres que se sientan o se definan como feministas y que también sean de derecha o de centro o de lo que sea. Es más, posiblemente haya muchas mujeres de derecha que en su vida personal sean más feministas que muchas de nosotras. Mujeres que hayan trabajado el sexismo interiorizado con más ahínco y determinación. Y esto es una parte importantísima de ser feminista. Sin embargo, ser feminista a nivel individual no es lo mismo que ser parte de un movimiento. Las feministas podemos estar en todos lados: en el Estado, en las agencias de cooperación, en la ONU, en las ONGs, y hasta en movimientos religiosos, artísticos, o que luchan contra otras formas de discriminación e intolerancia. Pero sostengo que el movimiento feminista, como tal, tiene que ser progresista, es decir, de izquierda, como lo fue desde sus inicios y en sus distintas etapas, de lo contrario tiene poco que ofrecerle a la gran mayoría de las mujeres que siguen siendo pobres".

20 Emilce Dio Bleichmar, *O feminismo espontâneo da histeria*.

21 Fraser, 1989 , p. 147. No original: "women constitute the overwhelming majority of social-welfare state".

22 Essas conclusões constaram do texto "Feminismo, movimentos de mulheres e a (re)construção da democracia em três países da América Latina", apresentado no 51º Congresso Internacional de Americanistas, Santiago, 12-18 jul., 2003.

Referências bibliográficas

ALVAREZ, Sonia E. *The politics of gender in Latin America: comparative perspectives on women in the Brazilian transition on democracy.* New Jersey: Princeton University Press, 1990.

ANDERSON, Perry. *O fim da história de Hegel a Kukuyama.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

ARAÚJO, Ana Maria. "Hacia una identidad latinoamericana: los movimientos de mujeres en Europa y América Latina", *Nueva Sociedad,* nº 78. Caracas, jul.-ago., 1985.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo,* 2 vols. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

BLEICHMAR, Emilce. *O feminismo espontâneo da histeria.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher na ditadura militar no Brasil.* Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

CORREA, Mariza (org.). "Simone de Beauvoir & os feminismos do século XX", *Cadernos Pagu,* 12. Campinas, 1999.

FACIO, Alda. *Globalización y feminismo, tema del IX Encuentro Feminista.* Costa Rica, 2002.

FLACKS, Richard e WHALEN, Jack. *Beyond the barricades: the sixties generation grows up.* Filadélfia: Temple University Press, 1989.

FRASER, Nancy. *Unruly practices. Power, discourse and gender in contemporary social theory.* Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989.

GARCIA, Marco Aurélio. "O gênero na militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política", *Cadernos Pagu,* 8, 9, Núcleo de Estudos de Gênero — Pagu, 1997.

GOLDBERG, Anette. "Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso intelectual de um ideário político", BIB, nº 28. Rio de Janeiro, 1989.

KOLLONTAI, Alexandra. *Marxisme & révolution sexuelle.* Paris: Maspéro, 1973.

_________. *Conférences sur la libération des femmes.* Paris: Editions de la Brèche, 1978.

_________. *Autobiografia de uma mulher emancipada.* São Paulo: Proposta, 1980.

KUNH, Annette (ed.). *Feminism and materialism.* Londres: Routledge and Kegan, 1978.

MARX, Karl. *Oeuvres.* Paris: Pléiade, 1965.

MARX, K. e ENGELS, F. *L'Idéologie allemande.* Paris: Editions Sociales, 1970.

MITCHELL, Juliet. *Woman's estate.* Londres: Penguin Books, 1971.

_________. *L'Age de femme.* Paris: Editions des Femmes, 1974.

_________. *Psycoanalysis and feminism.* Nova Iorque: Allen Lane and Pantheon Books, 1974.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Mulheres em movimento: o balanço da década da mulher do ponto de vista do feminismo, das religiões e da política.* São Paulo: Nobel, Conselho da Condição Feminina, 1985.

_________. *A experiência feminista dos anos setenta.* Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, 1990, Textos, nº 5.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira.* São Paulo: Editora UNESP, FAPESP, 1993.

RÍOS, Marcela. "Institucionalización de las políticas de género y consolidación democrática: la experiencia chilena", Congreso Anual del Latin American Studies Association. Guadalajara, 1997.

SARTI, Cynthia. "Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro", *Cadernos Pagu,* 16, Núcleo de Estudos de Gênero — Pagu, 2001.

SCHILD, Verónica. "Novos sujeitos de direitos? Os movimentos de mulheres e a construção da cidadania nas 'novas democracias'", in *Cultura política e movimentos sociais latino-americanos: novas leituras.* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

TARDUCCI, Mónica. "Posmodernismo o posfeminismo? Una reflexion desde la antropología", in *La producción oculta. Mujer y antropología, III Congreso Argentino de Antropología Social.* Buenos Aires: Contrapunto, 1990.

TCACH, César. "Argentina 1983: reinstauración o refundación de la democracia?", *Idéias,* 6; 2; 7, 1, 1999/2000.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. "Os cristãos, o socialismo e projetos históricos alternativos", trabalho apresentado na mesa-redonda MR-8 "Catolicismo e neoliberalismo", VIII Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina. São Paulo, 22-25 set., 1998.

8

O PCB, os Trabalhadores e o Sindicalismo na História Recente do Brasil

*Marco Aurélio Santana**
*Ricardo Antunes***

Introdução

A chegada do Partido dos Trabalhadores (PT), fruto direto das lutas operárias, ao poder, em aliança tanto com forças de esquerda quanto com setores conservadores, abriu no interior da esquerda brasileira um debate acerca de sua identidade. A própria trajetória eleitoral já indicava modificações no projeto daquele que, nas últimas duas décadas, havia sido o elemento condutor de demandas progressistas as mais variadas no seio da sociedade brasileira. O quadro vivenciado a partir da explaosiva crise do governo Lula, em meados de 2005, a mais profunda e aguda desde a fundação do PT, obriga-nos a analisar, com maior profundidade, uma parte importante da história recente da esquerda brasileira a partir das orientações e práticas do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e suas relações com a classe trabalhadora, o sindicalismo e o PT.

O debate acerca das contradições e avanços ocorridos com partidos de corte socialista em sua chegada ao poder se estende por

* Professor adjunto de sociologia do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais (DFCS) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).
** Professor titular de sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

toda a já longa tradição de esquerda.[1] Porém nossa idéia neste artigo é tomar como foco de análise o exato momento em que esse partido surge na política de esquerda brasileira. Espaço de esperança, em seu nascedouro, de um projeto diferenciado de militância de esquerda no Brasil, a construção desse partido ensejou, à época, não só uma profunda discussão acerca do presente e do futuro dessa militância, mas, acima de tudo, uma revisão do que teria sido sua própria trajetória, desde sua gênese.

Não há como entender a disputa entre o PCB e o PT em suas dimensões mais plenas, sem uma análise de como tais partidos se portaram diante do movimento dos trabalhadores. Assim, este artigo visa analisar as formas pelas quais se desenvolveram as relações entre o movimento sindical brasileiro e a militância de esquerda no pós-1964, indicando como se deu historicamente a disputa entre o PCB e o PT em busca da hegemonia da esquerda brasileira. Dessa forma, poder-se-ão perceber não só a visão e as propostas esposadas por tais partidos, mas também como viam seu oponente, bem como de que maneira procuravam aprofundar seus laços com o universo do trabalho. Isso porque compreender essa dimensão relacional nos permitirá, ainda, verificar não somente a relação entre tais partidos e os sindicatos, mas de que maneira essa trajetória foi definidora dos destinos seguidos pelos respectivos partidos.

Os comunistas e a ditadura militar (1964-1978): lutando para sobreviver

O golpe militar de 1964 foi um duro baque em toda a estrutura organizacional comunista.[2] A prisão de nomes importantes e a desestruturação do trabalho nos sindicatos e nas fábricas desbarataram atividades que levariam bastante tempo para se recompor. No interior do movimento operário, o que se pôde presenciar, como tradicionalmente ocorre em situações similares, foi o trabalho *pequeno*

e silencioso no chão de fábrica. Era preciso recompor forças e somar esforços para enfrentar a ditadura. O problema maior é que a implantação do regime militar abriu, no seio da esquerda em geral, e no interior do PCB em particular, um duro e sério debate acerca dos caminhos percorridos pelo partido antes e depois do golpe. Da crítica e da autocrítica resultou uma série de outros grupos com concepções diferenciadas acerca dos rumos a serem trilhados a partir de então.

Se, ao longo de todo o período 1945-1964, o PCB desfrutou da hegemonia em termos de representação, não só dos trabalhadores, mas também no interior da esquerda, esse quadro se alterou bastante a partir de meados dos anos 60. Não estamos esquecendo aqui a contribuição que outros setores já vinham dando, de longa data, em termos da luta dos trabalhadores, entre os quais trotskistas, socialistas, trabalhistas, católicos de esquerda etc. Porém, apesar de sua importância, nenhum desses grupamentos acabou por atingir o patamar alcançado pelo PCB.[3]

Com o golpe militar a esquerda iniciou uma longa discussão pela busca de responsáveis pela derrota dos chamados "setores progressistas".[4] Dada sua posição proeminente no período pré-golpe, recaiu sobre o PCB, crítica e autocriticamente, toda a carga de responsabilidade acerca dos supostos erros cometidos. Foi nesse contexto que o partido realizou seu VI Congresso, em 1967. A preparação deste já transcorrera em meio à dura luta interna entre um setor mais à esquerda (a chamada Corrente Revolucionária) e aquele organizado em torno do Comitê Central, que acabou por imprimir suas diretivas ao partido.

O centro das resoluções do VI Congresso foi a luta antiditatorial, concebida como uma *frente* de forças democráticas contra a ditadura, em que, conjuntamente com o campesinato e a pequena burguesia urbana,

> a classe operária é a principal força motriz [...]. A atividade primordial dos comunistas deve dirigir-se no sentido de organizar e desenvolver a unidade

> de ação da classe operária em defesa de seus interesses econômicos e políticos imediatos e pela derrota da ditadura (Frederico, 1987, p. 66).

Entendendo o caráter heterogêneo da frente única, que incluía como aliados até mesmo vários setores da burguesia, considerados nacionalistas e progressistas,

> os comunistas defenderão sempre [...] a necessidade fundamental de organizar e mobilizar o povo contra o regime ditatorial. Sem prejuízo da sua missão de defesa dos interesses específicos dos trabalhadores e de todos os explorados e oprimidos (Frederico, 1987, p. 71).

O partido assinala a incorporação de outros setores à luta antiditatorial, como no caso dos setores progressistas da Igreja católica, e a possibilidade de o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) — um dos partidos gerados pela extinção daqueles anteriores a 1964 e pela implantação do bipartidarismo[5] —, apesar de suas vacilações, transformar-se em um pólo importante na mobilização popular e na luta contra a ditadura. O documento indica a importância da luta por eleições livres e diretas e a relação destas com a unificação dos setores oposicionistas e a debilitação do regime.

Mas, se o caráter da *via pacífica* aparece permeando todo o documento, vale ressaltar que, garantindo a ambigüidade de textos partidários de outros períodos e supostamente incorporando a crítica de outros setores, a proposta de uso de meios armados também consta das resoluções.[6]

No que diz respeito ao campo sindical, as resoluções assinalam que este seria o meio principal para a ativação do movimento operário. Os comunistas deveriam concentrar suas atividades dentro das empresas. Com esse propósito, poderiam utilizar todas as possibilidades de organização legais, como as delegacias sindicais, as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAS) e outras organizações que reunissem trabalhadores. Para estender o movimento sindical a toda a classe operária, seria também indispensável

o fortalecimento dos sindicatos, com a elevação do número de sindicalizados. Já aflorava, com mais intensidade, uma propositura discursiva de centralidade operária, mas mantinha-se uma *práxis* efetiva de subordinação das ações do PCB à frente de uma política policlassista, que incorporava setores da burguesia.

Nesse sentido, na prática sindical a orientação do partido deveria dar-se, em conformidade com sua trajetória anterior, utilizando-se prioritariamente dos espaços legais, por dentro da estrutura sindical vigente, embora não se restringindo a eles. Além disso, também como em momentos anteriores, o partido trabalharia em uma lógica de ação que englobava desde as organizações do chão de fábrica, que se reduziram intensamente depois da repressão que se seguiu ao golpe militar, até os mecanismos intersindicais de coordenação geral da luta dos trabalhadores, que passaram a ser cada vez mais priorizados, utilizando-se crescentemente da estrutura sindical oficial. Mas, ao menos na prática discursiva, procurou-se manter a tradição do partido de corte revolucionário.

Nas fábricas, os operários enfrentavam, como podiam, a política de *arrocho* salarial e controle sindical da ditadura militar, que combinava de modo virulento a política de *superexploração* da força de trabalho com intensa repressão dentro das fábricas e dos organismos sindicais, os quais sofreram forte intervenção e repressão a partir do golpe de 1964. Além do aspecto repressivo em termos concretos, a ditadura pretendia desestruturar a vida sindical cerceando suas potencialidades mobilizadoras e incrementando ao máximo sua perspectiva assistencial e de atrelamento ao Estado. Além de intervir diretamente junto às direções sindicais vinculadas à esquerda, que sofreram processo de cassação de mandato, a ditadura atacava duramente, também, a estrutura de organizações nos locais de trabalho, impedindo que ela servisse de pilar para a recomposição do movimento sindical *combativo*.[7]

Os comunistas não só buscaram ocupar os espaços possíveis, como também visaram empurrar, mesmo com limitadas condições,

os setores mais conservadores das direções sindicais para uma encruzilhada na qual eles teriam de se decidir. Com isso, o PCB anunciava a proposta de buscar a organização dos trabalhadores nas empresas, a partir de suas demandas mais sentidas, e atuar no âmbito das direções sindicais, sem discriminação, o que incluía a possibilidade de aliança com setores considerados *pelegos*. Isso conduziu ao movimento geral contra o *arrocho*, de que foi exemplo o Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA), conforme veremos mais adiante, o qual trouxe em seu bojo vários segmentos sindicais, desdobrando-se em uma ação central contra o próprio regime. No plano interno, as tensões e posições políticas divergentes se acentuavam.[8]

Na verdade, as indicações dadas pelo PCB, em relação a suas divergências com o que denominava "correntes políticas pequeno-burguesas", encontraram, em fins dos anos 60, um ponto de definição. Contrabalançando a opção quase geral dos grupos de esquerda pela luta armada, o PCB optou por uma tentativa de atuação cada vez mais por dentro da estrutura sindical, de onde havia sido retirado pela repressão ditatorial. Assim, o partido passou a atuar com as direções sindicais pouco "combativas" e mesmo *pelegas*, enquanto os setores mais à esquerda passaram a intensificar a busca de caminhos alternativos, fosse no meio sindical, fosse na luta política mais geral.

Nesse novo quadro, apesar das óbvias diferenças, o PCB minimizou suas divergências com os setores *pelegos*, ação que fez com que, em muitas oportunidades, sua postura acabasse por se confundir com aquela realizada pelo *peleguismo*. Em nome do combate ao que chamava de "esquerdismo", o partido acabou assumindo uma prática sindical cada vez mais conservadora.

Como ocorreu de modo mais acentuado em outros períodos, como nos anos 1945-1947, aqui também encontramos divergência entre as formulações gerais do partido e a atuação de sua base. Um exemplo importante ocorreu durante a greve de Osasco, em

1968.[9] Ainda que contrariando o partido, comunistas daquela área apoiaram não só a chapa de oposição vitoriosa, como também a greve, que segundo a análise do partido teria sido, em seu encaminhamento, um exemplo claro de "esquerdismo". O PCB vivia, em seu interior, uma situação de diferenciação entre grupamentos e mesmo tendências, que se explicitaram ao longo da década seguinte.[10]

Vale lembrar que a lógica de ação do PCB, na *grande política*, era a conformação da "frente democrática" contra a ditadura. Já os setores mais à esquerda, com raras exceções,[11] se definiram pelo ataque frontal à ditadura, com base em ações de luta armada. Mesmo que muitas dessas organizações não mantivessem estreitos laços com o movimento operário, e menos ainda com o sindicalismo oficial, algumas delas, fosse por definição, fosse porque ainda não se haviam envolvido integralmente na luta armada — ou o fariam em escala crescente posteriormente —, desenvolveram um trabalho que, a partir do interior das empresas e das *oposições sindicais*, alcançou diretorias de sindicatos e promoveu movimentos grevistas de impacto no período. Marcado por ações arrojadas e mais radicais, o sindicalismo desenvolvido por esses grupamentos buscou romper, na prática, com as orientações, fosse dos tradicionais *pelegos*, fosse dos "reformistas" do PCB, e por isso atraiu suas críticas.[12]

A partir de 1970, em termos políticos mais gerais, enquanto parte da esquerda ainda se mantinha na luta armada, o PCB intensificou a política de constituição da frente democrática, consolidando seu apoio ao MDB e utilizando-se de sua legenda como alternativa política, já que o PCB continuava na ilegalidade. Os resultados eleitorais, inicialmente em 1970, com votação significativa no "rinoceronte Cacareco" (sic), então a nova mascote do zoológico de São Paulo, e posteriormente, em 1974, com a vitória maciça do MDB nas grandes cidades, indicavam, no plano eleitoral, o grau de descontentamento com o regime militar — que, aliás, iniciou seu processo de *auto-reforma*, com uma estratégia de descompressão da ditadura

militar e a "abertura lenta, gradual e segura" durante o governo de Ernesto Geisel e, posteriormente, do general Figueiredo.[13]

Diante da brutal repressão da ditadura, os grupos de esquerda armada também redirecionaram suas ações, extinguindo-se no processo e/ou unindo-se a outros grupamentos. O PCB, que havia recusado o caminho da luta armada, nem por isso foi poupado da virulência e brutalidade da ditadura militar. Sua atuação na luta antiditatorial, apesar de por outros caminhos e com outras armas, também atraiu a violência repressiva.[14] Os ataques da ditadura geraram forte refluxo nas atividades do PCB, refluxo esse que se estendeu até fins da década de 70.

Ao longo desse período, intensificou-se o processo de internacionalização da economia, um dos objetivos essenciais da ditadura militar, o qual produziu profunda transformação na estrutura de classes no país, principalmente na classe operária. A intensificação da introdução de indústrias modernas, a expansão do setor de bens de consumo duráveis e de bens de produção, sua concentração geográfica, tudo isso possibilitou o desenvolvimento de um novo proletariado industrial, que teve papel de destaque, ainda que não exclusivo, na luta social e política que se desenvolveu a partir de meados dos anos 70.[15]

Os comunistas nas greves operárias do ABC paulista: 1978-1980

Todo o trabalho silencioso, que articulava diversos grupos em variados setores e era dotado de uma forte e crescente base fabril, foi mantendo e ampliando a chama do movimento operário e sindical, apesar dos sucessivos ataques desfechados pela ditadura. Foi em fins da década de 70 que toda uma série de movimentações ganhou visibilidade e rompeu o silêncio geral e a invisibilidade imposta pelo regime aos trabalhadores. Isso ocorreu inicialmente com as mobilizações dos metalúrgicos do ABC paulista e se espalhou, em pouco tempo, para um leque muito abrangente e ampliado de trabalhadores do campo e das cidades.

O ressurgimento do movimento dos trabalhadores reassumia, a partir especialmente das greves de 1978, o lugar que já tivera no cenário político nacional (quando se pensa, por exemplo, nos anos 1945-1947 e especialmente no período que antecedeu o golpe de 1964).[16] E esse ressurgimento vigoroso do movimento operário e sindical trouxe novos dilemas e enormes desafios para o PCB, que acabaram abalando fortemente sua capacidade de dirigir politicamente a classe trabalhadora.

Em 1978 o cenário político nacional foi sacudido pela greve dos metalúrgicos do ABC paulista. A posição do PCB acerca dessa greve e de outros movimentos que se espalharam pelo país desdobrou-se no plano sindical e no plano político geral. No campo sindical, a perspectiva comunista era uma análise positiva da greve, devendo-se evitar, contudo, o *triunfalismo*,[17] evitando-se cair nos erros do passado. Acerca do plano político mais geral, a política comunista pode ser aferida na declaração do Comitê Central do PCB sobre o movimento sindical, publicada no *Voz Operária* número 152, de novembro de 1978 (Carone, 1982c, pp. 371 e segs.). Nesse documento, o partido avaliava que o regime vinha apresentando crescente debilitamento, explicitado pelo ascenso dos movimentos populares em busca de seus direitos. Assim, esses movimentos e as lutas operárias teriam aberto uma primeira brecha em uma área das mais sensíveis do sistema, isto é, a "política salarial antioperária, base da política econômica do regime". Segundo o PCB, o avanço do movimento operário teria lançado a luta pela democracia para outro patamar.[18]

Sua política era, então, de insistente ênfase na importância da ação unitária da classe operária, reiterando que essa unidade deveria incluir também os trabalhadores rurais, ainda que sua política de frente, como vimos, incluísse também estratos da burguesia, aqueles considerados "democráticos" e "nacionalistas".

O PCB avaliava positivamente as ações dos trabalhadores na luta reivindicativa, embora sempre enfatizasse sua articulação com a luta democrática mais geral, de corte policlassista. Por isso podemos ressaltar que a parte referente à luta dos trabalhadores, em termos das lutas gerais pela democracia, não se dava de forma tão direta quanto o partido acreditava, ou, mais ainda, havia um claro descompasso entre a luta social de base operária e a crescente tendência à prevalência da ação mais marcadamente institucional que o PCB passava a enfatizar. Esse descompasso também ficava evidente nas posições esposadas por muitas das novas lideranças, como Lula, que menosprezavam as ações políticas mais gerais, bem como procuravam limitar seus vínculos com outros movimentos sociais e políticos, como o estudantil, a luta pela anistia etc., o que também incomodava aqueles que propugnavam uma integração mais efetiva.[19] Seguindo as indicações mais amplas do PCB, o documento realçava a preocupação com as articulações necessárias entre as lutas operárias, de corte mais classista, e as lutas mais gerais pela democracia, de perfil policlassista.

Na tentativa de se credenciar novamente como direção política do movimento dos trabalhadores, nesse momento de reflorescimento geral do sindicalismo, o PCB assinala:

> para superar a exploração e a opressão capitalista, não basta que os trabalhadores se organizem sindicalmente. Os trabalhadores, como classe, necessitam lutar politicamente para a conquista das transformações políticas, econômicas e sociais que os libertem da exploração capitalista. Os comunistas procuram, por isso, demonstrar aos trabalhadores a justeza de sua concepção de luta operária e sindical. Por sermos o partido da classe operária empenhamo-nos a fundo na defesa dos interesses dos trabalhadores [...].

Esse descompasso, menos evidente no plano *programático*, mas muito mais presente na ação *prática*, acrescido da forte repressão que se abateu sobre os núcleos operários do PCB desde 1964, intensificados nos anos 70, quando se deu a intensa repressão sobre

o Comitê Central, fez com que o PCB não pudesse efetivar sua pretensão, que havia sido tantas vezes realizada anteriormente, em momentos nos quais os trabalhadores viram seu movimento reaparecer em cena após períodos repressivos. O PCB não seria mais identificado como "o partido da classe operária". Ao contrário, encontrava enormes dificuldades para se aproximar dos novos núcleos da classe trabalhadora, especialmente no ABC, visto que a violência da repressão, combinada com o caráter "não-operário" da centralidade de sua política, levou o PCB a um crescente afastamento dos novos contingentes da classe operária, exatamente aqueles que, alguns anos depois, se voltariam para a criação do PT. Se, em outros períodos, o PCB desfrutou de inegável papel de liderança e direção entre os trabalhadores, agora seria diferente.

As transformações vivenciadas pela sociedade brasileira foram intensas ao longo das mais de duas décadas de vigência da ditadura. E o PCB, pouco a pouco, teve que lidar com circunstâncias que o levaram a posições cada vez mais secundarizadas, não só em termos sindicais, mas também em termos políticos gerais. Nesse sentido, o partido enfrentou uma realidade emergente em termos políticos e sindicais que se plasmou, em 1980, em torno do PT.

Os metalúrgicos fizeram novas greves em 1979 e em 1980, enfrentando forte resistência de patrões e do regime militar, o que levou até à intervenção no sindicato. O avanço das lutas operárias no ABC, em sentido distinto daquele propugnado pelos comunistas, fez com que o PCB passasse a criticar algumas posições presentes na condução da greve. A posição do partido era de que a luta operária contra o *arrocho*, pilar da política econômica da ditadura militar, teria que se inserir na luta pela consolidação da democracia no Brasil (e de certo modo se subordinar a ela). A subordinação da luta social à luta política — a primeira, de extração operária, e a segunda, de perfil policlassista — acarretou o distanciamento dos comunistas em relação aos novos contingentes da classe operária. E fez ressurgir um traço do velho *etapismo*, propugnado pelo

PCB, de dar preferência às ações mais institucionais, em detrimentos das ações de classe.

Outro dado de relevo é que algumas propostas, defendidas por outros setores e não encampadas pelo PCB em certas conjunturas, foram caracterizadas como de extração "político-partidária", como se as propostas do partido também não o fossem. Pouco a pouco, os comunistas foram mudando o tom acerca das greves e de seus líderes. Se em 1978 sua análise resultava em apoio e percepção de possibilidades, em 1979 e 1980 já se sentiam críticas a determinadas posturas e receio de que as ações trouxessem resultados negativos, tanto para os trabalhadores como para a sociedade em geral, em sua busca por democratização. O PCB começava a perceber que a liderança dos movimentos grevistas lhe escapava.

Na greve de 1980, o tom crítico se acentuava, quanto mais se gestava uma alternativa partidária, fora do universo do PCB. O fato é que a greve dos metalúrgicos de 1979 abriu as porteiras para outras formas de mobilização, fosse em solidariedade à paralisação do ABC, fosse em busca de reivindicações particulares. Como havia feito no ABC, o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, proferiu golpes nas entidades sindicais mais "combativas", seguindo-se uma onda de intervenções. Na lista, estariam o Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, dirigido por Olívio Dutra, e o Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia, dirigido por Jacó Bittar.[20] Mesmo que linhas diferenciadas já se viessem concretizando no movimento sindical há algum tempo, foi nesse período que começaram a consolidar-se identificações, formando blocos de posições que definiriam o quadro do movimento dos trabalhadores brasileiros na entrada e ao longo da nova década que se iniciava e diferenciariam o movimento sindical de esquerda nos períodos seguintes.

A atuação do PCB, no ciclo grevista vivenciado pelo ABC paulista, especialmente nos embates de 1979 e 1980, em seu sentido mais profundo, visava evitar a eclosão das greves; quando isso se mostrava impossível, tratava-se de buscar uma alternativa política

que pusesse fim ao confronto, de modo a evitar que a ação moderada do PCB sofresse alguma quebra ou retração.

O editorial do jornal *Voz da Unidade* (nº 2, de 10-16 de abril de 1980), em pleno curso da greve metalúrgica de 1980, em um de seus momentos mais decisivos, afirmava: "Evidentemente, uma saída política se impõe — e a solidariedade ativa e a pressão organizada dos diferentes setores da sociedade civil devem contribuir para obrigar os patrões a sentarem à mesa de negociações".[21]

Ou ainda, conforme nota apresentada no mesmo periódico do PCB (nº 4, de 24 de abril de 1980):

> Nossa preocupação imediata consiste na formulação de uma alternativa capaz de aglutinar um amplo conjunto de forças e tendências sociais e políticas interessadas numa solução para o atual impasse que preserve as conquistas do movimento sindical e democrático e constitua uma base favorável ao desdobramento posterior das lutas da classe operária e da oposição.

A política do PCB clamava, então, por uma clara resolução que finalizasse o confronto, deixando de perceber que era exatamente no desfecho dessa confrontação de classes que seria desenhado o significado mais profundo da transição para além da ditadura militar.

Ao contrário, para o partido, a greve deveria ter como limite não obstar e não confrontar a "abertura", visto que na perspectiva dos comunistas não se tratava de um processo de auto-reforma da ditadura, mas de "conquista das forças democráticas". O que deveria pautar, então, a ação operária não era o desnudamento da "abertura", mas a necessidade de preservar os "espaços institucionais" obtidos pela ação policlassista.

Nesse diapasão, o movimento grevista deveria calibrar sua ação de modo a impedir retrocessos no curso das conquistas "democráticas" obtidas pela frente oposicionista. E, imbuído dessa concepção política, o PCB entendia como evidentemente restrito ou mesmo

inexistente o espaço para a ação operária de base autônoma, que se contrapunha a seu constante apelo à moderação. No limite, tratava-se de subordinar o movimento reivindicatório operário à lógica preestabelecida pela oposição, que centralizava a luta na ampliação dos "espaços democráticos".

É elucidativa a formulação elaborada pelo dirigente comunista Hércules Corrêa, ao referir-se aos riscos e ao real significado da "abertura política":

> Farsa? Negam com isso toda a luta de nosso povo. A abertura não é uma farsa. Ela é real, porém limitada. E limitada porque as forças de oposição não conseguiram o grau de unidade nem a mobilização e a ação de massas necessárias para derrotar o regime. Conseguiram abertura limitada. E é por não entender o caráter limitado da abertura que muitas forças políticas adotam a tática do confronto com o inimigo, em vez de procurar desgastá-lo em cada trabalho. Todos sabem que o confronto favorece sempre o mais forte.[22]

Tal polêmica era intensa no período, como se constata pela formulação de Octavio Ianni, ao referir-se ao mesmo embate metalúrgico, em perspectiva bastante distinta da anterior:

> Em março, abril e maio de 80, os operários se acham engatados em uma luta política de significado fundamental para a própria classe, os outros trabalhadores e o conjunto da sociedade civil. Mais uma vez, a classe operária mostra à burguesia que a ditadura militar está condenada. Na prática, em termos políticos e econômicos, a greve provoca um novo desmascaramento da ditadura e da sua farsa de "abertura" política.[23]

O que caracterizava a ação do PCB era a moderação política, temerosa dos confrontos e privilegiadora da ação visando ao alargamento institucional, que convertia o movimento operário em apêndice da "frente democrática". Se, num bloco, encontrávamos aqueles que compreendiam a greve como central para o avanço das luta sociais e políticas no Brasil, condição para o desgaste e mes-

mo para a ruptura com a dominação autocrática e excludente, em outro pólo presenciávamos aqueles, como os comunistas do PCB, que minimizavam as ações de extração operária, uma vez que a prioridade política deveria ser a construção de um ordenamento institucional-democrático tecido de maneira policlassista. Enquanto na primeira concepção havia o incentivo à eclosão das greves operárias, na segunda havia o incentivo à moderação e, em alguns casos, à defesa da retração do movimento de origem fabril ao universo restrito da "abertura".[24]

Foi exatamente nesse contexto de crise que a ditadura militar, inicialmente por meio da "política de distensão" do governo Geisel e posteriormente pela "abertura" de Figueiredo, iniciou um processo de auto-reforma do poder: tratava-se de fazer deslanchar a transição para a institucionalização da nossa autocracia burguesa. Gestava-se, dentro da ditadura militar, um processo de restrita liberalização política, com a montagem de um arcabouço jurídico-político capaz de erigir e consolidar a República civil, institucionalizada e tutelada.

Para que tal intento fosse obtido, era necessário recompor o bloco no poder, reordenando as diferentes frações dominantes, excluindo qualquer exercício de atividade autônoma dos trabalhadores. Florestan Fernandes, referindo-se a esse processo de institucionalização da ditadura, definiu-o como uma

> liberalização outorgada, que se manifestou primeiro sob a forma de uma "política de distensão" e, em seguida, sob a forma de uma "política de abertura", [que] revelava, a um tempo, as dificuldades, a fraqueza e a força do regime ditatorial. Se ela não mudava nada, pois era fruto ocasional da democracia restrita artificial imposta, mostrava que as contradições da sociedade civil não podiam ser absorvidas no plano da sociedade política e que a ditadura pagava, por aí, um alto preço pela ambigüidade da situação histórica.

E acrescentou:

> Em resumo, a burguesia deveria perder o despotismo do seu "braço militar", embora este se mantivesse atento, em posições-chave, para moldar a transição e converter a ditadura por outros meios em uma "democracia tutelada". Claro que a "democracia tutelada", sendo a nova forma política assumida pela estrutura autocrática de dominação burguesa, preservava o seu conteúdo econômico, social, político e ideológico vigente desde 64, cujo ideário encontrava-se estampado na ideologia da Segurança Nacional.[25]

A denominada "abertura" significou, então, mais que uma vitória da política de esquerda, um passo decisivo no processo de autorreforma da estrutura política da ditadura militar e que por isso não poderia permitir o irromper pujante do movimento operário grevista. Era preciso estrangular a impulsão operária nascente, quebrando a espinha dorsal do movimento operário em seu nascedouro, o ABC paulista.

Essa divisão clara, no interior da esquerda e do movimento operário, visível no ciclo grevista de 1978-1980, se intensificou nos anos seguintes.

Luta política e divisão sindical

De forma geral, podemos caracterizar dois blocos ao longo do processo. De um lado, estavam os chamados sindicalistas "autênticos", reunidos em torno dos sindicalistas metalúrgicos do ABC e agregando sindicalistas de diversas categorias e partes do país, os quais, com os grupos integrantes das chamadas oposições sindicais,[26] compunham o autodenominado bloco "combativo".[27] Tendo sindicalistas como Lula (metalúrgicos de São Bernardo), Olívio Dutra (bancários de Porto Alegre) e Jacó Bittar (petroleiros de Campinas) como nomes de maior expressão, esse bloco formara a base do chamado "novo sindicalismo" e fora um dos impulsio-

nadores da criação do Partido dos Trabalhadores. De outro lado, estava a Unidade Sindical, que agrupava lideranças tradicionais no interior do movimento sindical (muitas delas vinculadas ao setor conservador do sindicalismo) e os militantes de setores da esquerda dita "tradicional", tais como o Partido Comunista Brasileiro, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Esses dois blocos foram bases de sustentação dos organismos intersindicais de cúpula que seriam criados no processo.[28]

Fatores de ordem sindical e política desempenharam seu papel na recomposição das forças que disputavam a liderança do movimento que emergia. É preciso notar que, nos primórdios desses movimentos, setores que posteriormente formariam a Unidade Sindical caminhavam em certa aproximação com os chamados sindicalistas "autênticos". Um dos marcos do surgimento do sindicalismo "autêntico" foi o V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), em 1978, quando um grupo de sindicalistas se opôs às orientações dos setores "pelegos" na direção da confederação. Desse grupo constavam tanto nomes associados ao que seria o "novo sindicalismo" como outros relacionados à esquerda tradicional. Arnaldo Gonçalves, por exemplo, importante sindicalista comunista da Baixada Santista, chegou mesmo a ser considerado um sindicalista "autêntico", identificando-se com algumas das posições daquele grupo em sua origem.

Essa aproximação se dava à medida que aqueles setores, apesar das divergências, buscavam se movimentar no interior da estrutura sindical, já que eram todos membros de direções sindicais e, portanto, eram oriundos da estrutura e atuavam dentro dela. Ao longo do processo as divergências acerca das relações do movimento sindical com a estrutura sindical e quanto à participação das oposições sindicais e de setores populares no interior de seus movimentos, entre outras, fizeram com que esses militantes, que se identificavam com a Unidade Sindical, especialmente aqueles vinculados ao PCB

e ao PCdoB, se fossem afastando dos "autênticos". Por seu lado, a aproximação cada vez maior dos sindicalistas "autênticos" com os setores de oposição sindical, em um arranjo que também não se deu sem tensões, garantiu a distinção definitiva dos blocos[29] que acabou por desaguar, no início dos anos 1980, na constituição de centrais sindicais em separado.

A grande e fundamental disputa dos dois setores ocorreu na I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (I CONCLAT), realizada em Praia Grande (SP), em 1981, unindo trabalhadores urbanos e rurais. Ali, os dois blocos apresentaram e debateram intensamente suas propostas para a retomada do movimento sindical no país. Nessa CONCLAT foi eleita uma comissão coordenadora da Central Única dos Trabalhadores (a Comissão Pró-CUT), que agregava membros de ambos os setores e tinha como tarefa não só encaminhar a luta geral da classe trabalhadora brasileira, mas também preparar a organização da II CONCLAT, onde, conforme definição congressual prévia, se deveria fundar a CUT, até então pensada por todos os setores como uma central unitária.

Porém a Unidade Sindical, alegando ser 1982 um ano eleitoral e que um congresso naquele período poderia dividir os trabalhadores, empenhou-se no adiamento do evento. Após muitas idas e vindas de reuniões, polêmicas e votações, esse setor logrou seu intento e o encontro foi transferido para o ano seguinte. Em verdade, o que estava em jogo era a hegemonia dentro do movimento sindical brasileiro, que ressurgia com vigor e pujança e colocava, de um lado, setores que estavam vinculados ao PCB e setores tradicionais do sindicalismo e, de outro, os grupamentos vinculados ao PT e ao "novo sindicalismo".

Em 1983, o clima de tensão e divisão entre os grupos já parecia sem retorno. Marcada para aquele ano, a CONCLAT enfrentaria novos problemas para se realizar. Para além de outras divergências, a grande questão se estabelecia a partir do fato de que os "combativos", que já desde 1982 se articulavam com setores do movimento social e popular na Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS), insistiam na ampliação dos espaços de participação das oposições sindicais; já a Unidade Sindical, ancorada na estrutura sindical vigente, não aceitava tal ampliação, insistindo em manter um caráter mais *cupulista*, em que só dirigentes sindicais deveriam participar. O que estava em disputa era a presença maior ou menor das oposições sindicais e, como decorrência, a ampliação do poderio dos "combativos" e o enfraquecimento do outro setor, ligado à Unidade Sindical. Diante do quadro, mais uma vez essa última tendência tentou adiar o encontro.[30]

Dispostos a sustentar o que fora definido anteriormente, os setores ligados à ANAMPOS resolveram manter as datas de 26, 27 e 28 de agosto de 1983 para a realização do encontro. Sem a participação dos setores vinculados à Unidade Sindical, o encontro foi realizado em São Bernardo do Campo (SP), ocasião em que se deu a fundação de uma das mais importantes aspirações da classe trabalhadora brasileira: a Central Única dos Trabalhadores (CUT).[31]

Diante da efetivação da ruptura, convocada pela ANAMPOS, a Unidade Sindical resolveu organizar outro congresso, para os dias 4, 5 e 6 de novembro de 1983. Seguindo a proposta do PCB, esse encontro, realizado em Praia Grande, optou por não criar uma central sindical, mas uma coordenação sindical, que, entretanto, ratificou a divisão orgânica do movimento sindical brasileiro. Criou-se, então, a Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT).

Essa divisão consolidava a separação anterior. Dessa forma, as tensões existentes entre as análises e avaliações sindicais dos comunistas do PCB (e também do PCdoB) e aquelas ligadas ao sindicalismo "combativo" e ao PT acabaram atingindo rapidamente o ponto de maior intensidade. Se, desde o lançamento da idéia de criação do PT, o entrechoque de posições já se dava, com a fundação do partido, em 1980, o processo sofreu significativo acirramento.

Os debates entre as concepções do PCB e as do PT marcaram um fato importante na tradição de esquerda em nosso país. Se no

período pós-1945 o PCB pôde, de certa forma, manter relativa hegemonia nas áreas sindicais e na representação política dos trabalhadores, tendo que lidar ou com grupos bastante minoritários ou mesmo com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que não ofereciam problemas maiores em termos das disputas de forma organizada na base, nos anos 80 o quadro modificou-se sobremaneira. Os grupos representados no interior do sindicalismo "autêntico" e no PT seriam adversários de envergadura e disposição que o PCB jamais havia enfrentado. E foram esses mesmos grupos, articulados em torno do PT, que acabaram por superar o PCB no espaço sindical e político, o que acabou por levar o Partido Comunista Brasileiro a uma crise (quase) terminal, no início da década de 90.

Os comunistas, como vimos, defendiam uma linha política geral que os afastava do sindicalismo "combativo". Tendo a clara percepção de que o PT ampliava sua presença no interior do sindicalismo brasileiro, aumentavam ainda mais a busca de aliados entre setores mais moderados e conservadores. Foi o que ocorreu, por exemplo, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, sob controle de Joaquim dos Santos Andrade, considerado um "pelego" histórico, ao qual o PCB procurou aliar-se para tentar, ao mesmo tempo, isolar a Oposição Metalúrgica e contrabalançar a força crescente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, sob liderança de Lula. O PCB nutria a ilusória visão de que seria mais fácil, nesse caso, hegemonizar os conservadores ou ao menos a massa de sindicatos "não alinhados" e, desse modo, reduzir a influência do PT sobre o movimento sindical brasileiro.

A história mostrou o equívoco dessa política. O PCB, que ao longo do período estudado freqüentemente se contrapôs às práticas dos setores "pelegos" no interior do movimento sindical, optava pelo estreitamento de uma nova forma de relação, vendo seu papel do passado ser desempenhado pelo PT e pela CUT.

A década de 80 vai assistir ao intenso fortalecimento da CUT.[32] Com o "novo sindicalismo" avançando rapidamente, os comunistas,

ainda que continuassem com certo apelo à unidade, indicavam claramente que os caminhos dos setores envolvidos no movimento sindical seriam diferentes. Assim é que eles se integraram na criação da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), criada em março de 1986 e que a partir de 1988 passaria a chamar-se Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT).[33]

Embora buscassem a hegemonia no interior da intersindical, os comunistas não tiveram vida fácil dentro dela. O PCB, pouco a pouco, passou a perder espaço, também no interior da CGT, para um novo bloco que se gestou em torno do chamado "sindicalismo de resultados". Diante dos avanços daquele setor, que passava a conferir um ideário claramente conservador e de direita à CGT, o PCdoB decidiu se desligar da central. O PCB ainda prosseguiu em sua equivocada e subserviente tese, visando converter a CGT numa central de caráter progressista. Como indicou Azevedo (1990), esse tipo de aliança teve como resultado o fato de que os "comunistas acabaram excluídos da direção de muitos sindicatos, juntamente com as lideranças sindicais a que se haviam aliado".[34]

Comunistas, sindicatos e a transição

Vimos que a postura assumida no campo sindical pelo PCB era decorrência de sua linha política mais geral, que também se refletia na inserção do partido no cenário político nacional. Com o processo de *auto-reforma* do regime militar, o PCB não se integrou de imediato à proposta de eleições diretas para presidente, quando essa proposta já era defendida por outros setores, como o PT, por exemplo. Na ótica do partido, dependendo da forma como fosse encaminhado, esse processo poderia desaguar no já famoso *retrocesso*. Com o deslanchar da campanha, que passou a integrar setores mais amplos, o PCB decidiu pela participação, mas ainda de forma temerosa. A integração do PCB na campanha das Diretas-Já se deu, na órbita

sindical, sob a perspectiva de que se deveriam qualificar "as entidades sindicais como interlocutores políticos". Isso seria "um imperativo para o movimento gremial brasileiro", na medida em que os "trabalhadores brasileiros só terão melhores condições para a luta econômica e reivindicatória com democracia" (*Voz da Unidade*, 11 de agosto de 1984).

Foi com esse tipo de visão que o partido apoiou o governo de José Sarney, eleito por via indireta no colégio eleitoral. Foi típico desse período o apoio do PCB ao chamado Plano Cruzado. Mesmo quando o plano econômico e o próprio governo já mostravam desgaste, o partido manteve o apoio. Isso lhe rendeu tensões externas e internas. Podemos perceber que algumas posições existentes dentro do partido davam conta dos problemas enfrentados pelo PCB e buscavam caminhos alternativos.

Percebe-se, pelo intenso debate na imprensa do partido, a indicação de problemas, tais como: a confusão entre a proposta de sustentação da transição e a de sustentação do governo, a tendência avassaladora de busca dos espaços institucionais em detrimento de outras possibilidades de fazer política, a visão dos limites da justificativa do "retrocesso" político e os desgastes que isso impunha ao PCB entre o movimento social, quando os comunistas analisavam as mobilizações sob a ótica da desestabilização. Um dado importante foi a percepção de que, para o partido assumir sua condição de "protagonista" da causa socialista, ele precisava mudar e fazer frente às outras posições, que acabavam por se tornar hegemônicas no seio dos movimentos sociais, já que recusavam a política "defensivista".[35]

Porém, se conseguiam indicar e sinalizar outras possibilidades de ação para o PCB, tais posições não obtinham adesão da maioria interna para mudar a orientação da organização, que seguia com uma análise oficial até mesmo um tanto ufanista acerca de sua atuação na conjuntura. Segundo o partido, deviam-se levar em conta as possibilidades "progressistas" do governo, uma vez que não ocor-

reram intervenções em sindicatos e fora limitada a repressão contra as greves dos trabalhadores.

Seguindo essa perspectiva, os comunistas trabalharam para o avanço da "transição", dando também apoio ao chamado pacto social. Na velha tradição conciliadora que marcava as concepções dominantes do PCB, ele se orgulhava de ter sido o primeiro integrante da frente democrática a propor o pacto.[36]

Difícil seria para os comunistas, já enfraquecidos no movimento sindical, convencer o movimento dos trabalhadores, em um de seus períodos mais ativos, de que era possível um "pacto" como caminho para obter a melhoria das condições de vida dos trabalhadores. As greves, que varreram a década de 80, demonstravam que, pelo menos em seu pólo mais dinâmico, a classe trabalhadora perseguia caminho bem diferente.[37]

Fica evidente a perspectiva, já tradicional na prática do partido, da possibilidade de se trabalhar estrategicamente no reforço de certos setores do governo e, a partir daí, reduzir os espaços dos conservadores, avançando nas mudanças.[38] Uma vez mais, o partido colocava-se na posição de peça de balanceamento, indicando e controlando os "desvios" de radicais e dos mais conservadores. O fato, porém, é que, como em outros períodos da história brasileira, o PCB parecia "dócil" para os setores mais "combativos" e, como sempre, "perigoso" para os setores mais conservadores. Os comunistas, coerentes com sua estratégia para a transição, buscavam "balizas mínimas do espaço de conflito". Era preciso fazer acordos para o reordenamento político-social.

No campo sindical, o caminho que levaria os comunistas a uma aproximação com os setores "combativos" seria cheio de obstáculos. O PCB tentava, ainda, suturar a divisão existente no sindicalismo. Assim, apesar das discordâncias e divergências, o PCB tentou articular novamente a unidade do movimento sindical brasileiro. Nesse sentido, trabalhava pela unificação, sem perder de vista as limitações que percebia nos dois blocos existentes.

Desse modo, o partido já sinalizava as dificuldades enfrentadas em sua relação com os setores mais conservadores do movimento sindical, aos quais optara por se aliar. Se havia conseguido aprovar sua linha unitária no congresso de Praia Grande, o PCB foi perdendo espaço para as propostas de criação de uma outra central que "fizesse frente à CUT"; os conflitos entre o PCB e os conservadores também se acentuaram, o que dificultava a convivência entre ambos.

O fato, contudo, é que o partido tentava ainda buscar a aproximação entre "pelegos" e "combativos", sem perceber que as distinções já iam muito longe. Estavam marcadas por um caráter de classe, que o PCB havia abandonado em sua ação política, cada vez mais dentro dos marcos da velha conciliação brasileira. Suas propostas de "mudanças", "liberdade" e "democratização" da estrutura sindical nunca seriam o bastante para satisfazer os conservadores (a quem isso poderia ser uma ameaça de perda de controle) e muito menos os "combativos", já que estes, como diziam, objetivavam "transformar", "quebrar", "desmontar" e "implodir" a estrutura sindical. Assim, o PCB, quando tentava agregar pólos de difícil aproximação, descontentava os dois blocos presentes no sindicalismo brasileiro.

Ainda que se manifestasse no debate dentro do partido, a posição de apoio à CUT não logrou sucesso e acabou sendo derrotada pela posição esposada pela Direção Nacional do PCB. Sua proposta de trabalho, em termos da luta pela "unidade" do movimento sindical — que na prática forçava o partido a estabelecer uma suposta posição crítica eqüidistante entre as forças —, foi consagrada e referendada em sua Conferência Nacional Sindical, realizada nos dias 8 e 9 de março de 1986.[39]

Ao se definir dessa forma, o PCB, ao mesmo tempo, foi-se separando dos setores "combativos" em termos políticos gerais, com seu apoio à Aliança Democrática; no campo sindical, sua prática o distanciou do sindicalismo combativo.[40]

A importância da prioridade da luta geral em detrimento da luta sindical, isto é, da ação policlassista em detrimento da prática clas-

sista, foi explicitada numa passagem na qual os comunistas assinalaram que não poderiam existir, *a priori*, quaisquer restrições à aliança e ao trabalho comum com a CUT e o PT, cabendo, ao contrário, esforços para a ampliação das áreas de entendimento. Mas, segundo os comunistas, em razão de esses setores negarem e se contraporem aos avanços concretos da transição democrática, não teria sentido estabelecerem-se alianças preferenciais com eles.

Na verdade, dada a flexão em sua linha política que permitia a relação de seus militantes com sindicatos cutistas e o trabalho em busca da unidade, o partido sempre possibilitou a identificação de setores de sua base com o sindicalismo cutista. Obviamente, isso servia de canal de escape para aqueles mais próximos à CUT. Mais uma vez, como tradicionalmente, o PCB mantinha a ambigüidade entre ação e postura. E essa identificação entre militantes do PCB e a CUT, que já vinha ocorrendo havia algum tempo em alguns sindicatos, trazia a tensão externa para dentro do partido, sendo por isso alvo de duro ataque por parte dos mentores da linha sindical oficial do partido.

Se por fora da CGT o PCB viu seu poderio no movimento sindical ser corroído pela CUT, no interior da intersindical o partido viu ampliarem-se seus problemas com os setores mais conservadores da CGT, o que diminuiu seu espaço de movimentação e limitou a possibilidade de "transformação" da CGT em uma intersindical de cunho menos "imobilista" e "cupulista". Com essa postura, o resultado não poderia ter sido diferente: o partido perdeu terreno, rapidamente, para os setores identificados com o que posteriormente seria conhecido como "sindicalismo de resultados".[41]

Apesar de reiterar a "correção" de sua linha política, o PCB foi esvaziando cada vez mais sua presença no movimento sindical e sinalizando uma fraqueza cada vez mais evidente. Ainda assim, o partido insistiu na tese da "unidade entre as intersindicais", se não de forma orgânica, pelo menos no plano da ação.

Nesse sentido, o ano de 1989 foi praticamente definitivo para o partido. Diante do quadro aferido dentro da CGT, era difícil conter a postura crítica de diversos setores, dentro do PCB, acerca das posições assumidas pela central. Assim, aos comunistas no meio sindical, até aquele momento, cabia a árdua tarefa de tentar coabitar na mesma casa que os setores mais conservadores do movimento em nome da linha geral, ainda que em relativa contradição com ela, como já vimos. Se o partido, no campo político mais amplo, por vezes ensaiava uma política de alianças com os setores progressistas e de esquerda, no meio sindical tal postura era considerada fora de propósito e prejudicial aos trabalhadores e ao partido.

Embora a posição defendida pela Direção Nacional tivesse conseguido manter-se na orientação dos comunistas e controlar os ímpetos cutistas no interior do PCB, após o debate de 1986 a crise já era por demais forte para que se conseguisse tapar o sol com palavras. O próprio Hércules Corrêa, que por tanto tempo foi considerado o responsável pelo movimento sindical, terminou por perder o bastão e, após sucessivas derrotas internas devido ao grau de descontentamento com suas políticas sindicais e à frente do partido no Rio de Janeiro, acabou por se afastar da organização e se integrar de vez ao PMDB.[42]

Pouco a pouco, então, o debate começou a se definir pela CUT. Em novembro de 1990, a *Voz da Unidade* anunciou em sua matéria sindical: "Comunistas vão para a CUT". A definição de se integrar aos quadros da CUT foi discutida e acertada no Encontro Nacional Sindical do PCB, realizado nos dias 20 e 21 de outubro de 1990 em Praia Grande, por cerca de 250 representantes de 16 estados. Esse encontro "decidiu promover um processo de integração dos dirigentes e ativistas sindicais comunistas à Central Única dos Trabalhadores — CUT".

Na verdade, a decisão de ir para a CUT não foi consensual. Muitos delegados resistiram à proposta — mas a maioria se definiu pela nova orientação. A posição contrária argumentava que o encontro não havia sido convocado para aquela decisão — ele deveria somente "discutir uma saída para a crise e eleger a coordenação nacional sem decidir sobre a atuação nas centrais sindicais" — e que, não sendo uma conferência nem um *ativo* do partido, o evento não poderia ser deliberativo. Se com esse tipo de argumento os setores desfavoráveis à CUT buscavam truncar o processo, o setor majoritário, cansado dos obstáculos, decidiu alterar a pauta e incluiu a questão das centrais. As teses apresentadas pela Direção Nacional acerca de uma saída para a crise não chegaram a ser votadas.

A partir daquele encontro, o PCB trabalharia no interior da CUT, agrupado, ironicamente, à tendência Unidade Sindical. Esse movimento defendia a atuação dentro e fora da CUT, na medida em que visava agrupar também os "aliados independentes" do PCB.

Após longo e tortuoso trajeto, os comunistas se integravam à central sindical que estiveram perto de fundar e que até então se constituía no mais consolidado e duradouro projeto sindical da história do Brasil. Conforme colocado por um dos articulistas no debate citado anteriormente, os comunistas, "atropelados pela história", "voltavam" à CUT, só que desprovidos do potencial de que dispunham antes, tanto no meio sindical como no âmbito político geral. Não tinham mais força para disputar a hegemonia com o PT.

No meio sindical, este seria o último ato importante da história do PCB, que, por anos a fio, se constituiu como referência política de esquerda no meio político e sindical — um partido que, com a ditadura militar, pela repressão, se viu privado dos acessos para a manutenção dessa hegemonia na esquerda e não soube entender e se relacionar com os novos elementos de transformação social e econômica, trazidos no bojo da ditadura. Ainda que lentamente, o PCB foi dilapidando seu patrimônio político e entregou seu espaço de representação a um outro partido, o PT.

Considerações finais

Os argumentos utilizados historicamente pelo PCB em sua crítica ao PT (e também os do PT contra o PCB) servem para observarmos um dos eixos pelos quais se deu a luta pela hegemonia no interior da esquerda brasileira na viragem da década de 70 para a de 80.

Com o ressurgimento do movimento sindical naquela conjuntura, os grupos de esquerda no Brasil tiveram a possibilidade de apresentar seus projetos de intervenção política e sindical. Na diferença entre eles ocorreu a disputa. E o PT acabou assumindo o posto que durante muito tempo coube aos comunistas no movimento sindical e no cenário político em geral.

O PCB, em sua proposta, sempre se pautou pela insistência na defesa da luta pela unidade das forças democráticas nas diversas frentes de luta contra o regime. Mas, em política, a unidade não se define abstratamente. Ela tem de ser definida em termos das perspectivas imediatas, conjugadas e cotejadas com as ações e perspectivas estratégicas. Se o PCB buscou sempre caminhar no sentido da unidade e unificação das propostas contra a ditadura, nem por isso garantiu sua eficácia e menos ainda seu sucesso. Crescentemente, o partido foi perdendo influência, tanto no campo político como no sindical. Sua proposta, que subordinava a ação do movimento operário à lógica de sua política geral, policlassista, baseada em movimentos moderados e cuidadosos, permitiu que, distanciando-se da ação concreta da *classe em movimento*, o espaço se abrisse para o nascimento e a expansão do PT.

As posições assumidas nesse período de transição foram fundamentais para a sobrevivência do partido no período subseqüente. Seu dilema pode ser deste modo resumido: por um lado, não mais dispunha de grande presença no movimento sindical e operário e, por conta disso, viu-se sem maiores possibilidades de intervir mais intensamente nos rumos da política nacional, como fizera outrora. Por outro, já havia um novo partido, com forte lastro operário em sua

origem e que ampliava a cada momento sua participação no cenário político nacional. Quando desmoronou a União Soviética, o PCB, desprovido de base social operária e sindical, viu ruir seu projeto também no cenário internacional. Foi nessa contextualidade profundamente crítica que o PCB chegou ao X Congresso — o mesmo que decidiu pela extinção do partido, com o fim da legenda e a conversão em uma nova sigla. Ali, o PCB extinguia-se oficialmente.[43]

Que a história recente do PT, mais de uma década após o definhamento do PCB, tenha repetido essa *tragédia*, agora como *farsa*, já é uma outra história.

Notas

1 Ver Santana (2004).

2 "Comunistas", neste texto, é uma referência aos quadros militantes do PCB.

3 Seria só mais tarde, com os impactos do "racha" que deu origem ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e de muitas outras defecções, bem como do surgimento e/ou reforço de propostas alternativas externas ao partido, que o PCB começaria a perder o posto de referência da esquerda brasileira. Mesmo sendo um longo trajeto, os primeiros passos começavam a ser dados.

4 Segundo Reis Filho (1986, p. 52), "Nos anos 60 desenvolveu-se toda uma linha de reflexão sobre a 'culpa' dos comunistas, que seriam os grandes responsáveis pelos erros e desacertos e derrotas do movimento popular". Sobre esse ponto de forte significação, ver também Prado Jr. (1978).

5 O outro partido foi a Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

6 Segundo Frederico (1987, p. 73), "deve-se ter em vista que a luta popular poderá assumir formas diferentes e níveis distintos nas várias regiões. O partido deve preparar-se e preparar as massas para a combinação das formas elementares e legais de luta com outras de níveis mais elevados, como a luta armada, de acordo com as condições de cada região. O essencial é que as formas de luta decorram das exigências da situação concreta, em cada momento e em cada local, sejam adequadas ao nível de consciência e à capacidade das massas". Como se verá, o partido não esposará essas "formas diferentes e níveis distintos" de luta. Esses elementos discursivos podem ter sido mencionados como ritual. O mesmo se deu, de forma inversa, quando da "Declaração de março de 1958", que, mesmo defendendo o caminho pacífico da revolução, segundo um de seus redatores (Gorender, 1987), trazia apenas ritualisticamente a indicação possível da via armada.

7 Antônio Flores de Oliveira, então militante sindical, assinala que, "quando se deu o golpe de 64, só do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo foram levadas 2.800 fichas de delegados sindicais [...]. Eu não era dirigente sindical, eu era da base, e fui um dos responsáveis pela organização dos trabalhadores na Indústria de Móveis Fiel. Era uma empresa importante porque tinha 1.200 operários. Nós tínhamos uma comissão lá com 72 pessoas. Ela foi organizada de 1962 a 1964 e quando se deu o golpe não preciso dizer o que aconteceu com todos" (*Revista Ensaio*, 6, 1980, p. 19).

8 Se no quadro interno se havia "resolvido" o problema ao se livrar da Corrente Revolucionária, no quadro externo a tendência radicalizante de outros setores fez com que os comunistas dividissem seus esforços entre a crítica ao "imobilismo" dos "pelegos" e a crítica ao "esquerdismo". Aquela tendia a diminuir, diante do crescimento desta. Essa pretendida mobilização da cúpula sindical tinha como lastro as ações, ainda que surdas, nos locais de trabalho.

9 Segundo reconheceu José Ibrahim, um dos líderes do movimento de Osasco, militantes e ex-militantes do partido foram importantes na consolidação do trabalho da oposição, que ganhou o sindicato e capitaneou a greve. O presidente da chapa de oposição eleita também reconheceu que os mesmos militantes foram importantes na vitória da chapa. Segundo ele, "Durante a formação da chapa entramos em contato com a direção do PC, no sentido de incorporá-lo à composição. No entanto a direção do Partido se negou, achando que era necessário marginalizar os cristãos e compor com a situação. E mais, afirmou que éramos aventureiros, sem nenhuma chance de ganhar, pois a situação contava com a máquina sindical. Entretanto, as bases do Partido participaram de nossa chapa, enquanto a direção ficou com a situação" (Cadernos do Presente, 1978, p. 10). Para mais detalhes ver Santana (2001).

10 Ver *Revista Ensaio*, 6, op. cit.

11 Como os grupamentos trotskistas, por exemplo.

12 A divergência de concepções vai marcar as lutas desenvolvidas no pós-64. Ela pode ser sentida nos encaminhamentos das lutas contra o arrocho salarial e contra a ditadura. Como já dissemos, buscando o controle inflacionário por meio do achatamento salarial, o regime militar controlava severamente os aumentos de salário. O movimento operário e sindical no pós-64 travou uma árdua luta contra essa política. Muitas vezes essa luta, que explodiu isoladamente em fábricas ou setores, não conseguia evitar a repressão militar nem alterar muito o quadro vigente. Em termos gerais, os encontros intersindicais propunham a mudança geral da lei do arrocho, encaminhando abaixo-assinados como forma de luta. Nesse quadro de luta mais geral é que surgiram a Frente Intersindical Antiarrocho, no Rio de Janeiro, e o Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA), em São Paulo. Embora de forma limitada e tímida, estas foram as mais importantes tentativas intersindicais desenvolvidas pelos trabalhadores no período. Elas foram, de certa forma, decorrentes dos sucessivos encontros regionais que se desenvolveram a partir da Campanha Nacional de Proteção

contra a Política de Arrocho Salarial, definida pelo II Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais.

13 Ver Antunes (1988).

14 A partir de 1969, vários órgãos do partido foram duramente atingidos e centenas de militantes foram presos e torturados. Nem mesmo o Comitê Central conseguiu ficar ileso. A profundidade do golpe repressivo atingiu em cheio o cerne da organização. Nesse quadro, o Comitê Central se retirou do país. Para Carone (1982c, pp. 6-7), "A fuga para o exterior, da maioria do CC [...] e de numerosos militantes de base, é ato de sobrevivência e de necessidade, já que o PCB sofrera sangria grave com a morte de 12 elementos do CC e com a prisão e tortura de milhares de militantes e simpatizantes dos diversos CE estaduais".

15 Para diferentes posições e enfoques acerca desse processo, ver Rodrigues (1970), Almeida (1975), Humphrey (1980), Antunes (1988) e Frederico (1979).

16 Sobre as lutas operárias "moleculares" dos anos 70, ver Frederico (1979), Maroni (1982), Sader (1988) e Antunes (1988).

17 Como assinala o sindicalista comunista Marcelo Gato (1979, p. 129): "A grande lição dada pelas recentes greves de maio foi [...]: elas foram greves organizadas no interior das fábricas, não recorreram a piquetes e contaram com a adesão consciente da massa dos trabalhadores [...]. Este quadro nos deve levar a ter cuidado especial em evitar o triunfalismo e reincidir nos erros das experiências do passado".

18 Isso se deu na medida em que, "ao se sobrepor às leis impeditivas e repressivas da ditadura, [o movimento operário] determinou uma importante mudança na situação política nacional, dando novo conteúdo às lutas e exigências do campo democrático. Ao reivindicar liberdades políticas, juntamente com seus direitos econômicos e sociais, lançou as bases para a abertura de um caminho que conduzia a transformações realmente profundas na vida política e social brasileira". O referido documento precisava os vínculos do movimento grevista com o longo movimento de resistência à ditadura. Indicava o ano de 1972 como aquele da retomada das lutas fabris e articulava isso aos resultados eleitorais de 1974, aos "combativos pronunciamentos, coletivos e individuais, das lideranças sindicais a partir de 1976" e à luta pela reposição salarial. De alguma forma, os comunistas tentariam inscrever sua atuação nas origens e pilares do movimento.

19 Ao despontar como líder sindical de expressão nacional após a greve de 1978, Lula, em suas entrevistas iniciais, esposava posições que marcavam a separação entre o movimento sindical e outros movimentos sociais. Além disso, em plena luta pela anistia, salientava sempre que a verdadeira anistia deveria ser dada à classe trabalhadora. Ficou famoso seu debate com Terezinha Zerbini acerca do tema. Ver Núcleo Ampliado de Professores do PT-SP (1981).

[20] Cf. depoimento de Olívio Dutra em 16 jun., 1997.
[21] Apud Corrêa (1980).
[22] Corrêa, op. cit.
[23] Ianni (1980).
[24] Cf. Antunes (1988).
[25] Fernandes (1982).
[26] Agrupando militantes egressos ou não da experiência da luta armada e/ou militantes de esquerda ligados à Igreja progressista, esse setor defendia o combate à estrutura sindical a partir de um intenso trabalho de base via comissões de fábrica. Sua maior expressão estava na Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP), que apresentava posições que combatiam fortemente a direção pelega do sindicato oficial.
[27] Vale dizer que foi só a partir das greves de 1978, e no período que se seguiu até a constituição da CUT, que os sindicalistas autênticos e o movimento das oposições sindicais se consolidaram como bloco.
[28] Antunes (1995) e Rodrigues (1991).
[29] Os sindicalistas autênticos criticavam certas posturas "paralelistas" e a proposta de ultrapassar o sindicato oficial, presentes em setores das oposições sindicais. Em contrapartida, em algumas situações, foram criticados e chamados de neopelegos pelas oposições. Ver mais detalhes sobre esse processo em Rodrigues (1991), Giannotti e Neto (1991), Antunes (1995), Menezes e Sarti (1981) e Zanetti (1994).
[30] Ver Santana (2001).
[31] Para mais informações sobre o encontro, ver Rodrigues (1990) e Antunes (1995).
[32] Ver Rodrigues (1993) e Antunes (1995).
[33] Em 1989, a CGT se subdividirá e o país passará a ter duas CGTs — uma, Confederação; a outra, Central.
[34] Mais grave ainda, sua política dava mesmo sinais de efeitos perversos: Luís Antônio Medeiros, militante do PCB, que deveria atuar no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, em aliança com Joaquinzão, e derrotá-lo, acaba por vencer não só o "pelego", como também o PCB. Medeiros afasta-se do partido e torna-se o arauto maior do "sindicalismo de resultados", que enxugará os espaços do PCB dentro da CGT. Ver Antunes (1995).
[35] Para mais informações sobre o debate, ver Santana (2001).
[36] Ver *Voz da Unidade*, 19 dez., 1986-8 jan., 1987.
[37] Para uma análise detalhada das greves, ver Noronha (1991), Kornis e Santana (2001) e Antunes (1995).
[38] Em uma lógica de ação que vinha praticamente intacta, com pequenos interregnos de paralisação no uso, já desde o período aberto com o processo de redemocratização de 1945.
[39] A edição da *Voz da Unidade* de 13 a 19 daquele mês publicou as resoluções do encontro. Entre as reivindicações que deveriam ser feitas, o partido indicava, entre outras citadas no texto: aprovação de uma nova lei de greve em curto prazo; eliminação de todas as restrições ao direito de greve; eliminação total dos vínculos de dependência dos sindicatos em relação ao Estado, com a manutenção da unicidade sindical; legislação que assegurasse o direito de organização de comissões sindicais nas empresas urbanas e rurais e estabilidade no emprego; um plano de redução da semana de trabalho, de modo a assegurar, em curto prazo, o estabelecimento definitivo da semana de 40 horas, sem redução salarial.

[40] No campo estritamente sindical, os comunistas defenderam nas resoluções aquela que já vinha sendo sua postura, ao menos nos documentos, isto é, indicar os limites das duas intersindicais. O partido se colocaria contrário ao pluralismo "embutido na Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho", mas, do mesmo modo, combateria "todos os comportamentos que entravam a ampla e necessária reforma da estrutura sindical, sem a qual muitas entidades permanecerão pouco representativas, de cúpula e assistencialistas".
[41] Antunes (1995).
[42] Uma articulação interna foi enfraquecendo Corrêa nos centros de poder no partido, até enfraquecê-lo mesmo dentro do Comitê Central. Para tanto foram decisivas as sucessivas falências das políticas do PCB no campo político e sindical do estado do Rio de Janeiro, onde Hércules Corrêa tinha sua base.
[43] Congresso que deu origem ao Partido Popular Socialista (PPS). Posteriormente, militantes dissidentes iniciaram o movimento de reconstrução do PCB.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, M. H. Tavares de. "O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas", *Debate e Crítica*, nº 6. São Paulo, jul., 1975.

ANTUNES, R. *A rebeldia do trabalho*. Campinas: UNICAMP, Ensaio, 1988.

__________. *O novo sindicalismo no Brasil*. Campinas: Pontes, 1995.

AZEDO, L. Carlos. "Modernização integrada e o mundo do trabalho", *Revista Novos Rumos*. São Paulo: Edições Novos Rumos, 1990.

BOITO JR., Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, UNICAMP, 1991.

BOITO JR., Armando (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

Cadernos do Presente, nº 2. São Paulo: Aparte, jul., 1978.

CARONE, Edgard. *O PCB*. São Paulo: DIFEL, 1982a, vol. 1: 1922-1943.

__________. *O PCB*. São Paulo: DIFEL, 1982b, vol. 2: 1943-1964.

CARONE, Edgard. *O PCB*. São Paulo: DIFEL, 1982c, vol. 3: 1964-1982.

CHILCOTE, Ronald. *Partido Comunista Brasileiro — Conflito e integração*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

CORRÊA, Hércules. *A classe operária e seu partido*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

COSTA, Hélio da. *Em busca da memória — Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995.

DELGADO, L. Neves. *O comando geral dos trabalhadores no Brasil* — 1961-1964. Petrópolis: Vozes, 1986.

FERNANDES, F. *A ditadura em questão*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

FREDERICO, C. *A vanguarda operária*. São Paulo: Símbolo, 1979.

____________ . *A esquerda e o movimento operário, 1964-1984*. São Paulo: Novos Rumos, 1987, vol. 1.

____________ . *A esquerda e o movimento operário, 1964-1984*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990, vol. 2.

FURTADO, J. P. *Trabalhadores em educação — Experiência, imaginário e memória sindical nos anos 80 e 90*. Ouro Preto: UFOP, 1996.

GATO, Marcelo. "Considerações sobre a questão sindical e a democracia", *Temas de Ciências Humanas*, nº 5. São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1979.

GIANNOTTI, V. e NETO, S. L. *CUT — Ontem e hoje*. Petrópolis: Vozes, 1991.

GIOVANETTI NETTO, E. *O PCB na Assembléia Constituinte de 1946*. São Paulo: Novos Rumos, 1986.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987.

HUMPHREY, J. "As raízes e os desafios do 'novo' sindicalismo da indústria automobilística", *Estudos CEBRAP*, nº 26. São Paulo: CEBRAP, 1980.

____________ . *Fazendo o milagre*. Petrópolis: Vozes, CEBRAP, 1982.

IANNI, O. *O ABC da classe operária*. São Paulo: HUCITEC, 1980.

KORNIS, M. e SANTANA, M. A. "Greve", in *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001, vol. 3.

MARANHÃO, Ricardo. *Sindicatos e redemocratização*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

____________ . *Os trabalhadores e os partidos*. São Paulo: Semente, 1981.

MARONI, Amnéris. *A estratégia da recusa*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MENEGUELLO, R. *PT — A formação de um partido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MENEZES, Clarice e SARTI, I. *CONCLAT 1981: a melhor expressão do movimento sindical brasileiro*. Campinas: Cartgraf, 1981, coleção Ildes 3.

"MOVIMENTO OPERÁRIO: NOVAS E VELHAS LUTAS". Debate com José Ibrahim, Afonso Delellis e outros. *Revista Ensaio*, 6. São Paulo: Escrita, 1980.

NORONHA, E. "A explosão das greves na década de 80", in A. Boito Jr. (org.), *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

NÚCLEO AMPLIADO DE PROFESSORES DO PT-SP (org.). *Lula — Entrevistas e discursos*. Guarulhos: O Repórter, 1981.

OLIVEIRA, I. Ribeiro de. *Trabalho e política*. Petrópolis: Vozes, 1988.

PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

PCB. *Vinte anos de política — Documentos (1958-1979)*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

RAMALHO, José R. *Estado patrão e luta operária — O caso FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

REIS FILHO, D. Aarão. "Questões históricas (exposição)", in M. A. Garcia (org.), *As esquerdas e a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, CEDEC, 1986.

____________ . "A maldição do populismo", *Linha Direta*, nº. 330. São Paulo: Partido dos Trabalhadores, set., 1997.

RODRIGUES, I. Jácome. Trabalhadores, sindicalismo e democracia: a trajetória da CUT. Tese de doutorado, USP. São Paulo, 1993.

RODRIGUES, L. Martins. *Industrialização e atitudes operárias*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

____________ . "O PCB: os dirigentes e a organização", in *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1981, vol. 10, cap. VIII.

____________ . *CUT: os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

____________ . "As tendências políticas na formação das centrais sindicais", in A. Boito Jr. (org.), *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RODRIGUES, L. Martins e CARDOSO, A. Moreira. *Força sindical: uma análise sócio-política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTANA, Marco A. "Political representation and trade unions in Brazil: ruptures and continuities", *Working Paper Series*, nº 18. Manchester: International Centre for Labour Studies, jan., 1997.

____________ . "Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 41. São Paulo: ANPOCS, 1999.

____________ . *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UNIRIO, 2001.

____________ . "Sindicato, partido e Estado: uma relação tensa", *Debate Sindical*, nº 48. São Paulo: Centro de Estudos Sindicais, 2004.

SEGATTO, José A. *Breve história do PCB*, 2ª ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

SPINDEL, Arnaldo. *O Partido Comunista na gênese do populismo*. São Paulo: Símbolo, 1980.

TELLES, Jover. *O movimento sindical no Brasil*. Rio de Janeiro: Vitória, 1962.

VIANNA, L. Werneck. *A classe operária e a abertura*. São Paulo: Cerifa, 1983.

———. *Travessia — Da abertura à Constituinte 86*. Rio de Janeiro: Taurus, 1986.

VINHAS, Moisés. *O Partidão — A luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: HUCITEC, 1982.

WEFFORT, Francisco. "Origens do sindicalismo populista no Brasil (A conjuntura do após-guerra)", *Estudos CEBRAP*, nº 4. São Paulo: CEBRAP, 1973.

———. "Os sindicatos na política (Brasil, 1955-1964)", *Ensaios de Opinião*, nºs 2-5. São Paulo, 1978.

———. "Uma convivência possível?", *O PCB Encara a Democracia. Caderno Especial do Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, jul., 1979.

ZANETHI, L. *O novo sindicalismo brasileiro: características, impasses e desafios*. Rio de Janeiro: Fase, 1994.

9

CRISTIANISMO DA LIBERTACÃO E MARXISMO DE 1960 A NOSSOS DIAS

*Michael Löwy**

A teologia da libertação é um conjunto de escritos publicados a partir de 1970 por uma série de autores, tais como Leonardo e Clodovis Boff, Hugo Assmann, Carlos Mesters, frei Betto, Jung Mo Sung e muitos outros.

Mas esse corpo de textos — parte de um movimento teológico latino-americano, representado por pensadores como Gustavo Gutierrez, Enrique Dussel, Jon Sobrino, Jorge Pixley, Ignacio Ellacuría, Pablo Richards — é apenas a ponta visível do *iceberg*, a expressão cultural de um vasto *movimento social* que aparece no Brasil desde o começo dos anos 60 — bem antes da aparição dos primeiros livros da nova teologia. Esse movimento inclui setores significativos do clero — padres, freiras, ordens religiosas, bispos —, dos movimentos religiosos leigos, como a Ação Católica, a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Operária Católica (JOC), das comissões pastorais, como a Justiça e Paz, a Pastoral da Terra e a Pastoral Operária, e das comunidades eclesiais de base (CEBs). Trata-se de uma ampla e complexa rede que ultrapassa os limites da Igreja como instituição e reúne, a partir dos anos 70, milhões de cristãos que partilham a "opção prioritária pelos pobres". Sem a existência desse movimento social, que poderíamos designar pelo

* Pesquisador do CNRS, Paris.

termo "cristianismo da libertação" — o que inclui ao mesmo tempo um prática social emancipadora, novas formas de prática religiosa e uma reflexão espiritual (mais tarde teológica) que corresponde a essa experiência —, é impossível entender o conflito entre a Igreja e o regime militar ao longo dos anos 70, assim como, a partir de 1978, o espetacular surgimento de um novo movimento das classes subalternas, dos trabalhadores da cidade e do campo: o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Com efeito, grande parte dos militantes e quadros dirigentes dessas novas organizações vem das CEBs e pastorais populares, e é no cristianismo da libertação que se encontra a motivação primeira de seu compromisso social e de sua "mística" política.

Uma das principais "novidades" do cristianismo da libertação — objeto de críticas incessantes por parte do Vaticano e das correntes conservadoras da Igreja no Brasil — é a integração, em maior ou menor grau, de elementos fundamentais do marxismo. Obviamente, existe grande diversidade nesse terreno, que vai desde a desconfiança ou a hostilidade de alguns até a explícita autodefinição de grupos ou indivíduos como "cristãos marxistas" — passando por várias formas de prudente e implícita utilização de alguns aspectos. A grande maioria dos militantes de base do cristianismo da libertação provavelmente nunca ouviu falar em Marx, mas isso não impede que em sua cultura político-religiosa se encontrem, mais ou menos diluídos, temas e conceitos do marxismo.

Evidentemente se trata de uma integração seletiva: são rejeitados elementos como o ateísmo materialista e assimilados outros como a crítica ao capitalismo — em particular em sua forma dependente, no Brasil e na América Latina — e ao poder das classes dominantes, a inevitabilidade do conflito social e a perspectiva da auto-emancipação dos explorados. Como veremos, alguns teólogos tratarão de distinguir entre a "ciência" marxista, que pode ser utilizada como instrumento cognitivo, e a "filosofia" marxista, que deve ser rejeitada

pelo pensamento cristão. Entretanto, essa distinção não consegue dar conta do processo real de assimilação crítica do marxismo pelo cristianismo da libertação, que seleciona positivamente temas filosóficos, como a filosofia da práxis ou o "princípio esperança" da utopia social, e recusa análises supostamente "científicas" do materialismo histórico, como o desaparecimento inevitável da religião.

A descoberta do marxismo pela esquerda cristã não foi um processo puramente intelectual ou universitário. Seu ponto de partida foi um fato social evidente, uma realidade maciça e brutal no Brasil: a pobreza. O marxismo foi escolhido porque parecia oferecer a explicação mais sistemática, coerente e global das causas dessa pobreza e, ao mesmo tempo, uma proposta radical para sua supressão. Para lutar de forma eficaz contra a pobreza e superar os limites da visão caritativa tradicional da Igreja, era necessário compreender suas causas. Como resumiu com ironia e humor dom Hélder Câmara: "Enquanto eu pedia às pessoas que ajudassem aos pobres, diziam que eu era um santo. Mas, quando fiz a pergunta: 'Por que existe tanta pobreza?', me chamaram de comunista".

De maneira mais geral, não se pode deixar de constatar a existência, entre a doutrina cristã e o marxismo, de certas "homologias estruturais" — uso um termo da sociologia da cultura de Lucien Goldmann — que facilitaram a convergência. Pode-se dizer que houve entre ambos uma relação de "afinidade eletiva" — no sentido que Weber deu a esse conceito para estudar a relação recíproca entre formas religiosas (a ética protestante) e econômicas (o espírito do capitalismo).[1] Isto é, a partir de certas analogias ou correspondências, duas estruturas culturais podem — em certas circunstâncias históricas favoráveis — entrar em uma relação ativa de atração mútua. Não se trata de um processo unilateral de influência, mas de uma interação dinâmica, "dialética", que pode levar em certos casos a uma simbiose ou mesmo fusão. Algumas das afinidades culturais entre marxismo e cristianismo são, por exemplo: 1) a adesão a valores transindividuais e comunitários, em oposição ao individualismo

liberal; 2) uma doutrina de tipo humanista/universalista (ecumenismo, internacionalismo); 3) a crítica ao capitalismo e ao liberalismo econômico, em nome de valores ético-sociais; 4) a simpatia ou solidariedade com o pobre e o oprimido; 5) uma utopia do futuro como "reino" de justiça e paz, liberdade e fraternidade humana.

É claro que esses e outros elementos comuns têm um significado bastante diferente nos dois sistemas culturais e que as analogias estruturais são insuficientes, em si mesmas, para que se dê uma convergência efetiva. Por exemplo, nada mais distinto do "pobre" tal como o define a doutrina social da Igreja tradicional — como objeto de caridade e paternal proteção — que o proletariado, tal como o entende o marxismo, isto é, como agente da transformação social. As "correspondências" que mencionamos não impediram a Igreja de considerar o socialismo, o comunismo ou o marxismo adversários "intrinsecamente perversos" (para citar a famosa bula anticomunista de Pio XII) da fé cristã.

É somente graças a uma conjuntura histórica particular que se vai dar, na América Latina e no Brasil, a partir do começo dos anos 60, um processo de aproximação entre marxismo e cristianismo, no qual as "analogias" formais se transformarão num processo ativo de simbiose por "afinidade eletiva". Em que consiste essa conjuntura? No ano de 1960 vão-se cruzar dois processos históricos independentes, mas cujos efeitos serão convergentes: 1) a transformação interna da Igreja católica, com a eleição do papa João XXIII em 1958 e os primeiros passos em direção ao II Concílio do Vaticano, que modificará substancialmente a cultura católica; 2) o triunfo da Revolução Cubana (1959) — com um programa antiimperialista e, logo em seguida, socialista —, que inaugura um ciclo de lutas sociais, guerrilhas e insurreições que vai durar na América Latina até os anos 90 do século XX. A conjunção entre esses dois movimentos históricos vai criar, a partir do começo dos anos 60, a "temperatura" necessária à fusão dos dois componentes e à formação do cristianismo da libertação.

Resta saber por que o Brasil é o país latino-americano em que surge, pela primeira vez — concretamente, no seio da JUC —, essa nova corrente sócio-religiosa, e o país no qual ela terá maior influência dentro da Igreja e na massa do "povo cristão" — o que está longe de ser o caso em outros países, como a Colômbia ou a Argentina. Não é fácil explicar essa notável diferença, mas podem-se apontar algumas hipóteses: 1) o Brasil é, dos países do continente, aquele no qual o papel dos leigos e de suas organizações — Ação Católica, JUC etc. — era o mais importante, e os movimentos leigos são os primeiros a se interessar pelo marxismo e a buscar novas formas de ação social; 2) o catolicismo brasileiro sempre teve relações estreitas, do ponto de vista cultural, com o catolicismo francês — e não com o espanhol, como no resto do continente —, no seio do qual aparecem, no pós-guerra, correntes de esquerda com grande influência intelectual e social: o movimento Economia e Humanismo, do padre Lebret, o personalismo de Emmanuel Mounier, o movimento dos padres operários e a corrente socialista do sindicato Confederação Francesa dos Trabalhadores Cristãos (CFTC), entre outros; 3) o Brasil conhece, no começo dos anos 60, a crise do modelo populista, o desenvolvimento de lutas sociais no campo e na cidade e a influência crescente das idéias de esquerda no seio da juventude, num contexto de industrialização dependente que agrava e intensifica as contradições sociais.

É nos documentos da JUC de 1960 que encontramos os primeiros germes do cristianismo da libertação, um discurso que se refere à doutrina social da Igreja, mas integra elementos essenciais do marxismo. A apropriação do marxismo pelos jovens brasileiros se inspira, em certa medida, nos autores franceses já referidos, que contribuíram para legitimar o interesse cristão pelas idéias de Marx. Por exemplo, numa conferência que proferiu na Escola Livre de Sociologia e Política, em São Paulo (1947), o padre Lebret declarou: "A maioria das críticas que são feitas ao marxismo não procede".[2] E no capítulo intitulado "O marxismo como crítica do

capitalismo", de seu livro *Suicídio ou sobrevivência do Ocidente?*, publicado no Brasil pela editora Duas Cidades em 1960, ele resgata elementos fundamentais da teoria marxista. Muitos cristãos brasileiros descobriram Marx lendo o livro do jesuíta francês Jean-Yves Calvez *O pensamento de Karl Marx*, traduzido em Portugal (Porto: Livraria Tavares Martins) em 1959, que manifesta simpatia pela crítica marxiana à alienação e à exploração capitalista. Essa obra se apresenta como uma exposição e uma crítica de Marx, mas, entre os dominicanos que a leram na época, a tendência era estudar apenas a primeira parte e passar por cima da segunda...[3]

O primeiro documento da "esquerda cristã", que pode ser considerado o texto fundador do cristianismo da libertação no Brasil e em toda América Latina, foi "Algumas diretrizes para um ideal histórico para o povo brasileiro", proposto pela Regional Centro-Oeste para a conferência dos dez anos da JUC, em 1960. Entre os redatores do documento — que se inspira em um texto anterior do padre Almeri Bezerra, mas vai muito além —, encontravam-se Herbert J. de Sousa, o Betinho, Vinicius Caldeira Brandt e outros dirigentes da JUC em Belo Horizonte. Embora o documento se refira a Emmanuel Mounier e a Tomás de Aquino, sua terminologia e suas análises são em grande parte de corte marxista: a partir de uma colocação "essencialmente anticapitalista e antiimperialista", ele exige um "verdadeiro compromisso com as classes exploradas, em uma verdadeira negação da estrutura capitalista".[4] Como observa Márcio Moreira Alves em seu livro sobre a Igreja no Brasil, era o "esboço de um programa revolucionário", que provocou "uma surpresa gigantesca".[5]

O marxismo da JUC, tal como aparece nesse texto e em outros semelhantes dos anos 1960-1962, distingue-se do então predominante, o do Partido Comunista Brasileiro, não só pela referência ao cristianismo, mas também pela radicalidade de seu anticapitalismo, com forte conotação ético-religiosa: o capitalismo é rejeitado como sistema perverso, como "estrutura monstruosa, baseada em

todos os tipos de abusos, explorações e crimes contra a dignidade humana".[6] Quando os bispos condenam, em nome da ortodoxia católica, as opções da JUC, boa parte de seus quadros forma, em 1962, a Ação Popular (AP), movimento político não-confessional dedicado à luta pelo socialismo que terá bastante sucesso, mas, depois de várias crises, dez anos mais tarde, boa parte de seus militantes acabará por aderir ao Partido Comunista do Brasil (então maoísta).[7]

O golpe militar de 1964 e a brutal repressão que se abate sobre toda a oposição, incluindo a esquerda cristã, provoca uma radicalização, que se exprime na participação de muitos cristãos, até mesmo membros do clero, na resistência à ditadura. O exemplo mais conhecido é naturalmente o apoio que grande parte dos dominicanos de São Paulo forneceu à guerrilha dirigida pelo comunista dissidente Carlos Marighella, da Ação Libertadora Nacional (ALN). Mas são muitos os cristãos que, de uma forma ou outra, se vão engajar no combate ao regime e sofrerão prisão, tortura ou exílio.

É nesse contexto de ditadura, resistência e repressão que aparecem os primeiros livros da teologia da libertação brasileira, utilizando, de uma maneira ou de outra, conceitos marxistas. Obviamente, não se trata do mesmo marxismo em todos: alguns se referem a Althusser, outros à Escola de Frankfurt ou a Ernst Bloch — os cristãos não escapam dos debates que atravessam o marxismo moderno. Mas, além das fontes e das opções metodológicas, vai-se constituir um estilo próprio de interpretação do marxismo, específico ao cristianismo da libertação.

O pioneiro da teologia da libertação brasileira é um padre gaúcho, Hugo Assmann, que estudou em Frankfurt com Adorno e Horkheimer no começo dos anos 60. O que o levou a aprofundar o estudo do marxismo — "Calvez não me satisfazia mais" — foi a crise da liderança da esquerda cristã e da Ação Popular. "Por sorte", observa, "isto se deu antes da onda althusseriana. Senão teríamos recitado o catecismo." Assmann trabalhou de 1965 a 1969 no Ins-

tituto de Teologia de São Paulo, onde colaborava estreitamente com os dominicanos. Procurado pelo DOPS, foi obrigado a se exilar em 1969.[8] Seu livro, *Opresión-liberación, desafío a los cristianos*, é um marco fundador na história da teologia da libertação. Inspirando-se na filosofia marxista da práxis, na teoria da dependência — versão latino-americana atualizada do marxismo — e, sobretudo, nas experiências de luta no Brasil e na América Latina, Assmann propõe a ruptura radical com o "desenvolvimentismo" e o compromisso dos cristãos com a práxis libertadora das classes oprimidas: "o aspecto fundamental da fé é a práxis histórica".[9] A teologia da libertação se distingue da teologia progressista européia pelo ponto de partida de sua reflexão: "a situação da América Latina dominada".[10] Num ensaio redigido em 1972, Assmann explicita a relação tanto teórica como política da nova teologia latino-americana com o marxismo: "Para a maioria dos que adotaram a linguagem de libertação em forma conseqüente, isto implica o uso de um instrumental socioanalítico derivado do marxismo, e uma estratégia de luta que conduza a um tipo de sociedade socialista".[11] Em 1974-1975, em colaboração com seu amigo espanhol Reyes Mate, ele publica dois volumes com uma seleção de textos marxistas sobre religião, o primeiro dedicado a Marx e Engels e o segundo incluindo Jaurès, Lênin, Gramsci etc.[12] Paradoxalmente, seu livro pioneiro de 1971 nunca foi publicado no Brasil. De maneira geral, sua obra só começará a ser conhecida aqui depois de seu regresso ao país, em 1981.

Em 1972 aparece o livro de Leonardo Boff *Jesus Cristo libertador* (Petrópolis: Vozes). Personagem carismático, de enorme cultura e criatividade, ao mesmo tempo místico franciscano e lutador social, Boff se transformará no principal representante brasileiro da teologia da libertação e um dos principais formadores da cultura político-religiosa do cristianismo da libertação no Brasil. Nesse primeiro livro há poucas referências ao marxismo, a mais importante sendo uma homenagem ao "princípio esperança" de Ernst Bloch — um dos escritos marxistas favoritos dos teólogos da libertação. É pouco

a pouco, no curso dos anos 70, que os conceitos e temas marxistas vão surgindo na obra de Boff, até se tornarem um componente fundamental de sua reflexão sobre as causas da pobreza e sobre a luta pela libertação dos pobres.

Em 1980, em seu livro *O caminhar da Igreja com os oprimidos* (Rio de Janeiro: CODECRI), já encontramos uma discussão precisa e argumentada acerca da relação entre teologia da libertação e marxismo. Para Boff, como para Assmann, o marxismo é antes de tudo uma práxis emancipadora:

> Se quisermos entender alguma coisa útil do marxismo, há que entrar por esta embocadura: não é uma escola acadêmica ao lado de outras mais (Kant, Hegel ou Aristóteles), pelo menos não em primeiro plano, nem tem a ver, inicialmente, com um corpo fechado de doutrinas, mas com um tipo de prática histórica libertária que exige, em função de sua eficácia, um momento teórico, segundo Marx, cambiável consonante as novas exigências da prática. O militante se interroga: qual é o quadro teórico adequado para me propiciar uma captação mais pertinente do real social em seus mecanismos, contradições, estrangulamentos e saídas viáveis; a fim de atuar transformadoramente sobre ela? Aqui está o cerne e também a grande força persuasiva do marxismo que devem ser enfrentados e não evitados.[13]

Sua assimilação do marxismo é crítica: rejeita a metafísica materialista (o "materialismo dialético" de Engels), mas reconhece o valor científico e político do materialismo histórico, como método que permite denunciar as falsificações ideológicas do capitalismo e dar conta da verdadeira causa que gera o empobrecimento: "a acumulação da riqueza em poucas mãos, com a exclusão das grandes maiorias". Quando os agentes da Igreja mergulham no mundo cultural do pobre, não deixam de encontrar o marxismo, "não como filosofia materialista e negadora de Deus, mas como o único instrumento a seu alcance para entender sua condição de explorados e como um caminho de organização, de formação de consciência crítica e de mobilização dos setores populares".[14]

Rejeitando o argumento conservador que pretende julgar o marxismo pelas práticas históricas do assim chamado "socialismo real", Boff observa: da mesma maneira que o cristianismo não se identifica com os mecanismos da Santa Inquisição, o marxismo não pode ser assimilado aos "socialismos" vigentes, que "não representam nenhuma alternativa desejável por sua tirania burocrática e pelo afogamento das liberdades individuais". O ideário socialista pode e deve se historizar de outras formas.[15]

Num balanço escrito em 1989, Boff insiste que o teólogo tem tudo a ganhar em uma confrontação com o marxismo, em suas várias correntes. O marxismo lhe transmite um olhar agudo, um espírito crítico e um compromisso solidário com a causa dos pobres; ele lhe oferece conceitos para a análise da história e da estrutura social, assim como uma visão orgânica e sistemática, em contraposição à fragmentação da perspectiva liberal-burguesa.[16]

Clodovis Boff comparte com o irmão Leonardo o interesse pelo marxismo, que ele descobre em 1972, ao ouvir uma aula sobre a política econômica da ditadura ministrada pelo economista marxista Paul Singer. Durante uma estada de quatro anos em Lovaina, ele vai redigir uma tese de doutorado, que será publicada em 1978 com o título *Teologia do político e suas mediações* — obra de grande rigor teórico, mas que padecia, segundo reconhecerá o autor, de excessivo racionalismo.[17] Influenciado por Althusser, ele insiste na distinção, no pensamento de Marx, entre filosofia e ciência, materialismo dialético e materialismo histórico. Do ponto de vista de uma teologia do político — a expressão "teologia da libertação" só aparece na introdução do livro —, o marxismo só interessa como mediação socioanalítica, como teoria científica. Ele reconhece que o sucesso histórico do marxismo depende menos de suas virtudes teóricas do que de outros fatores, "tais como ideológicos, éticos ou utópicos, vinculados à pratica mais que à teoria", mas não aponta conseqüências dessa constatação para o relacionamento com o cristianismo. O que distingue a argumentação de Clodovis Boff

do positivismo de Althusser é a afirmação de que a escolha, pela teologia do político, de uma teoria científica se decide em função de um "elemento extrateórico, vinculado à Fé", uma opção ética prévia: a opção pela libertação dos pobres.[18]

Sem ter a erudição teológica dos irmãos Boff, frei Betto é, sem dúvida, um dos mais importantes pensadores do cristianismo da libertação brasileiro e latino-americano e um dos principais formadores das CEBs. Ele é possivelmente o teólogo que levou mais longe o compromisso político e a "afinidade eletiva" com o marxismo. Dirigente nacional da Juventude Estudantil Católica (JEC) no começo dos anos 60, Carlos Alberto Libânio Christo (seu nome de batismo) começa sua educação espiritual e política com Maritain, Mounier, Lebret e Alceu Amoroso Lima, mas no curso de sua militância no movimento estudantil — UPES e depois UNE — logo vai descobrir o *Manifesto comunista* e *A ideologia alemã*. Ao entrar como noviço na ordem dos dominicanos, em 1965, já tem a firme resolução de dedicar-se à luta pela revolução brasileira.[19] Como outros dominicanos, Betto apoiou a resistência contra a ditadura, ajudando militantes revolucionários a se esconderem ou atravessarem clandestinamente a fronteira para o Uruguai e a Argentina.[20] Por essa atividade "subversiva", foi preso pelo regime militar e encarcerado de 1969 a 1973. Suas cartas da prisão revelam conhecimento preciso do pensamento de Marx, que ele designa, para burlar a censura policial, "o filósofo alemão". Como Assmann e Boff, ele é atraído pela *filosofia da práxis* marxista:

A filosofia contemporânea procura ensinar-nos que o homem se define essencialmente como um ser prático [...]. A história do homem é a história de uma *praxis* [...]. "A história não faz nada: ela é a atividade dos homens que perseguem seus objetivos", dizia um filósofo alemão. Os homens transformam e se transformam a si mesmos e essa história de suas transformações é propriamente sua verdadeira história.

Em outra carta, dirigida em outubro de 1971 a uma abadessa beneditina, ele analisa a formação do proletariado — uma classe que se propõe, como condição de sua libertação, o estabelecimento "da propriedade social dos meios de produção" — e as contradições do novo modo de produção introduzido pela burguesia, concluindo: "Não haveria a teoria econômico-social do filósofo alemão sem as contradições sociais gritantes provocadas pelo liberalismo econômico, e que levaram-no a percebê-las, analisá-las e estabelecer princípios capazes de superá-las".[21]

Depois de sua libertação, frei Betto se tornou um dos principais articuladores das assembléias nacionais de comunidades de base. Por meio de sua participação na pastoral operária de São Bernardo do Campo, ele entra em contato com vários dirigentes sindicais, em particular Lula, e participa — embora não formalmente afiliado — do processo de criação do Partido dos Trabalhadores. Sempre interessado pela convergência com o marxismo, realiza em 1985 uma entrevista com Fidel Castro sobre a religião, que terá enorme sucesso e será traduzida para 17 línguas.

Enquanto certos teólogos tratam de reduzir o marxismo a uma "mediação socioanalítica", utilizando a distinção althusseriana entre "ciência" e "ideologia", Betto defende, em ensaio de 1986, *Cristianismo e marxismo*, uma interpretação muito mais ampla da teoria marxista, que inclui a ética e a utopia:

> O marxismo é, sobretudo, uma teoria da *praxis* revolucionária. [...] A prática revolucionária extrapola o conceito e não se esgota em análises estritamente científicas, pois encerra necessariamente dimensões éticas, místicas e utópicas. [...] Aliás, que contradição haveria entre o papel determinante da subjetividade humana e o materialismo histórico? [...] Ao contrário, negar a importância da subjetividade e da intencionalidade humanas é pretender reduzir o marxismo a uma teoria puramente científica [...]. A riqueza e a originalidade da teoria marxista reside justamente em estar vinculada à prática revolucionária que, em sua dinâmica, confere e contesta a teoria que a inspira e orienta. Sem esta relação dialética teoria-*praxis*, o marxismo se esclerosa numa ortodoxia acadêmica perigosamente manipulável por quem controla os mecanismos de poder.

A última frase é sem dúvida uma referência crítica à União Soviética e aos países do "socialismo real", uma experiência deformada por sua "ótica objetivista", sua "tendência economicista" e, sobretudo, sua "metafísica do Estado".[22]

Procurando dar conta das "afinidades", ou, em sua terminologia, dos "arquétipos comuns" entre cristianismo e marxismo, Betto observa que ambos foram fundados por profetas judeus, ambos acreditam na libertação/redenção através da história, ambos se referem a um paraíso perdido (o comunismo primitivo em Marx) e proclamam sua esperança num paraíso futuro: afinal, o que é o marxismo senão uma heresia judeu-cristã?[23] Os termos são diferentes, mas ambos compartem a utopia da felicidade humana no futuro histórico: "Marx chama esta plenitude de reino da liberdade e os cristãos, de reino de Deus". O caminho capaz de levar a essa aspiração, que não é garantida por nenhuma teoria política e nenhuma ciência da história, é "o compromisso efetivo com a luta de libertação dos oprimidos".[24]

Esse compromisso é partilhado por um importante setor da Igreja brasileira, o mais próximo ao cristianismo da libertação. Alguns bispos, como dom Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia, não escondem a opção socialista e a simpatia por movimentos revolucionários como o sandinismo nicaragüense. Sem ir tão longe, parte significativa do episcopado brasileiro assume de forma radical a opção prioritária pelos pobres. No curso dos anos 70, a Igreja se transformou na principal força de oposição ao regime militar, denunciando, em nome do Evangelho, não só as violações aos direitos humanos, mas também o modelo de desenvolvimento promovido pela ditadura, caracterizado como desumano, injusto e fundado na opressão econômica e social dos pobres. Segundo um informe interno preparado pelo Segundo Exército, em 1974, "o clero é o

mais ativo dos inimigos que ameaçam nossa segurança nacional. Através de processos decididamente subversivos, ele está promovendo a substituição das estruturas políticas, sociais e econômicas do Brasil por uma nova ordem, inspirada na filosofia marxista".[25]

Encontramos, nos anos 70, várias declarações de bispos que, embora não se refiram nunca ao "filósofo alemão", não deixam de integrar elementos significativos da análise e da proposta marxistas. Esses documentos foram, sem dúvida, preparados por equipes de teólogos, agentes de pastoral e cientistas sociais cristãos, mas, em última análise, foram os bispos que os aprovaram, reescreveram e publicaram. Dois documentos episcopais regionais do ano de 1973 são particularmente impressionantes, enquanto crítica não só ao regime militar, mas ao próprio capitalismo. Esses dois textos são os mais radicais que um setor da Igreja brasileira jamais apresentou e constituem uma espécie de ponta-de-lança do cristianismo da libertação. O primeiro, assinado pelos bispos e superiores das ordens religiosas do Centro-Oeste brasileiro, em maio de 1973, é intitulado "A marginalização de um povo". Ele desenvolve toda uma análise crítica da situação socioeconômica do Brasil, no quadro do capitalismo dependente, multiplicando as referências a Paulo VI e aos sínodos da Igreja e terminando com a seguinte conclusão:

> É preciso vencer o capitalismo. E ele é o mal maior, o pecado acumulado, a raiz estragada, a árvore que produz esses frutos que nós conhecemos: a pobreza, a fome, a doença e a morte da grande maioria. Para isso é preciso que a propriedade dos meios de produção (das fábricas, da terra, do comércio, dos bancos, fontes de crédito) seja superada. Enquanto uns poucos são os donos desses lugares e meios de trabalho, a grande maioria do povo está sendo usada e não tem vez. A grande maioria trabalha para enriquecer uns poucos e estes enriquecerão às custas da miséria da maioria.[26]

No mesmo sentido vai a declaração dos bispos do Nordeste do Brasil, "Ouvi os clamores de meu povo", também de maio de 1973:

> As estruturas econômica e social em vigor no Brasil são edificadas sobre a opressão e a injustiça que provêm de uma situação de capitalismo dependente dos grandes centros internacionais. [...] A injustiça gerada nesta situação tem seu fundamento nas relações capitalistas de produção, que dão obrigatoriamente origem a uma sociedade de classes, marcada pela discriminação... A classe dominada não tem outra saída para se libertar, senão através da longa e difícil caminhada, já em curso, em favor da propriedade social dos meios de produção. Este é o fundamento principal de gigantesco projeto histórico para a transformação global da atual sociedade, numa sociedade nova, onde seja possível criar as condições objetivas para os oprimidos recuperarem a sua humanidade despojada, lançarem por terra os grilhões de seus sofrimentos, vencerem o antagonismo de classes, conquistarem, por fim, a liberdade.[27]

O documento é assinado por 13 bispos e arcebispos, entre os quais Hélder Câmara, Antônio Batista Fragoso e José Maria Pires, assim como pelos superiores jesuítas, redentoristas, beneditinos e franciscanos do Nordeste.

É evidente que esses documentos estão impregnados de marxismo, não só como mediação analítica, mas também como projeto utópico-social de emancipação dos oprimidos. É interessante comparar esses textos — que obviamente não representam o conjunto da Igreja brasileira ou a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), muito mais moderados — com os do Partido Comunista Brasileiro da época, para entender a especificidade do marxismo presente na cultura político-religiosa do cristianismo da libertação. No informe do Comitê Central para o VI Congresso, em 1967, a direção do PCB afirmava explicitamente: "Levantar a bandeira imediata da socialização dos meios de produção não corresponderia ao nível atual de desenvolvimento da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção [...]".

Na resolução política aprovada no mesmo congresso, encontramos a passagem seguinte: "O desenvolvimento capitalista verificado no Brasil, embora limitado, teve um caráter objetivamente progressista, desde que significou a evolução para um estágio mais

adiantado da sociedade. As possibilidades desse caminho não se esgotaram inteiramente".

Enfim, na resolução política de dezembro 1975, o PCB declara: "Os comunistas propõem para o Brasil um futuro em que seja assegurado o bem-estar do povo, um desenvolvimento democrático, o florescimento da cultura nacional e uma independência que garanta o progresso efetivo do País".

Em comparação, o marxismo dos bispos, teólogos e agentes de pastoral do cristianismo da libertação — ou pelo menos de seus setores mais avançados — apresenta características bastante diferentes:

1) um anticapitalismo muito mais radical, intransigente e categórico, com forte carga ético-religiosa, retomando temas da teoria da dependência, na versão socialista;[28]
2) uma distância crítica em relação às ideologias do progresso e da modernização e uma visão utópico-milenarista da transformação social, em contraste com a perspectiva evolucionista e desenvolvimentista do PCB;
3) a definição do pobre e do oprimido como sujeito do processo de libertação, em vez da complexa aliança de classes proposta pelo Partido Comunista (classe operária, classes médias, burguesia nacional);
4) a urgência moral do combate pelo socialismo, em nome da liberdade e da justiça, no lugar da visão "científica" das etapas do processo histórico, em função do grau de desenvolvimento das forças produtivas;
5) a insistência na práxis, na ética e na subjetividade, privilegiadas em detrimento da teoria, da ciência e das "condições objetivas";
6) a ênfase na auto-organização "pela base" e na autolibertação dos pobres, ignorando ou relativizando a questão do partido ou da "vanguarda".

Para ilustrar essa diferença substancial entre o "marxismo cristão" e o predominante na esquerda secular, é interessante mencionar as críticas à Igreja de um importante antropólogo marxista, Otavio Guilherme Velho. Segundo esse autor, as posições da Igreja brasileira em relação ao problema da terra são equivocadas, porque tendem a "considerar o processo de desenvolvimento capitalista como um mal absoluto". Ao reproduzir uma ideologia camponesa espontânea baseada em um passado pré-capitalista, a Igreja seria incapaz de enfrentar questões básicas como a necessidade de uma revolução burguesa e acabaria defendendo uma ideologia agrária mais próxima do populismo russo do que do marxismo, para o qual "o desenvolvimento capitalista não é considerado um mal absoluto, e sim uma pré-condição para as transformações futuras".[29]

É verdade que a "Igreja dos pobres" se inspira nas tradições comunitárias populares pré-capitalistas, sobretudo no campo. Alguns autores criticam essa orientação como "romântica" e, portanto, contraditória com o espírito da modernidade. Por exemplo, Roberto Romano, em seu livro sobre a Igreja brasileira e o Estado, afirma: "A noção de comunidade tem uma longa história no pensamento social, como contraposição romântica à mecanização e aos conflitos da sociedade. Nisto, o católico contemporâneo não diverge essencialmente do sonho romântico [...]" — um sonho que se traduz na formação das CEBs: "As comunidades de base, inicialmente propostas como instrumento de renovação da estrutura interna da Igreja, serão depois compreendidas como padrão organizatório *para toda a sociedade*".[30] Sem dúvida, o "marxismo cristão" tem forte carga romântica, mas será que não existe, no próprio pensamento marxista, uma dimensão romântica? Uma dimensão que se manifesta, por exemplo, na simpatia pelas comunidades pré-capitalistas — basta lembrar o interesse de Marx pela comunidade rural russa pré-capitalista como base para um possível desenvolvimento do socialismo na Rússia, ou a proposta de José Carlos Mariátegui de enraizar o moderno socialismo indo-americano nas tradições do

"comunismo inca" — tese criticada pelo historiador soviético Anatol Shulgovski como "romântica" e "populista".[31]

O "marxismo cristão" não se limita aos teólogos e a alguns bispos. Ele será assumido, em maior ou menor medida, por setores do clero — em particular as ordens religiosas, tanto masculinas como femininas — e por boa parte dos intelectuais cristãos, agentes de pastoral, animadores de comunidades de base e militantes cristãos de vários movimentos sociais, que constituem a ampla base do cristianismo da libertação brasileiro. Podemos encontrá-lo — mais ou menos diluído — nos documentos das pastorais populares — como a Pastoral Operária ou a Pastoral da Terra —, nas resoluções das conferências anuais das CEBs, em textos da JUC e da JEC etc. Ele se encontra também, com algumas diferenças, na teologia protestante da libertação — Julio de Santana — e em certos documentos de centros ecumênicos de inspiração protestante, como o Koinonia, do Rio de Janeiro, fundado por Jether Ramalho. Ele inspira vários livros publicados pela editora Vozes ou artigos na revista com o mesmo nome, assim como na *Revista Eclesiástica Brasileira* (*REB*). Enfim, está bastante presente nas atividades de ensino e pesquisa de algumas Pontifícias Universidades Católicas.

O mais importante é que, a partir dos anos 80, ele se tornará um dos principais ingredientes na constituição da cultura sociopolítica — já secularizada e não-confessional — do Partido dos Trabalhadores, da Central Única dos Trabalhadores, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e de outros movimentos sociais. Os militantes cristãos, numerosos tanto na base como na direção dessas novas forças — as quais vão contribuir para a auto-organização, conscientização e politização das classes populares no Brasil, num grau sem precedente na história do país —, não constituem uma corrente distinta, mas participam das várias tendências sindicais ou políticas que se manifestam em seu interior. Alguns deles se definem como "marxistas cristãos" — Olívio

Dutra, ex-governador petista do Rio Grande do Sul, para mencionar um exemplo —, outros não, mas de alguma forma o marxismo faz parte de sua cultura política, embora nem sempre de maneira consciente. Podem-se atribuir, em parte, ao "marxismo cristão" algumas das características desses movimentos, sobretudo nos anos 80 para o PT e a CUT e nos anos 90 para o MST: a) radicalismo ético-social e "mística" do combate pela libertação; b) anticapitalismo intransigente, com forte carga moral; c) "basismo", desconfiança da política institucional. No seio dessas organizações, sobretudo do PT, os militantes oriundos do cristianismo da libertação encontrarão outros, vindos de correntes ou grupos marxistas organizados (sobretudo trotskistas), o que permitirá o intercâmbio de experiências, mas gerará, em alguns casos, desconfiança mútua, tensões e conflitos. Em outros movimentos, como o MST, a convergência entre militantes de culturas políticas diferentes será menos conflituosa e levará a uma fusão mais harmoniosa.

Com o fim da ditadura (1985) e a ofensiva intensa do Vaticano contra a teologia da libertação — basta lembrar o "silêncio obsequioso" imposto no mesmo ano a Leonardo Boff pela Congregação para a Doutrina da Fé (cardeal Ratzinger) —, observa-se a evolução da Igreja brasileira para posições mais moderadas, mesmo com a CNBB mantendo a "opção prioritária pelos pobres", criticando as políticas neoliberais dos sucessivos governos da "Nova República" e exigindo a reforma agrária. Enfim, com a queda do Muro de Berlim, em 1989, e a desintegração da URSS, muitos observadores se apressaram em decretar "o fim do marxismo" e a morte da teologia da libertação.

Na verdade, embora alguns teólogos pudessem ter ilusões em relação ao "socialismo real", a URSS e as "democracias populares" nunca foram uma motivação para seu compromisso sociopolítico ou mesmo uma referência importante para sua compreensão do marxismo — contrariamente ao velho PCB, que conhece nesse

momento a maior crise de sua história e se acaba transformando num partido social-liberal, o Partido Popular Socialista (PPS). Comentando a "implosão" da URSS, Leonardo Boff compara, não sem ironia mordaz, o partido de tipo soviético com o "partido" da Igreja católica (o clero), a estrutura do "socialismo real" com a estrutura piramidal da "Igreja realmente existente": "*Mutatis mutandis*, a estrutura destes dois corpos totalitários e autoritários — o catolicismo real e o socialismo real — possui certa co-naturalidade até nos detalhes [...] e ambas obedecem a uma mesma lógica". E, sobretudo, ele estabelece uma distinção fundamental entre essa experiência deformada e as idéias de Marx:

> quão socialista era semelhante sociedade que a si mesma se chamava de socialista? Muito pouco pelos critérios dos fundadores dos ideais socialistas. Estes sonhavam com um socialismo democrático a partir das maiorias populares, que incorporasse todos os valores da revolução burguesa, criasse novos, e os universalizasse. Isso não ocorreu. Não devemos perder estes grandes ideais cristalizados na idéia do socialismo. Eles pertencem aos sonhos mais ancestrais da humanidade. Não será a crise de um tipo do socialismo (o autoritário e estatal) que engolirá as esperanças por uma sociabilidade mais humana.[32]

Mais do que o fim pouco glorioso do regime soviético, é a derrota dos sandinistas na Nicarágua, em 1990, que decepciona os cristãos liberacionistas. Entretanto, na medida em que sua relação com o marxismo não é função deste ou daquele projeto histórico "realmente existente", mas responde a uma profunda revolta contra a pobreza e a injustiça social no Brasil, e na medida em que — para citar as palavras de um teólogo brasileiro — a queda do Muro de Berlim não impede que o muro entre pobres e ricos continue a crescer vertiginosamente no país, não houve, entre os teólogos da libertação brasileiros, uma tendência a se dissociar do marxismo — e, muito menos, a abandonar o compromisso com a causa da libertação dos pobres.

O que se observa são, já desde o fim dos anos 80, duas pistas para a renovação da teologia da libertação, distintas, mas não contraditórias. Para alguns, essa renovação, sem pôr em questão a importância central do pobre — no sentido socioeconômico, "marxista", de classe explorada e oprimida —, deve incorporar novos horizontes, buscando: a) ampliar e enriquecer o conceito de pobre, incluindo a questão do negro, do indígena e da mulher, vítimas de uma forma específica de opressão; b) tratar de relacionar a dominação/exploração dos pobres com a da natureza, associando aos temas marxistas "clássicos" a nova contribuição da ecologia. Leonardo Boff representa da maneira mais coerente e inovadora essa orientação, que não significa de forma alguma uma desautorização do marxismo. Num importante livro de 1993, *Ecologia, mundialização, espiritualidade*, ele insiste na contribuição de Marx e na centralidade do conceito marxista de classe:

> Marx não foi apenas um analista do capitalismo e um arquiteto do socialismo. Ele alimentou também uma perspectiva filosofante [...] que viu dimensões fundamentais da construção social da realidade, de uma forma processual e flexível (dialética). [...] Da mesma forma a categoria "classe social": numa sociedade de classes e não mais de ordens, como é a nossa, a categoria "classe" é imprescindível para se compreender a organização social e o conflito de interesses. Abandoná-la seria empobrecer nossa compreensão em detrimento do interesse dos mais fracos.

Ao mesmo tempo, Boff argumenta em favor da integração da perspectiva ecológica:

> A reflexão ecológica enriqueceu o paradigma marxista em alguns passos, a ponto de alguns analistas falarem de uma segunda crítica da economia política, ao incorporar a natureza não como fator extrínseco mas intrínseco em todo o processo produtivo e na constituição das forças produtivas. [...] A consciência ecológica convida-nos a tomar certa distância com referência ao otimismo marxiano quanto ao "desenvolvimento das forças

produtivas". Para evitar que se transformem em forças destrutivas, é necessário "privilegiar aquelas forças que são renováveis".[33]

A hipótese de uma convergência entre a causa dos pobres e a da natureza alimenta também sua reflexão no livro de 1995 *Ecologia. Grito da terra, grito dos pobres*. Para Boff, "teologia da libertação e discurso ecológico se exigem e se complementam mutuamente", na medida em que ambos se opõem à lógica perversa da máquina produtivista do capital: "A mesma lógica do sistema imperante de acumulação e de organização sociais que leva a explorar os trabalhadores leva também a espoliar nações inteiras e por fim leva a depredar a natureza".[34]

A outra pista é proposta por aqueles teólogos da libertação que, confrontados com a onda de choque neoliberal, resolvem orientar sua crítica diretamente ao terreno da economia — nos escritos de Hugo Assmann e de um jovem teólogo cristão coreano-brasileiro, Jung Mo Sung, encontramos um novo aspecto da "afinidade eletiva" entre marxismo e cristianismo: a analogia entre o combate bíblico contra os ídolos e a crítica marxista ao fetichismo da mercadoria. A articulação dos dois na teologia da libertação foi facilitada pelo fato de que o próprio Marx utilizava com freqüência imagens e conceitos bíblicos em sua crítica ao capitalismo.

No livro — redigido com Franz Hinkelammert — *A idolatria do mercado. Ensaio sobre economia e teologia*, de 1989, sem dúvida uma das mais importantes obras da teologia da libertação dos últimos 17 anos, Hugo Assmann propõe uma nova análise que encara o capitalismo em geral como "*um ingente processo de idolatria*, alimentado por um sem-número de 'atos devocionais' e 'objetos devocionais'", uma idolatria que exige inúmeros sacrifícios humanos. Nesse contexto, ele rende homenagem a Marx, sem deixar de criticar seus epígonos:

Marx havia sido claro ao denominar as relações mercantis, universalizadas no capitalismo, de "religião da vida cotidiana". Mas esta peça chave de sua análise, a teoria do fetichismo, era amplamente desconsiderada pelos próprios marxistas, especialmente pela moda das interpretações althusserianas funestamente campeante na América Latina, naquele momento.

A grande contribuição de Marx foi revelar "a substância teológica da 'religião econômica' do capitalismo", isto é, em última análise, "o caráter idolátrico da economia" capitalista. Mas muitos marxistas abandonam esse elemento decisivo da crítica de Marx ao capitalismo, o que significa uma "traição" não só a sua teoria econômica, "mas — o que é muito mais sério — a seu pensamento revolucionário": "a não-compreensão da teoria do fetichismo em Marx implica necessariamente o abandono de sua radical lógica da vida, porque a teoria do fetichismo é a peça chave para o desocultamento mais radical da necrofilia, da lógica de morte do capitalismo". Profundo conhecedor da Escola de Frankfurt, o teólogo brasileiro menciona também a contribuição de Horkheimer e Adorno, na *Dialética da razão*, para entender "o sacrifício como lógica embutida nas relações mercantis do capitalismo", um sacrificialismo brutalmente real, mas sistematicamente oculto pela categoria *fetiche*.[35]

Assmann dedica todo um capítulo do livro ao estudo dos símbolos bíblicos em Marx. Sem deixar de criticar a tese marxiana do inevitável desaparecimento da religião, ele argumenta que o ateísmo de Marx é antes de mais nada uma luta contra os ídolos:

O tema da idolatria se expressa em Marx com um abundante recurso a imagens bíblicas: o bezerro de ouro, Mamon, Baal, Moloc e a Besta do Apocalipse. Além disso, no centro está sempre o sacrifício de vidas humanas. Em segundo lugar, desta crítica de Marx ao culto dos ídolos brotam os mais profundos critérios humanistas e revolucionários de Marx, que se revolta com o fato de que seres humanos sejam sacrificados, como simples meios, ao dinheiro e ao capital.

A conclusão do teólogo é que "não entende o capitalismo quem não analisa sua idolatria" e seu fetichismo — que se tornaram mais

intensos, complexos e onipresentes no mundo de hoje do que na época de Marx.[36]

No mesmo momento em que aparece esse livro, é publicado, com introdução de Hugo Assmann, o ensaio de um jovem teólogo brasileiro leigo de origem coreana, Jung Mo Sung, *A idolatria do capital e a morte dos pobres*, que defende idéias similares. Sem ter a mesma bagagem "marxológica" de Assmann, Sung utiliza os conceitos marxistas para analisar a lógica idólatra e sacrificial do capital, em particular o mecanismo da dívida externa manipulado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial:

> As exigências que o sistema capitalista internacional faz, através de suas instituições e normas, para que os países devedores do Terceiro Mundo possam continuar tendo acesso ao mercado internacional, são autênticas exigências sacrificiais. As vidas humanas são imoladas como pagamento necessário para poder participar do novo âmbito do sagrado: o mercado.

No coração desse sistema encontramos a fetichização do capital — a inversão da criatura a criador e do objeto a sujeito — e a alienação do trabalhador.[37] Em seu livro seguinte, *Teologia e economia* (1995), Sung rende homenagem à teoria do fetichismo de Marx — e a sua interpretação teológica por Assmann —, mas trata de analisar a diferença entre o fetichismo arcaico e a moderna idolatria do capital: "Esta idolatria é revestida de caráter científico e secular. Sendo assim, os sacrifícios humanos não são mais ofertados em algum altar de um deus visível [...] mas são feitos em nome de uma necessidade 'científica', secular, não religiosa. Tornaram-se sacrifícios seculares".[38]

Também nos escritos de Leonardo Boff as questões econômicas não estão ausentes, em particular a crítica à mundialização (capitalista) neoliberal, tema que ocupa um lugar cada vez mais importante nas preocupações do cristianismo da libertação. Em seu livro *Ecologia. Grito da terra, grito dos pobres*, ele põe em evidência a contradição entre progresso técnico e regressão social, em termos que convergem com a crítica marxista da globalização:

> Os últimos arranjos da ordem mundial hegemonizada pelo capital sob o regime de mundialização e de neoliberalismo trazem um progresso material fantástico. Utilizam-se tecnologias de ponta, da terceira revolução científica [...] que aumentam enormemente a produção. Entretanto, dispensam a mão de obra humana. O efeito social é perverso: grande exclusão de trabalhadores e de inteiras regiões do mundo, pouco interessantes para a acumulação do capital dentro de uma mentalidade da mais cruel indiferença.[39]

O novo movimento contra a globalização capitalista liberal, que teve expressão espetacular nos Fóruns Sociais Mundiais de Porto Alegre, será provavelmente, nos próximos anos, um dos terrenos importantes de intervenção do cristianismo da libertação.

Um balanço sumário dos últimos 30/40 anos aponta a seguinte conclusão: graças ao cristianismo da libertação, idéias, temas e valores do marxismo — claro, de forma seletiva e reformulados em termos político-religiosos — foram assimilados por amplos setores populares no Brasil — que se encontram não só nas CEBs, mas também no PT, na CUT e no MST —, em proporções sem precedentes na história da esquerda brasileira.

Notas

1 O conceito de afinidade eletiva tem origem na alquimia, que tratava de explicar a *attractio electiva* que conduz à fusão de dois corpos pela afinidade dos elementos que os compõem. No célebre romance de Goethe *As afinidades eletivas*, esse conceito "químico" serve de alegoria para a fusão entre a alma do homem e a da mulher apaixonados. Em Weber, o termo *Wahlverwandschaft* é utilizado como conceito sociológico para designar um processo de escolha recíproca e reforço mútuo entre formas culturais. Para mais detalhes a esse respeito, cf. meu livro *Redenção e utopia. O judaísmo libertário na Europa central. Um estudo de afinidade eletiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

[2] P. Lebret, L'Économie humaine. São Paulo, 1947, mimeo.
[3] Segundo testemunho de Yvo do Amaral Lesbaupin ao autor.
[4] Documento anexo ao livro pioneiro de Luiz Gonzaga de Souza Lima, *Evolução política dos católicos e da Igreja*. Petrópolis: Vozes, 1979, pp. 87-92.
[5] Marcio Moreira Alves, *L'Église et la politique au Brésil*. Paris: Cerf, 1974, p. 120.
[6] Luiz Gonzaga de Souza Lima, op. cit., p. 87.
[7] Sobre as origens da AP e sua evolução, cf. o excelente ensaio de Marcelo Ridenti no volume 5 desta *História do marxismo no Brasil*.
[8] Hugo Assmann, entrevista, 10 set., 1988.
[9] H. Assmann, *Opresión-liberación, desafío a los cristianos*. Montevidéu: Tierra Nueva, 1971, p. 21.
[10] Idem, op. cit., p. 24.
[11] Idem, *Implicaciones socioanaliticas e ideologicas del lenguaje de liberación*, 1972, apud Samuel Silva Gotay, *O pensamento cristão revolucionário na América Latina e no Caribe*. São Paulo: Paulinas, 1985, p. 201.
[12] H. Assmann e R. Mate, *Marx y Engels sobre la religión*. Salamanca: Sigueme, 1974 e *Sobre la religión II (Jaurès, Lenin, etc.)*. Salamanca: Sigueme, 1975.
[13] Leonardo Boff, *O caminhar da Igreja com os oprimidos*, 3ª ed. Prefácio Darcy Ribeiro. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 273. Em seu ensaio sobre *O marxismo e a teologia da libertação* (Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987), o filósofo Luigi Bordin insiste acertadamente nessa significação da *práxis marxista* — e não apenas da mediação socioanalítica — para a teologia da libertação: "os teólogos da libertação não usam a metodologia científica do marxismo apenas no momento constitutivo da mediação téorica-socio-analítica da Teologia da Libertação. Na verdade, eles assumem, antes, a *praxis*, isto é, as práticas populares e proletárias de luta. Podemos, pois, concluir que os teólogos, assumindo com radicalidade as lutas populares de libertação, assumem também a racionalidade inerente a tais práticas, que têm no marxismo sua expressão mais coerente" (p. 97). Caberia acrescentar que se trata não só de "racionalidade", mas de ética e de utopia.
[14] L. Boff, op. cit., pp. 275-77.
[15] Idem, op. cit., p. 275.
[16] L. Boff et al., *O que ficou... Balanço aos 50*. Petrópolis: Vozes, 1989, pp. 20-21.
[17] Clodovis Boff, entrevista, 19 set., 1988.
[18] Clodovis Boff, *Teologia do político e suas mediações*. Petrópolis: Vozes, 1978, pp. 118-24.
[19] Frei Betto, entrevista, 13 set., 1988.
[20] Betto publicou um livro que teve grande impacto sobre a relação dos dominicanos com a guerrilha da ALN: *Batismo de sangue. Os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1987.
[21] Fr. Fernando, fr. Ivo e fr. Betto, *O canto na fogueira. Cartas de três dominicanos quando em cárcere político*. Petrópolis: Vozes, 1977, pp. 39 e 120.
[22] Frei Betto, *Cristianismo e marxismo*. Petrópolis: Vozes, 1986, pp. 35-37.

[23] Frei Betto, entrevista, 14 set., 1987.
[24] Frei Betto, *Cristianismo e marxismo*, op. cit., p. 42.
[25] Apud Scott Mainwaring, *The Catholic Church and politics in Brazil, 1916-1985*. Stanford: Stanford University Press, 1986, p. 155.
[26] Anexo a Luiz Gonzaga de Souza Lima, op. cit., p. 237.
[27] Idem, op. cit., pp. 106-8.
[28] Refiro-me a autores como Andre Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e Theotonio dos Santos. Sobre a relação entre teologia da libertação e teoria da dependência, ver o livro de Luigi Bordin, op. cit.
[29] Otavio Guilherme Velho, *Sociedade e agricultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, pp. 125-36.
[30] Roberto Romano, *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairos, 1979, pp. 190-230.
[31] Para uma discussão mais detalhada do "momento" romântico no marxismo, remeto a meu livro, em colaboração com Robert Sayre, *Revolta e melancolia. O romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1998.
[32] L. Boff, *Ecologia, mundialização, espiritualidade*. São Paulo: Ática, 1993, p. 115.
[33] Idem, op. cit., pp. 116-18.
[34] Idem, *Ecologia. Grito da terra, grito dos pobres*. São Paulo: Ática, 1995, p. 173.
[35] H. Assmann e F. Hinkelammert, *A idolatria do mercado. Ensaio sobre economia e teologia*. Petrópolis: Vozes, 1989, pp. 74, 173-74, 301-2 e 396.
[36] Idem, op. cit., pp. 388-411. A erudição de Assmann e seu conhecimento dos textos de Marx são impressionantes.
[37] Jung Mo Sung, *A idolatria do capital e a morte dos pobres*. São Paulo: Paulinas, 1989, pp. 115 e 126. Nesse ensaio há poucas referências diretas a Marx, mas encontramos várias citações de Karel Kosik, Henri Lefebvre, Isaak Rubin, Ernest Mandel, Leandro Konder e outros marxistas contemporâneos.
[38] Jung Mo Sung, *Teologia e economia. Repensando a teologia da libertação e utopias*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 237. A posição de Sung é mais distanciada em relação a Marx do que a de Assmann ou Betto; por exemplo, ele critica a utopia marxista como fundada na "ilusão de acreditar que é possível construir no interior da história o Reino da Liberdade em plenitude, através da *praxis* revolucionária" (p. 268).
[39] L. Boff, *Ecologia*, op. cit., pp. 173-74.

10

Marxismo, Sociedade e Partidos Políticos Hoje

*Daniel Aarão Reis**

Ao encerrar esta coleção de textos sobre a história do marxismo em nosso país, pareceu interessante formular algumas reflexões sobre como subsiste o marxismo nos dias atuais na sociedade brasileira. Foi necessário, preliminarmente, enfrentar duas dificuldades: *primo*, o que se entenderia por *marxismo*, de que maneira conceituá-lo? *Secundo*, como proceder a um recorte elucidativo para dar conta de uma expressão tão abrangente como *sociedade brasileira*?

Em relação ao *marxismo*, como se sabe, trata-se de um termo altamente polêmico, e isso desde os primeiros momentos em que passou a ser empregado, em meados do século XIX. Mais de uma vez, K. Marx e muitos de seus primeiros discípulos protestaram contra seu uso, associado a propósitos desqualificadores, simplificadores ou mesmo persecutórios.

Com efeito, nas polêmicas travadas no âmbito da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), ou I Internacional, a propósito de formas de organização e luta, os anarquistas não se privavam de associar o vocábulo a perspectivas centralistas e mesmo ditatoriais, atribuídas ao Conselho Geral, de Londres, onde Marx exercia notória liderança, intelectual e política. Ora, a perso-

* Professor titular de história contemporânea, Núcleo de Estudos Contemporâneos, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense (UFF).

nalização de concepções e propostas, quando criada no contexto de movimentos e lutas sociais e políticas, não raro está relacionada a propósitos depreciativos. Este era, sem dúvida, o objetivo dos anarquistas.

Por outro lado, começaram a aparecer, ainda vivo Marx, as primeiras obras de vulgarização d'*O capital* e também de elementos de seu pensamento social, econômico e político. A esses *catecismos revolucionários*, formulados por amigos e correligionários, também se atribuiu o nome de *marxismo* — apesar dos protestos de Marx contra as simplificações abusivas.

Finalmente, as polícias políticas, com sua inerente incapacidade de compreender os processos históricos em sua complexidade, com freqüência recorreriam ao *marxismo* de modo capcioso, no sentido de isolar política e socialmente as propostas revolucionárias.

Com tantas forças interessadas — adversários, amigos e inimigos —, e à medida que o pensamento de Marx foi ganhando amplitude geográfica e densidade social, não foi possível evitar a consagração do termo, embora a respeito dele sempre subsistissem grandes divergências e controvérsias.

No percurso da Internacional Socialista (IS), ou II Internacional, construiu-se um primeiro *marxismo*, uma ortodoxia, cujo chefe teórico maior, reconhecido, era K. Kautsky[1] — o que não impediu o aparecimento de propostas *revisionistas* (o vocábulo é muito sintomático), consideradas *heréticas*, empreendidas por E. Bernstein.[2] De forma que, mesmo antes da eclosão da Primeira Guerra Mundial, entre os discípulos de Marx já não havia consenso sobre o *verdadeiro marxismo*, ou seja, sobre quem era capaz de melhor entender o pensamento do mestre.

Com as revoluções russas e a vitória dos bolcheviques, veio a fundação da Internacional Comunista (IC), a III Internacional. O comunismo russo surgiu com pretensões de encarnar o autêntico marxismo, embora duramente criticado pelos socialdemocratas da Europa Ocidental e Central como visceralmente não-marxista. Sem

embargo, surgiu uma nova ortodoxia, à luz da qual grande parte das formulações e práticas da II Internacional seriam consideradas *desviantes*, em todo o caso inúteis e mesmo nocivas à construção de perspectivas revolucionárias para o século XX.[3]

A nova ortodoxia, o *marxismo-leninismo*, entretanto, ao se estender no espaço e se desdobrar no tempo, também não foi capaz de evitar ou neutralizar novas *heresias*. Já nos anos 20, na União Soviética, eram acesos os debates a respeito do marxismo. Pouco depois, uma nova Internacional, alternativa, a IV Internacional, formou-se em torno de Leon Trótski. Desde então, sobretudo a partir dos anos 30 do século passado, os marxistas já não apenas polemizavam em torno de questões teóricas e/ou políticas, mas começaram também a se matar em nome dos princípios marxistas ou da melhor maneira de compreendê-los e interpretá-los.

Depois da Segunda Guerra Mundial, surgiu na Ásia, na China revolucionária, o *maoísmo*. Embora no início com muitas precauções, firmou-se logo, desde os anos 50 e 60, como uma nova forma de marxismo, supostamente mais bem adaptado às condições concretas das sociedades agrárias do *Terceiro Mundo*. Rebelando-se contra a dessacralização de Stálin, os comunistas chineses, a quem os comunistas russos se referiam maldosamente como comunistas de *margarina*, acabaram fundando um novo pólo de *verdadeiro marxismo*.

A Revolução Cubana, por sua vez, em fins dos anos 50, alcançou imensa repercussão internacional, mas não se vinculava nem aos soviéticos nem ao maoísmo. A rigor, nada tinha a ver com o marxismo. No entanto, à medida que se radicalizou politicamente e se aproximou do bloco socialista, explicitaria propostas originais. Por meio do *guevarismo*, esboçou-se um caminho novo, até mesmo com ambições internacionalistas.[4] O fato de Guevara ter sido cedo assassinado não significa que seu pensamento não tenha gerado conseqüências no sentido de ampliar ainda mais o leque disponível de *marxismos*.

A partir de fins dos anos 60, e do ano *quente* de 1968, o quadro se diversificaria ainda mais. Em toda parte multiplicavam-se questionamentos, redescobertas e releituras de autores que pareciam esquecidos (Gramsci), revisionismos vários, heresias de tipo diverso, a cacofonia de vozes misturando-se, não raro, com o ruído de tiros e bombas — enfrentamentos armados entre China e URSS (1969), entre Vietnã e Camboja (1977), entre China e Vietnã (1979). A tudo isso combinava-se a multiplicação de marxistas em várias universidades de grande prestígio na Inglaterra, na França, em outros países capitalistas avançados ou periféricos e mesmo nos Estados Unidos. Como se o marxismo, perdendo força como doutrina orientadora de revoluções, estivesse ganhando um suplemento de fôlego... nas cátedras e revistas acadêmicas do mundo *burguês*.

Liquidada, assim — se algum dia houvesse existido —, a hipótese de um consenso a respeito de um significado comumente compartilhado para o termo *marxismo*, dessa própria dificuldade, de encontrar um consenso, é que surge, paradoxalmente, a possibilidade de elaborar, sem maiores constrangimentos, um conjunto de referências, fundamentadas e defendidas com argumentos coerentes, que, para efeitos deste artigo, constituirá o que compreenderei por *marxismo*. As críticas, inevitáveis, já não poderão ser formuladas a partir de qualquer ortodoxia reconhecida — elas não existem mais. Nem resultarão na minha *desgraça*, ou no meu fuzilamento. Pelo menos a isso posso almejar, felizmente.

Por *marxismo* entenderei os seguintes cinco aspectos, a meu ver centrais, no pensamento de Marx e em grande parte dos marxismos que marcaram os séculos XIX e XX.

Primo, a crítica à sociedade capitalista, concebida como uma totalidade e suscetível de conhecimento científico. *Secundo*, a perspectiva e o compromisso com a mudança — combinando-se aí, em diversas dosagens, propostas e políticas de reforma e de revolução. *Tertio*, a mudança, seja qual for seu ritmo e seu programa imediato, articula-se com a ambição de formular, também em padrões

globais e totalizantes, uma alternativa — o socialismo, para o qual, tendencialmente, evolui a história de toda a humanidade. É essa última referência, de caráter supostamente científico, que leva os marxistas a cultivar certo otimismo revolucionário, quando não a certeza a propósito da vitória de sua causa no futuro — próximo ou remoto.[5] *Quarto*, a idéia de que todo esse arcabouço teórico e político repousa nos ombros de uma classe social — o proletariado, ou seja, todos os que são obrigados, para sobreviver, a vender sua força de trabalho no mercado. É o proletariado, e a classe operária em particular, que tem a missão histórica de destruir o capitalismo (os coveiros do capitalismo) e abrir caminho para um novo tipo de sociedade. Emancipando-se, o proletariado emancipará toda a humanidade, abrindo horizontes para a construção do futuro. *Quinto*, esse futuro está plasmado na utopia, a longo prazo, de uma sociedade de abundância, fundada na igualdade e na liberdade — o comunismo.

Para compreender o que subsiste dessas referências na sociedade brasileira dos dias atuais, disponho-me a cotejá-las com os documentos e programas recentes dos partidos políticos que representam, ou querem, ou dizem representar, os trabalhadores brasileiros.

Não se quer significar com o recorte proposto que os partidos resumem a sociedade. Mas seria excessivo dizer que nada representam, ou que não sejam expressivos. Embora declinantes, os partidos políticos ainda são os instrumentos *par excellence* das lutas políticas que se travam na sociedade; são eles que detêm, em grande medida, o poder político, são eles ainda que protagonizam a maior parte dos grandes debates, e são seus líderes os principais líderes das correntes de opinião política que se formam em nossa sociedade.

Vou ocupar-me dos partidos que se referem aos trabalhadores, empenhando-se na defesa de seus interesses, supostos ou reais, por óbvias razões: não apenas esses partidos são relativamente importantes na sociedade brasileira de hoje, mas também os marxismos, investindo na reforma e na revolução política, sempre apostaram

no proletariado e na classe operária em particular. Assim, a avaliação da força das referências marxistas nesses partidos será, a meu ver, um importante índice para avaliar, por meio deles, o que permanece, ou subsiste, da força do marxismo na sociedade como um todo.

Tomarei, como base para a avaliação, os programas e propostas de cinco partidos políticos: o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e o Partido Socialismo e Liberdade (P-SOL). Referem-se aos trabalhadores, comprometem-se na defesa de seus interesses e contemplam, em amplo espectro, posições diferenciadas quanto a mudanças, a serem obtidas por intermédio de propostas reformistas ou revolucionárias, ou de uma combinação complexa entre esses dois caminhos.

O Partido dos Trabalhadores e o marxismo

Desde as origens, em fins dos anos 70 e inícios dos anos 80 do século passado, o PT afirmou explicitamente a condição de partido *laico*, no sentido de se demarcar de qualquer campo doutrinário específico. Essa definição de princípio correspondia, de um lado, a circunstâncias precisas: a heterogeneidade dos afluentes que então convergiam para a formação do novo partido inviabilizaria qualquer tentativa de modelá-lo segundo critérios rigorosos de qualquer natureza, muito menos os que se referissem a alguma variedade de marxismo.[6] De outro lado, havia também a convicção, fundada na história das esquerdas brasileiras, de que esse tipo de discussão doutrinária inevitavelmente conduziria a divisões e *rachas* destrutivos. Finalmente, mas não menos importante, os principais líderes da empreitada — impropriamente chamados então de *novos* sindicalistas — não tinham nada a ver com as tradições marxistas e não aceitariam, porque nem sequer compreenderiam — uma dinâmica

marcada por disputas ideológicas vinculadas a universos teóricos complexos, com os quais não tinham, nem pretendiam ter, nenhuma familiaridade.[7]

Feita essa ressalva, é impossível não registrar, nos inícios do PT e ao longo dos anos 80, a presença de importantes referências marxistas nos documentos de fundação do partido, nas resoluções de seus encontros nacionais, nas principais campanhas eleitorais em que se envolveu, culminando nos embates que se travaram em torno da campanha presidencial de 1989. Para isso contribuíram, sem dúvida, a formação marxista dos principais intelectuais do partido; as influências de tendências e organizações marxistas que se abrigaram no interior do PT e marcavam com suas formulações a atmosfera dos debates internos e a construção de suas linhas programáticas; e a sintonia que os intelectuais e militantes católicos de esquerda, adeptos da teologia da libertação, tinham com o marxismo como método de análise e interpretação do processo histórico. Completando o quadro, a profunda inapetência das grandes lideranças sindicais em mergulhar nas disputas de ordem doutrinária, desde que elas não interferissem em questões de ordem prática, consideradas relevantes, abriu campo para que o PT se deixasse guiar, pelo menos aparentemente, em suas grandes formulações, pelas referências marxistas.

A crítica ao capitalismo como *sistema totalizante*, a perspectiva de promover mudanças no país que levassem a uma *ruptura* radical com uma tradição sistêmica, e não apenas com determinadas políticas, por mais importantes que fossem;[8] a definição do socialismo como objetivo concreto, resumido na fórmula emblemática, embora algo pretensiosa, de que o PT não seria o último partido socialista do século XX, mas o primeiro do século XXI, o socialismo concebido também como um sistema alternativo, incluindo-se aí, segundo a boa tradição marxista, a dimensão internacional;[9] a ênfase no papel decisivo e na força dinâmica da classe operária e do proletariado na efetivação do processo de mudanças que se esperava

ocorreriam na sociedade brasileira, simbolizados, a força e o papel, na presença marcante e visível dos líderes operários e de trabalhadores de São Bernardo e de outros importantes centros urbanos;[10] todos esses aspectos configuravam as referências marxistas do PT, consolidadas em cursos de formação de militantes, encontros e conferências, confluindo na realização do I Congresso, em 1990.[11]

Na década de 90, é verdade, as referências tenderam a esmaecer. A desagregação do socialismo *realmente existente*, embora muitos pudessem afirmar que o sistema soviético já não tinha nada a ver com o marxismo, e, em terras de *nuestra América*, o progressivo arrefecimento do apelo revolucionário promovido nos anos 60 pela Revolução Cubana introduziram em não poucos a dúvida a respeito da validade e da força explicativa das categorias marxistas. Numa outra dimensão, o processo de enfraquecimento do movimento católico fundado na teologia da libertação, que recebeu duros golpes a partir do pontificado de João Paulo II, também colocaria na defensiva outro importante veio de defesa do marxismo no interior do PT. As turbulências, inovações e crises introduzidas pela revolução científico-tecnológica em curso e as novas realidades de um mundo cada vez mais *globalizado*[12] pareciam desafiar as fórmulas tradicionais de uso mais corrente entre os marxistas petistas.

No plano da sociedade brasileira, a imensa ampliação social e eleitoral do PT, sua crescente integração no jogo institucional, traduzida no crescimento exponencial de parlamentares e de um corpo estável de funcionários, sem contar aqueles — numerosos — que assumiam cargos de confiança nos governos petistas, todos esses aspectos, combinados, impulsionariam, progressivamente, lideranças e militantes petistas a práticas de *gestão* da ordem, reduzindo-se, no mesmo movimento, a impregnação das referências marxistas.[13]

Não se pode dizer que desapareceram de todo — ao contrário. Tanto no interior de algumas tendências particulares, como a Democracia Socialista (DS), um centro de *resistência* marxista no par-

tido, como em documentos mais gerais e *oficiais*,[14] elas subsistem, sem dúvida. Entretanto, no contexto de um ânimo cada vez mais comprometido com uma proposta *reformista gestionária*, essencialmente pragmática, é inevitável a avaliação de que o marxismo figura menos como um *guia para a ação* do que como uma espécie de enfeite, ou muleta teórica.

O Partido Socialista Brasileiro e o marxismo

Em 1985 um grupo de líderes políticos e intelectuais de esquerda propôs a refundação do PSB, ocorrida um ano depois, com um primeiro Encontro Nacional. Retomava-se ali uma tradição interrompida em 1965, quando o Partido Socialista Brasileiro, formado em 1947, fora extinto pela ditadura militar instaurada em 1964, juntamente com todos os demais até então existentes, por meio do Ato Institucional nº 2.

O que chamou atenção, no ato de refundação, foi a perspectiva de explicitar as raízes históricas do PSB — as mais remotas, referidas aos começos do século XX, com a formação dos primeiros partidos socialistas regionais, entre 1902 e 1925, passando por uma nova tentativa em 1932, já aí alcançando âmbito nacional, com presença significativa na Assembléia Constituinte em 1933 (20 deputados eleitos), até a formação da Esquerda Democrática (1945), seguida pouco depois pelo Partido da Esquerda Democrática (1946), desembocando, afinal, em 1947, no Partido Socialista Brasileiro, extinto pelo referido ato de força.[15]

O PSB *tem história*, parecem querer afirmar seus atuais dirigentes. Ou seja, é singular, tem perfil próprio, específico, que o distingue das demais formações político-partidárias existentes em nossa sociedade. A singularidade repousa de fato numa importante referência: a proposta de combinar socialismo, liberdade e democracia, sustentada no manifesto de fundação da Esquerda Democrática,

em 1946, retomada no longínquo ano de 1947, quando se formou o PSB, e sintomaticamente reiterada quando da refundação do partido, em 1986.[16]

No final dos anos 40 e início da década de 50, os socialistas brasileiros enfrentariam grandes dificuldades no sentido de construir um espaço próprio de atuação em face dos grandes troncos que encarnavam então as principais tendências das esquerdas brasileiras: o trabalhismo e o comunismo.

O trabalhismo brasileiro, alimentado pelos influxos da experiência do Labour britânico, reinterpretada por Alberto Pasqualini, invocando em seu favor a legislação editada nos anos 30 e 40 e *consolidada* em 1943, associada a Getúlio Vargas, seu presidente de honra, gozava de grande prestígio entre amplas camadas do proletariado urbano. De outro lado, o comunismo, embora banido das instituições legais desde 1947, ligava-se às tradições épicas da Coluna Prestes e de seu lendário comandante, então líder incontestável dos comunistas brasileiros, tendendo a agrupar os setores mais radicalizados das classes trabalhadoras.

Tanto os trabalhistas como os comunistas se comprometiam com um programa de reformas sociais e de defesa da soberania nacional, competindo e, em alguns momentos, rivalizando duramente na conquista da audiência e da simpatia dos assalariados e da classe operária. O grande desafio dos socialistas era de fato encontrar nesse universo, aparentemente fechado em torno da polarização entre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Comunista do Brasil (PCB), uma terceira margem, em que fosse possível fazer prosperar a proposta de uma combinação original entre socialismo, liberdade e democracia, distinta das inclinações autoritárias presentes nas tradições trabalhista (ditadura do Estado Novo) e comunista (ditadura revolucionária do proletariado e de seu partido de vanguarda).

Não seria um desafio fácil de enfrentar. Mas o PSB tentaria, acionando referências marxistas originais e alternativas, como Rosa

Luxemburgo e a crítica de Trótski à *burocratização* da experiência socialista soviética.

Na conjuntura radicalizada que precedeu a instauração da ditadura militar, entre 1961 e 1964, é duvidoso que o PSB, em aliança com os trabalhistas e comunistas, em torno do programa das *reformas de base*, tenha conseguido manter o perfil específico que os fundadores haviam desejado afirmar. As questões social e nacional, caras a trabalhistas e comunistas, dominaram largamente os debates, obscurecendo preocupações e prioridades relativas a plataformas democráticas.

Não gratuitamente, a militância ativa do PSB, enquanto durou a ditadura militar, diluiu-se ou no partido legal admitido pela ditadura, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), ou, os mais radicais, nas esquerdas revolucionárias que propuseram, em vão, a destruição do regime ditatorial pelas armas.

A partir dos anos 80, uma vez reconstruído, o PSB ganharia um reforço de peso, em 1990, com a incorporação da liderança de Miguel Arraes e de seu importante grupo político — uma notável ampliação de horizontes. O mesmo aconteceria anos mais tarde com o ingresso de Anthony Garotinho, candidato do PSB a presidente da República, em 2002.[17] Entretanto, não se pode dizer que esses reforços tenham contribuído para manter ou aperfeiçoar as referências marxistas no interior do partido. Ao contrário, diluíram-nas, o que se evidencia nos documentos oficiais do PSB e em suas atividades de formação política, mais voltados, uns e outras, para questões relativas à cidadania, à gestão administrativa e à definição e elaboração de políticas públicas.[18]

Uma notável exceção a essa regra, porém, não poderia deixar de ser mencionada — a organização da Juventude Socialista Brasileira (JSB), do PSB, em cujo *site* se mencionam referências que parecem vir de uma outra época ou de um outro partido. Ali aparecem com destaque as imagens e pequenas notas biográficas de Marx, Engels, Lênin, Trótski, Rosa Luxemburgo, Che Guevara,

Fidel Castro e até mesmo de Stálin, ao lado de alguns textos clássicos, esquecidos, mas inesquecíveis, da tradição marxista, como *Salário, preço e lucro* (Marx), *Programa de transição* (Trótski), *O ABC do comunismo* (Bukharin e Preobrazhensky), *Sobre o Estado* (Lênin), entre outros que poderiam estar em qualquer biblioteca marxista revolucionária do século XX.[19]

Somente o tempo poderá aferir o real significado do contraste entre o partido e sua juventude. Essa última constituirá uma linha de *resistência* no interior do partido, como a DS, por exemplo, dentro do PT? Ou sua existência será uma concessão calculada à juventude, com o sentido de incorporar tendências mais radicais, comuns entre os jovens de esquerda? Em todo caso, no conjunto, e como no caso do PT, as tradições e as referências marxistas, embora evidentes, parecem pesar pouco nas opções atuais do PSB.

O Partido Comunista do Brasil e o marxismo

Quando, em fevereiro de 1962, um grupo de dirigentes, relativamente pequeno, mas importante pela qualidade e tradição,[20] afastou-se do Partido Comunista, poucos imaginaram que ali se constituiria um partido que perduraria no tempo, mais ainda do que o velho e conhecido Partidão. Justificando o *racha*, os que saíam alegaram que a mudança de nome, para Partido Comunista Brasileiro (PCB), esgrimida como condição para obter a desejada legalização junto à Justiça Eleitoral,[21] exprimia alterações radicais na orientação política e na doutrina do partido, inaceitáveis do ponto de vista da perspectiva revolucionária, do internacionalismo proletário e dos princípios do marxismo-leninismo.

O processo seria, porém, marcado por uma *peculiaridade*: numa conferência extraordinária, realizada em 1962, ao invés da formação de um novo partido, desenlace esperado, decidiu-se *reorganizar* o velho partido, assumindo o conjunto de suas lutas e tradições, pos-

tulando sua legitimidade como vanguarda revolucionária da classe operária brasileira, incluindo-se aí conexões e alianças internacionais, e reafirmando o nome que estava sendo abandonado: (re)nascia então o Partido Comunista do Brasil.

A iniciativa foi recebida com incredulidade e ironia. Entretanto, remando contra a maré, o PCdoB sobreviveu ao não-reconhecimento do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), ao impacto da derrota de 1964, aos sucessivos rachas que o enfraqueceram no início da segunda metade dos anos 60 (formação da Ala Vermelha do PCdoB e do Partido Comunista Revolucionário [PCR]), ao desmantelamento da mais importante experiência guerrilheira empreendida contra a ditadura militar (o foco do Araguaia, entre 1972 e 1975), à destruição de parte importante de seu Comitê Central no chamado *massacre da Lapa*, em 1976, enfim, às perseguições implacáveis daí decorrentes, até fins dos anos 70.

O partido reemergiu nas lutas sociais e democráticas que marcaram a etapa final da ditadura em nosso país, requerendo, afinal, o registro legal em maio de 1985, participando com perfil próprio nas eleições para a Constituinte, em 1986, quando elegeu bancada de cinco deputados, e efetuando seu primeiro congresso na legalidade, em maio de 1988.[22] O PCdoB não se tornou um grande partido, em efetivos ou eleitores. Entretanto, manteve-se ativo e presente nos grandes movimentos sociais do recente período democrático, a partir dos inícios dos anos 80, e, sem dúvida, transformou-se, como se orgulha em proclamar-se, "no principal pólo marxista no Brasil".[23]

Talvez fosse necessário precisar melhor a expressão: transformou-se no principal pólo *marxista-leninista* no Brasil, já que, visivelmente, é a essa tradição, articulada ao comunismo soviético e à Internacional Comunista (IC), que se vinculou e se vincula até os dias atuais. De fato, mesmo se considerando os anos *maoístas* e *albaneses*, quando o partido, rompido com o *revisionismo* soviético, elaborou alianças militantes com o Partido Comunista da China

(PCC) e, mais tarde, com os comunistas da *pequenina Albânia*, como era então carinhosamente chamada, mesmo então, e apesar das heterodoxias mais de uma vez apontadas, o PCdoB se manteve fiel às tradições do comunismo soviético prevalecentes até a morte de Stálin, em 1953.

Essa fidelidade é perfeitamente visível e explícita até os dias de hoje, apesar de autocríticas parciais elaboradas. Pode-se conferi-la nos documentos políticos formulados pelos sucessivos congressos realizados nos anos 80 e 90, até o mais recente, o XI Congresso, realizado em outubro de 2005; no programa socialista, aprovado pela Oitava Conferência Nacional, em agosto de 1995, onde se avançam propostas concretas de mudanças que desembocariam, se efetuadas, na construção do socialismo no Brasil; nas referências sistemáticas ao panteão de grandes lideranças políticas e teóricas (Marx, Engels e Lênin[24]); nos textos relacionados pela biblioteca do partido, onde aparecem com destaque obras clássicas de Marx e Engels (entre outras, *O manifesto comunista*; *O 18 brumário*; *Do socialismo utópico ao socialismo científico*) e também de Lênin (*Que fazer?*; *Imperialismo, fase superior do capitalismo*; *O Estado e a revolução*); e finalmente, mas não menos importante, nos cursos de formação oferecidos pela Escola Nacional do partido, ou nos comentários e notas a respeito das obras que devem ser lidas pelos militantes, nos quais se enfatiza a preocupação em coesionar os militantes e o conjunto do partido em torno dos firmes eixos que constituem a tradição *marxista-leninista*.[25]

O PCdoB pode ser criticado por eventuais hiatos entre teoria e prática, entre as referências gerais e o pragmatismo das opções políticas imediatas, ou, para retomar o jargão marxista, entre tática e programa (estratégia). Mas já aí se estaria no campo da discussão específica da adequação de meios e fins. O que dificilmente se poderia negar, no entanto, é a perseverança com que, desde sua (re)fundação, assume o *marxismo da III Internacional* — e as conseqüências e o custo político que daí decorrem.

O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado e o marxismo

Formado em 1994, a partir, basicamente, dos militantes da Convergência Socialista (CS) expulsos do PT em 1992, o PSTU aparece na cena política brasileira como uma opção revolucionária, fundamentada na ortodoxia do marxismo trotskista, que reivindica as revoluções russas e o socialismo bolchevique, de 1917 até fins dos anos 20, quando se afirma a vitória da tendência chefiada por Josef Stálin.

Articulado em termos internacionais com a Liga Internacional dos Trabalhadores — Quarta Internacional (LIT-QI), fundada em 1982 sob a liderança de Nahuel Moreno, o PSTU tem como referência principal a obra de Leon Trótski.

Em sua *biblioteca teórica* relacionam-se com destaque as obras clássicas das correntes trotskistas. Em primeiro lugar, como sempre, Marx e Engels com as indicações mais correntes, como *O manifesto comunista*, *O 18 brumário*, *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Também constam *O anti-Dühring* e *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, ambas de Engels. Finalmente, outras, mais sofisticadas e não tão comumente citadas, como *A ideologia alemã*, as *Teses sobre Feuerbach* e a *Crítica ao programa de Gotha*, evidenciando uma preocupação teórica singular. Seguem-se as obras de Lênin — das mais comuns, como *Que fazer?*, *O Estado e a revolução*, *Imperialismo, fase superior do capitalismo*; passando por obras mais políticas, como *Teses de abril* e *A falência da II Internacional*; até chegar a indicações algo surpreendentes, como *O esquerdismo, doença infantil do comunismo*. As obras de Trótski, naturalmente, também merecem destaque, entre outras o *Programa de transição*, *Lições de outubro* e *A história da Revolução Russa*. Fechando as indicações clássicas, dois textos de Nahuel Moreno: *Revoluções do século XX* e *A traição da OCI*.[26]

É visível a preocupação do PSTU com a teoria marxista. Dezenas de artigos estão indicados para a leitura da militância, os quais abordam diferentes aspectos doutrinários e políticos, convergindo todos na defesa de uma proposta revolucionária e nas críticas às várias tendências reformistas, com ênfase, algo virulenta, na política de conciliação de classes protagonizada pelo PT. Ao mesmo tempo, as publicações *Marxismo Vivo* e *Opinião Socialista* surgem como armas polêmicas consideradas fundamentais para afirmar a identidade própria do partido, demarcando-se das demais correntes dentro ou fora do marxismo.

O programa socialista proposto tem um claro caráter revolucionário e distingue-se dos demais partidos marxistas brasileiros pela radicalidade de suas referências. Defende o rompimento com as instituições internacionais, políticas radicais de redistribuição de renda, uma reforma agrária ampla e radical sob controle dos trabalhadores, a estatização do sistema financeiro e das grandes empresas estrangeiras e o monopólio do comércio exterior. Certamente inspirado no programa de transição formulado por L. Trótski em fins dos anos 30, esse programa, uma vez concretizado, sob a direção de um governo dos trabalhadores da cidade e do campo, também proposto, conduziria o país diretamente ao socialismo.

O marxismo revolucionário do PSTU, embora propugnado, não tem merecido até o momento audiência significativa na sociedade brasileira. Convencidos, no entanto, de que a hora da revolução se aproxima e de que haverá aí a necessidade premente de uma direção revolucionária, que não capitule nem traia os interesses históricos do proletariado, os militantes do PSTU continuam na luta, à espera de sua hora.

O Partido Socialismo e Liberdade

O P-SOL é a mais recente experiência político-partidária a vincular-se às tradições marxistas no Brasil. Entretanto, a consulta aos documentos de fundação do partido, ao programa proposto, às atividades políticas empreendidas e às declarações das principais lideranças evidencia que há no interior do novo partido um conjunto de variantes ainda em disputa.[27]

O marxismo revolucionário proveniente das experiências das revoluções russas, até fins dos anos 20, parece ser um patrimônio compartilhado por quase todas as vertentes, plasmado na perspectiva de ruptura radical com o conjunto da ordem capitalista-imperialista, na condenação, sem reservas, à conciliação de classes e no apelo à mobilização e à luta dos trabalhadores.

No programa e em grande parte dos artigos oferecidos para leitura, no entanto, há uma insistente e enfática referência à questão da democracia e das liberdades, que remete à tradição do marxismo gramsciano incorporado segundo uma chave de leitura que recorda o que houve de mais sofisticado na história do Partido Comunista Italiano depois da Segunda Guerra Mundial. Essa combinação entre revolução e democracia, socialismo e liberdades, reforma e revolução, ganhou relevância no âmbito do PT nos anos 80, tendo perdido força no contexto das metamorfoses por que passou esse partido nos anos 90, já analisadas em momento anterior neste capítulo.[28]

Em outras formulações, contudo, tais propostas de *aggiornamento* não aparecem com tanta força, ou não aparecem de modo algum, particularmente em *links* diversos, associados, que apontam, por exemplo, para a Unidade Internacional dos Trabalhadores — Quarta Internacional (UIT-QI), mais chegada ao marxismo trotskista, ou o Revolutas, que se autodenomina libertário e socialista.

Num primeiro seminário internacional, organizado no Rio de Janeiro, evidenciou-se a amplitude das propostas com que o novo

partido convive. Estiveram ali presentes formações revolucionárias e alternativas da Inglaterra, da França, da Venezuela, da Argentina, do México, do Chile, do Peru, sem contar inúmeras mensagens de grupos que não puderam estar presentes, mas manifestaram solidariedade. Não se discutiu, evidentemente, a representatividade de tais grupos em suas respectivas sociedades, mas essa é uma referência do presente que não costuma assustar revolucionários que apostam no futuro.

O P-SOL parece não se importar com a multiplicidade de tendências. Ao contrário, a revista *Marxismo Revolucionário Atual*, publicação de doutrina e de debate, quer-se exatamente como ponto de encontro de propostas diversificadas, de onde haverão de emergir as referências de que carece um socialismo renovado, adaptado às circunstâncias do século XXI. É para este século que aponta o P-SOL, também aí retomando uma característica — e um sonho, frustrado — nutrida pelos intelectuais e militantes do PT nos anos 80.

É impossível não perceber, em cada momento, o espectro do PT rondando o novo partido. Ao condenar as derivas do *partido matriz*, de onde provém grande parte de seus militantes, as elaborações não escapam da problemática da *traição*, da guinada ideológica que teria levado Lula e seus adeptos a se entregar aos braços do capitalismo e do imperialismo. Não há uma avaliação mais complexa a respeito dos fundamentos históricos e sociais que condicionaram as mutações verificadas no PT, fazendo o P-SOL, em muitos momentos, recordar as dissidências trotskistas dos anos 30, quando se referiam ao Partido Comunista da União Soviética, ou, mais tarde, as dissidências de todos os matizes, quando se referiam aos partidos comunistas, desde os anos 40 aos anos 60, como se estivéssemos diante de uma *retomada*, de um *retorno* a origens ainda não *contaminadas* pela institucionalização dos partidos e movimentos populares.

Assim, em grande medida, o P-SOL faz lembrar o PT dos anos 80: a diversidade das tendências, o caráter confederativo das doutrinas e das práticas, a perspectiva de construir sínteses inovadoras, a aposta no futuro, tudo isso conjugado com a preeminência das lideranças parlamentares e matizado por ela e por um(a) líder incontestável (em vez de Lula, Heloísa Helena). Assim, não é possível não experimentar uma sensação de *déjà vu*, o que não significa que o P-SOL esteja condenado inapelavelmente a repetir no futuro o passado do PT, mesmo porque as circunstâncias são, e serão cada vez mais, completamente diferentes.

Partidos e marxismo no Brasil de hoje

Do balanço realizado, depreende-se que o marxismo vive no Brasil dos dias atuais. Cinco partidos políticos — um de grande expressão, o Partido dos Trabalhadores, o maior em votos nas últimas eleições, em 2002, e que elegeu o presidente da República; um de médio porte, o Partido Socialista Brasileiro, com presença relativamente importante no Parlamento Federal e em vários estados relevantes da federação; e três partidos com expressão numérica reduzida, ou inexistente, nos Parlamentos, porém bastante atuantes nos movimentos sociais e sindicais, de onde surgem, em determinadas circunstâncias, com força considerável.[29] Todos assumem o marxismo como referência, ou como guia de suas opções e propostas políticas.

Embora possam ter da doutrina diversas interpretações e variados ângulos de análise, desde o reformismo mais brando às propostas mais radicais e revolucionárias (mas não foi sempre assim, desde os tempos da Internacional Socialista, mesmo antes da Primeira Guerra Mundial?), mesmo que uns recusem a outros a dimensão marxista (mas também não foi sempre assim, desde fins do século XIX?), o que é próprio das grandes propostas — políticas ou religiosas — que atravessam os espaços e os tempos, o fato é que todos eles, de distintas formas, invocam e tentam observar, cada um a seu modo, as referências marxistas.

É fato que, como observamos, os maiores partidos não cultivam o marxismo com a intensidade, ou com a profundidade, ou com a seriedade e a conseqüência que se encontram entre os menores. E isso talvez seja sintomático de uma repercussão menor, ou declinante, da doutrina na sociedade. Trata-se de um fenômeno que pode ser objeto de controvérsias, mas não impressiona os marxistas mais convictos. Como autênticos revolucionários, remarão contra a corrente, prosseguindo no caminho que é seu, e seguirão em frente, serenos, combativos e confiantes, ao encontro da história.

Notas

1 Para a elaboração de uma primeira ortodoxia marxista, no interior da Internacional Socialista e da Socialdemocracia Alemã, seu *partido modelar*, cf. Georges Haupt, "Marx e o marxismo", in Eric Hobsbawm, *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, vol. 1, pp. 347-75; e também Franco Andreucci, "A difusão e a vulgarização do marxismo", in Eric Hobsbawm, *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, vol. 2, pp. 15-73.

2 Para a *heresia bernsteiniana*, cf. G. Haupt, op. cit., sobretudo pp. 371-75, e também Iring Fetscher, "Bernstein e o desafio à ortodoxia", in Eric Hobsbawm, op. cit., vol. 2, pp. 257-98.

3 Para o estudo do marxismo da Internacional Comunista, cf. Eric Hobsbawm, op. cit., vols. 3-5, em especial os textos de M. Johnstone, "Lenin e a revolução", vol. V, pp. 113-41, e de Vittorio Strada, "Lenin e Trotski", vol. V, pp. 143-58.

4 Para uma síntese das propostas guevaristas, cf. Michael Löwy, *O marxismo na América Latina*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, pp. 275-88. As resoluções da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), que se reuniu entre 31 de julho e 10 de agosto de 1967 em Havana, foram amplamente publicadas em espanhol, inglês e francês. Para uma visão abrangente do pensamento e das propostas do Che, cf. Ernesto Che Guevara, *Obras, 1957-1967*. Paris: Maspero; Havana: Casa de las Américas, 1969.

5 Daí decorrem os famosos adágios revolucionários: "O mundo marcha para o socialismo" (PCUS); "Pessimismo de razão, otimismo de vontade" (Gramsci); "O destino da contra-revolução é ganhar, ganhar... e acabar perdendo; o destino dos revolucionários é perder, perder... e acabar ganhando" (Mao Tsé-Tung); "O revolucionário não pede licença para fazer a revolução" (castrismo-guevarismo).

6 Sabe-se que, em fins dos anos 70 e inícios dos anos 80, para além de inúmeros contingentes sem passado político-partidário, as três correntes constitutivas do Partido dos Trabalhadores foram, por ordem de importância social: as lideranças do *novo* sindicalismo, articuladas em torno do sindicalismo paulista de São Bernardo; os militantes do vasto movimento católico de esquerda, impregnado, em maior ou menor medida, pelas referências da teologia da libertação; e militantes provenientes de organizações revolucionárias de esquerda, ainda existentes, já extintas ou em vias de extinção, mas que tinham em comum propósitos alternativos em relação às tradições até então mais fortes das esquerdas brasileiras: o comunismo e o trabalhismo. Para o estudo das tradições das esquerdas brasileiras, cf. Alexandre Fortes (org.), *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. Nessa obra coletiva, cf. Daniel Aarão Reis, "As esquerdas no Brasil: culturas políticas e tradições", pp. 173-82, e Alexandre Fortes, "Reflexões sobre o lugar do PT na história da esquerda brasileira", pp. 195-205. Também sobre a formação do PT, cf. Eder Sader, *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; e Emir Sader (org.), *PT, caráter e identidade*. São Paulo: Brasiliense, s.d. Os documentos oficiais do PT foram reunidos em *Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos, 1979-1998*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. Para uma síntese da contribuição dos católicos de esquerda e da teologia em particular, cf. Michael Löwy, op. cit., pp. 485-95; ainda Clodovis Boff, *Teologia do político e suas mediações*. Petrópolis: Vozes, 1978; e frei Betto, *Cristianismo e marxismo*. Petrópolis: Vozes, 1986. Ver também os capítulos deste volume de autoria de Michael Löwy e de Paulo Martinez.

7 É conhecido o gosto dos brasileiros pelo adjetivo "novo", qualificando com ele processos e episódios de modo nenhum "novos". Cf. Daniel Aarão Reis, "O governo Lula: das utopias revolucionárias à política como arte do possível", *Revista da USP*, mar.-abr.-maio, 2005, pp. 64-73.

8 Embora não consensual, a fórmula de Carlos Nelson Coutinho, o *reformismo revolucionário*, e a recuperação e releituras de A. Gramsci abriram perspectivas de síntese entre reforma e revolução, de impacto certo entre intelectuais e lideranças políticas nos anos 80, sobretudo no interior do PT.

9 Sabe-se que as articulações internacionais nunca receberam investimento correspondente a sua importância estratégica, mas não se pode dizer que foram inteiramente negligenciadas — haja vista a iniciativa do Fórum de São Paulo, as aproximações com a Internacional Socialista, além da produção regular de eventos e seminários.

10 Ao lado das lideranças operárias — Lula, Vicentinho, Jair Meneguelli, Jacó Bittar —, outras lideranças de trabalhadores assalariados, como a de Olívio Dutra e Luiz Gushiken (bancários) e Perseu Abramo (jornalista), evidenciavam o caráter *proletário-assalariado* do PT.

11 O Instituto Cajamar, localizado nas cercanias de São Paulo, desempenhou, nos anos 80, papel importante do ponto de vista da organização e realização de inúmeros eventos, seminários e cursos de formação de militantes, além de um setor de publicações.

12 Cf. René Dreifuss, *A época das perplexidades — Mundialização, globalização e planetarização: novos desafios*. Petrópolis: Vozes, 1997; e Octavio Ianni, *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

13 Para pensar esse mesmo processo em termos históricos, cf. o livro clássico de R. Michels, *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: UnB, 1982. De outro ângulo, a pesquisa recente de Leôncio Martins Rodrigues, *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo: EDUSP, 2002, também oferece subsídios para a compreensão do fenômeno.

14 Cf. o documento político aprovado pelo Encontro Nacional do Recife, às vésperas da campanha eleitoral de 2002, contra-arrestado, é verdade, em grande medida, pela "Carta aos brasileiros", de outubro de 2002.

15 Cf. Margarida Luiza de Matos Vieira, *Semeando a democracia. A trajetória do socialismo democrático no Brasil*. Contagem: Palesa, 1995. E ainda, da mesma autora, o capítulo sobre o Partido Socialista Brasileiro e o marxismo, publicado no volume 5 desta *História do marxismo no Brasil*, organizado por mim e por Marcelo Ridenti (Campinas: Editora da UNICAMP, 2002). Dados e informações suplementares disponíveis em psbnacional.org.br.

16 O manifesto figura até hoje como texto inaugural do novo PSB. Para um estudo sobre a especificidade do PSB, cf. o estudo de Margarida Luiza de Matos Vieira publicado no volume 5 da *História do marxismo no Brasil* (ver nota anterior).

17 Como se sabe, Anthony Garotinho, já no ano seguinte, em 2003, afastou-se do PSB para ingressar no PMDB, não sem antes deixar, por óbvias razões, um processo de desgaste no partido, onde figurou como candidato à presidência da República.

18 Cf. o *site* da Fundação João Mangabeira, responsável pelos cursos de formação política e demais atividades de educação política: fjman gabeira.org.br. O mesmo se pode dizer dos documentos do IX Congresso Nacional do PSB, realizado em dezembro de 2003.

19 Cf. jsb.org.br, sobretudo as seções "Biblioteca", "Artigos", "Textos" e "Biografias".

20 Entre outros, Pedro Pomar, Maurício Grabois, João Amazonas, Carlos Danielli, Elza Monnerat, Jover Telles, aos quais cedo viria juntar-se Diógenes Arruda, todos tradicionais e respeitados dirigentes do Partido Comunista, responsáveis, em grande medida, por sua organização nos anos 40 e 50.

21 Temendo a repetição dos argumentos levantados em 1947, que denunciavam os vínculos internacionais — interditados pela Constituição de 1946 — do partido dos comunistas brasileiros, expressos em seu nome — Partido Comunista do Brasil (ou seja, Partido Comunista, seção do Brasil) —, e levaram à cassação do registro legal, o Comitê Central eleito no V Congresso, em 1960, resolveu mudar de nome e efetuar solicitação de registro na Justiça Eleitoral com um novo: Partido Comunista Brasileiro.

22 O sétimo de sua existência, considerando-se sempre a fundação do partido em 1922.

23 A frase é atribuída a Nelson Werneck Sodré, pouco antes de falecer. Cf. vermelho.org.br/pcdob, seção "Cronologia", ano de 1997.

24 Embora não totalmente eliminados, não figuram mais com a mesma preeminência Josef Stálin, Mao Tsé-Tung e Enver Hoxha.

25 Todos esses aspectos podem ser avaliados no *site* do PCdoB, referido na nota 23.

26 Essas informações e as demais relacionadas no texto referente ao PSTU encontram-se em pstu.org.br.

27 Para o P-SOL, cf. psol.org.br e os vários *links* ali oferecidos.

28 Foi o momento em que se disseminou a proposta do *reformismo revolucionário*, de autoria de Carlos Nelson Coutinho, hoje no P-SOL, juntamente com Leandro Konder e Milton Temer, lideranças intelectuais e políticas a quem se pode atribuir, sem dúvida, pelo menos em parte, a responsabilidade por essas referências no programa socialista do P-SOL.

29 Não foram consideradas neste capítulo outras formações, menores ainda, como, por exemplo, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) — Refundação, além de outros grupos revolucionários cuja existência não é observada a olho nu, mas que se multiplicam nos movimentos sociais e dispõem de militância minúscula, porém extremamente ativa.

Título	História do Marxismo no Brasil Volume 6 — Partidos e movimentos após os anos 1960
Organização	Marcelo Ridenti Daniel Aarão Reis

Equipe técnica

Gerente de produção	Silvia Helena P. C. Gonçalves
Preparação dos originais	Ana Paula Gomes
Revisão	Daniela Lellis
Secretário gráfico	Ednilson Tristão
Projeto gráfico e editoração eletrônica	Eva Maria Maschio Morais
Design de capa	Ana Basaglia
Formato	14 x 21 cm
Papel	Offset 75 g/m² – miolo Cartão supremo 250 g/m² – capa
Tipologia	Agaramond e Garamond BookCondensed
Número de páginas	464

Editora da UNICAMP	Caixa Postal 6074
Cidade Universitária	Barão Geraldo
CEP 13083-892	Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax:	(19) 3521-7718/7728
www.editora.unicamp.br	vendas@editora.unicamp.br

O marxismo foi recebido entre nós — principalmente a partir da vaga internacional de entusiasmo suscitada pelo triunfo da Revolução Russa de outubro 1917 — por trabalhadores e intelectuais que, inspirando-se nele para o combate político, fundaram o Partido Comunista do Brasil em 1922 e, depois, diferentes partidos e organizações. O compromisso com as lutas concretas pela transformação social estimulou análises e estudos críticos que conduziram à elaboração de programas revolucionários nacionalistas, democráticos e socialistas. Em meados do século XX, as idéias marxistas tinham-se enraizado na cultura nacional. Animaram a resistência às ditaduras e mantêm presente a perspectiva socialista na luta contra o neoliberalismo. Os seis volumes desta História do Marxismo no Brasil reconstituem essa complexa e multiforme trajetória em seus principais aspectos: o impacto das grandes revoluções do século XX; a incorporação da obra de Marx, Engels e continuadores; as interpretações marxistas da sociedade brasileira e sua influência nos combates de partidos e movimentos de esquerda.

Este livro aborda a trajetória das esquerdas marxistas brasileiras, dos anos 1960 aos dias atuais, com destaque também para movimentos sociais do período. Apresenta uma narrativa concisa da história recente do PCB, do PCdoB, das esquerdas armadas, dos trotskismos e ainda do PT. Também são analisados o exílio, o feminismo, o sindicalismo e o cristianismo da libertação, sintonizados com o marxismo — que até hoje continua influindo partidos de esquerda, como atesta especialmente o capítulo final.

Mais de uma dezena de especialistas foi mobilizada para concluir neste volume o projeto da História do Marxismo no Brasil, levado adiante por 33 pesquisadores ao longo de quase 20 anos, seguindo no essencial o plano formulado no fim da década de 1980, que agora se materializa na publicação completa da obra pela Editora da UNICAMP.


ISBN 978-85-268-0749-5
9 788526 807495